

Tiago Egídio Avanço Cubas

O SÃO PAULO AGRÁRIO
NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Presidente Prudente-SP
Abril de 2017

Tiago Egídio Avanço Cubas

O SÃO PAULO AGRÁRIO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de pesquisa: Trabalho, saúde ambiental e movimentos sociais

**Presidente Prudente-SP
Abril de 2017**



FICHA CATALOGRÁFICA

C97s Cubas, Tiago Egídio Avanço.
O São Paulo Agrário na era globalização / Tiago Egídio Avanço Cubas. -
Presidente Prudente : [s.n], 2017
445 f. : il.

Orientador: Clifford Andrew Welch
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Globalização neoliberal. 2. Capitalismo rentista. 3. Questão agrária. 4.
Mundo-Brasil-São Paulo. 5. Agronegócio-latifúndio e Camponato. I. Cubas,
Tiago E. A. II. Welch, Clifford Andrew. III. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. O São Paulo Agrário na era da
globalização.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O SÃO PAULO AGRÁRIO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

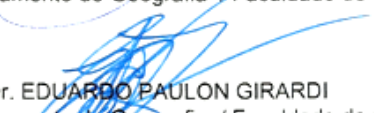
AUTOR: TIAGO EGIDIO AVANCO CUBAS

ORIENTADOR: CLIFFORD ANDREW WELCH

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH
Departamento de História / Universidade Federal de São Paulo


Prof. Dr. BERNARDO MANCANO FERNANDES
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Profa. Dra. ELIANE TOMIASI PAULINO
Departamento de Geociências / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA


Prof. Dr. RODRIGO SIMÃO CAMACHO
Departamento de Geografia / Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Presidente Prudente, 22 de fevereiro de 2017

*À Karinna,
Minha companheira,
meu amor.*

*Aos meus pais,
Cubas e Clau,
e a minha irmã, Ana,
Vocês são minha força em Cristo.*

*Aos agrofloresteiros do MST,
homens e mulheres que inspiram!*

AGRADECIMENTOS

A carreira do doutorado me reservou os melhores anos da minha vida até agora, foi um tempo de autocrítica e autoconhecimento profundo, onde algumas pessoas contribuíram decisivamente para o meu crescimento como gente e para a construção coletiva desta tese.

Agradeço...

A Karinna, minha amada companheira, minha mulher, eu te amo, eu te admiro, simples assim!

Aos meus pais, Cubas e Clau, minha irmã Ana, Nathan (seu marido e meu amigo) e ao nosso David (nosso raio de sol). Vocês me inspiram na caminhada cristã. Aos meus irmãos Tata e Sandro e suas famílias.

A Dilma e Luiz porque a casa de vocês é minha segunda casa.

Ao amigo Cliff Welch, meu orientador. Você e sua família são para mim um lugar de refúgio.

Aos meus irmãos e irmãs em Cristo, Fernando e Fernanda Amaro, pastor Daniel Henrique e Hadassa, ótimas influências na caminhada que vale a pena, que tem peso de eternidade. Ao Cabezanova e todos os seus integrantes. A Juventude Renove, meus amados, em especial ao Igor. Ao pastor Ely Xavier pelo apoio.

Ao Teo e Juninho e suas companheiras (Sinara e Nayara), amigos desde a graduação e que sempre me receberam com toda solidariedade em seus lares. Aos meus primos, Márcio e Alexandre, espero que façam da medicina uma arma poderosa de cuidado e amor. Não menos importante, ao meu primo Daniel com quem compartilhei minha infância e adolescência.

Aos professores que são grandes amigos e influenciadores deste trabalho: Bernardo Fernandes, Rodrigo Camacho e José Sobreiro. Aos professores que qualificaram e contribuíram diretamente com esta tese: Eliane Paulino e Nécio Turra.

A tod@s @s colegas de NERA, de modo especial os professores: Estevan Coca, Eduardo Girardi, Janaína Campos, Munir Felício e Roberto Mancuzo. Com relação a secretaria de Pós-Graduação, agradeço especialmente Cinthia e André.

E por fim, aos homens e mulheres que lutam inspirando e respirando um novo mundo, aos agrofloresteiros agroecológicos do MST. Em especial entre elas e eles: Kelli Mafort, Carmen, Vandeí Lima e Cristine (Maia também), José “Perninha”, Zezão e Jê, Neusa, Prado e Vanda, Patrícia “Biju”, Rafael, Daniel e Nelson Correa.



**ESTE TRABALHO SÓ FOI POSSÍVEL COM O APOIO DA
FAPESP – FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO
ESTADO DE SÃO PAULO.**

*67 Então Jesus interpelou os doze:
“Vós também desejais ir embora?”
68 Mas Simão Pedro respondeu a Ele:
“Senhor, para quem iremos? [Se] só tu tens
as palavras de vida eterna”.*
Evangelho de João capítulo 6

RESUMO

A tese é um exercício em Geografia Crítica baseada na Cartografia Geohistórica Crítica (CGhC). Propomos trabalhar a cartografia temática em escala maior de análise que nos faz possível um rebatimento crítico com os sujeitos sociais nos trabalhos de campo. A partir disso o *São Paulo Agrário*, em Cubas (2012), é o objeto de nossas reflexões embasado na CGhC, onde compreendemos o estado de São Paulo a partir do movimento multiescalar Mundo-Brasil-São Paulo na fase do capitalismo neoliberal global. A globalização neoliberal atinge a América Latina, e por assim dizer o Brasil, em busca de abrir os mercados, aumentar a oferta de matérias-primas (tais como soja e cana e seus derivados) e liberar o acesso a terra para garantir o controle das classes hegemônicas, também por meio dos *think tanks* globais. Isso pode ser visto no estado de São Paulo oferecendo oportunidade de compreender essas dinâmicas. David Harvey fala do processo de acumulação via espoliação como a violência das classes hegemônicas contra os sujeitos sociais do campo numa ordem mundial de controle territorial, isso coloca em evidência a disputa territorial paradigmática entre classes sociais, os rentistas (um híbrido de latifundiários e capitalistas) e os camponeses no século XXI. Por isso, inspirado nos estudos de Karl Marx vislumbramos a questão central referente ao problema agrário brasileiro, a apropriação e uso do território evidenciando o conflito entre a terra como valor de troca (terra de negócio/especulação) *versus* a terra como valor de uso (terra de trabalho). A disputa territorial será examinada nesta tese de modo a explicitar o lugar do agronegócio e do campesinato na produção real dos principais cultivos, da geração de empregos e valor dessa produção, tendo em vista a crise do paradigma do agronegócio e a sua superação na proposição do paradigma agroecológico. A acumulação via espoliação no Brasil forjou um “povo sem-terra” que de modo destacado organizou-se, depois de 1984, em torno do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) na luta pela terra. Com as conquistas de terras e a evolução do debate sobre reforma agrária esse movimento aderiu a bandeira da agroecologia como paradigma tecnológico camponês. Nesse contexto, em São Paulo, juntou-se a uma cooperativa de SAFs (Sistemas Agroflorestais) em Barra do Turvo, a CooperaFloresta, onde começaram uma experiência de produção de alimentos agroecológicos que a partir de 2013 espacializou-se em uma rede de agroecologia agroflorestal por São Paulo e pelo Paraná. No estado de São Paulo a experiência cristalizada aconteceu no PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Mario Lago, localizado no município de Ribeirão Preto, esta experiência é então um “espinho no pé” do agronegócio. A questão emblemática que envolve a formação desse assentamento do MST na “Capital do Agronegócio” e a experiência agroecológica agroflorestal são mais que a exceção, mas a intensificação da questão agrária espacializada ali. A partir dessa experiência agroecológica a tese oferece uma reflexão sobre o problema fundamental ainda hoje: reforma agrária e soberania alimentar para superação do capitalismo rentista. Nesse interím, será indispensável expor a experiência dos camponeses agrofloresteiros no estado de São Paulo, compreendendo os movimentos camponeses rebeldes na qualidade de protagonistas de novas bases para o uso da terra no Brasil e uma qualificação em novos elementos para debater a reforma agrária redistributiva.

Palavras-chave: Globalização Neoliberal; Disputa Paradigmática; Mundo-Brasil-São Paulo; Agronegócio-Latifúndio; Campesinato.

ABSTRACT

The thesis is an exercise in Critical Geography based on Critical Geohistorical Cartography (CGhC). It reveals some of the main currents shaping land use and agricultural in the Brazilian state of São Paulo. Within the theme of rural human geography, we focused our analysis on a broad scale, from local to global factors, in order to facilitate a dialectical examination of the object based on information obtained from both statistical data and the social subjects involved. To learn of their experiences and perspectives, we conducted extensive field work, including interviews with participants. We applied this empirical research to the analysis of our early Agrarian São Paulo study (CUBAS, 2012) in order to probe the formation of São Paulo's countryside from the multi-scale movement among international, national, state and local forces in the contemporary context of neoliberal global capitalism. Neoliberal globalization affects São Paulo as it does all of Brazil and Latin America in general, by rearranging regulations, land usage and markets to satisfy new demands for raw materials (such as soybeans, sugarcane and their derivatives) and new demands for capital investment. The dissertation finds in São Paulo's recent history examples of the process of accumulation via pillage that David Harvey describes as the violent aggression of dominant classes bent on maintaining their hegemony over the countryside. Dynamic changes in São Paulo state bring to light the physical as well as paradigmatic territorial dispute between social classes characterized here as rentiers (a hybrid landlord-capitalist) and peasants (a hybrid of small and medium-scale farmers, including beneficiaries of agrarian reform projects). Guided by Karl Marx's study of land rents, we probe the central question of Brazil's agrarian question, the appropriation and use of the land, evidencing the territorial conflict between those who see land as an exchange value (property speculation for wealth accumulation) and those who defend its use value (food production and planetary sustainability). On the basis of our field work, the ideological dispute is represented as one between agrarian capitalist or agribusiness paradigm and a peasant or agro-ecological paradigm. The pillage of Brazil's land has forged a "landless people" who, from 1984, have organized themselves in socio-territorial movements like the MST (Movement of Landless Rural Workers), as they struggle to recuperate their status as smallholders. With increased land conquests and changes in the agrarian reform debate, this movement has adhered to the agro-ecology banner of the Via Campesina, along with dozens of allied movements from around the world. While more and more foreign capitalists buy land and agro industries in São Paulo, MST resistance has taken shape in the form of agro forestry cooperatives like CooperaFloresta in Barra do Turvo, located in southwestern São Paulo, where agro-ecological food production began in 2013. This project has since expanded its spatial presence to the agrarian reform settlement of Mario Lago, located in the northeastern municipality of Ribeirão Preto. The project has been a "thorn in the foot" of agribusiness interests, given Ribeirão Preto's status as Brazil's "Agribusiness Capital." The dissertation examines the geographical history of the resulting confrontations and their lessons for the larger conflict between peasant agro-ecological models and concentrated agrarian capitalist models of territorial development. While explaining the agribusiness viewpoint through the words of interviewed rentier representatives, the thesis seeks to express the lesser known experience of agroforestry peasants in the state of São Paulo, promoting the rebel peasant movements as protagonists of a new basis for land use in Brazil, that shows great promise for improving the quality and productivity of redistributive agrarian reform policy.

Keywords: Neoliberal Globalization; Rentier capitalism; Agrarian Question; World-Brazil-São Paulo; Agribusiness-Latifundio; Peasantry.

MAPAS

Mapa 1. A globalização dos mercados e as relações internacionais do Brasil e do estado de São Paulo (2012)	75
Mapa 2. Brasil: comparação da estrutura fundiária por estados (2003 e 2011 - Índice de Gini da Terra)	90
Mapa 3. Brasil: a estrangeirização das terras (1930-2008)	95
Mapa 4. Brasil: (des)concentrações e violências geradas a partir da territorialização do latifúndio (2014)	163
Mapa 5. São Paulo: o setor citrícola e o modal rodoviário (1950-1990)	213
Mapa 6. Brasil: territórios do agronegócio da cana-de-açúcar e suas usinas no século XXI	224
Mapa 7. São Paulo: o binômio agronegócio-latifúndio (1985-2010)	229
Mapa 8. São Paulo: o PCB e as Ligas Camponesas (1940-1970)	257
Mapa 9. São Paulo: o campesinato, as lutas, as violências e a produção de alimentos (1985-2010)	293
Mapa 10. PDS Fazenda da Barra, Mario Lago e Agrofloresteiros em 2015	356
Mapa 11. São Paulo-Paraná: redes de relações e solidariedade a partir do Projeto Agroflorestar (2011-2016)	375

PRANCHAS

Prancha 1. Brasil: índice de Gini da Terra aplicado por municípios (2003 e 2011)	91
Prancha 2. Brasil: estrangeirização das terras (1930-2008)	97
Prancha 3. Brasil: o gado bovino por grupos de área (1995 e 2006)	114
Prancha 4. Brasil: a soja em grão por grupos de área (1995 e 2006)	117
Prancha 5. Brasil: a cana-de-açúcar por grupos de área (1995 e 2006)	119
Prancha 6. Brasil: produção de madeira para celulose (1992-2012)	122
Prancha 7. Brasil: o milho por grupos de área (1995 e 2006)	125
Prancha 8. Brasil: o arroz por grupos de área (1995 e 2006)	127
Prancha 9. Brasil: o feijão por grupos de área (1995 e 2006)	129
Prancha 10. Brasil: a mandioca por grupos de área (1995 e 2006)	131
Prancha 11. Brasil: a avicultura por grupos de área (1995 e 2006)	134
Prancha 12. Brasil: a suinocultura por grupos de área (1995 e 2006)	136
Prancha 13. Brasil: a laranja por grupos de área (1995 e 2006)	139
Prancha 14. Brasil: a banana por grupos de área (1995 e 2006)	141
Prancha 15. Brasil: conflito entre a <i>reprimarização</i> e a produção de alimentos no século XXI	143
Prancha 16. Brasil: agrotóxicos por área média das propriedades em hectares e mortes no campo no século XXI	149
Prancha 17. Brasil: conflitos socioambientais e o desmatamento no século XXI	150
Prancha 18. Brasil: ameaçados de morte no campo (1985-2010)	153
Prancha 19. Brasil: tentativas de assassinato no campo (1985-2010)	154
Prancha 20. Brasil: assassinatos no campo (1985-2010)	155
Prancha 21. Brasil: o trabalho escravo (2014)	159
Prancha 22. São Paulo: evolução do preço da terra (1995-2014)	179
Prancha 23. Brasil: Resolução de Conflitos Fundiários (1985-2013)	236
Prancha 24. São Paulo: prisões políticas (1945-1987)	258
Prancha 25. São Paulo: o confronto do campesinato com o Patronato/Estado (1945-1984)	260
Prancha 26. São Paulo: disputas/Violações (1945-1984)	279
Prancha 27. São Paulo: tipos de Disputas/Violações no campo (1945-1984)	281
Prancha 28. São Paulo: total dos de Disputas/Violações no campo (1945-1984)	282
Prancha 29. São Paulo: repressão das disputas no governo militar (1964-1984)	284
Prancha 30. São Paulo: disputa paradigmática histórica (1910-1984)	291
Prancha 31. São Paulo: um século de disputas paradigmáticas (1910-2010)	380

QUADROS

Quadro 1. Roteiro das entrevistas de campo	37
Quadro 2. Brasil: principais empresas agroalimentares em relação a sua posição no montante de vendas na América Latina e Caribe (2013)	60
Quadro 3. Disputas paradigmáticas e questão agrária mundial	77
Quadro 4. Brasil e São Paulo: estrutura fundiária por grupos de área (hectares) em 2006	88
Quadro 5. Brasil: ranking por estados dos cem municípios com maiores extensões de terras nas mãos de estrangeiros (2008)	101
Quadro 6. Brasil e São Paulo por grupos de área (hectares) por pessoal ocupado no campo de 1995 a 2006	103
Quadro 7. Brasil e São Paulo por grupos de área (hectares) em alguns tipos de produção em 2006	105
Quadro 8. Brasil e São Paulo por grupos de área (hectares) em valor de produção (em reais) no ano de 2006	107
Quadro 9. Brasil e São Paulo: número de tratores por grupos de área em 2006	110
Quadro 10. Brasil: produção, exportação e consumo de carnes (2013-2015)	132
Quadro 11. Brasil: Produção Camponesa <i>versus</i> Produção Latifundiária (2006)	144
Quadro 12. Brasil: violências físicas contra os camponeses (1985-2013)	156
Quadro 13. Brasil: 30 municípios com maior contabilização de registros de trabalho escravo no século XXI	160
Quadro 14. Senadores e Deputados ligados a FPA em março de 2017	219
Quadro 15. Aplicação real dos PNRAs no Brasil e em São Paulo	237
Quadro 16. Projeto de Sistemas Agroflorestais no Mario Lago de agosto de 2015 a julho de 2016	358
Quadro 17. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2011 a 2014 com foco no Assentamento Mario Lago	360

GRÁFICOS

Gráfico 1. Mundo: preços globais da terra (2002-2015)	57
Gráfico 2. Mundo: preços globais das principais mercadorias (2002-2015)	57
Gráfico 3. Mundo: população urbana e rural (1950-2030)	64
Gráfico 4. Brasil: série de exportações no último ano de cada governo por tipo de produto e valores totais (1964-2015)	73
Gráfico 5. Brasil: estrangeirização de terras por regiões (1930-2008)	99
Gráfico 6. Brasil: escala de investimentos na agropecuária (2002-2016)	145
Gráfico 7 Brasil: Percentual de participação da agropecuária (capitalista e camponesa) no PIB (2003-2013)	146
Gráfico 8. São Paulo: preços mensais da terra em reais por hectare (1995-2015) - IPP/IPR	178
Gráfico 9. Brasil e São Paulo: população urbana e rural (1940-2010)	272
Gráfico 10. Questão agrária brasileira no século XXI (percentual)	382

FIGURAS

Figura 1. A síntese dos diferentes caminhos paradigmáticos na história	81
Figura 2. Conselho Deliberativo da UNICA em julho de 2016	228
Figura 3. Momento emblemático da vivência: Formação, Direção e Produção	302
Figura 4. A geografia do agronegócio da cana (2000) e do campesinato assentado (2016)	313
Figura 5. Acampamento Alexandra Kollontai em Serra Azul	314
Figura 6. Acampamento Irmã Doroty em Restinga	315
Figura 7. Acampamento Vanderlei Caixe em Sales de Oliveira	315
Figura 8. Acampamentos Paulo Botelho (fotos acima) e Ilda Silva (fotos abaixo) em Ribeirão Preto	316
Figura 9. Com Nelson Correa, ligando os pontos: da parceria entre MST e Agrofloresteiros até a construção da pesquisa	318
Figura 10. 500 metros quadrados de MST e Agrofloresteiros no Mario Lago	344
Figura 11. Agrofloresta de 2 anos no lote de Jesuíta e Zezão, e Zaqueu	345
Figura 12. Cesta Agroflorestal: da agrofloresta a mesa	358
Figura 13. José “Perninha” na entrega para o PAA e para a Cesta Agroflorestal	359
Figura 14. Planejamento e dia de implantação de módulos de Agrofloresta	362
Figura 15. Mutirão da cerca para a Reserva e na área coletiva com Vandeí	363
Figura 16. Mutirão no futuro Barracão de Lavagem e Beneficiamento Simples	364
Figura 17. Visita de lote para certificação OCS – produtores e coprodutores	366
Figura 18. Nelson Correa: a alma crítica da agrofloresta brasileira	368
Figura 19. CooperaFloresta, Quilombolas, Caiçaras e Assentados: a rede de relações e de solidariedade de agroecologia São Paulo-Paraná	372
Figura 20. Ocupação do Sítio Braghetto em 2000	403
Figura 21. Assembleia Geral do Acampamento Mario Lago	406
Figura 22. Agroflorestar chegando ao Mario Lago: capacitação, organização e implantação	422
Figura 23. O trabalho e a família camponesa: Vandeí, Cristine e Maia	425

SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ADM – Archer Daniels Midland

AIA – *American International Association for Economic and Social Development* (Associação Internacional Americana para Economia e Desenvolvimento Social)

ALADI – Associação Latinoamericana de Integração

APEC – *Asia-Pacific Economic Association* (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico)

APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja

BIRD – Banco Internacional para Construção e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEPEA – Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada

CGC – Cartografia Geográfica Crítica

CGhC – Cartografia Geohistórica Crítica

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLOC – *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo)

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

COMATER – Cooperativa Mãos na Terra

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERARES – Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

DEM – Democratas

ELAA – Escola Latinoamerica de Agroecologia

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

ETA – Escritório Técnico para Agricultura

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

FAO – *Food and Agriculture Organization* (Organização da Agricultura e dos Alimentos)

FAP – Frente Agrária Paulista

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPA – Frente Parlamentar Agropecuária

FUNBIO – Fundo Brasileiro para Biodiversidade

IAA – Instituto do Açúcar e Alcool

IBEC - *International Basic Economy Corporation* (Corporação Internacional de Economia Básica)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPA – Instituto Pensar Agro

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NACLA - *North American Congress on Latin America* (Congresso Norte Americano sobre América Latina)

NAFTA – *North American Free Trade Agreement* (TLCAN - Tratado de Livre Comércio da América do Norte)

NICs – *New Industrialized Countries* (Novos Países Industrializados)

OCS – Organização de Controle Social

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

ORPLANA – Organização de Plantadores de Cana

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAF – Plano Safra da Agricultura Familiar
PAM – Programa Alimentar Mundial
PAP – Plano Safra da Agricultura e Pecuária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDRS – Plano de Desenvolvimento Regional
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PFL – Partido Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
PRORURAL – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RAM – Reforma Agrária de Mercado
SAF – Sistemas Agroflorestais
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TFCA – *Tropical Forest Conservation* (Conservação das Florestas Tropicais)
UDOP – União dos Produtores de Bionergia
UDR – União Democrática Ruralista
UE – União Europeia
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICA – União da Agroindústria Canavieira
USAID – *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
INTRODUÇÃO	22
A centralidade das categorias território e conflito na investigação em Geografia Crítica	23
A quem serve nossa pesquisa?	27
A Cartografia Geohistórica Crítica (CGhC) como provocação metodológica	29
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
CGhC: articulando cartografia crítica e campos de pesquisa	34
“Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”	39
Parte a: Disputas paradigmáticas na era da globalização neoliberal e a questão da terra	45
1. A ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: regimes (agro)alimentares e disputa paradigmática	46
1.1 Novo imperialismo: as políticas globais e as suas instituições de comando	46
1.2 As disputas paradigmáticas na era da globalização neoliberal	68
2. AS EVIDÊNCIAS DAS DISPUTAS PARADIGMÁTICAS NO BRASIL E EM SÃO PAULO: barbárie e modernidade no século XXI	86
2.1 A base do problema agrário brasileiro: a questão (da concentração) da terra	87
2.2 O lugar do agronegócio e do campesinato no limiar do século XXI	103
2.3 Territórios paradigmáticos em disputa	142
2.4 A crise do paradigma do agronegócio: violências como expressão da barbárie	147
3. EXPLICANDO A (IR)RACIONALIDADE RENTISTA: a base da formação social patronal no São Paulo Agrário	164
3.1 A (ir)racionalidade rentista no bojo das relações capitalistas no campo	164
3.2 A formação política do patronato: Lei de Terras, Estatuto da Terra e Constituinte de 1988	182
3.3 O problema agrário brasileiro continua com o agronegócio	193
3.4 O patronato paulista a partir do agronegócio da laranja e da cana	209
Parte b: Campesinato e agroecologia: da reforma agrária a mesa	230
1. TERRA DE TRABALHO E REFORMA AGRÁRIA: a geohistória da luta pela terra que transformou o camponês em classe social	231
1.1 O campesinato e a reforma agrária: a chave para o problema estrutural	232
1.2 Breve geohistória da formação dos sem-terra no estado de São Paulo	252

1.3 O projeto patronal <i>versus</i> a des-re-territorialização do campesinato	271
2. O DIÁLOGO POSSÍVEL: reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar no estado de São Paulo	292
2.1 MST: a herança do protagonismo camponês na era democrática	292
2.2 Mario Lago, MST e Agrofloresta: firmando as bases possíveis da reforma agrária e da agroecologia	301
2.3 Alcance, globalização e potencialização do paradigma agroecológico em São Paulo	367
CONSIDERAÇÕES FINAIS	379
REFERÊNCIAS	385
ANEXOS	393
ANEXO 1	394
ANEXO 2	425

APRESENTAÇÃO

A Cartografia Geográfica Crítica (CGC) do geógrafo Eduardo Girardi (2008) foi a inspiração neste trabalho para a proposição da Cartografia Geohistórica Crítica (CGhC), que será explicada com mais detalhes no momento da introdução. Privilegiamos os processos históricos e geográficos por meio da dialética e da empiria na formação social do estado de São Paulo na era da globalização neoliberal, dando ênfase as desigualdades geográficas. O *São Paulo Agrário* da era da globalização é cheio de complexidade, a CGhC pode ajudar, como ferramenta metodológica para Geografia Crítica, a compreender esta realidade numa escala maior de análise. A cartografia crítica traz novos olhares, perspectivas e *insights* de certos padrões e exceções, e a geohistoria é o estudo dos processos de relações sociais que formam o espaço geográfico, as desigualdes geográficas e os territórios mediados nas relações de poder e correlações de força entre os sujeitos e classes sociais.

Nesse processo caminhamos para a qualificação do argumento do latifúndio (produtivo e improdutivo) como base do agronegócio e a sua negação nas lutas sociais e na reforma agrária por meio da argumentação da disputa territorial (material e imaterial) entre os sujeitos/grupos que usam a terra como terra de negócio/especulação ou terra de trabalho. Constituindo assim a agroecologia, um conceito talhado historicamente para ser como a síntese das práticas agrícolas que estão profundamente ligadas ao equilíbrio sociedade-natureza, intrínsecas ao campesinato. Construindo uma dialética agroecológica possível no contexto do estado de São Paulo por meio da agrofloresta agroecológica apropriada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) em colaboração com a CooperaFloresta.

Destacamos a relevância das críticas elaboradas aos relatórios anteriores pelo parecerista da FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) e a atenção às considerações da banca do relatório de qualificação da tese. Todas estas colaborações foram profundamente proveitosas para qualificação de nosso trabalho. Assim, em função da intensa produção de informações a partir de nossos trabalhos de campo que não se ligavam diretamente ao argumento da globalização neoliberal no *São Paulo Agrário*, buscamos refinar em nossa tese o link entre essas informações somadas a construção da Cartografia Geohistórica Crítica (CGhC).

Este trabalho foi dividido estrategicamente em duas partes: **Parte a**, “Disputas paradigmáticas na era da globalização neoliberal e a questão da terra” e a **Parte b**, “Campesinato e agroecologia: da reforma agrária a mesa”.

Na **Parte a**, no **Capítulo 1** queremos conceituar quais são os elementos da globalização neoliberal que se encontram na questão da terra e pela acumulação via espoliação, vislumbrando o capitalismo monopolista financeiro nos *thinks tanks* representantes do capitalismo globalizado, como Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional) e OMC (Organização Mundial do Comércio) e a oposição paradigmática expressa na Via Campesina. Essas disputas paradigmáticas elencam dois projetos distintos de sociedade espacializados na agricultura, o paradigma do agronegócio e o paradigma da agroecologia. Para compreender o lugar de cada paradigma no contexto brasileiro e paulista propomos o **Capítulo 2** inspirado no trabalho *Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil* do geógrafo Ariovaldo Oliveira (2003) onde ele argumenta sobre o lugar do agronegócio e do campesinato no cenário agrário brasileiro. Faço uma atualização, para o século XXI, das suas tabelas, com mapas sobre a real contribuição produtiva, social e tecnológica das classes que se opõem (o agronegócio-latifundiário *versus* o campesinato), abrindo o debate para a necessidade da reforma agrária por meio da ineficiência do agronegócio e da sua (ir)racionalidade rentista. O **Capítulo 3** tem foco no agronegócio e na formação social dos ruralistas – leia-se latifundiários – como classe social que sustenta o modelo (ir)racional por meio do lobby, isso na apropriação da terra como reserva de valor ou terra de negócio e ineficiente do ponto de vista da comparação produtiva, de uso da terra e de geração de empregos nas pequenas propriedades. Pra falar da (ir)racionalidade rentista foi necessário resgatar a leitura do *Livro III do Capital* de Karl Marx (1974 [1894]) onde ele aborda a renda da terra e a racionalidade do uso da terra em escala social no modo de produção capitalista. Veremos o agronegócio, tal qual a herança profunda do latifúndio e como sinônimo de agricultura capitalista.

Na **Parte b**, no **Capítulo 1** queremos propor a necessidade de debater a reforma agrária como um diálogo possível para o processo de desenvolvimento do campo brasileiro e estancamento da pobreza rural, baseado na discussão sobre terra de trabalho, luta pela terra e economia camponesa. Partimos da apropriação da terra pelo camponês como valor de uso para compreender a sua reprodução na economia familiar que compõe sua identidade política no contexto de lutas sociais, tornando o campesinato, especialmente na história das mobilizações organizadas, como classe social que reivindica o centro do problema agrário

brasileiro, a apropriação racional e social da terra. Quer dizer, a terra de trabalho produzindo em escala social que para Marx (1984 [1894]) racionaliza o uso da terra no capitalismo em contraposição a terra apropriada na forma jurídica (grilada ou não) que estabelece o preço da terra tal qual mercadoria, apropriando-se desse meio de produção para especulação. O **Capítulo 2** afunila nossa análise para a dialética da agroecologia e a soberania alimentar no contexto de MST para o estado de São Paulo. Pretendemos responder a pergunta, de que reforma agrária falamos? A (re)criação do campesinato articulada com o processo de reafirmação de seu modo de vida se espacializa no modo de produzir pela práxis agroecológica da agrofloresta. Nesse capítulo representamos as vozes silenciadas no discurso oficial que articulam MST e agrofloresta agroecológica na espacialização em redes de solidariedade. Buscamos assim sistematizar e potencializar toda a produção realizada em campo de modo transversal e no intuito de qualificar nossa argumentação a partir dos produtores da geohistória e protagonistas da realidade.

.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como ponto de partida a aplicação da Cartografia Geográfica Crítica (CGC) em Cubas (2012) que resultou no atlas *São Paulo Agrário* para a Era Democrática (1985-2010). Colocou-se frente a essa produção cartográfica a necessidade de uma análise multiescalar São Paulo-Brasil-Mundo para compreendermos o lugar do agronegócio e o lugar do campesinato no modo de produção capitalista no Brasil. Tendo em vista o capitalismo rentista que consagra o latifúndio como prática social amparada no lobby e pelo clientelismo, no domínio especulativo da terra e no discurso da cadeia produtiva do agronegócio e que esconde a eficiência produtiva do campesinato.

O objetivo foi - a partir de uma panorâmica contextualização dos processos inerentes a globalização neoliberal e do capitalismo rentista no mundo, no Brasil e em São Paulo - investigar o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo, expresso em modelos de desenvolvimento que se espacializam no estado de São Paulo. Desse modo, esse trabalho buscou contribuir com uma representação prática e dialética de como utilizar as ferramentas da Geografia Crítica para entender os velhos e novos desafios da questão agrária paulista no século XXI, com um exame profundo da (ir)racionalidade do rentismo brasileiro

na agricultura capitalista e as disputas territoriais que elencam distintos modo de fazer/de produzir projetado na luta de classes¹.

A partir disso, nesta introdução optamos por responder questões debatidas na qualificação e posteriormente na defesa, especialmente: a centralidade do território na análise em Geografia Crítica, o papel da Cartografia Geohistórica Crítica como instrumento de análise da realidade, além da elucidação das nossas opções metodológicas. Seguiremos essa sequência de questionamentos para constituir a introdução deste trabalho.

A centralidade das categorias território e conflito na investigaçãoem Geografia Crítica

[...] o movimento de renovação, atualmente em curso na Geografia, com suas duas vertentes, reproduz, ao nível desse campo específico do conhecimento, o embate ideológico contemporâneo – reflexo, no plano da ciência, da luta de classes na sociedade capitalista. Os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva popular, a da transformação da ordem social. Buscam uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens (MORAES, 1983, p. 47).

Um trabalho em Geografia que tenha pretensão de contribuir com a Geografia Crítica tem o dever de assumir uma perspectiva de construção científica honesta e de transformação social. Essa pesquisa deve se comprometer com a análise da luta de classes a partir formação geográfica e histórica do capitalismo no Brasil e dos seus braços especializados nas formas dominantes. Em outras palavras, o poder de organizar os meios de produção e de manter as disputas territoriais como conjuntura escamoteia, na produção do espaço, uma dinâmica contraditória, desigual e estrutural como é a das relações capitalistas de produção.

Por assim dizer, o território deve ser uma categoria fundamental na Geografia Crítica porque este conceito carrega em si a noção de relações de poder e correlações de força que determinam a forma e conteúdo do espaço geográfico. Entendemos que o espaço geográfico é anterior ao território, e o território nesse contexto tem implícito às dimensões da soberania ou da subalternidade dos sujeitos/grupos. E para configuração dos territórios deve-se levar em conta a multiescalaridade e multidimensionalidade das ações dos sujeitos/grupos que projetam suas vidas no espaço. “O território recoloca a questão das classes sociais” (FERNANDES,

¹ Nos apropriamos da leitura de Marx a respeito das classes sociais, mas queremos ir além das duas classes essenciais (burguesia e proletariado). As disputas territoriais são inerentes às classes sociais no modo de produção capitalista revelando a luta de classes. São as classes sociais originais em Karl Marx (1974 [1894]), a burguesia (sujeito/grupo detentor dos meios de produção) e o proletariado (sujeito/grupo que vende sua força de trabalho), consideramos para este estudo a incorporação da classe dos rentistas (proprietários de terra), e finalmente, a classe incomoda em Shanin (1983), o campesinato.

2009, p. 13), porque os sujeitos/grupos não existem politicamente, subsistem, se não se apropriarem dos seus territórios².

A contribuição do geógrafo Claude Raffestin (1993) é seminal quando se trata do território numa construção objetiva e subjetiva das relações humanas, negociações e disputas, que geram marcas no espaço por meio das relações de poder e do Poder. Respectivamente, o poder é a construção social do território tendo em vista a sua diversidade, é horizontal, impressa nos conflitos entre os agentes produtores do espaço; e o Poder é arbitrário, é vertical, é a noção do poder do Estado, e entendemos no modo de produção capitalista, também, que é a noção hegemônica do poder que suprime essa complexidade evidente das relações horizontais humanas.

“O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 60) e a territorialização de um sujeito ou de um grupo é obrigatoriamente a des-reterritorialização do outro, produzindo o que este autor chama de “imagens territoriais” (p. 152) que quando decifradas se revelam como relações de (re)produção em relações de poder. Para nós:

O território é produzido em conflito, e esse é fundamental para explicar os processos, nele vemos as relações sociais e a luta de classes no cerne da disputa pelo território e pelo poder formador do território. **O território é resultado do movimento incessante das disputas territoriais**, das disputas nas relações de poder, da hegemonia de classes organizadas pelo capital e da contra-hegemonia de classes de resistência e/ou grupos organizados que não se satisfazem na reprodução do capital, mas comumente são cercadas e/ou cerceadas pelas mesmas [forças do capital] (CUBAS, 2012, p. 52).

Esses sujeitos produtores do seu território o produzem ou por meio da territorialização que é a materialidade das suas ações no espaço, o domínio político, econômico e/ou social, ou impondo as suas territorialidades e criando uma tensão dentro dos territórios de outros sujeitos/grupos sociais. Nas duas conjecturações o conflito é uma parte fundamental na forma e conteúdo dos arranjos espaciais.

² Fernandes (2009) compreende o território material a partir da governabilidade (relações de poder entre as classes sócias disputando o Estado), da apropriação do espaço (propriedade como espaço de vida individual ou comunitária), e do espaço relacional (as relações de uso do território e as conflitualidades entre as classes), e o reflexo obrigatório dessa tipologia está território imaterial “formado por ideias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão” (FERNANDES, 2009, p. 16). Os territórios material e imaterial são indissociáveis, reflexos um do outro, conformados nas tensões e disputas para produção do espaço, materializando nele ou imprimindo sua imaterialidade, territorialização ou territorialidade.

Os conflitos territoriais não são resíduos, não são pura conjuntura, mas são processo (polissêmico) e estrutural numa dialética relacional. A dialética relacional “reúne elementos para avançar, nesse sentido, na análise do movimento da sociedade e do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo em suas múltiplas determinações” (MARQUES, 2008a, p. 68). De modo que a assimetria dos espaços ou resulta em subalternidade, ou resulta em resistência que são duas expressões tangíveis da luta de classes e da disputa dos territórios material e imaterial³ das classes sociais.

O geógrafo Bernard Kaiser (1985) afirma “**a análise da sociedade é a análise da luta de classes [...]** o que pode ser hoje traduzido de modo mais nuançado: **a dinâmica social é revelada pelos conflitos**” (p. 98, grifo nosso). Ou seja, os elementos de tensão tanto no debate metodológico quanto nas dinâmicas sociais no interior da materialidade e imaterialidade nos territórios são reveladas, essencialmente, para ele, pelos conflitos. Ele completa:

A identificação dos problemas e dos conflitos que agitam a sociedade estudada é o primeiro trabalho de quem realiza a pesquisa, é graças a ela que poderá orientar seu estudo, começar a compreender; que poderá assegurar um trabalho eficaz em vez de se lançar na acumulação fastidiosa de dados dos quais a maior parte se revelarão, sem dúvida, inúteis (KAISER, 1985, p. 98).

Os problemas e conflitos que agitam a sociedade escondem por debaixo da sua aparência de barbárie a realidade de uma sociedade constituída na desigualdade social. Diria Harvey (2014a), desigualdade social em geografias desiguais dadas pela acumulação (primitiva) do capital e sua reprodução (sobre as economias capitalistas), e para o campo, especialmente, pela acumulação via espoliação (sobre as economias não capitalistas).

O território então não é um mero ponto de partida, não somente terra, ou substrato, nem na maioria das vezes é claramente dissociável na paisagem, mas o território é o resultado da ação e tensão, negociação ou subalternização por entre os sujeitos/grupos sociais tendo em vista os pressupostos espaço-temporais das relações sociais. Isto é, nessa perspectiva, o conflito que está inerente à construção do território no interior do modo de produção capitalista (seja por relações capitalistas em essência ou não), é fator da expressão de relações

³ Em essência é o território imaterial para Fernandes (2008): “O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade” (p. 15). O território imaterial é paradigmático e se realiza concomitantemente ao território material, pois são indissociáveis.

de poder (relações e ações políticas), isso o torna um conceito eficaz para uma leitura do mundo a partir da Geografia Crítica.

Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão afirmamos que **conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente**. A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. **A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais**. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. **São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais** (FERNANDES, 2008, p. 2, grifo nosso).

É problemática essa tendência em aglutinar conflito e subdesenvolvimento, pois, como aponta Fernandes (2008) o conflito não é um processo externo ao desenvolvimento, é como a expressão espacial das contradições por razões não somente visíveis.

Todo conflito pressupõe uma rede de interesses e/ou, minimamente, ausência de acordo entre as partes envolvidas. No nível superficial o embate pode ser facilmente sanado, entretanto, em nível estrutural, a resolução atinge outras dimensões e escalas de decisões e poder que demandam reforma ou reestruturação. O conflito agrário faz parte do desenvolvimento estrutural do capitalismo no campo, porque o capitalismo é na sua origem a exploração do trabalhador, arrancando-lhe por meio da mais-valia, a acumulação primitiva ou original de capital (HARVEY, 2006 e 2014a).

“A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, [...] nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008, p. 5). A conflitualidade revela a tensão inerente ao conflito de modo processual, é como se em torno do momento do embate houvesse dinâmicas históricas e geográficas que proporcionaram tal situação e que se revelam em um prognóstico da continuidade da disputa territorial.

A disputa territorial evidenciada nas metodologias de tensionamento da realidade e de realidades tensionadas pode nos revelar caminhos para o desenvolvimento social no campo,

de modo, que sejam expostos os elementos que são frutos das relações de poder elencando uma questão agrária mal resolvida. Marques (2008b) fala a respeito de uma análise dialética que é tensionada nos conflitos como expressão mais honesta para validação de nossas análises. Nossas pesquisas para esta autora devem estar amparadas “numa abordagem dialética, que entende que os conceitos se referem a estados de estruturação ou estabilidades relativas, constantemente tensionados pelos conflitos, contradições e negatividades que emergem no processo de devir da realidade social” (p. 66).

De modo que “[...] as pessoas não são [sejam] objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem à exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho” (FERNANDES, 2008, p. 26). A conflitualidade está na natureza do território e das relações sociais no interior do modo de produção capitalista, por isso, se torna também evidente nossa a responsabilidade com diferentes visões de mundo intermediadas pela nossa visão de mundo. “O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades” (FERNANDES, 2009, p. 7). Os conflitos territoriais são a chave para desvendar as contradições do capital.

Felício (2010, p. 4) assevera, “os territórios imateriais se movimentam através da luta pelo poder de dizer criando suas próprias representações e significados das coisas num confronto discursivo característico da sociedade capitalista através da luta de classes pelo controle e domínio do território e pelo controle e domínio dos valores culturais”.

A quem serve nossa pesquisa?

Partimos em vista disso da prerrogativa de que nossas pesquisas servem de uma maneira ou de outra a interesses específicos, fortalecem ou minam territórios, no entanto, é fato que não podemos controlar de modo algum como irão se apropriar de nossos trabalhos, entretanto, podemos construir uma pesquisa que se situa entre o comprometimento científico e o comprometimento com os sujeitos examinados. Esse comprometimento é a responsabilidade, em primeiro lugar, com as visões de mundo e de sociedade desses sujeitos sociais protagonistas, interlocutores, de nossas pesquisas (FERNANDES, 2007 e 2013). Fernandes (2013) argumenta:

Quando construímos uma ideia e a manifestamos, propomos um debate e esta ideia embora seja referenciada, já não é mais somente do propositor, pois ou foi incorporada pelos coletivos de pensamento ou foi contestada. **Quando iniciamos a construção de uma ideia, estamos começando a construir um território imaterial, uma leitura, uma interpretação, que explicita nosso método, nosso referencial teórico, a metodologia utilizada** etc. Esta é uma marca de minha trajetória: construir ideias, criar espaços e territórios, cultivar as mudanças da realidade (p. 17, VOLUME 1, 2013, grifo nosso)

Para Fernandes (2013) esses processos cumulativos se realizam também nas disputas territoriais por projetos políticos distintos de sociedade, que são por excelência territórios imateriais. Os territórios imateriais para Fernandes (2013) estão diametralmente opostos, e são sinteticamente, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA), que desvelam uma disputa por assim dizer, territorial, no âmbito simbólico e político na defesa de projetos específicos na agricultura brasileira. “Os paradigmas, territórios imateriais, fazem a ligação entre a teoria e a realidade. E na medida em que estes representam concepções de realidade distintas, podem servir tanto para transformação social, bem como para a manutenção dos *status quo* dependendo da perspectiva político-ideológica assumida pelo intelectual” (CAMACHO, 2014, p. 106).

Os paradigmas não só dimensionam a leitura da realidade como também ação e práxis dos sujeitos que se dão dentro do PCA ou dentro do PQA nas suas mais distintas matizes/estilos de pensamento (FERNANDES, 2007, 2013; CAMPOS, 2012; CAMACHO, 2014).

Assim, duas questões que temos que tratar com comprometimento são: primeiro, a escolha do tema como caracterização de “um processo como relevante para uma investigação” (MARRE, 1991, p. 10), porque o objeto não é escolhido isolado de um sistema de valores, e o nosso caso não foi diferente quando escolhemos entender a questão agrária paulista com base na CGC de Girardi (2008). O mapa para ele é um instrumento poderoso que revela a intencionalidade da pesquisa. Todo mapa é como texto porque reflete desde o processo de construção, os elementos escolhidos, a cartografia apropriada, até o resultado estético final, uma visão de mundo. Para ele “assim como um texto, o mapa transmite a visão de mundo de seu autor e é, por excelência, parte do discurso geográfico e instrumento da análise geográfica” (GIRARDI, 2008, p. 43).

Segundo, a maneira de escolher nas ciências sociais procedem através da ruptura e crítica ao senso comum, a pesquisa não é fruto de uma geografia espontânea, pois de fato, esta será negada dialeticamente. Por isso, a proposta das dialéticas de Marre (1998, p. 9):

Dupla dialética: a) **uma dialética ascendente**, que vai da apreensão do tema empírico para sua construção, dentro de um quadro de hipóteses teóricas não somente válidas, mas igualmente relevantes; b) **uma dialética descendente** que, partindo da elaboração teórica efetuada no primeiro processo de dialética ascendente, tenta pelo contrário, torna-lo não somente operacional mas suscetível de uma demonstração ou de uma verificação empírica (grifo autor).

Não tão somente uma verificação, mas a produção de nossas pesquisas na tensão entre a teorização, a abstração, a metodologia e a concretude, como assinalado pelo geógrafo Nécio Turra Neto (2012). É preciso entender que não se pode chegar ao fato empírico sem recorrer a teorização e a abstração analítica, a teoria em nosso caso, pretende ser operacionalizada no sentido de contribuir diretamente para construção da pesquisa. A experimentação como teoria materializada pode nos auxiliar a traçar o paralelo da realidade da ciência geográfica e o trabalho de campo, galgando essa relação com o pressuposto da interação teoria, prática e vivência social atribuída ao desenvolvimento e objetivação da investigação pretendida.

Alguns critérios que podem auxiliar a traçar a relevância do objeto (MARRE, 1991, p. 15): “1) Relevância social (contribuição para a sociedade que se vive, 2) Relevância teórico-empírica (inovação e aplicação) e 3) Viabilidade (infraestrutura e estratégias na pesquisa)”. Aspectos estes que fluem para direção de que o trabalho de campo é a verificação empírica que tensiona nossas pesquisas por meio das categorias território e conflito. A base de tomar o **São Paulo Agrário** como nosso objeto é entender que a cartografia crítica não deve ser um instrumento que distorce ou generaliza a realidade mas que representa um método e um olhar específico comprometido com visões de mundo humanistas visando transformações sociais estruturais.

A Cartografia Geohistórica Crítica (CGhC) como uma provocação metodológica

Para o geógrafo Eduardo Girardi (2008) a Geografia Crítica, construída coletivamente no Brasil após a década de 1970, constituiu-se num forte embate com a Geografia Tradicional e a Geografia Pragmática. Esse embate que se realizava muito em virtude da preocupação em tratar e como tratar a exposição das desigualdades sociais e de uma leitura crítica e estrutural dessas desigualdades acabou por secundarizar o uso da cartografia como ferramenta crítica por ser ela um instrumento de representação usual das Geografias Tradicional e Pragmática. Para ele isto foi um retrocesso que na sua tese gerou uma contribuição para sanar este problema. Girardi (2008) apontou:

Esta visão do uso da técnica nos estudos geográficos acarretou negligência do uso do mapa e de técnicas estatísticas na Geografia Crítica. Disso decorre uma confusão entre visão do mundo e os procedimentos de pesquisa, como se a técnica tivesse vontade própria e o seu uso possibilitasse *somente uma leitura de mundo*. (GIRARDI, 2008, p. 52-53, grifos do autor)

Essa negligência por parte da Geografia Crítica levou este geógrafo a reflexionar sobre uma proposta teórico metodológica denominada Cartografia Geográfica Crítica (CGC)⁴. “A CGC é uma práxis cartográfica que compreende simultaneamente *teoria, método⁵ e técnica*.” (GIRARDI, 2008, p. 78, grifos do autor). Uma práxis cartográfica que gerou essa proposição teórico metodológica com resultado no *Atlas da Questão Agrária Brasileira*⁶, uma coletânea de mapas que foram construídos para exposição da questão agrária brasileira, a qual tem como mapa síntese o *Brasil Agrário*.

A CGC pode ser adotada, segundo ele, nas mais diversas áreas da Geografia Crítica na objetivação das pesquisas. Ele divide em duas as maiores bases de contribuição desta proposta: A teoria crítica do mapa na base de aproximação para esta análise com a Geografia Crítica, e a utilização do mapa nas pesquisas geográficas para “ênfatar as desigualdades sociais na análise do espaço geográfico” (GIRARDI, 2008, p. 46). Estabelecendo assim um discurso crítico na representação cartográfica que rompa com a homogeneização presumida pela globalização neoliberal (GIRARDI, 2008).

“O modelo de globalização neoliberal opera a favor da homogeneização cultural e formação de um mercado mundial através da liberalização e commoditização de tudo. Ao contrário, os movimentos sociais procuram o respeito à diversidade, redefinindo o desenvolvimento” (GIRARDI, 2008 p. 116), nesse contexto ele afirma, o que existe é “uma luta entre duas visões de mundo” (p. 116), ou seja, o conflito não é entre sujeitos sociais apartados da estrutura da luta de classes, mas projetos antagônicos em disputa, que se realizam no espaço evidenciado por conflitos territoriais “em sentidos diametralmente opostos” (GIRARDI, 2008, p. 117).

⁴ “Na CGC, assumimos que esta concepção crítica só é contemplada no processo de mapeamento com a adoção, de forma associada, de três abordagens cartográficas: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica. Além da adoção da teoria crítica do mapa, a *crítica* de nossa proposta teórico-metodológica está em assumir os fundamentos da Geografia Crítica e, por isso, enfatizar o uso do mapa para a análise das desigualdades e contradições do espaço geográfico e dos diferentes territórios. Desta forma, embora tenha sido desenvolvida paralelamente ao Atlas da Questão Agrária Brasileira, a CGC pode ser adotada nas diversas especialidades da Geografia; é uma proposta teórico metodológica *para a Geografia*.” (GIRARDI, 2008, p. 26).

⁵ “[...] método é como o autor pensa, representa e analisa o espaço, por isso compreende sua intencionalidade. Propomos que a CGC, como parte do método particular de cada pesquisador, tem como característica, assim como a Geografia Crítica, a ênfase nos problemas sociais e a promoção de uma cartografia geográfica com preocupações sociais” (GIRARDI, 2008, p. 79).

⁶ Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>.

O objetivo de nossa dissertação de mestrado foi colocar em prática a proposta metodológica desse geógrafo aproximando a teoria crítica do mapa, a desconstrução das representações hegemônicas e a ênfase nas desigualdades sociais, como um diagnóstico que obteve como resultado uma coletânea de mapas formando um atlas com foco no estado de São Paulo que foi denominado ***São Paulo Agrário***. Esta coletânea de mapas evidenciou um nível profundo de disputas territoriais no estado de São Paulo na Era Democrática, entre camponeses e ruralistas.

Entendemos que a complexidade das disputas territoriais entre camponeses e ruralistas são algo muito mais denso que um diagnóstico cartográfico crítico. Por isso, queremos contribuir com a CGC a partir da proposição da Cartografia Geohistórica Crítica (CGhC) que acrescenta o elemento dialético e empírico a proposição de Eduardo Girardi (2008).

Isto é, nossa proposição se realiza tão somente a partir do método materialista histórico dialético, e na *geograficidade* pelas lentes daquilo que David Harvey (2006, 2014a e 2014b) nomeia como “materialismo histórico-geográfico” enfatizando uma leitura do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo a partir das geografias desiguais e manutenção ou não dessas assimetrias nas disputas territoriais.

Vemos então um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização agindo de modo contínuo ao longo de toda a história geográfica do capitalismo [...] Armados com esses conceitos, podemos, creio, compreender melhor o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual. (HARVEY, 2006, p.88).

A cartografia crítica pode ser essa ferramenta de interpretação da produção do desenvolvimento geográfico desigual, a partir da neoliberalização dos Estados nacionais, como um instrumento de desconstrução das desigualdades sociais nas contradições do modo capitalista de produção (HARVEY, 2014b). Que em virtude disso deve ser obrigatoriamente rebatida pelo trabalho de campo com vistas ao recorte espacial da pesquisa em questão privilegiando os sujeitos da pesquisa pela construção dos seus territórios tensionando a construção da pesquisa e propondo outros caminhos possíveis.

A CGhC se coloca como uma provocação metodológica às nossas pesquisas em Geografia. Nessa direção, foram duas as nossas hipóteses de pesquisa que nos apontaram os caminhos a serem construídos. 1) A de que a CGC serve superficialmente a Geografia Crítica sem o rebatimento de campo; essa práxis cartográfica não resolve a realidade e se não nos atentarmos, ela pode colaborar com a invisibilização de sujeitos e grupos sociais, desse modo,

neste trabalho, procuramos tensionar a aplicação da CGC com os trabalhos de campo. 2) Na era da globalização neoliberal o agronegócio pode ser entendido como latifúndio (improdutivo e produtivo) historicamente produtor de desigualdades, pois é essencialmente uma instituição/cadeia de lobby e de controle social e não de produção agropecuária; e na sua oposição estão as experiências camponesas, que mais recentemente qualificam a reforma agrária a partir de outro paradigma, o paradigma agroecológico⁷.

Assim, a CGhC é corroborada neste trabalho na incorporação da necessidade deste rebatimento de campo a construção crítica dos mapas, não é cartografia social na sua expressão conceitual, nem meramente artística, mas uma cartografia que coopera com os interlocutores de cada trabalho estruturado a partir do método materialista, contribuindo com esta prática essencial dentro do contexto de Geografia Crítica, o empirismo e comprometimento que validam nossas pesquisas. Estabelecendo elementos que nos permitem aproximação sensível entre a representação cartográfica temática crítica evidenciando as lacunas e tensões produzidas por esse discurso, e o seu rebatimento na leitura dialética da realidade e no trabalho de campo.

Deste modo, o *São Paulo Agrário*, vai da confecção de uma coletânea de mapas enfatizando a desigualdade social na dissertação para se tornar o objeto de nossa tese. Nossos mapas são objetos do estudo e não um fim em si mesmo. Explorando nessa direção as disputas territoriais entre camponeses e ruralistas na era democrática no Brasil e mais precisamente na era da globalização neoliberal a partir do estado de São Paulo. Onde o argumento central se estabelece a partir das disputas territoriais, na luta de classes nesse estado, e estruturada na visão global do capitalismo monopolista financeiro e nacional do capitalismo rentista, onde as classes sociais se apropriam de modo diferenciado da terra na qualidade do seu meio de produção dando diferentes tons espaciais e arranjos estratégicos em redes.

A CGhC expressa a necessidade de que toda elaboração de cartografia crítica esteja colada a prerrogativa do trabalho de campo, da valorização da empiria. Por isso, as partes são rebatimentos de uma mesma realidade, *Parte a* e *Parte b* não são meros paradoxos, são partes que se pertencem, não necessariamente iguais e conciliatórias, mas que compõem uma lógica muito mais complexa do que a de antagonismos ou dicotomias. Onde as estruturas de poder não são neutras e nem mesmo a nossa cartografia, e o que está em disputa é a produção do espaço geográfico em paradigmas opostos que igualmente legitimam territórios antagônicos.

⁷ Será tratado com mais detalhes no capítulo 1 a *Parte a* deste trabalho.

Harvey (2006) argumenta sobre este tema tendo em vista uma análise do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels.

A leitura geográfica do *Manifesto* apresentada no capítulo 2 enfatiza o caráter não neutro das estruturas e dos poderes espaciais na intricada dinâmica espacial da luta de classes. Essa leitura revela que a burguesia adquiriu suas forças *vis-à-vis* modos de produção precedentes ao mobilizar domínio do espaço como força produtiva peculiar a si mesma. Mostra que burguesia vem aprimorando e protegendo continuamente seu poder mediante esse mesmo mecanismo. Segue-se, portanto, que, enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaço, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força. Do mesmo modo, só quando aprender a lidar com as condições e diversidades geográficas e históricas de sua própria existência vai ao movimento da classe trabalhadora poder ser capaz de definir, articular e defender uma alternativa socialista realista a dominação capitalista. (HARVEY, 2006, p. 71 e 72)

Com este compromisso, para Harvey (2006), o materialismo histórico-geográfico dialético não só cola história e geografia, mas potencializa uma leitura analítica de classes para além de romantismos e triunfalismos, ou seja, David Harvey (2006) teceu para os geógrafos a importância da história, porque para ele a história não pode ser escrita sem uma profunda consciência de espaço, e a Geografia (Crítica) também não pode ser feita sem consciência da importância dos processos históricos em uma análise estrutural das relações de poder.

Mesmo a expressão “materialismo histórico”, observo, apaga a importância da geografia, e se venho empenhado nos últimos anos para implantar a ideia do “materialismo histórico-geográfico” é que a mudança dessa terminologia nos prepara para olhar com mais flexibilidade e, espero, mais coerência a significação em termos de classes de processos como a globalização e o desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 1996). Temos necessidade de maneiras bem melhores compreender, ainda que não de resolver politicamente, a tensão subjacente que opõe aquilo que muitas vezes degenera quer numa teleologia temporal de triunfalismo de classe (em nossos dias representado pelo triunfalismo da burguesia contido na declaração do fim vitorioso da história), que numa fragmentação geográfica que parece incoerente e incontrolável, de um lado, e outras formas de luta social travadas nos mais remotos recantos perdidos da terra, de outro (HARVEY, 2006, p. 81-82).

Por isso, a noção das duas partes em nossas pesquisas é uma noção mais justa, se é que podemos colocar desse jeito, com os sujeitos que produzem diariamente a realidade da questão agrária brasileira e paulista. Também é mais justa com nós mesmos, pois não tiramos

o peso das nossas obrigações e compromissos com estes sujeitos, e com a práxis em Geografia Crítica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

CGhC: articulando cartografia crítica e campos de pesquisa

A partir da **pesquisa quantitativa** e a **pesquisa qualitativa**⁸ nosso trabalho se desdobrará, em virtude do extenso corpo socioespacial que vamos investigar, num primeiro momento na **Parte a**, “Disputas paradigmáticas na era da globalização neoliberal e a questão da terra” e num segundo momento na **Parte b**, “Campe sinato e agroecologia: da reforma agrária a mesa”.

Na **Parte a** nossa proposta é evidenciar o arcaico latifúndio como coluna dorsal do globalizado agronegócio, explicitando a (ir)racionalidade do modelo rentista somada ao pacote tecnológico insustentável do *agribusiness*, ou o que alguns intelectuais denominam paradigma do agronegócio. A expressão do capitalismo no campo é acumulação via espoliação em Harvey (2014a) que é pura violência territorial a formas de produção não capitalistas. Constituímos dessa maneira a **negação** da sociedade e do bem estar social:

[...] A fracassada ‘revolução verde’ que é, também a expressão máxima da destruição da agrobiodiversidade, a **negação da natureza**: monoculturas, técnicas capital-intensivas, expulsão dos camponeses do campo, marginalidade e criminalidade urbana.

Alta concentração da propriedade da terra, marginalidade [...] e todas as mazelas que vem com o mau uso da biotecnologia, da transgenia e da nanotecnologia, que são as expressões máximas da **negação** (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 31, grifos do autor).

A construção dessa negação terá como alicerce as leituras de Karl Marx (1974 [1894]), David Harvey (2006, 2014a e 2014b), José de Souza Martins (1979 e 2011), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986, 2003, 2007 e 2010) e Eliane Tomiase Paulino (2006, 2008a, 2008b, 2010, 2011a, 2011b e 2015) sobre a questão da terra no desenvolvimento ampliado do

⁸ Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa, para Turra Neto (2012), não se baseia em pressupostos valorativos, mas está inerente a origem da produção das informações. No quantitativo o material é basicamente de natureza numérica e no qualitativo o material é basicamente de natureza discursiva e promove uma ciência dialógica que prevê “1. Reconhecimento do sujeito investigador como portador de subjetividade e de um corpo, que entram diálogo com os sujeitos do campo; 2. Reconhecimento de suas limitações abre espaço para o diálogo com o leitor. Um reconhecimento de que os discursos que a pesquisa constrói sobre a realidade são os discursos possíveis e seus limites são dados pelas formas de conduzir a pesquisa”. (p. 5).

capitalismo (no campo), sua irracionalidade racional, e a evolução da questão agrária brasileira no processo cumulativo da geografia e da história da formação do patronato como classe social hegemônica, compreendida no século XXI a partir do binômio agronegócio-latifúndio.

A **Parte b**, “Campesinato e agroecologia: da reforma agrária a mesa” será a **negação da negação**. A sua base epistemológica será cumulativa nos autores já citados e somadas as contribuições de Teodor Shanin (1983, 2005 e 2008), Miguel Altieri (2012 [1989]), Marta Marques (2008a e 2008b), Clifford Welch (2009, 2010, 2012 e 2014), Bernardo Mançano Fernandes (1994, 2000, 2001 e 2012), Eduardo Guzmán e Manuel Molina (2013).

A **negação da negação** se expressa nos conflitos territoriais onde os “[...] movimentos contestatórios [...] [se colocam] em oposição ao modelo reducionista do agronegócio, da ‘revolução verde’ que ademais, atenta contra a agrobiodiversidade, portanto, contra a vida. É o início da **negação da negação**” (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p. 32, grifo do autor). Essas mobilizações assumem formas diversas em rede para construção do diálogo possível da agroecologia como a síntese de um modo de produzir/fazer camponês. É como se o diálogo camponês com a globalização da esperança, nos espaços de esperança, atendessem por agroecologia.

E assim, contraditoriamente, os agrotóxicos na qualidade de “insumos modernos”, e a ampliação da voracidade do latifúndio expropriando e extinguindo povos do campo gerando movimentos reivindicando a qualidade e distribuição na produção de alimentos que recaem sobre a questão do uso da terra, o conflito territorial entre terra de trabalho *versus* terra de negócio e a “contradição da revolução verde *versus* sociedade. O tema ultrapassa o âmbito rural e torna-se mundial”, e na negação da negação, “esses movimentos caminham para a solução da contradição, concretizada na agroecologia” (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p. 33), a constituição da síntese dessa dialética.

O rebatimento da cartografia do **São Paulo Agrário** foi o desenvolvimento de trabalhos de campo⁹ com foco em visitas e vivências tanto para apreender o discurso

⁹ Os trabalhos de campo realizados no ano de 2015 foram: os campos de reconhecimento (entre 5 de maio e 15 de maio de 2015 com 2450 km rodados por São Carlos, Ribeirão Preto, Serra Azul, Jarinu, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra e Apiaí); um campo de visita em Araçatuba para entrevistar o presidente da UDOP, Antônio Salibe (2 de junho de 2015 com 400 km rodados); o primeiro campo de vivência em Ribeirão Preto, no PDS Fazenda da Barra, assentamento Mario Lago, que foi decisivo nos passos seguintes (entre 13 de julho e 30 de julho de 2015, com 1300 km rodados por Ribeirão Preto, Franca, Restinga, Sales de Oliveira, Batatais e Serra Azul); e o segundo campo de vivência em Apiaí, no PDS Luis David de Macedo e na CooperaFloresta, onde esses novos direcionamentos amadureceram (entre 13 de setembro e 29 de setembro de 2015 com 2200 km rodados por Apiaí, Barra do Chapéu e Barra do Turvo). Depois disso nos preparamos para o relatório de qualificação de doutorado em março de 2016 que influiu diretamente no aprofundamento e direcionamento desta

hegemônico do patronato, como também para dar visibilidade as vozes silenciadas por este discurso hegemônico acessando as metodologias da observação participante (e não participante) e a história oral¹⁰ nos campos selecionados como estratégia qualitativa de apreensão dessas realidades.

O *São Paulo Agrário* é o nosso objeto, quer dizer, nossa contribuição na CGhC é compreender que a cartografia temática precisa estar amparada pelo método materialista histórico-geográfico dialético. O pesquisador precisa sair da sua zona de conforto e criar possibilidades de que sua pesquisa não seja um reflexo do que ele faz de melhor, mas da sua capacidade investigar a realidade em quem vive. E nesse contexto então, as vozes dos sujeitos são alvo de nossos esforços do ouvir/ver/viver ao interpretar para contextualizar os conflitos e as lutas desses sujeitos no limiar do século XXI.

[...] na sociedade capitalista a leitura e a escrita são instrumentos de status/poder, por isso ao longo da história foi tratada como um privilégio das classes dominantes, logo, a fala era a única alternativa das classes subalternas. Enquanto isso, as classes dominantes contavam a história na sua versão e disseminavam a sua ideologia. Os sujeitos subalternos ficaram durante muito tempo sem o direito de se apropriar dos códigos da cultura letrada, ou seja, ficaram submetidos a — “[...] privação absoluta ou quase absoluta de símbolos e objetos da cultura letrada [...]”. (BRANDÃO, 1999, p. 35) (CAMACHO, 2014, p. 29).

Queremos “reviver” a história dos grupos sociais silenciados na sua construção diária, por isso acessamos duas metodologias, a observação participante no intuito de observar o “chão” das relações (o “não dito”) – organicidade e relações sociais –, expresso e percebido através da vivência em alguns assentamentos; e a história oral para articular dialeticamente o que foi observado com o discurso (o “dito”) no entrecruzamento com a militância dos indivíduos entrevistados (abordagem de entrevistas semi-diretivas). Seguem os questionários realizados e as pessoas entrevistadas - guardando o sigilo de identidade daqueles que solicitaram tal atribuição - que estão citadas neste trabalho.

pesquisa. No ano de 2016: fizemos campo em Gália, PA Luiz Beltrame (nos dias 30 e 31 de janeiro de 2016 com 500 km rodados nessa região); um campo na cidade de São Paulo para entrevistar o presidente da ABAG, Caio Carvalho, e um diretor da UNICA, R (de 28 de fevereiro a 2 de março com 1220 km rodados); mais um campo em Ribeirão Preto, no Mario Lago (dos dias 3 a 7 de julho com 1600 km rodados); e por último, o campo em Barra do Turvo no Seminário de fechamento do projeto Agroflorestar (dos dias 13 a 16 de setembro com 2100 km rodados).

¹⁰ A história oral baseada no trabalho do historiador José Meihy (2002). E para estratégia de entrevistas acessamos a instrumentalização em Colognese e Melo (1998).

Quadro 1. Roteiro das entrevistas de campo¹¹

Entrevistados/Citados	Roteiro de entrevistas
CAMPONESES: Kelli Mafort e Carmen (assentadas do PDS Fazenda da Barra – Mario Lago – Ribeirão Preto (SP)), Nelson Correa (agrofloresteiro e assentado no PA Contestado – Lapa (PR)), e Vandéi Lima e Cristine (assentados do PDS Fazenda da Barra – Mario Lago – Ribeirão Preto (SP))	1. Seu nome, idade e o local de onde veio. ~~Movimento que participa.~~ <i>(a questão 1 era realizada somente com interlocutores onde não havia pessoalidade na interação, casos de visita apenas).</i> 2. Conte sua trajetória para entrar no movimento e sua trajetória já no movimento. 3. Fale a respeito da trajetória de lutas específicas para conquista deste assentamento. 4. Fale como você entende a luta do seu movimento. Fale sobre a luta na região. 5. ~~Você se considera um camponês, por quê?~~ 6. Descreva o seu assentamento (ou o seu lote) e o seu papel na administração dele (Educação, Produção, Lazer, etc.). ~~Qual a importância dos projetos de educação para você e para o movimento.~~ 7. Fale sobre a inserção do seu assentamento (ou o seu lote e os integrantes do assentamento que tenha conhecimento) nas políticas públicas voltadas ao agricultor familiar (PRONAF, “PRONAFinho”, PAA, PNAE, PPAES, etc). <u>Que políticas foram acessadas e qual situação dos lotes com o endividamento.</u> 8. <u>Como surgiram essas novas relações e essa interlocução entre Sistemas Agroflorestais e Movimento? Como isso qualifica a resistência e o que isso significa no seu lote?</u> 9. ~~Como foram os diferentes governos estaduais e federais no auxílio a vida no campo e também nas questões de assistência técnica.~~ 10. <u>Esse último espaço deixamos aberto para que o interlocutor possa acrescentar algo ou fazer um fechamento de sua fala, livremente.</u>
RURALISTAS: G (UDR – Pres. Prudente (SP)), Antônio Salibe (presidente da UDOP – Araçatuba (SP)), ¹² Caio Carvalho (presidente da ABAG – São Paulo (SP)), e R (UNICA – São Paulo (SP))	1. Seu nome, idade e o local de onde veio. Entidade que representa. <i>(a questão 1 era realizada somente com interlocutores onde não havia pessoalidade na interação, casos de visita apenas).</i> 2. Conte sua trajetória para assumir essa posição na entidade. 3. Como você entende a expansão do agronegócio pelo Brasil. Em contraste a isso como você entende a questão agrária brasileira e as lutas dos movimentos sociais no contexto pós-ditadura militar? 4. Quais são as estratégias de expansão e produção do momento? Fale sobre como a sua entidade tem procurado acessar investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, para conquista de novas áreas de produção. 5. Como você vê a chamada estrangeirização da terra, algo bom ou ruim? Acredita que o protecionismo é algo útil ou inútil, se referindo a reserva da propriedade para cidadãos ou a reserva do mercado (também da terra) somente para produtores nacionais? 6. Quais foram as piores crises históricas relacionada à produção e

¹¹ As partes sem nenhum grifo foram mantidas dos originais, as partes sublinhadas foram modificadas e/ou acrescentadas, as partes riscadas foram as partes retiradas. Essas mudanças foram necessárias em função da adaptação à realidade das pesquisas, das nossas ingenuidades que foram maturadas e das nossas limitações teóricas que foram expostas e reinventadas para melhor aproveitamento do potencial do discurso do interlocutor.

¹² Entrevista realizada junto ao professor Dr. Clifford Welch.

	como isso repercutiu nas estratégias de atuação e redirecionamento de investimentos. 7. O setor sucroalcooleiro vive uma crise a partir do estado de São Paulo? E a soja? 8. Fale sobre a inserção cada vez maior de novos produtores a favor da expansão da agricultura familiar e do agronegócio. Como você entende esses dois conceitos e especialmente estes dois agentes de construção do espaço. 9. ~~Fale sobre a educação do campo no interior da agricultura familiar e do agronegócio, o ensino e capacitação dos produtores.~~ 10. Como foram os diferentes governos estaduais e federais no auxílio à concretização do agronegócio. 11. <u>Esse último espaço deixamos aberto para que o interlocutor possa acrescentar algo ou fazer um fechamento de sua fala, livremente.</u>

Com relação as vozes registradas dos camponeses é preciso lembrar que foram realizadas entrevistas através de visitas e sobretudo, vivências, numa aproximação desde o primeiro ano de pesquisa, e até antes disso, em pesquisas anteriores. Por isso, há nelas uma profundidade evidente na direção de compreendermos suas capacidades de mutação como sujeito pela sociedade, e como sujeito e coletivo formando um movimento social, explicitando a capacidade e criatividade da defesa dos seus territórios. Optamos por utilizar a voz dos camponeses no contexto total da entrevista porque relata a sua história amarrada com construção da agroecologia no contexto de movimento social. Já, no que diz respeito ao patronato/ruralistas, percebemos através de suas entrevistas que há um discurso programado inicial, e depois disso, um relaxamento na conversa que expõe aspectos importantes da sua formação e da defesa de seus territórios. Por isso, no que se refere ao uso das entrevistas, selecionamos trechos específicos que refletem nossa argumentação em torno desta classe social.

Nossa preocupação é expor através das experiências do indivíduo a expressão da coletividade no contexto espacial e temporal, a conjuntura das disputas territoriais (materiais e imateriais), onde esses sujeitos geram espacialidades, territorialidades e escalas a partir deles e das suas relações com o outro, produzindo uma diversidade de significações (MAY, 2004) na construção da memória dos processos de conquista e organização-reprodução do modo de vida camponês ou do modo de produção (da agricultura) capitalita. É sabido que não pudemos estabelecer nossa vivência como nos estudos etnográficos de Geertz (1978), então estamos propondo uma razão para alinhar tempo de pesquisa (as demandas da instituição de fomento) e tempo de conhecimento (a maturação do conhecimento produzido pelo pesquisador).

Como expressa Turra Neto (2012) essa verificação da realidade não é uma demanda do campo para com o pesquisador, mas do pesquisador para com o campo que enfatiza o

comprometimento com a ciência geográfica. A verificação não é verificação em si como espontaneísmo, mas como produção de informação a partir do contato direto e indireto na interpretação das realidades diversas, tensionadas e vividas.

“Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”¹³

Este é o título de um texto de 1941 do revolucionário líder chinês Mao Tsé-Tung. Mao Tsé-Tung assevera sobre essa frase tão polêmica: “sem dúvida [essa expressão] não visa profissionais da pesquisa científica em ciências sociais: interpela claramente os profissionais da revolução” (p. 93). Entretanto este autor também não tira o peso de como essa interpelação deve nos fazer reflexionar entre ação política e pesquisador-pesquisa. Entrementes, o trabalho de campo, ou a pesquisa de campo, não é refém da neutralidade da ciência como já explicitamos, e a preocupação central deste trabalho é a quem nossas pesquisas servem, e especialmente, como elas podem se realizar de modo autentico/honesto e militante sem comprometer a credibilidade do pesquisador.

Para tanto, recorreremos a uma formulação do trabalho de campo como responsabilidade das nossas reflexões:

Trabalho de campo é um processo contínuo de reflexão e alteração do foco das observações de acordo com os desenvolvimentos analíticos. Ele permite aos pesquisadores presenciarem as ações das pessoas em situações diferentes e fazerem-se rotineiramente uma miríade de perguntas a respeito das motivações, crenças e ações. (MAY, 2004, p. 186).

Não basta expormos as estratégias de como iremos a campo, mas aprofundarmos um pouco mais o debate imprescindível do trabalho de campo como instrumento de pesquisa. Para tanto, é necessário destacar que o desenvolvimento da Geografia Crítica no Brasil, a partir de 1970, priorizou a fundamentação e a construção do método e do objeto nos trabalhos geográficos, hoje vemos, em detrimento do fundamental e esquecido debate a respeito das metodologias para Geografia agrária. “O que não significa que não se saiba fazer pesquisa em geografia, mas tão somente que não se reflete criticamente sobre o processo de pesquisar, não se avalia criticamente como o novo conhecimento está sendo produzido na nossa ciência” (TURRA NETO, 2012, p. 8). Turra Neto (2012) tem se dedicado a provocar-nos enquanto pesquisadores, a questionar o que entendemos enquanto trabalho de campo e como vemos a

¹³ Texto de 1941 traduzido pelo Boletim Paulista de Geografia, e está integrado ao artigo de Bernard Kaiser (2006).

produção da informação através da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa em geografia, vieses não valorativos, mas etapas que se completam e se sobrepõem na construção do trabalho científico e dialógico.

Shanin (2008) reforça a importância de se fazer o campo, porque é crucial não esquecer que o método e teoria não tem validade se não conseguir contemplar a realidade, e a partir disso, somente o trabalho de campo pode objetivar a pesquisa. Ploeg (apud DE CARVALHO, p. 32) diz sobre a necessidade de compreender o camponês a partir do meio em que foi gerado como sujeito social:

A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia (Gouldner, 1978)⁵³ para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente. As respostas e o ambiente se definem e se constituem mutuamente, logo não é possível entender uma coisa sem a outra.

As respostas do campesinato são construídas ativamente na resposta ao meio em que eles estão sendo concebidos como sujeitos sociais. E numa leitura dialética, por isso, a ida e vivência no campo, o conhecimento dos sujeitos deverá fazer parte de nossa construção. Kaiser (1985) foi um dos que se preocuparam com o debate metodológico fundamentado no método dialético, e ainda hoje, esse trabalho, nos traz contribuições significativas sobre o olhar, sobre a situação social e as categorias geográficas como arcabouço de sustentação para interpretação da luta de classes.

A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente, ele nada mais é que um dos elementos do sistema social. (KAISER, 1985, p. 97).

A priori, o conceito de trabalho de campo em geografia nos parece, de modo precipitado, resolver metodologicamente a pesquisa, e pior, a realidade. No entanto, ele está muito além da resolução da realidade em vias de pesquisa, porque o trabalho de campo consiste em pensar as estratégias adequadas de interlocução entre sujeito e pesquisador. Nas terminologias de Marre (1991), o movimento contínuo e simultâneo da “dialética ascendente” (teoria e abstração) à “dialética descendente” (realidade e concreto) na construção do objeto científico na pesquisa empírica. Uma pesquisa que se constrói construindo.

O campo nos dará também repertório para refletir/formar nossos questionamentos e problemáticas, não a ponto de ser ingênuo em esperar uma espontaneidade de respostas, que muitas vezes são superficialmente programadas, mas de buscar no sujeito as interlocuções e conectividades das relações com sua memória, léxicos, identidade e o fio condutor da construção coletiva da geografia dos sujeitos. “Se este levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários a análise e a explicação, ele deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social”. (KAISER, 1985, p. 96).

A metodologia em Geografia não pode ignorar os processos de embate, conflito e disputa, pois é aí que se dá a riqueza da construção dos sujeitos do/no campo. Ignorar conflitualidades é desmembrar a história e a geografia das ações dos sujeitos no processo de (re)significação das suas vidas, dos seus territórios no modo de produção capitalista. Isto não poderia ser frequente quando tratamos a geografia como uma ciência inerente ao empírico, inerente a experiências além das quatro paredes do escritório.

Pensando nisso, o sociólogo Renato Ribeiro (1999) escreveu o texto *Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme*, onde ele narra seus anseios por uma derradeira busca pelo conhecimento que é apaixonante, “a libido de pensar” (p. 190). Isso retratou para ele a perda da busca pela inovação, é óbvio nas suas palavras que não é “reinventar a roda”, mas abandonar as bibliografias e autores que nos inspiram como muletas e entrar no campo fora da nossa zona de conforto, abandonando o ele que chama de terreno conhecido ou terra firme, onde se parece que há uma constatação de hipóteses e não um tensionamento da teoria e empiria, simplificando os sujeitos e objetos.

Ribeiro (1999) levanta o debate sobre a diferença entre tempo de pesquisa e tempo de conhecimento, e questiona a respeito das imposições burocráticas na vida do pesquisador, não que não devam existir, mas talvez essas exigências tem sido por demasiado exageradas implicando na falta de zelo e comprometimento com as práticas de campo e com a construção e produção do conhecimento.

É fato que a reestruturação produtiva do capital chegou ao conhecimento e na construção desse conhecimento, a diferença de tempo de conhecimento e tempo de pesquisa reiteram está afirmação. O capital impõe a lógica do produtivismo acadêmico que culmina na aceleração do tempo de conhecimento, na maioria das vezes um tempo de conhecimento sem maturação devida. Entretanto, o tempo da pesquisa é relegado ao modelo direcionado pelas agências de pesquisa e programas de pós-graduação, tempo esse, que convive com as

emoções – da frustração e da catarse – na criação metodológica e desenvolvimento do trabalho do pesquisador encaminhado como valor de troca e não como valor de uso.

Assim, de modo dialogar entre os tempos de pesquisa e tempo de conhecimento, sistematizamos com base em Geertz (1978 e 1989), Kaiser (1985), Lacoste (1985), Ribeiro (1999) e Turra Neto (2012), dois tipos fundamentais no trabalho de campo que foram parte integral de nossa pesquisa, e que podem servir no fomento a debates posteriores.

- 1) **Visita de campo:** Visitação (ambiente de formalidade que valoriza a objetividade) se expressa na rasa flexibilidade de produção de informações. Relativo às possibilidades apresentadas no período de graduação até o mestrado ou que se faz necessária em tempos curtos de investigação (contato superficial). A visita de campo se realiza na interlocução entre pesquisador e pesquisa para os sujeitos que colocam pouca disponibilidade de tempo para o encontro, ou sujeitos que não querem fornecer espaço para vivência por motivos diversos, ou sujeitos que por não serem centrais no trabalho em questão, esse tipo de intervenção seja suficiente. A visita é sempre um contato mais superficial e objetivo, onde se respeitam os limites do bom senso e o tempo curto também, é aspecto limitador da interação e da produção das informações, e por consequência, das reflexões.
- 2) **Vivência de campo:** Vivência (ambiente de informalidade que valoriza a subjetividade e não descarta a objetividade) possibilita a profunda flexibilidade de produção de informações (contato objetivo e subjetivo pessoal e intermitente). A vivência em nosso trabalho não é somente vivência em si, mas apropriação das técnicas e trabalhos de visita somando-se as técnicas e produções relacionados ao período de vivência. A vivência incorpora a visita, pois na aplicação da vivência também aplica-se por vezes a visita para estimular a relação com a comunidade e o encontro com outros agentes produtores do espaço, que sejam estratégicos no contexto da pesquisa em vista. É adequado um período de pesquisa mais intenso e extenso (não é um período específico onde saímos de uma realidade e entramos em outra, mas um processo em que lentamente passamos a viver a outra realidade). Por exemplo, do mestrado e doutorado em diante. Aí serão situados os sujeitos que permitirem esse momento de vivência, na criação efetiva de um determinado grau de afinidade para tanto. Em nosso caso, a vivência foi realizada como opção da soma dos tempos de aproximação, visita, vivência e acompanhamento das realidades objetivadas. A vivência foi um processo de acompanhamento e não somente de estabelecer um

contato específico por quantidade de tempo delimitada. Esse acompanhamento resultou na formação de afinidades que permitiram inclusive o convite ao fechamento do projeto Agroflorestar que selou esta tese com qualidade do tempo de troca conhecimento e de trabalho. Em nosso projeto foram 2 anos com tempo de acompanhamento físico e tempo de acompanhamento virtual (telefone, facebook, email e whatsapp). Em ambos os tipos de contato de campo é essencial o respeito ao interlocutor, não se “desce do ônibus” ou de qualquer outro meio de transporte, como se estivesse indo a um passeio, mas se respeitam os sujeitos criando um ambiente de cordialidade onde privilegia-se o contato visual em detrimento do aparato instrumental (câmeras, tablets, gravadores, etc). Nessa perspectiva estivemos em campo somente com o celular e um pequeno bloco de notas com uma caneta, tudo se ajustava ao tamanho de um bolso. As fotos eram todas registradas pelo celular e antes de dormir era o momento quando sistematizava todas as anotações de campo em meu caderno de campo.

É imprescindível, olhando para essas definições que não se separem esses momentos, eles foram indissociáveis em nossa pesquisa e refletem dialeticamente o processo de maturação pesquisador-pesquisa. A visita e a vivência de campo se mostram distintas no objetivo e profundidade, mas são ferramentas indispensáveis a pesquisa em Geografia Crítica conforme a flexibilidade necessária a cada pesquisa e a cada caso específico.

Nesse interim, as questões que nortearam nossos campos: a) Quais são os elementos de fluxo, a amplitude da mobilidade e a identidade dos camponeses, desde a história da conquista de seus territórios até a atualidade da sua vivência?; b) que fatores relacionais permitem a (re)produção criativa do camponês e a articulação legitimadora ao seu modo de vida? Quais fatores permitiram a metamorfose da classe ruralista ou latifundiários para as significações da cultura do agronegócio e do seu discurso?; c) na circunscrição da observação participante é possível estabelecer conexões ou não conexões entre unidade da multiplicidade e diversidade com o entendimento de camponês enquanto classe social? No discurso dos representantes do paradigma do agronegócio quais as possibilidades de extrair as conexões ou não conexões para uma reflexão de classe social?

Essas questões tem servido a pesquisa no intuito de fomentar a produção de dados no levantamento bibliográfico aos trabalhos de campo, indo e voltando no intuito de construir os roteiros de entrevista abordando as possibilidades abertas por cada sujeito na interlocução da pesquisa. O campo, definitivamente, não está só e independente para resolver a pesquisa, mas

para questionar nossa tendência em generalizações simplistas, e tensionar metodologias e método com a realidade possível a ser alcançada.

Em nosso caso o contato com o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Fazenda da Barra, especificamente o Mario Lago (assentamento dentro do assentamento), nos possibilitou a projeção do acompanhamento crítico de um marco histórico na produção agroecológica para os movimentos camponeses no estado de São Paulo, uma rede de solidariedade a partir da ligação entre MST e CooperaFloresta. Paradoxalmente, a entrevista com Antônio Salibe, presidente da UDOP (União dos Produtores de Bionergia) foi central para abrir espaço para entrevistar outras referências do agronegócio brasileiro que também estabeleceu um diálogo em nossa pesquisa sobre a herança do latifúndio como a base do agronegócio dentro do capitalismo monopolista financeiro. Nosso mapeamento foi objetivado também por meio das vivências de campo, pois em conversas informais e na observação participante foi apontado para onde poderíamos olhar e como poderíamos construir, de modo estratégico, nossa pesquisa.

Parte a

*Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente
Vocês desterram povaréus ao léu que erram
E não empregam tanta gente como pregam
Vocês não matam nem a fome que há na terra
Nem alimentam tanto a gente como alegam
É o pequeno produtor que nos provê e os
Seus deputados não protegem, como dizem
Outra mentira de vocês, pinóquios véios
Vocês já viram como tá o seu nariz, hem?*

Reis do Agronegócio (Chico César)
Álbum: Estado de Poesia (2015)

**Disputas paradigmáticas na era da
globalização neoliberal e a questão da terra**

1. A ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: regimes (agro)alimentares e disputa paradigmática

1.1 Novo imperialismo: as políticas globais e as suas instituições de comando

A era da globalização e os seus *think tanks*¹⁴

A globalização parece como “o último grande presente do Iluminismo” segundo o geógrafo Richard Peet (2010, p. 3). No entanto, para ele, a aparência de integração e encurtamento das distâncias em verdade tem uma forma muito mais sombria quando assume o enlace de instituições financeiras globais que concentram poder passando de Londres para Nova Iorque-Washington, dentre outras poucas cidades do mundo, onde a influência na produção da realidade é incisiva a partir do mercado global do capital financeiro (PEET, 2010). O discurso é ainda mais poderoso na qualidade de forma convincente em um arranjo mundial em prol do desenvolvimento de países considerados pobres, coordenado pelos países considerados ricos, comandados assim pelos EUA e permeados pelos seus *think tanks* globais.

Nesse ínterim Peet (2010) vai falar sobre a *Unholy Trinity*, ou a Profana Trindade, onde Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) são a cristalização da globalização dos mercados na influência mundial a favor do Império estadunidense e em detrimento das soberanias nacionais. Isto é, a expressão da globalização financeira do capitalismo e a crise da governabilidade e das soberanias, numa nova expressão, o Império dos EUA, o “novo imperialismo” segundo Harvey (2014a)¹⁵.

Na teoria, esse novo imperialismo está inundado pelos ideais neoliberais, que favorecem direitos individuais e a propriedade privada, o regime de livre comércio e de mercados livres. E não somente isso, a globalização neoliberal para David Harvey (2014b, p.

¹⁴ São instituições e/ou organizações que atuam como grupos de interesse político-econômicos.

¹⁵ Para o geógrafo David Harvey (2014a, p. 15) esse arranjo se desdobra nas terminologias da passagem da *Pax Britânica* para a *Pax Americana*, “um ‘novo imperialismo’ já está em ação”. Para ele, em 1947, o marco da independência e divisão da Índia foi a passagem da hegemonia global britânica para a hegemonia estadunidense. É nesse período que se configuram diversos outros marcos de acordo com David Harvey (2014a), como os de controle do capitalismo financeiro na fundação desses *think tanks* globais, o BM e o FMI ambos em 1944. Como também o controle geopolítico do mercado do petróleo por meio do controle militar e político do Oriente Médio, a criação do estado de Israel em 1947 como campo de atuação dos EUA no Oriente Médio, e em 1953 a derrubada do Mossadegh, governo eleito pelo povo iraniano, que nacionalizaria as petroleiras. Depois disso ainda temos a Guerra do Golfo em 1990-1991 e a Guerra do Iraque em 2003-2011, além de outras intervenções por meio da ONU. Em síntese, controlando a torneira global do petróleo, o Oriente Médio, controlar-se-á a economia global fundada no fossilismo (HARVEY, 2014a e PORTO GONÇALVES, 2015).

95) “equivale a um regime interminável de acumulação do capital e de crescimento econômico quaisquer que sejam as consequências sociais, ecológicas ou políticas”, numa acumulação estendida geograficamente a todo globo onde atua violentamente por coação ou por influência do Império. A globalização, em Richard Peet (2010), é apropriada pelo modo de produção capitalista para concentrar poder e influência, homogeneizando e padronizando consumo e mantendo a propriedade (e os meios de produção e de comunicação) sob controle dos capitalistas.

Giddens, por exemplo, passa a referir-se a globalização como “influência à distância”. E isso levanta a questão: qual influência? A globalização pode ser acompanhada, e mesmo causada, por uma concentração de poder. Assim, as “mídias de comunicação” que tecnicamente aniquilam o espaço, também o saturam com as mesmas imagens, criando meramente (e apenas) uma experiência virtual. As corporações multinacionais que integram sistemas de produção em uma economia global podem usar simultaneamente a oportunidade de dominar as forças de trabalho concorrentes e manipular de forma mais eficaz num mundo de consumidores. O capital financeiro concentrado em Nova York, Londres e algumas outras cidades globais podem de forma mais eficiente investir, desinvestir, especular e operar em todos os cantos do mundo. E instituições de governança global, tais como o Banco Mundial ou Fundo Monetário Internacional (FMI), podem trazer enormes faixas de Continentes inteiros sob o mesmo controle pernicioso, e antidemocrático. Então ao invés de povos díspares simplesmente interagindo, são mais como colapsos no espaço, podemos sim ter um processo em que uma cultura domine a cultura dos outros, ou um conjunto de instituições controla todas as outras. É isso, o espaço onde uma única experiência global se expande, as instituições controlam as economias e projetam temas culturais acumulando em um maior número de entidades e condensando os lugares em semelhança (cidades de classe mundial). Ou colocando desse jeito, de modo mais realista, encontramos uma tendência para a concentração de poder pró-companhias globais (PEET, 2010, p. 2).

Quer dizer, um conjunto de instituições que influenciam e potencializam o controle político por todo o mundo. É nesse contexto que entre *Bretton Woods*¹⁶ (em 1944) e o Consenso de Washington¹⁷ (em 1989) surgiu, segundo Richard Peet e Elaine Hartiwick (2009), dentro do próprio BM (desde o período da presidência de Robert McNamara (1968-1980)) um poderoso discurso do “combate à pobreza”¹⁸. O Consenso de Washington marcou

¹⁶ Acordo que aconteceu em New Hampshire nos EUA, entre 44 países no fim da 2ª. Guerra Mundial para estabilizar as economias mundiais, resultando em 1945 na fundação do FMI e do BM. Durou do fim da 2ª. Guerra até 1971 com o fim do lastro do ouro passando para dolarização e que foi o primeiro grande acordo comercial e financeiro entre os considerados países industrializados no mundo (PEET, 2010).

¹⁷ Pensado por economistas ligados ao FMI e ao BM representando a consolidação dessas relações financeiras por meio de acordos de Estados Nacionais subjugando-os ao seu crivo econômico.

¹⁸ O combate à pobreza tem base no padrão de qualidade de vida mínimo instituído pelos relatórios do Banco Mundial com base apenas na capacidade de consumo do indivíduo, assim olhando para a renda per capita

com o caráter neoliberal um discurso para superação das diferenças e do fechamento dos mercados internos afrouxando a soberania nacional para livre influência dos EUA nos países da América Latina, Caribe e África. Era a justificativa adequada, o combate à pobreza e extinção da miséria, para incentivar a ampliação das políticas neoliberais dando origem ao período da era da globalização pelo domínio do Império especialmente no limiar do século XXI (PLOEG, 2009, PEET, 2010, ALTIERI; TOLEDO, 2011 e HARVEY, 2014a e 2014b).

Os governos absolutistas, antes apoiados pelos EUA, agora já não serviam mais, em primeiro lugar, por causa dos grandes levantes mundiais e a herança das lutas sociais pelo mundo, e também era mais atraente uma nova versão colonial que não fosse “autoritária” do ponto de vista dos direitos humanos. O que é uma grande contradição, porque a barbárie só aumenta em guerras e conflitos por todo mundo (PLOEG, 2009, PEREIRA, 2010 e PORTO-GONÇALVES, 2015, HARVEY, 2014a e 2014b).

A (neo)liberalização deveria ser aceita pelo senso comum, conforme assevera Harvey (2014b) e os canais por meio dos quais isso foi realizado foram diversificados. “Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil” (p. 49). Essa concepção liberal tinha conotação política, mas forma cultural, que atingiu as universidades e as igrejas, depois partidos e o Estado (HARVEY, 2014b). O consentimento teve várias formas em diferentes lugares, quer militar como no Chile e Argentina, quer de operações financeiras como em Moçambique ou nas Filipinas. No Brasil, a partir da “década perdida” em 1970¹⁹, com a crise do petróleo abriu o espaço necessário para este discurso e antes, o golpe militar e o seu desenvolvimentismo também subsidiado pelo império estadunidense (UGÁ, 2004 e HARVEY, 2014a e 2014b).

Nos anos 1980 foi quando, em geral os países latino-americanos, começaram a adotar o receituário neoliberal. E sob essa pressão neoliberal do período do final da Guerra Fria, o discurso para consentimento sofreu ajustes com a introdução dos programas de reestruturação. Daí o problema não era “a pobreza”, mas a “extrema” pobreza, a maioria dela

comparada ao valor mínimo para superar a pobreza se faz como projeto nesse projeto do combate à pobreza. Assim um indivíduo integrado ao mercado tem capacidade plena de sair da condição de pobreza. Isso resume o conceito de pobreza e desigualdade social aos inseridos e não inseridos no mercado, ou competitivos e incapazes (UGÁ, 2004). Harvey (2014b) corrobora dizendo que o problema passa a ser um problema cultural-político e de vigor competitivo, ironicamente, um mundo neoliberal darwiniano.

¹⁹ “[...] elaborou-se consensualmente um conjunto de propostas de políticas e reformas requeridas para a “salvação” latino-americana. A esse conjunto John Williamson (1992, p. 12) chamou de “Consenso de Washington”, cujo receituário de políticas foi utilizado pelos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial etc. – como condicionamento para a realização da tão requisitada renegociação da dívida externa dos países latino-americanos” (UGÁ, 2004, p. 56).

concentrada no campo, segundo analistas do BM (UGÁ, 2004 e PEREIRA, 2010). Assim, essas entidades internacionais começaram a ter uma influência central no processo de globalização de ideias, financiamento e políticas de transformação da realidade rural.

Em pesquisa recente, desenvolveu-se a hipótese de que o Banco Mundial age, desde as suas origens, ainda que de diferentes formas, como um ator político, intelectual e financeiro, e o faz devido à sua condição singular de prestador, formulador de políticas, ator social e veiculador de ideias – produzidas pelo *mainstream*²⁰ anglo-saxônico e disseminadas por ele ou produzidas por ele, em sintonia com o *mainstream* – sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem, em matéria de desenvolvimento capitalista (PEREIRA, 2010, p. 260).

O historiador João Márcio Mendes Pereira (2010) afirmou que “algumas das principais forças que impulsionavam a reestruturação capitalista neoliberal realizaram na capital norte-americana uma reunião de avaliação. Estavam lá representantes do Departamento do Tesouro, do Banco Mundial, do FMI, do BID, da USAID e dos principais *think tanks* estadunidenses²¹” (PEREIRA, 2010, p. 274). Portanto, o BM vem desempenhando um papel para muito além do discurso de “combate a pobreza”, um forte papel ideológico a favor do modo de produção capitalista, do neoliberalismo.

Vivian Ugá (2004) ainda reforça sobre a orientação do BM, em documentos oficiais, de como o Estado deveria lidar com a reestruturação do campo: “Em relação ao Estado (BANCO MUNDIAL, 1997), de modo geral, os relatórios propõem que ele deve mudar – leia-se: realizar reformas – para que se adapte ao mundo que se transforma; deve, desse modo, procurar aumentar sua eficiência” (UGÁ, 2004, p. 58). Em outras palavras, o discurso difundido seria o de que é reservado ao Estado somente o papel de manter o mercado livre, o desenvolvimento global, inclusive dos países latino-americanos seriam dados nessas relações de livre mercado e livre atuação dos capitais internacionais. “Dessa forma, ‘os Estados devem complementar os mercados e não substituí-los’ (*idem*, p. 18), devem voltar sua ação para a implantação e adaptação de instituições que estimulem um melhor desempenho dos mercados” (UGÁ, 2004, p. 58). Contraditoriamente, o paradigma do agronegócio é o que mais despende de recursos e interferência do Estado para perpetuar sua existência afirmando a hegemonia da classe rentista (PORTO GONÇALVES, 2015, PAULINO, 2011a, 2011b e

²⁰ *Mainstream* é uma palavra que vem do inglês e significa o que está na moda, um termo que se refere usualmente a cultura de massa.

²¹ Significados das siglas: FMI – Fundo Monetário Internacional; BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; e USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (incluindo o Banco Mundial, todos têm representantes no Brasil).

2016, MENDONÇA, 2013). Essa prática do Estado para com os latifundiários seria justificada por ser esta classe, supostamente, guardiã do processo de desenvolvimento por meio da chamada revolução verde (ALTIERI; TOLEDO, 2011).

Ugá (2004, p. 55) assinala “[...] o que poderia ser visto como uma mudança de política – de uma política apenas voltada para o ajuste fiscal para uma política mais ‘social’ (por meio do ‘combate à pobreza’) – faz parte da própria lógica do marco teórico do neoliberalismo: políticas focalizadas e compensatórias voltadas para ‘pobres’”. A fome e a pobreza são assim mercado farto e um discurso convincente para a imagem do agronegócio na sua nova-velha versão verde sustentada pela revolução verde. Altieri e Toledo (2011) falam sobre o contexto da crise alimentar somado a esse arranjo do discurso do combate a pobreza no século XXI.

A redução da pobreza e a segurança alimentar são objetivos alusivos para um bilhão de pessoas no planeta. Os altos índices de fome, e a desigualdade na distribuição de terra, águas, sementes e outros recursos, além de degradação ecológica, são persistentes e aumentam cada vez mais problemas em nível global. Apesar dos bilhões investidos de dólares em "ajuda", "desenvolvimento" e "avanços tecnológicos", a situação para os marginalizados não têm melhorado, e na verdade está ficando pior (ALTIERI; TOLEDO, 2011, p. 88)²².

No mercado da pobreza, para Altieri e Toledo (2011), a chave do processo degradação social e ambiental é uma agricultura industrial altamente dependente dos combustíveis fósseis, sustentando uma prática insustentável. E a sua resolução não é dada somente a partir de (mono)cultivos que favoreçam produção de agrocombustíveis, mas um uso essencialmente distinto do solo. “No final, a nova crise é apenas um novo rosto do velho rural derivado do controle quase total do sistema alimentar pelo capital transnacional auxiliado por programas neoliberais implementadas por alguns governos” (ALTIERI; TOLEDO, 2011, p. 590)²³. O mercado da pobreza faz parte da mercadificação de tudo num domínio consciente dos EUA, nesse contexto que George Bush diz “Os EUA se dedica a estender a sua liberdade a todo mundo” (HARVEY, 2014b, p. 195).

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2015, p. 22), em *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*, assinala que “o FMI e o Banco Mundial, entre outros, vão se constituindo em peças chave da afirmação da hegemonia dos EUA, contribuindo para diminuir o poder soberano de outros Estados, e para maior subordinação ao

²² Tradução própria.

²³ Tradução própria.

capital financeiro internacional”. A globalização para ele é um domínio direto e indireto dos EUA sobre as soberanias de outros países (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 22).

Nesse trabalho, Porto-Gonçalves (2015), vai fazer uma revisão a respeito da história do capitalismo no mundo, elencando em quatro períodos-fases históricas na acumulação dos seus tempos e paradigmas. As fases não são momentos dissociados históricos, mas acúmulos de formas de dominação pela mesma linha de tornar o trabalho e a natureza em mercadoria, além da influência eurocêntrica em entender sociedade e natureza como coisas concebidas separadamente. O último período da globalização, ou o atual, é a acumulação através do neoliberalismo que adere a si, para a América Latina, especialmente ao Brasil, traços de colonialidade, fossilismo e imperialismo, no processo de reprimarização dessas economias.

Há uma evidente relação não só entre a dinâmica geral do capitalismo e a tendência para homogeneização das atividades de domesticação de plantas e animais, como, nos últimos anos, vem ocorrendo uma expansão desses agroecossistemas monocultores capitalistas em direção a áreas ricas em diversidade biológica. Para isso tem havido grande estímulo por parte das políticas de ajuste estrutural recomendadas por instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e cada vez mais, a OMC (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 309).

Isso é a influência da globalização neoliberal diretamente no cenário agrário, e mais profundamente, na reprimarização dos países por esse modelo de “agroecossistemas monocultores capitalistas” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 233). O papel desses organismos, especialmente da OMC, segundo este autor, é o de abrir portas para o livre comércio com políticas ambientais frouxas. A afirmação desses *think tanks* conformam fortemente as ações políticas nacionais e internacionais dentro de políticas globais do capitalismo financeiro.

Essas questões inferiram diretamente nos NICs²⁴ (Novos Países Industrializados) onde determinados países, incluindo o Brasil, encontraram a partir de 1970 um largo crescimento econômico, e de acordo com Peet e Hartiwick (2009) passaram a ter suas próprias corporações que operam em escala global, efetuando assim um imperialismo de segunda escala. Também é realidade, segundo estes autores, que os NICs não deixaram de ser coordenados pelas políticas internacionais que de sobremodo estão nas mãos estadunidenses, “globalização tem feito todas as economias dependentes do mercado mundial” (PEET;

²⁴ *Newly Industrialized Countries.*

HARTIWICK, 2009, p. 186). Ou seja, qualquer tipo de situação ou necessidade de reestruturação é intermediada pelos agentes mundiais com sede nos EUA e na Europa.

[...] reestruturação sempre significa uma doutrina neoliberal salientando estritos limites à intervenção governamental e as virtudes do livre mercado, auto-ajustáveis e flexíveis. Estabilização e ajustamento estrutural são formas de disciplinar por ‘discourers’²⁵ de políticas emanadas das instituições financeiras internacionais, o Tesouro e os bancos de investimento em Washington - DC, e Nova York (PEET; HARTIWICK, 2009, p. 187)²⁶.

Desse modo as economias de 120 Estados-Nações e quase metade da população mundial é refém da supervisão direta e (neo)imperialista estadunidense, “Assim, metade da população do mundo é controlada pelo Estados Unidos, dominando instituições de governança global . Nas últimas três décadas não vimos o fim da teoria da dependência. Pelo contrário, estes anos testemunharam a intensificação da dependência em novas formas globais capitalistas financeiros” (PEET e HARTIWICK, 2009, p. 187)²⁷. Ou seja:

Na América Latina, a nova plataforma política rapidamente se internalizou, na medida em que grande parte das principais forças políticas latino-americanas, de praticamente todos os matizes ideológicos e partidos, alinharam-se à ideia de que só havia, então, um único objetivo a perseguir: a construção de uma “economia de mercado” livre e aberta ao capital. E tal objetivo, por sua vez, só poderia ser alcançado por um único caminho: a destruição da soberania nacional em matéria de política econômica e o aniquilamento de todo e qualquer “custo” social e trabalhista que onerasse a rentabilidade dos capitalistas (PEREIRA, 2010, p. 274).

Esse projeto (e discurso) neoliberalista, também encabeçado pelo BM, chega com grande força como políticas ligadas ao campo no Brasil e em toda América Latina. Políticas que recaem sobre os investimentos na agricultura atrelados a propaganda pelo modelo do agronegócio a partir do final da década de 1990 e começo de 2000 que impulsiona o projeto da globalização como um mantra do crescimento econômico, que reforça a acumulação de capital a todo vapor.

Mercadificação e privatização da terra na base da globalização neoliberal

²⁵ É uma terminologia que não tem uma tradução específica, por isso mantive na língua original, inglês, e se refere à aqueles que fazem lobby a favor de determinado discurso, fazendo isso no âmbito político e ideológico.

²⁶ Tradução própria.

²⁷ Tradução própria.

A **acumulação via espoliação**²⁸ é central para compreender a questão da terra e a renda territorial ou renda da terra inerente a terra de negócio num contexto global. Esse processo se desdobra no que acontece quando o capitalismo rentista atinge o campo no Brasil e as instituições globais cerceiam/minam as soberanias nacionais incentivando o processo de mercadificação das terras.

Sobre a renda e a acumulação de capital: “A renda é uma forma da qual a acumulação primitiva continua em curso, não sendo em absoluto uma etapa própria e restrita a dominação colonial” (PAULINO, 2015, p. 10) que reflete diretamente nessa “acumulação por [ou via] espoliação” dos latifundiários/capitalistas sobre os camponeses (HARVEY, 2014a, p. 121).

Esta acumulação para Rosa Luxemburgo (apud HARVEY, 2014a, p. 121) em essência é dada em duplo aspecto: “o mercado de bens e onde é produzida a mais-valia”, essencialmente uma relação econômica entre capitalista e trabalhador assalariado numa relação de iguais, e “a relação entre capitalismo e modos de produção não capitalistas”, onde nessa relação “exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las” (p. 115), uma relação profundamente desigual e contraditória. Este duplo aspecto da acumulação no capitalismo são parte essencial para compreensão do problema global na contínua força na geografia histórica desta acumulação por meio do imperialismo.

David Harvey (2014a, p. 121) nos explica esse processo:

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. **Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta das populações camponesas**; a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses comuns; a mercadificação das forças de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e taxaço, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (grifo nosso).

Na acumulação via espoliação privilegia-se o processo de acumulação do capital por meio da destruição daquilo que em essência não é modo de produção capitalista, e mais ainda

²⁸ Esse processo de acumulação primitiva ou original já ocorreu num processo histórico, segundo Harvey (2014a), agora esta dinâmica tem a validade de reprodução ampliada do capital e a essa reprodução ampliada este autor nomeia de “acumulação por espoliação” porque já não é mais primitiva e original, mas um *continuum* das violências do modo de produção capitalista.

aqueles sujeitos que se levantem como classe social antagônica colocando em risco o domínio territorial pelas instituições globais. O ódio de classe aí é uma profunda expressão da acumulação via espoliação, a violência verbal e física contra os sujeitos camponeses²⁹. O ódio de classe é a expressão tangível da acumulação via espoliação porque é um pacto de conquista do neoliberalismo a partir do final do século XX, segundo Harvey (2014b, p. 169), restituindo poder de classe às velhas classes hegemônicas do capital (“as elites dirigentes”) e a colaboração de uma crescente classe capitalista em países como China (destacadamente), Rússia, Índia, Brasil, etc, o que aumentou a volatilidade dos desenvolvimentos geográficos desiguais em todo mundo. Os efeitos do receituário neoliberal atacam o campo e a cidade, os camponeses e os trabalhadores, uma “mercadificação que presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais [...]” (HARVEY, p. 178). Quer dizer atacar o controle da terra como se fosse uma dinâmica reservada ao campo, monopolizando-a e/ou controlando-a e tornando mais poderosa a sua ação global.

A questão é que a hegemonia restaurada e reafirmada das classes altas e a influência dessas instituições e organismos internacionais, que vislumbram perpetuar a pobreza e fome no mundo, reproduzem estratégias de modo a tentar controlar as ações de desenvolvimento social e projetar a sua maneira “singular” (do discurso único) a transformação do espaço (HARVEY, 2014a e 2014b). A produção contra hegemônica do espaço é, nessa perspectiva, uma ofensa a manutenção do *status quo*, ataca a (re)produção dos territórios e territorialidades capitalistas, são geradas novas colonialidades (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Assim, o discurso da descolonização é ficção quando olhamos para as estratégias do capitalismo globalizado, em manter a ideologia do sistema do *agribusiness* como pauta de governo e os assentamentos como projeto de colonização de áreas (em sua maioria) descolonizadas (WELCH, 2012). Welch (2012) esclarece quando fala a respeito da luta dos sem-terra e assentados, dos quilombolas e dos indígenas, grupos que tem na terra (a terra de trabalho) o seu trunfo.

De maneira significativa, o assentamento é uma forma de desenvolvimento territorial distinta do agronegócio, mas ainda funciona como uma colônia dentro da colônia que serve para avançar a agricultura e o povoamento de lugares afastados. Talvez o problema central destes três casos é a essência da

²⁹ Em nossas entrevistas com os representantes ruralistas foi vislumbrado de modo recorrente expressões referidas aos camponeses mobilizados, referindo-se de forma genérica aos sem-terra: “bandidos”, “baderneiros”, “organização criminosa”, “comunistas”, “invasores”, “saqueadores”, “foras da lei”, entre outros, conforme já elucidado em trabalhos anteriores (CUBAS, 2012 e 2013).

agricultura como um ato de colonização (Knobloch, 1996). Enquanto fonte de vida, os alimentos produzidos pela agricultura dependem da transformação da natureza e amplas relações com o mercado. A promessa da terra prometida é liberdade, mas a verdadeira liberdade é formada de diversas dependências (WELCH, 2012, p. 22).

O capitalista e o latifundiário mantêm as coisas sob seu controle quando absorvem toda a força do camponês através do mercado (produção e circulação)³⁰ e das políticas de obtenção de terra; a conquista da terra é apenas o começo da luta contra as redes de dominação e ideologia do paradigma do agronegócio, a nova versão do paradigma da agricultura convencional industrial. Para a geógrafa Marta Marques (2009) a questão agrária brasileira se torna também global no quesito apropriação de terra como reserva de valor monopolizando-a e controlando o excedente produzido na renda territorial em muitos casos por meio da ilegalidade.

Não é mais possível conceber uma solução para os conflitos no campo apoiada apenas em políticas de caráter nacional uma vez que ele se encontra envolvido por um emaranhado de forças, atuantes em diversas escalas, inclusive global, que se territorializam em terras/território nacionais. A *questão agrária* hoje resulta sobretudo da consolidação do *regime alimentar corporativo* e do avanço do processo de *estrangeirização da terra*, sob o domínio de grandes corporações transnacionais que se territorializam por meio de alianças com capitais locais e de acordos com o Estado. Elas fazem uso de velhos mecanismos de espoliação, muitas vezes disfarçados por um véu de legalidade, uma vez que em geral contam com a cumplicidade do Estado no processo de *neogrilagem legal de terras* (veja o caso do Programa Terra Legal). [...] O Poder Imperial não mais se estrutura a partir do controle pela força de sociedades nacionais pois os Estados foram de certa forma cooptados pelo projeto de globalização neoliberal. (MARQUES, 2009, p.12,13, grifos da autora).

A representação de Marques (2009) desse modelo globalizado elucida o que é de fato a mundialização do capitalismo no campo pelo capitalismo monopolista financeiro, os processos e vínculos que podem detalhar a homogeneização dos processos de produção ao consumo como modo de vida baseada no controle do território e das suas territorialidades. Por exemplo, a estrangeirização existe porque lhe é permitida pelos rentistas apropriando-se do Estado em políticas de abertura, onde “perdem-se as terras” mas como fator de ganho tem-

³⁰ Trabalharemos no capítulo 3 deste trabalho mais profundamente os conceitos de monopólio de produção e de circulação. O monopólio de produção é a territorialização do capital, onde o capital retira renda da terra capitalista, e monopólio da circulação pode ser (depende de como se manifesta a apropriação da renda) a monopolização do capital, apropriando-se de outros tipos de renda que não a exclusiva ou predominante capitalista.

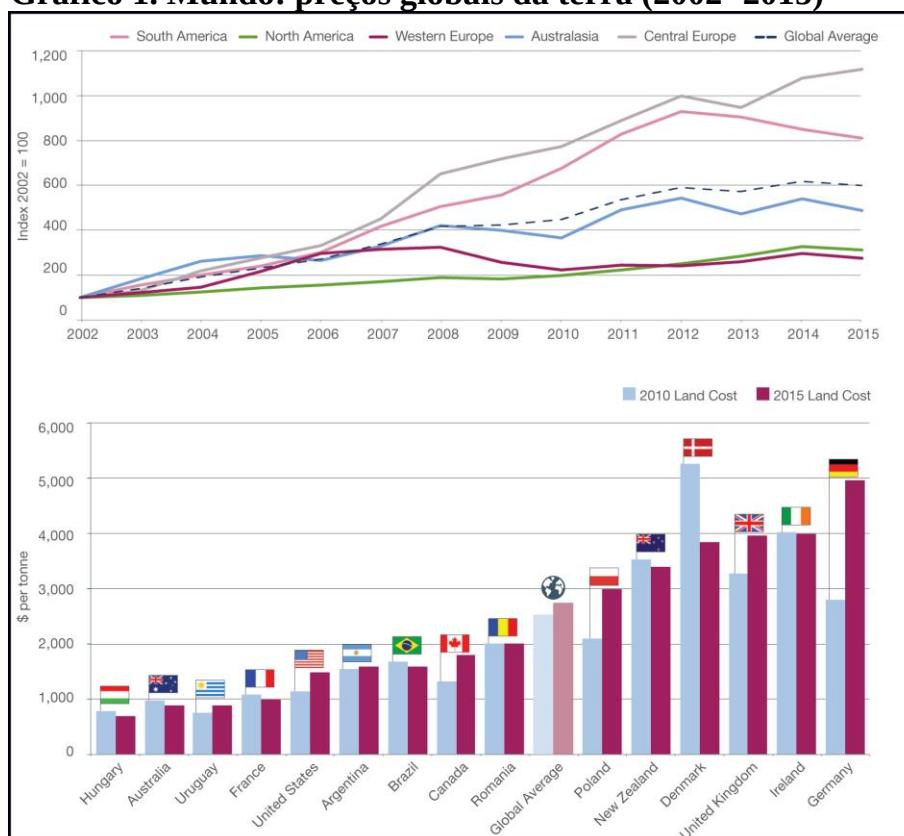
se a especulação de preços da terra que não seriam dados (facilmente) por uma dinâmica interna (PAULINO, 2011b).

Compreender a razão pela qual os sujeitos que referendam essa apropriação são os mesmos que combatem ferozmente o acesso ao solo pátrio por concidadãos requer atenção para os desdobramentos de tais inversões estrangeiras. Elas podem proporcionar o aquecimento do mercado de terras, leia-se, o aumento geral dos preços, a taxas que internamente eles não poderiam fazê-lo. Como é precisamente o mercado de terras que institui a renda capitalizada, quanto maior for a demanda, mais eles poderão se locupletar. O regime de monopólio comparece como vantagem adicional, também traduzida em cifras. (PAULINO, 2011b, p. 101).

“Como o processo de valorização que funda a renda capitalizada da terra se mede pela relação inversamente proporcional entre investimento e lucro, o processo de monopolização associado à lógica rentista cada vez será mais ameaçador aos pobres do campo e à sociedade em geral” e quanto mais se aumenta a demanda discursiva de produção energética e alimentar, “mais terras aptas a proporcionar renda diferencial I serão alvo de negócio” (PAULINO, 2011b, p. 106). Ou seja, a concentração de terras nas mãos de capital nacional e internacional se explica pela mesma razão, a terra como negócio, como produção de excedente pela ociosidade rentável ou uma produtividade questionável.

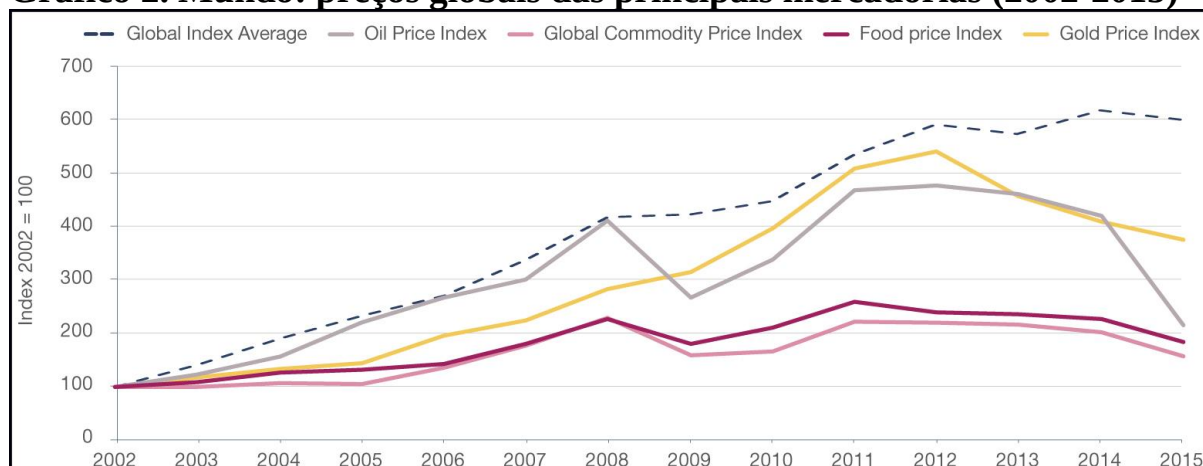
Segundo os dados da *Savills*³¹, organização britânica, podemos observar a constatação de que a terra, ociosa ou produtiva, não se mede em preço por estes elementos, mas pela sua capacidade de negócio somada as demandas de uso. Em todo o mundo, desde 2002 observa-se um aumento na média global de preços da terra, com exceção da Europa Ocidental. No entanto, depois de 2013, houve uma pequena queda que em termos da longa série de dados não tem relevância a longo prazo. O Brasil é um dos países com maiores extensões de terra disponíveis e com os preços mais baixos no mundo e que deflagrou de 2014 para 2015 uma leve queda também no preço da terra. Para Silvia Gorenstein (2016) as disputas territoriais espacializadas pelo campo e pela política estão profundamente vinculadas à produção de regimes agroalimentares (ou de cultivos flexíveis), “a especulação de terra continua, no marco da sustentação do crescimento dos negócios imobiliários que rodeia a lógica da financeirização da atual etapa do capitalismo” (GORENSTEIN, 2016, p. 14). Vejamos o Gráfico 1 que evidencia em escala mundial a questão do preço da terra.

³¹ Pode ser acessado em: <http://www.savills.co.uk/research/world.aspx>.

Gráfico 1. Mundo: preços globais da terra (2002- 2015)

Fonte: Savills Research, 2016. **Org.** Tiago E. A. Cubas.

O Gráfico 2 expressa que mesmo com a queda dos preços das principais mercadorias (preço do petróleo, preço das *commodities*, preço de alimentos e preço do ouro), a média global de preços da terra continua a subir, ou seja, há uma (ir)racionalidade por todo mundo quanto a questão de que não se leva em conta o que se produz, quanto e como se produz, mas a terra é acima de tudo uma maneira de garantir uma reserva de valor.

Gráfico 2. Mundo: preços globais das principais mercadorias (2002-2015)

Fonte: Savills Research, 2016. **Org.** Tiago E. A. Cubas.

Afirma-se a terra como valor de troca e não como valor de uso, isso força os sujeitos do campo ao conflito sobrevivendo na sua contínua reinvenção e na capacidade de criação de novas estratégias (SHANIN, 2008), como os exemplos da Via Campesina, da CLOC (*Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*) que são representantes dos setores mais prejudicados nesse processo, os povos originários e os grupos sociais do campo (ALTIERI e TOLETO, 2011, MARQUES, 2012, WELCH, 2012 e GORENSTEIN, 2016). A luta se coloca em aspecto global, território da soberania alimentar contra o regime (discurso) de “segurança alimentar”, patrocinado pelos transnacionais e a comunidade internacional das transnacionais que dominam a produção, os insumos e a circulação. Elencando, nesse último momento histórico, o começo do século XXI, uma capacidade mais incisiva da expansão de um novo regime (agro)alimentar fundado numa alta dependência dos mercados globais, das instituições financeiras e do fossilismo.

Regimes (agro)alimentares e as grandes corporações no Brasil: os monopólios da produção, insumos e circulação

O sociólogo Philip McMichael (2009) fala de três períodos nas transformações dos regimes (agro)alimentares enfocando a história do capitalismo:

O primeiro regime alimentar (1870-1930) combinava importações coloniais tropicais para a Europa com grãos básicos e importações de gado de colônias de povoamento, provisionando classes industriais emergentes de europeus [...]. Complementando agriculturas de monocultivo impostas em colônias de ocupação (comprometendo seus sistemas alimentares e recursos ecológicos), do século XIX, a Grã-Bretanha terceirizou sua produção de alimentos básicos para as colônias de povoamento (sobreexplorando as fronteiras de solo virgem no Novo Mundo). [...]. O segundo regime alimentar (1950-1970) reencaminhou fluxos de (superávit) de alimentos nos Estados Unidos para seu império informal de Estados pós-coloniais em perímetros estratégicos da Guerra Fria. Isso gerou o incentivo a industrialização seletiva do ‘Terceiro Mundo’, assegurou a lealdade contra o comunismo e aos mercados imperiais. Proporcionou o desenvolvimento dos estados internalizado no modelo de agro-industrialização nacional, adotando tecnologias da Revolução Verde, e instituindo a reforma agrária para amortecer agitação camponesa e ampliar as relações de mercado para o campo. [...] O terceiro, possível regime emergente, (final da década de 1980) aprofundou esse processo, incorporando novas regiões em cadeias de proteína animal (por exemplo, China e Brasil). [...] Parte dessa conjuntura inclui um emergente complexo alimentos / combustível agrícola [...] (McMICHAEL, 2009, p. 141-142)³².

³² Tradução própria.

O regime (agro)alimentar vigente, segundo McMichael (2009), em concordância com Silvia Gorenstein (2016), é marcado pela má distribuição de alimentos no mundo devido a uma intensa disputa do uso das terras para produção de agroenergia e alimentos (para animais e/ou para humanos). Isto também se traduz na disputa pelo controle da produção, de insumos e da circulação pelas grandes corporações.

O conceito de regime alimentar por McMichael (2009) é sinônimo de regime agroalimentar³³ para Gorenstein (2016), e assim do avanço do capitalismo na agricultura como uma chave para abrir não somente os momentos estruturais e transições históricas das relações capitalistas sobre os alimentos, mas também da história do próprio capitalismo na apropriação da agricultura. Quer dizer, a história do capitalismo liga a partir do meio do século XX aos EUA, o mercado das terras e o mercado da fome e da pobreza, e a agricultura e o modo de fazer agricultura está no centro dessa lógica de regimes (agro)alimentares. Gorenstein (2016) afirma sobre o cenário dos regimes (agro)alimentares na América Latina.

A transformação contemporânea da agricultura e a produção de alimentos na América Latina e Caribe (ALC) deve associar-se a tríade alimento-forragem-combustíveis; **isto é a convergência da produção de alimento humano e animal e a geração de bioenergia**. As dinâmicas em curso na ALC se inscrevem no contexto global baseado no impulso das três tendências simultâneas: a entrada ao jogo de novas firmas líderes mundiais, a expansão das existentes e as ações crescentes das empresas “translatinas” [...]. Esse estudo conclui com os conteúdos e alcance do sistema que hoje regula as ações destas empresas no marco dos novos processos institucionais, políticos e econômicos **o invólucro de profundas redefinições da capacidade regulatória dos Estados Nacionais** (GORENSTEIN, 2016, p. 3, grifo nosso)³⁴.

Coloca-se nesse momento histórico a demanda global pela produção de agroenergia convergindo na produção de alimentos para animais e para humanos, gerando uma disputa dentro dos países em produzir para abastecer o mundo ou produzir para cuidar de suas demandas internas.

O terceiro regime (agro)alimentar apresentado por McMichael (2009) a partir do começo da década de 1990 se acirra no Brasil a partir 2002, na entrada de Luis Inácio Lula da Silva como presidente, reafirmado depois na continuidade do governo petista por Dilma

³³ Para Silvia Gorenstein (2016) cultivos flexíveis e *commodities* são conceitos similares que conformam a ideia de regimes agroalimentares (como um regime de produção alimentos, ração e de energia com demanda externa, voltada ao mercado global).

³⁴ Tradução própria.

Roussef, que focaram investimentos para governabilidade no paradigma do agronegócio que fortaleceu a classe rentista no país somada a abertura de capitais estrangeiros. O regime agroalimentar diverge a produção de alimentos para humanos e animais o que cria a disputa dessa produção pela rentabilidade e pela demanda dos mercados globais, isto, para Silvia Gorenstein (2016) redefine a soberania dos Estados Nacionais a partir da sua capacidade regulatória.

Esses regimes (agro)alimentares são os tempos cumulativos das relações sociais no desenvolvimento do modo de produção capitalista e como este modelo se apropria do trabalhador e de seu trabalho, como se apropria da terra e impõe suas territorialidades, subalternizando e se apropriando da riqueza gerada. Onde o pacote tecnológico se assenta nesse modelo de acumulação espacializado nos cultivos flexíveis (gado, soja e cana-de-açúcar) e assegurado por um pequeno grupo de empresas provedoras de sementes, agroquímicos (agrotóxicos) e fertilizantes. “As três grandes corporações: Monsanto, Syngenta e Dupont, controlavam 55% do mercado mundial de sementes em 2013; Syngenta, Bayer e BASF tinham controle de 51% do mercado de agroquímicos; e Agrium, Yara e Mosaic manejavam 31% do mercado de fertilizantes” (GORENSTEIN, 2016, p. 9). Ainda, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, dominavam em 2013 cerca de 73% da comercialização das exportações agrícolas na América Latina e mais de 90% da comercialização externa do Brasil (GORENSTEIN, 2016). Vejamos as maiores empresas agroalimentares atuantes no Brasil no ano de 2013.

Quadro 2. Brasil: principais empresas agroalimentares em relação a sua posição no montante de vendas na América Latina e Caribe (2013)³⁵

Trading e comércio internacional				
Ordem	Empresa	Atividade	Vendas 2013 (em milhões)	Origem do Capital
1	Cargill	Comércio internacional, transportes, logística	10593,8	EUA
2	Copersucar	Comercialização de açúcar, etanol e logística	10244,8	Brasil
3	Louis Dreyfus Commodities	Comércio internacional, transportes, logística	5961,3	Suiça
4	ADM do Brasil	Comércio internacional, transportes, logística	4856	EUA
Insumos				
Ordem	Empresa	Atividade	Vendas 2013	Origem do

³⁵ A Ordem representa o ranking de vendas na América Latina e Caribe dessas empresas agroalimentares.

			(em milhões)	Capital
1	BASF	Química(Agrotóxico)/Farmácia	3333,5	Alemanha
2	Bayer	Química(Agrotóxico)/Farmácia	2895,2	Alemanha
3	Syngenta	Sementes	2715	Suíça
4	Mosaic	Química(Agrotóxico)/Farmácia	2385,2	EUA
5	Heringer Fertilizantes	Química(Agrotóxico)/Farmácia	2317	Brasil/EUA
8	Dupont	Química(Agrotóxico)/Farmácia	1991,7	EUA
9	Nidera Sementes	Sementes	1830,1	Holanda

Comércio e distribuição

Ordem	Empresa	Atividade	Vendas 2013 (em milhões)	Origem do Capital
2	GPA Grupo Pão de Açúcar	Comércio	24634,6	França
4	Carrefour Brasil	Comércio	14519,2	França
5	Walmart Brasil	Comércio	12159,4	EUA
11	Atacadão	Comércio	5007	França
14	Cencosud Brasil	Comércio	4007,5	Chile
18	Makro	Comércio	2932,1	Holanda
21	Assaí (CBD)	Comércio	2673,9	França
26	Dia Brasil	Comércio	1984,7	Espanha
28	Supermercados Guanabara	Comércio	1902,3	Brasil
30	McDonalds	Comércio	1842	EUA
36	Condor Super Center	Comércio	1362,1	Brasil
37	Irmãos Muffato & Cia	Comércio	1328,2	Brasil

Alimentos e bebidas

Ordem	Empresa	Atividade	Vendas 2013 (em milhões)	Origem do Capital
1	JBS-Friboi	Alimentos	39658	Brasil
3	Ambev	Bebidas/Lícores	14851,6	Bélgica/Reino Unido
4	Bunge Alimentos	Alimentos	14145	EUA
6	BFR Foods	Alimentos	13028,7	Brasil
8	Coca-Cola	Bebidas/Lícores	11430	EUA
9	Marfrig	Alimentos	8007,2	Brasil
11	Unilever Brasil	Alimentos	6531,2	Reino Unido/Holanda
12	Nestlé	Alimentos	5766,5	Suíça
13	CRBS Indústria de Refrigerantes	Bebidas/Lícores	5336,8	Bélgica/Reino Unido
32	Aurora Alimentos	Alimentos	2190,4	Brasil
36	M. Dias Branco	Alimentos	1840,5	Brasil

37	Pepsi-Cola Brasil	Bebidas/Lícores	1830	EUA
39	Grupo Brasil Kirin	Bebidas/Lícores	1685,2	Japão
41	Camil	Alimentos	1584,8	Brasil
46	Caramuru	Alimentos	1299,2	Brasil

Fonte: Gorenstein (2016, p. 27-30) modificado por Tiago E. A. Cubas.

No ano de 2013, entre as empresas de *Tradings* e Comércio Internacional, 3 são de capital de origem estrangeira e 1 de origem nacional. Entre as empresas de insumos são 6 de capital estrangeiro e 1 de capital híbrido nacional e estadunidense. Entre as empresas comércio e distribuição, 9 são de capital estrangeiro e 3 de capital nacional. O maior destaque para as empresas de capital nacional está no segmento dos Alimentos e Bebidas, onde 8 empresas tem sua origem em capitais estrangeiros e 7 em capitais nacionais. No total de todos os segmentos identificados são 38 empresas referências na pesquisa de Gorenstein (2016), sabendo que dessas, 26 tem sua origem em capital estrangeiro (especialmente dos EUA, da França, da Alemanha e da Suíça), 1 de capital híbrido (Brasil/EUA) e 11 de capital nacional. Há um domínio de fato do capital estrangeiro na produção, insumos e distribuição.

Isto é, essas empresas ganham um grande poder no contexto de decisão e no controle dos ganhos e apropriação do excedente da renda territorial. O monopólio da terra gerenciado pelos latifundiários brasileiros se combina ao monopólio da produção e da circulação gerenciado pelo capital estrangeiro. A abertura neoliberal permite que essa fusão de empresas e capitais se instalem para produzir uma realidade de domínio imperialista global dentro dos países da América Latina, que por sua vez, casos do Brasil e México especialmente, promovem uma espécie de imperialismo de segunda escala³⁶ sobre outros países (GORENSTEIN, 2016).

A neoliberalização afirma a *commodity* como relação social

“Como tal, o conceito de regime alimentar nos permite recentrar da *commodity* como objeto para a *commodity* como relação, em definitivas relações geopolíticas, sociais, ecológicas e nutricionais que refletem em importantes momentos históricos” (MCMICHAEL,

³⁶ “Entre as 50 maiores empresas translatinas, 16 são do México, 14 do Brasil, 11 do Chile, 6 da Colômbia, 2 da Argentina e 1 da República Bolivariana da Venezuela, de acordo com registros de 2014. Em termos de faturação, as do México e Brasil são dominantes, com 37% e 31% do total das vendas deste universo, respectivamente (Cepal, 2015). Assim mesmo, ambos os países tem um perfil de internacionalização mais diversificada já que foram adquiridas empresas nos EUA e Canadá e em menor medida na Europa. Enquanto na Ásia e Pacífico a presença ainda é limitada, mesmo que firmas de origem brasileira tem se expandido pela África” (GORENSTEIN, 2016, p. 9, tradução própria).

2009, p. 163)³⁷. A *commodity* é então estabelecida como uma relação social das classes hegemônicas e do seu lobby sob o Estado para com a sociedade. De um lado os produtores e de outro os consumidores, respectivamente a oferta e a demanda da produção e do consumo nas interfaces da utilização de energia, água e recursos financeiros e naturais. A *commodity* visa legitimar o pacote tecnológico e social do agronegócio.

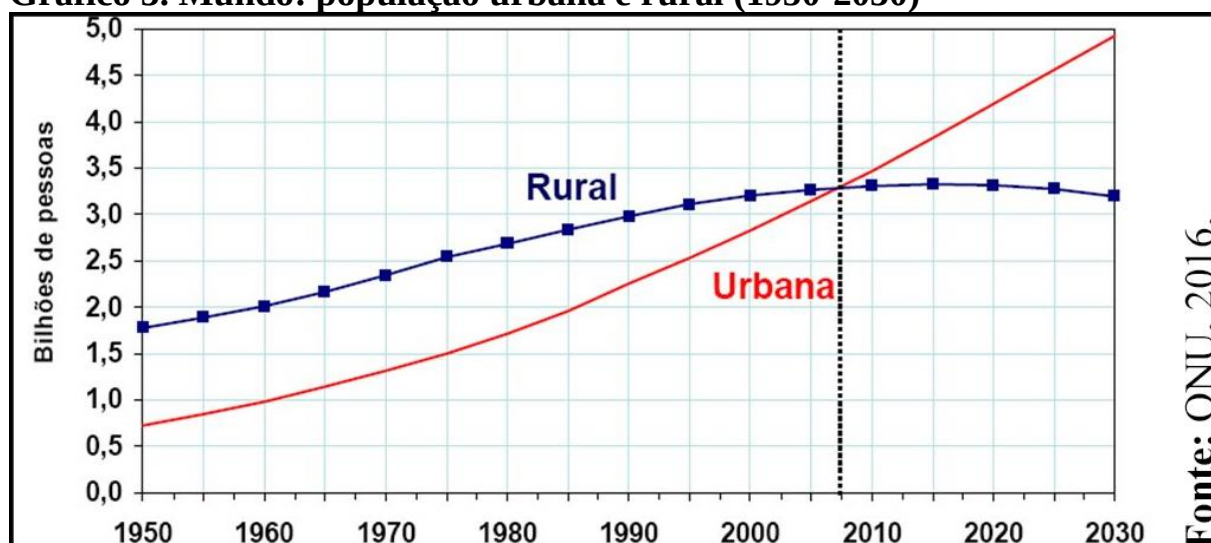
Wittman (2011) fala sobre essa transformação da *commodity* em relação social globalizada quando os Estados Nacionais entram em acordo com esses organismos internacionais fragilizando a sua soberania territorial, das suas demandas internas para alimentação e energia, colocando em xeque a soberania do seu próprio povo e da sua diversidade cultural.

Quando os governos nacionais aderiram à OMC em 1995, eles abandonaram seus poderes para definir unilateralmente a sua própria comida e políticas agrícolas. As exigências da OMC causaram uma grande reestruturação baseada na segurança alimentar e programas de subsistência rurais dos países em desenvolvimento, mas o principal efeito de trazer agricultura na OMC não era somente reformar a agricultura global em linha com racionalidades do mercado, mas agravar as já existentes oportunidades desiguais no sistema mundial de alimentos (WITTMAN, 2011, p. 90)³⁸.

Oportunidades desiguais que se desdobram no processo de descampenização numa tendência de esvaziamento do rural, a expressão de uma crise civilizatória onde quem se coloca para produzir não tem compromisso com a racionalidade do uso da terra, mas com o seu próprio interesse paradoxal a teoria da renda da terra de Karl Marx (1974 [1894]). Essa inversão histórica de população do campo e da cidade cria brechas para a intervenção do BM e da OMC no cenário agrário desses novos países industrializados. Veja o Gráfico 3 que explicita essa inversão da população mundial entre rural e urbano com uma crescente mais acirrada a partir da década de 1990 e inversão a partir de 2008.

³⁷ Tradução própria.

³⁸ Tradução própria.

Gráfico 3. Mundo: população urbana e rural (1950-2030)

O terceiro regime (agro)alimentar, exposto por McMichael (2009), aprofundou então a questão entre a produção de energia e alimentos, ou seja, os agrocombustíveis passaram a disputar espaço com a produção de alimentos, e assim, o mercado mundial justificou a demanda por essas chamadas “energias limpas”. Machado e Machado Filho (2014, p. 86) assinalam sobre essa questão: “Na crise mundial de 2007/2008, que abalou o mundo provocando a escassez e elevação dos preços dos alimentos, a Syngenta teve lucros extraordinários [...] ‘fazendo da fome um verdadeiro negócio’ [...]” e continua, de acordo com “o Banco Mundial, o aumento da produção de agrocombustíveis foi o principal fator para desencadear a crise alimentar de 2007/08”. Controlando terras, insumos, produção e circulação, o capitalismo monopolista, controla nas classes hegemônicas a fome e a pobreza no mundo.

Assim, os discursos da fome e da pobreza no mundo passam por dois processos fundamentais que acontecem especialmente a partir do limiar do século XXI, a era da globalização neoliberal que se torna o maior desafio histórico do campesinato expressando uma afronta a sua existência, segundo De Carvalho (2012). O primeiro processo geral é a inversão da população mundial do rural para o urbano é ainda mais evidente no processo de descampenização na América Latina³⁹, onde o discurso renovado sobre a agricultura

³⁹ “Em 1970, a população mundial, estimada em 3,7 bilhões de pessoas, ainda tinha 2,4 bilhões de habitantes rurais contra 1,3 bilhões de urbanos. Uma relação que começou a ser revertida no início do século XXI, ainda que hoje 3,5 bilhões de pessoas vivem em comunidades urbanas contra 3,2 bilhões em áreas rurais (Borras, 2009). Esta rápida descampenização, que vê a cada ano centenas de milhares de agricultores abandonarem suas terras no Sul, até o ponto em que a taxa de crescimento natural do mundo rural (ainda muito elevada) não vai compensar o número migração, não é um fenômeno que deve ser encarado de nenhum modo como natural, nem a expressão de uma escolha individual e espontânea que leva à busca de um novo destino na cidade. É – principalmente – resultado de políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento empreendidas,

capitalista travestiu-se de agronegócio e expulsa cada vez mais as populações tradicionais e outros grupos sociais do campo para cidade. E a segunda é a intervenção oportunista de organismos mundiais que se apropriam dessa lacuna criada no campo para fomentar políticas públicas de que sejam um *New Deal*, a agricultura a serviço do “desenvolvimento”, com base nas diretrizes de 2007 do Banco Mundial.

A agricultura para este organismo mundial, é então, a partir deste século, a chave de êxito para o combate a fome e a modernização da agricultura agora aparece como uma finalidade em si e não mais como um processo ou meio de impulsionar o crescimento da indústria, abrindo espaço para os mais diferentes agentes hegemônicos por dentro do chamado agronegócio. A agricultura familiar começa a ter um papel contra disseminação da pobreza, no entanto, é agricultura familiar e só, parte do sistema do agronegócio e é seu complemento (BRUNO, 2016).

As estratégias priorizadas para solucionar a questão da fome e da pobreza rural no mundo são base no modelo que pauta, segundo Delcourt (2010), no pós anos 1970, em “postulados canônicos que promovem de análise empírica e contextualizada” do BM influenciando diretamente nas causas estruturais da pobreza. Isso foi retomado no fim do século XX, pela maioria dos protagonistas, instituições, especializadas “na luta contra a fome e pelo desenvolvimento agrícola” (DELCOURT, 2010, sem paginação), como USAID, FAO, EuropeAid, PAM, etc, para a crise agrícola e alimentar que invadiu o século XXI. Para Delcourt (2010) essas soluções neoliberais se baseiam no seguinte tripé:

- **O enfoque técnico produtivista** (expansão das tecnologias de produção para fomentar a produtividade, sabendo que o contrário discurso da acessibilidade é ignorado ou reprimido). Esse problema de produção abre brecha para o uso indiscriminado de agrotóxicos nos países latino-americanos e a expansão da pesquisa para cultivos transgênicos⁴⁰, além da orientação do BM dada aos países com amplas áreas possíveis de cultivo, mal utilizadas ou não utilizadas, para afrouxar as questões ambientais e aumentar os incentivos fiscais (encorajando tanto a estrangeirização das terras, revisão das legislações ambientais, como também a Reforma Agrária de Mercado (RAM) que é incorporada nesse modelo neoliberal como uma direta desmobilização social por parte dos movimentos sociais). Esse enfoque também incentiva a liberalização dos

despreocupadas com a situação dos pequenos agricultores familiares, tornando-se mesmo francamente hostis ao mundo camponês” (DELCOURT, 2010, sem paginação, tradução própria).

⁴⁰ Os transgênicos seguem a cartilha do paradigma do agronegócio onde o agroquímico ou agrotóxico são parte fundamental do discurso da produtividade e eficiência (ALTIERI, 2012 [1989]). Veja mais no capítulo “UM OLHAR AGROECOLÓGICO SOBRE A AGRICULTURA INDUSTRIAL” em Altieri (2012 [1989]).

contratos trabalhistas afrouxando e negociando com os patrões as legislações trabalhistas, o contrato curto (temporário) é um exemplo, e substituindo trabalhadores cada vez mais por maquinários (DELCOURT, 2010 e GORENSTEIN, 2016).

Do Banco Mundial a FAO, passando pelo conjunto de grandes provedores de fundos multilaterais e bilaterais, todos agora enfatizam a necessidade urgente de aumentar a produção e os investimentos produtivos nos setores agrícolas do Sul. Especialmente são contemplados, os países definidos como "baseados na agricultura" e/ou aqueles com grandes áreas de terra para alto potencial produtivo, mas dadas por sub-exploradas ou não exploradas. Estes países não têm capacidade financeira para colocar essas terras valorizadas, em seguida, recorrem aos provedores de fundos bilaterais e multilaterais e, especialmente, aos protagonistas do *agribusiness* e investidores internacionais para redinamizar a agricultura. Capitais privados que serão mais fáceis para atrair agora um clima político institucional atraente. Daí a recomendação ambígua do Banco Mundial para reduzir os obstáculos fiscais sem prejuízo para mexer um pouco mais no orçamento do Estado (DELCOURT, 2010, sem paginação)⁴¹.

- **O enfoque livre cambista**, reflete a (cega) crença das virtudes e potencialidades do mercado auto regulável e do direcionamento integral da produção aos mercados globais em detrimento dos mercados locais.

Em resumo, a saúde dos setores da economia rural, da agricultura familiar e da agroindústria e por conseguinte, das populações rurais permanecem em função de sua participação e capacidade de adaptação ao mercado, motor privilegiado de desenvolvimento rural. Daí, a insistência repetida das grandes instituições internacionais. Banco Mundial, OMC e FAO como cabeças, de concluir quanto antes o ciclo de liberalização de Doha e em paralelo sua prontidão em denunciar de maneira categórica toda forma de proteção (DELCOURT, 2010, sem paginação)⁴².

É um movimento de ampliação dos mercados a partir de marcos regulatórios e neoliberais no intuito de inserir cada vez mais os capitais estrangeiros no interior dos países em desenvolvimento apropriando-se também do discurso da globalização.

O sistema regulador busca controlar a dimensão institucional do mercado mundial de alimentos através das exigências de eliminar travas ao comércio internacional, que começa com a Rodada do Uruguai (1986-1994), sem resolver aspectos chave que se referem a seu funcionamento: os subsídios a produção agrícola por parte dos países centrais, fez com que pese a certos câmbios recentes a Rodada de Doha que mais adiante se encontravam, e a concentração do manejo do comércio de grãos e sementes por parte dos

⁴¹ Tradução própria.

⁴² Tradução própria.

grandes *traders* internacionais e das *big six*. Nos últimos anos se avançou em direção a privatização dos mecanismos que estabelecem especificações e normas sobre produtos e processos agroalimentares em mãos de entidades corporativas. Esta possibilidade e capacidade para decidir sobre atributos, práticas e manejos requeridos na produção e distribuição de alimentos atua assim como um instrumento estratégico para a criação, a manutenção e a ampliação de mercados (GORENSTEIN, 2016, p. 19)⁴³.

- **O enfoque “win-win”**, ganhando de todos os lados, dando origem ao que é chamado de vantagem comparativa (onde se justifica tanto as políticas de RAM, como a política de obtenção da regularização de terras, e discurso do agricultor familiar como aquele que está nas brechas (nas entrelinhas) dos grandes produtores, promovendo o contrato/acordo onde silenciam-se as pressões sociais). Para Gorenstein (2016) as vantagens comparativas colocam a soberania nacional de produção em detrimento do oferecimento de produtos agrícolas no mercado global. Gorenstein (2016) afirma que as *commodities* são incentivadas com base nessas vantagens, que assim se realizam nos cultivos flexíveis, considerados como cultivos alimentares flexíveis (especialmente para animais, como a soja) articulados com a produção de agrocombustíveis. Gorenstein (2016) divide em cinco aportes a questão das cláusulas favoráveis ao win-win relacionada ao capital estrangeiro:

Trato nacional: os investidores estrangeiros gozam de um trato similar dos investidores locais [...]

Nação mais favorecida: assegura ao investidor a possibilidade de utilizar as condições fixadas por tratados que podem ser mais favoráveis aos seus interesses.

Proteção dos investimentos prévios: a proteção dos investimentos que incorporam estes tratados incluem os investimentos realizados anteriormente a sua vigência [...].

Estabilização: se garante os investimentos externos a continuidade das condições de investimento a margem de trocas legislativas [...].

Tribunais supranacionais: se legitima uma instância supranacional para defesa dos interesses dos investidores externos em relação aos atos de governo vinculados aos investimentos (GORENSTEIN, 2016, p. 20)⁴⁴.

De certa forma, a proposta do BM não é mais que uma tentativa de integrar uma nova preocupação ao mundo rural, mas um mercado que se auto regula e que implica numa transformação obrigatória da agricultura em *agribusiness*. Uma tentativa de modernizar,

⁴³ Tradução própria.

⁴⁴ Tradução própria.

segundo Delcourt (2010), a subalternização dos pequenos produtores colocando estes a serviço completo do complexo/regime agroalimentar mundial.

Gorenstein (2016) elucida que esses esquemas da globalização neoliberal enfraquecem as soberanias nacionais e implicam em mais concentração de riquezas, terras e poder. Essa autora sintetiza em quatro desdobramentos elementares essa projeção do capitalismo sobre os campos do mundo: 1) a convergência da produção de alimento humano e animal com a geração de agroenergia centralizada no capital transnacionalizado; 2) a difusão de novos pacotes tecnológicos favoráveis à expansão de cultivos flexíveis (*commodities*) numa dinâmica íntima com a concentração, grilagem e estrangeirização das terras acirrando os conflitos territoriais por terra e água; 3) o marco regulatório internacional aponta a liberalização dos fluxos de investimento mundial na América Latina; e 4) em todas as fases das cadeias agroalimentares que operam no continente se observa um intenso crescimento do setor financeiro.

De Carvalho (2012) explica esses quatro momentos quando assevera que os governos brasileiros vem cumprindo recomendações dessas agências internacionais (FMI, BM e OMC) para garantir o equilíbrio macroeconômico, para ele: “a redução massiva dos gastos públicos, a liberalização das trocas comerciais e dos preços, abertura global da economia, a implantação de políticas atrativas para o capital estrangeiro e a desregulamentação dos mercados” (DE CARVALHO, 2012, p. 19) são os marcos de governos neoliberais que promovem as políticas globais que fragilizam as soberanias nacionais sobre seus territórios e sobre sua diversidade cultural. Isso reflete no caso do Brasil em apoio aos setores agroexportadores na potencialização do agronegócio, indiferença governamental na apropriação de capitais nacionais e estrangeiros dos recursos naturais, afrouxamento das legislações trabalhistas, não realização da reforma agrária, indiferença contra a degradação ambiental e o estímulo a desnacionalização da economia e da agroindústria em particular.

Esse modelo de desenvolvimento para o campo, para Delcourt (2010) é “antirural” porque expulsa do campo os produtores de alimentos, potencializa as agroexportações e consequentemente o *agribusiness* que fazem assim grande pressão sobre a terra e sobre os recursos naturais.

1.2 As disputas paradigmáticas na era globalização neoliberal

É necessário distinguir segurança e soberania alimentar

A disputa paradigmática é uma disputa de territórios imateriais que também se resume no século XXI entre segurança alimentar e soberania alimentar, pois esses conceitos são reflexo de como os sujeitos/classes sociais se apropriam do campo. O mercado da fome e da pobreza reforça a lógica interminável de investimentos (estatais e privados) no modelo do agronegócio, a soberania alimentar aparece para contrapor esse problema que une essa acumulação de capital insaciável via espoliação e a globalização neoliberal.

Assim, para compreendermos a necessidade da distinção conceitual e prática de segurança e soberania alimentar precisamos olhar para ONU (Organização das Nações Unidas), a FAO (Food and Agriculture Organization) que estão profundamente ligadas a OMC e a contraposição pela ação territorial (material e imaterial) da Via Campesina aglutinando movimentos que lutam por outra sociedade, e que tem como personagem central a classe camponesa. Nieves (2016), pesquisador da Via Campesina, diz que a primeira ação da Via Campesina na cidade de Quebec no Canadá no 50º aniversário da FAO, em sua Assembleia Mundial sobre Segurança Alimentar em 1995, foi um marco contra a política mundial da produção de alimentos a maneira do paradigma do agronegócio.

Em escala mundial, a FAO pensou o conceito de segurança alimentar no meio da década de 1990 e tinha a seguinte resolução:

Nós, Chefes de Estado e de Governo, ou nossos representantes, reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação a convite da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), reafirmamos o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome. Comprometemo-nos a consagrar a nossa vontade política e o nosso compromisso comum e nacional a fim de atingir uma segurança alimentar para todos e à realização de um esforço permanente para erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir, até metade do seu nível atual, o número de pessoas subalimentadas até, ao mais tardar, o ano 2015 (FAO, 1996, apud NIEVES, 2016, p. 152-153).

Já a Via Campesina, como movimento de movimentos sociais, rebateu esse conceito especialmente com a reflexão a partir da soberania alimentar justaposta a agroecologia como modo de vida camponês. Soberania alimentar é para a Via Campesina:

É o direito dos povos, das nações e da união de países a definir sua política agrícola e de alimentos, sem nenhum dumping frente a países terceiros. A soberania alimentar organiza a produção e o consumo de alimentos de acordo com as necessidades das comunidades locais, outorgando prioridade a produção para o consumo local e doméstico. Proporciona o direito aos povos a

escolher o que comem e de que maneira querem produzir. A soberania alimentar inclui o direito a proteger e regular a produção nacional agropecuária e proteger o mercado doméstico do dumping de excedentes agrícolas e de importações a baixo do preço de outros países. Reconhece assim os direitos das mulheres camponesas.

O povo sem-terra, o campesinato e a pequena agricultura tem que ter acesso a terra, a água, as sementes e aos recursos produtivos assim como um adequado arcabouço de serviços públicos. A soberania alimentar e a sustentabilidade devem constituir-se como prioritárias as políticas de comércio. (VIA CAMPESSINA, 2006, não paginado, grifo nosso)⁴⁵.

Nessa perspectiva as suas principais bandeiras de luta em torno da Soberania Alimentar são: Reforma Agrária, Biodiversidade e Recursos Energéticos, Soberania na Produção de Alimentos e Comércio, Direitos Humanos, Agricultura Camponesa Sustentável, Migração e Trabalhadores Rurais e Paridade de Gênero. Por isso o discurso da soberania alimentar no contexto de movimentos sociais ligados a Via Campesina, para Paulino (2011a) deve evidenciar a necessidade de compreender essa proposta a partir da democratização da terra. Porque não é só produzir, mas racionalizar o modo de produzir por meio do campesinato e orientá-lo ao desenvolvimento rural.

Em tempos de apetites vorazes por terras, água, árvores, minerais e mais uma inumerável lista de bens da natureza privatizáveis, essas considerações são importantes para delinear o foco das lutas sociais, em particular as camponesas, que na atualidade propõem a bandeira, por meio da Via Campesina, de uma soberania alicerçada em cinco dimensões: alimentar, energética, genética, hídrica e territorial, umbilicalmente atreladas à terra. (PAULINO, 2011a, p. 115)

A estrutura da questão da soberania alimentar deve ser em última instância somente discursiva, porque ela deveria estar continuamente pautada na reivindicação da terra como bem para a humanidade num contexto da crise paradigmática do modelo do agronegócio. Mais recentemente em 2014, o MST, lançou base em seu último Congresso Nacional da diretriz de que todos os assentamentos a partir daquela data teriam por base um assentamento agroecológico. O pressuposto é que não é só a entrega de alimentos e a fartura num falso discurso de sustentabilidade, mas como é realizada a produção nas dimensões social, econômica, ecológica e organizativa. Em outras palavras, é a troca deste paradigma do agronegócio por outro que o supere. A reforma agrária se coloca para resolver a (ir)racionalidade do rentismo brasileiro atrelada a plataforma da agroecologia que caminha paradoxalmente a revolução verde.

⁴⁵ Tradução própria.

No entanto, no Brasil, a implementação da revolução verde, como modernização dolorosa e conservadora, tecnificou o campo e não fez reforma agrária. Ou seja, as estruturas oligárquicas permaneceram no contexto de domínio territorial (MARTINS, 2011). O latifúndio permaneceu forte e aparelhado a partir da era Democrática, travestiu-se de *agribusiness* (década de 2000) e depois agronegócio (década de 2010) (CUBAS, 2012 e 2013). A *commodity* foi estabelecida como uma relação social dos latifundiários ruralistas para a sociedade. De um lado os produtores e de outro os consumidores, respectivamente a oferta e a demanda da produção e do consumo nas interfaces da utilização de energia, água e recursos financeiros e naturais. Isso pulveriza a luta por um modo de produção baseado na racionalidade do uso da terra em sua função socioambiental plena.

Por isso, essa é uma discussão que não pode ser formulada a partir da maneira capitalista de produzir no campo, mas devemos olhar para a relação da questão agrária brasileira e o papel do pequeno produtor camponês na produção de alimentos.

A soberania alimentar para além da distribuição de alimentos se situa em dar qualidade à produção alimentar, espacializar a distribuição nutritiva e equitativa dos alimentos, com pressuposto no olhar essencial em como se realizam e como podem se realizar os processos sociais e culturais.

Essa soberania se dá a partir do modo de produzir/fazer camponês como alternativa para a segurança alimentar das instituições globais. As discussões de soberania alimentar têm que estar situadas nos âmbitos das comunidades locais e regionais comparando com o que se faz em escala global, se torna fundamental abrir essas discussões para as estratégias das diretrizes menos impositivas e mais propositivas, isso poderia ocasionar oportunidade para quem deveria de fato falar, os agricultores, minimizando a subalternidade massiva contra os povos tradicionais e os movimentos sociais. Por isso o conceito de soberania alimentar implica em entender a lógica produção-consumo que passa por valores sociais, culturais e ambientais.

É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, [...] enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a ideia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

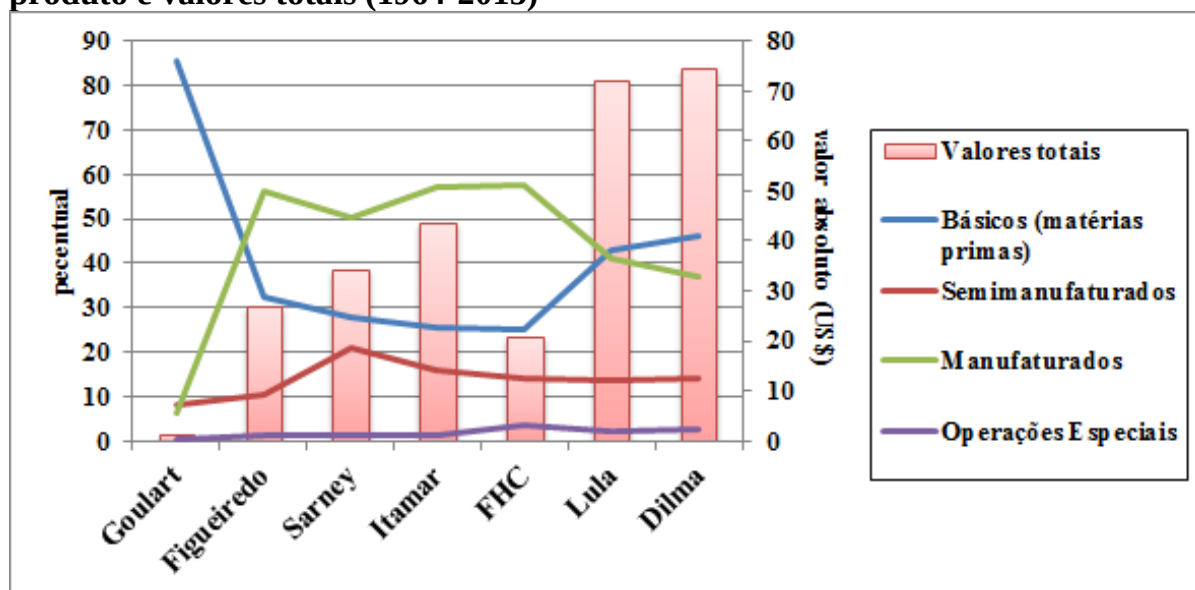
Segurança é pontual no direito de se alimentar, não importa a origem e o processo, a soberania é territorial no controle “nativo” da comida produzida pelo povo e para o povo. A segurança alimentar vem de cima para baixo e surge a partir das instituições globais neoliberais, a soberania alimentar é um conceito que vem da sociedade civil, é o poder legitimamente emanando de baixo, esse conceito engloba bases econômicas, sociais e ambientais. Os processos são aí fundamentais para entendermos como se produz alimentos e energia de modo equilibrado vislumbrando desenvolvimento social. Segurança alimentar é a garantia do mínimo, e a soberania alimentar é a luta pelo melhor. Isso é um confronto territorial entre paradigma do agronegócio e paradigma da agroecologia camponesa.

A reprimarização da economia no paradigma do agronegócio

A *commoditização* das relações é a base da economia do agronegócio, reprimarizando o PIB (Produto Interno Bruto), suprimindo demandas externas e fragilizando o mercado interno. A *commoditização* também é a representação plena do modelo de globalização dos mercados, onde alguns países produzem para suprir a demanda de matéria-prima e outros agregam valor para suprir a demanda de bens de consumo. As *commodities* homogeneizam pensamento e sociedade, e fazem os encaixes temporais parecerem todos iguais, quando são profundamente desiguais, isso é comprovado pelos desenvolvimentos geográficos desiguais em todo mundo (HARVEY, 2014b). As vias de fato desse processo de mercados globais no caso brasileiro é a sanha pela produção de matéria-prima, de exportação, e assim de reprimarização da economia.

O Gráfico 4 elenca o percentual de participação das exportações no PIB brasileiro em cada governo e a geração de dividendos da balança comercial no último ano de cada governo desde 1964 citado nessa representação.

Gráfico 4. Brasil: série de exportações no último ano de cada governo por tipo de produto e valores totais (1964-2015)⁴⁶



Fonte: Oliveira (2003) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2016). **Org.** Tiago E. A. Cubas.

No governo Goulart tínhamos mais de 80% dos dividendos da balança gerados a partir do setor primário, onde manufaturados e semi-manufaturados tinham juntos o restante desses valores. A partir do governo Figueiredo e até FHC percentualmente houve uma inversão percentual onde produtos básicos, ou matérias-primas, já não eram predominantes na série total de exportações, nesse período entre 25% e 32%, os manufaturados entre 50% e 60%. No entanto nesse período a soma total do valor de arrecadação maior esteve no governo Itamar Franco com 43,5 bilhões de dólares. Já a partir do governo Lula e Dilma houve um aumento de arrecadação acima de 72 bilhões de dólares. O século XXI é demarcado em escala mundial como o momento onde o Brasil entra no mapa dos países relevantes. Relevantes para que e a que custo?

Esse aumento na arrecadação de dividendos, especialmente nos governos petistas, tem uma relação intrínseca a conciliação com a classe rentista que espacializou o paradigma do agronegócio com os mercados globais no intuito de suprir as demandas dos alimentos para animais (no Brasil baseado no farelo de soja e no milho safrinha) e da produção de agrocombustíveis (no Brasil baseado na produção de cana-de-açúcar).

⁴⁶ Para detalhamento dos tipos de produtos, recomendamos o dicionário de economia em classes de produtos, também disponível em: <https://financasfaceis.wordpress.com/dicionario-de-economia/classes-produtos/>. Até o governo Sarney utilizamos os dados disponíveis em Oliveira (2003) referentes ao último ano de cada governo representado no gráfico.

Isso é o que o geógrafo Ariovaldo Oliveira (2003) vai definir como capitalismo mundializado onde “o mercado é o mundo” (p. 120). E a inserção do Brasil cada vez mais aprofundado na lógica do agronegócio explicita o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo, e a resposta a isso é, segundo este autor: “exporta para importar e importa-se para exportar” (p. 120). Olhando para exportações e importações em 2014, temos o seguinte quadro segundo a OEC⁴⁷ (*Observatory of Economy Complexity*):

- **Exportações:** Produtos Minerais (22% - destaque para Minério de Ferro com 12% e Petróleo Bruto com 7,2%), Commodities (16% - destaque para a Soja com 10% e Café com 2,7%), Alimentos (12% - destaque para o Açúcar Bruto com 4,3% e Farelo de Soja com 3,1%), Produtos de Origem Animal (7,8% - destaque para Carne de Aves com 3,2% e Carne Bovina com 2,1%), Transportes (7,5% - destaque para Aviões com 1,7% e Carros com 1,5%), Máquinas (7,3%), Metais (7%), Produtos Químicos (5,4%) e Outros (15%), totalizando aproximadamente 228 bilhões de dólares.
- **Importações:** Máquinas (26% - destaque para Telefones com 2,2% e Circuitos Integrados com 2%), Produtos Minerais (20% - destaque para Petrolíferos Refinados com 7,5%, Petróleo Bruto com 6,1% e Petróleo com 3,6%), Produtos Químicos (16% - destaque para Insumos com 3,2%, Medicamentos com 1,6% e Agrotóxicos 1,5%), Transportes (11%), Metais (6%), Plásticos e Borrachas (5,6%) e Outros (15,4% - destaque para Alimentos com 3,5%) totalizando aproximadamente os mesmos 228 bilhões de dólares.

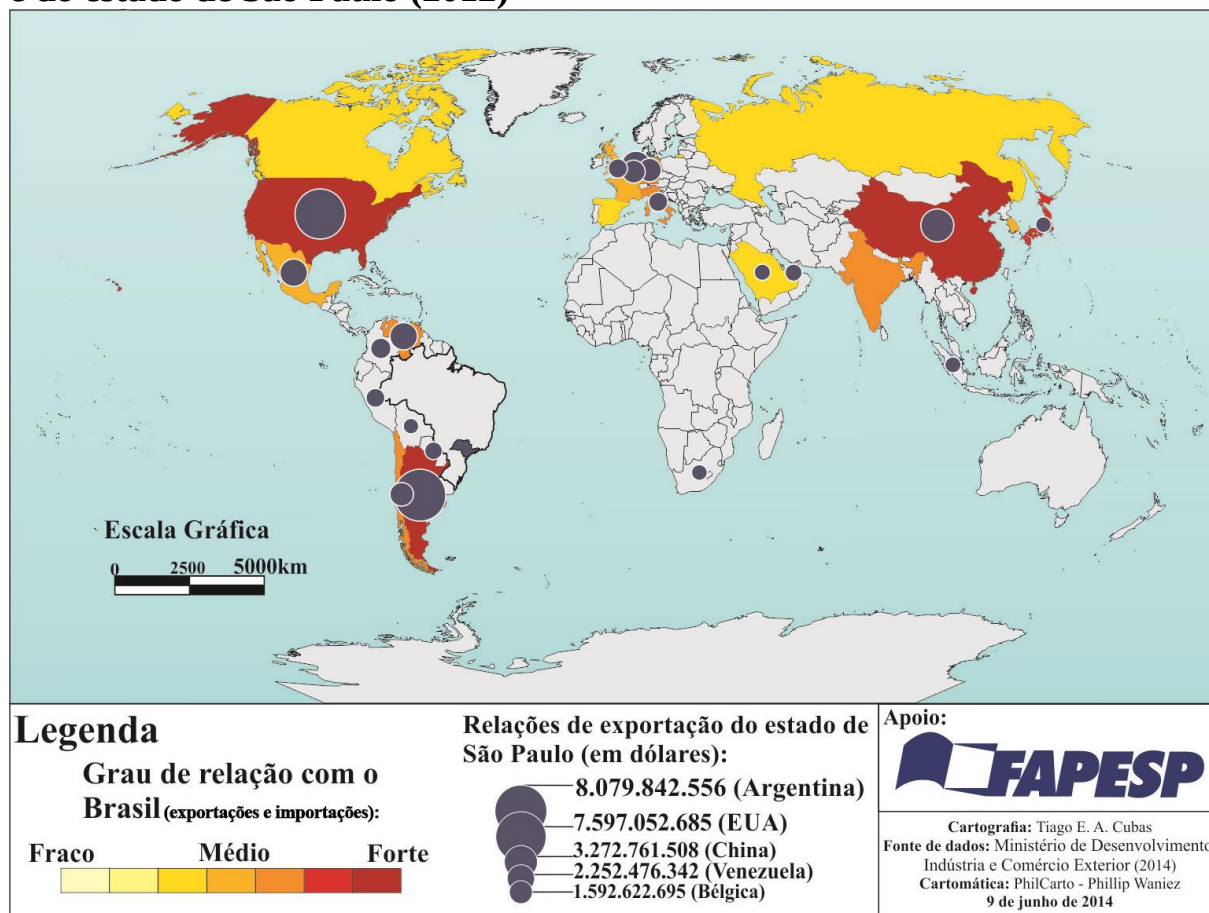
As nossas exportações estão baseadas em matérias-primas ou produtos com um beneficiamento mínimo, cerca de 70% do total dessas exportações. As nossas importações estão baseadas em produtos de valor agregado, cerca de 42% do total dessas importações. A maioria das importações em relação aos produtos minerais são relativos a Petróleo e derivados do Petróleo, como também os Plásticos e Borrachas. Em 2014, a produção de Petróleo Bruto no mundo aconteceu destacadamente na Arábia Saudita, Rússia, Emirados Árabes, Iraque, Irã, Catar, Kuwait, Cazaquistão, Nigéria e Canadá somando mais de 70% do total da produção mundial. E os maiores importadores na ordem foram EUA, China, Japão e Índia. Na América Latina o Brasil é o maior importador. Economias mundiais ainda baseadas no fossilismo como Porto-Gonçalves (2015) afirmou.

Além disso, importamos insumos e agrotóxicos em larga escala, além de alimentos, mesmo sendo um país com altíssimo grau de produção agrícola. Em outras palavras, a

⁴⁷ Disponível em : <http://atlas.media.mit.edu/pt/>.

modernização da economia seguindo o sistema do agronegócio obedece a lógica do mercado mundial como o limite deste sistema, o mercado que regula a demanda. Quer dizer, não temos autonomia sobre o que produzimos, por isso, compramos em alguns casos, produtos que poderiam ser produzidos no país, incluindo parte de nossos próprios alimentos.

Mapa 1. A globalização dos mercados e as relações internacionais do Brasil e do estado de São Paulo (2012)



O Mapa 1 espacializa a globalização dos mercados e a dependência global da reprimarização brasileira ao mercado direcionado especialmente a EUA, China e Argentina. EUA e China, que segundo Harvey (2014a e 2014b), são as principais potências globais compradoras de matérias-primas no contexto do capitalismo mundializado do século XXI.

Para o Brasil do agronegócio, de modo geral, a soja é a representação de potência produtora de matéria-prima. Em 2012 a soja representou cerca de 19 bilhões de dólares na balança comercial brasileira, em 2014 o Brasil tinha 40% do mercado mundial da soja e os EUA cerca de 41% do mercado mundial. Já o açúcar e etanol representaram juntos cerca de 14,7 bilhões de dólares (12,6 bilhões para o açúcar e 2,1 bilhões para o etanol). O estado de São Paulo contabilizou desses 14,7 bilhões, cerca de 9,5 bilhões de dólares, (mais de 64% do

total do Brasil). O estado de São Paulo segue sendo o maior produtor de etanol e açúcar no Brasil e o responsável por grande parte das exportações enquanto para o complexo sojicultor temos o Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

A soja no estado de São Paulo tem pouquíssima participação para o mercado nacional, isso em todos os anos, e foi diminuindo sua importância, assim como o gado bovino que disputou territórios com a cana-de-açúcar e em grande parte foi desterritorializado por esta cultura, nesse contexto muitos pecuaristas se tornaram usineiros. A celulose (como complexo) também tem uma crescente, especialmente entre 2000 e 2012, onde no estado de São Paulo passa a ganhar maior relevância.

É interessante observar também que o cenário dos países compradores, ou que adquirem exportação de São Paulo muda de características de 2000 a 2012. Entre os cinco maiores países que recebem as exportações paulistas estavam em 2000, na ordem, EUA, Alemanha, Argentina, Japão e França, com os EUA abocanhando 30,4% do total de exportações vindas do estado de São Paulo, a Alemanha 9,19% e a Argentina 7,3%. Isso repercute nos Blocos Econômicos, onde NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) e UE (União Europeia) juntos abocanham mais de 60% das exportações do estado de São Paulo. No ano de 2006 esse panorama muda de forma evidente, os cinco maiores compradores dos produtos/mercadorias do estado de São Paulo eram EUA, Argentina, México, Venezuela e Alemanha, com 18,85% do total para os EUA, 12,57% para a Argentina e 4,75% para o México. Ou seja, dois países na América Latina se colocam entre os maiores recebedores de exportações do estado de São Paulo. As fatias de exportações passam a ser mais divididas, o NAFTA toma 19,09% do total de exportações, já a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) chega a 17,13%, a UE perde participação do ponto de vista proporcional com 15,88% e o Mercosul (Mercado Comum do Sul) aumenta e muito sua participação para 14,26%, depois disso temos a entrada de países africanos como complementares, coisa que não aconteceu em 2000 e nem 2012.

No período de 2012, o panorama de relações exteriores muda ainda mais, vale lembrar que temos desde 2006 os governos petistas que abriram o mercado brasileiro a outros países em desenvolvimento e ainda privilegiaram os acordos com países da América Latina e o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Assim, os cinco maiores recebedores de exportações do Brasil foram, em 2012, China, EUA, Argentina, Países Baixos e Japão, e do estado de São Paulo foram Argentina, EUA, China, Países Baixos e México. A transformação dessas relações externas em escala nacional, quando olhamos para os Blocos Econômicos é

nítido tanto o aumento na participação do Mercosul (com 20,01% do total das exportações) como da APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*), especialmente a China e a Indonésia.

As relações internacionais são cada vez mais intensas, cumprindo a demanda do lucro máximo, moderniza-se a economia, empodera-se uma nova ordem de capitalistas mundializados e paradoxalmente perde-se a autonomia sobre a produção básica de alimentos.

O Brasil do campo moderno dessa forma vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. [...] Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) [...]. O mercado é implacável. Ele cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado ele mundializa o nacional. Destrói suas bases e lança o país nas teias da rede capitalista mundial (OLIVEIRA, 2003, p. 121-122).

O agronegócio cria uma brecha nas demandas internas fazendo o país importar itens básicos que se referem a soberania alimentar. Não é só o aumento da arrecadação, pois com o “nacional mundializado” as demandas prioritárias se tornam as demandas das Instituições de Comando, dos *think tanks* globais, e não as demandas que respeitem a diversidade cultural e os povos interpelando a soberania nacional. O paradigma do agronegócio moderniza o país a que custos?! Colocando-nos assim diante de uma profunda contradição, quem produz, “produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta” (OLIVEIRA, 2003, p. 122).

O paradigma da agroecologia para superação do paradigma do agronegócio

A evidência do enfrentamento entre agronegócio e campesinato é uma disputa paradigmática no campo, onde os *think tanks* que representam essa disputa paradigmática são definidos num conflito estrutural entre território capitalista (onde a territorialidade do capital é totalizante) e território não-capitalista (camponeses que resistem a territorialidade do capital). O Quadro 3 é um esquema simplificado dessa disputa paradigmática.

Quadro 3. Disputas paradigmáticas e questão agrária mundial

Paradigmas e a questão agrária		
Inscrição dominante no espaço geográfico Modelo de	<i>Território capitalista</i>	<i>Território não-capitalista</i>
	<i>Agricultura Industrial</i>	<i>Agricultura familiar camponesa</i>

reprodução socioeconômica Práxis/Utopia Natureza da produção agrícola Tecnologias e Pesquisas Questão energética Uso da água Elemento fundante Mão-de-obra empregada Natureza do trabalho Modelo de desenvolvimento	<u>convencional e (agro)empresa familiar (negócio e profissão)</u>	<u>(modo de vida e classe social)</u>
	<u>Agronegócio</u>	<u>Agroecologia</u>
	Monocultura (para agroexportação - <i>commodities</i>). Foco em menos de 20 espécies de gado e culturas agrícolas Alta mecanização (otimização da produtividade para a viabilidade da dimensão econômica em detrimento do social, cultural e ambiental). Pesquisa pensada de cima para baixo, esquemas tecnicistas controlados por corporações de pesquisa. Variedades de alto rendimento, hibridizadas e transgênicas	Produção diversificada (para Soberania Alimentar). Foco em mais de 40 espécies de gado e centenas de plantas Mecanização como ferramenta (busca do domínio do sistema produtivo para a viabilidade da reprodução familiar com ênfase no social, cultural e ambiental). Modelo camponês-camponês, inovações locais e troca de conhecimento, orientação social horizontalizada e intercâmbio constante com movimentos sociais. Recursos locais e trabalho com a providência do ecossistema para biodiversidade;
	Alta dependência de petróleo e de agrotóxicos (agroquímicos); Fertilização para nutrição das culturas (para alimentar as plantas)	Matéria orgânica derivada de animais plantas para alimentar o solo; e ALIMERGIA (Alimento, Meio-Ambiente e Energia)
	Irrigação em grande escala, uso indiscriminado da água (agro(hidro)negócio)	Irrigação em pequena escala por aspersão ou gotejamento e sistemas que economizem água
	Renda da terra capitalista como base do capitalismo rentista, o latifúndio como seu elemento fundante. A acumulação via espoliação é expressão territorial da agricultura capitalista, privatizando e mercadificando as terras.	Economia familiar de produção e pequena propriedade como seu elemento fundante. O campesinato como classe social e modo de vida; reprodução camponesa pela contradição estrutural e pela luta, conflito, disputas territoriais criando redes de solidariedade.
	Pouco uso de mão-de-obra assalariada. Monocultura em larga escala. Com intensidade de manejo alta com alta penosidade e poucos empregados/ocupados no campo	Mão-de-obra familiar e mutirão (família envolvida na produção, cooperativismo, associativismo e coletivismo). Baixa-média intensidade de manejo, baixa-média penosidade do trabalho e envolvimento familiar e (em momentos) contratada.
	Trabalho alienado (superexploração do trabalhador – o produto do trabalho não pertence ao trabalhador) e estranhado (o trabalhador não se reconhece como parte do produto final). Crescimento econômico - Intensificação no investimento público e privado para <i>commodities</i> - Medidas paleativas para o social; - Políticas públicas compensatórias; - Intensificação das relações	Trabalho autônomo e familiar (o produto do trabalho pertence a família). Trabalho voltado para auto-exploração e a possibilidade do trabalho acessório. Desenvolvimento socioterritorial - Intensificação no investimento público e privado para alimentos - Reprodução social, econômica, cultural e ambiental; - Medidas para desconcentração de

	capitalistas.	terra e renda; - Políticas públicas emancipatórias; - Reprodução de relações não capitalistas.
	Terra de negócio e/ou de especulação. Expansão desenfreada em grandes extensões de terras que segue a sanha capitalista de apropriação da natureza (metabolismo societário do capital globalizado que gera mazelas; trabalho análogo a escravidão; superexploração física e mental; expropriação territorial; monopolização territorial; impactos socioambientais: desmatamento, poluição água, ar, solo etc.).	Terra de trabalho. Reprodução equilibrada em pequenas propriedades baseadas em um desenvolvimento socioterritorial que respeita o social, cultural e ambiental (relações sociais de produção não capitalistas pautadas no equilíbrio da biodiversidade; na Soberania Alimentar; na Educação do Campo; na territorialização dos movimentos socioterritoriais camponeses; na simbiose entre produção de alimentos e energia etc.). Produção adaptada aos mais variados tipos de terra
	Agroecossistemas simplificados (promovendo degradação do solo, erosão, poluição da água, solo e ar pelo intenso uso de agrotóxicos)	agroecossistemas complexos (promovendo retomada e conservação da sociobiodiversidade, respeitando os biomas naturais)
	Integração aos mercados capitalistas (pela destruição ou monopolização do território), formação de redes de relações capitalistas, logísticas, preços e tendências. Subordinação ao capital nacional e internacional. Culturas de agroexportação e produção de agrocombustíveis, milhares de quilômetros de produção de alimentos em monocultivos.	Superação ou resistência aos mercados capitalistas (criação de redes de mercado para reprodução das relações não capitalistas). Produção local, regional e/ou nacional de alimentos, produção local e consumo nesses circuitos articulados (busca de mercados alternativos de uma economia solidária, local e equitativa).
	Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)	Paradigma da Questão Agrária (PQA)
Uso da terra		
Questão ambiental		
Relações de comércio (mercado)		
Território Imaterial		
Instituições Globais Representativas	BM, FMI, OMC e FAO	Via Campesina

Org. Tiago E. A. Cubas com base em Camacho e Cubas (2011), Cubas (2013), Fernandes (2013), Camacho (2014), e Rosset et al (2011) e ETC (2009) (apud ALTIERI; TOLEDO, 2011), Altieri (2012 [1989]), Thomaz Jr (2010) e Porto-Gonçalves (2015).

Enquanto o paradigma da agricultura convencional é um projeto fossilista e que se coloca na direção dos monocultivos para suprimento de demandas externas de um mercado global, o paradigma da agroecologia é diametralmente oposto, pois requer uma demanda cada vez menor de energias não renováveis atrelada a produção agrobiodiversa. Altieri (2012) define então cinco pontos em defesa do paradigma da agroecologia que está amparado na práxis e modo de vida camponês.

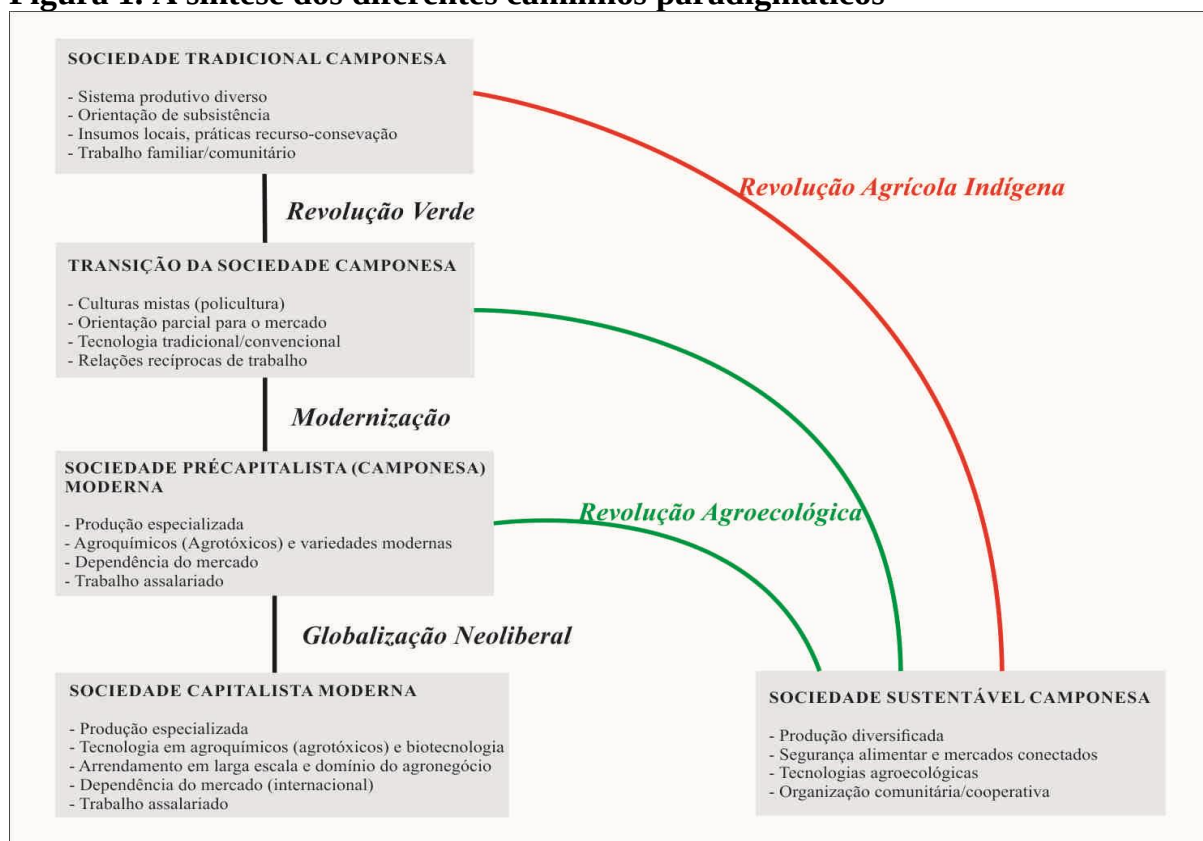
Cinco razões por que devemos apoiar a revitalização da agricultura familiar camponesa: a) Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial; b) Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais recursos naturais que as grandes monoculturas; c) Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade; d) Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs); e) Pequenas propriedades rurais resfriam o clima (ALTIERI, 2012 [1989], p. 363).

As razões para pensar a revitalização da agricultura do mundo, para Altieri (2012 [1989]), está profundamente ligada a economia familiar dentro da terra do camponês. Essas cinco razões são baseadas numa retrospectiva resultante, de fato contextualizada, de seus principais trabalhos, onde este autor aponta para esta ligação intrínseca entre economia familiar camponesa, pequenas propriedades e agrobiodiversidade agroecológica, onde movimentos sociais são um fundamental interlocutor junto a este paradigma.

A agroecologia, como conhecemos atualmente, no que se refere especialmente à vasta contribuição e ao panorama das obras que abordam essa temática⁴⁸, dizem os seminais autores Miguel Altieri e Victor Toledo (2011, p. 586) sobre a relação entre campesinato e agroecologia: a base da “revolução agrária” para o campesinato é a agroecologia, agroecologia como “sistemas de produção de base biodiversos, resilientes, energeticamente eficientes, socialmente justos e comprometidos com a base estratégica de energia, produtividade e soberania alimentar”⁴⁹ (ALTIERI e TOLETO, 2011, p. 587). Estes autores propõem um panorama sintetizado dos caminhos paradigmáticos:

⁴⁸ Angel Palerm: *Modos de produção e formação socioeconômica* (1976); *Antropólogos e camponeses: os limites do capitalismo* (1980); *Estudos Camponeses: origens e transformações* (1980). Miguel Altieri: *Agroecologia. Bases Científicas da Agricultura Alternativa* (1989); *Agroecologia e Desenvolvimento das Pequenas Propriedades* (1990); *Por que estudar agricultura tradicional?* (1991), *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável* (2012, revisão da obra de 1985). Victor Toledo: *Vertente da Ecologia Política* (1986); *A racionalidade ecológica da produção camponesa* (1990); *A resistência ecológica do campesinato mexicano* (1991).

⁴⁹ Tradução própria.

Figura 1. A síntese dos diferentes caminhos paradigmáticos

Fonte: Traduzido e adaptado de Altieri e Toledo (2011, p. 595).

No sistema agroecológico se faz a opção objetiva pelos sistemas alimentares em detrimento dos sistemas de combustíveis e energias fósseis e agrocombustíveis baseados em agroexportação que comprometem a soberania territorial e alimentar dos povos. Para estes autores, a agricultura tradicional camponesa é a raiz do paradigma agroecológico. As contribuições mais significativas e estruturais estão baseadas na relação com a apropriação do seu território, e são quatro segundo Altieri e Toledo (2011): **engenhosidade** (organização social única, conhecimento tradicional, uso sustentável dos recursos naturais, complexo manejo de sistemas produtivos biodiversos), **características de exceção** (paisagens com alto grau de diversidade, agrobiodiversidade e diversidade cultural), **atuação global e local** (práticas locais com motivações globais, serviços ao meio ambiente, conservação e valorização da biodiversidade, produção cultural identitária e modelo de resiliência) e **histórico comprovado de sustentabilidade** (adaptação as tensões, produção em meio a adversidades climáticas).

As diferenças estruturais entre os paradigmas cumulativos da agricultura capitalista e da agroecologia camponesa explicitam as disputas territoriais entre as maneiras diametralmente opostas de práxis societária. A agroecologia como modo de produzir é

característica nata ao campesinato como um modo de vida que ultrapassa o status de categoria histórica ou sujeito social como observamos no decorrer dos tempos. Shanin (apud GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 14) assinala: “o campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais específicos de cada zona”, este sujeito, diverso, se apropria da tecnologia conforme a mediação das relações sociais. Shanin (1983) nos adverte para não tornar, em nossos estudos, o camponês num grupo social genérico sem contextualizá-lo nos arranjos históricos e geográficos; este é o perigo de incorrer no erro da simplificação deste agente que restringe esse grupo que segundo ele existe desde sempre, apesar das teorias proféticas que inferem sobre o camponês e a sua destruição, ao contrário, o que vemos para Shanin (1983) são graus de campesinidade (*grados de campesinidad*).

Sendo assim, para Guzmán e Molina (apud DE CARVALHO, 2012) o camponês se articula com o vislumbre da agroecologia como potencializadora do seu modo de vida e das reivindicações políticas que se faz na sua caminhada de luta social.

No contexto teórico que estabelece agroecologia, o campesinato é o grupo social em torno do qual se organizavam, e se organizam ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como sociedade de base energética solar ou sociedades orgânicas. Isso significa estabelecer uma identificação bastante forte entre modo de uso agrário, camponês ou secundário (de acordo com as denominações que tem recebido) e campesinato. A relação histórica do homem com os recursos naturais, nesse tipo de sociedade, pode ser definida da seguinte forma: o objetivo essencial das relações sociais é a satisfação das necessidades materiais. Isso requer e requereu sempre a apropriação dos recursos naturais para a produção de bens com um valor de uso histórico e culturalmente dado, mediante o consumo de uma quantidade determinada de energia e materiais e o emprego de um saber e instrumentos de produção adequados (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 80-81).

A maneira de gerenciar a vida por parte do camponês é fruto de uma lógica diversa e oposta a lógica capitalista, por isso, também oposta a globalização neoliberal. Paulino (2008b) afirma:

[...] enquanto os camponeses podem potencializar os atributos da natureza, a agricultura empresarial necessita submetê-la, uma vez que a variabilidade dos ciclos naturais afetos à agricultura dificulta a padronização do processo de trabalho, criando obstáculos aos incrementos de produtividade. Por isso, a tônica da agricultura empresarial é a artificialização, fundada na incorporação de insumos externos, racionalização do trabalho, engenharia genética, entre outros. Isso supõe não apenas intensificação do capital em detrimento do

trabalho, mas desconexão com os ecossistemas, resultando em perda proporcional da eficiência. (p. 87).

Quando o capital acopla o discurso da sustentabilidade e do orgânico compreendemos isto como a artificialização de um elemento que não tem condições de se tornar parte da sua composição orgânica. Já o campesinato tem isso, historicamente, um modo de se relacionar com a natureza e com o outro⁵⁰, o que Palerm (apud GUZMÁN; MOLINA, 2013) vai chamar de protoforma do sistema camponês que é antagônica (e anterior) ao modo de produção capitalista. Uma forma que usa pouco recurso financeiro, pouco recurso energético, pouca terra, mas que é capaz de produzir de modo farto, racional e em escala social. O camponês busca soluções locais para problemas globais ao contrário dos sujeitos sociais do agronegócio (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Um horizonte são os mercados locais e outro o mercado global, um atende a demanda do próximo e outro a dele mesmo (do lucro). Para Altieri e Toledo (2011) o paradigma agroecológico empodera as relações no âmbito local e as relações em redes, dadas destacadamente pelo modo de vida camponês catalisado nos movimentos camponeses no mundo.

O uso da terra e por conseguinte dos recursos naturais na relação com a família são categorias imprescindíveis, nos mais variados sistemas sociais, para compreender o camponês no seu contexto específico.

O campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar com parte dela num processo de coevolução (Nogaard, 1994) que configurou um modo de uso de recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental (Toledo, 1995). É por isso que agroecologia identifica como o genérico do campesinato na história [de] sua forma de trabalhar (Iturra, 1993) e o conhecimento que a sustenta com relação ao manejo dos recursos naturais (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 79).

A agroecologia se firma como um conceito de modo mais recente, mas a interação diferenciada com o meio natural por parte dos camponeses não são novidade do modo de produção capitalista. Todas as experiências significativas em agroecologia, para Guzmán e Molina (2013) estão no âmbito da produção camponesa dessas relações, e mesmo que muitas delas surjam “das margens do regime agroalimentar mundial como uma resposta da

⁵⁰ Guzmán e Molina (2013, p. 71, grifo nosso) constata isso quando citam o professor Angel Palerm (trabalho da década de 1980): “configuram as bases tecnológicas da agroecologia: ‘o futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. **Esse modelo antagônico ao modelo capitalista tem sua protoforma no sistema camponês**’ (Palerm, 1980)”.

resistência ao impacto sobre a agricultura do neoliberalismo e da globalização econômica (p. 69), isso não indica que ela não havia antes e que integrasse de modo inconsciente as relações sociais camponesas num processo contínuo de evolução do próprio campesinato.

O marco teórico da agroecologia é para os sujeitos camponeses latino-americanos a marca também da sua identidade atual, resistente e propositiva. A dialética da agroecologia é a maneira camponesa de transformar a terra no seu território agregando o elemento da unidade familiar camponesa indissociável entre produção e consumo. Altieri e Toledo (2011) afirmam que a América Latina vive um momento de efervescência do debate e da prática da agroecologia a partir de novos pressupostos, especialmente em relação aos movimentos de luta pela terra ligados a Via Campesina. Ou seja, quando o campesinato se reiventa a partir da sua resistência, se torna também uma classe social propositiva e necessária a superação da crise ao modo de produção capitalista. Esse processo que será citado, é chamado por De Carvalho (2012, p. 34) como “processo de modernização camponesa” com “padrão tecnológico agroecológico”. Sobre o processo de modernização camponesa para este autor:

A modernização camponesa é concebida como uma renovada relação antrópica do homem com a natureza na concepção e prática da agroecológica onde se busca uma coevolução no sentido que lhe dá Guzmán e Molina (2005) quando afirmam “(...) o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando assim distintos ‘graus de camponesidade’, o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza sócioambiental.”

A autonomia camponesa se realiza sobre a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada pela família que proporciona, ao mesmo tempo, um processo de coevolução no modo do uso dos recursos naturais e uma interação com os mercados, superando o padrão tecnológico dominante e reduzindo, nos limites estabelecidos pela correlação de forças econômicas e políticas, as suas dependências históricas tanto do capital como dos governos (DE CARVALHO, 2012, p. 34).

A quebra do monopólio da terra segue-se da modernização camponesa, com o que agroecologistas como Altieri e Toledo (2011) e Altieri (2012 [1989]) chamam de paradigma agroecológico, superando o padrão tecnológico e social hegemônico, outra forma de se realizar com a natureza que se desdobra no “padrão tecnológico agroecológico”⁵¹.

⁵¹ Isso é sintomático no:”- aumento da renda agrícola e da agroindustrialização para a melhoria crescente e continuada da qualidade de vida familiar (hábitos de consumo e hábitos de trabalho); - aumento da renda

Na continuidade desta parte queremos situar a questão estrutural no cerne do processo de globalização neoliberal para o Brasil e São Paulo e na próxima parte dissertar sobre o potencial de transformação do paradigma campesinista (FERNANDES, 2013 e CAMACHO, 2015). Compreender que a soberania alimentar é então uma questão da terra (do seu uso e apropriação), em essência é a base de nossas argumentações em torno do *São Paulo Agrário*. A compreensão passa pelo processo da disputa da terra para quem nela estabelece uma relação de produção em escala e demanda social, e de quem a usa como modo de manter a soberania político-econômica do Estado Nação. Em seguida construiremos o problema da terra e a questão agrária brasileira na evidência dessa disputa paradigmática.

agrícola e da agroindustrialização que proporcione a formação de poupança familiar; - incorporação de inovações tecnológicas a partir de tecnologias e processos social e ambientalmente apropriados; - ampliação da propensão aos investimentos; - redução continuada da penosidade do trabalho familiar; aprimoramento pela inovação tecnológica dos processos de trabalho (hábitos de produção); - agroindustrialização de produtos e subprodutos da unidade familiar camponesa ou da unidade cooperada camponesa; - crescente participação nos mercados, em particular naqueles denominados de circuitos curtos de comercialização; - aumento da produtividade da força de trabalho, dos solos, das plantas e dos animais pela incorporação de tecnologias ecologicamente sustentáveis e da motomecanização apropriada à unidade camponesa de produção” (DE CARVALHO, 2012, p. 32-33).

2. AS EVIDÊNCIAS DAS DISPUTAS PARADIGMÁTICAS NO BRASIL E EM SÃO PAULO: **barbárie e modernidade no século XXI**

Parte importante do trabalho da CGhC é a desconstrução das máximas hegemônicas que nos causam a sensação de homogeneidade e de um problema mais profundo que este: o de que o território resolve-se pela sua aparência primeira (CUBAS, 2012). Assim queremos desvelar a fundo o lugar do agronegócio e o lugar do campesinato para o estado de São Paulo no contexto do desenvolvimento territorial rural do país. Paulino (2008a e 2011a) nos explicita o projeto de sociedade do Estado burguês pelo agronegócio-latifúndio:

O consenso sobre a **intocabilidade da grande propriedade, por seu suposto vigor econômico e lisura dominial** que, por consequência, **legitima o pacto de silêncio sobre a dimensão da grilagem e da ociosidade das terras**, somente se sustenta pelo amplo desconhecimento de seus impactos nefastos para a sociedade brasileira. Por sua vez, o caráter eminentemente urbano do país favorece a repercussão do engodo, embalado por um nome: agronegócio. O martelar cotidiano sobre sua vitalidade, vindo dos altos representantes do Estado e dos formadores de opinião de plantão, não permite que se esclareça que ele oculta duas questões fundamentais. A primeira, de que agronegócio é um conceito mais amplo do que agropecuária, pois engloba toda a cadeia produtiva, o que envolve a indústria de insumos e máquinas, os setores de processamento dos alimentos e até a sua distribuição, o que faz com que até o setor de comércio varejista correlato a alimentos e bens primários seja incluído no cômputo das receitas para efeito de dimensionar sua grandeza. [...] O segundo não dito é o de que não há qualquer discriminação da origem das receitas do agronegócio, de modo que não é só a produção oficialmente denominada de “agricultura comercial”, mas também a da “agricultura familiar”, que faz parte do cálculo. E **pensar que falar em agronegócio no país parece ser o mesmo que falar em moderna empresa rural!** (PAULINO, 2011a, p. 126, grifo nosso).

Essa cadeia produtiva com a aparência de progresso faz parte de um projeto de sociedade, onde investimentos em grande escala são despendidos a favor de um setor - o qual mostraremos ser ineficiente - que abastece de poder em controle político, riquezas e terras o patronato; os rentistas ou proprietários de terras. O modelo do agronegócio está no bojo das instituições globais de comando porque se controla pelo monopólio da produção e da circulação, que no Brasil é corroborado pelo monopólio da terra.

Nossas constatações tem por objetivo expor o projeto hegemônico do agronegócio no Brasil que esconde na expressão aparente de modernidade e tecnificação, a barbárie e (ir)racionalidade do clientelismo político fundado num modelo rentista que ainda perdura nas relações de poder no limiar do século XXI. Usa-se a terra como terra de negócio/especulação

e não como terra de trabalho contrariando a função social da terra e sua funcionalidade na teoria de Karl Marx (1974 [1894]) sobre a racionalidade do uso da terra (uso em escala social) no modo de produção capitalista.

A expansão das *commodities* implica em um financiamento a reprimarização da economia que não é eficiente nem como modelo de crescimento econômico e muito menos de desenvolvimento territorial no campo. De modo que, essa expansão não pode maquiagem o conceito de agronegócio apartado do seu complemento obrigatório, o latifúndio. Por isso o esforço deste trabalho é pensar estes conceitos como complementos indissociáveis, para não escamotear o que é a ineficiência produtiva da agropecuária capitalista na comparação as pequenas propriedades nas mãos dos camponeses. O cativo da terra está no centro da questão agrária brasileira como também a reivindicação por uma reforma agrária necessária e urgente. Isso já foi demonstrado no trabalho de 2003 do geógrafo Ariovaldo Oliveira, expressando a *Barbárie e modernidade* na questão agrária do Brasil. Queremos aqui expandir sua análise e qualificar a disputa paradigmática no século XXI.

Para isso vamos **as premissas deste trabalho**⁵² numa exposição primeira da base da problemática do capitalismo brasileiro, a questão (da concentração) da terra, e em sequência o lugar do agronegócio e do campesinato no cenário agrário brasileiro e paulista.

2.1 A base do problema agrário brasileiro: a questão (da concentração) da terra

Estrutura fundiária concentrada

Como lembra Fernandes (2006), a expressão “agronegócio” tem servido como saída linguística para escapar ao debate necessário sobre o latifúndio produtivo e, nessas condições, tão passível de desapropriação quanto o improdutivo. Martins (1995) já advertira que o conceito de latifúndio é prenhe da luta política que o incluiu no léxico brasileiro pelo enfrentamento do campesinato, o outro conceito político forjado na luta de classes que o Estado brasileiro tratou de suprimir. (PAULINO, 2010, p. 68).

O aumento produtivo se deu em vias de fato pela modernização conservadora, uma alta tecnificação que não resolvia problema algum que não fosse o do discurso da produtividade e da reprimarização da economia. “o aumento do potencial produtivo médio

⁵² Nesse capítulo, em relação as tabelas, quadros e mapas: a estrutura de grupos de área obedece o estudo de 2003 do geógrafo Ariovaldo Oliveira, onde ele define: 0 a menos de 200 hectares como pequena propriedade, 200 a menos de 500 como média propriedade e de 500 em diante como grande propriedade, isso é uma convenção para comparação de dados. No entanto é preciso uma atenção especial a faixa de até 50 hectares, a faixa de área mais eficiente em todos os sentidos.

decorreu da tecnificação alavancada em meados da década de 1970, momento em que foram captados os índices desde então inalterados.” (PAULINO, 2010, p. 70).

A concentração fundiária e a manutenção do *status quo* são indicativos evidentes de uma questão agrária estrutural fomentada a partir de uma classe específica que ganha na correlação de forças no poder público, os ruralistas. Paulino (2008a, 2010, 2011a e 2011b) nos orienta para a origem dos desdobramentos desse processo, o capitalismo rentista, a terra como reserva de valor e poder de controle (monopólio), uma aliança entre capital e terra que reflete no processo de concentração fundiária para além da produtividade.

A produtividade na verdade esvazia o debate conceitual da reforma agrária tão necessária ainda hoje. Isso para Oliveira (2003) é expressão de mitos levantados sobre o agronegócio e verdades ocultas sobre o campesinato. Por isso, inspirado em seu trabalho que reflete a barbárie e modernidade do agronegócio no Brasil, trazemos os quadros seguintes baseado nas suas premissas para divisão em hectares (por grupos de área) da pequena, média e grande propriedade (Quadro 4).

Quadro 4. Brasil e São Paulo: estrutura fundiária por grupos de área (hectares) em 2006

Brasil						
Grupos de área (hectares)		imóveis	% imóveis	área imóveis (hec)	% imóveis	Média de área
pequena	menos de 50	4057774	82,46	44208920	13,39	10,89
	50 a menos de 100	390874	7,94	26482780	8,02	67,75
	100 a menos de 200	220255	4,47	29342738	8,89	133,22
	Total pequena	4668903	94,88	100034438	30,31	21,42
média	200 a menos de 500	150859	3,06	46395555	14,06	307,54
	Total média	150859	3,06	46395555	14,06	307,54
grande	500 a menos de 1000	53792	1,09	36958185	11,20	687,05
	de 1000 em diante	46911	0,95	146553218	44,41	3124,06
	Total Grande	100703	2,04	183511403	55,61	1822,30
Total		4920465	100	329941396	100	67,05
São Paulo						
Grupos de área (hectares)		imóveis	% imóveis	área imóveis (hec)	% imóveis	Média de área
pequena	menos de 50	177177	78,60	2533889	17,68	14,30
	50 a menos de 100	20688	9,18	1465713	10,23	70,85
	100 a menos de 200	13124	5,82	1841125	12,85	140,29
	Total pequena	210989	93,60	5840727	40,75	27,68
média	200 a menos de 500	9568	4,24	2936002	20,48	306,86

	Total média	9568	4,24	2936002	20,48	306,86
grande	500 a menos de 1000	2821	1,25	1781351	12,43	631,46
	de 1000 em diante	2044	0,91	3774466	26,33	1846,61
	Total Grande	4865	2,16	5555817	38,76	1142,00
Total		225422	100,00	14332546	100,00	63,58

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. **Org.** Tiago Cubas. (produzido em maio de 2012).

Este quadro elenca a estrutura fundiária brasileira e paulista, e reitera o que Oliveira (2007, p. 127) asseverou, “o Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”. 94,88% da quantidade de imóveis estão nas mãos dos pequenos, que controlam até 200 hectares. 2,04% de imóveis que ficam em quantidade de proprietários nas mãos dos grandes proprietários (os latifundiários). Aí temos a inversão quanto a quantidade de áreas em hectares nas mãos destes produtores. Sob o domínio de 94,88% dos pequenos produtores do campo estão em 30,31% das áreas em hectares, sob 3,06% dos médios produtores estão 14,06% das áreas, e sob as mãos de apenas 2,04% estão 55,61% com uma média 1822,303 hectares por produtor.

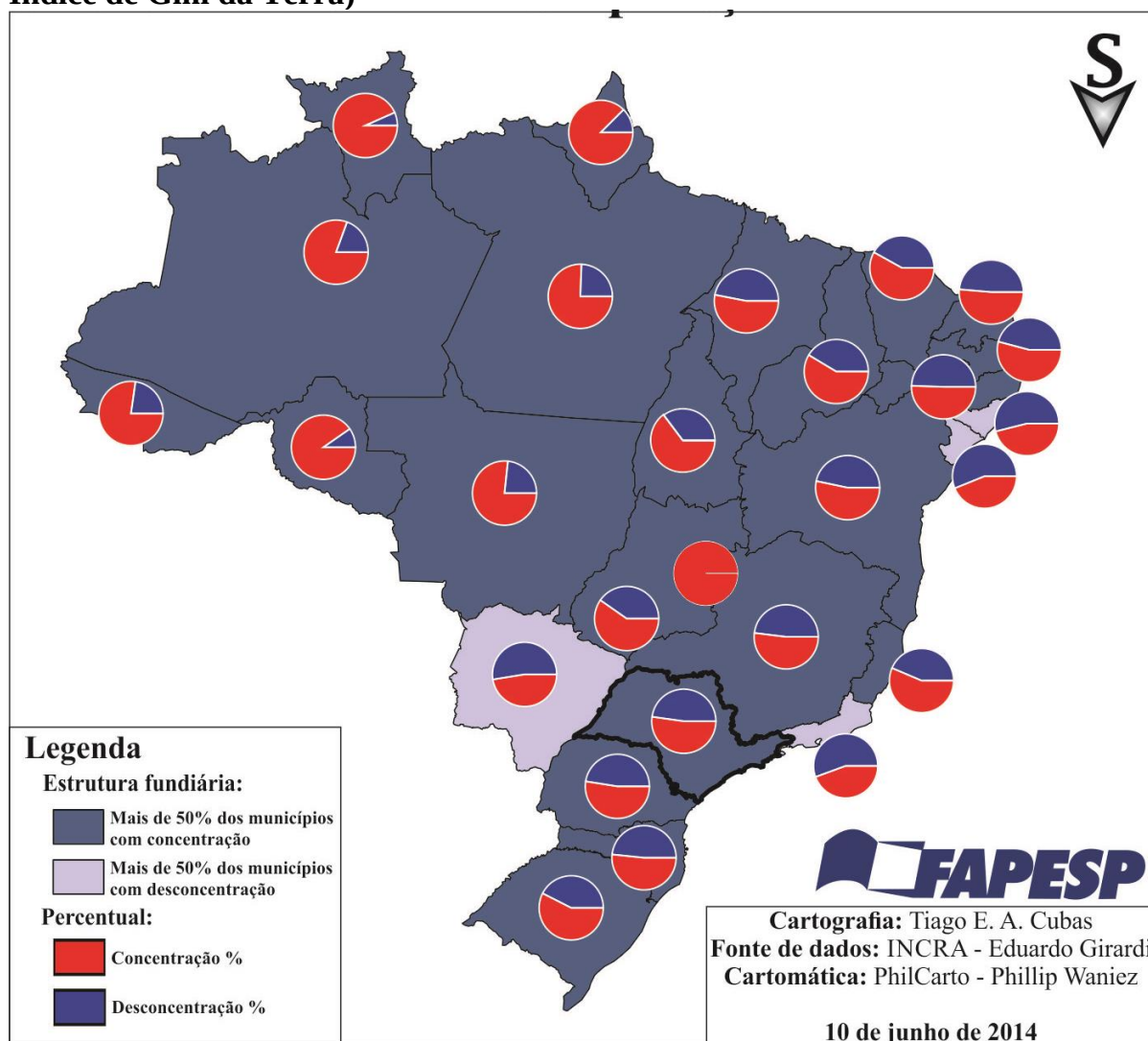
O estado de São Paulo não é diferente na ordem estrutural, a média histórica das propriedades é menor, mas a concentração é evidente. 40,75% das terras estão nas mãos de 93,60% da população do campo paulista, são os pequenos proprietários, sabendo que 78,60% da quantidade de proprietários (abaixo de 50 hectares de terra) têm apenas 17,68%. Somando média e grande, que forma o latifúndio paulista, temos 6,40% da quantidade de proprietários com 59,24% das terras.

Ou seja, a conclusão óbvia é uma estrutura fundiária intensamente concentrada nas mãos dos latifundiários. Isso gerou historicamente uma pressão sobre estes pequenos e médios (especialmente os pequenos) em entregar-se a lógica dos grandes pois, detém a maior parte da quantidade das terras e assim do domínio e do lobby mediante Congresso Nacional.

A correlação de forças é favorável para expansão da maneira de se reproduzir a sociedade do agronegócio no Brasil. O Mapa 2 que espacializa a comparação da estrutura fundiária por estados entre os anos de 2003 e 2011. Este mapa nos serve para qualificarmos a concentração de terras de modo percentual e não em termos absolutos somente. E a Prancha 1

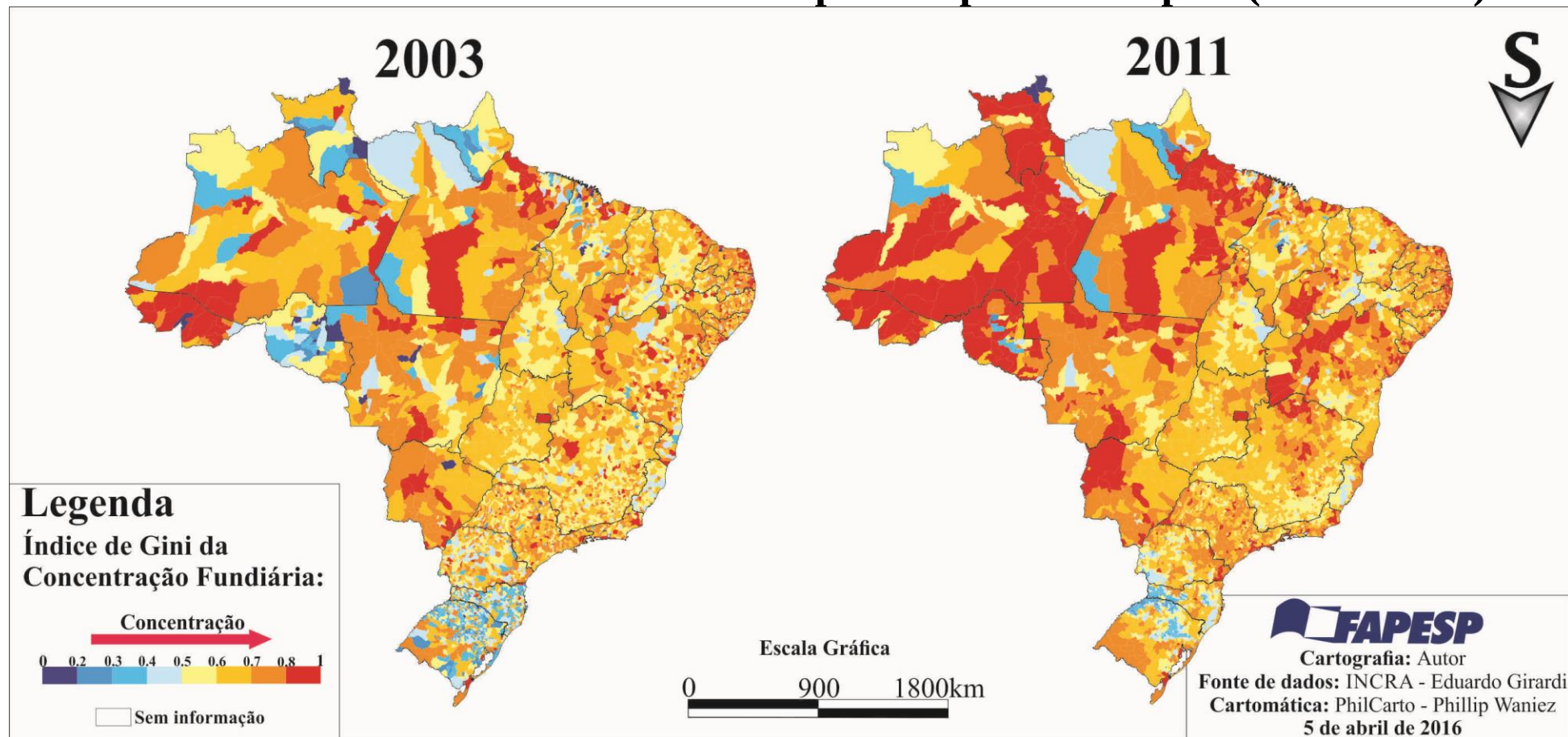
aborda o índice de Gini da Terra por município⁵³ que nos auxilia a ter compreensão mais elucidativa e profunda sobre essa realidade.

Mapa 2. Brasil: comparação da estrutura fundiária por estados (2003 e 2011 - Índice de Gini da Terra)



⁵³ No processo de concentração de terras em relação aos vinte municípios onde esses índices obtiveram maior amplitude, na ordem decrescente: Conquista d'Oeste (MT), Rondolândia (MT), Ferreiros (PE), Caroebe (Roraima), São Carlos (SP), Vale do Anari (RO), Jarcinópolis (SP), Miguel Pereira (RJ), Dirce Reis (SP), Joaquim Gomes (AL), Itajá (RN), Figueirão (MS), Apuí (AM), Ipiranga do Norte (MT), Presidente Sarney (MA), Jaru (RO), Rorainópolis (RR), Itanhangá (MT), Vale do Paraíso (RO) e Guajará-Mirim (RO). Dos vinte municípios quatro estão localizados no Mato Grosso, três estão em Rondônia, três em São Paulo e dois em Roraima, o restante tem o número de um por estado.

Prancha 1. Brasil: índice de Gini da Terra aplicado por municípios (2003 e 2011)⁵⁴



⁵⁴ Não se pode confundir o tamanho dos municípios com o tamanho da desigualdade, os municípios refletem a diferença da estrutura histórica dos tamanhos das propriedades, por exemplo, uma propriedade de 150 hectares no estado de São Paulo é diferente de uma de mesmo tamanho no Mato Grosso, a colonização é um fato decisivo como também os fatores de composição da renda diferencial I para formação do valor da propriedade e da sua distribuição.

Entre 2003 e 2011, de modo mais latente isso é visível nos estados da região Centro-Oeste e Norte pelo tamanho das áreas dos municípios, isso reafirma o que pode ser visto nos dados, dos 5564 municípios brasileiros cadastrados e com informações do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 3098 municípios (55,68%) apontaram concentração fundiária e 2466 municípios (44,32%) apontaram desconcentração. Dos 26 estados e 1 federação, tivemos 22 estados e 1 federação que apontaram concentração fundiária nos seus municípios, e 4 estados que apontaram desconcentração. Os quatro estados que apresentaram maiores índices de desconcentração foram: Sergipe (56,00% dos municípios), Rio de Janeiro (55,43% dos municípios), Alagoas (53,92% dos municípios) e Mato Grosso do Sul (52,56% dos municípios).

Os dez estados com maiores índices de concentração de terras foram (entre 2003 e 2011): Roraima (93,33% dos municípios), Rondônia (90,38% dos municípios), Amapá (87,50% dos municípios), Amazonas (80,65% dos municípios), Acre (77,27 dos municípios), Mato Grosso (76,60% dos municípios), Pará (75,52% dos municípios), Tocantins (64,75% dos municípios), Goiás (59,76% dos municípios) e Piauí (58,74% dos municípios). São sete estados da região Norte, dois estados da região Centro-Oeste e um estado da região Nordeste. Áreas de forte atuação do paradigma do agronegócio na base latifundiária.

Os estados que tem alto índice de concentração fundiária são os mesmos que tiveram também números elevados de expansão da soja. A concentração fundiária significa também controle do território material como resultado das políticas públicas direcionadas ao agronegócio, o que leva também a um aumento desproporcional no aumento das riquezas nas mãos da elite.

Com esse tipo de mapeamento, por estados, se torna visível que no período entre os governos Lula (de 2003 a 2010) e início do governo Rousseff (de 2011) se desenrolou um alto grau de concentração fundiária no Brasil. Simultaneamente ao *boom* do agronegócio, a partir dos anos 2000, tivemos também refletido esse alto grau de concentração de terras no país onde, a monocultura da soja está principalmente instalada, juntamente com a pecuária extensiva, também a cana-de-açúcar e a produção de celulose. A concentração fundiária é a primeira premissa que evidencia a base da expansão do modo de produção capitalista na agricultura, o uso da terra no domínio das grandes propriedades.

A fragilização da soberania territorial na estrangeirização

A estrangeirização de terras não é fruto da imaginação social difundida pela imprensa corporativista, mas parte do processo de dominação do sistema do agronegócio no mundo atrelado às instituições de capitais internacionais com interesse em expandir seus domínios. Diante da problemática da concentração fundiária no Brasil, outro mecanismo que se desloca a favor do modo de produção do capitalismo na agricultura, tendo em vista a globalização perversa, ou ideia do global no local de modo hegemônico é o caso da estrangeirização. Ou seja, as terras nas mãos de estrangeiros.

Concordamos com Oliveira (2010) quando ele assevera ser o processo de estrangeirização também parte de uma nova manchete alarmista do agrário que tira o foco do problema da terra, patrocinado pelo governo federal. No entanto, como parte do processo reiteramos ainda que este elemento não pode ser ignorado. Este autor aponta a direção de como devemos reflexionar sobre esta temática. A estrangeirização não é o centro da discussão por si só...

[...] mas sim uma **mundialização monopolista** da produção agropecuária do mundo. Dessa forma, talvez, fosse até indicado afirmar-se pelo reverso, que as multinacionais não estão se tornando proprietárias das terras agricultáveis do mundo, mas sim, controladoras monopolistas da produção agrícola do mundo. Até porque, não é da lógica econômica dos monopólios capitalistas do mundo operarem suas ações pela produção direta na terra, mas sim, pelo controle da circulação da produção (OLIVEIRA, 2010, p. 68, grifo do autor).

A estrangeirização de terras deve ser considerada como elemento que se acirra a partir das políticas neoliberais que assevera a abertura ao capital externo. Compõe a realidade agrária e deve se estabelecer pelo debate da concentração da terra dentro da mundialização monopolista, que faz vigorar o controle preponderante ao circuito da produção e da sua comercialização. Nessa vertente, compreendemos os limites do discurso da estrangeirização como discurso único ao debate agrário, e temos em vista porque analisamos este elemento em forma de mapeamento, ainda seguindo a proposta de Oliveira (2010), e nos colocando atenciosos ao debate fundamental que é a da posse da terra, sua função social e principalmente a expansão do território camponês pela continuidade da luta e não pelo atrelamento ao Estado capitalista e as políticas compensatórias. Queremos reflexionar sobre a expansão das terras nas mãos de estrangeiros a partir da sociedade paradoxal reafirmada pelo governo petista, seguindo em determinada vertente economicista os governos neoliberais anteriores, e subsidiando a lógica do sistema do agronegócio que invade a política, a cultura, a indústria, a economia e a sociedade.

É por isso que no Brasil, o debate sobre a propriedade capitalista da terra, quer seja ela de brasileiros ou estrangeiros, continua a não ser feita sob o signo da legislação atual no Brasil: **a função social da terra**. Dessa forma, a Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra não encontra eco nem nas elites e muito menos no governo do PT. O problema é que os movimentos socioterritoriais e sindicais arriaram a bandeira da luta pela terra e pela reforma agrária. Talvez, por ironia da história, a barbárie presente na luta dos posseiros possa trazer de novo para a agenda política do país o preceito constitucional da função social da terra e com ela o debate sobre a necessidade da reforma agrária, e, um freio na sanha do agronegócio brasileiro mundializado contra a apropriação das terras públicas. Assim, se entenderá que a questão da aquisição de terras por estrangeiros no governo de Luiz Inácio foi mesmo uma farsa muito bem montada, pois os maiores latifundiários do mundo moram ao lado de nós brasileiros e são brasileiros. Logo para os defensores da reforma agrária não é demais lembrar sempre desse recado: **o inimigo mora ao lado** (OLIVEIRA, 2010, p. 103, grifo do autor).

O que Oliveira (2010) deseja explicitar é que o debate da estrangeirização não funciona sem a observação atenta da estrutura fundiária concentrada e do domínio territorial que compactua com o domínio da produção e da circulação, sobretudo a partir do monopólio das terras. A estrangeirização fragiliza ainda mais a soberania territorial brasileira.

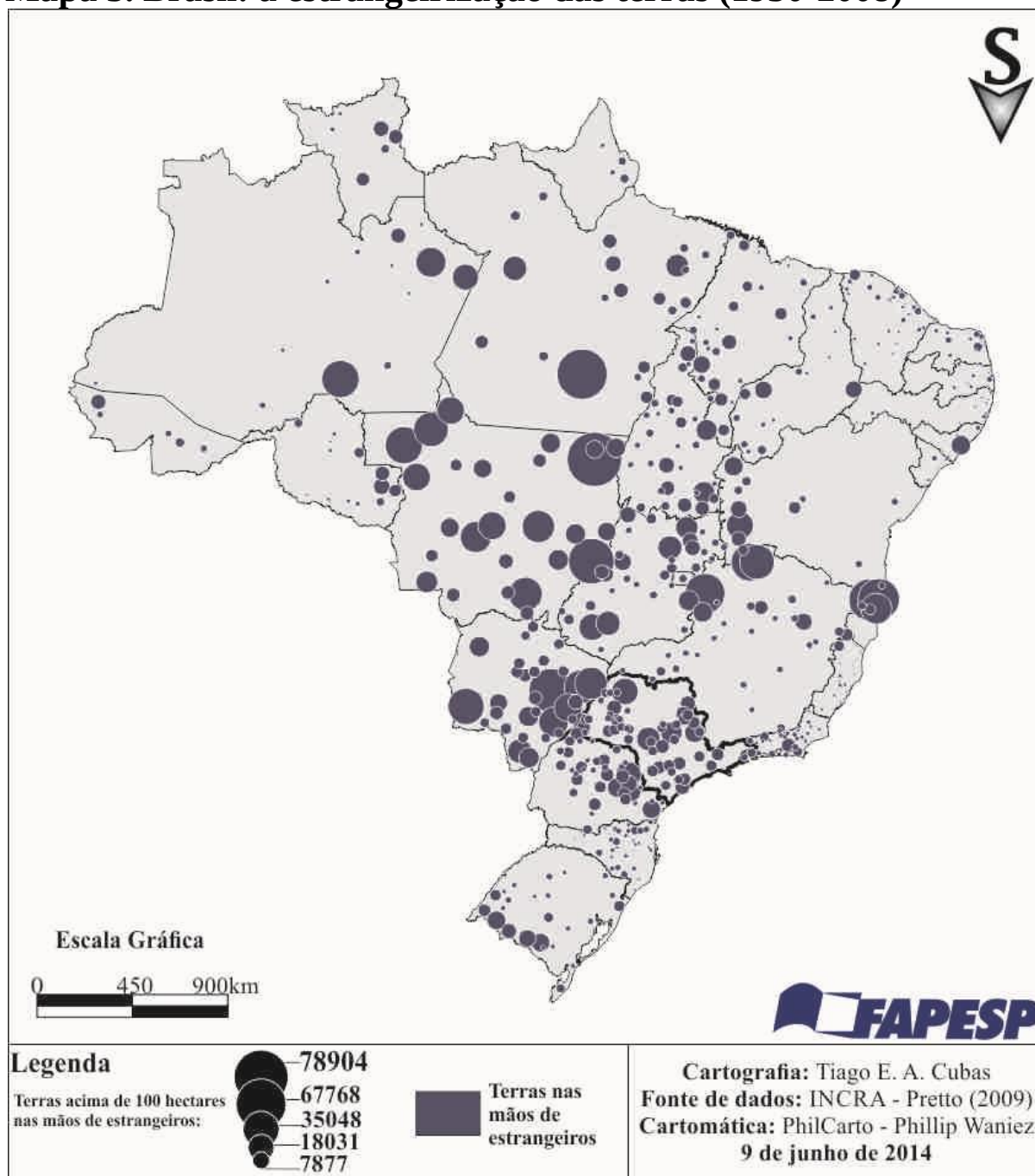
Dito isto, escolhemos para representação em mapa toda a quantidade absoluta de terras e para a representação em prancha apenas as terras com mais 80 hectares⁵⁵ nas mãos de estrangeiros no Brasil, de registros levantados do INCRA no trabalho de Pretto (2009) até o ano de 2008. Estes registros são mais um elemento fundamental no mapeamento da realidade da questão agrária brasileira, porque a estrangeirização, de fato, não é um elemento novo, mas é um debate que tem se levantado nos últimos anos com mais força no âmbito da Geografia Agrária.

Sobre a totalidade absoluta, foram somados 2.308.215,2 hectares nas mãos de estrangeiros. Dos dados contabilizados referentes às propriedades por estados, baseado no trabalho de Pretto (2009), temos a seguinte disposição destes estados com maiores extensões fundiária nas mãos de estrangeiros: Mato Grosso com 480.045,1 hectares; Mato Grosso do Sul com 314.203 hectares; **São Paulo com 215.398,4 hectares**; Bahia com 182.295,3 hectares; Minas Gerais 172.446,7 hectares; Pará com 155.063,4 hectares; Goiás com 154.046,8 hectares; Paraná com 126.692,7 hectares; Tocantins com 95.555,3 hectares; Amazonas com 91.709,3 hectares, Rio Grande do Sul com 61.223,7 hectares; Maranhão com

⁵⁵ Acima de 80 hectares especialmente para estados como Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

54.931,4 hectares; Piauí com 30.873,3 hectares; Rio de Janeiro com 29.221,6 hectares; Rondônia com 27.220,6 hectares; Santa Catarina com 22.061 hectares; Roraima com 20.285,4 hectares; Ceará com 18.471,1 hectares; Acre com 12.194,8 hectares; Alagoas com 11.449,4 hectares; Rio Grande do Norte com 9052 hectares; Espírito Santo com 7430,2 hectares; Amapá com 5338,2 hectares; Paraíba com 3839,4 hectares; Pernambuco com 3273,8 hectares; Sergipe com 2035,1 hectares; e Distrito Federal com 1865,1 hectares. Veja o Mapa 3:

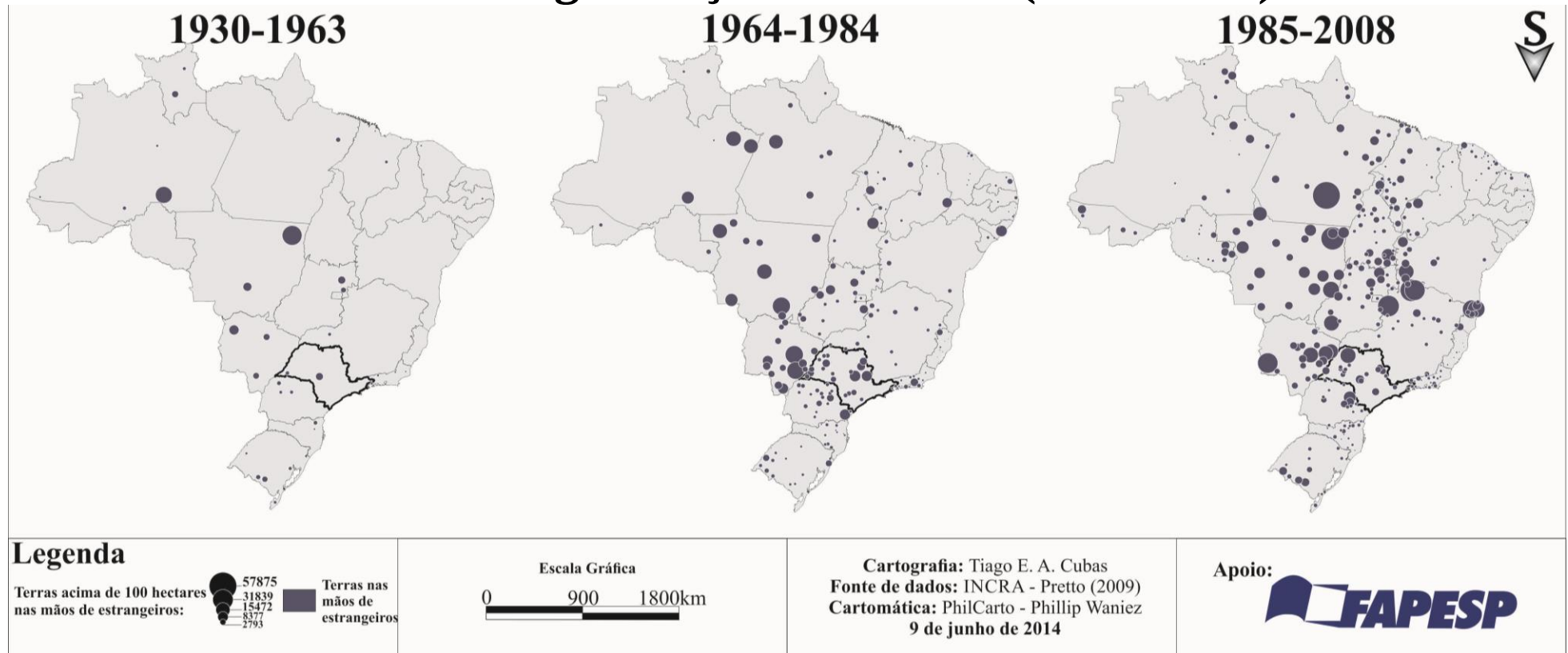
Mapa 3. Brasil: a estrangeirização das terras (1930-2008)



O Mapa 3 espacializa a estrangeirização na extensão das áreas em hectares por municípios no Brasil, desde o ano de 1930 até o limiar do século XXI, no ano de 2008. As maiores porções de terras por municípios que estão sob domínio estrangeiro, tanto de pessoa física como de pessoa jurídica, estão no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estados estes que segundo os dados levantados até o momento, são os que mais se destacam na expansão das culturas escolhidas do agronegócio, espacialmente no complexo sojicultor e em segunda escala o complexo sucroalcooleiro e do eucalipto-celulose-papel. Para Gorenstein (2016) estrangeirização e grilagem estão vinculados no contexto de expansão dos cultivos flexíveis. “O crescimento dos cultivos flexíveis ou *commodities*, a concentração da estrangeirização, e o *acaparamiento* de terras estão muito vinculados” (GORENSTEIN, 2016, p. 8).

Não é mera coincidência o fato apresentado no parágrafo anterior, pois, a estrangeirização é mais um sub-produto da expansão do capitalismo no campo (e não é recente), e do seu modo desigual e contraditório de desenvolvimento. Ora, a expansão das terras nas mãos de estrangeiros é somente mais um dos reflexos do modo de produção capitalista no âmbito globalizado, a hegemonização dos espaços foi e ainda acontece (efetivamente) de modo crescente, e nesse contexto, também pelo capital estrangeiro. A globalização aqui apresentada é aquela que “eleva” o status do Brasil, internacionalmente, a celeiro mundial. Onde inclusive, capitais externos e internos que se combinam, não tem compromisso com o desenvolvimento social deste país, se instalam por meio da já fragilizada estrutura fundiária brasileira. Isto é, o fetiche da globalização é mais uma vez reafirmado na posse da terra, já em processo de concentração e agora. Segue a Prancha 2 para visualização, com os mapas por períodos espacializando a estrangeirização das terras brasileiras.

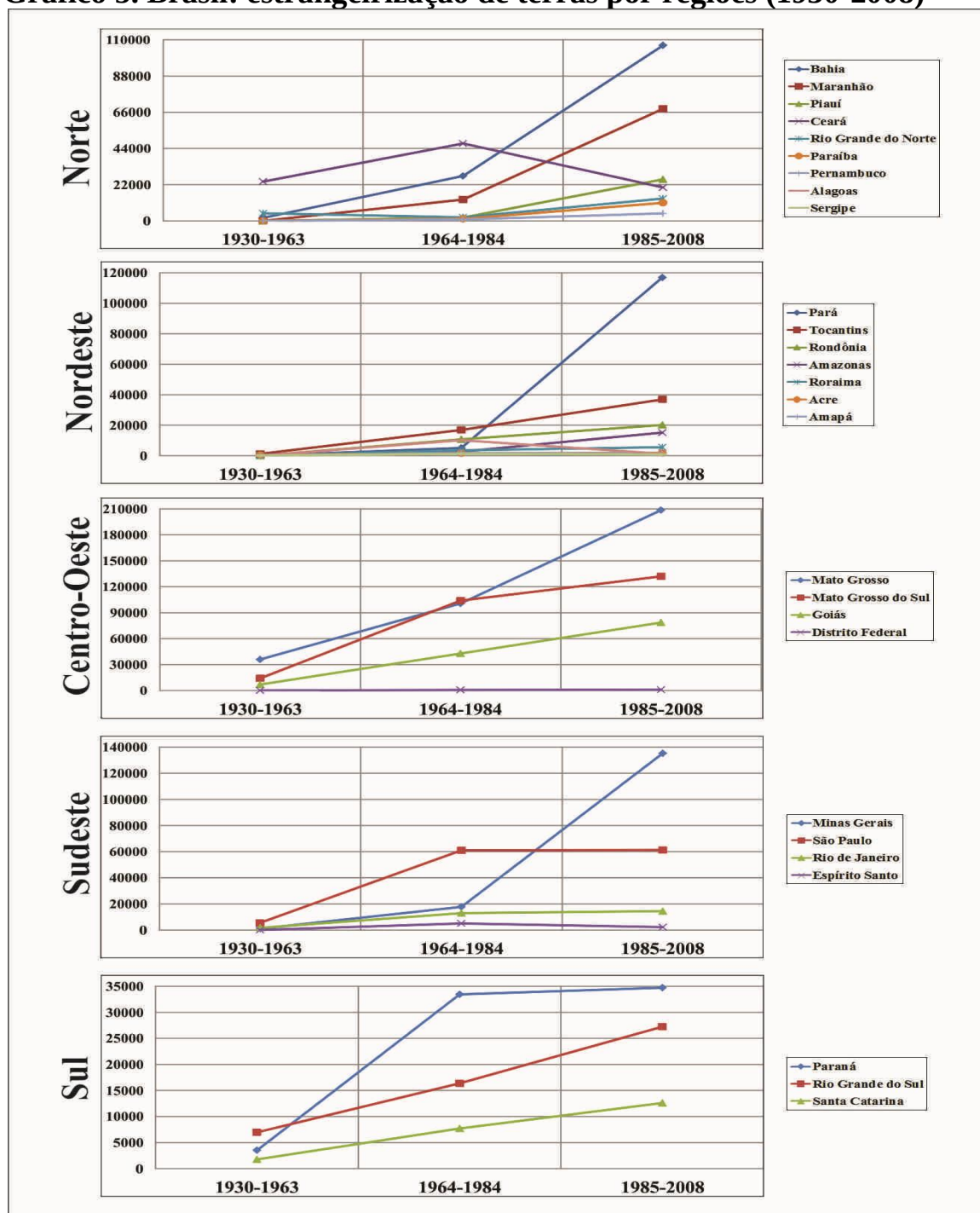
Prancha 2. Brasil: estrangeirização das terras (1930-2008)



A Prancha 2 espacializa de modo relativo a cada período histórico brasileiro a expansão dos territórios nas mãos dos estrangeiros e a soma de todos esses territórios pode ser visualizada no Mapa 3. Visualmente, é marcante a diferença nos três períodos em representação, são eles: no primeiro período que compreende a Era Vargas (1930-1945) e a República Nova (1945-1963), com o registro de 110.848,8 hectares de terras sob domínio de estrangeiros; no segundo período que compreende o Regime Militar (1964-1984), com o registro de 549.374,3 hectares de terras sob domínio estrangeiro, e no terceiro período, que conhecemos como Período Democrático (1985-2008), com o registro de 1.157.304 hectares de terras sob domínio de estrangeiros. Do primeiro período para o segundo, quase que quintuplica o cadastro de terras nas mãos dos estrangeiros, do segundo período para o terceiro, esse número duplica, e chega a mais de um milhão cento e cinquenta mil hectares de terras.

Ficou evidente que há um aumento brusco na posse da terra para estrangeiros entre o primeiro e segundo períodos representados, ou seja, entre a Era Vargas-República Nova e o Regime Militar. Entre o segundo e terceiro períodos representados, é possível visualizar uma expansão dessas áreas nas mãos de estrangeiros, especialmente no norte de Minas Gerais, Goiás, Amapá, norte do Mato Grosso e São Paulo. De modo mais generalizado, esse tipo de posse de terra se expandiu por todo o país desde o começo do século XX.

Segue o Gráfico 5 com a evolução da expansão das terras nas mãos de estrangeiros acima de 80 hectares por estado e regiões:

Gráfico 5. Brasil: estrangeirização de terras por regiões (1930-2008)

Fonte: Pretto (2009). Org.: Tiago Cubas

No primeiro período, entre 1930 e 1945 referentes a Era Vargas e República Nova, contabilizamos em ordem decrescente os estados com maiores áreas nas mãos de estrangeiros, e são eles: Mato Grosso com 35.929 hectares, Amazonas com 23.860,3 hectares, Mato Grosso do Sul com 14.135,4 hectares, Rio Grande do Sul com 6937 hectares, Goiás com 6948,4 hectares, **São Paulo com 5517,4 hectares**, Roraima com 4600 hectares, Paraná com 3517,4 hectares, Pará com 1800 hectares, Santa Catarina com 1763,2 hectares, Rio de Janeiro com

1738,2 hectares, Maranhão com 1169 hectares, Minas Gerais com 1025,9 hectares, Ceará com 686,6 hectares, Paraíba com 451,1 hectares, Distrito Federal com 112,9 hectares, Pernambuco com 97 hectares e Espírito Santo com 82,6 hectares. Os maiores estados com propriedades de posse de estrangeiros estavam na zona de expansão do povoamento, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Roraima, depois disso, tivemos os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

No segundo período, entre os anos de 1964 e 1984, o Regime Militar, eram os estados com maiores extensões nas mãos de estrangeiros: Mato Grosso do Sul com 103.933,8 hectares, Mato Grosso com 100.682,1 hectares, **São Paulo com 61.005,8 hectares**, Amazonas com 47.012,7 hectares, Goiás com 42.843 hectares, Paraná com 33.447,4 hectares, Pará com 27.261,4 hectares, Minas Gerais com 17.799,4 hectares, Maranhão com 16.867,3 hectares, Rio Grande do Sul com 16.365,3 hectares, Rio de Janeiro com 12.993,3 hectares, Tocantins com 12.926,7 hectares, Piauí com 10.683,3 hectares, Alagoas com 10.192 hectares, Santa Catarina com 7792,4 hectares, Espírito Santo com 5097,9 hectares, Bahia com 5066,6 hectares, Rio Grande do Norte com 3500,6 hectares, Ceará com 2633,7 hectares, Roraima com 2156,6 hectares, Rondônia com 1985,1 hectares, Pernambuco 1652,9 hectares, Paraíba com 1589,5 hectares, Sergipe com 1231,8 hectares, Acre com 1209,2 hectares, Amapá com 800 hectares e Distrito Federal com 734,2 hectares. Nesse momento histórico, os estados que mais destacam ainda são o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Goiás e Pará, dentre os outros estados, mesmo no Centro-Sul, tivemos os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

No terceiro período, entre os anos de 1985 e 2008, é ainda considerado o período atual ou Período Democrático, tivemos os estados com maiores extensões sob domínio de estrangeiros: Mato Grosso com 208.591,3 hectares, Minas Gerais com 135.264,3 hectares, Mato Grosso do Sul com 131.955,4 hectares, Bahia com 116.889,1 hectares, Pará com 106.668,1 hectares, Goiás com 78.623 hectares, Tocantins com 68.096,7 hectares, **São Paulo com 61.248 hectares**, Maranhão com 36.895,1 hectares, Paraná com 34.729,7 hectares, Rio Grande do Sul com 27.248,4 hectares, Rondônia com 25.235,5 hectares, Amazonas com 20.262,6 hectares, Piauí com 20.153,7 hectares, Ceará com 15.151,1 hectares, Rio de Janeiro com 14.990,2 hectares, Roraima com 13.528,8 hectares, Santa Catarina com 12.595,4 hectares, Acre com 10.985,6 hectares, Rio Grande do Norte com 5551,4 hectares, Amapá 4538,2 hectares, Espírito Santo com 2249,7 hectares, Paraíba com 1798,8 hectares, Pernambuco com 1522,9 hectares, Alagoas com 1257,5 hectares, Distrito Federal com 1018

hectares e Sergipe com 755,5 hectares. Desde o período do Regime Militar, todos os estados brasileiros apresentam terras nas mãos de estrangeiros, e desde este mesmo período, até o ano de 2008, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são considerados áreas atraentes para aquisição de terras por parte de estrangeiros. Nesse contexto, se destacam também os estados da Bahia, Pará, Goiás, Tocantins, São Paulo, Maranhão e Paraná, todos estes, com massiva expansão das monoculturas da soja e da cana-de-açúcar. É possível sim, dizer que há uma estreita ligação entre essas terras sob domínio estrangeiro e o sistema do agronegócio no que tange tanto a produção como a expansão política, econômica e cultural.

Depois dessa exposição detalhada, é possível afirmar que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás na região Centro-Oeste; Bahia e Maranhão na região Nordeste; Pará e Tocantins (em menor escala este último) na região Norte; Minas Gerais e São Paulo na região Sudeste; e Paraná na região Sul, são os estados que mais se destacaram no sentido de ceder à apropriação de terras ao capital estrangeiro. Entre esses cem municípios com os maiores registros de extensões de terras, tanto de pessoa física como jurídica, estão dispostos quantitativamente de acordo com o Quadro 5, que segue:

Quadro 5. Brasil: ranking por estados dos cem municípios com maiores extensões de terras nas mãos de estrangeiros (2008)

Estados	Municípios	Hectares	Porcentagem da Área Total	Média da Área (Hectares)
Mato Grosso	43	317.854,49	41,65	7391,96
Mato Grosso do Sul	18	150.720,19	19,75	8373,34
Minas Gerais	8	95.989,17	12,58	11.998,64
Goiás	8	57.365,01	7,52	7170,62
São Paulo	5	36.795,6	4,82	7359,12
Pará	5	29.363,30	3,85	5872,66
Bahia	4	24.415,24	3,20	6103,81
Paraná	2	14.063,80	1,84	7031,9
Piauí	2	10.327,70	1,35	5163,85
Maranhão	1	6531,5	0,86	6531,5
Acre	1	6002	0,79	6002
Amazonas	1	4742,29	0,62	4742,29
Alagoas	1	4657	0,61	4657
Tocantins	1	4418,9	0,58	4418,9
Total	100	763.243,19	100	7632,43

Fonte: INCRA, 2008 em Pretto (2009). Org.: Tiago Cubas.

Todas estas cem propriedades estão acima de 4000 hectares fornecendo um valor total, somente delas, de 736.246,19 hectares. De 1930 até 1963 foram 7 propriedades registradas, 6 de pessoa física (48.196,29 hectares) e 1 de pessoa jurídica (4544,5 hectares), com um total de 52.740,79 hectares. De 1964 até 1984 foram 28 propriedades registradas, 18 de pessoa física (133.454,47 hectares) e 10 de pessoa jurídica (65.992,2 hectares), com um total de 199.446,67 hectares. De 1985 até 2008 foram 65 propriedades registradas, 42 de pessoa física (293.248,53 hectares) e 23 de pessoa jurídica (217.810,17 hectares), com um total de 511.078,53 hectares. A grande maioria dos registros das propriedades está tanto em quantidade como em área no considerado período democrático, um pouco mais que a metade do que nos outros dois períodos.

Dos 100 municípios com propriedades das mãos de estrangeiros, 5 estão no estado de São Paulo, e o estado com mais propriedades desse tipo é o Mato Grosso, com 43 propriedades dentre as 100 maiores. Há questões peculiares em relação a esses dois centros de disseminação do agronegócio no Brasil, com diferentes perspectivas de colonização, ocupação e proprietários das terras. Não é de se assustar que o Mato Grosso, por ser uma zona de expansão da fronteira agrária brasileira receba muitos investimentos estrangeiros na compra das terras como própria promoção por parte do governo federal em consonância aos governos estaduais. São Paulo, por ser a fortaleza concentradora de poder econômico e social do agronegócio, além de ideológico, revela outra ordem de disputas que não só dos territórios-terra, ou em outro grau, do tamanho de propriedades em disputa (afinal, o que é considerado grande em São Paulo, não é proporcionalmente igual nos estados que fazem parte do adentramento da Fronteira da Amazônia Legal). São Paulo é uma área quase “totalmente colonizada”, com apenas 13,91% da vegetação natural preservada.

De acordo com o Quadro 5 então, mais de 60% dos municípios e das áreas estrangeirizadas estão localizados no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente, 41,65% (317.854,49 hectares) no Mato Grosso e 19,75% (150.720,19 hectares) no Mato Grosso do Sul. Em terceiro lugar vem o estado de Minas Gerais com 12,58% (95.989,17 hectares) e tem a maior média nessas grandes propriedades, com 11.998,64 hectares em média por propriedade. Entre esses cem municípios temos a seguinte configuração por região: cinco estados do Nordeste, três estados do Norte, três estados do Centro-Oeste, dois estados do Sudeste e um estado do Sul. Todas as regiões estão representadas, no entanto, é importante destacar que a região Centro-Oeste é a mais representativa em números absolutos.

O fato da estrangeirização das terras ter um alto vínculo com a grilagem de terras, com a regularização fundiária e especialmente com o paradigma do agronegócio no controle da produção e da circulação para garantir a apropriação do excedente da renda territorial estabelece no Brasil a base do capitalismo rentista e da acumulação via espoliação. As instituições globais exercem influência sobre as políticas públicas e os capitalistas e latifundiários se apropriam das terras para certificar seu projeto imperialista. Essa base do problema agrário brasileiro não deve ocultar a ainda maior contradição do agronegócio, o discurso da produtividade, da geração de renda e emprego, e da produção de alimentos. Na sequência pretendemos demonstrar o lugar do campesinato e do agronegócio-latifundiário no cenário agrário do século XXI.

2.2 O lugar do agronegócio e do campesinato no limiar do século XXI

As pequenas unidades camponesas geram mais empregos

Em primeiro lugar, queremos afirmar que o campesinato mantém contingente populacional no campo pois gera dentro da economia familiar maiores possibilidades de manter a própria família dentro de suas terras e ainda agregar mais pessoas ocupando-se das atividades no campo.

A primeira premissa é que a ineficiência do rentismo no Brasil é latente no pessoal ocupado no campo exposto no Quadro 6. Ou seja, o latifúndio além de concentrar intensamente as terras não fornece espaço para emprego e manutenção das pessoas no campo, não gera riquezas para a população, gera riquezas para si que não são repassadas para a sociedade.

Quadro 6. Brasil e São Paulo por grupos de área (hectares) por pessoal ocupado no campo de 1995 a 2006

Brasil					
Grupos de área (hectares)		1995	1995%	2006	2006%
pequena	<i>menos de 50</i>	12772161	71,40	11672812	73,45
	<i>50 a menos de 100</i>	1678601	9,38	1399108	8,80
	<i>100 a menos de 200</i>	1197018	6,69	901121	5,67
	<i>Total pequena</i>	15647780	87,48	13973041	87,92
média	<i>200 a menos de 500</i>	1007832	5,63	785544	4,94
	<i>Total média</i>	1007832	5,63	785544	4,94

grande	500 a menos de 1000	481096	2,69	365977	2,30
	de 1000 em diante	751002	4,20	768247	4,83
	Total Grande	1232098	6,89	1134224	7,14
Total		17887710	100	15892809	100
São Paulo					
Grupos de área (hectares)		1995	1995%	2006	2006%
pequena	menos de 50	466495	51,01	470191	51,86
	50 a menos de 100	103858	11,36	80698	8,90
	100 a menos de 200	87052	9,52	71896	7,93
	Total pequena	657405	71,89	622785	68,69
média	200 a menos de 500	94107	10,29	84281	9,30
	Total média	94107	10,29	84281	9,30
grande	500 a menos de 1000	50826	5,56	37829	4,17
	de 1000 em diante	112185	12,27	161747	17,84
	Total Grande	163011	17,82	199576	22,01
Total		914523	100,00	906642	100,00

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. **Org.** Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

Podemos aferir que os pequenos e médios produtores são responsáveis, numa comparação entre 1995 e 2006, por mais de 92% da população que está empregada e ativa no campo. Mesmo a pequena e média propriedade, respectivamente uma média em hectares de 21,42 hectares e 307,54 hectares, com menos de 45% das terras mantém no campo 92,86% da população ativa economicamente no campo brasileiro. Isso é realmente relevante quando comparamos com o latifúndio que detém 55,61% das terras mas emprega 7,14% apenas. No caso paulista temos uma diminuição de pessoas no campo, especialmente dentro das pequenas propriedades, mesmo assim, em 2006 a ocupação de população no campo está em 68,69%, e no latifúndio em 22,01%. O binômio agronegócio-latifúndio se torna relevante para pensarmos também, que na conta da cadeia produtiva no próprio discurso da Frente do Agronegócio, os números são enganosos pois colocam na conta total a população camponesa brasileira que está massivamente dentro das pequenas propriedades e mantém as famílias no campo.

A eficiência da propriedade camponesa, que trata de agricultura familiar, quando comparada ao latifúndio, torna o agronegócio ineficiente do ponto da manutenção do povo do campo, isto sabendo que o êxodo rural é um problema profundo que incha as áreas urbanas e

forma assimetrias territoriais que marginalizam e excluem, além de diversas outras violências socioambientais.

Os pequenos produtores camponeses produzem com mais diversidade, valor agregado e volume

Em seguida, afirmamos que os camponeses produzem com mais diversidade, valor agregado e volume de produção que o agronegócio tanto no Brasil como em São Paulo, isto é o que nos apontam os três quadros subsequentes apresentados. Veja o Quadro 7 que elenca os tipos de produção.

Quadro 7 Brasil e São Paulo por grupos de área (hectares) em alguns tipos de produção em 2006

Brasil							
Grupos de área (hectares)		Lav. Temp.	% L. T.	Lav. Perm.	% L. P.	Pastagem	% P.
P E Q U E N A	<i>menos de 50</i>	14084315	18,82	4857108	27,86	50073207	31,29
	<i>50 a menos de 100</i>	6321366	8,45	2481742	14,24	4203827	2,63
	<i>100 a menos de 200</i>	6264217	8,37	2319047	13,30	3629049	2,27
	<i>Total pequena</i>	26669898	35,63	9657897	55,40	57906083	36,18
M É D I A	<i>200 a menos de 500</i>	9305811	12,43	3197271	18,34	3895115	2,43
	<i>Total média</i>	9305811	12,43	3197271	18,34	3895115	2,43
G R N A D E	<i>500 a menos de 1000</i>	7257523	9,70	1423152	8,16	93112651	58,18
	<i>de 1000 em diante</i>	31612615	42,24	3155321	18,10	5128214	3,20
	<i>Total Grande</i>	38870138	51,93	4578473	26,26	98240865	61,38
Total		74845847	100	17433641	100	160042063	100
São Paulo							
Grupos de área (hectares)		Lav. Temp.	% L. T.	Lav. Perm.	% L. P.	Pastagem	% P.
P E Q U E N A	<i>menos de 50</i>	497474	8,52	479619	22,29	1367592	17,55
	<i>50 a menos de 100</i>	356986	6,11	236682	11,00	807194	10,36
	<i>100 a menos de 200</i>	494727	8,47	272882	12,68	991778	12,72
	<i>Total pequena</i>	1349187	23,11	989183	45,97	3166564	40,62
M É	<i>200 a menos de 500</i>	803454	13,76	430781	20,02	1601511	20,55

D I A	Total média	803454	13,76	430781	20,02	1601511	20,55
G R N A D E	500 a menos de 1000	587009	10,05	255363	11,87	1035180	13,28
	de 1000 em diante	3099422	53,08	476315	22,14	1991400	25,55
	Total Grande	3686431	63,13	731678	34,01	3026580	38,83
Total		5839072	100,00	2151642	100,00	7794655	100,00

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. **Org.** Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

No Brasil as pequenas propriedades, com 30,31% da área total produzem 35,63% da lavoura temporária. Esses mesmos 30,31% das terras dos pequenos produzem 55,40% da produção de lavoura permanente, ou seja, mais da metade da produção de alimentos, como arroz, feijão, mandioca e milho ficam nas mãos dos camponeses em todo o Brasil, são verdadeiros territórios de resistência da produção alimentar. O latifúndio no Brasil produz 51,93% da lavoura temporária, em razão da soja e da cana em relação a lavoura permanente o latifúndio é responsável por apenas 26,26% do total da produção. No estado de São Paulo os números são parecidos, a pequena propriedade é responsável por 23,11% da lavoura temporária, 45,97% da lavoura permanente, e 40,62% da pastagem. O latifúndio em São Paulo é responsável 63,13% da lavoura temporária, 34,01% da lavoura permanente e 38,83% da pastagem.

A criação de bovinos é relevante no latifúndio pela pecuária extensiva, 59,45% da criação de animais no Brasil, isso é visto quando olhamos para o percentual de pastagem que é 61,38% nos latifúndios marcando assim o agronegócio como um grande pasto para criação de gado bovino. O volume de produção e eficiência no emprego da pequena propriedade é comparativamente relevante frente aos latifúndios (grandes propriedades) que expressam concentração fundiária. Trocando em miúdos, o latifúndio gera a terra como terra de negócio/especulação, valor de troca, e os pequenos, ou camponeses, geram a terra como terra de trabalho, como valor de uso. O agronegócio não coloca a terra para trabalhar, coloca a terra para especular. A terra em grande parte é ociosa, é pasto ou ineficiente. Esse cenário centraliza nossa provocação a reflexionar sobre, a não resolvida e estrutural, questão agrária brasileira, desafiando-nos a resgatar o latifúndio improdutivo e a agricultura patronal como sinônimos do agronegócio. O Quadro 8 nos mostra o valor de produção por grupos de área:

Quadro 8. Brasil e São Paulo por grupos de área (hectares) em valor de produção (em reais) no ano de 2006

Brasil							
Grupos de área (hectares)		Lav. Temp.	% L. T.	Lav. Perm.	% L. P.	Pastagem	% P.
P E Q U E N A	menos de 50	152848	36,43	12076928	50,29	164555	36,97
	50 a menos de 100	40932	9,76	3034145	12,64	68621	15,42
	100 a menos de 200	36796	8,77	2932377	12,21	58314	13,10
	Total pequena	230576	54,96	18043450	75,14	291490	65,49
M É D I A	200 a menos de 500	68639	16,36	2723701	11,34	65930	14,81
	Total média	68639	16,36	2723701	11,34	65930	14,81
G R N A D E	500 a menos de 1000	47037	11,21	1416109	5,90	29641	6,66
	de 1000 em diante	73308	17,47	1829781	7,62	58020	13,04
	Total Grande	120345	28,68	3245890	13,52	87661	19,70
Total		419560	100	24013041	100	445081	100
São Paulo							
Grupos de área (hectares)		Silvicultura e exploração de florestas		% S. E. F.	Pesca e Aquicultura		% P. A.
P E Q U E N A	menos de 50	30635		56,13	4626		61,98
	50 a menos de 100	6837		12,53	1028		13,77
	100 a menos de 200	6635		12,16	451		6,04
	Total pequena	44107		80,81	6105		81,79
M É D I A	200 a menos de 500	3342		6,12	960		12,86
	Total média	3342		6,12	960		12,86
G R N A D E	500 a menos de 1000	519		0,95	215		2,88
	de 1000 em diante	6612		12,11	184		2,47
	Total Grande	7131		13,07	399		5,35
Total		54580		100	7464		100

P E Q U E N A	menos de 50	14967	11,52	1948851,00	35,52	15944	25,57
	50 a menos de 100	10494	8,07	749285	13,66	8337	13,37
	100 a menos de 200	15510	11,93	812890	14,82	8158	13,08
	Total pequena	40971	31,52	3511026,00	63,99	32439	52,03
M É D I A	200 a menos de 500	34101	26,24	855479	15,59	14124	22,65
	Total média	34101	26,24	855479	15,59	14124	22,65
G R N A D E	500 a menos de 1000	18594	14,31	498177	9,08	4749	7,62
	de 1000 em diante	36312	27,94	621928,00	11,34	11036	17,70
	Total Grande	54906	42,24	1120105,00	20,42	15785	25,32
Total		129978	100,00	5486610,00	100,00	62348	100,00
Grupos de área (hectares)		Silvicultura e exploração de florestas		% S. E. F.	Pesca e Aquicultura		% P. A.
P E Q U E N A	menos de 50	1293	31,28	619	57,47		
	50 a menos de 100	278	6,73	205	19,03		
	100 a menos de 200	859	20,78	38	3,53		
	Total pequena	2430	58,80	862	80,04		
M É D I A	200 a menos de 500	815	19,72	136	12,63		
	Total média	815	19,72	136	12,63		
G R N A D E	500 a menos de 1000	60	1,45	3	0,28		
	de 1000 em diante	828	20,03	76	7,06		
	Total Grande	888	21,49	79	7,34		
Total		4133	100,00	1077	100,00		

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. **Org.** Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

O valor de produção gerado a partir das pequenas unidades é proporcionalmente muito maior que o das grandes propriedades, ou seja, a propriedade camponesa é muito mais eficiente em gerar renda fundiária e valor agregado ao produto a partir do trabalho familiar do que a partir da expropriação do trabalhador do campo, tanto para o Brasil como recortando para São Paulo.

No Brasil para as lavouras temporárias a pequena propriedade, camponeses, geraram em 2006, 54,96% do valor total de produção do campo brasileiro, enquanto os médios proprietários geraram 16,36% e os latifúndios 28,68%. Em relação a lavoura permanente, os pequenos proprietários, camponeses, geraram neste mesmo ano, 75,14% do total do valor de produção, os médios geraram 11,34% e os latifúndios 13,52%. Com relação as pastagens, os pequenos geraram 65,49%, os médios 14,81% e os grandes 19,70%. Com relação ao valor gerado a partir da silvicultura e exploração de florestas (extrativismo) os pequenos proprietários contribuíram com 80,81% do valor total, os médios com 6,12% e os latifúndios com 13,07%. No que se refere aos números da pesca e aquicultura, 81,79% do total do valor foi gerado pelos pequenos produtores camponeses, 12,86% pelos médios e 5,35% pelos latifundiários.

Já para o estado de São Paulo os pequenos produtores, camponeses, geraram 31,52% do valor de produção da lavoura temporária, 63,99% da lavoura permanente, 52,03% da pastagem, 58,80 da silvicultura e florestas, e 80,04 da pesca e aquicultura. O latifúndio gerou 42,24% da lavoura temporária, 20,42% da lavoura permanente, 25,32% da pastagem, 21,49% da silvicultura e florestas e 7,06% da pesca e aquicultura.

A média propriedade, de 200 a menos de 500 hectares, é chave para compreensão da peculiaridade paulista, pois estes são agricultores integrados ao agronegócio, subalternos a lógica do monopólio da circulação, mas produtivos da quantidade e do valor. O que, é para os médios 16,36% de lavoura temporária, 11,34% de lavoura permanente, 14,81% de pastagem, 6,12% de silvicultura e florestas, e 12,86% de pesca e aquicultura para o Brasil; é em São Paulo de: 26,24% (lavoura temporária), 15,59% (lavoura permanente), 22,65% (pastagem), 19,72% (silvicultura e florestas) e 12,63% (pesca e aquicultura).

A tecnologia é comum nos diferentes grupos de área

Outra premissa é que a tecnologia também chega as pequenas propriedades, como nas médias e grandes. Isso também é a quebra de um mito. A tecnologia não é nem um fator exclusivo do agronegócio como também não é repudiada na construção do modo camponês de vida. Vejamos o Quadro 9 que elenca por grupos de área a tecnologia no campo.

Quadro 9. Brasil e São Paulo: Número de tratores por grupos de área em 2006

Brasil								
Grupos de área		Menos de 100 CV (No.)	% Menos de 100 CV	Mais de 100 CV (No.)	% Mais de 100 CV	Total	% Total	No. de tratores a cada 10 estab.
P E Q U E N A	<i>menos de 50</i>	293442	51,42	56311	22,52	349753	42,62	0,8
	<i>50 a menos de 100</i>	71016	12,45	24633	9,85	95649	11,65	2,4
	<i>100 a menos de 200</i>	55439	9,72	28212	11,28	83651	10,19	3,7
	<i>Total pequena</i>	419897	73,58	109156	43,65	529053	64,46	1,1
M É D I A	<i>200 a menos de 500</i>	62651	10,98	41956	16,78	104607	12,75	6,9
	<i>Total média</i>	62651	10,98	41956	16,78	104607	12,75	6,9
G R A N D E	<i>500 a menos de 1000</i>	35411	6,21	30453	12,18	65864	8,03	12
	<i>de 1000 em diante</i>	52674	9,23	68493	27,39	121167	14,76	25
	<i>Total Grande</i>	88085	15,44	98946	39,57	187031	22,79	18
Total		570633	100	250058	100	820691	100	1,6
São Paulo								
Grupos de área		Menos de 100 CV (No.)	% Menos de 100 CV	Mais de 100 CV (No.)	% Mais de 100 CV	Total	% Total	No. de tratores a cada 10 estab.
P E Q U E N A	<i>menos de 50</i>	55082	51,38	11070	29,02	66152	45,52	3,7
	<i>50 a menos de 100</i>	14988	13,98	4744	12,44	19732	13,58	9,5
	<i>100 a menos de 200</i>	12534	11,69	5469	14,34	18003	12,39	13
	<i>Total pequena</i>	82604	77,06	21283	55,80	103887	71,48	4,9
M É D I A	<i>200 a menos de 500</i>	12549	11,71	6320	16,57	18869	12,98	19
	<i>Total média</i>	12549	11,71	6320	16,57	18869	12,98	19
G R	<i>500 a menos</i>	5470	5,10	3124	8,19	8594	5,91	30

N A D E	de 1000							
	de 1000 em diante	6573	6,13	7413	19,44	13986	9,62	68
	Total Grande	12043	11,23	10537	27,63	22580	15,54	46
Total		107196	100,00	38140	100,00	145336	100,00	6,4

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. **Org.** Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

Para os dados de 1995 do Censo Agropecuário, o geógrafo Ariovaldo Oliveira (2003, p. 123) já constatava a seguinte premissa: “a tecnologia também chegou às pequenas propriedades”. E continua: “outro mito que os defensores do agronegócio apresentam para justificar o baixo número de emprego na grande propriedade é sua integral mecanização” (p. 123). Por isso, a mecanização da pequena não significa somente tecnologia mas capacidade de coexistência de pessoas ocupadas no campo, em grande número, com mecanização a favor do discurso da produtividade.

Se observarmos o Quadro 9 em relação ao Brasil podemos inferir que os tratores, tanto de potência menor a 100 CVs como os de potência maior a 100 CVs se apresentam nas pequenas propriedades, o primeiro com 73,58% do total de estabelecimentos com tratores e o segundo com 43,65% do total de estabelecimentos. A quantidade dividida pelo número de produtores vai dar o número de 1,8 tratores por pequena área. A média detém 10,98% do total dos tratores com menos de 100 CVs e 16,78% dos maiores de 100 CVs de tratores em estabelecimentos médios, com uma média 6,8 tratores em cada média propriedade. Nas grandes é nítido o maior número de tratores de grande porte, acima de 100 CVs que são 39,57% dos estabelecimentos com tratores e os de menor porte, abaixo de 100 CVs, com 15,44% fornecendo um total de 18 tratores por latifúndio. Proporcionalmente por hectares a margem fica, entre pequenos e grandes, 1 a 3 tratores a cada 100 hectares.

Agora quando olhamos para o maquinário dentro das pequenas áreas no estado de São Paulo em 2006 essa premissa ainda é mais evidente. 77,06% dos tratores de menor potência (menos de 100 CVs) estão nas pequenas propriedades e 55% dos tratores de maior potência estão nas pequenas propriedades (mais de 100 CVs). Nas pequenas propriedades temos então uma média de 4,9 tratores. As grandes propriedades tiveram em 2006, 11,23% dos tratores abaixo de 100 CVs e 27,63% dos tratores acima de 100 CVs, totalizando uma média de 46 tratores por propriedade.

Em sequência faremos um mapeamento da produção de *commodities* e de alimentos, como também da criação de gado bovino e suíno e da avicultura, explicitando a evidência da

disputa paradigmática, expondo o paradigma camponês e o paradigma do agronegócio. Onde um é expressão da eficiência produtiva, especialmente para os gêneros alimentícios, e o outro é a expressão da ineficiência produtiva, com destaque questionável em torno da produção de *commodities*. Vamos então a questionável produtividade do agronegócio para as *commodities*.

Marx (1894, p. 709) diz que a lógica capitalista de produção desenvolveu a capacidade de colocar a agricultura para produzir em escala social. “São grandes os méritos do modo capitalista de produção, o ter racionalizado a agricultura, capacitando-a pela primeira vez para ser explorada em escala social, e o ter posto em evidência o absurdo da propriedade fundiária”. No entanto não é isso que veremos a seguir, a terra não é explorada em escala social porque o latifúndio ainda é a parte ineficiente desse sistema, que é chamado pelo patronato de cadeia produtiva, escondendo a grande parte da produtividade dentro das pequenas e médias propriedades, especialmente das pequenas. A produção em escala social não é produção somente de crescimento econômico, mas uma produção que vise desenvolvimento do mercado interno e das demandas internas.

A profana trindade do agronegócio: gado-soja, cana e celulose

O gado bovino

A pecuária extensiva é parte central do processo de conquista dos territórios brasileiros controlado pelos latifundiários. Ainda hoje esse processo é tangível, especialmente nas áreas de fronteira da Amazônia Legal. Apesar da carne bovina brasileira aparecer como grande parte do PIB primário da agropecuária capitalista, com o tempo essa expansão vem sendo substituída pela soja, cana e eucalipto. A redução das pastagens são mínimas, mas a criação de gado durante os últimos 20 anos vem declinando, isso também não significa que obrigatoriamente o agronegócio seja um projeto em desenvolvimento que venha a solucionar os problemas da produtividade e muito menos das fragilidades sociais. Nosso estudo em 2012 apontou para um problema espacial no estado de São Paulo, o de que o agronegócio se baseia em latifúndio na expansão para áreas de interesse econômico com uma apropriação de espaços que estão num bojo histórico de conflitos fundiários e vulnerabilização social (CUBAS, 2012).

A criação de bovinos aumentou no país entre os anos de 1995 e 2006, não somente pelas exportações, mas também pelo consumo interno que é tradicional no país. Em 1995, os

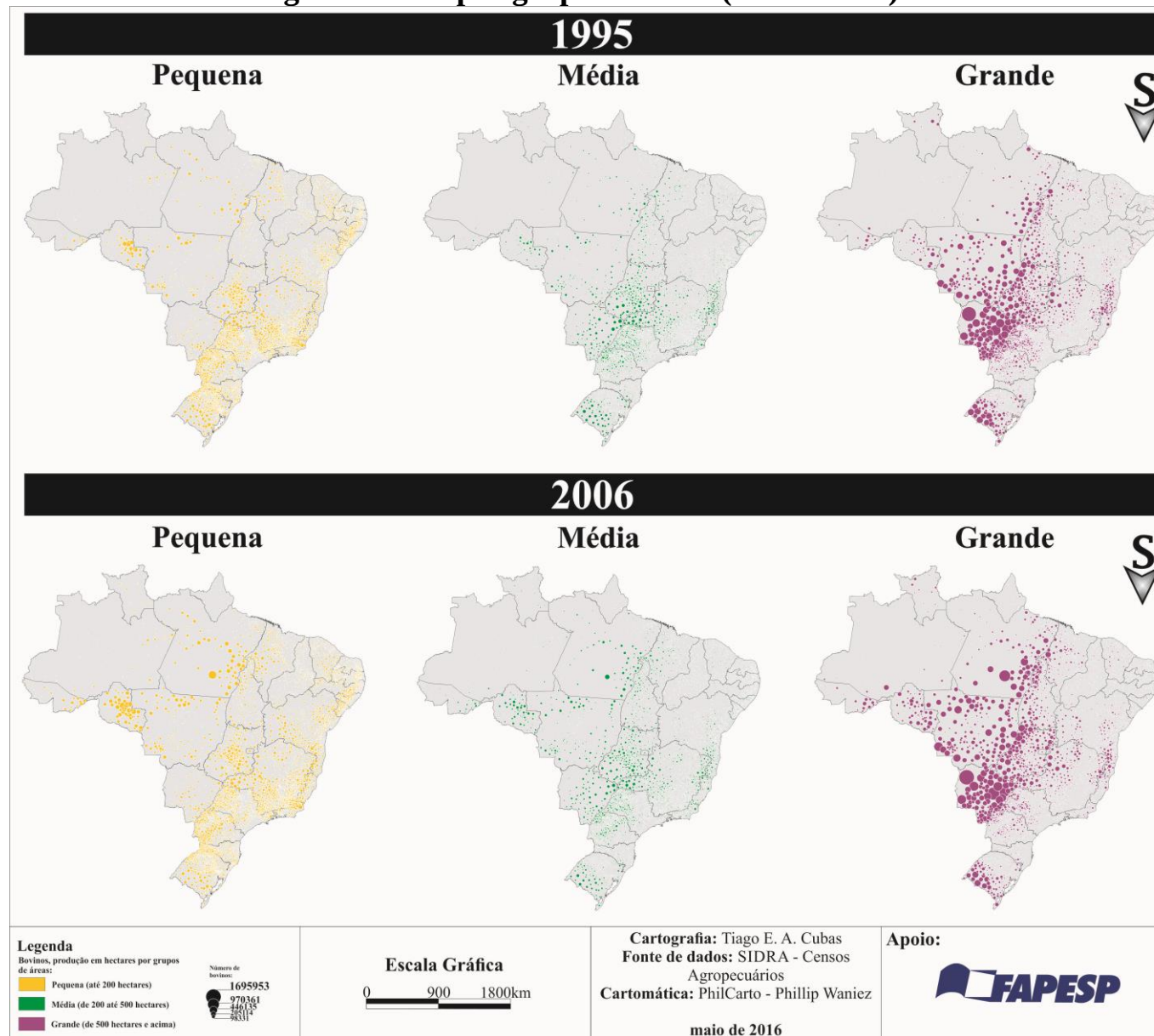
pequenos produtores eram responsáveis por 37,69% (57.671.072 cabeças), os médios produtores por 16,4% (25.090.847 cabeças) e o latifúndio por 45,91% (70.245.679 cabeças).

Em 2006 os estabelecimentos que responderam positivamente como criadores de gado bovino, e no Brasil, os pequenos proprietários, camponeses, responderam por 90,03% dos estabelecimentos com gado, os médios com 4,64% e os latifúndios com 3,24%. A segunda sequência de mapeamento é o número absoluto de cabeças por grupos de área, os camponeses responderam por 39,08% (68.649.292 cabeças) do número de cabeças no Brasil, os médios proprietários por 15,12% (26.563.577 cabeças) e os latifúndios por 45,8% (80.465.809 cabeças) do número de cabeças de gado bovino.

É evidente uma grande participação das pequenas propriedades, apesar de trabalharem com aproximadamente 30% das terras no sistema de pesquisa do Censo Agropecuário respondem por quase 40% da criação de gado. Em seguida continuaremos a observar o tamanho da produção camponesa neste país, e a ineficiência do binômio-agronegócio latifúndio, que pode ser considerado ineficiente neste contexto.

Vejamos a Prancha 3, o gado bovino no Brasil em 2006.

Prancha 3. Brasil: o gado bovino por grupos de área (1995 e 2006)



A soja

Em relação a soja, podemos observar que a composição dos vinte municípios com maior produção em hectares e toneladas está voltada para o estado do Mato Grosso, com quatorze municípios dentre os maiores produtores, sendo o maior deles Sorriso. Os outros seis municípios estão divididos entre Bahia, Goiás e Mato Grosso do Sul.

O interesse do agronegócio estrangeiro na aquisição de terras no Cerrado tem crescido ao mesmo tempo em que o Estado incentivou a expansão do Prodecir. Financiado pelos governos japonês e brasileiro e pelos bancos privados dos respectivos países, o Prodecir foi implementado em 1980 e deu origem a produção intensiva e extensiva de soja na região de cerrado brasileiro, hoje considerado uma das áreas agrícolas mais produtivas no Brasil. Através do Prodecir, entre 1980 e na virada do século, 345 mil hectares foram transferidos a 717 experientes produtores de larga escala sob a competência do projeto. As operações desses produtores foram fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro como parte dos negócios de terras (Inocêncio, 2010). Nesse processo, a soja tornou-se um dos principais produtos primários agrícolas produzidos no Cerrado. A maior parte da soja produzida nesta região do país é direcionada para processamento agroindustrial e destinada ao mercado internacional. (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p. 4).

A soja como monocultura não serve a interesses sociais, somente ao discurso da perspectiva economicista da geração de rendimentos primários que componham o circuito produtivo do agronegócio, por isso, não há retorno social e ambiental que se ajuste ao desenvolvimento nesse modo de produção. Não somente a Amazônia Legal sofreu com intenso desmatamento, nas suas franjas, nos últimos 30 anos, especialmente, o Cerrado brasileiro perdeu mais de 96 milhões de hectares segundo o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis) e isso aconteceu especialmente nas últimas duas décadas (CLEMENTS; FERNANDES, 2013). O que restou das áreas originais de Cerrado no Brasil é resultado da intensiva exploração desse bioma pelo projeto relacionado a soja, e em menor escala da cana-de-açúcar e da celulose. Esses investimentos direcionados a monocultura da soja na *commoditização* das relações sociais atraem investimentos externos e o processo denominado estrangeirização e internacionalização, mais um elemento para essa complexa questão agrária brasileira.

Inevitavelmente, a expansão das monoculturas de soja no Cerrado criou espaços para a participação dos investimentos estrangeiros pelas corporações transnacionais como a ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, Monsanto, Syngenta e Dupont. Essas empresas, entre outras, têm colhido benefícios consideráveis com o controle em grande escala sobre a terra agrícola nacional e com o

controle das instalações de processamento através de um processo complexo e contínuo de fusões e aquisições. No espaço de apenas uma década, entre 1995 e 2005, a participação do capital internacional no setor de grãos do Brasil agroindustrial aumentou drasticamente, passando de 16 para 57%. (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p. 4).

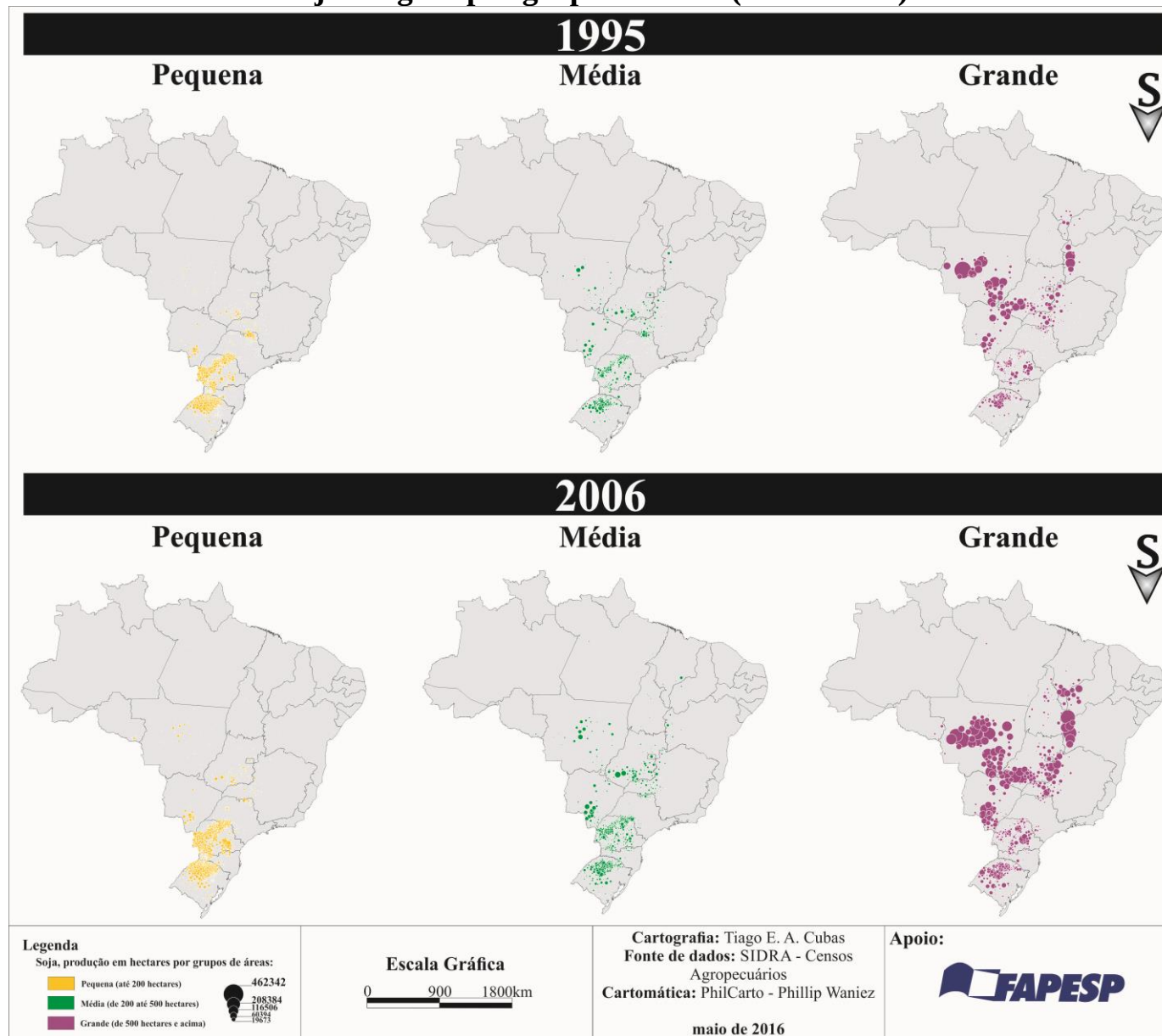
A expansão da soja no Brasil, por sobre as áreas de Cerrado e especialmente pelas “bordas” da Amazônia Legal, se revela também a partir dos dados por municípios, e quando comparamos a direção e quantidade de área e de produção em toneladas em cada um e por estado (veja na Prancha 4).

A soja, vedete do agronegócio, é a cultura, dentre todas as culturas pesquisadas, mais representativa no binômio agronegócio-latifúndio, centralizando a disseminação ideológica a partir do conceito de “Sou Agro” e “Aqui tem Agro”, onde aparecem em propagandas “artistas globais” e outros sugerindo a sua capacidade “progressista e inclusiva” (CUBAS, 2013). Para tanto, mapeamos a cultura da soja nos diferentes grupos de área no Brasil entre 1995 e 2006 para assim expressar o panorama de produção resguardando a sua importância para além das mídias corporativas.

Visualmente é possível compreender que desde 1995 já havia um destaque de produção latifundiária desta cultura nas áreas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto para as pequenas e médias propriedades o destaque se especializava nos estados do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. A pequena propriedade respondia em 1995 por 36,35% (3.439.980 hectares) da produção, a média propriedade por 16,12% (1.530.068 hectares) da produção e a grande propriedade por 47,61% (9.487.985 hectares) da produção.

Os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os destaques para a produção dessa cultura na grande propriedade, sabendo que respectivamente, o percentual de produção era 91,40% e 67,48% da produção desta *commodity* no estado. Já nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul as pequenas propriedades se destacam, com 62,96% e 61,03% da produção de soja no estado. Ou seja, em 1995, as pequenas propriedades competiam com a produção das grandes propriedades. Isso não muda espacialmente em 2006, a quantidade absoluta passa a pender para a grande propriedade devido aos intensos investimentos públicos no setor da soja para o agronegócio. O espaço que já era quase irrelevante em 1995 da média propriedade agora passa a ser ainda menor pois esta foi incorporada a grande propriedade. No ano de 2006 tivemos 24,52% (4.385.114 hectares) da produção para os pequenos, 13,66% (2.442.752 hectares) para os médios e 61,81% (11.054.428 hectares) para os grandes proprietários.

Prancha 4. Brasil: a soja em grão por grupos de área (1995 e 2006)



Mesmo com este panorama de aumento da produção da soja, este cultivo estava relegado a áreas de impacto direto na fronteira da Amazônia Legal, o Maranhão, o Piauí, é incorporado junto a Tocantins, e também o Cerrado brasileiro, por Goiás e oeste da Bahia. Formando o MATOPIBA (Maranhão - Tocantins - Piauí - Bahia) como frente de expansão da monocultura da soja.

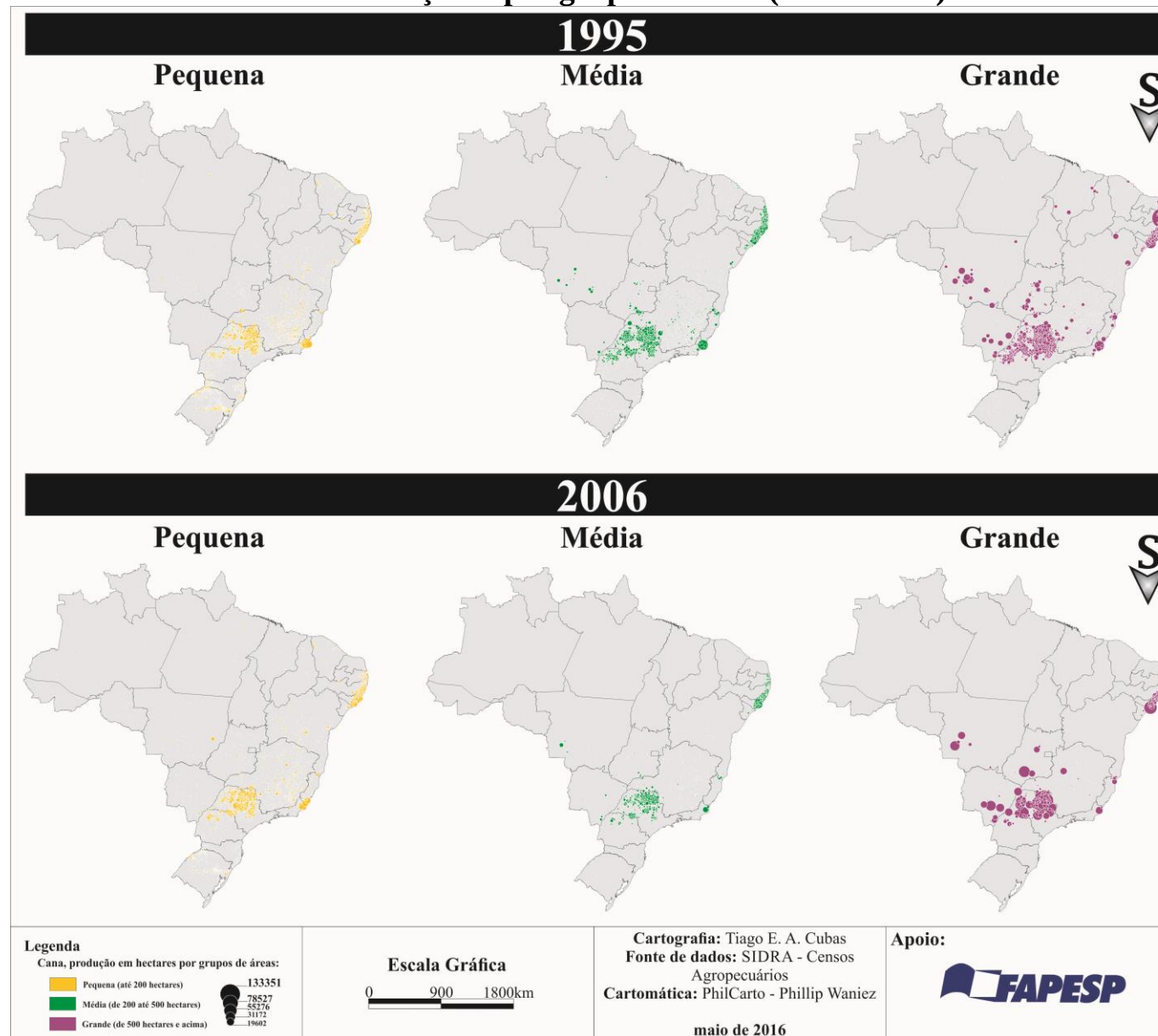
O Mato Grosso segue como o maior destaque e é também o estado onde houve mais concentração fundiária nesse período. Os grandes proprietários no Mato Grosso em 2006 responderam por 94,10% da produção, no Mato Grosso do Sul por 79,84%. Estados com concentração fundiária histórica favorecem a expansão da soja, onde também os conflitos sejam mais facilmente maquiados pela repressão e opressão. Nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul os pequenos seguem sendo os maiores produtores de soja, com 56,41% para o estado do Paraná e com 50,50% para o estado do Rio Grande do Sul.

Para Oliveira (2003) uma conclusão óbvia é que os camponeses, que no período de 1995 estavam integrados num número de 225 mil pessoas, vivem diariamente uma grande contradição e sujeição ao grande capital. Em 1995, o destaque da produção camponesa era captada pela subordinação da renda da terra ao capital nesse setor. Em 2006, para os estados do Sul segue sendo este o padrão, já para as “novas” fronteiras da soja, Amazônia e Cerrado, há uma incorporação das médias propriedades pelas grandes, as pequenas deixam de produzir soja para produzir com mais diversidade (senão também são cooptadas) porque de fato os investimentos públicos para soja são captados pelos grandes proprietários.

A cana

A produção de cana-de-açúcar teve um salto entre 1995 e 2006, de modo tangível na relação investimentos públicos no advento do carro flex e a expansão dessas lavouras temporárias. Vejamos a Prancha 5.

Prancha 5. Brasil: a cana-de-açúcar por grupos de área (1995 e 2006)



Em 1995 os pequenos eram responsáveis por 24,48% (1.047.555 hectares) da produção, os médios por 16,18% (682.593,5 hectares), e os grandes proprietários por 58,96% (2.486.273 hectares). A produção absoluta em sua especialização no país se dava especialmente a partir dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e do litoral Nordeste, para em 2006 uma concentração e centralização em áreas no estado de São Paulo.

Em 1995 ainda, no estado de São Paulo era responsável por 61,25% da produção deste cultivo para o estado pelos grandes proprietários de terra e 23,29% para os pequenos proprietários. No Mato Grosso do Sul e Goiás a concentração de terra é exorbitante e dá espaço as *commodities*, incluindo aí a cana-de-açúcar. No Mato Grosso do Sul, no sul do estado, temos 94,50% da produção de cana-de-açúcar nas grandes propriedades e em Goiás 81,68% nas grandes propriedades.

Em 2006, as bases do latifúndio se fortaleceram a partir da UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar), especialmente nas regiões das oligarquias tradicionais, de Ribeirão Preto em São Paulo para o interior do estado na representação sua filiada, UDOP (União dos Produtores de Bioenergia). Os pequenos aumentaram a produção em quantidade absoluta, no entanto a grande propriedade ganhou força a partir da concentração de terras nesse período nas regiões tradicionais das oligarquias, no estado, o gado vem sendo sistematicamente substituído e compartimentado para dar lugar a produção de cana no oeste. Áreas degradadas pela pecuária extensiva agora são degradadas pela cana. Eram em 2006, 19,39% (1.101.896 hectares) da produção brasileira na pequena propriedade, 9,94% (565.107 hectares) na média, e 70,65% (4.013.041 hectares) na grande propriedade. Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná participam das áreas de concentração de terras e expansão das fronteiras da cana.

A celulose

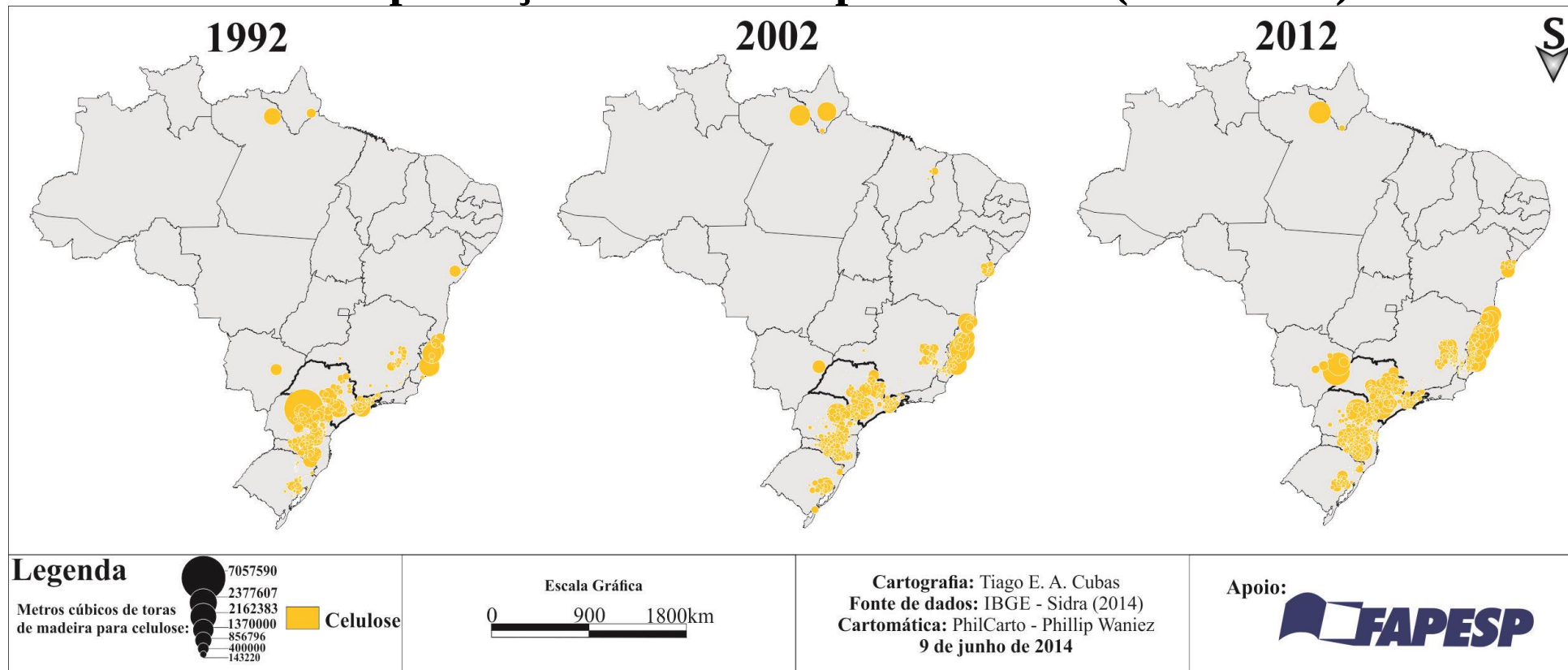
Como uma terceira via, não menos importante ou menos predatória, o complexo eucalipto/pinus-celulose-papel (da matéria prima à mercadoria) referente a silvicultura faz parte do projeto político do agronegócio-latifúndio. Perpetua (2012) acentua que a partir da década de 1970 esse monocultivo aparece com destaque, mas é especialmente a partir do final do século passado, com o intuito de firmar um novo ramo do agronegócio que ela se destaca veementemente como mais um braço do agronegócio brasileiro.

[...] a alta concentração não é apenas uma característica da indústria de celulose nacional, pois, como afirma Daura (2004), atualmente no plano mundial, o setor é marcado “[...] pela elevada concentração produtiva, pela importância dos investimentos e respectivas condições de financiamento e por uma perspectiva de mercado globalizado” (p. 57), além de apresentar barreiras à entrada de novas empresas impostas, principalmente, pelo tempo de maturação dos investimentos e pelas exigências crescentes de matéria-prima. Ainda segundo a autora (DAURA, 2004), este perfil se deve a sucessivos ciclos de investimento que levaram a queda da lucratividade em longo prazo e estimularam movimentos de fusões e aquisições a partir da década de 1980, elevando a participação direta das 150 maiores empresas do setor no mundo, de 56%, em 1980, para 67% em 1996. (PERPETUA, 2012, p. 117).

A expansão desse complexo eucalipto/pinus-celulose-papel no Brasil contribuiu para que o aumento da flexibilidade do trabalho e nas formas mais brutais de cooptação do trabalhador, além de que em muitos casos, empresas nacionais e transnacionais tem também afligido fisicamente os territórios de populações tradicionais como indígenas e quilombolas, e ainda abocanhado o trabalhador assentado e os seus lotes para esse tipo de produção que exauri terra, água e trabalhador (PERPETUA, 2012).

A produção de celulose no Brasil no século XXI representada em metros cúbicos de toras de madeira para produção desse elemento era em 1992, 38.633.581 metros cúbicos, em 2002, 43.351.684 metros cúbicos (um aumento de 10,88%), e em 2012, 73.837.128 metros cúbicos, um aumento percentual de 70,32% nessa produção representada em metros cúbicos de madeira em toras para a celulose. Os principais focos de produção com gigantes da celulose no Brasil e no mundo estão situadas nos estados de São Paulo, na Bahia, no Paraná e em Santa Catarina. O Mato Grosso do Sul é o estado que, dentre os dez maiores produtores, teve o maior aumento percentual de 2002 para 2012. Veja a expansão celulose de 1992 em diante:

Prancha 6. Brasil: produção de madeira para celulose (1992-2012)



De acordo com um levantamento da Revista Exame⁵⁶ (Online) em 2011 é possível observar as quinze maiores empresas da celulose no Brasil com dados relativos ao ano de 2010, dentre essas estão as nacionais e transnacionais. Dessas quinze empresas que dominam o agronegócio no ramo da celulose no Brasil, oito delas tem sede no estado de São Paulo, e dessas oito, cinco estão localizadas na cidade São Paulo. Todas as sedes das empresas localizadas no estado de São Paulo são de capital brasileiro e dominam o ranking das cinco maiores, com quatro dessas localizadas no estado, as três primeiras na capital e a outra, de capital estadunidense (quarto lugar), em Mogi Guaçu. Falando somente das cinco maiores, de modo mais detalhado: temos a Suzano (1º.) começou com um empresário ucraniano, Leon Feffer, tornando-se uma empresa construída no país, mais especificamente na cidade de São Paulo. Essa empresa tem quatro unidades industriais no estado de São Paulo nos municípios de Embu, Limeira e duas em Suzano, e uma no estado da Bahia em Mucuri; a Klabin (2º.) possui quinze unidades fabris (formando seu complexo industrial) em oito estados brasileiros e uma na Argentina, são elas: Monte Alegre (SP), Otacílio Costa (SC), Correia Pinto (SC), Angatuba (SP), Piracicaba (SP), Guapimirim (RJ), Goiânia (GO), São Leopoldo (RS), Itajaí (SC), Jundiaí (SP), Betim (MG), Feira de Santana (BA) e duas em Lages (SC); a Fibria (3º.) possui fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), essa é uma das empresas em maior expansão nos últimos dez anos, onde mantém sob seu capital a Veracel, Aracruz Celulose e Stora Enso, e tem ainda um convênio com a empresa estadunidense Ensyn de combustíveis renováveis a partir de madeira e biomassa; a International Paper (4º.) é uma transnacional de capital majoritário nas mãos dos estadunidenses, com três unidades industriais, Mogi Guaçu (SP), Luiz Antônio (SP) e Três Lagoas (MS); e a Cenibra (5º.) resultado da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD em acordo com a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development no ano de 2001, sua unidade industrial se localiza em Belo Oriente (MG).

O projeto da celulose é de fato uma terceira via do agronegócio que tem com suas vedetes o complexo sojicultor e o complexo sucroalcooleiro. Assim o complexo da celulose, dominado por capitais estrangeiros entra com força em áreas onde especificamente a cana-de-açúcar dominava. Todos esses monocultivos entram em conflito direto com o paradigma camponês que se fundamenta em produzir em escala social para alimentar a sociedade.

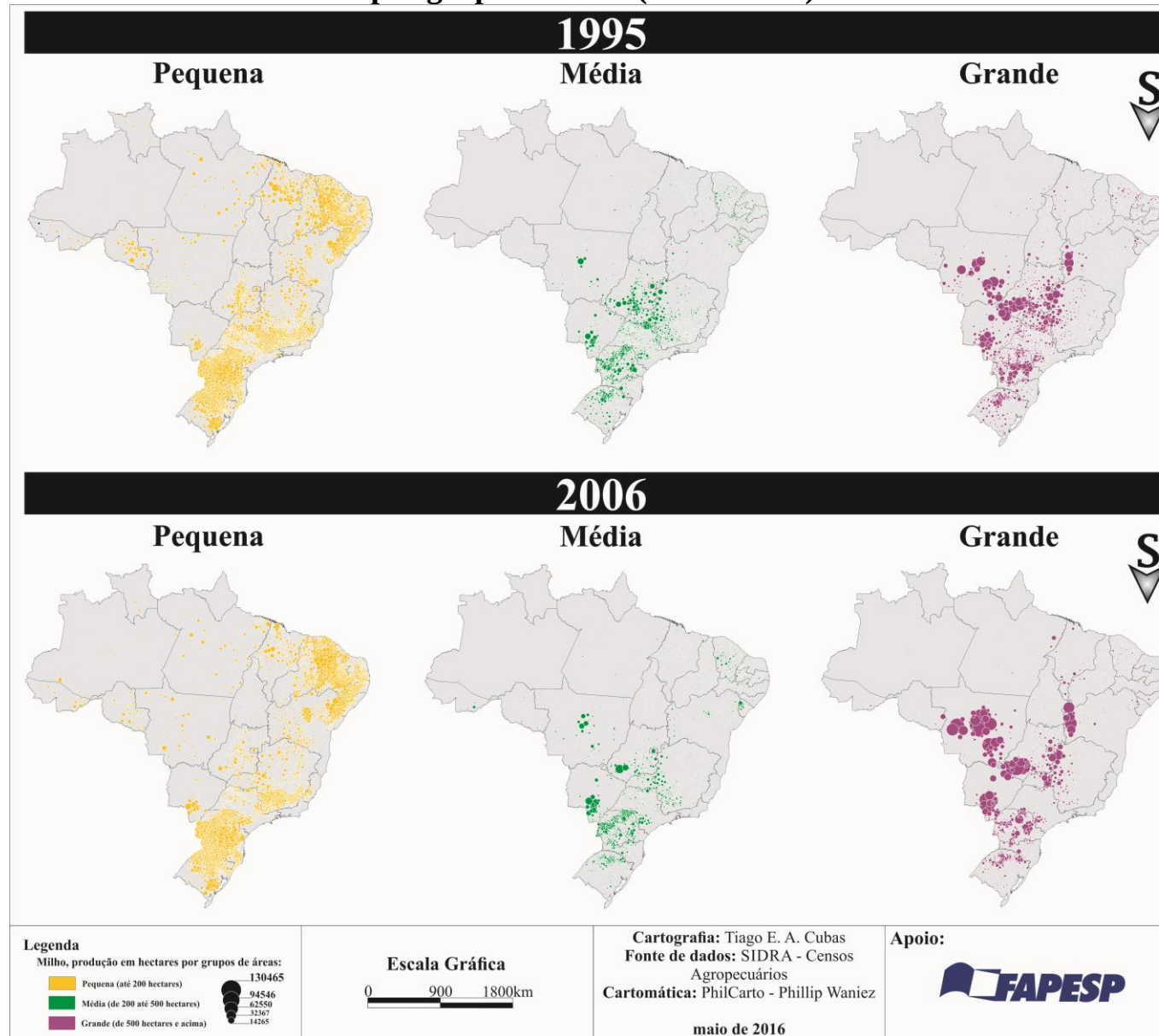
⁵⁶ A matéria “As quinze maiores empresas de papel e celulose no Brasil” pode ser conferida no seguinte endereço online: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-15-maiores-empresas-de-papel-e-celulose>.

Culturas alimentares, criação de animais e campesinato: milho, arroz, feijão e mandioca

O milho

O caso do milho é um caso específico, pois para Oliveira (2003) a produção de milho, de modo geral é dada para ração animal na avicultura e suinocultura, é outra vedete no discurso do agronegócio, no entanto, a partir desse tipo de produção veremos um papel relevante e preponderante dos pequenos produtores camponeses quando comparado aos latifundiários. O milho safrinha que ainda hoje se estabelece na entressafra da soja não tem tanta relevância quanto a produção dos pequenos para este cultivo alimentar. Vejamos a Prancha 7.

Prancha 7. Brasil: o milho por grupos de área (1995 e 2006)



O milho safrinha é um complemento de rendimento para a soja na grande propriedade, mas é irrelevante quando comparado à produção deste cultivo no restante do país. Num olhar processual podemos dizer que os monocultivos, da cana como da celulose expulsam a produção de milho de suas áreas, enquanto a soja busca agregar a produção em suas áreas para complemento de renda. Mesmo assim os pequenos produtores continuam predominantes em maior parte do país.

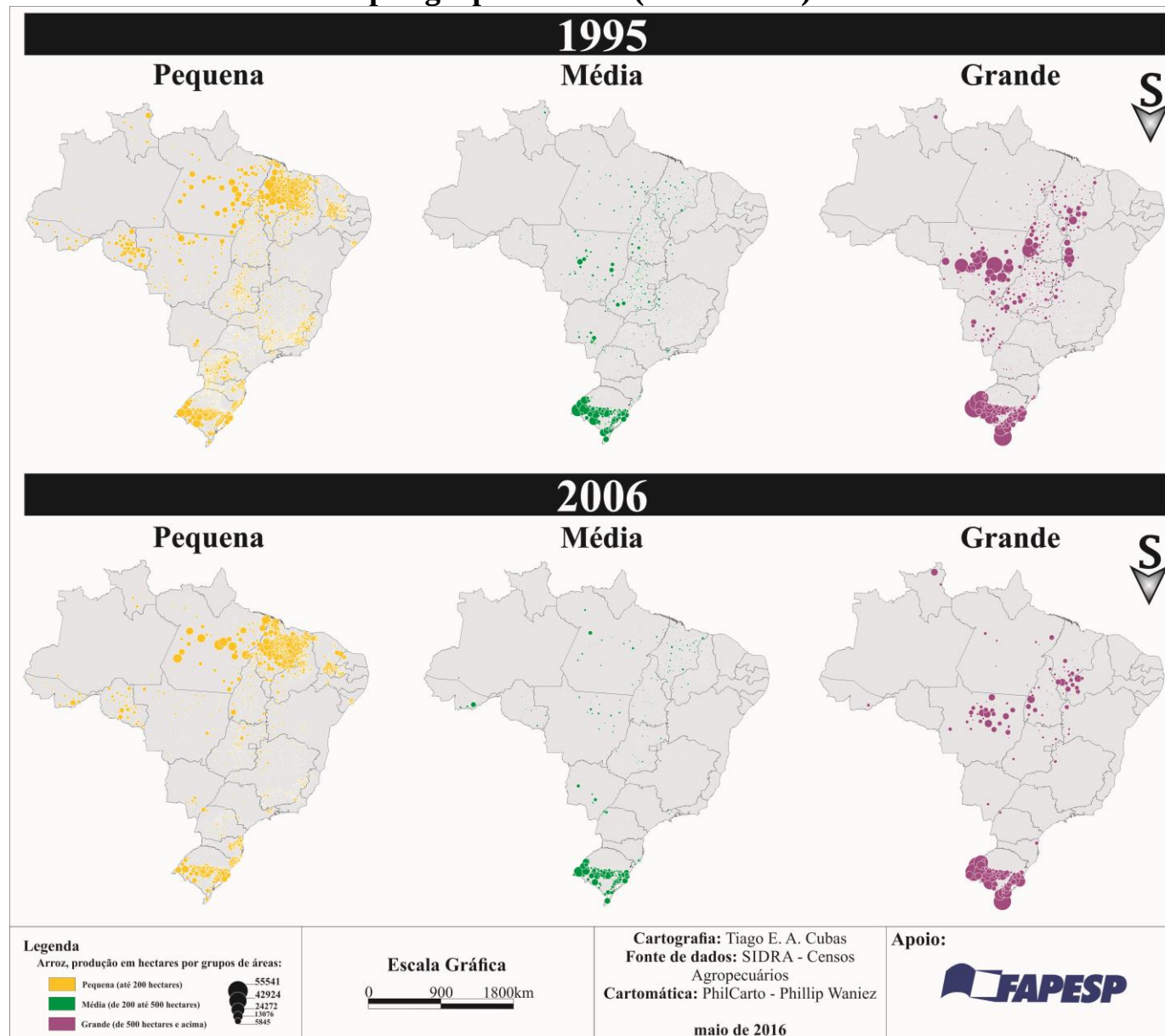
Em 1995, 50,90% (1.515.370 hectares) da produção era concentrada nas pequenas propriedades, 13,25% (394.542,7 hectares) nas médias e 35,84% (1.067.039 hectares) nas grandes propriedades. A produção nas grandes propriedades era destaque em 1995 nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Bahia, já os pequenos produtores camponeses tinham destaque nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e em todos os outros estados do Nordeste.

E em 2006 o protagonismo camponês continua na produção de milho. A pequena propriedade camponesa produziu 55,10% (1.311.532 hectares), os médios com 10,95% (261.694 hectares), e o latifundiários com 33,89% (806.691 hectares) da produção de milho no Brasil. Os produtores camponeses seguem protagonistas na região Sul, Nordeste (com menor participação na Bahia) e em Minas Gerais, já os latifundiários concentram sua produção nessas áreas para a soja, especialmente Mato Grosso, Tocantins e Roraima. O estado de São Paulo perde destaque na produção camponesa pela intensa entrada da cana e subordinação da renda da terra do camponês a cana-de-açúcar.

O arroz

O arroz faz parte da alimentação diária do trabalhador brasileiro e já havia sido mais disseminado em outros tempos conforme assinalou Oliveira (2003). O extremo sul brasileiro segue como o maior produtor desde 1995, especialmente nos latifúndios, no entanto existem áreas de resistência por todo o Brasil que mantiveram esse tipo de cultivo, mas diminuíram em quantidade absoluta. Os latifúndios, antes produtores de arroz em larga escala na região Centro-Oeste, especialmente no Mato Grosso, agora produzem soja em larga escala e diminuíram a produção de arroz, em alguns lugares inclusive foi extinta a produção do arroz. Vamos a Prancha 8.

Prancha 8. Brasil: o arroz por grupos de área (1995 e 2006)



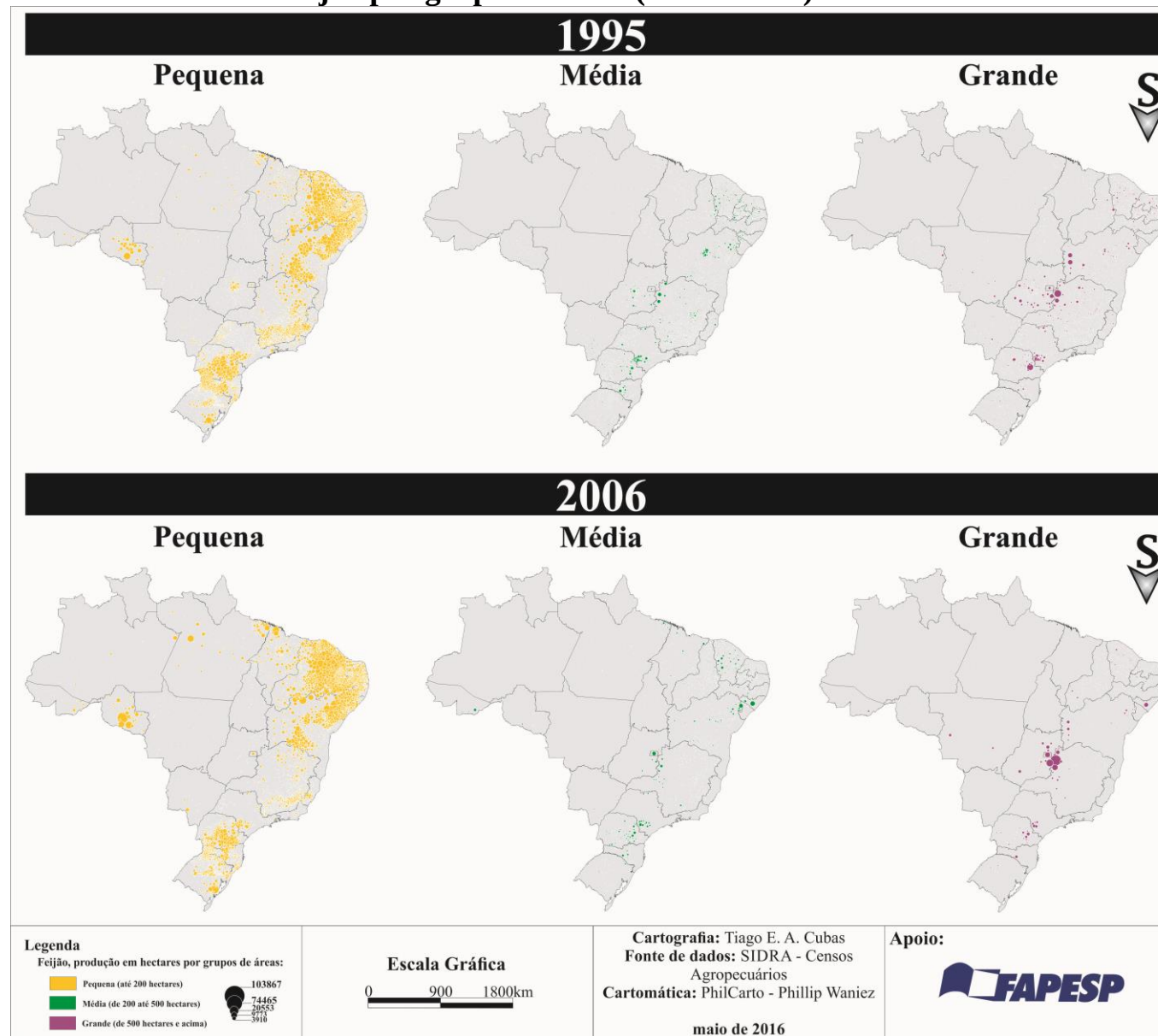
Acompanhando o processo histórico e geográfico é perceptível uma diminuição sensível geral da produção em todos os grupos de área, pequenos, médios e grandes proprietários. Em 1995 os pequenos proprietários camponeses produziram 50,90% (1.515.370 hectares) da produção brasileira de arroz, os médios com 13,25% (394.542,7 hectares) e os latifúndios com 35,84% (1.067.039 hectares).

No ano de 1995 o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso foram os mais relevantes para os latifundiários, o extremo sul e as áreas ocupadas pela expansão gaúcha no Centro-Oeste brasileiro. Já os médios se localizaram de modo preponderante no extremo sul do Rio Grande do Sul. Os pequenos produtores camponeses especializaram sua produção por todo o país, tendo grande destaque os estados do Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraná, Tocantins e Pará. Em 2006, houve diminuição na produção do arroz, alimento este essencial no prato do brasileiro. Os pequenos proprietários de terra, camponeses, foram responsáveis por 55,10% (1.311.532 hectares), as médias propriedades com 10,99% (261.694 hectares) e os latifúndios com 33,89% (806.691 hectares). As pequenas propriedades mantiveram destaque no Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão. Para as médias e grandes propriedades o extremo sul do Brasil manteve destaque na produção, mesmo com diminuição da produção absoluta.

O feijão

O feijão, também parte fundamental da alimentação do brasileiro, é outro cultivo que mapeamos pensando na disputa territorial entre o binômio agronegócio-latifúndio e a agricultura camponesa. Como não é uma *commodity*, como são milho, soja, arroz e cana, a sua produção se dá de modo relevante nos territórios camponeses. Vejamos a Prancha 9:

Prancha 9. Brasil: o feijão por grupos de área (1995 e 2006)



O feijão desde 1995 e ainda 2006 tem uma larga margem de produção nas propriedades camponesas em Rondônia, no Nordeste de modo geral com destaque para o Vale do Jequitinhonha, que agrega o norte de Minas Gerais e sul da Bahia, também no Paraná e Santa Catarina, e no sudeste paulista, área que compõe o Vale do Ribeira. Reiteramos, como não é matéria-prima de exportação em larga escala não há interesse de produção nem na média e muito menos do latifúndio que tem um ponto de destaque apenas no oeste de Minas Gerais na fronteira com Goiás.

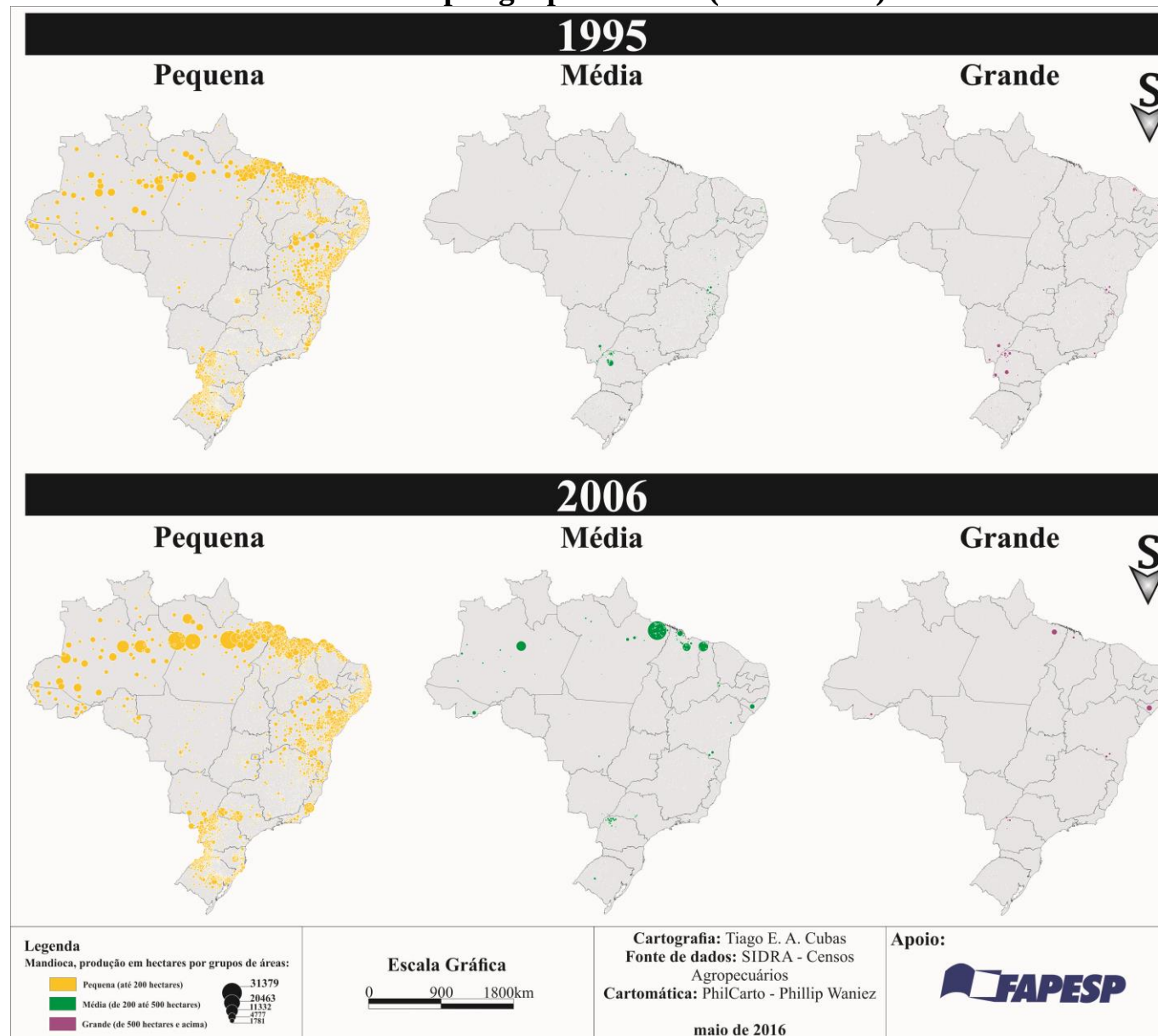
Em 1995, o pequeno produtor camponês era responsável por 87,75% (3.620.113 hectares) da produção de feijão no Brasil, o médio por 6,05% (249.686,3 hectares) e o latifundiário por 6,19% (255.560 hectares). Os pequenos produtores camponeses que mais se destacam estão nos estados Paraná, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Bahia.

Em 2006, o pequeno produtor camponês era responsável por 89,48% (4.155.614 hectares) no Brasil, ou seja, plantou mais e colheu mais também, apesar de contrárias as expectativas do latifúndio em investir nas *commodities*. O médio proprietário produziu 4,32% (200.978 hectares) e o latifúndio 6,18% (287.252 hectares). A produção percentual caiu para os médios e grandes proprietários de terras. Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Paraná foram os destaques.

A mandioca

A mandioca é um alimento tradicional indígena, está em nossas raízes culturais, e em outros lugares é chamada também de macaxeira e aipim nas suas variedades. A mandioca também é um cultivo típico dos produtores camponeses, já que entre estes se enquadram os povos tradicionais e camponeses reterritorializados por um processo de luta. É um cultivo de longa duração, mas que sustenta-se em solos um tanto quanto diversos. Vamos ao mapeamento deste cultivo no país.

Prancha 10. Brasil: a mandioca por grupos de área (1995 e 2006)



Em 1995 e 2006, como o feijão, a produção de mandioca cresceu. Como neste período, a população brasileira também aumentou seria realmente fundamental que houvesse o aumento também na produção de alimentos. Em 1995 os pequenos proprietários de terras, camponeses, foram responsáveis por 92,60% (1.141.902 hectares) de produção no Brasil, os médios por 4,21% (51.920,03 hectares), e os latifundiários por 3,18% (39.255,56 hectares). Com exceção do Mato Grosso do Sul onde a produção percentual foi de 58,83%, a produção camponesa esteve acima dos 78% do total de mandioca. Os estados do Norte (especialmente o Pará) são destacados amparados pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

Em 2006, a produção subiu em quantidade absoluta e o campesinato manteve sua capacidade produtiva. Os pequenos proprietários foram responsáveis por 92,29% (1.546.119 hectares) da produção brasileira, os médios por 5,83% (97.705 hectares) e o latifúndios por 1,87% (31.448 hectares). A região norte do país foi preponderante neste tipo de cultivo. Os camponeses se destacaram no Pará, Maranhão e Bahia. E percentualmente por estado, os camponeses sempre estiveram acima de 89% da produção estadual.

Tanto em 1995, como em 2006, os pequenos proprietários camponeses produziram massivamente em todo o país, superando tanto para o milho, como para o arroz, o feijão e a mandioca, a produção em volume do latifúndio.

Avicultura e suinocultura

A criação de animais, de modo geral, depende da balança de produção que equilibra-se entre exportação e consumo interno do tipo da criação. No Quadro 10 vemos esse balancete que se refere ao Brasil entre os anos 2013 a 2015 do Brasil para o mundo:

Quadro 10. Brasil: produção, exportação e consumo de carnes (2013-2015)

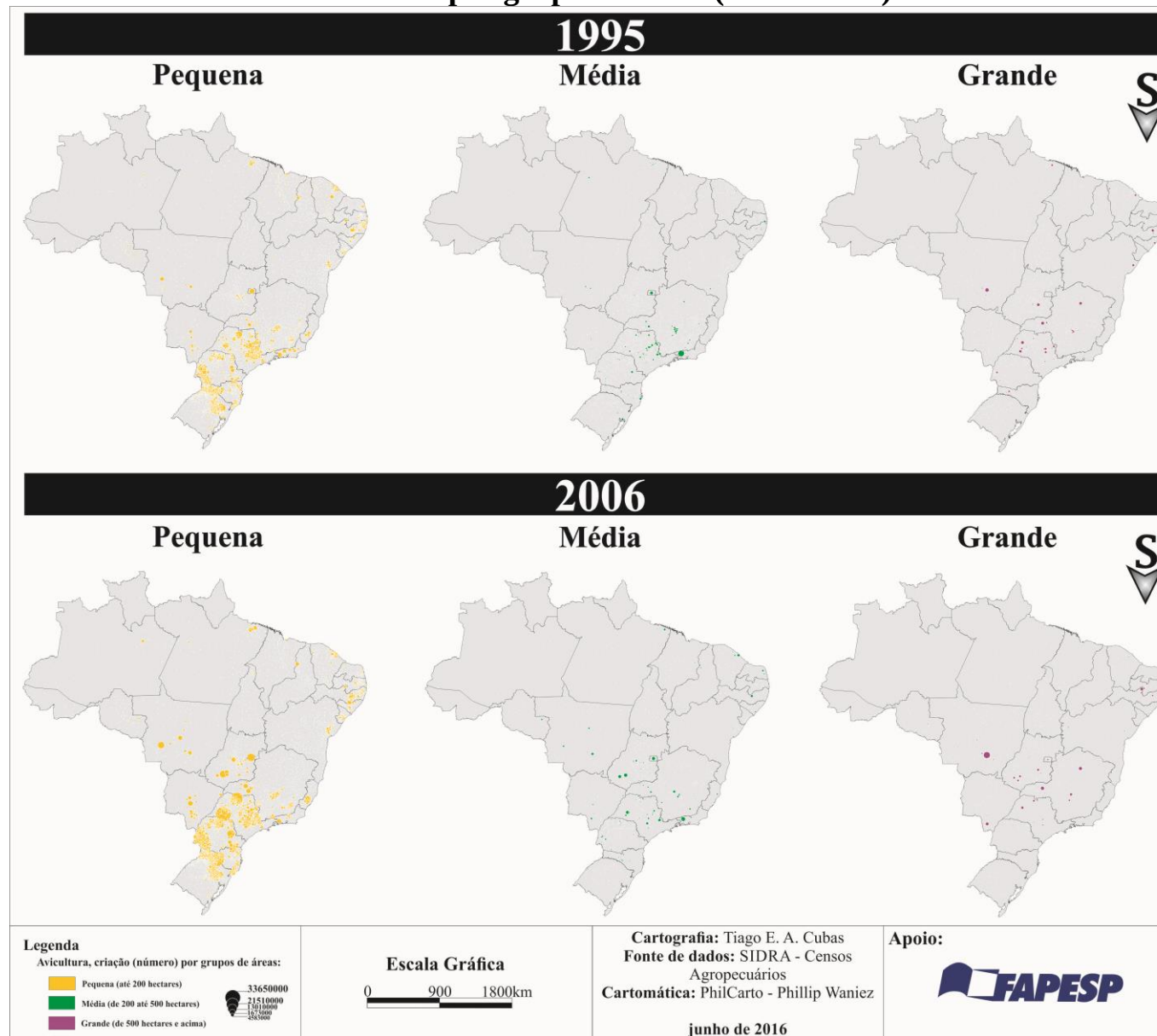
CARNES		2014	2015	Ranking produção mundial (2013)	Ranking exportação mundial (2013)
BOVINA	<i>Produção (mil ton)</i>	10,23	10,26	2°.	2°.
	<i>Exportação (mil ton)</i>	1,88	1,9		
	<i>Consumo-disponibilidade (mil ton)</i>	8,35	8,36		
	<i>Per Capita (kg)</i>	41,26	40,83		
FRANGO	<i>Produção (mil ton)</i>	12,75	13	3°.	1°.
	<i>Exportação (mil ton)</i>	4	4,1		

	Consumo-disponibilidade (mil ton)	8,75	8,9		
	Per Capita (kg)	43,24	44,84		
SUINA	Produção (mil ton)	3,47	3,52	4°.	4°.
	Exportação (mil ton)	0,5	0,52		
	Consumo-disponibilidade (mil ton)	2,98	3		
	Per Capita (kg)	14,71	14,67		

Fonte: CONAB (2014) e ABPA (2015). **Org.** Tiago Cubas. (produzido em março de 2016).

A produção, consumo e exportação de carne bovina e de aves é o grande destaque no Brasil. No prato do brasileiro, a carne de frango cada vez ganha mais destaque pela sua comparação nos preços com a carne bovina. A criação de aves é baseada na agroindústria das granjas onde os pequenos e médios produtores são cooptados em uma maneira específica de produção, em geral, com suplementos e hormônios, para entregar sua criação em contratos rígidos para grandes transnacionais (isto é, subalternização da renda terra). A produção de aves em 1995 e 2006, segundo a Prancha 11 especializada por grupos de área era:

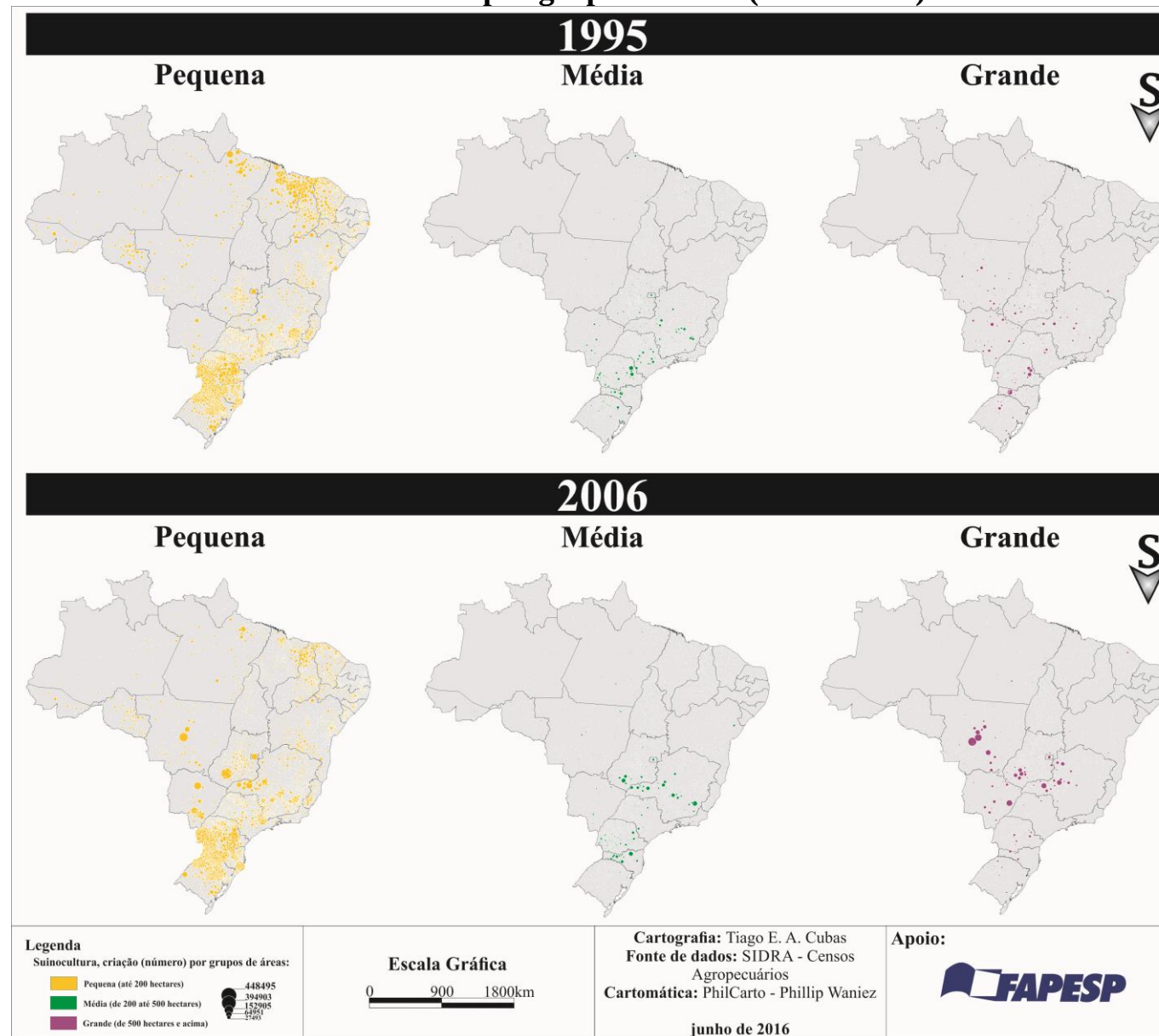
Prancha 11. Brasil: a avicultura por grupos de área (1995 e 2006)



A avicultura cresceu no Brasil entre 1995 e 2006, especialmente nas áreas até 200 hectares, ou seja, nos territórios dos pequenos produtores, a expansão é visível no estado de São Paulo (maior produtor de ovos), Paraná (maior produtor de aves), Santa Catarina e Rio Grande do Sul nesse período, com uma menção também destacada ao estado de Goiás. Em 1995, os pequenos produtores foram responsáveis na produção nacional por 87,73% (630.058.472 cabeças), os médios produtores por 7,45% (53.473.969 cabeças), e os latifúndios por 4,83% (34.662.381 cabeças). Notável a responsabilidade das áreas de camponeses na criação de frangos. Em 2006, os pequenos produtores foram responsáveis na produção nacional por 90,24% (1.013.716.000 cabeças), os médios produtores por 5,3% (59.584.000 cabeças), e o latifúndio por 4,44% (49.962.000 cabeças). Um grande crescimento absoluto na produção para os produtores camponeses, assim como também crescimento percentual, ganha mais importância a produção camponesa no cenário nacional.

A criação suína, também faz parte da alimentação do brasileiro, que produzem e aguardam épocas de alta do preço da carne suína para realizarem suas vendas. Segue a espacialização da criação de suínos no Brasil.

Prancha 12. Brasil: a suinocultura por grupos de área (1995 e 2006)



De modo geral a produção de suínos aumentou em cabeças, os pequenos produtores, camponeses, mantiveram a grande participação em todo país, e em algumas áreas de modo mais sensível o latifúndio teve um aumento de criação e participação geral no movimento histórico de 1995 a 2006.

Em 1995, os pequenos produtores eram responsáveis, na escala nacional, por 87,24% (24.214.741 cabeças), os médios produtores eram responsáveis por 6,55% (1.816.998 cabeças), e os latifúndios por 6,21% (1.724.000 cabeças). Em 2006, com aumento da produção, os pequenos também aumentaram sua produção absoluta e sua participação percentual foi de 86,2% (26.287.319 cabeças), os médios produtores por 5,5% (1.675.805 cabeças) e os latifúndios, aumentando sua participação, com 8,3% (2.531.515 cabeças). Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais são grandes destaques nesse processo de aumento da criação de suínos no país, puxada especialmente pela produção camponesa. Os destaques de produção camponesa na criação de animais é tangível quando observamos esses dados e espacializamos o potencial camponês produtivo.

Fruticultura: laranja e banana

A laranja

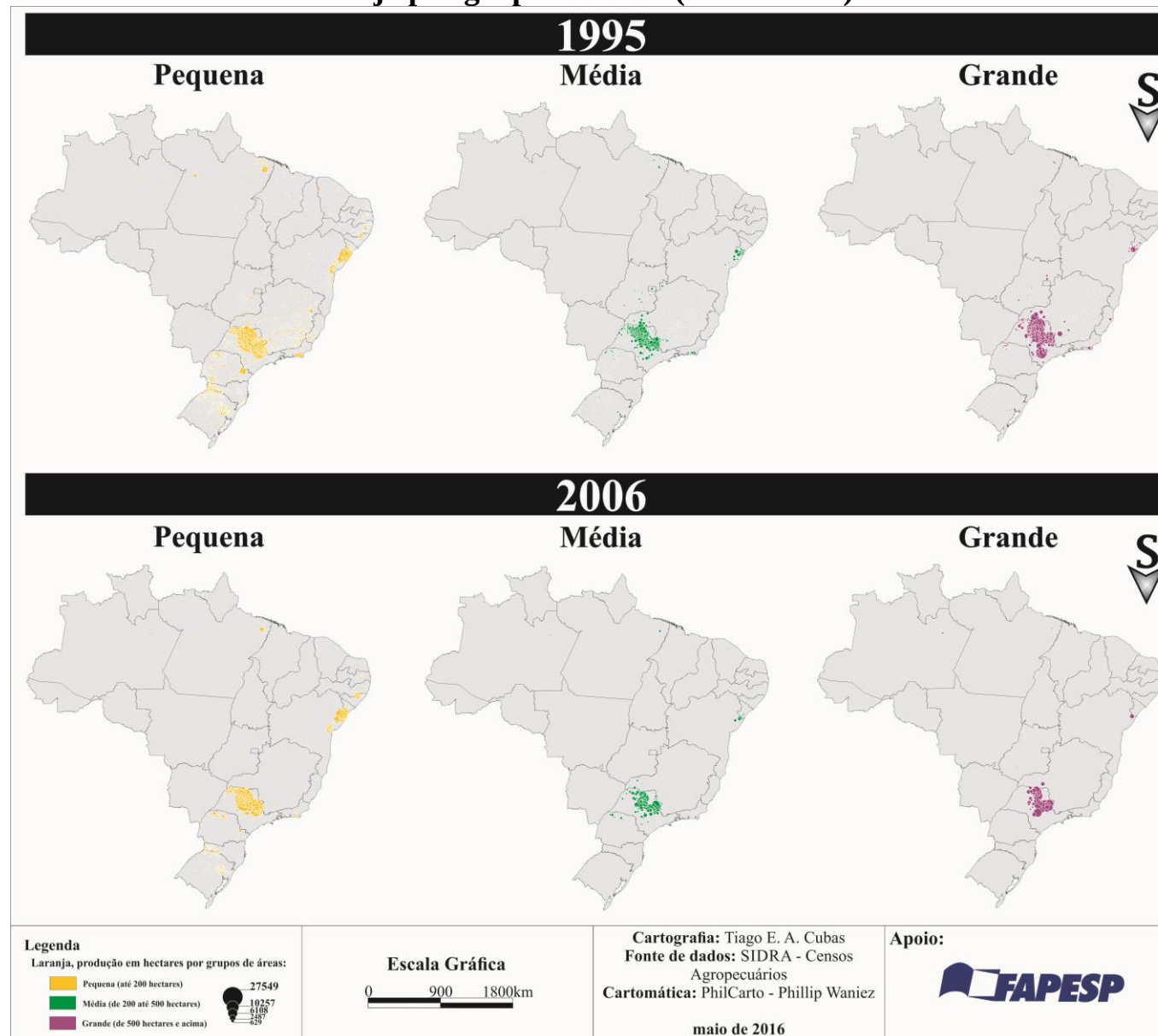
A fruticultura se destaca na produção de dois cultivos específicos em todo o país, a laranja e a banana. Sobre a laranja, esta é uma cultura tradicional da década de 1980 e colocou o país, pelo suco concentrado, como um dos maiores exportadores do mundo. A questão é que, como o suco de laranja foi sempre, pela indústria citrícola, direcionada a exportação, este tipo de fruto não foi incorporado com força ao mercado interno e tem pouca aceitação na comparação com outros tipos de bebidas e frutas consumidas internamente.

Visivelmente a produção foi concentrada em regiões tradicionais do estado de São Paulo, e em 1995, com destaque para o litoral norte baiano e litoral sul sergipano. No entanto, a partir do processo, 1995-2006, este cultivo perde grande espaço especialmente no estado de São Paulo no que se refere às áreas de produção tradicionais do agronegócio-latifúndio da laranja. Em 1995 os pequenos produtores camponeses eram responsáveis por 58,57% (554.661,1 hectares), os médios com 17,82% (168.761,8 hectares) e os latifúndios com 23,59% (223.456,7 hectares). Os destaques são os pequenos produtores do estado de São

Paulo, Minas Gerais, Bahia e Sergipe. O latifúndio teve razoável destaque apenas para o estado de São Paulo e Minas Gerais.

Em 2006, de modo geral, houve uma sensível diminuição da produção absoluta em todos os grupos de área. Os pequenos proprietários camponeses eram responsáveis por 50,06% (298.281 hectares), médios proprietários com 17,09% (101.866 hectares) e os latifúndios com 32,84% (195.697 hectares). Os produtores camponeses permanecem destacados no estado de São Paulo e litoral norte baiano e litoral sul sergipano, e o latifúndio apenas na tradicional mesorregião de Ribeirão Preto e Araraquara. Vejamos a Prancha 13 que expressa o retrocesso espacial da produção.

Prancha 13. Brasil: a laranja por grupos de área (1995 e 2006)



A banana

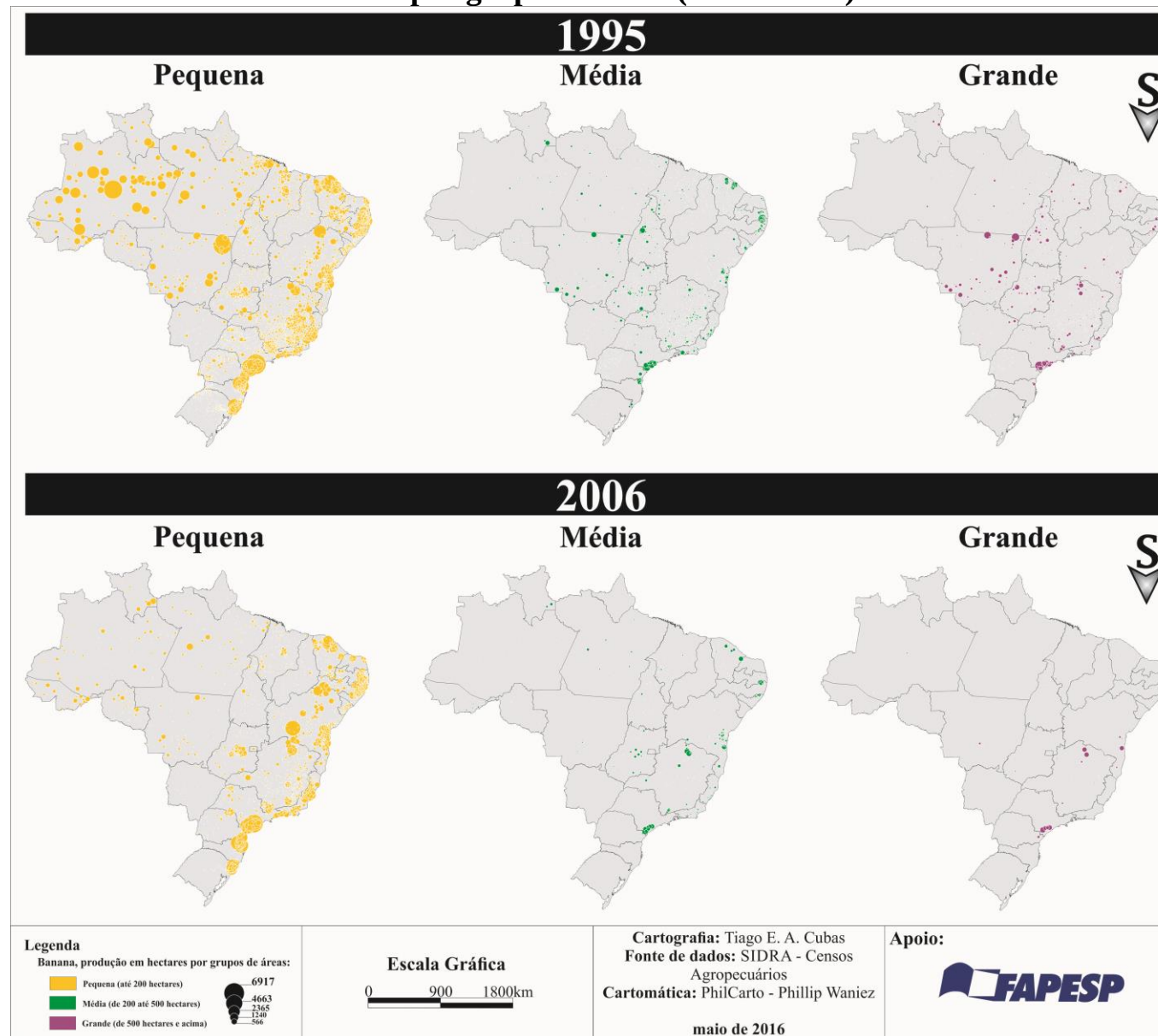
A banana, é o maior empreendimento da fruticultura no Brasil, supera a laranja, mas por ser comercializada, especialmente *in natura*, não tem tanta saída no mercado internacional como a laranja. No entanto, a banana está incorporada na alimentação do brasileiro, em suas variedades, bastante difundida.

De 1995 a 2006 houve um retrocesso na produção de banana em todos os grupos de área, alguns territórios mais tradicionais mantiveram a produção que permanece destacada dentro da produção camponesa. Em 1995, a pequena propriedade era responsável por 86,48% (357.155,3 hectares) da produção brasileira, a média propriedade por 7,90% (32.637,48 hectares) e os latifúndios com 5,60% (23.259,36 hectares). Os destaques na média e grande propriedade são limitados ao Vale do Ribeira e norte de Minas Gerais. Já os pequenos produtores camponeses no ano de 1995 eram especializados por todo o país. Os maiores produtores eram São Paulo, Amazônia e Minas Gerais, destacando-se os produtores camponeses. Com exceção de Goiás que a representação camponesa era 66%, os outros estados todos tiveram representação dos pequenos produtores camponeses acima de 78%.

Em 2006, a produção absoluta caiu em todos os grupos de área, no entanto o campesinato manteve o maior produtor em volume e números absolutos. Os pequenos proprietários camponeses eram responsáveis em 2006 por 87,88% (225.564 hectares) da produção brasileira, os médios eram responsáveis por 6,55% (16.828 hectares) e os latifúndios por 5,56% (14.273 hectares). O estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, permanece com grande destaque para os camponeses, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina eram os outros estados em que os camponeses mais produziram.

Vejamos a Prancha 14.

Prancha 14. Brasil: a banana por grupos de área (1995 e 2006)



2.3 Territórios paradigmáticos em disputa

A espacialização da disputa territorial entre produção do latifundiário e produção camponesa

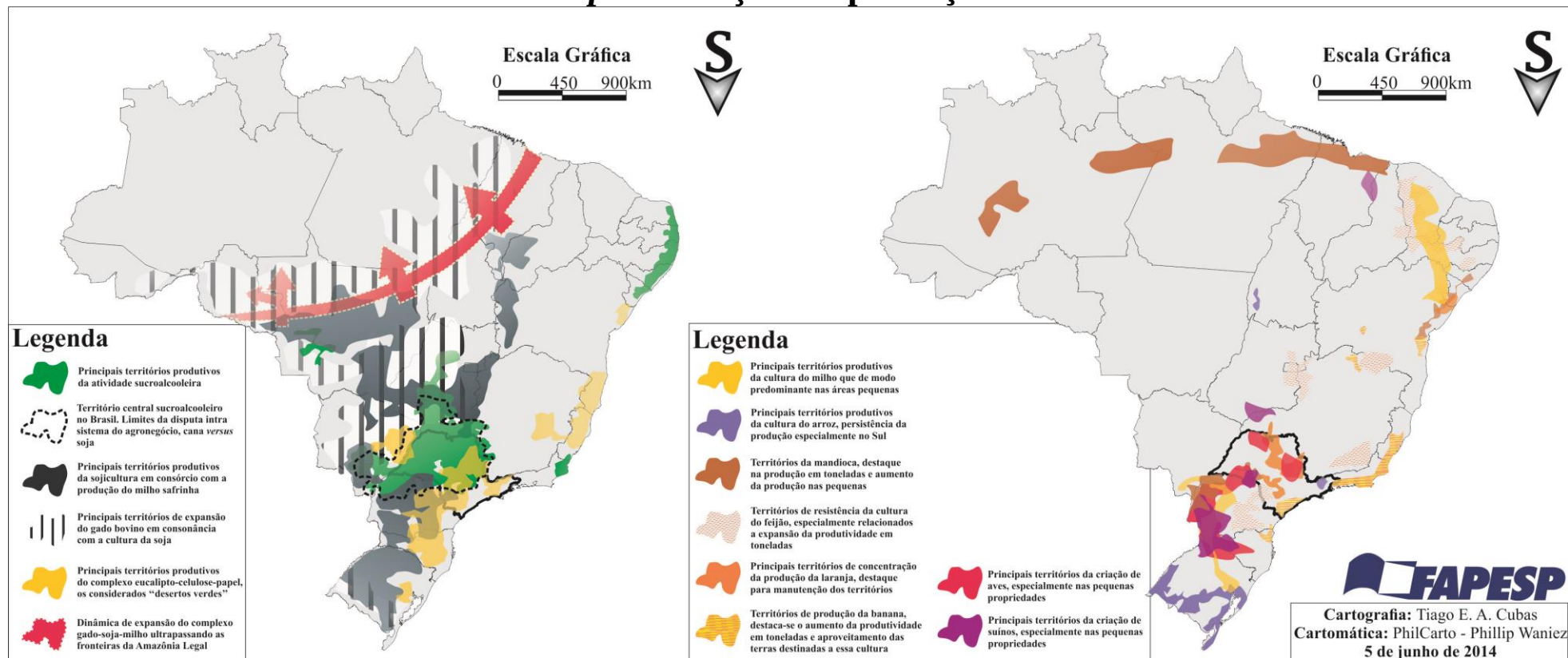
É possível afirmar, com base nos quadros e pranchas, que o grupo de área mais eficiente é entre 0,1 e 50 hectares. Neste grupo de área estão, comparativamente com outros grupos, a maior capacidade produtiva, maior geração de ocupação e manutenção de gente no campo, maior geração de valor de produção e uma tecnologia comum aos outros grupos. Além de que nesse grupo de área está predominantemente a produção de alimentos.

A Prancha 15 é a caracterização modelar da situação do campo brasileiro depois da caracterização da produção por grupos de área. As vias de expansão do sistema do agronegócio elencam suas disputas intra-classe, latifundiários da soja, latifundiários da cana e latifundiários da celulose; num contraste as áreas de produção de fruticultura e resistência das culturas alimentares. O latifúndio e o monocultivo *versus* o minifúndio e a diversidade de cultivos.

A disputa territorial por distintos projetos de sociedade se tornam visíveis na projeção das culturas no século XXI. A seguir veremos o resumo do cenário brasileiro na disputa territorial entre latifundiários e camponeses, a expressão da constituição desses territórios está ligada diretamente aos projetos de sociedade e a ideologia de cada uma dessas classes sociais no movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo, desigual em sua estrutura fundiária, contraditória porque é (ir)racional e muito mais especula com a terra do que produz.

De modo geral, é imprescindível a compreensão de que a produção camponesa é em grande parte maior, e muito, mais eficiente, operando com menos recursos, do que a produção do latifúndio. Quando a ideologia do agronegócio engrossa suas fileiras com a agricultura familiar, ocultamos o seu verdadeiro lugar no campo, e fragilizamos as lutas camponesas que se revelam além da agricultura familiar ou “agronegocinho”.

Prancha 15. Brasil: conflito entre a *reprimarização* e a produção de alimentos no século XXI



O quadro 11 resume o mapeamento realizado.

Quadro 11. Brasil: Produção Camponesa versus Produção Latifundiária (2006)

Tipo	Tamanho da área		
Produção	Pequena (%)	Média (%)	Grande (%)
Soja	24,52	13,67	61,81
Cana	19,39	21,65	58,96
Milho	55,1	11,01	33,89
Arroz	50,9	15,21	33,89
Feijão	89,48	4,34	6,18
Mandioca	92,29	1,88	5,83
Laranja	50,06	17,1	32,84
Banana	87,88	6,56	5,56
Criação	Pequena (%)	Média (%)	Grande (%)
Gado Bovino	39,08	15,12	45,8
Avicultura	87,73	7,83	4,44
Suinocultura	86,2	5,5	8,3

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. Org. Tiago Cubas.

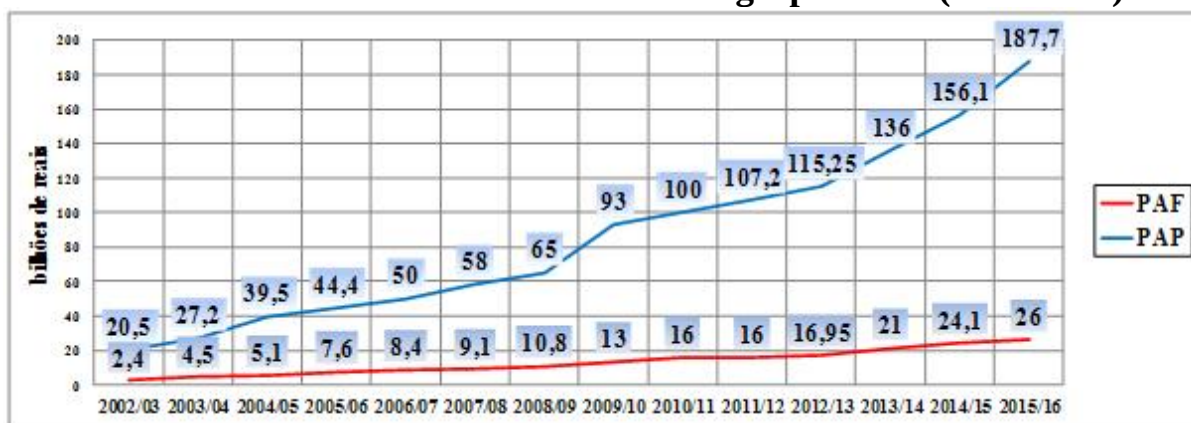
O latifúndio produz soja e cana, no entanto, mesmo a cana e a soja ainda se especializam pelas pequenas e médias que chegam a mais de 35% das áreas para soja e mais de 40% para cana. O gado bovino tem maior destaque no latifúndio, mas mesmo assim, mais de 50% do gado está nas pequenas e médias propriedades. Os camponeses produzem mais de 50% da produção brasileira para o milho, arroz, e laranja, e mais de 80% para feijão, mandioca e banana, na criação da avicultura e da suinocultura mais de 85% da criação está localizada nas áreas camponesas.

O controle das terras e o controle da indústria (grande capital nacional e internacional) pelos latifundiários expressam o monopólio da circulação pois captam a renda da terra pelo setor secundário. A produção é deixada em segundo plano e assim a produtividade esvazia a discussão da questão de quem produz e como se produz. A terra no latifúndio em grande parte é ociosa, é pasto ou ineficiente quando comparada aos territórios camponeses, isso gera ainda outras mazelas que serão apresentadas na sequência.

A hegemonia do lobby latifundiário nas políticas públicas

Ao contrário do que seria a racionalidade de investimentos públicos, uma elevação nos investimentos nas pequenas propriedades e, por conseguinte, na agricultura camponesa, o que acontece é um grande lobby de investimento na ineficiência produtiva do agronegócio. Vejamos o Gráfico 6.

Gráfico 6. Brasil: escala de investimentos na agropecuária (2002-2016)

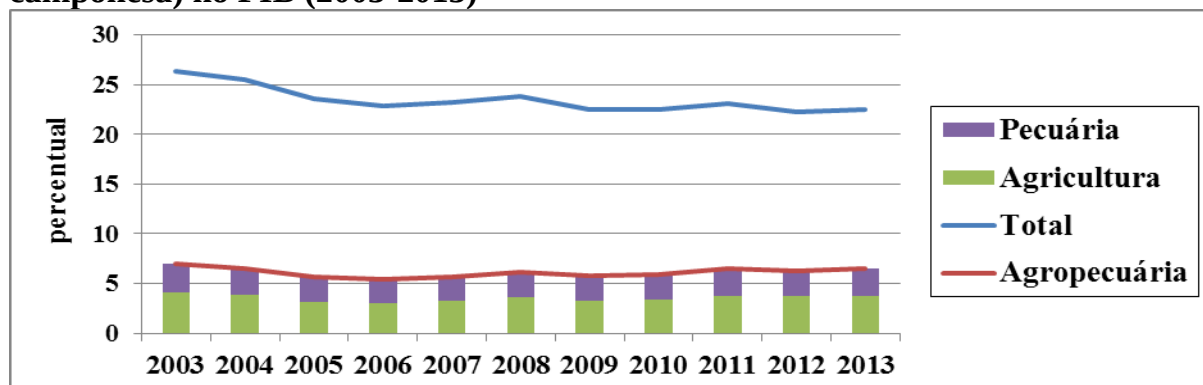


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Org.** Tiago Cubas.

São duas lógicas que produzem territórios distintos com paisagens e territorialidades distintas. O Gráfico 4 comparativo entre os investimentos para o Plano Safra da Agricultura Familiar (PAF) e o Plano Safra da Agricultura e Pecuária capitalista (PAP) traz elementos que possibilitam embasar essa análise. Dos planos de 2002/03 para os planos de 2015/16 tanto no PAF como PAP obtiveram um aumento nos recursos direcionados para agricultura familiar ou camponesa e para agricultura capitalista. A divergência que se pode apontar ao interpretar os dados é que o aumento foi muito maior para os investimentos voltados para agricultura capitalista. De 2002/03 para 2015/16 o PAP aumentou seus investimentos em cerca de R\$ 167 bilhões, e o PAF aumentou cerca de R\$ 23 bilhões. Coincidentemente, o maior “derrame” de investimentos públicos destinados ao agronegócio fez Kátia Abreu como ministra (MAPA), mais de 30 bilhões de 2014/15 para 2015/16.

A diferença dos montantes absolutos revela os objetivos das alianças para governabilidade, a agropecuária além de ocultar a eficiência da pequena propriedade em volume de produção (especialmente de alimentos), pessoal ocupado no campo com menos terras, quando contabilizada em todo um pacote também é injustificável quanto a sua capacidade de geração de PIB primário. O Gráfico 7 mostra a linha do tempo entre o total do PIB da agropecuária e, separadamente, o setor primário.

Gráfico 7. Brasil: Percentual de participação da agropecuária (capitalista e camponesa) no PIB (2003-2013)



Fonte: Cepea, 2015. Org. Tiago Cubas

O discurso da cadeia produtiva generaliza a produção ineficiente do latifúndio e a eficiência do campesinato que passa a ser invisibilizado por este recorte, que coloca esses dois grupos sociais como um único grupo. Então esses investimentos e esse tipo de invisibilização são relevantes para o modelo de sociedade baseado na grande propriedade, na concentração de renda e poder. Agronegócio, como conceito, apartado da ideia de latifúndio acaba por escamotear o que é a ineficiência produtiva da agropecuária capitalista que em 2003 respondeu por 6,94% e em 2013 por 6,61% do PIB nacional, segundo o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Se formos ainda dividir essa participação entre agricultura e pecuária: em 2003 dos 6,91%, 4,14% era relativo a agricultura e 2,77% relativo a pecuária; já em 2013, dos 6,61%, 3,90% se referia a agricultura, e o restante, 2,71% à pecuária.

Mesmo no período considerado o boom do agronegócio brasileiro, entre 2003 e 2007 tivemos uma diminuição na participação percentual no PIB total do país, a quantidade absoluta aumentada na produção não significou mais reservas financeiras ao país, já que foram de aproximadamente 27% em 2003 para 24% em 2007, depois esse percentual voltou a cair até 2013 quando bateu em 22% aproximadamente. Quer dizer, o discurso da cadeia produtiva que envolve insumos, indústria e distribuição, oculta a ineficiência de produção no setor primário, a produtividade é a expressão de um discurso vazio de números que não são analisados separadamente. De 2003 a 2013, segundo os dados CEPEA, esse modelo agropecuário vem explicitando um decréscimo de participação no PIB com uma margem percentual incoerente com o grau de investimento alocado para este setor.

2.4 A crise do paradigma do agronegócio: violências como expressão da barbárie

Agrotóxicos: a crise ecológica do paradigma do agronegócio

A partir da concentração fundiária, da estrangeirização de terras e da refuncionalização dos espaços através das relações hegemônicas emanadas do capitalismo no campo, que tem como face no século XXI o sistema do agronegócio, temos também de modo simultâneo, a transformação e ressignificação da relação sociedade-natureza. De modo coincidente, as áreas que obtiveram maiores índices de expansão das monoculturas da soja e cana-de-açúcar, também são as áreas que apontaram para a concentração de terras, que evidenciam por um lado a reprimarização como foco de crescimento econômico e também que o agronegócio tem concentrado poder em detrimento da soberania alimentar.

A evidência do modelo de produção destrutivo que está engendrada no agronegócio é vislumbrada hoje justamente no princípio da discussão da soberania alimentar como território camponês de produção alimentar farta e sem veneno. Não é o que acontece no campo brasileiro, além da discussão da produção de alimentos é preciso repensar a produção do latifúndio. A geógrafa Larissa Bombardi (2012b) explica:

O Brasil lidera, desde 2009, o consumo mundial de agrotóxicos e, atualmente, o país responde – sozinho – pelo consumo de 1/5 de todo o agrotóxico produzido no mundo. Esta dimensão no consumo de agrotóxicos tem levado o país àquilo que poderíamos chamar de uma epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais, seus familiares e, também, a população urbana em geral, sobretudo aquela que habita áreas próximas às grandes produções agrícolas.

O consumo médio de agrotóxicos no Brasil que era em torno de 7 quilos por hectare em 2005 passou a 10,1 quilos em 2011, ou seja, um aumento de 43,2% (Valor Econômico – 30/07/2012). A envergadura do problema é tal que no período de 1999 a 2009, segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde) houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no país; isto significa 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia ou uma a cada 90 minutos (BOMBARDI, 2012b, p. 1).

O cenário brasileiro quando mapeamos a distribuição do uso de agrotóxico por grupos de área, revela um quadro alarmante quanto a um problema comum entre pequenas e grandes propriedades, no entanto, de modo abismal, muito mais expressivo no latifúndio. Ao lado do mapeamento do uso de agrotóxicos em hectares temos os estados com maior quantidade de casos ligados a mortes por agrotóxicos, mapa este que está no trabalho de Bombardi (2012b).

Os pequenos produtores usam mais agrotóxicos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, especialmente nas áreas de influência da produção da soja e arroz. Já o latifúndio espalha os agrotóxicos por todo o Brasil com um destaque específico na produção realizada no Centro-Sul, áreas de expansão do complexo sucroalcooleiro e sojicultor. Os estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo são os campeões neste uso que ofende diretamente a vida, uma gravíssima violência socioambiental. A combinação entre latifúndio e monocultivo, para Bombardi (2012b), não é coincidência, mas dentro do discurso produtivista um fetiche para legitimar o uso de agrotóxicos para o controle químico das pragas.

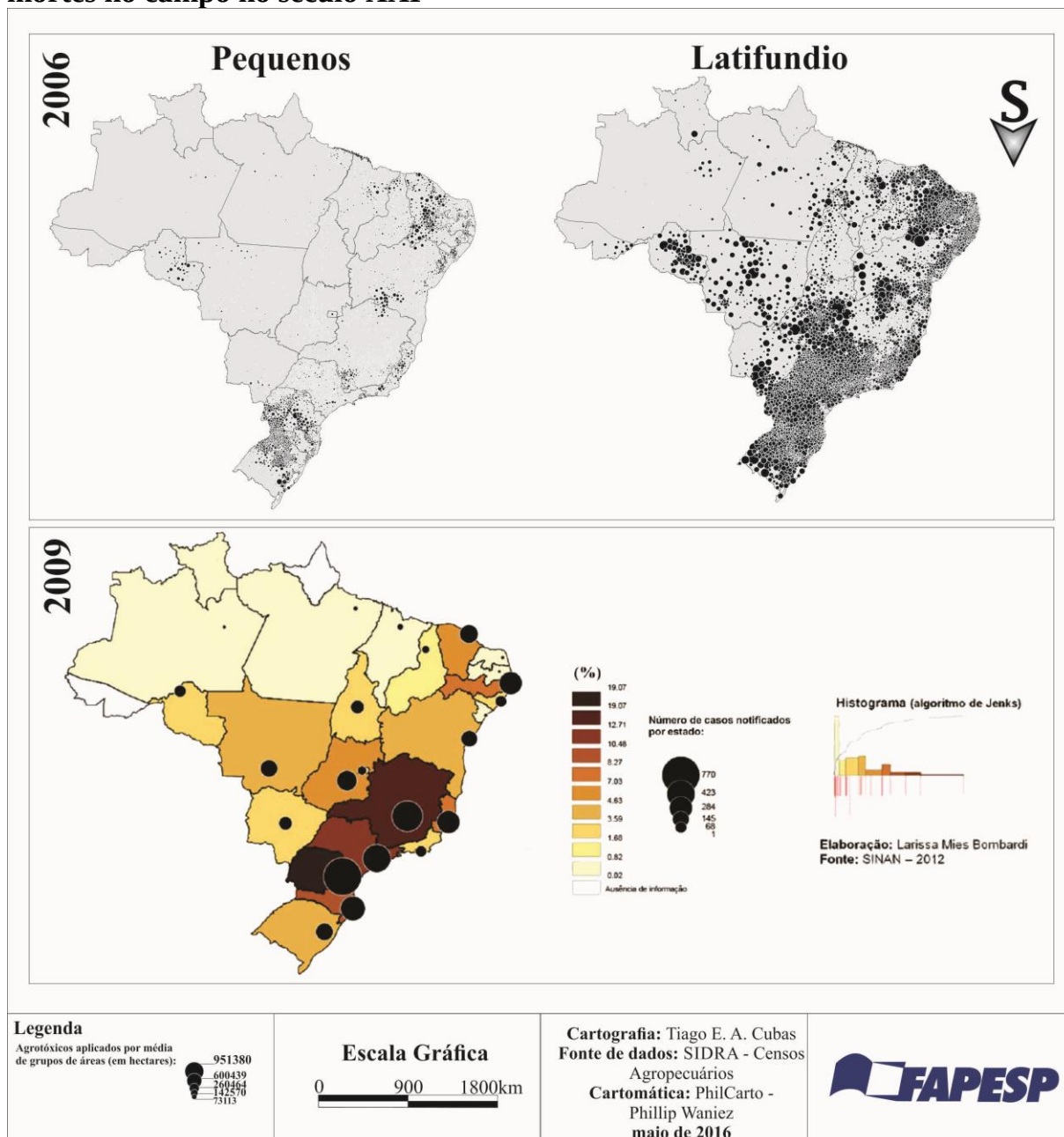
“Designar os agrotóxicos como defensivos agrícolas é o artifício retórico mais elementar para dissimular a natureza nociva desses produtos” (ABRASCO, 2015, p. 28). O agronegócio sugestiona que os agrotóxicos protegem os cultivos, mas a proteção real é somente aos lucros da produção. Essa é “uma mentira institucionalizada” (p. 35) pela bancada do agronegócio representada pela FPA (Frente Parlamentar Agropecuária). O agronegócio junta latifúndio e monocultivo territorializados pelos:

[...] cultivos de soja, milho e cana, [que] juntos, respondem por praticamente 70% de todo o uso de agrotóxicos no Brasil.
Vê-se, portanto, o binômio arcaísmo e modernidade materializados no campo brasileiro. Arcaísmo, posto que a secular fórmula “latifúndio-monocultura” é justamente a que é utilizada pelo agronegócio no vultoso aumento da produção de soja e cana, por exemplo (BOMBARDI, 2012b, p. 5).

O último dossiê da ABRASCO (Associação Brasileira da Saúde Coletiva) (2015) apontava que no ano de 2011 cada brasileiro consumiu em média 5,2 litros de agrotóxico com 34.147 casos de intoxicação por agrotóxico notificados ao SUS (Sistema Único de Saúde) entre 2007 e 2014. A situação é de crise do paradigma do agronegócio, porque a barbárie é o sintoma da sua essência, concentração da terra e (ir)racionalidade rentista. Os conflitos socioambientais são inegociáveis nesse contexto e expressam a crise deste modelo no campo brasileiro. O agrotóxico é então um problema em primeira mão ecológico e também social e político (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Veja a Prancha 16 que expressa a profundidade da crise do paradigma do agronegócio, insustentável social e ambientalmente.

Prancha 16. Brasil: agrotóxicos por área média das propriedades em hectares e mortes no campo no século XXI



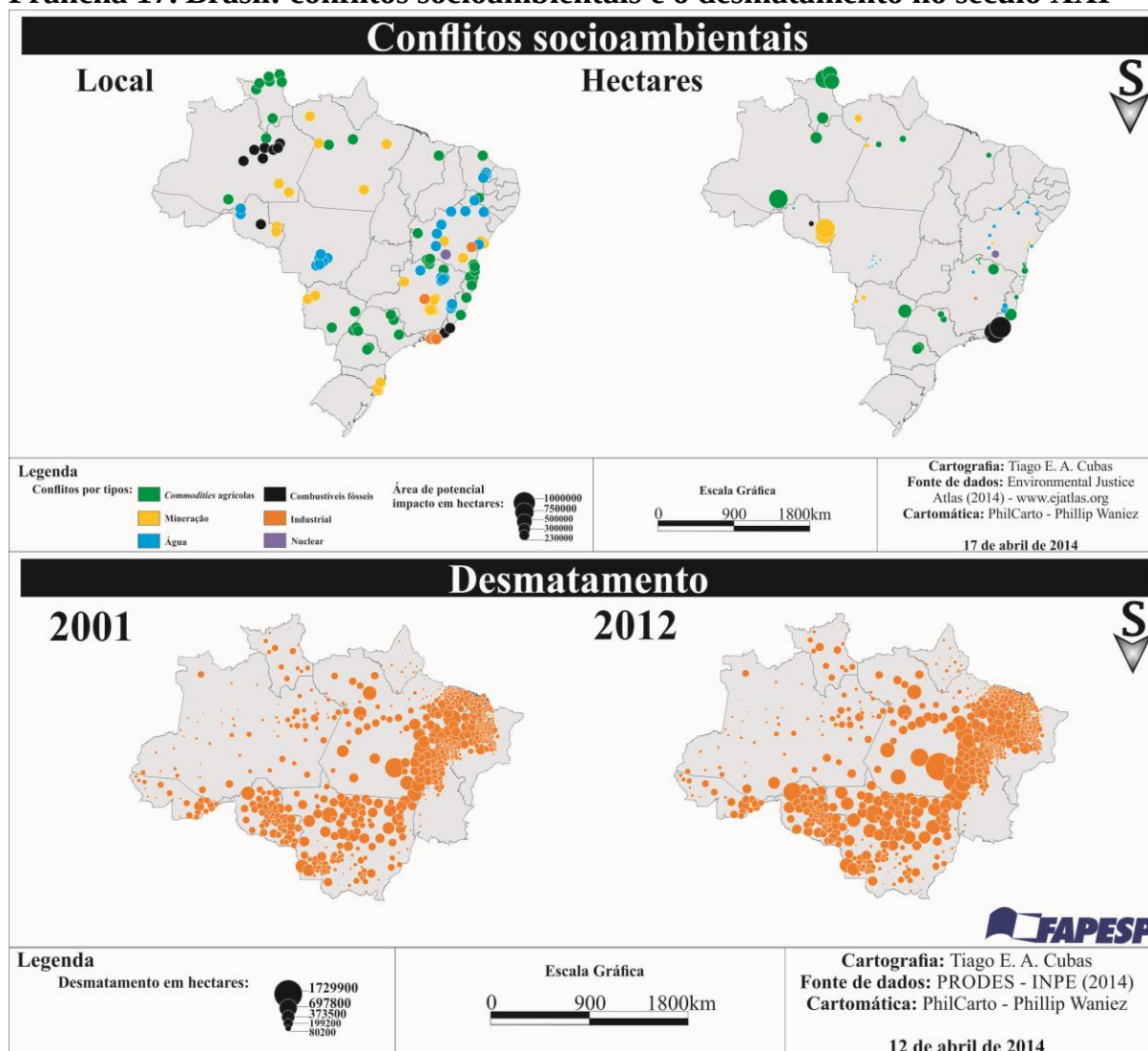
Conflitos socioambientais

Na sobreposição de mapeamento das principais *commodities* produzidas pelo agronegócio, da concentração fundiária no Brasil e a Prancha 16, que abordam o uso de agrotóxicos no século XXI, será possível perceber que há uma relação intrínseca entre eles. Na Prancha 11 foram 10 conflitos relacionados a combustíveis fósseis com uma área afetada em hectares de 2.067.000 hectares; 27 conflitos relacionadas a disputa pela água com uma área afetada de 598.400 hectares; 8 conflitos de ordem industrial com 37.000 hectares

afetados; 2 conflitos de ordem nuclear com 130.000 hectares afetados; 38 conflitos relacionados a áreas produtoras de *commodities* agrícolas com 5.359.700 hectares afetados; e 26 conflitos relacionados a mineração com 2.130.124 hectares afetados.

A Prancha 17 é relativa aos conflitos socioambientais e desmatamento na Amazônia que persistem no limiar do século XXI espacializados pelo Brasil.

Prancha 17. Brasil: conflitos socioambientais e o desmatamento no século XXI



O modelo de desenvolvimento regional, que vem sendo adotado no país nas últimas décadas, tem direcionado os investimentos para o agronegócio concentrando terras e estabelecendo um embate entre diferentes formas de produzir e de se relacionar com a natureza. Em São Paulo, por exemplo, onde há o predomínio da produção de cana-de-açúcar percebe-se que os principais conflitos estão relacionados à *commodities* agrícolas. Merecem destaque conflitos como os de Ribeirão Preto onde a produção de cana-de-açúcar e laranja

acirraram os conflitos ligados às ações trabalhistas e voltados à concentração fundiária, afetando a qualidade de vida da população urbana e rural.

No estado do Mato Grosso além dos conflitos sociais de acesso a terra merece destaque os conflitos relacionados ao acesso à água. Os principais focos de conflitos estão nas regiões das hidrelétricas e envolvem, além de comunidades ribeirinhas, o direito ao acesso, uso e a destinação do recurso. A construção das hidroelétricas de Jirau, no rio Madeira, é mais um exemplo do estranhamento entre os modos de vida das comunidades tradicionais e do projeto de desenvolvimento para a região. A usina surgiu de um projeto de integração regional da América do Sul e em nada contempla os interesses e a maneira como a população local encara e convive com a natureza, pelo contrário, implica na destruição desses modos de vida.

Assim, a complexidade dos conflitos socioambientais aumenta quando se percebe que os atores sociais envolvidos têm interesses variados e contraditórios, mas de modo frequente o que está em jogo é a privatização ou socialização dos bens ambientais, qualidade ambiental, qualidade de vida, preservação de estilo de vida e meios de sobrevivência, equidade e distribuição de riqueza, assimilação de benefícios de investimentos públicos, definição de políticas públicas, defesa de ecossistemas, conservação dos recursos naturais e proteção de áreas (BRITO et al, 2011). Ou se estabelece um diálogo que vá ao encontro dos diferentes modos de encarar a relação da sociedade com a natureza, um impossível diálogo, ou se disputa esses modelos política, social e ideologicamente. Esse impossível diálogo afeta consequentemente as áreas que deveriam estar em preservação, como afirma Girardi (2008) sobre questão da crise do paradigma do agronegócio:

[...] não há necessidade de se derrubar nem mais uma árvore para o *desenvolvimento* da agropecuária no país. Desta forma, toda derrubada de árvore, seja legal ou não, é socialmente injustificável. As autorizações de desmatamento que o governo continua distribuindo mostra a sua conivência com o modelo agrário do país. A atividade *extrativa* madeireira é desnecessária e tem como único fim enriquecer os donos de madeireiras. O discurso de que a população depende dos empregos gerados pela atividade extrativa madeireira não pode ser aceito. (p. 263, grifo do autor).

De modo que a expansão do desmatamento e do desflorestamento é a expressão clara, para este autor, do modelo empregado, que é o sistema do agronegócio⁵⁷. A evidência desses

⁵⁷ A diferença entre 2001 e 2012 para todos os municípios, sem exceção, que foram contabilizados como desmatadores em 2001, acirraram esse processo em 2012. Houve expansão da área desmatada em hectares; nesse quesito os dez municípios que mais aumentaram as áreas desmatadas foram: São Félix do Xingu (PA), Altamira (PA), Porto Velho (RO), Novo Progresso (PA) e Novo Repartimento (PA), Colniza (MT), Cumaru do Norte (PA), Tapurah (MT), Marabá (PA) e Santana do Araguaia (PA). A maioria desses municípios também

conflitos gerados a partir do descompromisso socioambiental tem o foco na agropecuária capitalista, é o desmatamento e desflorestamento recorrente e cada vez mais adentrando a fronteira da Amazônia Legal.

Neste sentido, as ações de “sustentabilidade” na Amazônia parecem muito mais uma falsa resposta à sociedade do que uma vontade efetiva dos governos de conter o processo de ocupação e desflorestamento. O desflorestamento é o caráter mais primário para a delimitação da frente pioneira da fronteira agropecuária. O intenso desflorestamento é resultado da escolha do modelo agrário (que inclui o agrícola) sustentado por todos os governos desde o golpe militar de 1964. No processo de ocupação são cometidos diversos crimes ambientais. (GIRARDI, 2008, p. 140).

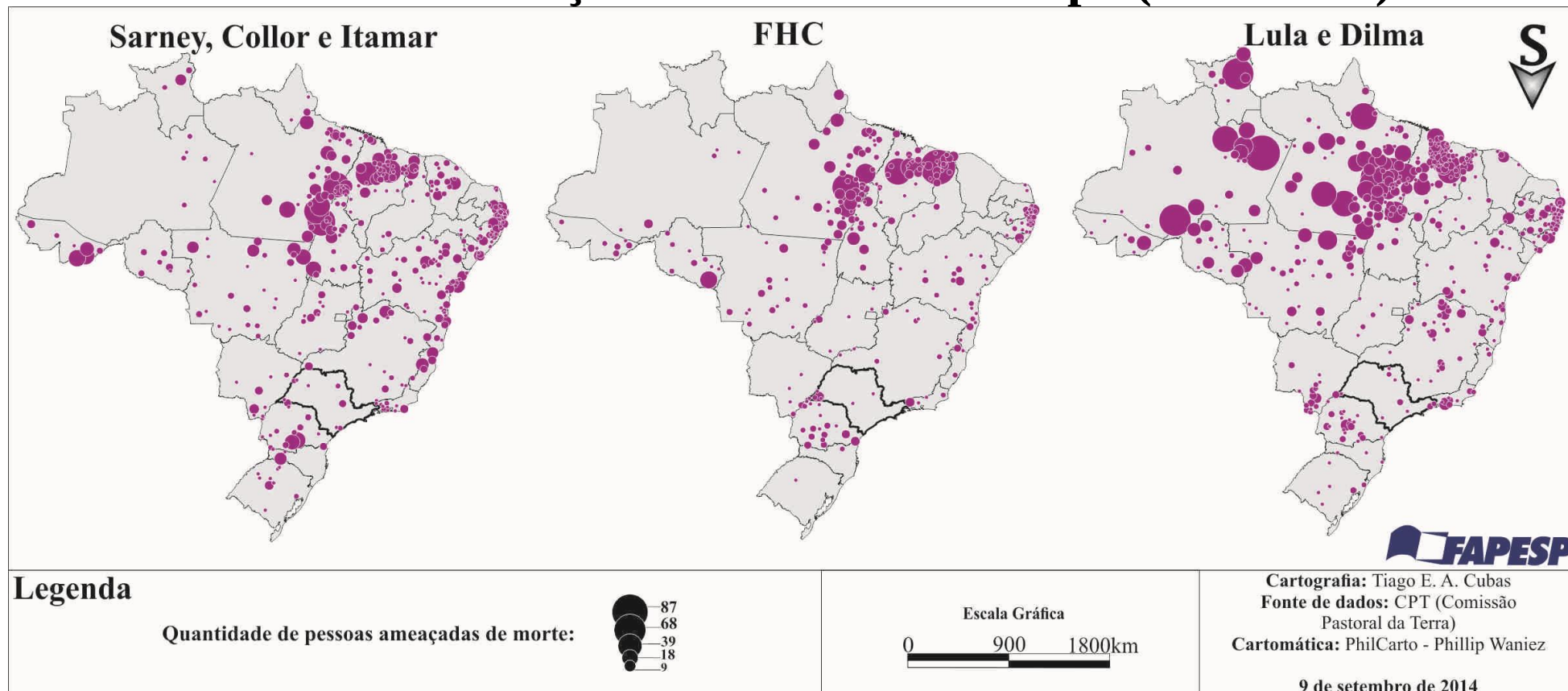
O discurso da falta de alimentos atrelado ao discurso da sustentabilidade são o fetiche do agronegócio materializado na arte da publicidade e da propaganda, em legitimar pelo discurso a manutenção deste sistema de violência e criador de conflitos socioambientais. Esses crimes ambientais só tem sentido na ocupação humana e no desenvolvimento social, em uma perspectiva emancipatória, senão por isso, são apenas mais reflexos do sistema do agronegócio explicitados como “prejuízos necessários” para o um bem comum maior.

Violências físicas contra trabalhadores do campo

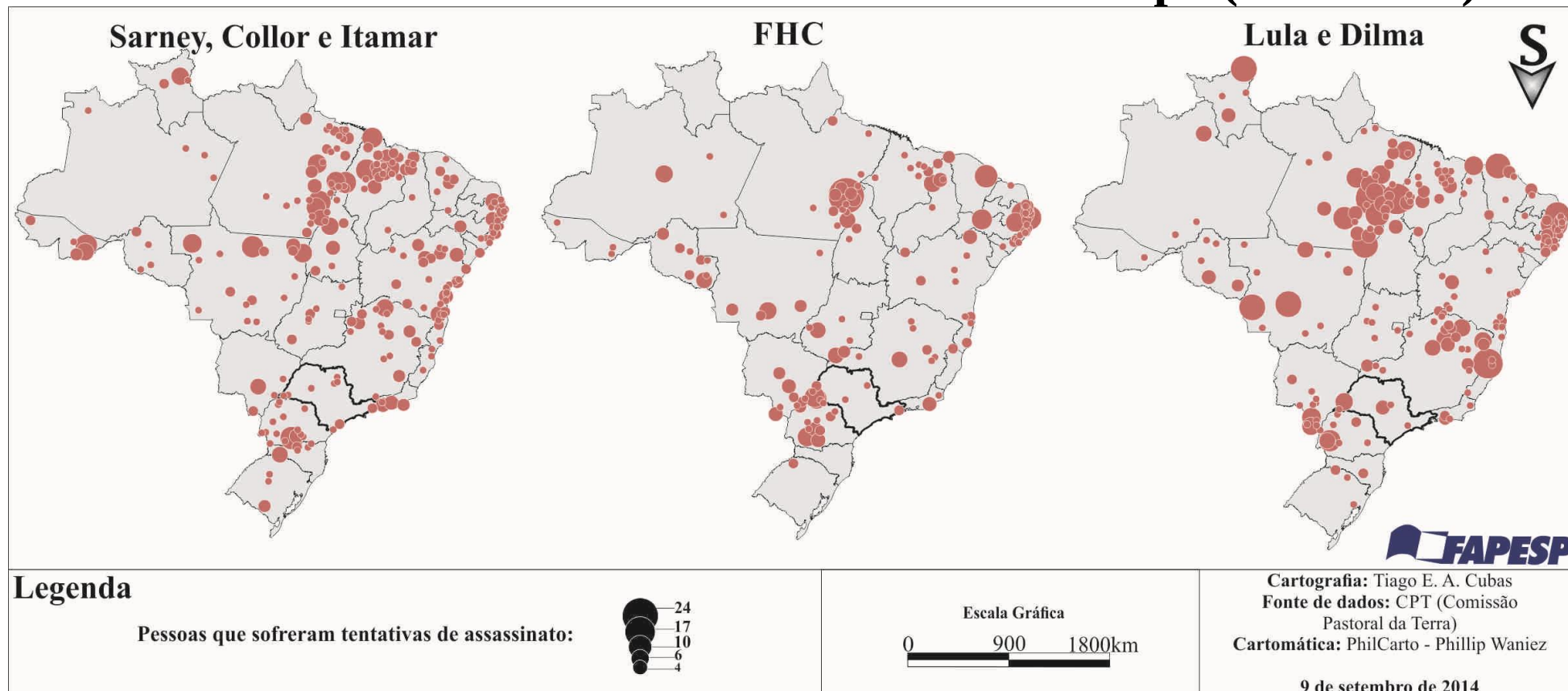
A resposta imediata e mais rápida a qualquer tipo de manifestação por parte da elite agrária é em grande parte a violência física de vários tipos, resultado histórico da maneira das relações entre fazendeiros e escravos, entre fazendeiros e colonos, entre fazendeiros e trabalhadores livres. Quanto a repressão, a tentativa é descredenciar a luta pela violência inerente a ela, são aspectos estruturais de origem e existência que estão em xeque, e o momento da violência é a expressão mais tangível do que é a selvageria do modo de produção capitalista. Vejamos as Pranchas 18, 19 e 20 e o Quadro 12 que representam tal barbárie.

apresentaram de 2002 a 2012 um largo crescimento na produção e expansão na área da monocultura da soja, ou seja, o complexo gado-desmate-soja. No ano de 2012: Pará com 25.291.780 hectares, Mato Grosso com 20.809.090 hectares, Maranhão com 10.551.240 hectares, Rondônia com 8.681.920 hectares, Amazonas com 3.605.805 hectares, Tocantins com 3.033.570 hectares, Acre com 2.066.240 hectares, Roraima com 976.580 hectares e Amapá com 294.520 hectares.

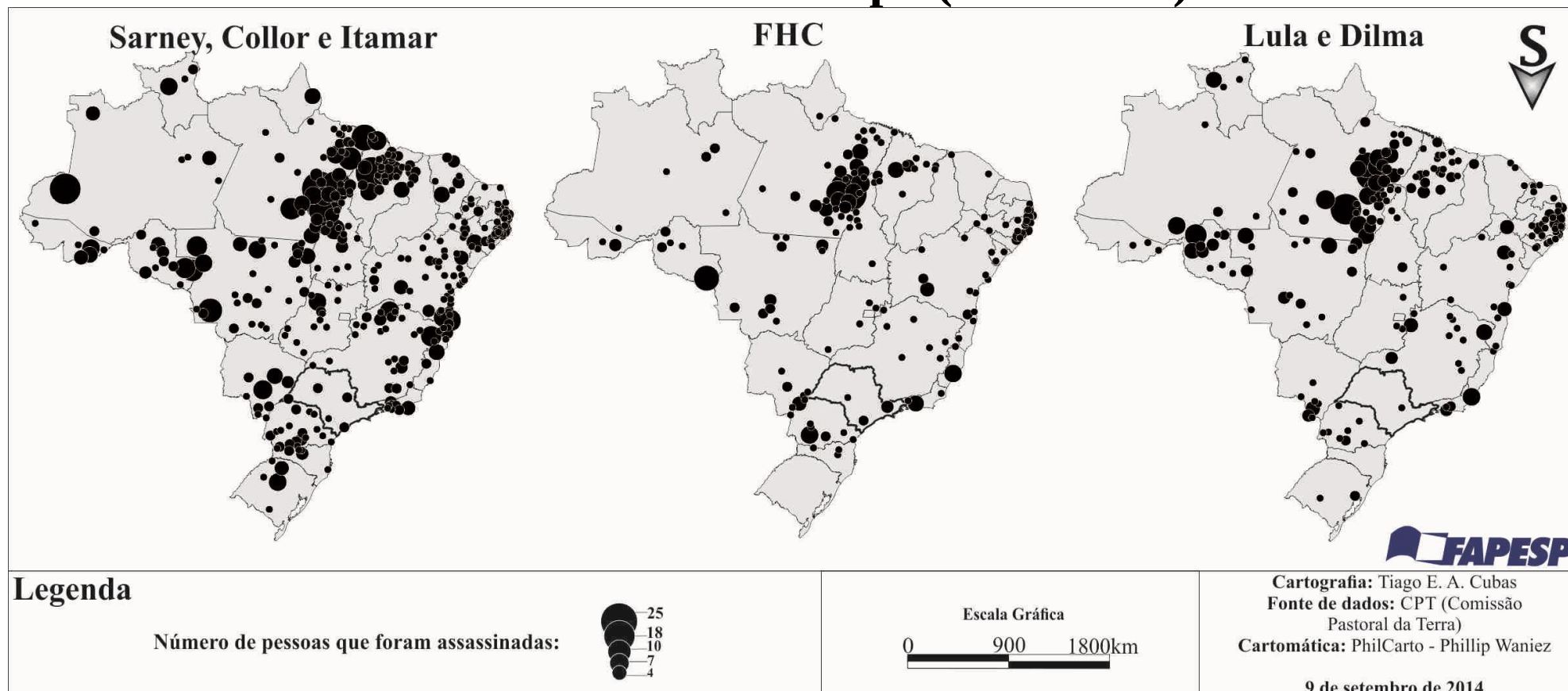
Prancha 18. Brasil: ameaçados de morte no campo (1985-2010)



Prancha 19. Brasil: tentativas de assassinato no campo (1985-2010)



Prancha 20. Brasil: assassinatos no campo (1985-2010)



Quadro 12. Brasil: violências físicas contra os camponeses (1985-2013)

	Sarney, Collor Itamar			FHC			Lula e Dilma		
Estado	A.D.M.	T.D.A.	ASSAS.	A.D.M.	T.D.A.	ASSAS.	A.D.M.	T.D.A.	ASSAS.
Acre	59	19	11	14	3	4	23	1	3
Alagoas	12	5	8	8	7	7	18	12	5
Amapá	4	0	5	8	0	1	6	0	0
Amazonas	10	4	26	11	8	7	324	7	10
Bahia	137	53	60	40	15	18	61	24	19
Ceará	46	11	11	0	10	1	14	20	3
Distrito Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Espírito Santo	33	3	8	7	2	7	3	19	0
Goiás	21	5	11	9	8	4	8	5	3
Maranhão	197	60	68	156	8	18	386	45	30
Mato Grosso	81	41	53	44	15	18	181	39	29
Mato Grosso do Sul	19	9	18	5	14	7	38	23	12
Minas Gerais	50	24	29	14	20	7	79	54	20
Pará	298	61	144	278	54	118	723	138	155
Paraíba	63	17	15	37	25	4	35	37	8
Paraná	57	26	21	45	30	17	46	21	9
Pernambuco	54	14	30	27	34	20	67	16	27
Piauí	35	10	7	128	19	3	41	4	2
Rio de Janeiro	16	12	15	10	7	7	34	7	12
Rio Grande do Norte	3	1	4	2	1	0	1	1	4
Rio Grande do Sul	15	5	12	1	2	0	9	4	3
Rondônia	13	3	30	35	17	18	72	10	31
Roraima	14	8	9	0	0	0	99	19	8
Santa Catarina	14	5	8	2	0	3	3	2	0
São Paulo	11	6	7	14	26	6	14	13	1
Sergipe	21	2	2	0	0	2	4	0	0
Tocantins	120	25	27	42	3	5	78	23	5
Total	1403	429	639	937	328	302	2367	544	399

Fonte: CPT (Comissão Pastoral da Terra), 2013. Org. Tiago Cubas.

A.D.M.: Ameaças de Morte

T.D.A.: Tentativas de Assassinato

ASSAS.: Assassinatos

Ao contrário do que se imagina com a continuidade das lutas e do aumento da participação dos movimentos sociais na vida política do país, a violência não tem diminuído, e isso é mais um dos sinais de que nenhum índice de desenvolvimento humano representa tão substancialmente a realidade brasileira no campo do que a violência e a concentração fundiária. No período de governo Sarney, Collor e Itamar foram registradas 1403 ameaças de morte, 429 tentativas de assassinato e 639 assassinatos; no período de governo FHC foram

937 ameaças de morte, 328 tentativas de assassinato e 302 assassinatos; e no período de governo Lula e Dilma, o que deveria ser o período da descriminalização e do diálogo com os movimentos, paradoxalmente esses números foram tão brutais quanto o primeiro período citado, foram registrados 2367 ameaças de morte, 544 tentativas de assassinato e 399 assassinatos.

No período de 1985 a 1994, os cinco estados mais representativos: Pará foi o estado onde houve o maior número de conflitos, com **144 assassinatos**, 61 tentativas de assassinato e 298 ameaças de morte; Maranhão com **68 assassinatos**, 60 tentativas de assassinato e 197 ameaças de morte; Bahia com **60 assassinatos**, 53 tentativas de assassinato e 137 ameaças de morte; Mato Grosso com **53 assassinatos**, 41 tentativas de assassinato e 81 ameaças de morte; e Pernambuco com **30 assassinatos**, 14 tentativas de assassinato e 54 ameaças de morte. No período de 1995 a 2002: Pará com **118 assassinatos**, 54 tentativas de assassinato e 278 ameaças de morte; Pernambuco com **20 assassinatos**, 34 tentativas de assassinato e 27 ameaças de morte; Maranhão com **18 assassinatos**, 8 tentativas de assassinato e 156 ameaças de morte; Mato Grosso com **18 assassinatos**, 15 tentativas de assassinato e 44 ameaças de morte; e Bahia com **18 assassinatos**, 15 tentativas de assassinato e 40 ameaças de morte. No período 2003 a 2013: Pará com **155 assassinatos**, 138 tentativas de assassinato e 723 ameaças de morte; Rondônia com **31 assassinatos**; 10 tentativas de assassinato e 72 ameaças de morte; Maranhão **30 assassinatos**, 45 tentativas de assassinato e 386 ameaças de morte; Mato Grosso com **29 assassinatos**, 39 tentativas de assassinato e 181 ameaças de morte; e Pernambuco com **27 assassinatos**, 16 tentativas de assassinato e 67 ameaças de morte.

Os assassinatos são a contradição máxima e mais visível de uma disputa, onde o conflito é a expressão emblemática da conflitualidade que informa uma correlação de forças em uma disputa estrutural por modos de vida. O estado de São Paulo participa e fomenta este panorama, pois historicamente legitimou a destruição do modo de vida camponês em favorecimento da concentração de riquezas e de terras, o que se revela também no extermínio das populações tradicionais do estado de São Paulo, principalmente indígenas (MONBEIG, 1984, MARTINS, 1979 e WELCH, 2010).

Violência contra os trabalhadores do campo: a escravidão

Outra maneira de subjugar e destruir os territórios dos trabalhadores rurais, quase tão brutal quanto os assassinatos, tentativas e ameaças de morte, é o regime de trabalho escravo, muito mais comum do que as notícias da grande imprensa veiculam em nosso dia-a-dia. O

trabalho escravo é uma das mazelas mais evidentes e arcaicas do agronegócio, revelando com nitidez a face contraditória desse sistema de relações na apropriação de técnica e tecnologia, ciência e informação, ou (des)informação, a favor da perpetuação da apropriação do excedente da renda da terra na produção dos carros-chefe do agronegócio brasileiro.

A ONG Repórter Brasil define da seguinte maneira o trabalho escravo:

De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, são elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente. O termo “trabalho análogo ao de escravo” deriva do fato de que o trabalho escravo formal foi abolido pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Até então, o Estado brasileiro tolerava a propriedade de uma pessoa por outra não mais reconhecida pela legislação, o que se tornou ilegal após essa data. Não é apenas a ausência de liberdade que faz um trabalhador escravo, mas sim de dignidade. Todo ser humano nasce igual em direito à mesma dignidade. E, portanto, nascemos todos com os mesmos direitos fundamentais que, quando violados, nos arrancam dessa condição e nos transformam em coisas, instrumentos descartáveis de trabalho. Quando um trabalhador mantém sua liberdade, mas é excluído de condições mínimas de dignidade, temos também caracterizado trabalho escravo. (REPÓRTER BRASIL, 2014, sem paginação)⁵⁸.

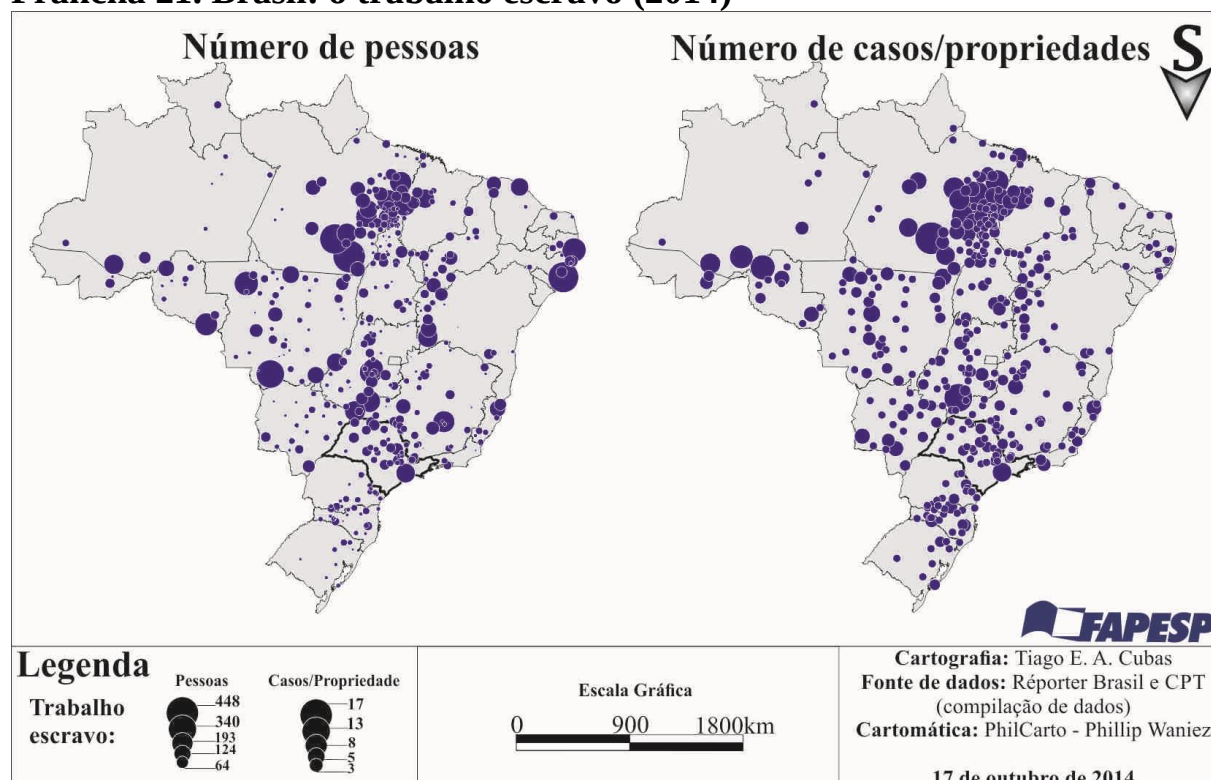
Não é somente uma situação de trabalho degradante, ou com poucas ou nenhuma condições de leis trabalhistas baseadas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o trabalho escravo é uma afronta territorial a perspectiva e modo de vida camponês que se constitui fundamentalmente no trabalho familiar enraizado na autoexploração que não deve ser exprimida na subalternização. Ora, o trabalho escravo além de testemunhar os aspectos mais degradantes do desenvolvimento desigual e contraditório do capital, ele é a destruição total das relações camponesas na terra. Mais uma prova que o capital se apropria também de modos de produção (em técnicas) que não são capitalistas em essência, isso em virtude da maior apropriação possível da renda da terra viabilizando o lucro máximo nas relações com as demandas globais do mercado.

Visualmente é terrível o nível de trabalho escravo num país que é considerado como país em desenvolvimento. A Prancha 21 espacializa o número de pessoas e os

⁵⁸ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/>.

casos/propriedades registrados em flagrantes para o trabalho escravo no Brasil, em mais 90% dos casos/propriedades registrados, estão localizados no que consideramos como rural. As manchas mais significativas de trabalho escravo no Brasil (não que exista alguma mancha que não seja significativa) estão localizadas na ordem: leste do estado do Pará somando-se ao noroeste do estado do Tocantins e oeste do estado do Maranhão; também temos ao norte/noroeste do estado de São Paulo somando-se ao sudoeste do estado de Minas Gerais, sul de Goiás e leste do Mato Grosso do Sul; do sul ao norte do estado do Mato Grosso temos uma faixa significativa também, juntando-se ao noroeste do estado de Rondônia e leste do estado do Acre; na região Sul, podemos observar o centro/norte do estado de Santa Catarina e o sul/sudeste do estado do Paraná com grande destaque. Segue então a Prancha 21 espacializando o trabalho escravo contabilizado no século XXI.

Prancha 21. Brasil: o trabalho escravo (2014)



O total de casos/propriedades no Brasil de trabalho escravo foi 701⁵⁹ com 13.792 pessoas envolvidas nesse regime de trabalho. Dos 701 casos/propriedades registrados em nossa base de dados para representação cartográfica, 266 casos/propriedades (38%) estão

⁵⁹ Coletamos os dados referentes a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e estamos trabalhando na compilação das informações, mas pelo fator do curto tempo para o envio do relatório parcial resolvemos não inserir os dados que não identificam a origem (tipo de produção) onde foram registradas pessoas em regime de trabalho escravo.

diretamente relacionados a criação de gado (de corte ou leite – pecuária); 143 casos/propriedades (21%) estão relacionados direta e indiretamente ao agronegócio brasileiro, especialmente no que se refere a produção das principais *commodities* (Setor sucroalcooleiro, sojicultor, celulose, laranja e café foram responsáveis por 113 casos/propriedades e desmatamento e reflorestamento por 30 casos/propriedades); e 292 casos/propriedades na categoria “outros” (Carvão vegetal e mineral; extração e seringal com 167 casos/propriedades e 125 casos/propriedades em variedades e não identificados).

Após essa constatação específica de que a agropecuária brasileira é responsável por 90% dos casos de trabalho escravo no Brasil, vejamos no Quadro 13, os trinta municípios e a descrição de onde foram encontrados (em que tipo de produção) pessoas em condições de escravidão.

Quadro 13. Brasil: 30 municípios com maior contabilização de registros de trabalho escravo no século XXI

Ranking	Município	Estado	Pessoas	Casos	Descrição
1°	Cumaru do Norte	PA	448	6	4 em criação de bovinos e 2 na construção civil
2°	Rio Largo	AL	401	1	1 na cana-de-açúcar
3°	São Félix do Xingu	PA	388	17	2 em áreas de desmatamento, 14 em criação de bovinos e 1 não identificado
4°	Poconé	MT	340	2	2 na cana-de-açúcar
5°	Juruena	MT	249	1	2 na cana-de-açúcar
6°	Aliança	PE	245	1	1 na cana-de-açúcar
7°	Pimenteiras do Oeste	RO	219	1	1 em criação de bovinos
8°	Rondon do Pará	PA	216	15	6 em criação de bovinos, 7 em áreas de carvão vegetal, 1 em área de desmatamento e 1 não identificado
9°	Trindade	GO	216	2	1 em criação de bovinos e 1 não identificado
10°	Açailândia	MA	211	13	7 em criação de bovinos, 3 em áreas de carvão vegetal, 2 em seringais e 1 não identificado
11°	Paragominas	PA	207	9	7 em criação de bovinos e 2 em áreas de carvão vegetal
12°	Capinópolis	MG	207	1	1 na cana-de-açúcar
13°	Belo Horizonte	MG	203	2	1 numa empresa de segurança privada e 1 na área de construção civil
14°	Marabá	PA	193	8	8 em criação de bovinos
15°	Limeira do Oeste	MG	184	1	1 na cana-de-açúcar
16°	Brejo Grande do Araguaia	PA	182	4	4 em criação de bovinos
17°	Brazabranes	GO	181	1	1 no cultivo de tomate

18°	Jaborandi	BA	174	1	1 não identificado
19°	Tucumã	PA	173	2	2 em criação de bovinos
20°	Boca do Acre	AM	168	7	6 em criação de bovinos e 1 não identificado
21°	Santa Luzia	MA	156	9	8 em criação de bovinos e 1 no complexo de produção soja-milho
22°	Aragarças	GO	143	1	1 na cana-de-açúcar
23°	Paraipaba	CE	141	1	1 não identificado
24°	Itupiranga	PA	139	10	9 em criação de bovinos e 1 no complexo de produção soja-milho
25°	Novo Mundo	MT	132	3	1 em criação de bovinos e 2 na extração mineral (ouro)
26°	São Paulo	SP	130	5	2 na construção civil, 2 no setor têxtil e 1 no cultivo de tomate
27°	Alto Garças	MT	124	1	1 no cultivo de algodão
28°	Porto Velho	RO	115	10	8 em criação de bovinos e 2 na construção civil
29°	Correntina	BA	114	2	2 não identificados
30°	São Mateus	ES	112	4	1 na cultura do café, 1 em criação de bovinos, 1 na cultura do palmito e 1 na cultura do coco

Fonte: Repórter Brasil e CPT (Comissão Pastoral da Terra), 2013. **Org.** Tiago Cubas.

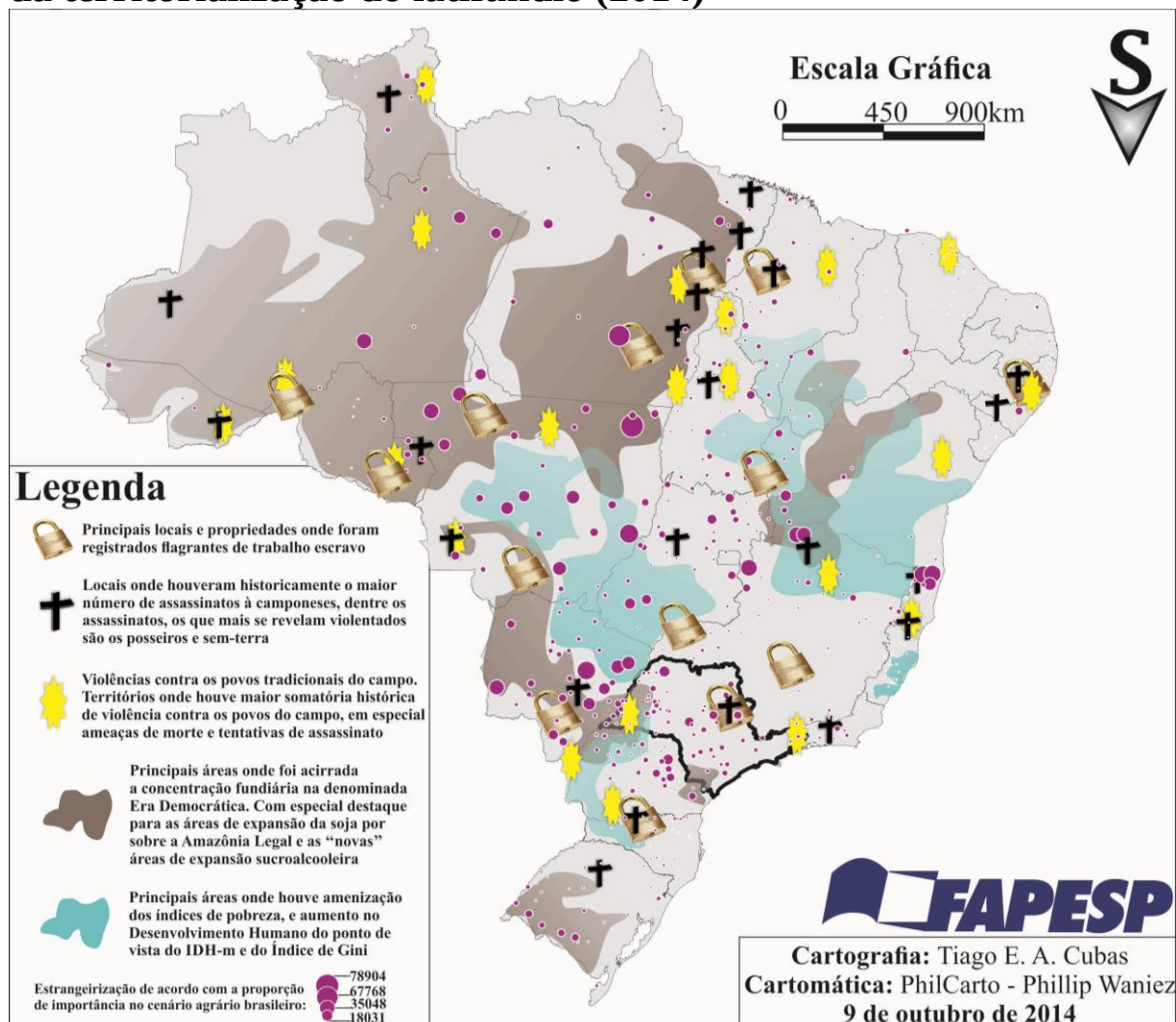
Como síntese das violências sofridas pelos camponeses, na disputa física e materializada nas agressões, tanto contra vida como contra as questões de posse da terra representamos o último mapa deste capítulo, o Mapa 4.

O Mapa 4 sistematiza de modo resumido e na amplitude das expressões de sobreposição territorial esses elementos relacionados as (des)concentrações, violência e trabalho escravo, resultado do sistema agrário brasileiro e mundial, globalizados, paradoxos em modelos de desenvolvimento em disputa que se expressam nas mazelas. Um sistema que repercute na unidade campo-cidade o desenvolvimento desigual e contraditório do capital. Essa é a evidente realidade em disputa, onde as mortes são um grito pela liberdade dos camponeses e pelo incentivo ao modelo camponês de produção, ao protagonismo dessa categoria/classe que luta pela vida e pela qualidade de vida para além do sistema do agronegócio e do capital. Este capítulo se encerra com o intuito de que ao menos tenhamos um panorama da realidade brasileira com vistas às disputas territoriais no estado de São Paulo, para percebermos que o estado faz parte de um modelo implantado em escala nacional, que pode se diferir em muitos aspectos, mas, sobretudo se revela como um centro de difusão de poder do agronegócio, o poder da imagem institucionalizada do “Sou Agro” e no “Aqui tem Agro” que esconde a barbárie, ineficiência e (ir)racionalidade do modelo rentista (CUBAS, 2014).

Conclui-se vislumbrando a capacidade de lobby e de investimentos que recaem sobre os latifundiários de que a disputa do agrário brasileiro é desleal para outros projetos que não o agronegócio-latifúndio, os investimentos de tempo e capital são exorbitantemente maiores para este, isto também contribui para o poder do atraso. O Estado, gerido pelo PT/PMDB (na sua correlação de forças para governar) se coloca como sustentação legal a serviço do agronegócio-latifúndio. A estrutura fundiária concentrada não é somente uma menor escala de acesso a terra, mas principalmente a expansão de áreas a favor do sistema do agronegócio-latifúndio apoiado pelas políticas públicas em massa e que coopta através dos conceitos de modernização agrícola e de campo produtivo a opinião pública, o que de fato é barbárie social (CUBAS, 2012). A reprimarização como entendimento de “desenvolvimento” no limiar do século XXI é uma disputa não só por territórios materiais, mas também por territórios imateriais que legitimam ou desconstroem a agricultura capitalista e a agricultura camponesa. O binômio agronegócio-latifúndio se dá a partir da indissociabilidade entre a uma nova imagem e uma arcaica estrutura de poder, um tipo de crescimento econômico (ineficiente) sinônimo de concentração de riquezas, de terras, e de domínio dos meios de produção.

A conjugação do bárbaro e moderno, do arcaico e do novo! Essa é definição mais expressiva do Mapa 4, resumindo a crise do paradigma do agronegócio. Este também é ineficiente e (ir)racional. Vejamos na sequência a explicação da (ir)racionalidade rentista pautada na lógica hegemônica dos latifundiários e capitalistas que formam a classe ruralista (rentista ou dos proprietários de terra).

Mapa 4. Brasil: (des)concentrações e violências geradas a partir da territorialização do latifúndio (2014)



3. EXPLICANDO A (IR)RACIONALIDADE RENTISTA: a base da formação social patronal no *São Paulo Agrário*

3.1 A (ir)racionalidade rentista no bojo das relações capitalistas no campo

Tanto o *Brasil Agrário* em Girardi (2009) como o *São Paulo Agrário* em Cubas (2012) expõem uma questão agrária repleta de conflitos e de disputa territorial paradigmática para o limiar do século XXI, e este alto índice de conflitos e violências espacializadas no campo brasileiro e paulista ainda hoje é o resultado tangível de um problema estrutural e histórico no Brasil, a concentração da terra que permite o clientelismo político, e a nova cara da (ir)racionalidade rentista no Brasil que é o agronegócio. No contexto deste projeto hegemônico a agricultura capitalista busca subalternizar alguns grupos sociais do campo reduzindo-os a Agricultura Familiar, escondendo algo distinto, que ofereça perigo ao *status quo*, o campesinato mobilizado. É nesse entreposto, da agricultura capitalista que une o agronegócio-latifúndio e a agricultura familiar que o agronegócio esconde sua (ir)racionalidade, apresentando-se como modernidade ele se torna poderoso, pois escamoteia, patrocinado pela imprensa corporativa, a sua verdadeira faceta: atraso e barbárie.

Barbárie que é essencialmente conflitos territoriais materiais e imateriais que desvelam concentração fundiária, (im)produtividade, e a ineficiência do latifúndio em suprir demandas sociais (como pessoal ocupado no campo e produção de alimentos) quando comparada ao grau de investimentos alocados, do público e do privado, sobre este modelo (OLIVEIRA, 2003). E o **atraso** em *A Política no Brasil: lúmpem e místico*⁶⁰ de Martins (2011) explicitando o cerne de nossa questão agrária: “No Brasil o atraso é um instrumento de poder e nada propriamente mudou no período recente, o que confirma sua força estrutural e política”. (p. 18). Onde a força estrutural política é a força estrutural do capitalismo rentista.

O clientelismo político é reflexo da estrutura de poder disseminada a partir do cativeiro da terra, quer dizer, do controle das relações capitalistas e não-capitalistas pelos monopólios da produção e da circulação pela classe ruralista, numa composição híbrida e fracionada de capitalistas e rentistas. Para Paulino (2011b) essas classes⁶¹, não se separam na

⁶⁰ Republicação do original *Poder do Atraso* de 1994 com acréscimos para a Era Democrática (pós 1985).

⁶¹ Este argumento é baseado em Shanin (1983 e 2008), que diz que as classes são uma abstração, não porque não podem ser pensadas como classes sociais, mas porque serão encontradas raramente de forma pura na realidade da questão agrária brasileira.

realidade, por isso dimensionar a questão agrária por meio da questão da terra, do rentismo, é inerente a leitura dialética dos conflitos no campo e na cidade.

Embora existam alguns interesses divergentes entre latifundistas e industriais estes são menores em comparação com os conflitos de classe entre capitalistas e trabalhadores. Latifundistas frequentemente investem em empresas urbanas e capitalistas urbanos adquirem propriedades no campo, em geral, para o prestígio social e por razões políticas, facilitando assim a formação de alianças entre eles. [...] Por meio de formação de alianças e proprietários interesses comuns e capitalistas urbanas resolvidas algumas das contradições entre estas diferentes frações do capital, de modo a manter o seu domínio sobre as classes exploradas na sociedade (KAY, 2009, p. 113)⁶². Esse é o sentido da aliança proveniente da convergência de interesses de classe mencionadas. Não sem razão, Akram-Lodhi, Kay e Borras (2007) discordam das abordagens que colocam no centro da questão agrária a relação entre o capital e o trabalho, como o faz Bernstein (2012). Ao invés disso, entendem que é a terra, ou melhor, o controle sobre ela é que é central para a análise da questão agrária, a qual deve revelar como se dá e quais são os propósitos desse controle. (PAULINO, 2011b, p. 111).

Interpretar barbárie e modernidade, arcaico e novo, passa por compreender a centralidade do debate do capitalismo rentista e do uso (ir)racional da terra. Neste capítulo procuramos contribuir com o argumento da unidade indissociável entre latifúndio e agronegócio, entre barbárie e modernidade, entre arcaico e novo, a partir da (ir)racionalidade rentista que exclui/expropria/marginaliza paradoxalmente os agricultores efetivos do lugar da (re)produção da vida, a terra.

Conversão do lucro suplementar em renda fundiária e poder para Marx

Karl Marx contribui de modo decisivo para compreensão de nossa questão agrária quando trata sobre a questão da terra (rentismo) no capitalismo em seu *Livro III, O Processo Global de Produção Capitalista* (1974 [1894]). Para ele o rentismo é uma categoria inerente ao capitalismo, e Marx busca nessa obra expor a racionalidade de colocar a terra para produzir e a (ir)racionalidade de usar a terra como valor de troca, como terra de especulação sem explorá-la em sua função social, porque segundo ele mesmo, foi o próprio modo de produção capitalista que colocou a terra para produzir em escala social.

⁶² Tradução própria.

Neste subcapítulo, brevemente queremos introduzir os conceitos centrais do *Livro III do Capital* tão fundamental para compreendermos a (ir)racionalidade rentista e o problema da terra no Brasil na era da globalização.

Quando a renda fundiária constitui preço de compra ou valor de solo, para Marx, esta se torna “uma categoria que a primeira vista se revela irracional, como o preço do trabalho, pois a terra não é produto do trabalho, não tendo portanto valor algum” (MARX, 1974 [1894], p. 715), e essa (ir)racionalidade esconde-se no desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no Brasil como fim que justifica o meio. Em Marx deve existir aí uma relação real de produção, onde a renda da terra não está baseada na venda da propriedade, nem pode ser explicada por isso, mas existe por causa da apropriação fundiária com taxaço a sociedade sobre o uso deste solo.

Parte dessa condição prévia está em despir o trabalhador do meio de produção e deixá-lo somente com o domínio de sua força de trabalho – como na origem deste modo de produção, a exploração que gera lucro pela mais-valia incorporada do trabalhador pelo capitalista – e o meio de produção nesta análise é a terra; sem chegar a terra, o trabalhador não se emancipa a lógica de produção, e mesmo quando chega a terra, isso não é garantia. Assim a redistribuição de terras não é senão um processo clássico e devido a instrumentalização e valorização do agricultor para fomento do modo de produção e das relações capitalistas por excelência, como apresenta Marx.

É possível afirmar, segundo Martins (1979 e 2011) e Oliveira (2003 e 2007), que no Brasil o monopólio da terra permite como premissa a sustentação do modelo rentista. As nossas considerações sobre as tabelas e mapas que virão é a de que, quem produz no Brasil é refém de quem controla a terra e por isso os monopólios de produção e circulação se apropriam do lucro excedente gerado na renda da terra.

Neste sentido o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e segue sendo o fundamento permanente do modo capitalista de produção, assim como de todos os modos de produção anteriores se baseava na exploração das massas de uma ou outra forma. A propriedade da terra e o latifundiário, para quem a terra não representa outra coisa senão que determinado imposto de dinheiro em troca, mediante seu monopólio, do capitalismo industrial, arrendatário: que rompe os vínculos a tal ponto, que o latifundiário pode passar toda sua vida em Constantinopla, mesmo que sua propriedade seja na Escócia. (MARX, 1974 [1894], p. 796).

O preço da terra é gerado a partir dessa apropriação. “O preço da terra não é outra coisa que a renda capitalizada, e por fim antecipada” (MARX, 1974 [1894], p. 1029). A

perversão desta renda está para Marx, nas palavras do “verdadeiro descobridor” da renda fundiária, James Anderson, o qual diz que todos os esforços para melhoria e produtividade da agricultura não tem sentido “enquanto tais melhorias sirvam para aumentar o valor da propriedade e o montante da renda do proprietário” (p. 712) em detrimento do estímulo ao agricultor efetivo, o trabalhador agrícola, ter sua situação melhorada. Quer dizer, o latifundiário ganha muito, sem fazer quase nada, e em muitos casos, sem fazer nada.

Em todas as partes onde as forças naturais sejam monopolizáveis e assegurem ao industrial que lhas empregue um lucro excedente tratando-se de uma queda d’água, de uma mina frutífera, de águas abundantes em pesca ou de um solar bem localizado, a pessoa cujo o título sobre uma porção do globo terrestre caracteriza como proprietário desses objetos naturais interceptam lucro excedente, na forma de renda, subtraindo-o do capital ativo, aquele que detém o privilégio de dono desses recursos em virtude do título de propriedade sobre uma parcela do globo terrestre. (MARX, 1974 [1894], p. 887).

As contradições dos investimentos de capital na terra pelo dono da terra e pelos arrendatários desvelam a constatação de Marx de que quanto mais se investe na terra, em benfeitorias e beneficiamentos, mais se enriquece, no pressuposto da renda fundiária ao latifundiário, que vez por outra toma (e quer tomar) sua terra novamente com esse valor embutido. “Uma coisa para ser vendida basta que seja suscetível de monopólio e alienável” (p. 727).

Vende além da terra, o solo melhorado, o capital incorporado a terra e que nada lhe custou. Aí está um dos segredos – se abstraímos do movimento de renda fundiária propriamente dita – do enriquecimento ascendente dos proprietários das terras, do aumento contínuo das suas rendas e do valor monetário crescente de suas propriedades com o progresso do desenvolvimento econômico. Assim embolsam o resultado produzido pelo progresso social sem qualquer interferência da sua parte, pois nasceram para consumir os frutos. Este é um dos maiores obstáculos a racionalização da agricultura, pois o arrendatário evita todas as melhorias e dispêndios de que não pode esperar completo reembolso durante o prazo do arrendamento (MARX, 1974 [1894], p. 711-712).

Esse entrave é resultado do domínio rentista sobre o lucro excedente apropriando-se de algo que ele não produziu, em suma, “o monopólio sobre um pedaço do globo terrestre capacita o intitulado proprietário para cobrar, impor o gravame. [...] esse tributo, como a renda fundiária, determina o preço da terra, o qual nada mais é, conforme vimos, que receita capitalizada de aluguel da terra” (p. 717). No entanto, não pode se justificar, como já foi asseverado, pela capacidade de compra e venda a renda fundiária. É justificativa torpe,

segundo Marx, do preço da terra pela sua capacidade de mercantilização. Ele diz que isso é justificar sua existência a partir de sua existência, não tem sentido em si.

A circunstância de a renda fundiária capitalizada se configurar no preço ou no valor da terra, e de a terra por isso ser comprada e vendida como qualquer outra mercadoria, é para alguns apologistas o motivo para justificar a propriedade fundiária, pois o comprador terá pago por ela, como por qualquer outra mercadoria, um equivalente, e a maior parte das propriedades fundiárias teria assim mudado de mãos. A mesma argumentação legitimaria também a escravidão, pois, para o senhor que pagou o dinheiro pelo escravo, o rendimento do trabalho deste representa apenas o juro do capital que empregou para comprá-lo. Justificar que renda fundiária por ela ser comprada e vendida significa justificar sua existência com a própria existência (p. 716).

Não se pode justificar a renda fundiária em si, essa é a brecha da (ir)racionalidade do latifúndio brasileiro pois a renda da terra atinge ao trabalhador, porque ele produz tanto o necessário como o excedente que é apropriado em ambas situações pela relação capitalista gerando mais-valia e assim lucro. “Se o trabalho do trabalhador individual se divide em necessário e excedente, o trabalho global da totalidade da classe trabalhadora pode dividir-se de maneira que a parte que produz os meios de subsistência necessária à classe trabalhadora (inclusive os meios de produção exigidos para esse fim) executa o trabalho necessário à sociedade toda” (p. 726). O restante do trabalho é excedente e não essencialmente agrícola.

Esse é um princípio geral da apropriação do destituído trabalhador dos meios de produção gerando subsistência a humanidade que é colocada na conta dos capitalistas. Isso é mais tangível na agricultura porque é daí que vem toda sustentação alimentar.

Sobre o monopólio da terra e da renda da terra, eles estão intimamente ligados as lógicas gerais e racionais do capitalismo se desenvolver, como o fato de cada vez menos população no campo e mais efetividade na produção pelo investimento de capital nas terras. Qual seria então a peculiaridade da renda da terra para Marx (1974 [1894]):

A renda fundiária só pode desenvolver-se como renda monetária no sistema de produção de mercadorias, mais precisamente na produção capitalista, e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se torna produção de mercadorias; portanto, na mesma medida em que a produção não agrícola possui em relação à agrícola desenvolvimento autônomo, pois é na medida desse desenvolvimento que o produto agrícola se torna mercadoria, valor-de-troca e valor. [...] E na mesma medida em que aquela aumenta desenvolve a capacidade da propriedade fundiária de apoderar-se – em virtude do monopólio da terra – de parte crescente de mais-valia, e de elevar por isso o valor da sua renda e o próprio preço do solo. O capitalista todavia é um agente automático do desenvolvimento da mais-valia e desse produto excedente. O proprietário de terra só tem de apoderar-se da porção, que cresce sem sua interferência, do produto excedente e da mais-valia (p. 732).

A característica peculiar da renda fundiária em Marx é que “com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições em que se realizam esses valores, desenvolve-se o poder do proprietário fundiário de apropriar-se de porção crescente desses valores criados sem interferência dele, e, portanto, a crescente da mais-valia se transforma em renda fundiária” (p. 733). A renda fundiária é dada a partir de uma relação social no cerne do modo capitalista de produção.

A base das relações sociais de produção capitalista

As relações de produção são como relações entre homens que se apropriam do espaço na expressão de sua essência tomando formas. As relações que formam marcas no espaço geográfico por meio da produção capitalista refletem uma produção específica social, marcas territoriais e disputas que desenham as relações sociais e a apropriação do espaço pela lógica dos poderes.

As relações capitalistas em essência, segundo Oliveira (2007), dispensam tempo em “separar” os trabalhadores dos meios de produção, em outras palavras, o mercado de trabalho deve ser a instância final da expropriação do trabalhador de qualquer propriedade e meio de produção que não seja sua força de trabalho. O salário então é dado a partir de uma relação social desigual que coloca na conta a mediação que é dada pela taxa de lucro média dos capitalistas em geral apropriando do excedente que só o trabalhador pode produzir, para além de sua sobrevivência. Assim, os capitalistas os ensinam convenientemente que a riqueza vem do capital e é dada por essa relação, por isso o trabalhador deveria se sentir honrado em ser explorado. Martins assevera sobre o trabalhador “ele se torna estranho diante da própria obra” (1981, p. 156), isto é tido como alienação, a ideologia do capitalismo.

Oliveira (2007) diz que a prerrogativa do contrato social é a individualização do sujeito e a sua igualdade jurídica que se desdobra em desigualdade a partir do momento que o trabalhador, destituído dos meios de produção, é incorporado em seu trabalho pelo capital gerando riqueza ao capitalista. Este autor nos elenca duas maneiras do capital se realizar no campo brasileiro:

Para exemplificar essa colocação, basta lembrar os movimentos grevistas dos bóias-frias de Guariba, em São Paulo no ano de 1984. Nesse caso, a greve dos cortadores de cana-de-açúcar e dos apanhadores de laranja foi eminentemente urbana. Trabalhadores rurais fazendo greves nas cidades — esse é o fato

qualitativamente novo no campo brasileiro. Esse fenômeno decorre de alterações nas relações de produção na agricultura, pois agora a colheita pode ser feita pelas indústrias de suco, no caso da laranja. A etapa final do processo produtivo no campo (aquela que emprega ainda o maior contingente da força de trabalho) não é mais controlada pelo agricultor. Fracionou-se o processo produtivo em função da necessidade tecnológica da indústria.

Outra característica das relações de produção no campo sob o modo capitalista de produção decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo. Para exemplificar esse fato, basta lembrar o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura, ou então recorrer ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas recentes mostram uma participação massiva das *family farms*, isto é, da produção baseada no trabalho familiar. Assim, a agricultura norteamericana também não tem seu suporte nas *corporate farms* e sim nas *family farms*. Esse mesmo fenômeno ocorre também na maioria dos países da Europa. (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

O fracionamento do processo produtivo é não só a mobilização do trabalhador do campo e da cidade, mas especialmente, a disputa entre capitalistas e latifundiários por maior domínio do excedente do lucro gerado pela apropriação da terra. A outra característica é a contradição do capital, que quando se expande no campo, expande também a atividade familiar, onde são majoritárias relações não capitalistas de produção (CHAYANOV, 1981 e OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2007) fala sobre a essência da contradição do desenvolvimento capitalista:

[...] processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a *produção* do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. [...]. Assim, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital [...]. Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p. 11-12)

O aprisionamento da mais-valia se dá no processo de circulação já que ele não se realiza no processo de produção na sua totalidade, então é apropriado na troca de mercadoria por dinheiro e que gera uma mercadoria (super)valorizada aprisionando a mais valia em si. “Numa palavra, é na produção que a mais-valia é gerada. Entretanto a sua realização só se dá

na circulação dessa mesma mercadoria. É, pois, no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, e, portanto apropria-se da mais-valia, que é trabalho social não pago” (OLIVEIRA, 2007, p. 20). Ou seja, o dinheiro que compra a matéria prima já não é mais o mesmo, mas tem o valor agregado da exploração do trabalho e da renda terra, e se torna mais dinheiro na mão do capitalista que detém o controle da circulação. A importância então de compreender a renda da terra a partir da Marx é: “renda da terra torna-se um conceito importante para o entendimento desse processo de subordinação a que o camponês está sujeito, e importante também para a compreensão dos setores capitalistas da agricultura em relação aos grandes monopólios capitalistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 34).

O questionamento que temos então é: como esses excedentes de apropriação do capital e do dinheiro se transferem para terra? Se tomarmos como base as construções de Oliveira (2007) que o “O capital é, pois a materialização do trabalho não-pago ao trabalhador. É, portanto, a mais-valia expropriada do trabalhador. É a fração do valor produzido pelo trabalhador que se realiza nas mãos do capitalista” (p. 38), podemos aferir que só interessa ao capitalista a produção do capital e só por ele se dá essa produção de capital, porque ele é “proprietário” do trabalhador pelos meios de produção.

A diferença então entre o capital e o dinheiro se faz essencial porque o dinheiro que fica com o trabalhador não permite que ele se torne um capitalista pois este é “fração do capital em suas mãos, o trabalhador quando consegue, não acumula capital, e sim dinheiro. O dinheiro é o equivalente geral de troca na sociedade capitalista” (OLIVEIRA, 2007, p. 38). Essa diferenciação é essencial quando se olha para a estrutura fundiária brasileira e o cativeiro da terra, pois quando se tem uma terra somente para especular não se faz dinheiro capital, “trata-se de uma aplicação de dinheiro igual àquela feita no sistema financeiro” (OLIVEIRA, 2007, p. 38), a diferença é o juro sobre o dinheiro que foi ali aplicado.

De uma maneira ou de outra, transformando a terra e produzindo capital com ela a partir da **compra ou arrendamento** para a produção no controle dos meios de produção. A prática é **cobrar um tributo a sociedade por reter a terra sob suas mãos e sob sua tutela**, numa apropriação direta da renda da terra, ou ainda produzindo contraditoriamente relações não-capitalistas que permitem alimentar a subalternização dos trabalhadores nesta terra, em outras palavras para Oliveira (2007), pela subordinação da renda da terra. Por isso, quando olhamos para as tabelas e gráficos produzidos a partir dos números da cadeia produtiva do agronegócio, só a conta fechada aparece, dando a impressão da sustentabilidade do sistema. Mas quando tomamos por faixas de produção em grupos de área, é nítida a referência de que a

maior escala de taxa de lucro está na especulação das propriedades, os latifúndios, e na subordinação da renda da terra do campesinato na sua eficaz capacidade produtiva⁶³.

A barbárie e a modernidade no Brasil estão na compreensão de que se fechamos a conta sem dar a devida atenção aos extratos de produção e de produtores, incorremos numa grave referência ao agronegócio como produtor das riquezas do país, quando de fato, os pequenos (com maior destaque) e os médios são os grandes responsáveis ainda pelo alto grau de produtividade com maior valor por hectare na produção de modo independente da cadeia produtiva do agronegócio. O monopólio da circulação, especialmente para os casos da cana e da laranja, e do gado leiteiro é a grande sacada do agronegócio para subordinação da renda da terra dos pequenos e médios, já a soja, o complexo eucalipto/pinus-celulose-papel e o gado de corte são destacados a partir do monopólio da produção, num confronto interno e intenso entre as frações de classe, representantes do controle de circulação e as outras do controle setorial de produção e apropriação da produção para beneficiamento.

A renda da terra para compreensão do capitalismo rentista: diferencial, absoluta e pré-capitalista

Em essência a renda da terra é essa fração suplementar permanente do lucro capitalista que explora a terra pelos vieses possíveis de apropriação, segundo Marx (MARX, 1974 [1894], e apud OLIVEIRA, 2007), renda da terra diferencial, renda da terra absoluta e de monopólio, e renda da pré-capitalista (ou não capitalista). Para conhecer um pouco mais sobre a renda da terra e o rentismo, vamos averiguar um pouco mais sobre cada tipo de renda da terra. Sabendo que os tipos de renda não acontecem dissociados, mas simultaneamente e, em algumas vezes, contraditoriamente. De acordo com a ordem da abordagem de Marx, a renda diferencial primeiro.

A **renda da terra diferencial** é fruto da concorrência entre os próprios capitalistas, e ela existe com terra particular ou estatal, de fato ela existe quando a terra é colocada para produzir (esta é a renda comparada e diferencial pois dá o seu valor na diferença entre o preço conseguido pela matéria prima em razão da quantidade produzida por meio da qualidade dos

⁶³ A diferença entre a produção capitalista e a camponesa por essência não capitalista: “Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D — M — D$ na sua versão simples, e $D — M — D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M — D — M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

solos) (OLIVEIRA, 2007). É dividida entre **renda diferencial I e II**, a renda diferencial I se refere aos aspectos naturais da terra (fertilidade e localização) e renda diferencial II (investimento e insumos para produtividade), ou seja, a primeira independe do capital aplicado e a segunda depende do capital aplicado. A renda diferencial é uma combinação desses dois tipos que se complementam no processo produtivo e na equação final em reação a renda diferencial.

Os latifundiários mantêm sua produção acima do nível de produtividade, mas não cumprem nenhuma das outras variáveis que compõem a função social da terra. A renda diferencial obtida sem trabalhar a terra é tão reconfortante que manter esta terra parada, ou quase parada é uma grande maneira de acumular capital, já que a grande maioria da produção em si vem das pequenas e médias propriedades.

A renda diferencial I é em suma para Marx:

[...] decorre da produtividade diversa de aplicações iguais de capital em terras de área igual e fertilidade desigual, de modo que a renda diferencial era determinada pela diferença do capital empregado na pior terra, desprovida de renda, e do capital empregado em terra melhor. Tínhamos então investimentos paralelos de capital em áreas de diferentes solos, e assim a cada novo emprego de capital correspondia a cultura mais extensiva da terra, ampliação da superfície cultivada. Mas, no fim das contas, a renda diferencial era objetivamente apenas o resultado da produtividade diferente de capitais iguais, aplicados em terras. (MARX, 1974 [1894], p. 771)

A lei que é gerada a partir da fertilidade do solo na diferença entre o pior solo e o melhor solo para produção é, dos melhores para os piores:

Esta lei diz que quando um país tem a expansão de sua agricultura a partir dos terrenos mais férteis para os menos férteis, aqueles proprietários que detêm o monopólio das "melhores" terras aumentarão suas rendas na proporção direta em que os "piores" solos passarem a ser cultivados, em decorrência da necessidade crescente da produção de alimentos. Quando esta situação acontece, haverá sempre uma pressão política dos agricultores dos solos mais férteis no sentido de que o Estado apoie a expansão da agricultura nos "piores" solos, que só será possível com o aumento dos investimentos de capitais que gerarão a renda diferencial II, outro tipo, portanto, de renda diferencial. (OLIVEIRA, 2007, p. 46).

Dos piores para os melhores:

[...] segunda lei: toda vez que a expansão da agricultura se faz dos terrenos menos férteis para aqueles mais férteis (fertilidade natural, obviamente) ocorre uma elevação da renda na proporção direta destes aumentos na fertilidade natural dos solos. Isto faz com que os agricultores se apressem na corrida para monopolizarem aqueles solos tidos como de maior fertilidade natural (p. 47).

Outro fator que se refere a renda diferencial I é a localização e por isso, a variável das terras férteis se relativiza em razão da capacidade e eficiência do transporte e escoamento da produção. A localização geográfica se torna um fato estratégico para incentivo da produção no custo operacional que viabiliza a renda da terra positiva. Este é o fator decisivo para a cana no estado de São Paulo, e uma das razões contundentes porque a madeira em toras para celulose tem se expandido dentre os “seus” territórios. A cana é extremamente perecível e transportada em sua grande maioria pelo modal rodoviário, então quanto maior a distância das usinas para beneficiamento, mais encarecida e custosa fica a produção deste bem. Além de que depois disto tem o outro momento, que é da circulação dessa produção beneficiada, que também é realizada em grande parte pelo modal rodoviário, enquanto a produção de toras de celulose se desloca como celulose em boa parte pelo modal ferroviário, o que barateia o seu custo de produção. Justamente por essa flexibilidade no que se refere a localização e ao encurtamento temporal das distâncias com as tecnologias que Oliveira conclui:

[...] é possível afirmar que o efeito da fertilidade natural atua com mais força do que o efeito da localização na formação desse tipo de renda, pois, enquanto o primeiro é uma força natural monopolizada, o segundo pode, e é, com o desenvolvimento da tecnologia, profundamente alterado. É em função dessa realidade que os capitalistas passam a investir no aumento da fertilidade do solo, colocando corretivos, fertilizantes, etc., e investindo em melhoria das sementes. Ou seja, investem mais capital por unidade de área, e a renda que aparece decorrente destes investimentos é de outro tipo: a **renda da terra diferencial II**. (OLIVEIRA, 2007, p. 52, grifo do autor).

Este é o momento onde entra o efeito direto de investimento do capital, a renda diferencial II, que privilegia quem detém o capital para o investimento na direção da eficiência da produção. Se olhássemos para os dados da cadeia produtiva do agronegócio incorporando tudo o que é produzido sem um esquema de grupos de área de produção, poderíamos sugerir que essa renda funciona bem para o agronegócio. Mas não é o que acontece na realidade, porque ele se apropria da eficiência do campesinato.

A renda diferencial II para Marx, é uma expressão da renda diferencial I, quer dizer, a diferencial II depende da diferencial I. No estudo da renda diferencial II cabe destacar os seguintes pontos.

Primeiro: A base é o ponto de partida, no domínio histórico ou considerando-se o movimento dela em cada época particular, é a renda diferencial I, isto é, o cultivo simultâneo, paralelo, de vários tipos de solo com fertilidade e localização diversas; por conseguinte, o emprego simultâneo, paralelo, de partes disitintas da totalidade do capital agrícola em áreas de qualidade diferente. [...] Antes de mais nada está a assertiva de que a renda diferencial I

é o fundamento histórico donde se parte. Demais, o movimento da renda diferencial II em cada momento histórico dado só se efetiva num domínio que por sua vez constitui a base diversificada da renda diferencial I.

Segundo: Na renda diferencial II, à diferença na fertilidade acrescem as desigualdades na maneira como se reparte entre os arrendatários o capital (e a capacidade de crédito). (MARX, 1974 [1894], p. 773-774).

Ela é baseada e tem como substrato a renda diferencial I. A diferença básica então entre a renda diferencial e a renda absoluta é que a primeira parte da competição a partir de variáveis naturais e antroporfismos nos terrenos, e a segunda parte da concentração (monopólio) da terra para geração de renda da terra a partir do pior solo, que Marx chama de A (renda diferencial absoluta).

Caracteriza-se a renda diferencial o fato de o proprietário só apoderar-se aí do lucro suplementar que o arrendatário noutra hipótese embolsaria e em certas circunstâncias realmente embolsa enquanto vige o contrato de arrendamento. A propriedade fundiária causa apenas a transferência de um acréscimo ocorrente no preço da mercadoria e que se converte em lucro suplementar, a transferência dessa fração do preço, de uma pessoa para outra, do capitalista para o proprietário [de terra]. Esse acréscimo não provém da ação da propriedade fundiária, mas decorre do preço de produção determinado pela concorrência e regulador de mercado. Mas, a propriedade fundiária não é a causa que gera esse elemento componente do preço, ou a elevação do preço da qual provém esse componente. Entretanto, se o terreno A, o pior, não puder ser cultivado – embora esse cultivo proporcione o preço de produção – enquanto não produzir um excedente sobre esse preço de produção, uma renda, então a propriedade passa a ser a causa geradora dessa elevação de preço. E a propriedade mesma gera a renda. (MARX, 1974 [1894], p. 868)

Não é para Marx, olhando para renda da terra de Davi Ricardo, a apropriação da renda da terra pela mera propriedade jurídica, mas apropriação desta renda pela produção para valorização da propriedade privada. Assim, só a causa do monopólio do solo pode converter o excedente de valor dos produtos agrícolas por cima do seu preço de produção em um fator determinante do seu preço geral de mercado, assim, é a renda da terra do monopólio que gera o encarecimento do produto (para o mercado interno) segundo Marx.

No entanto, quando segmentados a quantidade de produção por grupos de áreas e por valor de produção podemos observar que isto não é verdade para o Brasil e muito menos para o estado de São Paulo. A renda diferencial II é mascarada pelo investimento em insumos e por uma suposta capacidade de produção do latifúndio, o que não é verdade quando há uma comparação com o que o pequeno produtor faz com muito menos investimento. “Assim, a renda da terra diferencial II, tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista na

agricultura” (OLIVEIRA, 2007, p. 55). Por isso que programas de colonização territorial, como o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados), são tão pressionados pelos capitalistas a uma realização por parte do estado, para gerenciar estes solos menos férteis “incorporando-os ao processo produtivo” (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

A renda da terra, em qualquer um dos seus tipos é o excedente acima do valor das mercadorias, não somente a exploração da produção de valor pelo trabalho assalariado, ou a mais valia, mas a especulação desses valores por diversas origens nesta fração extraordinária. Quando é concorrência entre capitalistas é renda da terra diferencial, quando **é monopólio é renda da terra absoluta**. Assim a renda capitalista da terra tem sua origem na distribuição da mais-valia, ou seja, a condição de ser proprietário de terra lhe garante essa renda extra, o capitalismo rentista na base do modo de produção. A terra lhe dá direito a receber renda e forma essa classe, de proprietários de terra que recebem em virtude da especulação. “É dessa forma que o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre a terra pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o “pior solo” (que não deveria pagar renda) possa também auferi-la, a renda da terra absoluta” (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

[...] pode-se afirmar que a renda da terra absoluta advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações de classe na sociedade capitalista e o poder de monopólio de uma delas, exercido no processo produtivo da agricultura sobre o solo. Ela pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra (OLIVEIRA, 2007, p. 57).

A contradição da **renda da terra pré-capitalista**, originada em sistemas anteriores ao capitalismo, também pode ser chamada de não-capitalista. Isso não exclui a possibilidade de que o capital se aproprie dessa renda pela sua produção, controlando sua demanda na circulação. É produção para o capitalismo, no seu pleno desenvolvimento desigual e contraditório, a sua expansão ampliada que permite a esses territórios díspares a sua racionalidade. Dentro da apropriação não capitalista da terra, Oliveira (2007) assevera a renda da terra em trabalho (o camponês cede seu trabalho temporariamente em troca de poder utilizar a terra se comprometendo com o capitalista em um acordo), a renda em produto (aí estão os colonos ou meeiros, numa figura de parceria entre o camponês e o capitalista,

dividindo prejuízos entre os dois e concentrando lucros para os capitalistas), e renda da terra em dinheiro (típico do arrendamento onde o camponês acorda com o capitalista uma quantia em dinheiro específica e nesse caso, o capitalista, não aceita a divisão de prejuízos). São essas três formas dentro da renda pré(não)-capitalista em que os capitalistas se apropriam da renda da terra pela sua contradição. Por isso, Oliveira (2007) diz que o campesinato não é mero resíduo de existência para ser extinguido, é parte do processo de desenvolvimento desigual e contraditório ampliado do capital, que se ergue como resistência quando propõe outras relações sociais que não as capitalistas, mas que também estão previstas.

O território a partir da apropriação da terra como mercadoria

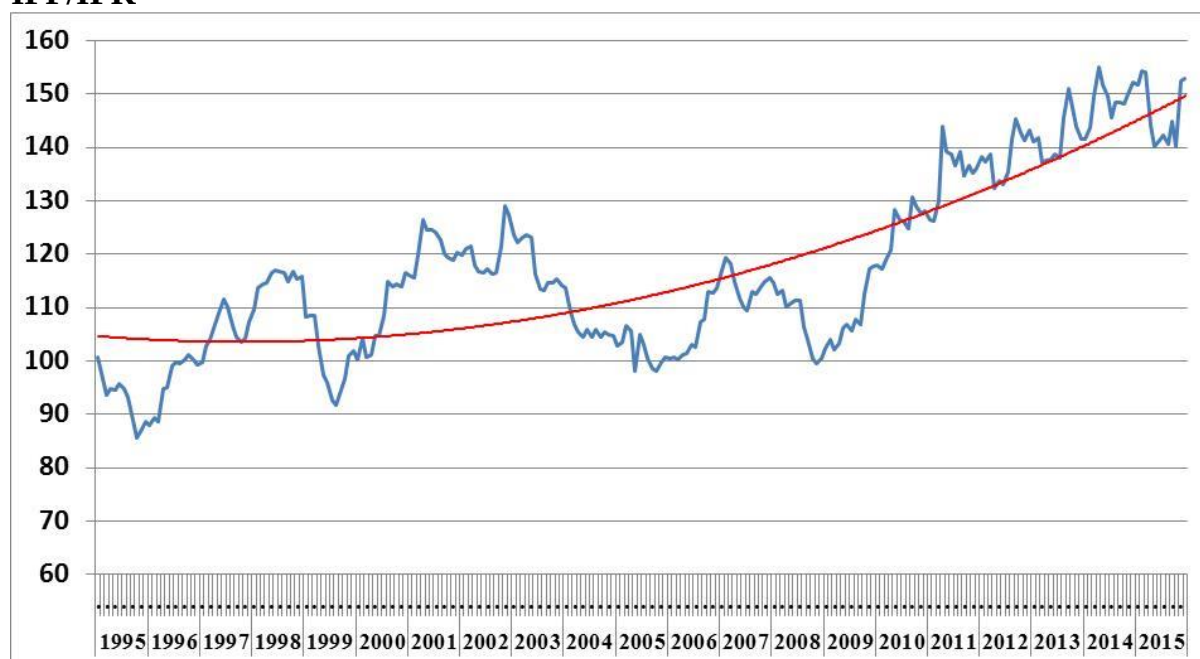
A terra não é mero substrato, a terra é espaço da vida que ganha funcionalidade e significações a partir da apropriação do homem, tornando-se seu território, onde maneiras diversas de construir ou destruir as relações ganham contornos, arranjos e formas de acordo com essa apropriação (CAMACHO; CUBAS, 2011). O uso da terra revela a essência das relações envolvidas pelos agentes socioespaciais, não é só ter a terra como trunfo, mas como território de trabalho ou território de negócio ou de especulação. Isso coloca em xeque modos de vida contraditórios que não tem condições de existirem juntos se não pelo desenvolvimento desigual e contraditório.

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

O preço da terra não é fator decisivo na produção ou na ociosidade, mas é como Marx (1974 [1894], p. 868) asseverou, um marco “regulador de mercado”. Ela é uma base de orientação social e política que barra as possibilidades de transformações sociais de ordem estrutural. De modo que a terra mantém sob o controle dos latifundiários e dos capitalistas não somente o monopólio da produção e circulação que são vias de captação da renda territorial,

mas sobretudo, perpetua os laços de riquezas e de poderes entre essas frações de classe que dominam e concentram terras. A financeirização se coloca como adendo ao modelo rentista. Por isso Martins (2011) diz que a questão agrária “engole a tudo e a todos”, porque o monopólio da terra também é controle social, e como vemos no Gráfico 8 e na Prancha 22, o preço da terra de 1995 a 2015 permanece subindo independente do grau de produção, isso é dado pela especulação.

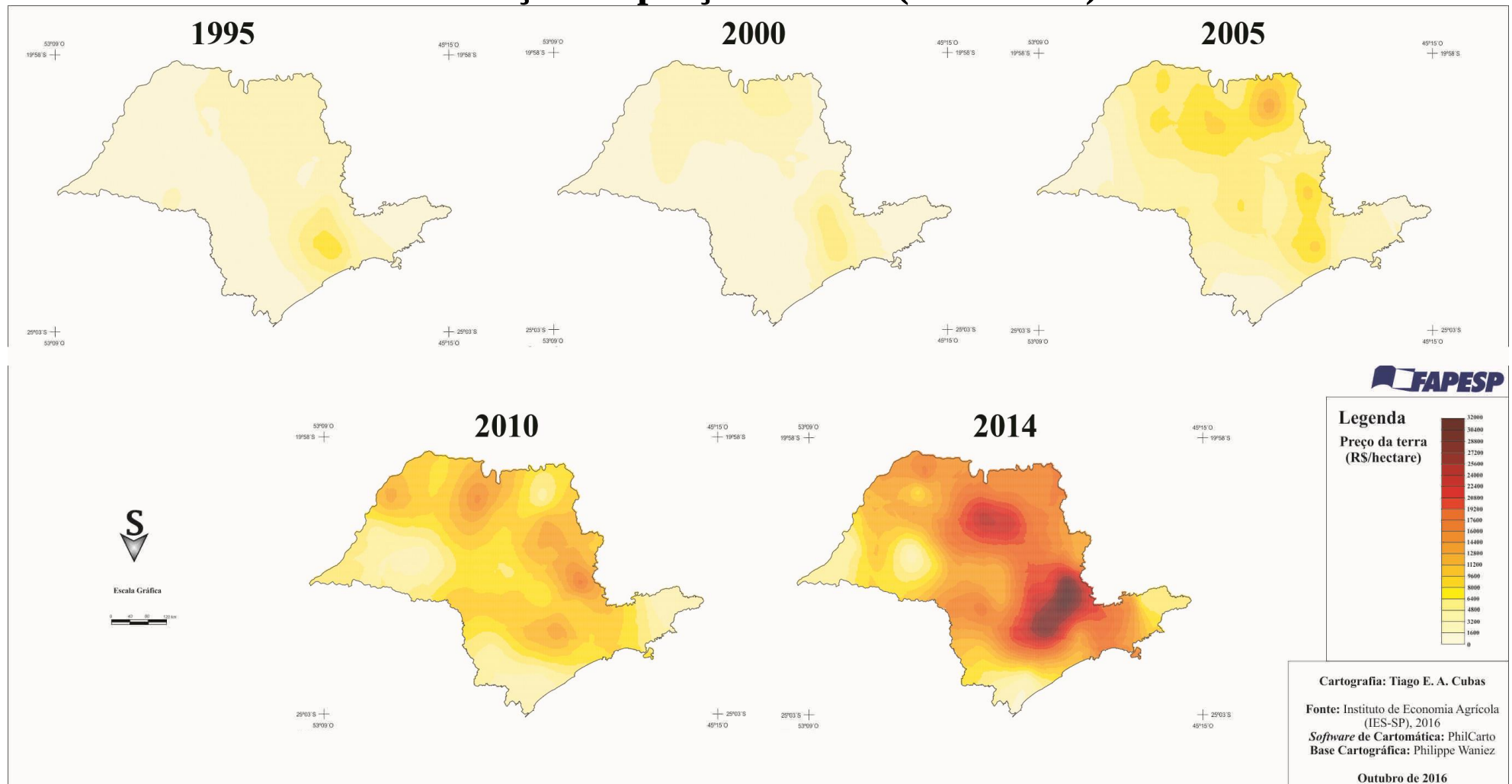
Gráfico 8. São Paulo: preços mensais da terra em reais por hectare (1995-2015) - IPP/IPR⁶⁴



Fonte: Instituto de Economia Agrícola – SP. Org. Tiago E. A. Cubas.

⁶⁴ IPP (Índice de Preços Pagos) e IPR (Índice de Preços Recebidos) e demonstra o processo de valorização ou desvalorização das terras.

Prancha 22. São Paulo: evolução do preço da terra (1995-2014)



Em 1995 os preços da terra mais baixos estavam na região de Registro com 154,96 R\$/hectare, na área de Guaratinguetá com 583,68 R\$/hectare, e na região de Itapeva com 595,73 R\$/hectare. Já as três áreas com o preço mais elevado da terra eram nesse ano, São Paulo com 6880,17 R\$/hectares, Campinas com 5867,77 R\$/hectare, e Sorocaba com 5699,04 R\$/hectare. A amplitude entre o preço mais alto e mais baixo era de 6725,21 R\$/hectare. Em 2005 esses índices começam a se acirrar devido a expansão das áreas de cana-de-açúcar, fazendeiros que se tornavam arrendatários e usineiros. As três áreas com preços de terra mais baixos eram Registro com 550,96 R\$/hectare, Dracena com 1239,67 R\$/hectare, e Guaratinguetá com 1517,66 R\$/hectare. As três áreas com os preços da terra mais elevados eram Orlândia com 12.396,69 R\$/hectare, Moji Mirim com 8884,3 R\$/hectare e São Paulo com 8409,09 R\$/hectare. A diferença de preço das terras entre as antigas áreas das oligarquias paulistas e as novas áreas possíveis para atuação nesse período passam a se tornar um fator de atração da expansão sucroalcooleira para o oeste. A amplitude entre o hectare de terra mais caro e mais barato era de 11.845,73 R\$/hectare.

Os anos de 2010 e 2014 marcaram visualmente um movimento de expansão das áreas dos latifundiários com vistas ao interior do estado, área de interesse que seriam intensamente disputadas também nesse período. Em 2014, as três áreas com preço de terra mais baixos eram Tupã com 2124 R\$/hectare, Registro com 2533,33 R\$/hectare e Presidente Venceslau com 3995 R\$/hectare. Já as áreas com mais caras estavam contíguas a Campinas com 31.800 R\$/hectare, Moji Mirim com 30.000 R\$/hectare e Sorocaba com 28.866,67 R\$/hectare. Esses preços aumentaram de forma mais abrupta entre 2010 e 2014 devido a declaração de falência de aproximadamente uma centena de usinas no estado de São Paulo e o aquecimento do mercado de terras na entrada de capitais estrangeiros.

Mais recentemente, o *boom* do agrocombustível despertou interesse ainda mais forte sobre os solos agrícolas brasileiros. O aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto no país, como a criação da joint venture entre Cosan e a Shell (Oliveira, 2010), tem estimulado os investidores globais. Uma onda de fusões e aquisições entre empresas nacionais e internacionais nas áreas de energia, agricultura, biotecnologia e química, possibilitou às corporações estrangeiras o controle de 22% das empresas de etanol (Geiver e Jessen, 2010). São Paulo domina a indústria de cana do país. (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p. 4).

Mesmo com um aumento global do preço das terras no estado de São Paulo, a tendência é que o aumento do preço seja maior conforme se aproxima da capital (São Paulo) e da sua área metropolitana, e das áreas tradicionais do latifúndio a partir de Campinas e de

Ribeirão Preto. As terras mais baratas estão na direção oeste do estado por onde o setor sucroalcooleiro se favoreceu para expandir se apropriando dessas terras mais baratas e também da baixíssima produtividade dada anteriormente pelos pecuaristas e fazendeiros.

A concentração de terra então não produz capital, ela o imobiliza na forma de propriedade, retirando, segundo Oliveira (2007), este capital do processo produtivo, isto é (ir)racionalidade, isto é especulação. Em essência a terra não gera lucro e sim renda porque ela não está sujeita, segundo Marx (1974 [1894]), as leis do capital, porque ela não é produzida por mãos humanas. A terra nesse contexto não é mero substrato de relações, é a apropriação dos seres para os seus devidos fins tendo em vista sua inscrição no meio e sua visão de mundo. A terra se torna então falsamente uma mercadoria e a contradição suprema entre a função social da terra e a especulação tornando-a um bem.

Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, **renda capitalizada da terra** e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em **renda capitalizada da terra**, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. É o exemplo das terras sem nenhuma aplicação de capital, e mesmo daquelas que ainda não foram desbravadas e, no entanto, têm um preço. (OLIVEIRA, 2007, p. 63, grifo do autor).

É em grande parte, por esses motivos, que existem ainda grandes áreas nas mãos de bancos. Terras que passaram aos bancos por dívidas e servem a estes bancos como capital financeiro, pura especulação baseada na capitalização da renda terra. São áreas que pela função social da terra deveriam ter sido redirecionadas há muito tempo para fins de reforma agrária. Oliveira (2007, p. 64) diz que podemos dar nome a esse processo como “reserva de valor” ou “reserva patrimonial”. Isso é um investimento seguro que não se desvaloriza. Este processo é (ir)racional por duas maneiras: “propriedade privada da terra, tem um caráter (ir)racional no processo capitalista de produção, pois, como se viu anteriormente, a terra mesmo sem produzir “valoriza-se”. [...] aquele que obriga um detentor de capital, para colocá-lo para produzir em termos capitalistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 64), ou imobiliza o capital pagando de uma vez toda a renda da terra na compra a quem vendeu, ou arrenda terras para produzir pagando renda da terra ao proprietário.

Entra em questão a reforma agrária como processo possível não para romper com o capital, mas para justificá-lo em uma racionalidade em Marx. A reforma agrária não pode ser entendida como solução para essas contradições, mas provavelmente como uma solução necessária ao capital para um próximo passo da sociedade organizada. Ela é segundo Oliveira

(2007, p. 68): “Paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista de produção como um todo do que a da agricultura em particular. Porque, no fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção”. A reforma agrária ataca o centro do poder no Brasil e não o centro do capitalismo.

A reforma agrária não altera a essência desse modo de produzir, e sim tenta remover esta (ir)racionalidade que a propriedade da terra exerce na produção agrícola, impedindo-a, muitas vezes, de produzir. Nem mesmo a nacionalização conseguiria eliminar integralmente todas as formas de renda (OLIVEIRA, 2007, p. 65).

Por isso a concentração de terra é (ir)racional ao modo de produção capitalista e o binômio agronegócio-latifúndio está no bojo desta contradição que esmaga o pleno desenvolvimento do capitalismo no país. A função social da terra reforça uma entrega das terras aos pequenos e médios produtores pois são eles que se colocam no centro da discussão quanto a produção, produtividade e geração de valor sem especulação da terra. Quando se fala de renda da terra também se coloca em pauta a função social da terra e sua propriedade privada. Qual o sentido então de uma legislação que permita grandes extensões de terra, muito maiores do que o próprio EUA permitiram durante toda sua história!? Afirma Oliveira (2007); “No Brasil, as únicas limitações que existiram em termos legais para a aquisição de terras públicas através de processos licitatórios, foi o limite de 10.000 hectares estipulado pela Constituição de 1946, diminuído em 1967 para 3.000 hectares, e para 2500 hectares em 1988” (p. 70), de modo que isso representa entre 1946 e 1967, 154 vezes maior que a concessão de terras dos EUA, de 1967 a 1988, 46 vezes maior, e de 1988 em diante, 34 vezes maior (OLIVEIRA, 2007). O sentido é que enquanto os capitalistas numa classe, ou fração dela, puderem tirar um ganho excedente por parte da renda da terra, a produção será secundarizada. O privilégio da terra será também o controle dos ganhos passivos com a especulação.

3.2 A formação política do patronato: Lei de Terras, Estatuto da Terra e Constituinte de 1988

A aliança entre capital e terra: Lei de Terras (1850) e Estatuto da Terra (1964)

As grandes mudanças sociais e econômicas do Brasil contemporâneo não estão relacionadas com o surgimento de novos protagonistas sociais e políticos, portadores de um novo e radical projeto político e econômico. As mesmas elites responsáveis pelo patamar de atraso em que situavam numa

situação histórica anterior, protagonizaram as transformações sociais, adaptaram-se, inovaram nos limites de sua circunstância (2011, p. 107).

O sociólogo José de Souza Martins reitera que temos que considerar um aspecto fundamental em *O poder do Atraso* (1994), o fato que existem diferenças regionais e que não podem ser naturalizadas culturalmente como superestima aos capitalistas e latifundiários. Esse não foi e nem de fato é um projeto, com premeditação e genialidade, foi apenas a maneira possível de mudar tudo e manter-se no poder. Assim, não era somente abolir a escravidão para criar trabalho livre para as fazendas do café, ou os cultivos próprios das grandes propriedades, o que mais impediria o trabalhador do campo buscar seu próprio lugar, sua terra, seu território autônomo de exploração? Martins (2011) explica:

É que a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso a terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso a propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas (p. 120).

Como também o regime de Sesmarias que dava a posse formal, mas não a capacidade de especular com a terra e nem de concentrar poder através dela, porque antes este poder era totalmente da Coroa, o objetivo era liberar acesso para acumulação do capital, mas preservar a forma da dominação; mudou-se a estrutura, mas aperfeiçoou-se o processo de dominação capitalista (MARTINS, 1979, 1994 e 2011). Da renda vinculada ao escravo como reserva de valor e capital (altamente depreciativa) a renda vinculada a terra como reserva de valor e capital (altamente especulativa).

Num regime de desigualdade racial e jurídica, a terra, estava disponível para os livres, como estabelecia desde antes da descoberta do Brasil, a lei de Sesmarias de Dom Fernando. Mas antevista a igualdade como princípio geral, era preciso instituir filtros que preservassem a grande lavoura contra a possibilidade da dispersão e da evasão da mão de obra livre para a pequena agricultura. De modo que a radical mudança no regime de propriedade, se não introduzia a renda da terra nos custos da economia, ao menos ampliava a possibilidade de sua inclusão como premissa do funcionamento do sistema econômico (MARTINS, 2011, p. 45).

Ou seja, a ideia era manter os privilégios e se possível os privilegiados mudando a estrutura, impedir índios, escravos, e caboclos, de chegar a terra, integrando o ônus da renda da terra, de certo modo, a economia, não total, mas legalmente, “se quiser que tudo se mantenha como está é preciso que tudo mude” (MARTINS, 2011, p. 9). O fato da nova integração dos imigrantes e caboclos as fileiras de trabalho, como trabalho livre era uma meia verdade, porque parte da renda era renda territorial (meeiro) cedida pelo latifundiário, e assim

Martins (2011) comenta “um capitalismo pobre e só parcialmente realizado para viabilizar a acumulação propriamente capitalista na periferia do mundo do capital” (p. 45).

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Este processo que teve sua origem na escravidão vem sendo cada vez mais soldado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terras e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX, que esta fusão ampliou-se significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, do Governo de João Goulart, os militares procuraram re-soldar esta aliança política, particularmente, porque, como se pôde ver anteriormente, durante o curto Governo de João Goulart, ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em questões relativas a questão agrária. Principalmente, quando uma parte dos congressistas votou a legislação sobre a Reforma Agrária. Assim, a chamada modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários (OLIVEIRA, 2007, p. 125).

Para Oliveira (2007), observando *O Cativo da Terra* de José de Souza Martins (1979), a Lei de Terras foi um marco no começo da formação de um patronato no campo brasileiro que usaria a terra como valor de troca e como permanência do *status quo* no clientelismo político e na apropriação da renda da terra pelo monopólio da produção e da circulação. Um pouco antes da polarização mundial na Guerra Fria, havia um movimento de democratização e modernização do campo e dos capitalistas ligados ao campo. Mudança essa considerada contundente por parte de Martins (2011), fruto desse movimento mais global,

[...] desde o século XIX, com a ascensão da burguesia em vários países, foi a reforma de direito de propriedade e a democratização do acesso a propriedade da terra, de maneira a abolir privilégios nele baseados, dinamizar o mercado e incrementar a igualdade jurídica, que dinamizaram a economia capitalista e acentuaram o papel transformador do mercado (MARTINS, 2011, p. 119-120).

Isso não aconteceu no Brasil, o sentido foi de reforçar o papel e o poder dos proprietários de terra. A abolição do regime de Sesmarias, a abolição do morgadio, a herança de um único herdeiro, a Lei de Terras em 1850⁶⁵, não significaram, e nem foi este o objetivo, desconcentração de poder, de influência e de terras. Ao contrário, o caráter dessa transformação pode ser expressado na criação simultânea da Guarda Nacional, desde o

⁶⁵ Sobre a Lei de Terras: “É que a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso a terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso a propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas” (p. 120).

período da Regência, que fornecia não só simbolicamente, mas efetivamente, poderes militares e políticos aos latifundiários, daí a mentalidade de “preservadores da soberania nacional” (MARTINS, 2011). Isso foi retomado no governo militar, quando os conflitos pela terra e a soberania nacional foi “ofendida” pelas insurreições camponesas por todo Brasil⁶⁶, novamente os latifundiários são empoderados.

Dois aspectos que deram-se em decorrência da formulação do Estatuto da Terra, o primeiro, “uma reforma agrária orientada para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura”, isolando o latifúndio como o “potencial objeto da reforma agrária as terras usadas como reserva de valor, as destinadas a especulação imobiliária” (MARTINS, 2011, p. 121), terra de trabalho para terra de negócio; o segundo, “ocupação favorecida da região Amazônica, [...] uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários, especialmente das regiões mais ricas” (MARTINS, 2011, p. 122).

Esses dois processos geraram a legalização da grilagem, onde empresários que pagavam pela terra mesmo com documentação ilícita recebiam incentivos para tornar esta terra grilada como terra produtiva, ou seja, o latifúndio produtivo. Isso reforçou “o sistema oligárquico” apoiado na “(ir)racionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista” (MARTINS, 2011, p. 122), modernizando este sistema na manutenção de sua barbárie. Era a legalização da grilagem, era a legalidade do latifúndio entranhada na estrutura agrária brasileira e gerenciado por um Estado controlado por esses agentes hegemônicos. Olhando para o centro dessa questão fundiária, há de se recordar o papel da Igreja Católica - agente essencialmente conservador, mas com práticas libertárias e modernizadoras no contexto agrário brasileiro - quando esta representação fundamental, no seu documento da década de 1980, e antes disso, desde 1968, *Igreja e problemas da terra*⁶⁷ se debruça sobre o centro do problema agrário brasileiro, a terra de trabalho e a terra de exploração do trabalho. Essas reivindicações que começaram em meados da década de 1960 se concretizaram em duas organizações significativas para duas populações do campo, os indígenas pela CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), ambos da década de 1970 (respectivamente, 1972 e 1975). Então o documento *Igreja e problemas da terra* foi consequência de uma forte atuação de bispos e missionários que já haviam qualificado a luta camponesa pelo âmago do problema.

⁶⁶ Veja os trabalhos de Fernandes em sua tese sobre a territorialização histórica das lutas sociais no país (1999) e o trabalho de Welch (2010) mais especificamente sobre a formação do campesinato no estado de São Paulo.

⁶⁷ A discussão sobre terra de trabalho e terra de negócio aparece no documento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1980, com o título de “Igreja e problemas da terra” (MARTINS, 2011).

Por isso a modernização conservadora é o resultado dessas políticas que arremataram o pacto entre latifundiário e Estado num processo burocrático que dava legalidade a propriedade ilegal, os grilos, e a especulação da terra. Oliveira (2007, p. 120) nos diz, “os latifundiários não queriam perder um centímetro de suas terras”.

O regime militar, por esses meios, procurou modernizar, mantendo a propriedade da terra, afastando portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse à expropriação dos grandes proprietários de terra com a sua consequente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como sucedera em outras sociedades. Ao mesmo tempo, comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas. (MARTINS, 2011, p 121)

Agora sim, uma base estável para uma aliança que até então era de ordem política (como a fomentada a partir da Lei de Terras e corroborada na Revolução de 1930), se concretizava como uma aliança social e econômica como base estrutural que não se propunha somente esvaziar as tensões no campo, mas gerenciar o capitalismo no Brasil. Isso gerou na Era Democrática uma mutação de grandes capitalistas com um controle efetivo ao substrato dos meios de produção e reprodução capitalista, que se dá com a sua cara de modernidade e essência de barbárie.

O Estatuto da Terra gestado nos órgãos IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) tinha sua grande sacada na sua não realização. Era a gestão de algo com aparência de desenvolvimento social com a essência da gestão pelas forças contrárias e contraditórias a esse desenvolvimento.

O período de existência dos dois órgãos promotores da contra-reforma agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Aliás, este fato ganhou projeção nacional e internacional. Em nível nacional, acabou desembocando, em 1968, na constituição, pelo Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa (OLIVEIRA, 2007, p. 123).

Esse processo, contrário a distribuição de terras, se fortaleceu no aparato burocrático, além da divisão IBRA e INDA que substituíram a SUPRA (Superintendência de Política Agrária) em 1964, depois disso surge o INCRA como fusão desses dois órgãos, com o ideal da colonização que resolvia dois problemas, a pulverização dos lutadores isolando-as nas regiões de fronteira da Amazônia, e a pressão externa para investida na Amazônia⁶⁸.

⁶⁸ Sobre essa questão Olivera (2007) assinala: “[...] como não era real a intenção do governo militar do Marechal Castelo Branco de fazer a reforma agrária quando assinou o Estatuto da Terra, parte de sua implementação foi

Clements e Fernandes (2013) nos informam a respeito da apropriação das terras e sugerem essa concentração sobre os novos elementos a respeito da questão agrária brasileira e também sobre o conceito de grilagem:

No Brasil, o conceito de grilagem de terras esteve associado predominantemente a um processo fraudulento para a falsificação do título de propriedade de gigantescas extensões de terras. Esta é uma especificidade da história da grilagem no Brasil. Por meio deste processo fraudulento, latifundiários se apropriaram de terras públicas para a produção de *commodities*, onde existiam territórios camponeses e indígenas. Portanto, o conceito de grilagem não se limita apenas à falsificação dos títulos de propriedade, mas principalmente ao processo de apropriação territorial, inclusive pela compra e arrendamento para a produção monocultora em grande escala para exportação, que denominamos de “commoditização”. Se compreendemos a grilagem de terras como um processo de apropriação de territórios pelo agronegócio, é também um processo de desterritorialização do campesinato e indígenas. É portanto uma ameaça a existência destes povos (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p. 3)

A formatação do uso e ocupação dos solos no Brasil passa pela história da colonização do interior do país, mais destacadamente as políticas de levar pessoas que não tinham terras à terras onde não tinham pessoas. Isso gerou o inflacionamento apontado por alguns intelectuais nos dados de obtenção de assentamentos (na política de regularização que inclui a legalização da grilagem em algumas situações) de reforma agrária no governo Lula que eram referentes historicamente a famílias que ocupavam aquelas terras desde a década de 1950, ou seja, a política da regularização como uma forma de inflacionar a arrecadação de terras, mas não transformar a estrutura fundiária (PAULINO, 2015). Por isso, a posse da terra de fato para essas famílias é muito mais antiga do que os dados oficiais revelam. Essa última afirmação é corroborada em Girardi (2008):

sendo adiada. Por exemplo, o GERA (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária) só foi criado em 1969, quando uma missão da FAO - Food Agricultural Organization, órgão da ONU — Organização das Nações Unidas, visitou o Brasil. Deste encontro nasceu a sugestão de fusão do IBRA e do INDA em um único organismo para melhor implementar a reforma agrária. Assim foi que nasceu o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/70. Estava sendo arquitetada outra parte do plano da geopolítica militar para a Amazônia. Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da “Operação Amazônia”, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. Juntava-se assim a “*fome com a vontade de comer*”. A região nordestina, com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então “*fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia*” ou, como preferia dizer o General Médici, “*vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia*.” PIN e INCRA foram as peças deste jogo (p. 122, grifos do autor).

Sobre o tema, Oliveira (2008) faz uma crítica e relaciona as várias políticas públicas que, historicamente, vêm proporcionando o processo de apropriação privada da Amazônia Legal em favor do latifúndio e do agronegócio. Além do aumento da área máxima das “posses” em terras públicas passíveis de regularização, o autor destaca a permissividade das leis que possibilitavam a compra de imensas áreas de terras públicas por particulares e as estratégias desses compradores para poderem comprar terras além das quantidades máximas estabelecidas por lei. Entre 1946 e 1967 cada pessoa podia *comprar* até 10.000 ha; de 1967 até 1988 a área máxima era de 3.000 ha e em 1988 passou para 2.500 ha. Para burlar a área máxima possível de ser adquirida, os *grileiros* utilizavam procurações falsas de “laranjas” para se apropriarem de outras terras. Este tipo de grilagem Oliveira (2008) denomina “grilagem legalizada”. O artigo 51 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 prevê(ia) a revisão, pelo Congresso Nacional, nos três anos que seguiram a promulgação da CF, de todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a 3.000 hectares realizadas entre 1º de janeiro de 1962 e 31 de dezembro de 1987. Isso ainda não foi feito. Para Oliveira, as posses de camponeses na Amazônia não ultrapassam 100 ha. Por este motivo e pelos inúmeros casos de corrupção envolvendo funcionários do INCRA que “vendiam” ilegalmente terras públicas, o autor considera que a regularização de posses com área superior a 100 ha na Amazônia Legal constitui a *legalização de grilos*. (p. 227, grifo do autor).

A grilagem legalizada é um processo naturalizado pela violência dos fazendeiros em manter poder de barganha tanto com Estado, como com os bancos. A terra, como não é produzida pelo homem, não tem valor, mas no capitalismo rentista ela tem preço e é rentável mesmo ociosa (daí o interesse dos bancos). E todo aquele que se apodera da terra por qualquer mecanismo garante a renda da terra a partir de uma fatia da mais valia social extraída da sociedade em geral. Então uma classe, ou fração dela, a dos proprietários de terra que se apropriam deste substrato natural da vida para multiplicar seus ganhos através da cobrança deste tributo, a renda capitalista da terra, nos revelam que a grilagem é a parte naturalizada desse processo em se apropriar desta renda de modo “gratuito” (sem ônus para essa fração de classe, mas com um profundo prejuízo social à sociedade).

O aparelhamento do Estado pelas oligarquias na Constituinte de 1988

A era democrática, a modernização da agricultura em 1970 e a resultante modernização da economia neste momento histórico no Brasil não sugeriram uma modernização na sociedade e na política. Martins (2011) fala do ritmo lento e tempo prolongado de encaixe das novas maneiras de gerenciar a arcaica estrutura com ar de modernidade. A UDR (União Democrática Ruralista) para isso foi central nesse processo de acumular forças em prol do patronato que acumulava poder da estrutura rentista já instaurada,

concretizando-a na ambiguidade da constituinte para o jurista Carlos Marés (2010). Para ratificar esse panorama, um membro da UDR em 2012 asseverou:

Tiago Cubas: Para que foi criada a UDR em 1985?

G: Para criar uma conscientização nacional e união nacional de produtores para conscientizar o congresso nacional de que se não tivesse uma lei que estabelecesse **a segurança jurídica da propriedade e da cadeia produtiva que estava correndo sérios riscos**. O Brasil poderia ser de grandes exportador de grãos de alimentos e seu gênero, poderia ser até um importador hoje ou certamente não estaria onde estaria hoje, então ela foi criada justamente para isso, para fazer um trabalho de conscientização extremamente democrático e conscientizando o congresso brasileiro que nós vamos ter uma garantia e assim foi estabelecido na constituição de 88, que propriedade não se desapropria, salvo aquela que é improdutiva, que não cumpre a função social.

Tiago Cubas: Surgiu então com essa atitude inicialmente e depois que se transformou...

G: Depois que em 88 estabeleceu as regras aí a, nós assim, ficamos mais tranquilos e a UDR até perdeu a essência, não tinha... Agora ela, quando ela voltou a existir ela foi, não é propriamente refundada, ela foi reativada. Quando esses movimentos, essas organizações criminosas, anistiadas por líderes e com fortes ligações de gente de Cuba de gente de outros países aí revolucionários de extrema esquerda, começaram a treinar esses movimentos aqui no Brasil e aonde eles começaram a invadir propriedades e com tamanho agressividade, ameaças, que era uma coisa assim inaceitável. Aí a UDR foi reativada para continuar trabalhando em defesa com essa essência. A UDR é uma entidade para defender os interesses do produtor rural, mas a sua especialidade, digamos assim, é defender o direito de propriedade.

Tiago Cubas: Então, só para colocar datas, ela ficou de 85 até quando ativa, depois ela desativou?

G: Ficou de 85 até 91.

Tiago Cubas: Ativa.

G: Ativa, de 91 a 95.

Tiago Cubas: 95 ela é reativada.

G: 96 ela foi reativada. Na verdade ela não foi desativada, ela ficou sem movimentação, mas aí depois nós conseguimos assim fazer uma união mais forte de proprietários e foi justamente no período de invasões violentas que foram intensificadas aqui principalmente na região do Pontal.

Tiago Cubas: Desde 91 tem uma história de invasões já no Pontal.

G: É, na verdade elas começaram com muito mais agressividade.

Tiago Cubas: Em 95.

G: Em 95 para cá.

Tiago Cubas: Depois daqueles episódios de Eldorado dos Carajás e Corumbiara. (Entrevista com G realizada em 8 de maio de 2012).

A UDR nasceu para “assegurar juridicamente” o marco regulatório e clientelista do monopólio da terra. Como iriam produzir a demanda do mercado global, segundo G, se perdessem suas terras e seu poder? A melhor resposta para ele era manter sob suas rédeas as terras mantendo os camponeses também debaixo dos seus mandos e desmandos, isso em virtude de um fortuito perigo comunista.

A partidarização nos seus mais diversos aspectos, como aparelhamento do Estado veio a calhar com o projeto dominante. Para Martins (2011) e Mares (2010), isso inviabilizou qualquer tipo de mudança possível ainda depois da mesa de negócio na constituinte de 1988, onde UDR fundada em 1985 teve grande peso nas decisões que permitiam o aparelhamento do Estado brasileiro refém dos grandes proprietários de terra.

O novo regime civil, instaurado em 1985, acabou confirmando os efeitos politicamente bloqueadores da arquitetura de alianças efetuada pelos militares. Quando se apresentou a inviabilidade das eleições diretas para o presidente da República, ficou claro que o novo regime seria estabelecido em cima de acordos e composições partidários, tudo no fim das contas profundamente determinado pelas condições de revivescência do oligarquismo que os militares haviam assegurado. (MARTINS, 2011, p 127).

O resultado dessa partidarização nas instituições governamentais é um grave retrocesso, mais um, às lutas sociais se expressam dessa forma para Oliveira (2007).

O plenário do Congresso Nacional tornou-se, durante a Constituinte, um espaço de lutas por excelência. De um lado pelo avanço em direção a uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, de outro pelo recuo cada vez maior na proposta reformista em marcha no governo Sarney. A chamada "bancada ruralista", com o apoio declarado da UDR, venceu a batalha parlamentar, e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação mais reacionária do que o próprio Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 128).

O plenário do Congresso Nacional era a expressão da reação dos ruralistas a uma intensa mobilização em escala nacional de lutas sociais, em grande parte, encabeçadas pelo surgimento do MST em 1984, uma herança viva das Ligas Camponesas, da Ultab (União dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas do Brasil) e dos movimentos independentes. Desse modo, garantir o aparelhamento do Estado e a burocratização da distribuição de terras seria uma grande vitória para os latifundiários garantindo o monopólio da terra e derrota do I Programa Nacional de Reforma Agrária (I PNRA).

“Assim, os ruralistas conseguiram incluir na Constituição o caráter insuscetível de desapropriação da propriedade produtiva e transferiram para a legislação complementar a fixação das normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 129). Extingue-se em 1989 o MIRAD (Ministérios da Reforma e do Desenvolvimento Agrário), passaram suas atribuições ao Ministério da Agricultura, refundou-se o INCRA subserviente a este ministério em 1989, e o problema volta a ser um problema da agricultura e não de desenvolvimento agrário. Mais um retrocesso.

Nesse interim, Martins (2011) assevera a ideia da governabilidade possível. A governabilidade, assim como nos outros períodos, também nessa passagem de ditadura para democracia, só seria de fato executável a partir de alianças e acordos políticos que eram originados profundamente nas relações históricas entre o poder político e o poder de barganha dos latifundiários. Para este autor, não é casual que o PFL (Partido Frente Liberal) e hoje DEM (Democratas), se originou da situação da governança dos militares, “o mais oligárquico dos grupos” (p. 128). Já o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), acumulou oligarquistas opostos a ditadura, dentre eles, José Sarney. Dois partidos que são parte essencial do republicanismo brasileiro e da conciliação para governabilidade.

[...] tanto Sarney quanto Collor foram, no governo, típicos representantes das tradições oligárquicas e latifundistas, cujos interesses e cujas habilidades e alianças políticas os elegeram. Certamente, o efeito político mais grave do pacto que produziu suas vitórias está no teor ambíguo e conservador da Constituição de 1988 e no retrocesso que ela representa na definição da política fundiária. A posição deslocada da questão agrária no novo regime despolitizou-a em favor do produtivismo econômico da retórica dos grandes proprietários, retórica da qual acabaram sendo vítimas os próprios agentes políticos dos trabalhadores rurais. E, com eles, os trabalhadores. A reforma agrária passou a ser avaliada, sobretudo, por seus custos econômicos e não por seus benefícios sociais. No final do governo Lula a ideologia produtivista voltaria a ser reguladora da avaliação da reforma agrária (MARTINS, 2011, p. 187).

A partidarização não foi o aparelhamento simples do Estado, mas a formatação de partidos a partir de relações mais intensas e diretas com as bases oligárquicas. A forte pressão, pela desestabilização por meio das lutas sociais, era pela reforma agrária, a redistribuição de terras, encabeçada em grande volume pela massiva atuação do MST. Por isso a constituinte de 1988 exaspera essa mesa de negócios que trava de vez a reforma agrária, pela sua profunda “ambiguidade”, palavra usada tanto por Oliveira (2007) como por Mares (2010), e mais que isso, pelo abismo entre Lei grafada e Lei executada. A Constituição de 1988 foi para Martins (2011, p. 128):

Os precários avanços na legislação fundiária da ditadura militar foram praticamente anulados pela constituinte. A utilização dos conceitos de propriedade produtiva e da propriedade improdutiva introduziu uma ampla ambiguidade na definição das propriedades sujeitas a desapropriação para reforma agrária, praticamente anulando as concepções relativamente avançadas do Estatuto da Terra. Essa mudança não só a reação dos grandes proprietários de terra que haviam organizado a UDR, de cunho direitista e paramilitar, para enfrentar diretamente as ocupações de terra e que haviam exageradamente colocado o governo em face da possibilidade de uma onda

terrorista e sangrenta no campo. Refletia também um lado fundamental das alianças de classe brasileira, mas quase sempre pouco visível: já antes da nova Constituição inúmeros juízes de comarcas do interior do país e tribunais estaduais passaram a jogar com a ambiguidade do conceito de terra produtiva para interpretar o conceito de empresa rural, fixado no Estatuto da Terra.

A judicialização por parte das lideranças dos movimentos sociais foi um processo naturalizado com afronta a propriedade particular, a posse da terra. Recorrente em Cubas (2012) foi a imagem de uma “Terra sem lei” que incentivava ainda mais os juízes a agirem por cima da Lei e das “legalidades” dadas para truculência desses juristas e das violências realizadas no campo. Quando os movimentos reivindicavam a terra, eles estavam reivindicando o cerne da (ir)racionalidade capitalista no campo onde ainda se sustenta o agronegócio brasileiro, o latifúndio.

Esse processo enfático por essas legislações servem-nos como marcos históricos para compreendermos a essência da questão agrária brasileira e paulista. Doravante, a questão agrária não é essencialmente rural, mas se realizada na dinâmica campo-cidade integrada, ela não é só questão econômica, porque não se resolve esta questão com políticas de ordem infra-estruturais e projetos de desenvolvimento econômico de áreas, não é somente política, porque não se refere somente ao espaço discursivo ou ideológico, ou ainda, o Congresso Nacional desvinculado das oligarquias. A questão agrária é uma somatória, um acúmulo de todas essas questões entranhadas na questão social (domínio territorial da terra e dos meios de produção), onde a transformação se dá na ordem estrutural do capital, do rentismo que envolve renda territorial e especulação fundiária como centro do capitalismo no Brasil, para o capitalismo com centralidade no capital e não nos capitalistas. Essa é uma solução essencialmente conservadora, mas como Martins (2011) revela, conservadora e socialmente modernizadora.

Nenhum pacto político foi feito nesse país, desde a independência, em 1822, até a recente Constituição, de 1988, que não fosse ampla concessão aos interesses dos grandes proprietários de terra. Mesmo na historicamente peculiar circunstância de que aqui, na formação e disseminação do capitalismo, terra e capital nunca estiveram separados e opostos, como ocorreu em outros países. Aqui a força modernizadora e transformadora do capital se compõe com a força conservadora e rentista da propriedade da terra. A estrutura do Estado Brasileiro está em parte constituída com base nesses interesses. (p. 140).

Enfático, Martins (2011, p. 162) expressa, “a aliança do capital com a propriedade da terra engendrou um capitalismo tributário que opera de modo distinto do capitalismo típico e contratual dos países desenvolvidos”. Para extrair os tributos, ele continua, “esse capitalismo

tem que ser ao mesmo tempo violento” (p. 162). A expressão espacial dessa aliança são as violências físicas e trabalhistas aos povos do campo.

Nenhum grupo ou partido político tem condições de governar, ou exercer certo nível de governabilidade, sem contar com arregimentações com as oligarquias políticas tradicionais, ou seja, aquelas que ainda permeiam o local no exercício da troca de favores e influência política. Por isso, o clientelismo político não é mero acordo entre vontade política dos ricos e benefícios econômicos para os pobres, mas sim uma relação entre os poderosos e os ricos. E não é isso de fato o que acontece e se expressa nas relações entre ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), concentradora de grupos de lobby por meio do IPA.

Os ricos empresários do campo, o patronato representante do latifúndio ineficiente e produtivo se relacionam e barganham favores políticos com os políticos profissionais. O novo que surge com a essência do arcaico continua no populismo do governo petista que arriscou-se em seu pacto social.

3.3 O problema agrário brasileiro continua com o agronegócio

O discurso que prepara o seu terreno

Parte do processo de aparelhar o Estado é torná-lo ambíguo no seu discurso oficial, onde agronegócio vai do latifúndio ao minifúndio, tudo junto e separado, amparado por uma visão espiritualizada primeiro, e depois economicista, o desenvolvimento capitalista no campo na direção do agronegócio onde as terras devem estar nas mãos dos “vocacionados”. A palavra de ordem é “harmonizar os elos e reduzir os conflitos” (BRUNO, 2016, p. 157). O conceito de agricultor familiar está diretamente ligado a ordem, mas não é qualquer ordem, é a ordem do agronegócio, onde estes agricultores “ordeiros” são considerados “empreendedores rurais” e os “desordeiros” são “inocentes úteis” (BRUNO, 2016, p. 158).

Roberto Rodrigues em 1997, na época então presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), explicita essa imagem que preparava o caminho do agronegócio. O discurso partiu da ideia da agricultura patronal como sinônimo de agricultura familiar, uma agricultura levada pela família. Uma estratégia muito comum no mundo do agronegócio que se afirma na deslegitimação do contrário pela negação da sua existência ou pela existência “marginal”, ou futuramente incorporada, ou destituída do outro (CUBAS, 2013).

Eu sou agricultura familiar. Eu tenho 1.200 hectares, meus dois filhos tocam e nós temos 150 empregados. A agricultura familiar não quer dizer um conceito para a pequena propriedade. É a empresa-família. Na Inglaterra, o conceito é muito claro: você tem uma empresa de 600 hectares tocada pela família. Tem 150 empregados, mas é a família que toca. Aliás, pequena, grande, média, mínima, isso é coisa da Idade da Pedra, só interessa para o banco dizer para quem não vai dar crédito. Acabou! (RODRIGUES apud BRUNO, 2016, p. 148)

G reproduz o mesmo discurso de Roberto Rodrigues.

G: Você precisa entrar numa faculdade, passar por um vestibular, você precisou ter, acima de tudo, aptidão para isso, você é a opção que você quis, tá? E produtor rural é uma coisa que está no sangue, você não fabrica um produtor rural simplesmente pegando se ele está desempregado, você que nunca plantou um pé de feijão na vida, que não tem ideia do que é ser produtor, não é assim que você vai fabricar um produtor rural. Produtor rural é uma questão de índole e está no sangue, produtor rural é aquele que através da sua luta compra a sua propriedade, adquire ela seja ela o tamanho que foi seja pequena, seja média e ele tem aptidão aí ele vai conseguir produzir com todas as dificuldades que nós enfrentamos aqui no Brasil, porque no mundo inteiro tem política de incentivos, tem preços garantidos aqui no Brasil. Não tem nada disso para ser produtor rural tem que ter aptidão que está no sangue corre nas veias não se fabrica um produtor rural e o que eles estão querendo fazer através de um processo ideológico e financeiro. (Entrevista com G realizada em 8 de maio de 2012).

O latifundiário se esconde atrás do discurso do “verdadeiro produtor” ou “produtor familiar” reafirmando-o numa ética e moral consubstanciada nas violências aos sujeitos sociais do campo. E aí há para a socióloga Regina Bruno (2016) uma distinção clara no discurso latifundiário, os “verdadeiros produtores” que são aqueles vocacionados, que aderiram ao agronegócio de uma maneira ou de outra, tanto o latifundiário como os pequenos que estão integrados (ou subalternos), já o restante é “marginal” e deve ser incluído ou desprovido dessa posição. É quase que uma coisa espiritual que busca tirar o foco da problemática estrutural, a terra, o que se faz com ela, como se faz, e quem é o dono.

Qualquer tipo de revolta, desses camponeses/agricultores familiares “marginais”, então ataca o cerne dos latifúndios, por isso desnaturalizar a luta como violência exógena ao desenvolvimento desigual e contraditório do campo é ocultar a essência da (ir)racionalidade rentista do latifúndio. Nesse interim os conflitos no campo, desde o período da Ditadura devem ser duramente reprimidos pois atingem:

[...] diretamente os mecanismos de reprodução do poder oligárquico, a grilagem de terras. Desde o século XIX, a grilagem era uma questão restrita a litígios no interior das próprias oligarquias, envolvendo número restrito de

peessoas, casos que quase sempre debatidos, e bem ou mal, resolvidos no judiciário como sendo apenas casos de dúvidas, quanto a direitos, divisas ou de notória falsificação de documentos. A questão da grilagem não era até disseminada como questão social, envolvendo o confronto entre os socialmente diferentes. (OLIVEIRA, 2007, p. 111).

Aí está a força motriz, de acordo Oliveira (2007), na apropriação do poder pelo capitalismo rentista brasileiro, a grilagem que vai além da ilegalidade da posse das terras, mas se revela na barganha da manutenção do *status quo* e dos lobbys, uma apropriação profunda do público pelo privado num discurso do “Sou Agro” e “Aqui tem Agro” institucionalizado como verdade absoluta (CUBAS, 2012 e 2013). Os conflitos para o agronegócio devem ser mitigados e descreditados por se tratarem de uma conjuntura resistente, mas que em tempos será cooptada ou desaparecerá.

Bruno (2016) identifica que no período da globalização dos mercados é quando alguns conceitos sofrem mutação, isso a partir da virada do século. Como quando apontamos em Cubas (2013) o surgimento do conceito de *agribusiness* e depois de agronegócio a partir da década 2000, o discurso agroindustrial que muda para cadeia produtiva (onde todos fazem parte do mesmo pacote), incorporando outros conceitos como, flexibilidade, sustentabilidade e competitividade neoliberal. Márcio Freitas⁶⁹ (apud BRUNO, 2016, p. 153) explicita a visão do latifundiário que quer ser visto como mais um nessa “grande cadeia produtiva”:

Eu vejo isso hoje como **um processo único**; eu acho que é agronegócio o cara extrativista da castanha do Pará ou da castanha do Brasil lá no Pará, como os coletores de açaí, fazem parte do agronegócio como o Roberto Rodrigues, que tem 20 mil hectares de terras. Agora, tem desequilíbrios nisso; você tem de tudo nesse meio. Acho que **todos fazem parte**, cada um tem o seu papel nisso aí. E **tudo é agronegócio** (BRUNO, 2016, p. 153).

Um processo único, onde todos fazem parte e tudo é agronegócio não sobra espaço nenhum para o discurso contrário, e os conflitos se tornam apenas mais um elemento a ser erradicado por essa posição homogeneizadora. Os diferentes nesse contexto perdem a capacidade de se posicionar e assim deixam de existir se não se mobilizam.

Este todo não é conceito que surge naturalmente, mas é naturalizado nos conceitos de revolução verde ou “modernização conservadora” como apontam Machado e Machado Filho (2014) quando definem nas imposições de organismos internacionais a composição e preparação do campo brasileiro para abraçar esse novo-velho conceito, incluindo educação do campo na ideologia do agronegócio a partir de dentro das universidades brasileiras.

⁶⁹ Presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) no ano da entrevista, em 2008.

Por ‘revolução verde’, inspirada pela FAO e pelo Banco Mundial (Londres, 2011), se entende o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos ‘tratos culturais’ e por em prática a tríade capitalista: tempo, custo e lucro. Autodenominada ‘modernização conservadora’ da agricultura, ela não foi nem ‘revolução’ e, muito menos, ‘verde’. A expressão ‘modernização conservadora’ ainda encerra uma contradição: pois modernização é antagônica à conservação. Isto foi implantado com o emprego de ‘insumos modernos’, neologismo eufemístico para designar sementes, fertilizantes solúveis de síntese química e agrotóxicos industriais, com créditos altamente subsidiados, com a esdruxula tese de modificar o ambiente, substituindo os fatores naturais pelos insumos modernos. **A sua instituição no Brasil, foi acompanhada de uma inteligente preparação, a qual contou com o apoio do Acordo MEC-USAID, que, além de modificar a estrutura da universidade brasileira, auspiciou a formação de centenas de técnicos brasileiros com pós-graduação nos Estados Unidos da América do Norte** (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 43, grifo nosso).

A revolução verde foi financiada e legitimada por esses organismos internacionais, isso justificou para os agentes do capitalismo no campo um acordo entre MEC (Ministério da Educação) e USAID formando dentro das universidades brasileiras militantes futuros da causa do agronegócio. O que preparou o terreno para o surgimento de uma frente político-ideológica do *agribusiness* e das organizações que estão respaldadas nesse discurso e prática⁷⁰.

O surgimento do *agribusiness* como frente político-ideológica: o papel da ABAG

O *agribusiness*, como conceito, surge nos trabalhos de John Davis e Ray Goldberg em Harvard, 1955, como uma nova proposta para além da junção agricultura e indústria (além da perspectiva de *plantations*), mas uma união de agricultura, indústria e comércio (reveladas posteriormente em uma inovação atrelada aos conceitos de empresariado e modernização), a geógrafa Maria Luísa Mendonça (2013. p. 50) esclarece a motivação para esta terminologia:

Os autores argumentaram que o conceito de agricultura como parte integrante da indústria já teria existido há 150 anos quando, além de alimentos, os camponeses produziam seus próprios equipamentos, insumos, combustível,

⁷⁰ Organizações que surgiram em decorrência da UDR: em 1985, surge a própria UDR (União Democrática Ruralista), uma organização que representaria jurídica e politicamente o interesse do agronegócio-latifúndio na competição por privilégio na constituinte de 1988, os chamados “ruralistas” ou “bancada ruralista” no congresso. Em relação a valorização da imagem do “agro”, entidades de cunho cultural e ideológico surgiram a partir do meio da década de 1980, e se concretizaram especialmente a depois dos anos 1990, a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja), UNICA (União da Agroindústria Canavieira) e UDOP (União dos Produtores de Bioenergia) (CUBAS, 2012).

moradia, roupas e utensílios domésticos. **A principal mudança observada nas “fazendas modernas” é que deixaram de ser autossustentáveis e passaram a ter função comercial, com sua produção baseada em monocultivos.** (grifo nosso).

De modo que o agronegócio nessa direção relacionou uma nova identidade e ideologia disseminada a partir do capitalismo no campo, uniu latifúndio, coronelismo e produtividade. Não somente o monocultivo em si, mas a tecnologia, ciência e informação em consonância com a geração de riquezas a partir da produção modernizada. Ou seja, as grandes propriedades passariam a ter uma alta identificação com o modo de produção capitalista, onde maximizava-se a mais-valia e os lucros externalizados pelo valor de troca, monopólio e a renda da terra sobrevalorizada.

O conceito de *agribusiness* foi importado ao Brasil por meio de Ney Bittencourt junto a Luis Antônio Pinazza, respectivamente, o fundador e cofundador da ABAG, elaboradores do marco da literatura para o agronegócio brasileiro em 1990, *Complexo Agroindustrial: o Agribusiness Brasileiro*. Em 1987, Bittencourt e Pinazza estudaram juntos com Ray Goldberg nos EUA e lá conheceram este conceito. Em conversa com Caio Carvalho, presidente em exercício da ABAG em 2016, vemos o contexto da importação deste conceito que supria, ao menos discursivamente, o desequilíbrio ideológico e cultural das oligarquias:

Cliff Welch: Uma coisa que eu achei muito interessante quando eu vi as turmas de formaturas, de classes, no prédio principal antigo de administração da Esalq. Tem aquelas...

Caio Carvalho: Meu quadro está lá, sou de 73.

Cliff Welch: 73. O Rockefeller tem muita vinculação lá?!

Caio Carvalho: A Esalq, eu trouxe meus amigos de Wisconsin, eles se sentiram em casa lá. O campus da Esalq lembra muito o campus americano. Então teve um aporte do Rockefeller fenomenal lá, muito grande.

Cliff Welch: Pesquisa genética?

Caio Carvalho: Não só isso, prédios, laboratórios, foi um período muito rico. Rockefeller se apaixonou por isso aqui. Ele era o presidente da Agrocere.

Cliff Welch: IBEC. Ele era dono?

Caio Carvalho: Ele era associado lá, mas o Finazza trabalhou lá... Finazza está aí?! Betinha vem cá, Betinha me ajuda, Betinha trabalhou na Agrocere. Betinha o primeiro sócio da Agrocere foi a fundação Rockefeller? Ou foi uma outra fundação americana?

Cliff Welch: Acho que a cooperação foi chamada IBEC.

Caio Carvalho: [repetindo o que Betinha, secretária, disse] Isso, IBEC, foi o Rockefeller mesmo.

Cliff Welch: Confirmado, obrigado.

Caio Carvalho: Então houve de fato uma integração muito forte. Muitos vieram dos Estados Unidos, a maior parte dos professores foi pra lá. Formou uma leva muito boa.

Cliff Welch: Eu entrei na pesquisa, Rockefeller Archives nos Estados Unidos, encontrei uma carta de Nelson, para o secretário da Agricultura na época, não era presidente. Talvez era Medice, não sei se foi nessa época que você se formou na verdade. Me lembro que ele tinha perguntado se ele tinha gostado da conferência do agribusiness naquela época, primeira vez que eu encontrei a palavra dentro do Brasil.

Caio Carvalho: Na verdade a palavra vem de Harvard.

Cliff Welch: Vem de Harvard sim, 1950.

Caio Carvalho: O Ney Bittencourt foi pra lá estudou e voltou com o conceito de agribusiness.

Cliff Welch: O Goldberg.

Caio Carvalho: Ele teve com o Goldberg e uma turma lá, ele teve lá e ficaram amigos dele. Que era o presidente da Agrocere. Aí ele voltou e criou a ABAG junto com outros amigos e criou a ABAG, ele criou ABAG, junto com o conceito de Agribusiness porque não tinha esse conceito ainda no Brasil. Por isso que a ABAG se chamava Associação Brasileira de Agribusiness.

Cliff Welch: Eu vi uma coisa escrita por ele de 1990, usando a palavra agribusiness.

Caio Carvalho: E na verdade a inovação que ele trouxe é que nem nos Estados Unidos existia uma entidade assim, tinha entidades com produto, que acabavam disputando entre si, como é país com tanto orçamento etc. era possível fazer isso. O Brasil com as dificuldades, a gente na época entendeu que a ABAG seria interessante pra poder trabalhar as diferenças na cadeia. Resolver o desequilíbrio na cadeia produtiva. (Entrevista com Caio Carvalho realizada em 29 de maio de 2016).

Esse aporte para suprir o desequilíbrio ideológico e cultural criado pelo antigo e atrasado latifúndio deveria ser dotada com outra aparência, e a educação superior foi central nesse processo. A Esalq (Escola Superior de Agronomia “Luiz de Queiroz”) foi central nesse cenário, desenvolveu uma relação intensa e estreita com o capital internacional na formatação do campo brasileiro, especificamente nesse caso o paulista. Nos meses posteriores a segunda guerra mundial, Nelson Rockefeller criou dois grupos internacionais de desenvolvimento de organizações: O *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) e a *International Basic Economy Corporation* (IBEC).

A proposta inicial era a respeito de entidades filantrópicas, para reformas de modo geral na América Latina, particularmente na agricultura e na saúde. Reformas essenciais para contribuir e manter as forças de trabalho produtivas. A segunda organização, o IBEC, era um empreendimento com fins lucrativos, foi fundada para aproveitar as melhores oportunidades de investimento criadas pelas políticas públicas dos países latino americanos para infraestrutura, diversificando de modo pessoal os investimentos da família Rockefeller em áreas diferentes de combustíveis⁷¹.

⁷¹ Informações produzidas a partir do NACLA (North American Congress on Latin America): <https://nacla.org/>.

Caio Carvalho ainda completa dizendo que o *agribusiness*, dentro do nome da ABAG ainda não era suficiente, precisava mudar para agronegócio em virtude da identidade, o que aconteceu na gestão dele.

Caio Carvalho: Isso, desde 2003, quando venho pra ABAG, já estou aqui a 4 anos. Eu era vice-presidente aqui. Fui entrar na presidência mesmo em 2010-2011.

Tiago Cubas: Foi nesse período a mudança de Associação Brasileira de *Agribusiness* para Associação Brasileira do Agronegócio? Qual foi a ideia?

Caio Carvalho: Isso aconteceu no meu período. Era a ideia da conceituação. Traduzindo para o Brasil o que era o agronegócio, o Ney Bittencourt que foi o primeiro presidente, ele é que trouxe o conceito e a ABAG foi criada por isso. Visão da cadeia produtiva. A minha mesa aqui é uma fauna, posso dizer isso, tenho todos os elos da cadeia produtiva. Precisamos de um certo equilíbrio. (Entrevista com Caio Carvalho realizada em 29 de maio de 2016).

O agronegócio abarcando o *agribusiness* na ideia da cadeia produtiva se mostrava então suficiente para escamotear dentro da modernização e produtividade o latifúndio, incorporando o alto grau de produção da pequena propriedade, que seria chamada e integrada como agricultura familiar. Tirando a conotação crítica da agricultura camponesa. Oliveira (2007, p. 149) explicita:

O conceito de “*agribusiness*” foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Foi traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmico. O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados.

A incorporação do pequeno, segundo Oliveira (2007) tem a ideia do agronegocinho que busca tirar a credibilidade de qualquer processo de conflito expressão da questão da terra, inclusive as reivindicações por reforma agrária. Para Cubas (2012) e Mendonça (2013), as ideias de desenvolvimento, crescimento e avanço tecnológico **marcam o discurso da imprensa e de correntes desenvolvimentistas tanto como as neoliberais, marcam a abertura dos mercados como mercados globais**, ambas defendendo o apoio financeiro estatal na agricultura extensiva no interior das cadeias produtivas do agronegócio. Este sistema de relações, como denominado por Mendonça (2013), surge no Brasil a partir da concepção de *agribusiness*, no entanto, este já era um modelo por ela apresentado como

dependente dos recursos públicos e das especulações do mercado internacional. De modo que não é um sistema surgido no Brasil, mas apropriado como cadeia produtiva do capital e espacializado no país.

Os dois jornais de maior escala de produção de informações e de influência da opinião pública, ligados profundamente a elite agrária do país, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* fizeram o favor de difundir esse conceito com a perspectiva da modernização do campo em benefício do latifúndio transformando-o em agronegócio. Conforme análise rítmica da promoção dos conceitos por parte da imprensa corporativa, Cubas (2013, p. 77) afirmou:

O território imaterial do capital está constantemente sendo legitimado, principalmente por meio de conceitos que remetem a “progresso, modernização e tecnologia”. De 1998 a 2004, a terminologia ruralista começa a ser destaque, incluindo “fazendeiro” e “pecuarista” para representar esse segmento. Inclusive, é nesse momento que o conceito agronegócio começa a aparecer nos jornais pesquisados. De 2005 até 2008, vemos uma crescente para o termo agronegócio, e usualmente, esse conceito é atrelado pela imprensa a “modernização” e “tecnologia”. Ainda no intuito de fragmentar e desqualificar a luta camponesa aparece o conceito de agricultor familiar, que visa substituir, como pequeno empresário rural, a história de luta que tem o conceito de camponês.

A questão dos conceitos difundidos pelos jornais corporativos fizeram parte de nosso processo de construção da dissertação de mestrado, e concluímos que isto foi central na difusão desse linguajar dentro da opinião pública e do senso comum.

O agronegócio, como arquétipo ideológico para intensificação da industrialização na agricultura e expansão dos monocultivos aparece no Brasil pela primeira vez em 1994 num artigo de José Eli da Veiga, na *Folha de S. Paulo*, debatendo entre a responsabilidade da fome e miséria no Brasil, numa escala de produção, e os níveis de interesse particular e público na potencialidade do modelo agronegócio brasileiro em se articular nesse sentido, o que paradoxalmente não era de interesse deste por causa dos ganhos mínimos com a produção de alimentos para consumo do mercado interno. Para Mendonça (2013, p. 167): “A criação do chamado agronegócio se caracteriza por aprofundar a tendência de desequilíbrio na composição orgânica do capital, que significa o aumento relativo da parte constante em relação ao capital variável”.

O agronegócio ganhou força política por causa da revolução verde no mundo, a partir da década de 1950, que se concretiza no país a partir do final dos anos 1960 e começo de 1970 conhecida também como a “modernização dolorosa”. Isso combinou relações capitalistas marcadas pela ação de caráter monopolista e imperialista do capital, do controle

da produção da matéria-prima até circulação da mercadoria. Encaminhando países, como o Brasil, na produção especializada de *commodities*, formando uma rede mercadológica que amarra qualquer tipo de modelo produtivo ou outra proposta de desenvolvimento aos moldes de competição do agronegócio. Essa frente político-ideológica esconde a estrutura do problema agrário brasileiro, a (ir)racionalidade do monopólio da terra cancelando o poder do atraso.

O papel da ABAG começa em inaugurar um novo modelo de gestão do capitalismo no campo, um novo discurso somado a outros elementos na apropriação da renda da terra, e acaba por agrupar o capital nacional e internacional em grupos de interesse gerenciados na ABAG pelos diferentes elos da produção agrícola formando uma base político-ideológica substancial na difusão do paradigma do agronegócio.

Agronegócio-Latifúndio é o “novo” que já nasce “velho”

“A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades” (MARX, 1974 [1894], p. 707). A prerrogativa simples do problema de se dominar uma parte do planeta para Marx (1974 [1894]) está para ele na constatação de Hegel de que se o homem se realiza na apropriação da natureza, todos devem se apropriar para se realizar. No entanto numa sociedade de classes esse mistério lhe é tirado.

A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto é esta: os agricultores efetivos são os trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados digamos, por ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário de capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse campo especial de produção (MARX, 1974 [1894], p. 710).

Chama-se isso, para Marx, de quantia de renda fundiária, o pago em todo período em que o solo está empregado para uso, e não ocioso, transformando-se economicamente e dando valor a propriedade fundiária. A (ir)racionalidade brasileira está no centro desse princípio da economia capitalista neste autor, a terra para trabalho *versus* a terra para negócio (poder de barganha), segundo Paulino (2010 e 2011b), para o poder de especulação, de ociosidade, o

que não cumpre com a função de colocar a terra para produzir racionalmente, e por isso socialmente, a partir do modelo de produção capitalista.

Em outras palavras, manter o controle sobre áreas que somente são improdutivas porque sob a ótica dos proprietários isso é mais compensador do que colocá-las para produzir é apenas um indicativo de que a distorção no mecanismo de oferta de terras se acentua ao mesmo ritmo do movimento de capitais em direção ao setor da agricultura, seja ele produtivo ou especulativo. (PAULINO, 2011b, p. 103-104).

Deixar a terra improdutiva ao invés de colocá-la para produzir é a base do capitalismo rentista. Porque a terra dentre os meios de produção é única que comporta “ociosidade rentável” (PAULINO, 2011b, p. 104), e em áreas de desigual distribuição fundiária isso se tornou e é forma de controle social.

Sobre a propriedade da terra, Martins (2011) explica:

A propriedade latifundista da terra não domina a economia nem é propriamente decisiva no que somos hoje, mas é um marco regulador, uma sentinela dos arcaísmos que desenham nossas possibilidades e limites. Ela se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país. [...] Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer (MARTINS, 2011, p 17).

O cativo da terra é a terra aprisionada porque é mais suscetível que o escravo, a terra não se revolta, não morre e nem resiste sem o trabalhador e/ou camponês organizado. A partir deste ponto, Martins (1979) diz: “a renda capitalizada no escravo transforma-se em renda territorial capitalizada, num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (p. 32), em outras palavras, na sujeição da renda da terra e do trabalho sob a égide do modo de acumulação e de processos sociais do capitalismo, “a renda territorial capitalizada era condição da sujeição do trabalho” (MARTINS, 1979, p. 90).

“[...] os políticos tradicionais e oligárquicos fazem política e se revigoram politicamente tornando-se indispensáveis através de instituições modernas” (MARTINS, 2011, p. 99). Uma nova cara para velhas práticas clientelistas com base nas oligarquias que controlam parte do território material do planeta e grande parte do território imaterial e simbólico do Brasil.

Em a *Chegada do Estranho*, eu já havia assinalado tudo que nossa sociedade combina a pedra da portentosa fachada barroca com a modesta e precária estrutura de taipa socada ou de pau a pique, barreada do branco de tabatinga, da arquitetura caipira (MARTINS, 2011, p. 99).

E aí ele mesmo interpreta:

Somos uma sociedade barroca, dominada pelos adornos de aparência, na dialética das inversões, em que os contrários desempenham funções dos opostos, na espiral de um interminável desencontro que move e imobiliza a sociedade ao mesmo tempo. Essa peculiar contradição se manifesta nos diferentes planos da nossa vida, também na política (2011, p. 99).

Uma sociedade que se tornou pós-moderna, sem mesmo se modernizar em essência, a persistência do passado que é arcaico e se esconde por trás desse arquétipo, este é o latifúndio que “aqui se modernizou e não se divorciou dos grandes avanços das ciências e tecnologias, nem se refugiou em valores antimodernos de uma tradição feudal que não tivemos” (p. 13). O território imaterial deste latifúndio é poderoso porque não se apresenta em suas lacunas, mas quando o desvendamos ele deixa de ser palpável e se torna “apenas” latifúndio novamente. Nessa perspectiva o latifúndio, para Martins (2011, p. 13) “inseminou sua lógica na sociedade brasileira e condicionou nosso desenvolvimento histórico aos seus requisitos de permanência e multiplicação”, permanência pela estrutura e multiplicação pela expansão do modelo agrário-agrícola como país “celeiro do mundo”.

A terra como não é produzida pelo homem, ela não tem valor, mas no capitalismo rentista ela tem preço (MARX, 1974 [1894]). E todo que se apodera da terra por qualquer mecanismo garante a renda da terra a partir de uma fatia excedente fora a mais valia social extraída do trabalhador, ou seja, a sociedade em geral paga um ônus a classe rentista porque esta detém o meio de produção.

A classe rentista (proprietários de terra), ou fração dela, é que se apropria deste substrato natural da vida para multiplicar seus ganhos através da cobrança deste tributo, a renda capitalista da terra. A apropriação desta fatia historicamente foi lograda também ilegalmente.

Grileiro ainda é sinônimo de delinquente, de beneficiário de um ato criminoso e violento. Não por acaso, os próprios grileiros tentaram acobertar-se, e se acobertam, sob a denominação de ‘produtores rurais’, e abrigar-se sob os legítimos direitos dos verdadeiros produtores rurais (MARTINS, 2011, p. 185).

A grilagem se torna então o caminho mais rentável, como também uma parte naturalizada desse processo bárbaro em se apropriar desta renda de modo gratuito (o bônus para essa fração de classe é em contrapartida um profundo ônus/prejuízo social). “Portanto, a concentração da terra não é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a (ir)racionalidade do método que retira capital do processo produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 66). Quer dizer, o capitalista fica sujeito ao latifundiário porque o capital fica imobilizado na especulação, mesmo com produção, não cumprindo a função existencial da terra como fundamento da produção alimentar.

E por fim, o discurso do “tudo é agronegócio” se transforma em “só quem detém a capacidade de produzir é agronegócio”, desvinculando primeiro o debate da estrutura da terra e colocando o debate na capacidade produtiva, ou aparência dessa capacidade por meio da especialização dos cultivos, ou monocultivos. A diversificação para Luis Antônio Pinazza (apud BRUNO, 2016, p. 158) “Seria igual à diversificação do pato que faz de tudo e faz tudo malfeito: anda e anda mal; canta e canta mal; voa e voa mal. Então é uma péssima diversificação”.

Esse discurso da unidade desaparece quando se fala em produzir de modo diverso. Essa perspectiva desaparece na posição de R quando ele reitera que não há problema com a diversidade desde que não seja nas áreas de atuação da UNICA, os territórios da cana são territórios para cana.

R: Essa discussão de *food* versus *fuel* está muito presente nos Estados Unidos e na Europa, mas no Brasil não tem muito sentido. Hoje nós usamos 0,5% da área do país pra produzir etanol da cana-de-açúcar. O setor tem uns 10 milhões de hectares, metade pra etanol, metade pra açúcar a grosso modo, cerca de 0,5% do território nacional. E com 0,5% do território nacional a gente substitui quase 50% da gasolina do país. Tem uma área enorme de pastagem, de pastagem degradada, cada instituição fala em número, mas a estimativa gera em torno de 150 e 200 milhões hectares de pastagem subutilizada, um índice muito baixo de cabeças por hectare. Qualquer intensificação você gera área significativa pra cana. Tem também o zoneamento agroclimático que define que cana não pode crescer sobre áreas de desmatamento, em hipótese alguma, aí define-se áreas prioritárias para produção de cana. E diferente de outros países o Brasil consegue aumentar a produção de alimentos e de cana-de-açúcar e de carnes sem desmatar nada, só intensificando o que está aí. Tem um espaço na intensificação na área de pastagem e isso aconteceu em muitos lugares. Se a gente olhar no interior do estado de São Paulo, com a UDOP, tinha um cara que tinha uma fazenda de gado e arrendou metade pra cana e intensificou a outra metade com o rebanho. (Entrevista com R realizada em 2 de março de 2016).

Se a diversificação não está em pauta, muito menos a produção alimentar. A agricultura sob o modo de produção capitalista no Brasil se alimenta da ideia da vantagem comparativa que foi desmistificada no capítulo sobre a produção alimentar camponesa e a ineficiência latifundiária, mas que se realiza no controle dos territórios de relações capitalistas e não capitalistas pela captação do lucro excedente transformando-o em renda fundiária pelo monopólio da terra, da produção e/ou da circulação.

As tensões intra-classe: bancada ruralista versus bancada do agronegócio

As pautas de diversificação de produção e da homogeneização dos agentes do campo é como o agronegócio esconde uma tensão intra-classe que reverbera no campo por meio de disputas territoriais entre territórios de *commodities* (latifúndio produtivo), territórios de especulação (latifúndios improdutivos) e territórios de resistência. Os argumentos patronais formam um discurso homogêneo quando se equiparam a uma questão de disputa estrutural, a terra, mas quando se trata das distintas facetas de captação de renda, de recursos e da diferença que há entre a acumulação capitalista da renda da terra pelo monopólio da terra e/ou monopólio de produção e circulação entre latifundiários e grandes capitalistas, do beneficiamento da produção, etc, esses discursos tensionam entre ABAG, UDR, UNICA e UDOP contra UDR, CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e CNI (Confederação Nacional da Indústria). Vejamos o discurso de G, que era membro da UDR:

Tiago Cubas: Quando o senhor fala de produtividade eu queria entender também essa relação do senhor representando a UDR e da própria organização da UDR com outras entidades, como a ABAG, a CNA, então qual é a relação de vocês, se caminham juntos, se tem relação com os outros presidentes também dessas outras entidades?

G: Tem ótimas relações.

Tiago Cubas: O conceito do agronegócio caminha bem aqui na UDR, vocês tem utilizado também o agronegócio, nas associações, nas propriedades?

G: Na verdade o objetivo maior da UDR, é justamente por isso que existe o respeito mutuo entre as entidades. A CNA é a entidade mãe eu sou, fui muito amigo do Antônio Ernesto Sales que faleceu, do saudoso Antônio Ernesto, tinha uma relação, um ótimo relacionamento com ele, tanto é que na CPMI da terra a própria CNA indicou que aos parlamentares seria interessante colocar do lado de lá representante dos produtores, a UDR então quem foi que foi o outro lado da CPMI da terra. Foi a UDR, por quê? Porque a própria CNA e outras entidades da sociedade rural brasileira enxergou isso. Isso é como você estar com um problema de coração você vai procurar um cardiologista, se está com um problema de cabeça, vai procurar um neurologista e a especialidade maior da UDR hoje, não que ela esteja proibida de atuar em outros setores, mas como as outras entidades, cada uma se, por exemplo a OCB a

Organização das Cooperativas do Brasil, a especialidade dela é defender o cooperativismo, a do café é o café. Então cada entidade tem a sua função. A CNA é uma entidade que engloba tudo. Agora a UDR se especializou em defender o direito de propriedade, a propriedade, consequentemente o proprietário, essa é a nossa especialização. (Entrevista com G realizada em 8 de maio de 2012).

G, como Ronaldo Caiado, como Katia Abreu, como Blairo Maggi, são parte de um mesmo pacote de latifundiários, o pacote que compreende a agricultura como atividade a parte da indústria, não que estejam separadas, mas que se separam na sua gestão entre “verdadeiros” produtores e aqueles que beneficiam a produção, os industriais. Há uma identificação total com o conceito de ruralista, que mantém, a perspectiva de “legalidade” numa luta jurídica contra os “vilões”, camponeses mobilizados. Ao contrário, Caio Carvalho, Roberto Rodrigues, Ney Bittencourt e Luis Pinazza, se referem a si mesmos não como produtores, mas empresários do campo que gerenciam a cadeia produtiva.

Vejamos a fala de Caio Carvalho que inclusive faz questão de diferenciar o “Sou Agro” ligado a CNA do “Mais Agro” que é o slogan da ABAG.

Cliff Welch: Por que você acha, você me lembrou uma relação que me parece importante, você criticou as políticas da Dilma, mas a ministra da Agricultura, um pouco como Rodrigues, é muito vinculada com os produtores, não?!

Caio Carvalho: É, mas tem uma diferença muito grande. O Roberto foi presidente da ABAG, e ele virou ministro por ser presidente da ABAG. A Katia é agricultura e CNA, a Katia tem uma dificuldade louca por exemplo...

Cliff Welch: A CNA é muito diferente da ABAG?

Caio Carvalho: É, a CNA é só agricultura, ela quer que a indústria morra. Entendeu, estou sendo muito honesto com vocês. Ela quer que a indústria exploda. Então você tem a CNI que é irmã da CNA que quer que a agricultura se exploda, o negócio dela é indústria. Essas coisas segmentadas levam a divisionismo. Por que a Katia é ministra? Primeiro porque ela aderiu a Dilma, a Katia era a maior inimiga da Dilma. Ela aderiu a Dilma porque ela quer ser governadora de Tocantins. É política. **Você pegar um presidente de uma entidade de classe específica e colocar como ministra não sei se esse cara está preocupado em pensar no país. Eu acho que eles vão ter que repensar o país inclusive daí. O ministro da Agricultura tem que ser um ministro que pense o agronegócio. Tem que ter uma integração total com indústria, com todas as áreas, tem que pensar o Brasil.**

Cliff Welch: Ela foi uma liderança para mudar o Código Florestal não?

Caio Carvalho: Foi o oposto, os verdes batiam, ela batia. Alguém teve que entrar no meio e acertar essas contas. [...] Então você as ONGs falando absurdos ambientais e você tinha a Katia, eu fui numa reunião no Rural que o William Waack era o coordenador e perguntou pra ela... num congresso nosso.

Tiago Cubas: William Waack do Globo?

Caio Carvalho: Do Globo isso, a gente sempre contrata todo ano o William Waack para o nosso congresso, que sempre acontece em agosto, e esse ano vai ser “Liderança e Protagonismo”. Então nós vamos discutir ética e uma porção de coisas. Nesse evento era o William Waack coordenando a mesa e a gente

estava discutindo economia verde. E eu levei gente muito boa, trouxe gente de fora, pra conversar sobre como é que era a coisa da economia verde, problema químico, como é que a área química estava indo pra biologia. Então você via as resistências do pessoal da química, você vê isso tudo.

O William Waack é muito bom pra cutucar as pessoas. E ela estava lá. Vou contar pra vocês, por isso que eu não vou pra Brasília, eu não vou no ministério, deixa ela lá. Ela pediu pra ele coordenar uma reunião sobre economia verde. E ele disse, “eu tive muito tempo na Alemanha”, e realmente o William Waack é um cara extraordinário, um cara bacana. “Então dona Katia, você me chamou pra coordenar uma mesa de economia verde, vamos começar definindo então, o que é economia verde?”. E ela [travou]. Ela não tinha conceito de economia verde, aí ela começou a, a, e ele percebeu que ela estava em frangalhos. Aí ele chamou o Paulo Rabelo de Castro, economista. Aí ele disse, “Paulo, deixa a Katia preocupada, da a definição de economia verde”. Aí ele tentou dar meio sem graça pra não desmoralizar a Katia, basicamente é tentar produzir o máximo com o mínimo de uma forma realmente, a, a, sustentável e utilizando a biomassa. Aí ele falou, “doutora Katia, agora que o doutor Paulo definiu qual sua posição sobre economia verde?”. Rapaz ela começou esculhambar ambientalista. Mas ela começou a agredir gratuitamente, era época do Código, meter o cacete, esculhambar. Ou seja, é uma pessoa, é senadora, ela é senadora, quando você conversa com ela você não sabe se você está falando com a ministra, com a senadora, ou com a CNA. Você nunca sabe. Depende do momento. Então na verdade a grande sacada dela pra ser ministra foi se aproximar da Dilma. Mas isso não quer dizer que ela tem força, ela teve que reduzir orçamento, o orçamento da agricultura de pequena escala é muito maior que o da agricultura de grande escala. Ela está sofrendo muito por causa desse governo que está aí.

Tiago Cubas: Essa aproximação foi pessoal?

Caio Carvalho: Pessoal, tanto é que ela mudou de partido. Pra fazer isso ela veio pro PMDB. Aí ela ficou na base de suporte pra Dilma. Então ela é muito política, se você conversar com o Robson da CNI, não, ele é empresário. Você pega uma presidência da CNA ou da CNI você quer conversar com o empresário que coordena aquela entidade, mas se eu sou ao mesmo tempo senador, você presidente está conversando com quem?

Cliff Welch: Ela ainda é presidente?

Caio Carvalho: Não, ela saiu e entrou um baiano. Que é mais jeitoso, tanto é que não temos visto embate. Mas o que ela fez, ela levou pra Agricultura a assessoria toda dela da CNA, então é como se a CNA tivesse ocupado a agricultura.

Cliff Welch: CNA continua como confederação?

Caio Carvalho: Não, cooperativismo, mas federações. O Fábio Meireles que é presidente da FAESP é ligado a CNA. E eles não se suportam. Se tiver uma reunião, eu convidei a Katia, ele não vai e vice-versa. É um ambiente ultrapassado com um orçamento espetacular. Ela cobra uma taxa, todo mundo é obrigado a pagar, aqui a gente vive dá, apertadinho com o que cada um paga. Lá não, é na veia, ela recebe, o orçamento é extraordinário.

Cliff Welch: Esse não tem sido um papel da ABAG, a tarefa de harmonizar essas personalidades? Organizações e tal?

Caio Carvalho: É por isso que eu sofro. Estou tentando criar, e está avançado. A gente chama de Comitê de Governança.

Cliff Welch: Unificar um patronato rural.

Caio Carvalho C: A única maneira da gente fazer isso, via pessoas a gente não consegue fazer isso, mas via tecnologias a gente consegue. O Rodrigo Mesquita é um dos caras que mais conhece as mídias sociais, então a gente está montando um projeto via redes sociais. Pra estar acompanhando o que se

passa e fazer relatórios que todos conheçam. Pra aí a gente sentar na mesa e discutir. A começar da convocação, quem convocou? Quem esse cara pensa que ele pra me convocar.

Cliff Welch: Esse conceito de Agro, não faz parte de unificar que a ABAG leva?

Tiago Cubas: O Sou Agro e tem agora o Mais Agro também?

Caio Carvalho: Isso, **o Mais Agro, que é o slogan nosso, mas esse é o da ABAG.** Mas é isso, toda estratégia nossa é no sentido de trazer governança. Porque é assim, tem o tema, Código Florestal e seis ideias diferentes na mesa você não vai pra lugar nenhum. Tem que tentar harmonizar e não é uma coisa fácil. O tempo passa depressa e é uma tentativa. (Entrevista com Caio Carvalho realizada em 29 de maio de 2016).

O grifo expõe a tensão entre latifundiários e capitalistas que se unem na defesa da terra e se contrapõem no modo de apropriação da renda da terra. Para Caio Carvalho, não pode haver uma representação de uma “entidade de classe” específica, mas alguém que represente o agronegócio e “pense o agronegócio” numa “integração total”, em outras palavras, é preciso mais domínio do processo produtivo. Não há espaço para o outro, nem para o camponês como agricultor familiar e nem o latifundiário improdutivo que retém o monopólio das terras. Num segundo momento, Caio Carvalho, expõe a gerência da CNA como o conceito atrasado do campo, como aqueles que não sabem dialogar com o “novo”, não se apresentam num “debate qualificado” de temas recentemente apropriados pela bancada do agronegócio que é diferente da bancada ruralista.

O que ABAG propaganda e defende é que as fatias do bolo sejam mais “igualitárias” aos latifundiários e aos grandes capitalistas dominando o que se chama de cadeia produtiva, de modo que os grandes capitalistas tenham acordos arregimentados com grupos exclusivos (de preferência um que agrupe grandes interesses) para negociar produção diretamente com grupos econômicos e não com pessoas físicas ou sindicatos (como acontece com o setor sucroalcooleiro onde a UNICA agrupa a grande maioria dos interessados e extingue o sindicato como intermediário acordando diretamente com a ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil)). Já para os latifundiários/ruralistas é mais interessante dividir os aportes de captação da renda da terra, ou seja, a UDR se identifica com a CNA e com a CNI no contexto de monopólio de produção como diferente de monopólio de circulação, e os dois, apesar de estreitar-se politicamente, são organizações distintas, o que abre espaço, inclusive, para essa divergência dentro dos sindicatos patronais.

Talvez essa tensão seja uma brecha para uma fratura ideológica de classe, onde não superestimamos aqueles que querem gerenciar a máquina e analiticamente, comparamos, frente a frente, os papéis de cada classe no campo brasileiro e paulista.

3.4 O patronato paulista a partir do agronegócio da laranja e da cana

Os monopólios de produção e circulação no cultivo da laranja depois 1950

Todas as entrevistas as quais realizamos foram situadas espacialmente no estado de São Paulo, e a partir disso queremos discorrer sobre a formação específica do patronato paulista que influencia profundamente as políticas públicas e a ideologia do agronegócio brasileiro. O monopólio da circulação é a grande diferença entre o agronegócio em São Paulo (nas áreas contíguas ao estado) com o restante do Brasil.

Para Oliveira (1986) a apropriação da renda da terra pelo capital citrícola e também pelo setor sucroalcooleiro paulista, se constituíram diferentes dos demais ciclos pois mesmo que não tenham uma dominância total da produção, dominam o processo produtivo pelo seu fim, a circulação da produção por meio do monopólio da circulação na concentração de capital na indústria.

A matriz da transformação da apropriação da renda da terra, do monopólio da produção para o monopólio da circulação, se desdobra predominantemente a partir da década de 1950 e 1960, quando entram os ciclos da laranja e da cana-de-açúcar a partir de um consumo, que não é *in natura*, mas industrializado e controlado pela agroindústria por parte da laranja. O café era exportado de modo predominante *in natura*, isso não gerava a possibilidade de um intermediário relevante que se apropriasse da renda da terra pela circulação, e o algodão, era segundo Martins (1979) fruto de manufaturas têxteis há muito ultrapassadas. De modo que, a apropriação da indústria e do beneficiamento a partir dos capitalistas da laranja e da cana, desdobraram a captação da renda da terra pelo monopólio da circulação.

Sobre o ciclo da laranja Oliveira (1986, p. 36) assevera: “É como afirmamos no início do trabalho, a matéria-prima é parte do capital constante do setor industrial e se paga por ela efetivamente um preço inferior ao valor que ela contém, estar-se-á pois, transferindo valor criado e não pago, de um setor a outro”. Ou seja, a “união” das agroindústrias em grandes grupos (o que o autor chama de cartelização, diferente do que acontece em seu estudo numa comparação com a Flórida) de faturamento da renda da terra, se dá para controlar o processo produção-industrialização-exportação pelo viés da circulação (FERNANDES e WELCH, 2008). Oliveira (1986) demonstrou no seu trabalho sobre a renda da terra e a citricultura

paulista que a agroindústria da laranja, controlando mais de 90% da produção, consegue transformar a renda da terra em capital constante, postulando segurança para estes industriais.

Vários autores têm contribuído para aclarar esta questão, entre eles, Martins desponta com as propostas que julgamos mais avançadas e esclarecedoras. Entre suas afirmações está: "O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção de mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro, temos a circulação da mercadoria, subordinada à produção, num outro, temos a produção subordinada à circulação. Mas esses momentos estão articulados entre si num único processo, embora possam estar disseminados por espaços diferentes" (MARTINS, 1981:21).

Nós mesmos, com base nestas afirmações, desenvolvemos outro trabalho, onde procuramos mostrar as várias facetas das relações entre a agricultura e a indústria e, particularmente, os dois eixos do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo: o primeiro e fundamental: a circulação subordinada à produção, ou o monopólio na produção; e segundo, a produção subordinada à circulação, ou o monopólio na circulação. (OLIVEIRA, 1986, p. 26).

A raiz do capital no campo paulista, mais atual, está a partir da territorialização do capital, na apropriação da renda capitalista (seja no arrendamento, seja na produção dos latifundiários da cana e da celulose). Entendemos que o monopólio da produção é esta territorialização do capital no campo, e que a monopolização é a exceção da captação da renda camponesa pelo monopólio da circulação. Por isso assentado e pequeno produtor pode produzir *commodities*, e o que mais importa é a margem de lucro gerada a partir da abundância de matéria prima, com maior garantia de controle.

Como produto desse raciocínio, Marx elabora a seguinte lei geral: "não se alterando as demais circunstâncias, a taxa de lucro varia em sentido contrário à modificação do preço das matérias-primas" (MARX, 1974:119). Ou por outras palavras: "a taxa de lucro varia inversamente à variação do valor da matéria-prima" (MARX, 1974:125).

Podemos, a partir daí, analisar com mais profundidade a "importância para os países industrializados da obtenção de matérias-primas com preços baixos, mesmo quando as variações nesses preços não venham acompanhadas de modificações no domínio da venda do produto, pondo-se de lado, portanto, a relação entre a oferta e procura. O comércio exterior influi na taxa de lucro, mesmo pondo-se de lado toda a sua influência sobre os salários, ao baratear os meios de subsistência necessários. Influencia os preços das matérias-primas ou auxiliares, utilizadas na indústria ou na agricultura" (MARX, 1974:119).

Portanto, é para a indústria, para o monopólio, nacional ou multinacional, vital a obtenção de matérias-primas a preços baixos, mormente naqueles "ramos industriais onde a matéria-prima se consome, ou seja, onde o próprio objeto de trabalho já é produto de trabalho anterior...", pois que aí "a produtividade

crescente do trabalho expressa-se justamente na proporção maior da matéria-prima absorvida por determinada quantidade de trabalho, pelo volume crescente, portanto de matéria-prima que uma hora de trabalho por exemplo transforma em produto, em mercadoria. Na medida em que se desenvolve a produtividade do trabalho, o valor da matéria-prima vai-se tornando componente cada vez maior do valor do produto mercadoria, pois entra nele por inteiro, e além disso vão constantemente diminuindo em cada parte alíquota do produto total à proporção que repõe o desgaste da maquinaria e a porção que representa o novo trabalho adicionado. (OLIVEIRA, 1986, p. 27).

A renda da terra tem por base o fio condutor da relação entre a agricultura, provedora da matéria prima, e o industrial, consumidor da matéria prima. Esse processo de transferência de renda da terra é logrado através dessa relação que produz contingentes maiores de taxa de lucro em razão de uma maior disponibilidade de matéria prima para a indústria. Isso num mercado interno ideal.

É dessas lições de Marx que tiramos o fio condutor para entendermos o processo de transferência da renda da terra na agricultura e de como ela é apropriada pelo capital. Pois, como podemos verificar, a laranja, ao se transformar em matéria-prima para a indústria do suco, traz consigo, produto de relações estabelecidas nas negociações entre produtores e industriais, fração ou mesmo a renda total da atividade, e mesmo em alguns casos até fração de lucro médio, senão ele por inteiro, gerando a crise no setor. A questão é saber como ela foi produzida e como ela foi adquirida pelas indústrias. (OLIVEIRA, 1986, p. 28)

A expansão, cartelização e queda da atividade citrícola

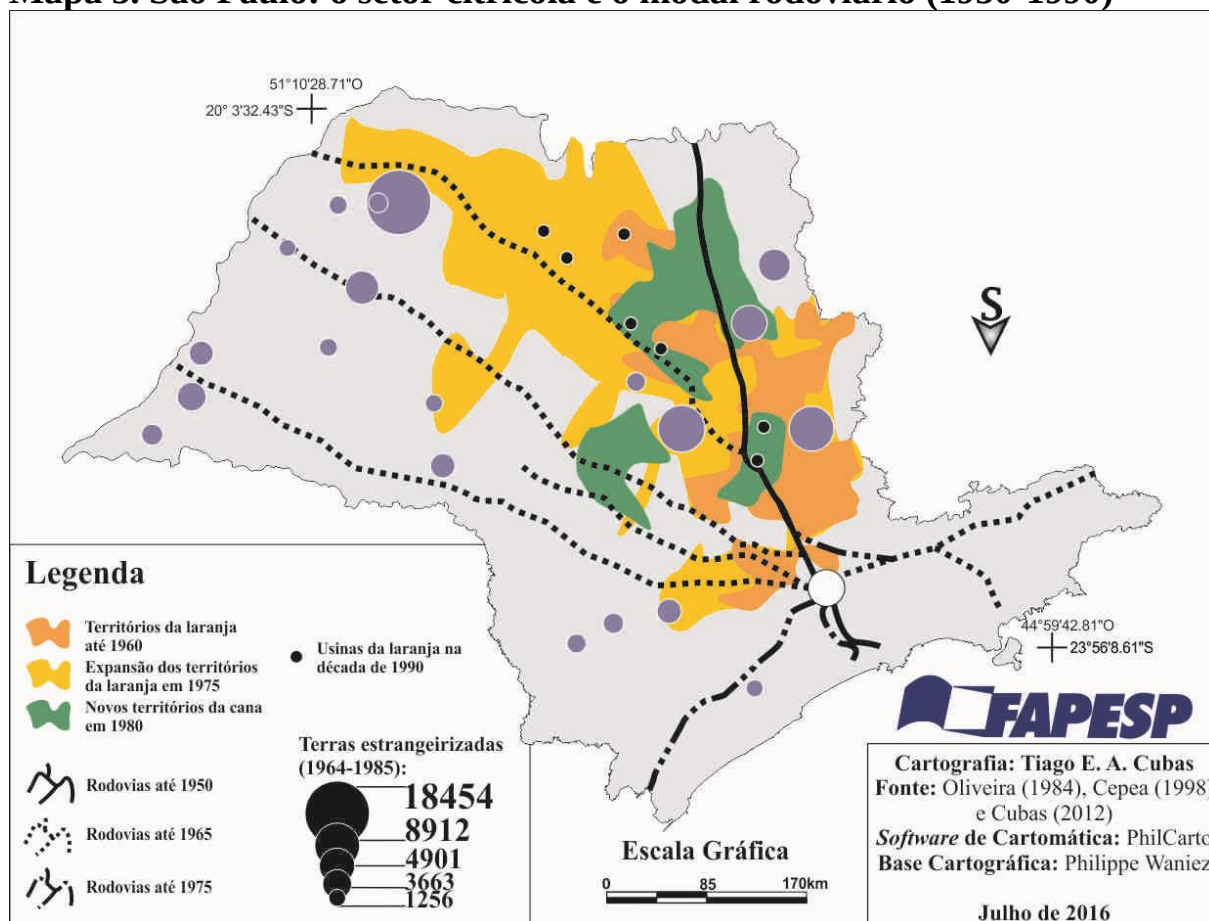
As oligarquias, com o discurso decorado e faccioso, segundo Martins (1979), de que historicamente carregaram o “desenvolvimento” se reúnem nas suas velhas estruturas que depois de 1950 se revelam em novas formas de usurpação da renda da terra. Martins (1979) explicita que acumulação de capital por parte dos monocultivos do café prepararam o terreno para expansão desse novo panorama da expansão do capitalismo depois de 1950.

O Mapa 5 vai evidenciar uma nova composição de velhas estruturas somadas naquele momento à indústria da laranja e, timidamente, da cana nas regiões mais antigas das oligarquias paulistas, destaque para Ribeirão Preto. O modal rodoviário, no período militar, especialmente substituiu o modal ferroviário, e houve uma desenfreada expansão das grandes áreas nas mãos de estrangeiros.

O Cinturão da Laranja formado pela atividade citrícola, abordada na continuidade desse tópico, foi acompanhada de uma forte cartelização do setor em conjunto com uma

agroindústria concentrada para exportação, o que justifica novas formas de apropriação da renda da terra que será explicada. Com fins exclusivos de mercado externo, sete usinas no começo da década de 1990, ao longo da expansão da Rodovia Washington Luís, concentravam a atividade de distribuição e beneficiamento da produção da laranja, sendo elas: Cutrale (Araraquara), Sucorrico (Araras), Cargill/Dreyfus (Bebedouro), Citrovita (Catanduva), Citrossuco (Limeira), Citrossuco/Citrovita (Matão) e Cargill (Uchôa). Onde a Cutrale dominava 22% do mercado, a Citrossuco 21%, a Dreyfus 16%, Citrovita 13% e Cargill 11%; abocanhando mais 80% da produção e beneficiamento da laranja. E para comercialização das frutas *in natura* (ou seja, foco no mercado interno), a menor parte da produção até a década de 1990, necessitavam o que depois se chamaria de *packing houses*, que eram casas credenciadas dentro desse cinturão⁷².

⁷² Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/citros/cadeia_citros.pdf.

Mapa 5. São Paulo: o setor citrícola e o modal rodoviário (1950-1990)

A transferência da laranja do Rio de Janeiro para São Paulo se deu pelo objetivo da produção, que não era o mercado interno, mas a proximidade das áreas de escoamento, e para isso o modal rodoviário foi essencial. A preocupação no Rio de Janeiro era estritamente de venda ao exterior, essa era a demanda da Inglaterra de modo especial (OLIVEIRA, 1986).

Quando a Segunda Guerra eclode a Inglaterra interrompe o grande fluxo de transações nessa área e a indústria é obrigada a se mudar. Isso para atender não somente demandas de tipos de laranja, mas do consumo *in natura* e como suco, isso na década de 1960. Já a partir da década de 1970 é quando, segundo Oliveira (1986), começa a industrialização do setor citrícola, o que promove a expansão da cultura no solo paulista para produção de suco concentrado. A instalação de uma indústria em Bebedouro em meados de 1960 foi um marco para o plantio de novos pomares.

Este crescimento ocorreu devido à exportação do fruto "in natura" através do porto de Santos, como também ao crescimento do mercado interno representado pelo crescimento urbano de São Paulo, além, e sobretudo, da expansão das indústrias de suco, particularmente na década de 70. São Paulo passa, pois, de uma produção de 1.703.892 caixas em 1950 para 8 milhões em

1960, 34 milhões em 1970, 66 milhões em 1975 e 169,6 milhões em 1980. O que representou um crescimento de 9.876% no período de 50/80, sendo que no período de 70 a 80 a produção aumentou em mais de 130 milhões de caixas, levando a produção a dobrar de 70 a 75 e quase triplicar entre 75 e 80.

Essa expansão significativa da citrícola em São Paulo fez com que apenas o Estado de São Paulo fosse responsável por 77,41% do crescimento do volume da produção brasileira, 71,19% do número de pés plantados no país e 71,25% da área ocupada pela citricultura brasileira. Cabe ressaltar também o aumento da produtividade por hectare da cultura da laranja em São Paulo, que passou de 136 caixas por ha em 1950 para 269 caixas em 1980, para 304 caixas em 1970 e para 371 caixas em 1980. Já para a safra 83/84 estava prevista uma produtividade de 395 caixas por ha, correspondente a uma safra esperada de 200 milhões de caixas de laranja. (OLIVEIRA, 1986, p. 28).

Essa indústria de Bebedouro foi comprada por italianos no começo de 1970 e se formou a Sanderson, e depois disso, foi a falência, então incorporada pelo estado de São Paulo como Frutesp e deixada assim na mão daqueles produtores, como Cooper Citrus. Em 1963 outra indústria foi fundada e adquirida por José Cutrale em 1967. A CitroBrasil de Bebedouro, fundada em 1967 foi adquirida pela Cargill em 1977. Outras indústrias que surgiram em meados de 1960 e começo da década de 1970 (como Citral em Limeira, Sucorrico em Araras, Tropsuco em Santo Antônio da Posse, entre outras) passaram já no final da década de 1970 para o patrimônio da Cutrale (OLIVEIRA, 1986). Oliveira (1986) ainda informa que a Cutrale e Citrossuco detinham no começo da década de 1970, 80% da capacidade instalada no setor; no começo da década de 1980, o Grupo Cutrale, Critrossuco e Cargill controlavam 90% dessa capacidade.

Fechou-se o pacto do monopólio da circulação que permitiu que essas multinacionais controlassem não somente a disposição de trabalho, mas para onde iria a renda da terra.

A característica estrutural trabalhista no campo brasileiro era o trabalho assalariado com grande percentual somente acima dos 100 hectares até 1980, para o setor citrícola, foge a regra somente para o caso de São Paulo. Houve um aumento de trabalho assalariado na citricultura paulista entre os períodos de 1970 e 1980. Isso deu uma ênfase na formação de um “povo sem terra” mas que trabalhava no rural (WELCH, 2010).

Esta marca estrutural do campo no país já foi ressaltada por nós em outro trabalho, quando afirmávamos que a característica estrutural marcante do campo brasileiro era a presença do trabalho assalariado nos grandes estabelecimentos (mais de 100 ha), enquanto que aqueles com área inferior a 100 ha, tendiam a manter as relações de trabalho fundadas na família. Apenas São Paulo foge à regra. (OLIVEIRA, 1986, p. 29).

A expansão da cultura da laranja na década de 1980 se desenrolou na formação do cartel das indústrias que "escondem-se na Abrassucos - Associação Brasileira das Indústrias de Sucos - para as negociações - enfrentando pois, os citricultores, escudados por sua vez na ASSOCITRUS e FAESP" (OLIVEIRA, 2007, p. 30). Essa territorialização do grupo Cutrale no setor deixou dúvidas quanto à nacionalização do processo de concentração e crescimento, pois as duas outras maiores empresas eram multinacionais ou associadas. Já a Cutrale era então a distribuidora exclusiva de suco para a Coca-Cola Internacional. Constava também que a Cutrale é associada à Coca-Cola através de uma empresa de *joint ventures* nos EUA.

Essa distribuição territorial do cartel das indústrias de suco, fez com que a distribuição territorial da cultura da laranja expandisse em direção à região de São José do Rio Preto, na região de Araraquara, e por todo o vale do Rio Mogi Guaçu, na região de Campinas, conforme pode ser observado pelo mapa referente à previsão de safra de 1983/4.

O que podemos verificar pois, é que se vão definindo quatro grandes áreas produtoras de laranja no Estado: uma comandada por Limeira, a região de Campinas; duas outras na região oeste de Ribeirão Preto, nucleadas por Araraquara e Bebedouro; e a quarta em processo recentíssimo de formação em São José do Rio Preto. Já, entretanto, está havendo a ampliação da laranja na região da Sorocabana, em função do abastecimento do mercado interno paulista. (OLIVEIRA, 1986, p. 34).

A formação do cartel da laranja foi decisiva para a consolidação de monocultivos distintos a lógica mais geral do capitalismo no campo brasileiro, quando vindo do sul, o complexo sojicultor não teve espaço com os latifundiários paulistas. As relações trabalhistas se portaram de modo distinto à regra nacional na integração da indústria, agricultura e cultura da laranja e depois na cana, contrariamente, o primeiro fomentado pela demanda global, que depois caiu, e o segundo pela demanda interna a partir do ProÁlcool e da crise do Petróleo, e de modo mais recente no advento do carro flex (em 2003).

A consolidação do agronegócio brasileiro da laranja aconteceu em 1980 concentrando o poder de negociação em cinco grandes processadoras. A partir da década de 1990, a implementação da verticalização da produção foi intensificada, diminuindo a participação do campesinato citricultor e de citricultores capitalistas no processo produtivo. Somente nesta década, o número de citricultores passou de aproximadamente 25 mil para em torno de nove mil. Simultaneamente ocorreu a expansão dos laranjais das empresas processadoras aumentando ainda mais seu poder político e econômico. Configura-se assim a eliminação do citricultor familiar pequeno e médio por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa os territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizada para a produção de laranja (FERNANDES e WELCH, 2008, p. 173).

A laranja foi gradualmente substituída no mercado externo e não foi incorporada pelo mercado interno, por isso a cana, com o grande investimento e ênfase do ProÁlcool no pós-1970 surge como alternativa na crise do petróleo e como discurso da emissão de poluentes nesta década. O controle de poucos com falta de planejamento estrutural para o setor se perderam a respeito das variações no beneficiamento da laranja e da incorporação no mercado interno (mais controlável que o mercado global). Eram poucas usinas concentrando grande parte da circulação da produção que causaram uma grave crise ao setor, que de modo oportunista, foi substituída pela expansão do setor sucroalcooleiro.

O ciclo sucroalcooleiro e o monopólio da circulação

As fazendas e monocultivos de cana-de-açúcar tiveram momentos históricos no contexto de colonização no Brasil, mas ela vai se tornar um tipo de penetração capitalista no campo a partir da década de 1970, fruto do governo militar e do ProÁlcool. Essa análise exprime as raízes de usurpação da renda da terra e da retirada da mais-valia do trabalhador que se aprofundam nos períodos mais recentes onde os agentes hegemônicos passam a se misturar entre capitalistas e latifundiários, onde o produtor, por vezes, é o terceiro elo, o mais frágil nessa relação.

A transformação mais emblemática na ordem da captação da renda da terra pelo monopólio da circulação no setor canavieiro veio das discussões mediadas por organismos internacionais a respeito da queima do óleo que chegaram ao Brasil trazendo pressão para um investimento num combustível alternativo (em especial a Conferência de Estocolmo em 1972 direcionada pela ONU foi corroborada pelo acordo de *Bretton Woods*, “o marco regulatório das novas formas de acumulação do capital” (PAULINO, 2011b, p. 108), que criou organismos internacionais para controlar a economia mundial dolarizada). Esse era o discurso que foi ser acoplado mais recentemente, a partir da década de 2000 com o debate das emissões de carbono e venda de cotas de emissões de carbono através da produção energética renovável e limpa. A pressão deu resultado junto a crise do petróleo nas já explanadas políticas públicas de investimento direto no setor agroindustrial, o ProÁlcool em 1970 e os Carros Flex em 2003.

Assim, já que a pedida de energias renováveis e limpas era mediada por um padrão mundial do capitalismo, a globalização do discurso e dos mercados, a produção do álcool e do

açúcar passaram a ser para São Paulo um grande negócio, o qual encontrou na classe rentista um grande aliado. Esse enlace, além do alto grau de investimento em pesquisa (privado e público internacional), ocorreu especialmente a partir de uma “cátedra”, que veio se formando em convênios desde 1950, na Esalq em Piracicaba por meio da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford, originários do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e da Ohio State University.

Dias (2001), em sua tese sobre a evolução dos estudos sobre o Ensino Superior Agrícola no Brasil informa das ligações entre Esalq e a Fundação Rockefeller, representante estaduninse, para influir nas decisões na agricultura no Brasil, reverberando de modo mais específico no estado de São Paulo:

As mudanças se efetivaram na década de 60, mas foram testadas por mais de dez anos, atravessando momentos políticos diferenciados. Em 1961 um relatório sobre o ensino e pesquisa na Esalq destaca: ‘a fundação Rockefeller, por exemplo, tem contribuído nestes últimos anos com doações volumosas, para ampliação e modernização de seu equipamento didático e científico, as quais já atingiram a quase meio milhão de dólares, além do fornecimento de bolsas de estudos para professores e assistentes’ (ESALQ, 1963). Data de 1950 o Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos em 19 de dezembro. Esse Acordo recebeu diversos adendos e emendas posteriores, mas nunca foi formalmente extinto. Os convênios de cooperação firmados pelo Brasil e os Estados Unidos, na área de Agronomia seguiram um encadeamento, que mostra coerência desde seus primórdios quando em 1949 o presidente Henry Truman, dos EUA, discursou no Senado apontando no Ponto IV de sua fala medidas de auxílio aos países em desenvolvimento, fruto da política externa da guerra fria; 1950 é estabelecido o acordo Brasil-EUA em 19 de dezembro firmando princípios de cooperação técnica; 1963 é criado o Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica; em 1955 foi criado o Escritório Técnico para Agricultura – ETA, com projetos para Extensão Rural, Pesquisa e Ensino (DIAS, 2001, p. 51-52).

O ETA foi responsável pela criação de programas de pós-graduação nas universidades públicas e esses acordos históricos pela aproximação das fundações estadunidenses investindo nas instituições de pesquisa ligadas a agricultura e saúde.

As relações sociais não mudaram em si, mas aprofundaram e tornaram-se mais complexas (com peculiaridades), tanto as formas de retirada do excedente pela renda da terra como a apropriação da mais-valia do trabalhador. A renda da terra é, ainda hoje em grande parte, captada pela renda em produção que é controlada no monopólio da circulação, já que os usineiros recebem toda a matéria prima, e quanto maior a oferta da matéria prima, menores os seus custos de produção, maior a retirada de renda da terra diferencial. Assim os arrendatários

entregam sua produção total, mediada pela ORPLANA que é parceira da UNICA, aos usineiros. A renda da terra está aí amarrada ao monopólio da circulação.

No estado de São Paulo, a renda da terra pré-capitalista, ou não-capitalista, em essência parte do produto excedente como parcela da produção além da parte necessária à subsistência do trabalhador (OLIVEIRA, 2007). Essa renda vem segundo a UNICA e UDOP pelo convênio com a ORPLANA que agrega em si grande parte dos produtores de cana-de-açúcar em associações. Ou seja, UNICA e UDOP não se sentam a mesa com produtores, mas com usineiros (seus associados) e com a ORPLANA com sedes em Sertãozinho (SP) e em Ribeirão Preto (SP), na pessoa de Manoel Ortolan.

A composição orgânica do capital então se torna fortalecida nas fazendas de cana-de-açúcar pelo alto grau de contradição nessas relações, não são os fazendeiros (produtores e criadores de gado), mas os capitalistas e rentistas. A retirada do excedente pela fração latifundiária permite a continuidade da reprodução deste modelo que atinge sua mais recente afronta trabalhista na substituição de trabalhadores por máquinas, simultânea a relatos frequentes de trabalho análogo a escravidão nos latifúndios de cana (REPÓRTER BRASIL, 2014). A barbárie é ocultada pelos ares de tecnologia e modernidade onde os rentistas permanecem alugando suas terras para produção da cana.

A cana-de-açúcar não tem sentido sem o processo industrial de proximidade local-regional, porque ou ela tem finalidade efetiva quando transformada em açúcar ou quando transformada em álcool. Ou seja, a terra se torna mero substrato apropriado pelo rentista no arrendamento, usurpada do produtor no acordo com o usineiro, este último que controla toda a oferta e junto a Consecana (Conselho de Produtores de Cana-de-açúcar - que está dentro da UNICA e da ABAG) regula os preços no mercado interno (já que a demanda de etanol de cana é nacional). E assim, segundo palavras de R, não há necessidade de lidar com os produtores diretamente pois eles estão agrupados na ORPLANA⁷³. Ou seja, a ORPLANA pulveriza o papel da sindicalização e das lutas, afasta os que produzem daqueles que cooptam sua renda. No entanto, para que o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro obtivesse sucesso houve uma necessidade intensa de expansão que culminou na criação do braço da UNICA, a UDOP, e transformação não só conceitual, mas político-ideológica do sujeito latifundiário de pecuarista e fazendeiro para usineiro ou produtor/empresário rural.

⁷³ Dentro da ORPLANA estão 34 associações de fornecedores de cana nos Estados de São Paulo (26), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (3) e Goiás (2). Com um número aproximado de representação de 18 mil plantadores de cana representadas por esta entidade. Em informações na sua página na internet: www.orplana.com.br.

De modo que as instituições do agronegócio no estado de São Paulo se encarregaram de dominar a circulação da produção por meio do acordo entre usineiros que estão em grande parte dentro da UNICA formando um Conselho de Gestão que demanda lobby para o Instituto Pensar Agro (IPA)⁷⁴ dentro de Brasília ligado intimamente a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) liderada pelo deputado Marcos Montes (PSD). Esse mesmo instituto que foi responsável por repensar o Código Florestal brasileiro. Veja no Quadro 14 a disposição dos deputados e senadores ligados diretamente a FPA.

Quadro 14. Senadores e Deputados ligados a FPA em março de 2017

REGIÃO	SENADORES	DEPUTADOS
NORTE	6	22
CENTRO OESTE	7	29
NORDESTE	5	49
SUDESTE	3	71
SUL	4	46
TOTAL FPA	25	217
BRASIL TOTAL	81	513

Fonte: FPA, março de 2017. **Org.** Tiago Cubas.

Os senadores que estão ligados a FPA são 30,86% do total e os deputados são 42,3% do total da bancada do Congresso Nacional. A representação partidária é diversa, mas predominante entre parlamentares do PMDB, do PSBD e DEM. O Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste se destacam com maiores números de representantes. Há uma articulação refinada entre o IPA e a FPA que congrega os diferentes segmentos do agronegócio latifundiário para legislar em causa própria.

De fazendeiros e pecuaristas a usineiros: o papel da UNICA-UDOP

Antônio Salibe: [depois de 1990] o *boom* no oeste de São Paulo e aí vieram as usinas para cá e também o sistema de formação das usinas foi um sistema cooperativista, não veio a figura do usineiro como tinha na região de Ribeirão Preto, na realidade aqui se juntaram fazendeiros, pecuaristas, ex-pecuaristas

⁷⁴ “O IPA com sede em Brasília congrega 42 entidades representativas do setor do agronegócio brasileiro. Foi criado em 2011 como uma associação de direito privado de âmbito nacional e sem fins lucrativos com a finalidade de apoiar programas, projetos e organizações da sociedade civil que trabalham para o desenvolvimento e os avanços do setor agropecuário **numa articulação com as diversas áreas governamentais**. As entidades representativas do setor rural, **que integram o IPA, dão suporte aos trabalhos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)**”.

Retirado de: http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-instituto-pensar-agro.

que acreditaram [...]. (Entrevista com Antonio Salibe realizada em 1 de junho de 2015).

A transição conceitual de fazendeiro e pecuarista para empresário rural, de modo semelhante, de latifúndio para agronegócio, corroborado na imprensa corporativa se encarregou de fortalecer ideologicamente o paradigma do agronegócio no estado de São Paulo e disseminar esses conceitos a partir do começo da década de 2000 (CUBAS, 2012 e 2013). Essa mudança conceitual favoreceu uma pulverização do discurso da questão agrária pela questão da terra, porque agora, ela supostamente estaria resolvida com uso racional. Esse discurso específico, também no agronegócio sucroalcooleiro, foi apropriado para dar uma nova cara a velhas instituições patronais dirigidas por uma “nova” geração (da década de 1970) de capitalistas e rentistas.

A verdade é que eles não se separam a partir de onde foram, nas décadas de 1960 e 1970, hibridizados. Na abstração de classe pensamos separadamente, mas isso não acontece na realidade. Os capitalistas e os latifundiários no estado de São Paulo são os mesmos, inclusive alguns desses capitalistas agrupam terras em muitas partes do Brasil que não só neste estado.

Longe de insinuar a diluição do conceito de classes, esse termo expressa a sobreposição típica do capitalismo rentista, em que parte da burguesia tem negócios fundiários do mesmo modo que parte dos proprietários tem empreendimentos capitalistas, sendo importante lembrar que no mundo dos negócios se há algo que não se preza são as fronteiras. Por isso, não raro o produto da rapina social, leia-se renda da terra, flui para as mesmas mãos dos que se apropriam diretamente da mais valia individual. Ambas constituem uma indivisível riqueza que assim integra o processo de acumulação ampliada. (PAULINO, 2011b, p. 107).

Os latifundiários e capitalistas veem o estado de São Paulo a partir da renda diferencial da terra na proximidade com os mercados internacionais na escoação e com os meios de circulação, tanto as conceituadas e caras “melhores rodovias do Brasil” num circuito articulado ao porto de Santos e aos aeroportos viabilizados para comércio internacional desde o interior do estado até a capital.

Em síntese, o setor sucroalcooleiro foi estruturado a partir de uma oligarquia histórica, herança das turmas da Esalq da década de 1970: Roberto Rodrigues (ex-presidente da ABAG e ex-ministro da Agricultura), Luis Antônio Pinazza (Cofundador e Diretor Executivo da ABAG), Caio Carvalho (atual presidente da ABAG e ex-superintendente do Planalsucar) e Antônio Salibe (presidente da UDOP), sem falar de Antônio Pádua (diretor Executivo da

UNICA), que coordenaram o processo de instauração da agroindústria sucroalcooleira a partir do estado de São Paulo. Os fazendeiros perderam territórios no estado de São Paulo para os empresários do campo que foram cooptados pela UDOP como extensão da UNICA na expansão rumo ao oeste. Fazendeiros ou venderam suas terras ou se tornaram produtores e/ou usineiros.

Estes homens que alicerçaram o paradigma do agronegócio no campo paulista participaram da expansão do ProÁlcool no estado a partir das regiões tradicionais, e integravam o Planalsucar e o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) até serem extintos e transformados nessas organizações patronais as quais funcionam como organizações, fundamentalmente, para fazer lobby em Brasília na “nova” frente, chamada, frente do Agronegócio, uma nova cara para os rentistas. Martins (2011) sintetiza, “muda-se tudo para não mudar nada” (p. 12). Antônio Salibe, então presidente da UDOP expressa essa história na ligação entre a institucionalização do discurso do projeto sucroalcooleiro e a formação de novas organizações patronais.

Antônio Salibe: Meu nome é Antônio César Salibe, eu sou atualmente presidente executivo da UDOP. A minha história se mistura um pouco com a história da UDOP, com a história do setor aqui da região. Eu sou engenheiro agrônomo, tenho 44 anos de formado, 42 de cana de açúcar. **Eu vim pra Campos em dezembro de 1980, exatamente quando ProÁlcool foi deflagrado pelo governo militar, foi uma das melhores medidas que o governo militar fez em função da crise do petróleo naquele momento.** Eu trabalhava naquele momento em Campos no Rio de Janeiro, e eu já trabalhava no Planalsucar, eu trabalhei em algumas usinas em Campos, e trabalhava no Planalsucar em Campos, que era o Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar, que era um órgão do Instituto do Açúcar e do Álcool do IAA e eu vim para cá convidado pela diretoria do Planalsucar para ser o responsável da estação experimental de cana de açúcar de Valparaíso e criei o escritório regional do Planalsucar aqui em Araçatuba.

Na prática eu trouxe pra cá os conceitos que eu conhecia de cana de açúcar, os conceitos de capacitação de mão de obra e nós começamos a fazer um trabalho de capacitação de mão de obra bastante forte porque as usinas, foi nesta época de 80 que houve *boom* do crescimento do setor por causa da crise, e o oeste do Estado de São Paulo foi considerado uma região prioritária pelo Planalsucar, o Planalsucar ele foi muito importante na aquela época porque ele direcionou a pesquisa, antecipando a formação das usinas, coisa que não aconteceu no segundo *boom*, que vou citar mais pra frente da cana de açúcar. Naquela época tinha um cara, que você vai entrevistar provavelmente que é o Caio, da ABAG, que é o presidente da ABAG.

O Caio era o presidente, era o superintendente do Planalsucar, e o Caio com uma visão muito forte de pesquisa, com uma visão de negócio muito forte, sabendo que o setor ia crescer porque tinha o problema da falta de combustível do petróleo e o etanol era algo importante para ele, o que que o Caio fez, criou estações experimentais regionais para pesquisar a cana de

açúcar nas novas fronteiras que poderia aparecer para o setor do etanol. **Então ele criou uma estação experimental aqui em Valparaíso, com o escritório em Araçatuba, criou uma estação experimental em Campo Grande, uma estação experimental em Uberlândia, uma estação em Paranavaí, em Cristalina em Goiás,** no Maranhão não me lembro do nome da cidade, enfim, ele criou uma série de estações experimentais nas regiões que achava que seria polos de crescimento do setor, e ele me convidou para ser o chefe da estação experimental aqui, então vim de 80 pra cá.

E a experiência que eu trouxe de Campos e lá nós temos reuniões regionais, reuniões dos grupos das usinas em que a gente discutia os assuntos, todo mês a gente se reunia e discutia assuntos técnicos das usinas, e com isso a gente formou um cabedal de conhecimentos legal de todas as usinas. Quando eu vim pra cá [Araçatuba] as usinas estavam sendo implantadas, os gerentes agrícolas eram todos pessoas recém formadas, os gerentes industriais pessoas recém formadas, o que que nós fizemos, quando nós chegamos aqui criamos uns grupos de trabalho, nós chamávamos de encontro de gerentes agrícolas, que já em 81 a gente fazia encontros mensais de gerentes agrícolas em que a gente discutia os problemas técnicos da região trazendo gente da região tradicional para palestrar, pra qualificar o pessoal que já estava aqui recém formado.

[...] Ah, o Caio, o Caio que você queria saber. O Caio era o presidente, presidente não, era o superintendente do Planalsucar. O Caio foi superintendente do Planalsucar até 86/87, alguma coisa assim, eu não me lembro, depois você pode se informar melhor. E o Caio teve toda essa visão de botar essa estação experimental aqui, já prevendo que aqui tinha condições climáticas, ele pôs uma subestação e depois a estação experimental com essa visão de essa região ser boa, se o setor continua crescer, não tem a crise de 86, o excedente do petróleo, preço baixo, a região de hoje, as regiões que voltaram a crescer hoje de depois de 2003 foram exatamente onde ele pôs estações experimentais naquela época, Uberlândia, Uberaba, Campo Grande, Dourados, Cristalina em Goiás, então as regiões onde ele pôs estações experimentais naquela época foram os novos polos de **crescimento a partir de 2003, só que sem pesquisas porque elas tinham parado.** Nós da UDOP temos uma medalha da agroenergia que ela homenageia todo ano as pessoas que contribuíram de uma maneira ou de outra com o oeste do estado de São Paulo, com o setor sucroalcooleiro e com o oeste do estado de São Paulo e por essa visão empreendedora do Caio nós entregamos nesse ano passado a medalha de agroenergia do Caio.

Tiago Cubas: Por essa visão histórica dele?

Antônio Salibe: Por essa visão histórica dele, nós demos esse prêmio pra ele.

Tiago Cubas: O Caio atua agora na...

Antônio Salibe: Ele é o presidente da ABAG. Ele foi presidente da UNICA durante um tempo grande, aí ele saiu da UNICA e criou a Canaplan que era uma empresa de consultoria que existe até hoje ele continua como diretor, consultoria Canaplan e ele é o presidente da ABAG e antes que você me pergunte **a UDOP é sócia da ABAG. Nós consideramos a ABAG como uma entidade maior nossa, e nós somos sócios da ABAG.** (Entrevista com Antônio Salibe realizada em 1 de junho de 2015).

A estreita relação de expansão da cana-de-açúcar está nas relações pessoais originadas desde o período do ProÁlcool, nas instituições ligadas a expansão do projeto sucroalcooleiro naquele período, que depois demandaram uma expansão particular da cana no oeste do estado por meio das Estações Experimentais que demarcavam territorialmente as áreas objetivo

desses empresários da cana. Depois, Antônio Salibe, conclui falando sobre a breve história da UDOP que surge de dentro do Planalsucar e se fortalece nas extensões do latifúndio, mesmo após a extinção do IAA pelo Governo Collor.

Antônio Salibe: Então essa é a história da UDOP, começou em novembro de 85, e esse ano em novembro nós vamos comemorar 30 anos. Eu sempre fui funcionário do Planalsucar e ajudava a minha função era trabalhar as usinas e ajudava eles nessa formação, fazendo ainda o grupo agrícola, grupo industrial, administrativo financeiro, fazendo as pesquisas na estação, nós tínhamos o corpo técnico com 3 agrônomos, 6 técnicos agrícolas, a estação funcionava normalmente mas ela fazia parte junto com usineiros também. Então a gente formou isso aí e os grupos de trabalho foram crescendo, a UDOP foi crescendo no Planalsucar. Quando chegou na década de 90, o Collor assumiu a presidência e acabou com o Instituto do Açúcar e do Alcool. (Entrevista com Antônio Salibe realizada em 1 de junho de 2015).

De modo que a UDOP é a herança prática da UNICA no oeste do estado, com uma área de atuação de cerca de 500 quilômetros de raio, convencendo fazendeiros e pecuaristas a aderirem a cana e se tornarem usineiros ou arrendatários.

A cana, depois do ProAlcool se tornou distinta as épocas de cultivo anteriores, ela disputava não somente o mercado de açúcar no mundo, mas especialmente o mercado de combustível com o discurso de “energia limpa”. Após 2003 com o lançamento do carro flex, firmado no governo Lula temos também um alto grau de investimentos nesse monocultivo, especialmente a partir das organizações herança daquelas ligadas ao ProAlcool, como eram IAA e Planalsucar, e hoje são UNICA e UDOP. Ou seja, ao invés de uma expansão produtiva espacial houve uma centralização no estado de São Paulo convergindo nessa metamorfose dos agentes hegemônicos do campo.

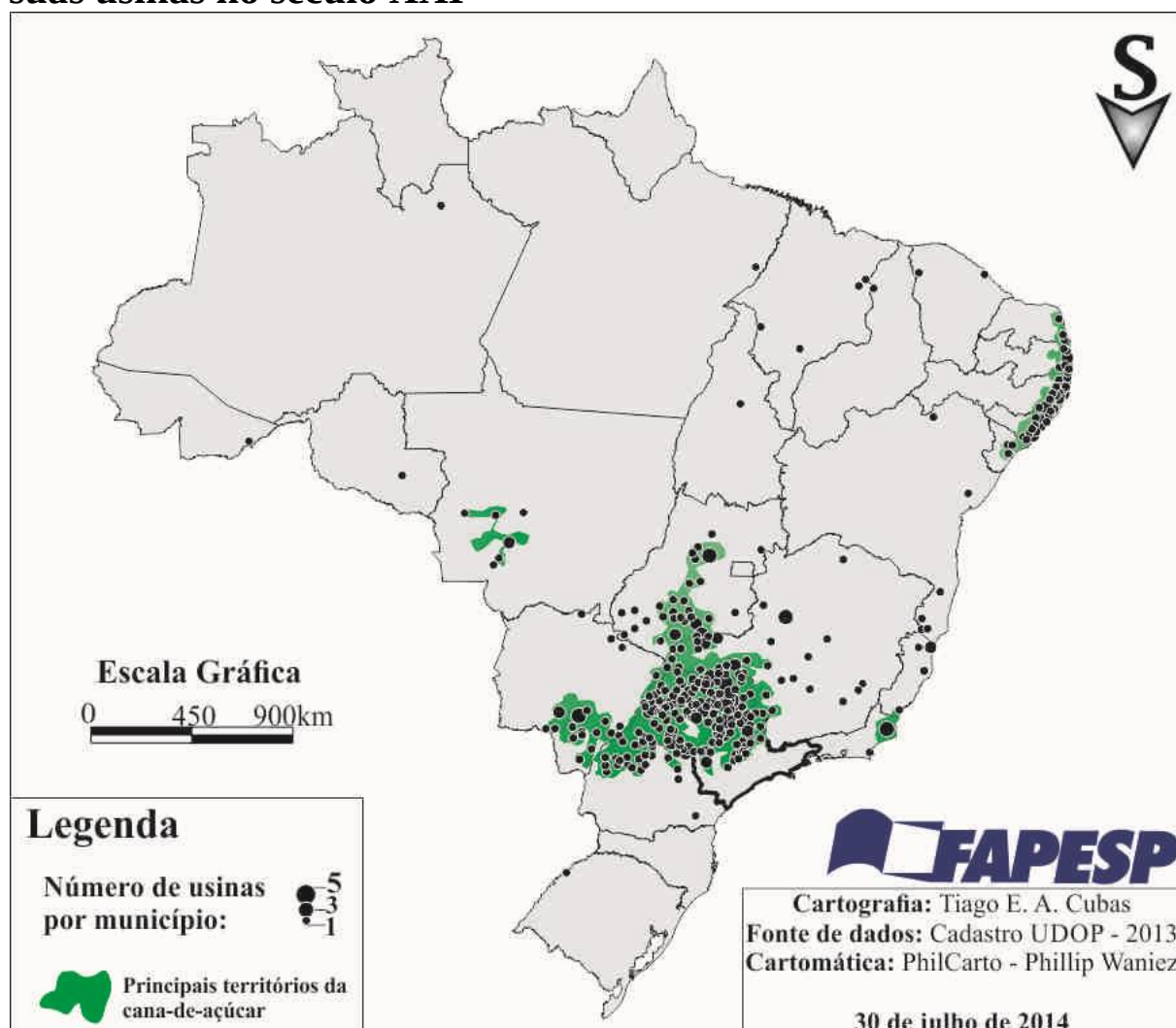
Antônio Salibe: Cana de açúcar na cabeça naquela época [anos 1990] ia bem em solo de Ribeirão Preto, em solo de Piracicaba, os grandes polos de produção de cana de açúcar era Ribeirão Preto, Sertãozinho e Piracicaba e um pouco em Jaú, alguma coisinha em Jaú, mas pouca coisa, o grosso era lá. O oeste do estado de São Paulo era uma região de pecuária degradada e que tinha uma cabeça, meia cabeça por hectare, por hectare não, por alqueire, meia cabeça, uma cabeça por alqueire, era uma região abandonada, com pastos todos degradados, com baixo poder aquisitivo e com terras muito baratas. Eu me lembro muito bem quando começamos aqui que o **arrendamento de terra** aqui da região pra botar cana enquanto na região de Ribeirão Preto custava 50, 60 reais a tonelada, aqui custava 25 a 30, era 50% do preço de Ribeirão Preto. Então as usinas vieram para cá em primeiro lugar porque tinha solo, a região aqui não tinha o melhor solo como o que o de Ribeirão Preto, latossolo roxo, tinha um solo arenoso, mas não era de todo ruim, era um solo que com uma boa adubação, com uma boa correção de calagem, poderia servir para a cana, o clima era tão bom quanto, nós tínhamos, temos muito mais

luminosidade do que a região de Ribeirão Preto, existia um déficit hídrico como tem até hoje um pouco maior do que naquela região, mas varia de ano para ano e já tinha uma estação que, o Planalsucar, na realidade, o Caio [Carvalho] em 78 ele criou essa subestação de Valparaíso, em 80 é que ela virou estação, eu já tinha alguma coisa de pesquisa nessa região, mostrando que aqui não era ruim, se tinha cada arrendamento barato, produtividade razoavelmente pra boa, não tão boa quanto Ribeirão, mas boa.

Alguma coisa de pesquisa, o que precisava, por isso o *boom* no oeste de São Paulo e aí vieram as usinas para cá e também o sistema de formação das usinas foi um sistema cooperativista, não veio a figura do usineiro como tinha na região de Ribeirão Preto, na realidade aqui se juntaram fazendeiros, pecuaristas, ex-pecuaristas que acreditaram (Entrevista com Antônio Salibe realizada em 1 de junho de 2015).

O resultado histórico dessa centralização a partir de São Paulo é explícito na espacialização das usinas e do centro territorial do agronegócio sucroalcooleiro no Brasil.

Mapa 6. Brasil: territórios do agronegócio da cana-de-açúcar e suas usinas no século XXI



Foram registradas 383 usinas que trabalham com a cana-de-açúcar como matéria prima em 320 municípios no total, e estão assim divididos por estados: 166 usinas em São Paulo, 42 usinas em Minas Gerais, 36 usinas em Goiás, 30 usinas no Paraná, 22 usinas no Mato Grosso do Sul, 20 usinas em Alagoas, 20 usinas em Pernambuco, 7 usinas no Mato Grosso, 6 usinas na Paraíba, 5 usinas na Bahia, 5 no Espírito Santo, 4 usinas no Maranhão, 4 usinas no Rio de Janeiro, 4 usinas no Rio Grande do Norte, 3 usinas em Sergipe, 2 usinas no Ceará, 1 usina no Acre, 1 usina no Amazonas, 1 usina no Pará, 1 no Piauí, 1 usina em Rondônia, 1 no Rio Grande do Sul e 1 usina no Tocantins.

O lobby corporativo agronegócio sucroalcooleiro no Congresso Nacional: o papel da UNICA

Resumidamente o papel central da UDOP foi de convencer os fazendeiros e pecuaristas a se mudarem do estado ou a se metamorfosearem em usineiros e/ou produtores de cana-de-açúcar. Já o papel da UNICA é diferente. A UNICA se coloca como organização patronal que concentra os maiores interesses pela produção em toneladas de cana no campo e nas agroindústrias para fazer lobby pelo setor junto ao Estado. De modo que mantenha por meio dessa influência o controle produtivo para captação da renda da terra por meio do monopólio da circulação.

A renda da terra é um elemento essencial para compreendermos as diferentes matizes de apropriação da terra como território, como terra de trabalho ou como terra de negócio (exploração e/ou especulação). A renda da terra é o lucro extraordinário em si, de acordo com Oliveira (2007), acima do lucro médio. Ele complementa ainda, “na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente” (p. 42). Quer dizer, a agricultura dá uma garantia maior de lucro apropriado na renda da terra do que indústria, mas o controle dos setores por meio das organizações patronais agrupa os interesses e as captações de renda.

A intenção da captação dessa renda da terra pelo viés da contínua influência das políticas públicas e dos lobbys está presente na fala de R, responsável pelo Gerenciamento de Economia e Análise setorial e Vice Coordenador do Conselho Técnico da Consecana, em entrevista, se referindo ao questionamento que foi levantado naquele momento da conversa sobre a compreensão de qual contrapartida a UNICA dava aos seus associados (usineiros, 70% aproximadamente deles de capital internacional segundo o próprio R). Em suas palavras:

R: Então, os benefícios, aí é um problema que tem em qualquer tipo de associação, no setor não é diferente, que é o problema do carona, do *free rider*. **A UNICA tem alguns benefícios específicos de quem é associado, tem, mas são relativamente pequenos como as questões de alguns tipos de informação, de assessoria jurídica, um tipo de, de, de, de assessoria economia, talvez, acesso as discussões de forma mais rápida, e tudo mais, possibilidade de influenciar as decisões.** Mas na prática, boa parte do que é produzido pela entidade é para benefício de todo mundo. Vamos pegar um exemplo, o ano passado, por exemplo, teve uma discussão pra uma questão técnica e de política para aumentar o nível de etanol anidro na gasolina, de 25% pra 27%, então foi feito e começou o ano passado. É um tipo de resultado de esforço da associação, que colocou em dinheiro, fez teste em laboratório, não sei o que e discussão política que todos se beneficiam. Porque na verdade o etanol vai ser misturado a 27% pra um e o outro não, essa mudança beneficia o setor como um todo. Esse é um problema clássico que todas as associações enfrentam, diferente do sindicato, que todos são obrigados a contribuir, na associação não. É voluntário. Aqueles que não são associados acabam sendo beneficiados. Isso é um problema sério porque em São Paulo tem gente que não é associado da UNICA e se beneficia. (Entrevista com R realizada em 2 de março de 2016).

Ele reiterou o fato de que não existia qualquer troca positiva mais enfática com os seus associados no que se refere a tecnologia, inclusive a empresa que anteriormente integrava a UNICA se separou dela. O avanço tecnológico é muito caro e causa um eventual peso no lucro extraordinário associado à renda da terra, já a continuidade do lobby pelo setor do agronegócio no Congresso Nacional permite que os privilégios sejam mantidos para que as associadas, compradoras e arrendatárias de terras para a produção direcionada as usinas mantenham o grau altíssimo de lucro sem investimento em tecnologia. Essa verificação é corroborada na conversa com o presidente Antônio Salibe, da UDOP, quando ele reitera “sai cana nessas novas fronteiras sem tecnologia, sem conhecimento, sem mão de obra qualificada, sem nada.”. R explica sobre o mesmo assunto “a nossa cana tem quantidade baixíssima de sacarose e há pouquíssimo investimento para a melhoria da qualidade da cana, a empresa que trabalha com tecnologia, é privada e a vende”. Há um grande investimento em insumos num aumento exponencial nos solos e na proximidade do transporte, mas não na capacidade produtiva da cana.

Caio Carvalho expressa o maior benefício de se unir a essas corporações que administram o rentismo:

Tiago Cubas: Qual a relação de vocês com a UDOP, UNICA, Canaplan?

Caio Carvalho: A Canaplan é consultoria. Agora, a UNICA e a UDOP são sócias aqui. Por exemplo, amanhã eu estou em Brasília com a UDOP, com a UNICA. E com outros estados, Pernambuco, com deputados e senadores pra

discutir isso que eu discuti com vocês no comitê da ABAG chamado Agroenergia.

Tiago Cubas: A UDR, por exemplo, tem sede em Presidente Prudente, existe algum tipo de relação com a UDR?

Caio Carvahlo: Não. **A nossa relação é muito com o setor privado, e nós participamos por exemplo, nessa direção é no Instituto Pensar Agro em Brasília. O Instituto Pensar Agro é um instituto técnico que dá suporte pra frente do agronegócio em Brasília. E a gente participa lá. Lá tem a CNA, tem a UDOP, tem a UNICA, tem a Rural, tem ABAG, tem o pessoal lá de Mato Grosso do Sul, Aprosoja. É um instituto técnico que se chama Instituto Pensar Agro, que é que assessora a Frente Parlamentar do Agronegócio. Se você prestar atenção você vai ver os deputados falando tecnicamente da questão. Da uma levantada no nível das discussões, dos projetos de lei.**

Tiago Cubas: Lá em Brasília mesmo?!

Caio Carvalho: Lá em Brasília.

Cliff Welch: E tem cursos para os deputados?

Caio Carvalho: **Tem, tem. Por exemplo, surgiu um tema, o que estou fazendo lá? Estou indo amanhã lá com vários senadores e deputados explicando, e eles começam a entender o problema para discutir na casa e olhar os projetos todos que estão andando. Projeto de lei que estão nas várias comissões, outra coisa é, eles reúnem toda terça-feira então a gente vai pra lá. Aliás, quarta-feira a gente vai pra lá senta e discute, vamos dizer que tem dois problemas pendentes, algodão e café, a gente vai e discute tecnicamente o que está acontecendo. Política é política e o que tecnicamente está acontecendo é isso aqui. (Entrevista com Caio Carvalho realizada em 29 de março de 2016).**

A renda da terra absoluta se dá na compra e arrendamento por parte dos usineiros de terras para produção desta cultura, aí relaciona-se UNICA e UDOP diretamente nos conselhos deliberativos formados por gestores em convênios de usinas que agrupam, por conselheiro (uma ou mais usinas), cerca de 8 milhões de toneladas de cana produzidas gerenciado pela UNICA.

A Figura 2 sobre o Conselho Deliberativo da UNICA mescla representantes de capital nacional e internacional. Temos aí todos os conselheiros deliberativos e conselheiros fiscais no ano de 2016, com uma menção especial ao Caio Carvalho (Luiz Carlos Correa Carvalho) que faz parte do Conselho pela Alto Mogiana e também é presidente em exercício da ABAG. Outros destaques para a leitura dessa figura são os grandes grupos transnacionais aí representados. A Raízen/Shell tem 4 cadeiras no Conselho, a Copersucar divide 4 cadeiras e tem mais 3 cadeiras sem divisão, a Alto Mogiana tem 2, a Odebrecht tem 2, a Bunge e a Biosev são outros destaques. Destaques que expressam a transnacionalidade dos lobbys, ou seja, interesses nacionais e estrangeiros no bojo da formação das políticas públicas ligadas ao campo.

Figura 2. Conselho Deliberativo da UNICA em julho de 2016

CONSELHO DELIBERATIVO			
PEDRO ISAMU MIZUTANI Presidente	AMAURY EDUARDO PEKELMAN Odebrecht Agroindustrial	LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO Alta Mogiana	LUIZ DE MENDONÇA Odebrecht Agroindustrial
ANTONIO EDUARDO TONIELO Viralcool / Copersucar	ANTONIO JOSÉ ZILLO Zilor / Copersucar	MARCELO CAMPOS OMETTO São Martinho	MARCELO DE ANDRADE COFCO Agri
CARLOS LIBIRATAN GAIMS Cocal / Copersucar	CLÁUDIO BORGES T. GASPAR DE OLIVEIRA Raizen	MARCELO WEYLAND BARBOSA VIEIRA Adecoagro	MARCOS MARINHO LUTZ Raizen
ENRICO BIANCHERI Biosev	FERNANDO ANTONIO BARROS CAPRA Clealco	MARIA CAROLINA OMETTO FONTANARI São João	MARTUS ANTONIO RODRIGUES TAVARES Bunge
FREDY ASSIS COLOMBO Colombo	GUILHERME FONTES RIBEIRO São Martinho	ROBERTO DE REZENDE BARBOSA Raizen	RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO Raizen
JACYR DA SILVA COSTA FILHO Guarani / Tereos	JOSÉ PILON J. Pilon / Copersucar	RUI CHAMMAS Biosev	WERTHER ANNICCHINO Copersucar
LUIS HENRIQUE GUIMARÃES Raizen	LUIS ROBERTO POGETTI Copersucar		
CONSELHO FISCAL			
CLAUDIO PIQUET CARNEIRO PESSOA DOS SANTOS Glencore	LUCIANO SANCHES FERNANDES Cerradinho		
LUIZ GUSTAVO JUNQUEIRA FIGUEIREDO Alta Mogiana	MARCOS GUILHERME TIBURCIO FERNANDES Raizen		
PAULO ROBERTO SOLIZA Copersucar			

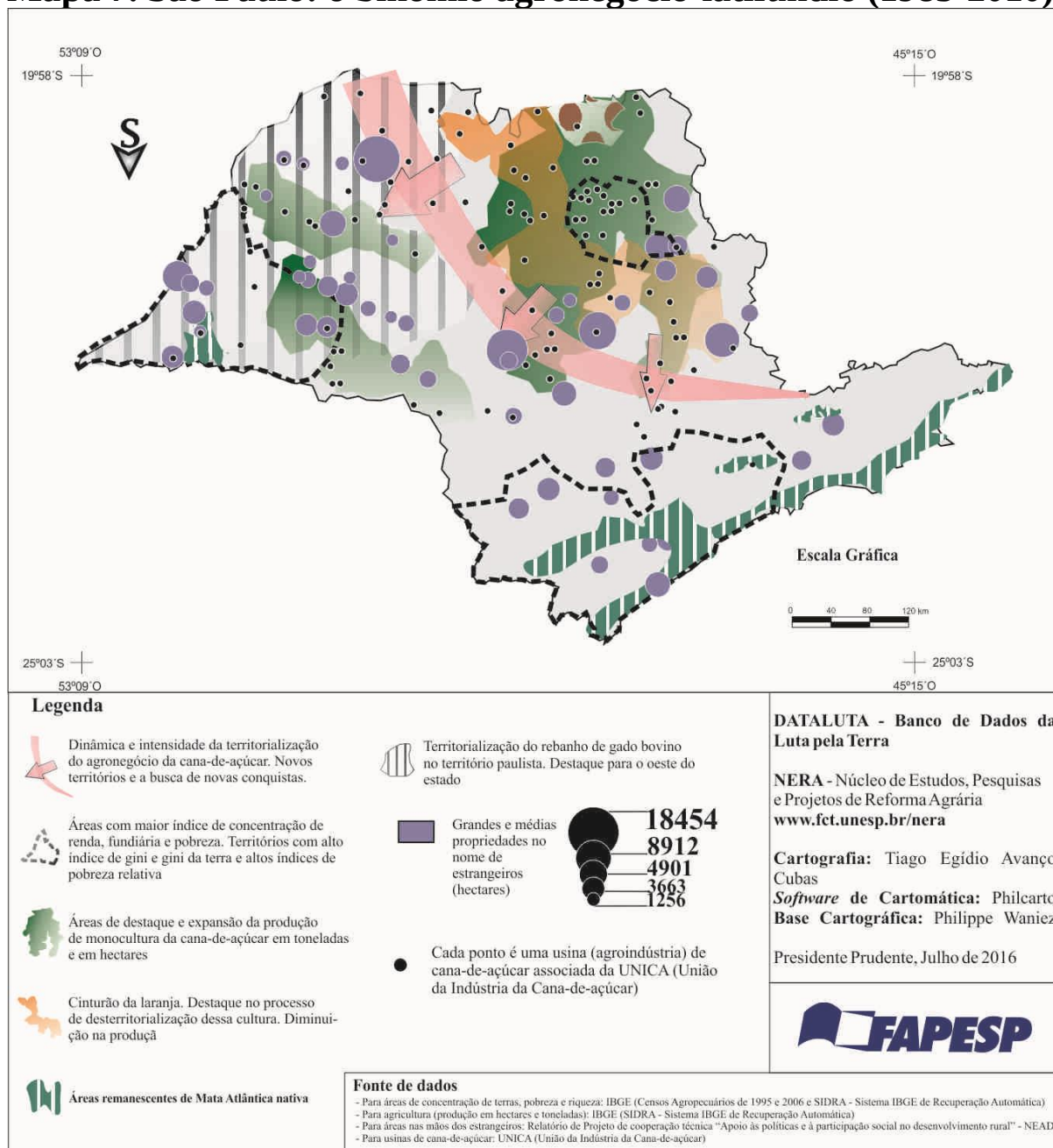
Fonte: www.unica.com.br/conselho.

Para finalizar veja a constituição desses capitais no setor sucroalcooleiro dentro do estado de São Paulo na era democrática. O Mapa 7 sintetiza a expansão do agronegócio no limiar do século XXI, e tem por base Cubas (2012) somado a novos elementos da questão agrária paulista, como a estrangeirização das terras que coincide com a expansão do monocultivo da cana na parte oeste do estado de São Paulo, onde UDOP atua em nome da UNICA, que se realizam nessas expressões espaciais do lobby no Congresso Nacional para expansão do setor sucroalcooleiro por meio das suas organizações de classe. É o PCA que deseja impor suas territorialidades nas políticas públicas e fragiliza a soberania territorial nacional, e fragiliza a soberania alimentar.

Seguimos agora para a **Parte b** deste trabalho, continuando com uma cartografagem contra hegemônica que pretende proporcionar desde um *background*, no resgate do protagonismo camponês em face ao enfrentamento com o capital. Uma luta que passou pela invisibilidade durante a história oficial, mas que se ergue nas brechas do modo de produção capitalista com protagonistas improváveis, mas corajosos, os camponeses. Depois desse *background* vamos ao São Paulo Agrário no século XXI, onde não só se lutou pela terra, mas se luta na terra e a favor da vida, tornando possível a soberania alimentar e a reforma agrária como alternativa ao projeto do agronegócio por meio da agroecologia, com destaque para o MST como herança dessa luta protagonista e atuante. Marighella (1958) já havia apontado o

caminho da desestruturação deste modelo rentista, que só seria possível através de uma profunda “modificação nas relações de produção, só possível com a quebra do monopólio da terra” (p. 10).

Mapa 7. São Paulo: o binômio agronegócio-latifúndio (1985-2010)



Parte b

*Quando chegar na terra
Lembre que ainda não tem liberdade
Este é o primeiro passo
que estamos dando nesta sociedade
Só a terra não liberta
Este é o alerta
Aumenta a ansiedade
Isto virá no dia que com ousadia ganhar a cidade
Quando chegar na terra
É preciso fazer produção
Este é o primeiro passo que
Damos na revolução
Com certeza estaremos alegres
Chegando com o chapéu na mão
Na Esplanada do Planalto bandeiras bem alto
Cantando a canção*

Quando Chegar na Terra (Ademar Bogo)
Álbum: Arte em Movimento/MST (2003)

**Campesinato e agroecologia:
da reforma agrária a mesa**

1. TERRA DE TRABALHO E REFORMA AGRÁRIA: a geohistória da luta pela terra que transformou o camponês em classe social

Partindo das evidências lançadas na *Parte a* deste trabalho, que sinteticamente apontam para as disputas territoriais paradigmáticas no campo brasileiro com ênfase no campo paulista, observamos uma tangível crise do paradigma do agronegócio e uma brecha para pensar outros modos de produção, outros modos de vida. Essa disputa em questão tem raiz na apropriação do território pelos sujeitos da luta de classes, e se realiza entre a híbrida classe de rentistas e de capitalistas, organizadas a partir do contorno espacial dos monocultivos da soja, da cana, da celulose, da laranja, e na criação de gado bovino, confrontada pela classe camponesa que está arranjada espacialmente nas fileiras de produção alimentar (arroz, feijão, milho e banana), na avicultura e na suinocultura, comparativamente menos nociva ambientalmente e mais eficiente socialmente.

Na primeira parte nos debruçamos sobre compreender a globalização neoliberal, os seus *think tanks* e a expressão máxima da modernidade e barbárie no campo, marcada na contradição da (ir)racionalidade rentista amparada pelas organizações patronais num discurso ambíguo e patrocinado pela grande imprensa. Onde nos apropriamos do debate da questão da terra para estruturar nossa linha analítica, espacializada na luta pela terra que é também a luta pelos territórios materiais e imateriais entre essas classes antagônicas.

Nesta parte, trabalharemos destacadamente com a Cartografia Geohistórica Crítica produzindo mapas das disputas/violações e redes de lutas no estado de São Paulo, somando as vozes camponesas que chamamos de “vozes silenciadas” a esta abordagem teórico-metodológica. A nossa principal contribuição é exprimir a classe camponesa a partir do paradigma da agroecologia que reverbera na materialidade das relações da economia familiar e da construção de seus territórios. Por isso nossa exposição se limitará a formação do “povo sem terra” no estado de São Paulo e como a luta e o conflito forjam o sujeito camponês rebelde numa identidade criativa e territorial que reflete na disputa das políticas públicas como também da captação de recurso diversos, de uma educação do campo e na sua formação política, indissociável na composição geográfica na produção dos seus espaços a partir da produção de alimentos agroecológicos para uma demanda local-global.

Será importante reflexionar a partir das seguintes hipóteses: o campesinato como modo de vida, o campesinato como classe social e o campesinato como modo de vida a partir da geohistória paulista. Respectivamente, **um modo de vida** que atravessou a história da

humanidade mantendo a sua força estrutural na economia familiar com identidade territorial, quer dizer, uma economia que tem a terra como seu trunfo, valor de uso e terra de trabalho; **uma classe social** forjada no contexto de lutas sociais especificamente ligadas a questão da terra no Brasil, onde a barbárie é pura expressão do capitalismo rentista na figura do capitalista-latifundiário e vice-versa, que quer continuar controlando os ganhos ativos e passivos com a terra fundada na (ir)racionalidade da especulação deste meio de produção em detrimento de uma redistribuição de terra; e por último, **um modo de produzir/fazer** (alternativo) a partir da apropriação e controle do processo produtivo na agroecologia, por meio dos sistemas agroflorestais sucessionais de Ernst Gotsh apropriando-se de uma construção crítica pelo agrofloresteiro Nelson Correa em uma abordagem agroflorestal agroecológica.

1.1 O campesinato e a reforma agrária: a chave para o problema estrutural

Reforma agrária: o diálogo necessário

Ariovaldo Oliveira (2003) afirma que o campesinato segue marchando contra o capitalismo rentista que semeia contra as populações camponesas, violência e barbárie, desse modo, na conclusão de seu artigo sobre a barbárie e modernidade no agrário brasileiro ele propõe a reforma agrária como “uma saída para o futuro” (p. 140) entendendo que parte essencial da modernidade no campo é a luta pela terra.

Horácio Martins de Carvalho (2012, p. 14) concorda quando expressa: “com relação aos grandes e médios proprietários de terras não havia nem há grandes dúvidas: é a desapropriação das terras e a realização da reforma agrária, instaurando-se formas de gestão das terras pela cooperação e ou coletivização entre os camponeses pobres ou se instituindo fazendas coletivas estatais”. A reforma agrária é um passo possível, mas não suficiente, como a experiência do MST e das Agroflorestas, a reforma agrária clássica não é de fato suficiente, precisa ser rediscutida não só como acesso a terra, mas como democratização desse acesso e como relações socioambientais equilibradas.

Nessa direção, uma das primeiras palavras de ordem do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), no seu 1º. Congresso Nacional em 1985 (Cascavel-PR),

“Terra para quem nela trabalha”⁷⁵ vai ao encontro do uso racional da terra para o capitalismo no campo. E uma das últimas palavras de ordem no 6º. Congresso Nacional em 2014 (Brasília-DF), “Lutar, Construir, Reforma Agrária Popular”, uma reforma agrária que não é só de interesse dos sem-terra, mas de toda a sociedade.

A reforma agrária seria um passo fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, no entanto, a problemática da terra está no bojo das relações de poder, o que inviabiliza esse pacto de classes, pois quando uma ganha, nesse contexto, a outra obrigatoriamente perde muito. O conflito assim é a maior impressão espacial da barbárie do latifúndio e a luta pela terra a maior expressão da modernidade no projeto de desenvolvimento do paradigma da agroecologia.

Por isso, primeiramente, pensamos o mapeamento das políticas fundiárias como resposta às reivindicações de movimentos sociais, com destaque para o MST, que requerem terra e redistribuição dela através do processo de cumprimento da função social da terra prevista na Constituinte de 1988. Foi formulada uma relação para um índice que é baseado na correlação, estruturado nos dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, entre os conflitos fundiários expressados nas ocupações de terra e a resposta do Estado através da obtenção das terras, ou políticas de obtenção⁷⁶, para assentamentos rurais desde o início da era democrática (1985-2013). Essa correlação foi construída para sintetizar a maneira como o Estado intervém/responde nos conflitos no campo, e como essa resposta se espacializou por cada estado brasileiro.

É imprescindível dizer que não estamos chamando políticas de obtenção de terra de reforma agrária porque este é um consenso que não existe dentre os pesquisadores em geografia agrária. O que foi realizado se chama acesso à terra, como o próprio Bernardo Fernandes (2001) explicita em suas reflexões **sobre a ocupação como forma de acesso à**

⁷⁵ Veja em 1984, os quatro objetivos centrais no relatório do encontro de fundação do MST em Cascavel no Paraná. 1 – Lutar pela **reforma agrária**; 2 – Lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3 – Integrar à categoria dos sem terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.; 4 – **A terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver** (FERNANDES, 2000, p. 74, grifo nosso).

⁷⁶ Consideramos para este índice todas as ocupações no campo brasileiro desde 1985 a 2013 da categoria Ocupações pelo DATALUTA, levando em conta todos os movimentos e catalogando por estados; e em relação as políticas de obtenção usamos os dados de ano de obtenção, desde 1985 a 2013, na categoria Assentamentos Rurais pelo DATALUTA. Conforme Coca, Coelho e Rocha reiteram (2014, p. 149, grifo do autor): “Nas análises desenvolvidas no NERA na *categoria assentamentos rurais* utilizamos a data de obtenção da área quando estudamos a ação do Estado por período de governo, pois é o momento em que o Estado inaugura sua participação no processo de assentamento das famílias. Contudo, a data de obtenção pode representar a resposta do Estado no momento do conflito ou mais ainda, sua intenção na realização da reforma agrária por meio de políticas de obtenção diversificadas, pois as famílias também podem ser assentadas em espaços e tempos distintos dos relacionados às ocupações”.

terra⁷⁷ que desvela a (re)criação camponesa “pela ressocialização deste povo” no contexto de lutas sociais, “a produção capitalista das relações não capitalistas” (FERNANDES, 2001, p. 2).

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que **o diálogo não é impossível**. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os enfretamentos com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a reforma agrária. A luta contra o capital é uma forma de resistência dos camponeses. Para romper com essa perspectiva, o governo procura tratar a questão agrária exatamente no campo do inimigo: o território do capital. Tenta destruir, assim, as formas de luta dos sem-terra, exatamente na dimensão política da luta pela terra. Isso significa a exclusão política que pode resultar na intensificação da luta e ou na subserviência dos movimentos sociais do campo, o que pode reprimir ou eliminar a organização dos trabalhadores. Esse momento coloca em questão, mais uma vez, a resistência dos movimentos camponeses. Em diversos momentos de nossa história foram criadas, pelo governo e pela elite, formas para destruir o movimento camponês. Assim como aconteceu com Canudos, com as Ligas Camponesas, hoje há uma nova forma política. Aceita-se o campesinato, desde que ele se aceite como outro, em seu “destino” de subordinação (FERNANDES, 2001, p. 18, grifo nosso).

O acesso a terra cria uma tensão frequente nas fraturas do capitalismo denunciando sua fragilidade rentista no Brasil, no entanto, para que haja de fato desconcentração de terra é imprescindível a quebra do monopólio da terra, o que não aconteceu massivamente no país. Por causa disso a despolitização da reforma agrária é a estratégia dos latifundiários para tirar crédito das lutas sociais, ainda hoje é hegemônico o discurso da desnecessidade.

Assim, a política de obtenção de terras desconcentradora em essência, segundo Coca, Coelho e Rocha (2014), a desapropriação, é minoria e sempre mais tangível nos lugares de profunda tensão social. Essa política de obtenção de terras, de modo geral para o índice construído, se enquadra na mesma composição de todas as outras, porque consideramos que toda conquista da terra pelo camponês é imprescindível no processo de construir um outro paradigma de sociedade. É razoável dizer que mitigar ainda é plausível ao projeto da bancada do agronegócio-latifúndio como projeto político hegemônico que mantém os conflitos, e por

⁷⁷ “Outra forma de recriação do campesinato é por meio da ocupação da terra. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital em seu processo contraditório de reprodução das relações não – capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na produção capitalista das relações não capitalistas de produção” (FERNANDES, 2001, p. 2).

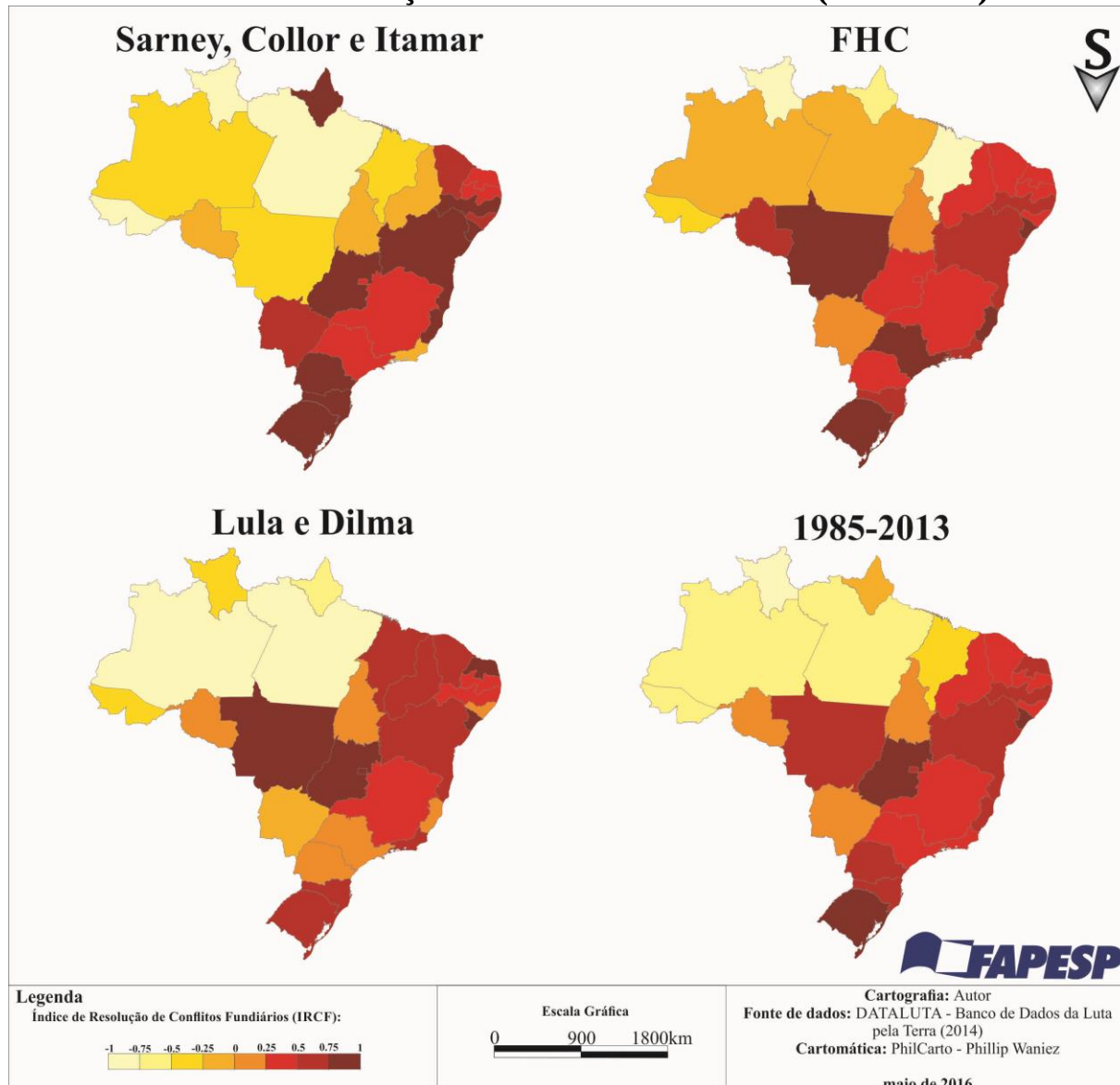
consequente a luta de classes, sob seu controle e no controle da propaganda das grandes mídias, é a política da contenção (CUBAS, 2013).

Explicando a correlação para formação do índice: os índices entre 0 e 1 expressam a diferença entre a média das famílias em ocupações e as famílias alocadas em assentamentos rurais, de modo que, a diferença espacializada entre 0 e 1 significa dizer que as políticas de obtenção de terras não foram suficientes para a acomodação da população mobilizada em lotes de assentamento rurais. Os índices entre 0 e -1 significa dizer que os conflitos foram “sanados” (superficialmente) por políticas de obtenção de terras, porque superaram na quantidade de famílias assentadas às famílias inseridas nos conflitos propriamente ditos. Quanto mais próximo do 0 mais equilibradas são políticas de obtenção com os conflitos fundiários. Para qualquer um dos lados, ou 1 ou -1, é possível dizer que há contradição nas formas de abordagem na resolução de conflitos fundiários por parte do Estado.

O mapeamento foi realizado por estados porque as ações dos movimentos sociais são sempre reivindicadoras de áreas contíguas as áreas do conflito ou na própria área do conflito está também a terra reivindicada (FERNANDES, 2001). Com relação ao período dos governos Sarney, Collor e Itamar, os estados que tiveram maior iniciativa por parte do Estado na resolução de conflitos foram 10 estados na porção norte e noroeste no país; em relação a desproporção entre os conflitos e a resposta do Estado de modo a não lidar sistematicamente com essa problemática temos 16 estados e o Distrito Federal, destaque na faixa entre o Centro-Sul e parte da região Nordeste. No governo FHC houve massiva participação dos movimentos sociais pautando a agenda de resolução de conflitos no campo, por isso também, a resolução de conflitos fundiários foi visualmente mais tensionada que nos governos anteriores; apenas 6 estados acusaram grande participação do Estado em dar acesso a terra, o restante do país, 20 estados e o Distrito Federal espacializaram massificação de lutas desproporcional com a atuação do Estado para resolver o problema apontado pelos movimentos sociais. Isso não mudou nos governos de Lula e Dilma, onde as contradições ficam ainda mais acirradas, 6 estados como no período anterior representaram grande atuação do Estado em conceder terras (em grande maioria números inflados pela regularização fundiária (COCA; COELHO; ROCHA, 2014)), os outros 20 estados e Distrito Federal ainda expressaram pouquíssima atuação por parte do Estado. Os lugares que resultaram em políticas de obtenção de terra são destacados na tese de Eduardo Girardi (2008) pelas políticas de regularização fundiária que não atacam o cerne da reivindicação dos movimentos sociais, especialmente o MST nesse contexto, que é a quebra do monopólio da terra pela

desapropriação de terras. Vejamos a Prancha 23, no qual o índice que desenvolvemos está espacializado por governos e no total do período.

Prancha 23. Brasil: Resolução de Conflitos Fundiários (1985-2013)



De modo geral, tomando toda a era democrática, 6 estados espacializaram atuação do Estado maior que os conflitos no campo, e 20 estados e o Distrito Federal acirrados conflitos pela terra, evidenciando a frágil pauta governamental em tratar os conflitos no campo como expressão de uma questão agrária estrutural. “Essas lutas trazem à cena os novos personagens da política brasileira [...]. Os movimentos sociais que marcam suas ações pela luta por direitos são, portanto, parte constitutiva da modernidade. Trazem à cena novas práticas, novas ações.” (OLIVEIRA, 2003, p. 154). Mais do que trazer a tona, essa diferença entre o assentamento de famílias e o grande número de famílias envolvidas nas lutas, em todos os governos, comprova

que as reflexões de Fernandes (2001), onde quanto mais conflito e luta pela terra, maior possibilidade da concessão dessas terras às famílias em curso de luta, é ainda muito atual. Isso pode ser visualizado destacadamente no período de governo FHC quando a atuação dos movimentos sociais no campo foi mais enfática do que nos outros períodos históricos, esse período foi o que mais concedeu terras pela desapropriação de terras.

Os dois planos, em essência, de orientação para uma reforma agrária redistributiva e por assim dizer de desconcentração fundiária foram os PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). O I PNRA foi concebido e sancionado no governo Sarney em outubro de 1985, e o II PNRA concebido e sancionado em 2002, no governo Lula na Conferência da Terra em Brasília. O primeiro documento consultado, o I PNRA⁷⁸, visava o beneficiamento de 1,4 milhão de famílias no total do projeto de 1985-1986 a 1989, e o segundo documento consultado, o II PNRA⁷⁹, visava o beneficiamento de 1 milhão de famílias no período de 2003 a 2006. A tabela seguinte compara os números desses dois grandes planos de reforma agrária no que foi executado de fato em políticas de obtenção e em famílias assentadas (Quadro 15).

Quadro 15. Aplicação real dos PNRA no Brasil e em São Paulo

Brasil						
	ANTES DOS PNRAs	I PNRA (1986- 1989)	1990- 1994	1995- 2002	II PNRA (2003- 2006)	2006- 2012
Total de famílias assentadas	166532	99196	55444	348757	180137	30965
Assentamentos	878	671	403	3657	1851	557
Total de famílias por Desapropriação	44223	69497	29496	235689	118389	16693
Assentamentos por Desapropriação	211	522	216	2706	883	348
Total de famílias por outras Políticas de Obtenção	122309	22699	25948	113368	61748	14272
Assentamentos por outras Políticas de Obtenção	667	149	187	951	968	209
São Paulo						
	ANTES DOS PNRAs	I PNRA (1986- 1989)	1990- 1994	1995- 2002	II PNRA (2003- 2006)	2006- 2012
Total de famílias assentadas	334	1343	501	9170	3178	822

⁷⁸ Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Disponível em: <http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>.

⁷⁹ Caso da arrecadação de terras públicas e devolutas, da aquisição por meio do Decreto 433/1992. Disponível em: <http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/482-ii-pnra>.

Assentamentos	4	11	7	152	38	13
Total de famílias por Desapropriação	331	1343	435	2670	2742	188
Assentamentos por Desapropriação	3	11	6	39	25	2
Total de famílias por outras Políticas de Obtenção	3	0	66	6500	436	634
Assentamentos por outras Políticas de Obtenção	1	0	1	114	13	11

Fonte: DATALUTA, 2013. Org: Tiago Cubas.

Os PNRA, pautados em projeções profundas de transformação no campo, o primeiro com o objetivo de assentar 1,4 milhão de famílias e o segundo com o objetivo de assentar 1 milhão de famílias, não passaram nem perto da concretização de seus propósitos. O I PNRA cumpriu 7,08% do objetivo traçado e o II PNRA cumpriu 18,01%, isso não foi nem de perto o que era necessário devido a quantidade de famílias aguardando suas terras. O estado de São Paulo, entre os mais conflituosos do Brasil foi também o estado onde menos se realizou reforma agrária em comparação as ações dos movimentos sociais (CUBAS, 2012). E o período onde mais houve conquistas foi também o período onde mais houve mobilizações, entre 1995 e 2002. Outra questão é que o Estado, quando ao invés de desapropriar resolve usar outras maneiras de obtenção, ele passa a agir como agente de especulação, pois paga um preço referido para tomada da terra, fomentando o mercado (ir)racional das terras.

Assim, a cena de novas práticas e novas ações enfatizadas na ocupação como forma de acesso a terra são base do processo de recampanização. A essência desse processo, mediado na relação com a terra é: “para Ploeg, a diminuição da sujeição da renda da terra ao capital” (PAULINO, 2008b, p. 93). A diminuição da sujeição da renda da terra ao capital implica em desconcentração fundiária e assim em reforma agrária – não é só isso, mas parte disso – que se torna um diálogo incômodo do ponto de vista político, onde os latifundiários e capitalistas optam em manter este meio de produção, a terra, ociosa, por ser o único meio de produção que mesmo ocioso não deprecia e gera capacidade de especular com excedente. Quer dizer, deixar a terra improdutiva ao invés de colocá-la para produzir é a base do capitalismo rentista, pois a terra dentre os meios de produção é a única que comporta ociosidade rentável, e em áreas de desigual distribuição fundiária isso se tornou e é forma de controle social (PAULINO, 2011b).

O diálogo não é impossível como aponta Fernandes (2001), é profundamente incômodo como assevera Paulino (2011b) e indesejável porque depende de força e vontade política para tanto (OLIVEIRA, 2007; PAULINO, 2010). Nesse tensionamento, a reforma

agrária para Ariovaldo Oliveira (2007) não é um retorno ao passado, mas “um encontro com o futuro” (p. 114), é um processo modernizante para o capitalismo brasileiro, o qual é combatido duramente pelos “latifundiários do capitalismo e os capitalistas latifundiários” (p. 114), pois essa luta fragiliza a herança arcaica das relações clientelistas. Deste modo, a expressão mais tangível das lutas sociais, em todos os lugares do Brasil, não são mero resultado pontual, residual ou artificial do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, mas do seu desenvolvimento desigual e contraditório que, apesar da repressão por parte do Estado e dos latifundiários, da imprensa corporativa, mantém-se em curso vislumbrando outro projeto político e social.

Mas as elites ao contrário, como têm que garantir o passado, veem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, expresso na propriedade privada capitalista da terra [...] o capitalismo no Brasil, produz e reproduz a barbárie, transformando os conflitos e os assassinatos quase sempre violentos, em “solução radical fora da lei das elites” para manter as injustiças presentes no campo. Mas, mesmo em meio à modernidade e à barbárie, os camponeses no Brasil, seguem sua caminhada com paciência porque como está escrito no poema “a vida não para, a vida é tão rara”. (OLIVEIRA, 2007, p. 115-116).

“A vida não para, a vida é tão rara” (p. 116), e o campesinato forjado na luta é uma constante pedra no caminho do latifundiário, lutando contra a sua aniquilação, tendo que em muitas vezes, de forma estratégica, sujeitar-se a apropriação da renda da terra para sobreviver (OLIVEIRA, 2007). No entanto, a reforma agrária não é um fim em si mesmo. A reforma agrária quebra o monopólio, mas não garante emancipação do camponês, não garante extinção da subalternização do excedente da renda da terra ao capital, garante como já foi enfatizado, o seu uso racional e a abertura do seu diálogo e da sua qualificação.

Como esses excedentes de apropriação do capital e do dinheiro se transferem para terra? Se tomarmos como base as reflexões de Oliveira (2007) que “O capital é, pois a materialização do trabalho não-pago ao trabalhador. É, portanto, a mais-valia expropriada do trabalhador. É a fração do valor produzido pelo trabalhador que se realiza nas mãos do capitalista” (p. 38), podemos aferir que só interessa ao capitalista a produção do capital e só por ele se dá essa produção de capital, porque ele é (se considera) “proprietário” do trabalhador pelos meios de produção. A diferença então entre o capital e o dinheiro se faz essencial porque o dinheiro que fica com o trabalhador não permite que ele se torne um capitalista, pois este é “fração do capital em suas mãos, o trabalhador quando consegue, não acumula capital, e sim dinheiro. O dinheiro é o equivalente geral de troca na sociedade

capitalista” (p. 38). Essa diferenciação é essencial quando se olha para a estrutura fundiária brasileira e o cativo da terra, pois quando se tem uma terra somente para especular não se faz capital, “trata-se de uma aplicação de dinheiro igual àquela feita no sistema financeiro” (p. 38), a diferença é o juro sobre o dinheiro que foi ali aplicado.

De uma maneira ou de outra, transformando a terra e produzindo capital com ela a partir da compra ou arrendamento para a produção no controle dos meios de produção, a intenção do rentista é cobrar um tributo a sociedade por reter a terra sob suas mãos e sob sua tutela, apropriação direta da renda da terra, ou também produzindo inclusive relações não-capitalistas que permitem alimentar a subalternização dos trabalhadores nesta terra, em outras palavras para Martins (1979) e Oliveira (2007), pela subordinação da renda da terra. Por isso, fez necessário desconstruir o fetiche do discurso que a agricultura convencional industrial é mais eficaz que a agricultura camponesa, quando produzimos mapas, gráficos e tabelas tomamos por faixas de produção em grupos de área, foi nítida a referência de que a maior escala de taxa de lucro está na especulação das propriedades, os latifúndios, e na subordinação da renda da terra do campesinato na sua alta produtividade. Justificando um alto grau de investimento na agricultura patronal escondendo essa profunda contradição do discurso produtivista do agronegócio, colocando em questão a função social da terra.

A função social e a propriedade da terra

Para o proprietário da terra, a mera propriedade jurídica não gera renda. Confere-lhe entretanto, o poder de impedir a exploração de sua terra até que as condições econômicas propiciem valorização donde retire o excedente, seja a terra aplicada propriamente na agricultura, seja em outros ramos de produção, como construção, etc. Não pode aumentar nem diminuir a quantidade absoluta desse campo de aplicação, mas pode alterar a quantidade existente no mercado. Por isso, conforme já observava Fourier, é uma característica de todos os países civilizados o fato de parte relativamente importante das terras subtrair-se à agricultura. (MARX, 1974 [1894]. p. 870).

O latifundiário se coloca disposto a obter uma renda complementar através de sua terra, mas deve obedecer a algumas circunstâncias do capital em se realizar nas relações de monopólio. A natureza da renda absoluta é a extração desse valor excedente dos capitalistas para os latifundiários, que se aproveitam de certas variáveis que impedem a nivelação do lucro médio, a renda então parte do valor das mercadorias. Parte da (ir)racionalidade está aí, a renda extraída como mais valia através da mercadoria por parte dos latifundiários para com os

capitalistas. Isso reverbera na tensão entre ABAG-UNICA-UDOP (capitalistas latifundiários) e UDR-CNA-CNI (latifundiários e industriários).

A relação entre parte da mais-valia, entre renda em dinheiro – o dinheiro é a expressão autônoma do valor – e a terra é em si absurda e irracional, pois são duas grandezas incomensuráveis que se medem mutuamente: de um lado, determinado valor-de-uso, terreno com tantos metros quadrados, e do outro, valor, mais-valia especificamente. Na realidade, isto significa apenas que, nas condições dadas, a propriedade daqueles metros quadrados de terreno capacita o proprietário a apoderar-se de trabalho não-pago, realizado pelo capital que os remexe como um porco focinhando as batatas. (MARX, 1974 [1894], p. 894).

A (ir)racionalidade do preço da terra, a ideia central é que o preço da terra pode aumentar mesmo sabendo que preço do produto possa diminuir - foi isso que vimos em relação as figuras 1 e 2 na discussão elencando os preços globais da terra e as commodities no mundo entre 2002 e 2015 - então não é a produção, nesse tipo de apropriação que dá o preço, mas estar sobre a posse tirando a renda da terra.

A barbárie e a modernidade no Brasil serão ignoradas se fecharmos a conta sem dar a devida atenção aos extratos de produção e de produtores, incorrendo numa grave referência ao agronegócio como produtor das riquezas do país, quando de fato, os pequenos são os grandes responsáveis ainda pelo alto grau de produtividade com maior valor por hectare na produção e manutenção da população do campo.

O monopólio da circulação, especialmente para os casos da cana e da laranja, e do gado leiteiro é a grande sacada do agronegócio para subordinação da renda da terra dos pequenos e médios, já a soja, o complexo eucalipto/pinus-celulose-papel e o gado de corte são destacados a partir do monopólio da produção, num confronto interno e intenso entre ABAG e CNA/CNI, uma representante do controle de circulação e as outras do controle setorial de produção e apropriação da produção para beneficiamento. Essas instituições representam uma crise civilizatória, pois não colaboram com a natureza da função social da terra que para o jurista Carlos Marés (2010) está com:

[...] a insurgência da natureza e dos povos reclamaram a existência de terras, água e ar com liberdade, sob pena de morte, extinção das espécies. A humanidade, no final do século XX, se deu conta de que a terra é necessária não só para sustentar mercadorias, mas também para manter viva a biodiversidade. A ela se aliam as diversas forma de sociedades, de organizações humanas que tiram da terra não só seu alimento, mas sua alegria, mitos e cultura. Esta sociodiversidade, aliada a biodiversidade, é que pode dar

resposta mais precisa do que seja a função social da terra, ou da propriedade, como o chamam as leis (MARÉS, 2010, 197).

A terra para este jurista tem somente função, mas pela lei, na verdade ela tem uma obrigação, porque ela é dada não como substrato, mas como suporte principal de nossa existência. Portanto a questão da terra é uma questão territorial e o conflito por ela é o resultado das distintas territorialidades dos sujeitos em confronto.

Como aponta Feliciano (2015, p. 127), “as mortes no campo brasileiro estão vinculadas a duas formas centrais de resistência territorial: (re)entrar na terra e permanecer na terra”. E o que está por trás dessa violência é a violência de assegurar a terra para poucos como poder de barganha e especulação. Feliciano (2015) continua assinalando que o papel do Estado não é um só um papel regulador de liberdade e igualdade, mas de legitimação ou não do domínio de uma classe sobre a outra⁸⁰.

“A propriedade da terra, portanto, tem como único fundamento o trabalho nela exercido” (MARÉS, 2010, p. 181). É como se o domínio da terra e a sua produção recaíssem sobre o seu direito de uso. Antes do capitalismo e do seu advento, a terra era então como um meio de produção e não, em hipótese alguma, para reserva de valor, especulação e/ou usurpação de renda territorial. No entanto com o seu advento a propriedade transferiu-se como poder, ou seja, a terra se transforma em território pela atuação política por este meio de produção, de quem lavra para aquele que especula/exploira com ela.

Em 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro. Pela primeira vez uma lei brasileira adotava a função social como paradigma para a qualificação da propriedade. Para aquela lei, “a propriedade da terra desempenha integralmente sua função social quando: a) favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividades; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (MARÉS, 2010, p. 191).

⁸⁰ A reforma agrária é um projeto de disputa territorial que tem gerado conflito. Como em qualquer período foi a questão da terra, onde se forja “uma ideologia de poder estatal” (FELICIANO, 2015, p. 148) para ocultar as barganhas e conquistas da classe dominante, dos latifundiários. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro foi resumidamente assim, segundo Feliciano (2015, p. 127), o processo de colonização que uniu Estado e Igreja e dizimou cerca de 5 milhões de indígenas para conquista dos seus territórios; também na violência contra os escravos que mobilizados da sua condição ressignificam a terra nos quilombos, duramente reprimidos; e os camponeses (desterritorializados) foram perseguidos e, muitos deles, mortos. Todos estes que resolveram questionar a propriedade da terra e a apropriação dos seus territórios, seu trunfo de existência.

Assim, quando pede-se reforma agrária, privilegia-se o desenvolvimento do capitalismo de modo pleno, a função social da terra⁸¹ prevista pela Constituição de 1988 foi e é a base para a redistribuição de terras pelo uso, racionalidade e eficiência, e não somente pela produtividade. Para Marés (2010), essa confusão criada entre função social e produtividade tem um caráter muito específico das classes dominantes brasileiras, pois “quando se indaga o que é e para que serve a função social da propriedade, as respostas parecem ser mais econômicas e construídas com o fim de isolar este aspecto da desapropriação por interesse social” (p. 193). A fuga das respostas é a retórica para legitimação da estrutura rentista no Brasil.

O Estatuto da Terra, que constrói a noção de função social da terra aplicada na Constituinte de 1988, assim tornou-se tão reacionário, não porque não foi cumprido em suas demandas, mas a partir da desqualificação deste debate (OLIVEIRA, 2007 e MARTINS, 2011). A intenção do regime militar foi de olhar para produção, por isso, nem o ITR (Imposto Territorial Rural) progressivo, não se deu como tributo a ser aumentado. A Revolução Verde resolvia e resolve os problemas por vias do capitalismo-produtivista que enche os olhos de teóricos que antes prezavam por uma reforma agrária clássica e agora veem o agronegócio como “solução” ao capitalismo brasileiro, coisa que não foi e nem é. Em razão disso, Marés (2010) aponta como o maior ganho aos ruralistas em detrimento da sociedade, na Constituição de 1988, a continuidade desta confusão entre (ir)racionalidade rentista e função social da terra, pela inserção da produtividade.

Por função social entende o mesmo que o Estatuto da Terra, atualizando os conceitos de Meio Ambiente e trocando “níveis satisfatórios de produtividade” por “aproveitamento racional e adequado”.

Tudo estaria bem para se promover a reforma agrária voltada para o cumprimento da função social, possibilitando desapropriar para atingir metas de agricultura orgânica, de eliminação do trabalho escravo, de cobertura florestal etc. Não fosse uma penada de última hora que introduziu um artigo, o de n.º 185 duplamente enganoso. Diz que são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade, desde que o proprietário não possua outra, e a propriedade produtiva! [...] A confusão estava reestabelecida (MARÉS, 2010, p. 194-195)

Este artigo 185 comprometeu, na argumentação de Mares (2010), toda a legislação sobre a função social da terra, abriu uma brecha grande o suficiente para, segundo ele, comportar “qualquer ideologia” (p. 195). O dispositivo balizador volta a ser a produtividade

⁸¹ A função social está prevista dentro da Lei 8629 de fevereiro de 1993 relativa a disposição sobre reforma agrária e propriedade rural nas aplicações dos dispositivos para cumprir com esta função social, prevista no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal de 1988.

assumida mesmo antes da revolução verde, o índice de produtividade no período do governo militar (com base no Censo Agropecuário do IBGE de 1972). A Constituição de 1988 contribui para fragilizar e muito o debate sobre a reforma agrária e sobre o capitalismo rentista no Brasil.

Feliciano (2015) concorda quando assevera sobre o artigo 185, pela sua ambiguidade, confronta o artigo 186 que prescreve a função social da terra. Ele diz: isso “pelo fato de se opor e ser anulado [a função social da terra] quase totalmente pelo artigo 185, que define a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, sem dar seu significado” (FELICIANO, 2015, p. 149).

A produtividade como parte central na construção desse argumento esvazia o argumento da função social da terra e da reforma agrária. Isso revela que enquanto o latifundiário numa classe ou fração de classe puder tirar e se apropriar do ganho excedente por parte da renda da terra, a produção será secundarizada. O privilégio da terra será também o controle dos ganhos passivos com a especulação. Por isso a reforma agrária então é uma saída para o futuro, e ainda é tempo. Diz Oliveira (2007, p. 65):

A reforma agrária não altera a essência desse modo de produzir, e sim tenta remover esta (ir)racionalidade que a propriedade da terra exerce na produção agrícola, impedindo-a, muitas vezes, de produzir. Nem mesmo a nacionalização conseguiria eliminar integralmente todas as formas de renda.

O privilégio da terra também é o controle dos ganhos passivos com a especulação nesse cenário de manutenção da hegemonia do latifúndio. O primeiro passo para destruturação do rentismo é uma profunda transformação nas relações de produção a partir da quebra do monopólio da terra, nesta perspectiva são significativas as conquistas das lutas sociais, pois elas ofendem diretamente o problema agrário brasileiro, o rentismo dos latifundiários capitalistas e dos capitalistas latifundiários. Por isso quando produzimos o IRCF, quase nunca, ou em alguns casos estratégicos para alívio da pressão social, a reforma agrária por meio de qualquer política de obtenção de terras, especialmente pela desapropriação, é refutada enfaticamente pelo Estado gerido pela aliança com as oligarquias.

A reforma agrária a partir disso não é um processo separado do seu sujeito central, do seu protagonista, o campesinato. Por essa razão é imprescindível a reprodução deste sujeito social de transformação, reafirmando a utilidade de pensar o camponês não só como classe

social⁸², mas sobretudo como de vida e modo de produção baseado na economia familiar, na relação com a terra de trabalho e com a proposta agroecológica.

Oliveira (2007) assinalou que a reforma agrária é uma saída que dá racionalidade ao capitalismo no campo, e não como um outro modo de produção, logo, faz-se exigente a questão: a economia familiar é suficiente para compor um modo de produzir/fazer divergente ao capital e suficiente no uso da terra de forma racional? Outra questão que se faz é: de que reforma agrária falamos? Sobre a primeira questão queremos refletir ao longo desta parte, pensar o campesinato como o protagonista das respostas possíveis, como classe social, como modo de vida e como modo de produção. Olhar para qual reforma agrária queremos a partir da experiência vivida pelos camponeses assentados em Ribeirão Preto no PDS Fazenda da Barra, Mario Lago.

Os laços entre economia familiar, terra e campesinato

Para Marx o campesinato é a “classe que representa a barbárie dentro da civilização” (apud SHANIN, 1983, p. 275), este estudioso do modo de produção capitalista não conseguiu em vida decifrar esse modo de vida que atravessou os tempos. Essa é uma “exasperante qualidade camponesa” para Shanin (1983, p. 275) que se encontra “subjacente a todos os problemas de investigação deste campo” (referindo-se ao seu próprio estudo), em *La Clase Incomoda*.

O camponês não se encaixa bem em nenhum dos conceitos propostos *a priori*, ele precisa ser pensado na cumulação dos tempos, representado nas suas marcas no espaço e na construção dos seus territórios fundada na sua capacidade criativa e flexível de sobreviver as mais adversas condições políticas e econômicas (SHANIN, 2008). É uma classe social incômoda para os teóricos da questão agrária, é uma classe social incômoda para os teóricos do capitalista agrário, é uma classe social incômoda para os capitalistas e latifundiários, porque simplesmente não deixam de existir nem por força de pensamento, nem pela truculência⁸³.

⁸² **Em si** – como modo de vida e produção, “totalmente autossuficiente” para Shanin (1983 e 2005) - e **para si** – que provém da consciência política para Marx (apud SHANIN, 1983 e DE CARVALHO 2010) e que se constitui em determinados momentos históricos com uma auto gestão dirigente para Shanin (1983).

⁸³ A frase do comandante Marcos, Zapatista, ilustra essa constatação de Shanin: “zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social-democracia. Nem chega a ter corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos de esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral que, em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar essa rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo” (OLIVEIRA, 2003, p. 155).

Para o sociólogo Teodor Shanin (1983, 2005 e 2008), intelectual do campesinato, considerando os graus de *campesinidad* e observando este agente numa perspectiva de *continuum*, poderíamos afirmar “que o campesinato aparece como uma entidade social com ‘categoria de classe’ relativamente baixa, que se eleva nas situações de crise” (SHANIN, 1983, p. 290). O modo de vida camponês que perpassa a história da humanidade se torna classe a partir do conceito de conflitividade e crise, onde este grupo social assume uma forma combativa não somente pré-capitalista, mas, também de projeto contra hegemônico em determinadas condições.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. [...] Ela é um tipo de economia que não é menos poderosa, relevante, influente e capaz de resolver problemas do que são a economia estatal e a economia de mercado. Não há forma de entender a economia nas sociedades capitalistas sem considerar o apoio que a economia familiar dá a esse sistema. (SHANIN, 2008, p. 26).

A multiplicidade das soluções camponesas cria uma crise no paradigma da destruição do campesinato⁸⁴, e assim as grandes questões para Shanin (2008, p. 27-28) são: “por que a economia familiar [ainda] existe? Por que o mercado ou o Estado não retiraram todas as suas funções? A resposta está na questão de sua eficiência. Ela é mais eficiente, de certa maneira, do que qualquer uma das duas outras formas de economia”. Como já demonstramos na primeira parte do trabalho, a economia familiar em pequenas propriedades ainda é muito mais eficiente que o paradigma da agricultura convencional industrial na face do agronegócio. A economia camponesa potencializa a produção pela diversificação na pequena propriedade e transfere a propriedade a noção de território camponês pela sua territorialidade, sua maneira de (re)produzir-se. Reafirma-se: a utilidade do conceito de camponês hoje se refere a quando este sujeito se porta como classe social viabilizando seu modo de vida.

⁸⁴ “O paradigma da questão agrária tem como pensadores e seus livros seminais (final do século XIX) Karl Kautsky, com *A Questão Agrária* (1968) e Vladimir Lênin, com o *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1988). Esses autores vão trabalhar de forma geral a apropriação do capital e do seu metabolismo no território e no tempo em detrimento do campesinato, que deixa de existir enquanto sujeito. Kautsky (1968) expôs que a concentração fundiária não prejudicaria o desenvolvimento do capitalismo, pois o mesmo tinha por base a indústria, que de forma híbrida se adaptaria aos distintos territórios. Lênin, de forma geral, vê o campesinato se extinguindo na diferenciação das classes que constituíam o ponto central da transformação capitalista” (CUBAS, 2012, p. 80).

Pois bem, para Shanin (1983, 2005 e 2008) a economia camponesa, como já frisamos, é flexível e criativa reinventando-se nos momentos de crise, se colocando como solução imanente a estes tempos. A relação do camponês com a sua terra é essencial, porque a lógica de apropriação dessa terra não é como recurso, mas como subsidio de sua vida familiar. Mesmo assim, a economia camponesa, que se cristaliza no relacionamento com a terra, tem a economia familiar como centro de sua motivação, ou seja, mesmo sem terra, o “modelo crucial para tudo isso [...] é a economia familiar” (SHANIN, 2008, p. 34), e por assim dizer, a sua economia, eficiente, dá razão a terra, porque nela passa-se a produzir em escala social.

Apesar disso, “Há um grande desprezo” (JACOB apud DE CARVALHO, 2012, p. 3), histórico, segundo Horácio Martins de Carvalho (2012), desde as mais antigas formas de organização econômica, “por quem cultiva o cereal que há de ser transformado em pão” (JACOB apud DE CARVALHO, 2012, p. 3). Isso no Brasil toma uma forma ainda mais drástica, quando pesa sobre o campesinato o fato dos resquícios da mentalidade escravista e a discriminação social, que é reflexo no senso comum da meritocracia (MARTINS, 1979), colocando sob os capitalistas e rentistas o fato mentiroso da produção do capital e da riqueza, quando este deveria estar sob o trabalhador, urbano e rural, e o camponês.

Isso obrigou, de certa forma, o campesinato a se posicionar e se comportar como classe social irreconciliável ao capital por meio da construção de uma identidade política contra hegemônica. Nessa perspectiva a “tentativa estrutural de conciliação do campesinato com o capital, ainda que conjunturalmente tal iniciativa possa parecer vantajosa para uma parcela de camponeses, seria um caminho direto para ampliar a subalternidade do camponês ao capital” (DE CARVALHO, 2012, p. 4). A conciliação para Marx é o saco de batatas.

Os camponeses, em todos os tempos e nos mais distintos contextos econômicos e sociais, sempre resistiram socialmente à exploração e às mais distintas formas de opressão. Revoltas camponesas, participação relevante em revoluções sociais, resistência social localizada de grupos de camponeses, de famílias isoladas respondendo ao ultraje da violação de seus espaços de produção e de viver e de seus saberes, tem sido uma prática social constante, poderíamos dizer desde sempre, na história das histórias camponesas. Mas é na formação econômica e social sob a dominação do modo de produção capitalista que o camponês está seriamente ameaçado de desagregação social e de desaparecimento (DE CARVALHO, 2012, p. 3).

De modo sintético é a formatação histórica capitalista no campo brasileiro, singularizada no aspecto arcaico dos latifundiários como coronéis, e na barbárie das relações destes com os camponeses, que irrompe exponencialmente como um grave desacordo

existencial entre as classes. Não há conciliação possível porque o rentista e/ou o capitalista perceberam que a renda da terra é maior para eles quando eliminam o camponês como dono (“intermediário”) da terra, ou como terra de trabalho, passando da terra de trabalho para terra de negócio.

Para De Carvalho (2012) os camponeses eram úteis porque ou forneciam alimentos baratos ou eram mão de obra barata e um exército de reserva possível, assim, o discurso estratégico da segurança alimentar alicerçado na não necessidade de viver no campo para ser acoplado como mão-de-obra do campo converge no campesinato como um resquício a ser suprimido. A lógica de que em um determinado momento o campesinato serve ao capitalismo em outro não, por isso é mais favorável eliminá-lo ao invés de tentar controlá-lo (MARQUES, 2008b). Isso culminou em um processo paradoxal de (re)criação campesinato, no que Shanin (1983) chama de criação e recriação camponesa. Elencando o modo de vida e classe social na base da compreensão para esta “classe incômoda” (SHANIN, 1983) e/ou “estranha” ao modo de produção capitalista (MARQUES, 2008b e DE CARVALHO, 2012).

A classe incômoda é a que reivindica a terra

O camponês não é por si uma unidade, ele é definido por uma abstração lógica e reflete a construção *em si* e *para si*. Esse sujeito se realiza na sua reinvenção, pois ele foi extinto e recriado, está nesse processo constante, e “somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descristalização de classe, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas” (SHANIN, 2008, p. 15). Shanin (2005 e 2008) desenvolve a ideia de camponês como um modo de vida (anterior a classe em Marx), uma construção social em si, já que ela se recria todos os dias por suas relações sociais e para si. Por isso, tem a potencialidade de executar a consciência de classe (“as classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal” (2008, p. 36)) (CUBAS, 2012, p. 106, grifos do autor).

O fato de se tornar classe pressupõe um modo de vida específico, mas não arbitrário. No Brasil, Marta Ines Medeiros Marques (2008b) chama atenção para o processo de recampenização, que para esta autora se baseia no campesinato desterritorializado em meados do século XX que não perdeu totalmente o vínculo com o campo e nem foi totalmente (ou em grande parte) inserido numa proletarianização desses sujeitos, mas mantiveram vínculos identitários com a terra e o desejo de voltar.

A realidade é que o modo de vida camponês se resolve para com a sua família, e a ênfase está na necessidade reprodutiva da família, formando como indissociável as esferas de produção e de consumo.

Uma análise mais aprofundada permite chegar aos seguintes resultados: o produto do trabalho familiar, único e indivisível, e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar, não aumenta de maneira tão marcada como o rendimento da exploração capitalista influenciada pelos mesmos fatores. Com efeito, **o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a auto-exploração da sua capacidade de trabalho. Satisfaz as exigências da família** de maneira mais completa despendendo menos trabalho e diminuindo, portanto, globalmente, a intensidade técnica da sua atividade econômica (CHAYANOV, 1981, p. 485, grifo nosso).

Essa é para Chayanov (1981) a dinâmica interna da unidade econômica da família camponesa. Dentro dessa dinâmica tão somente o sujeito camponês, coadjuvante, está submetido ao seu desaparecimento enquanto não se torna protagonista da sua história social. Para Marx e Engels (apud DE CARVALHO, 2012, p. 30) “enquanto houver uma mera interconexão local entre estes pequenos agricultores e o caráter dos seus interesses não conduzirá à formação de uma comunidade, nem ao estabelecimento de laços nacionais nem organizações políticas, não formam uma classe”. A conexão precisava (e precisa) ser maior que a simpatia com o vizinho, com a comunidade, a conexão precisava se dar de modo racional, uma conexão dialética que se expressasse em insurgência. Vemos aí o fato político que transforma um modo de produzir e viver (no capitalismo) em classe social.

Para Shanin (1983) o campesinato se mostra como classe social coesa porque:

[...] no decorrer da história, o campesinato atuou politicamente muitas vezes como uma entidade social de classe. Ademais, dentro das sociedades industriais, tem demonstrado possuir coesão em sua ação política, e não somente em seus enfrentamentos com os proprietários de terra tradicionais em combates noite a dentro do tipo pré-capitalista; os interesses comuns compartilhados pelos camponeses os tem impulsionado também a sustentar conflitos políticos com os grandes proprietários de terra capitalistas, com vários dos diferentes grupos urbanos e com o Estado moderno (p. 289).

O processo que tornou o camponês um modo de vida (em si) e uma classe social (para o outro) no Brasil foi a luta. Teve como grandes representantes as Ligas Camponesas, as Ultabs (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), e mais recentemente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Ou seja, “O campesinato é uma

classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise” (MARQUES, 2008b, p. 3). Para Thompson (1987, p. 10) “A consciência de classe é forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.

Horácio Martins de Carvalho (2012) critica uma leitura apressada dos clássicos, desde Marx, que nos fazem ter uma impressão equivocada sobre a história camponesa, da sua resistência e da sua capacidade criativa, em muitas vezes subalterna para sobrevivência.

Uma leitura apressada da tendência da dissolução do campesinato pelo capital pode passar por cima das resistências sociais camponesas e das possibilidades efetivas de vias multilíneas de socialização da agricultura como as experiências socialistas sugeriram. A afirmação isolada de que a tendência da expansão capitalista é a dissolução do campesinato e o desenvolvimento da grande empresa capitalistas no campo deixa de lado não apenas uma análise concreta das situações sociais concretas (materialismo dialético), como caminha para um negativismo em relação aos camponeses deixando-os à mercê do capital. E, mais, desconhece a articulação mundial dos camponeses como fato histórico político objetivo no enfrentamento do capital financeiro oligopolista e globalizado (DE CARVALHO, 2012, p. 16).

Por isso é imprescindível frisar que o campesinato não é só um anacronismo que o capital ainda não conseguiu destruir. A partir da década de 1950 (período que marcou a modernização conservadora e o aparecimento das Ligas Camponesas (MARTINS, 1981 e 2011, WELCH, 2009, 2012 e 2014, MARQUES, 2008a e 2008b, e DE CARVALHO, 2012)), especificamente, o campesinato começa a se portar como um modo de vida estruturalmente paradoxal ao modo de produção capitalista.

O campesinato se torna a partir da década de 1950 a possibilidade a essa crise civilizatória que também é uma crise ética e moral do ser humano, que implicou ao camponês uma capacidade de reinventar-se e subsistir para sobreviver as diferentes maneiras das tentativas de sua aniquilação, que tem por base a discriminação social e ideológica. Isso baseado em preceitos que vêm desde a Idade Média, quando os proprietários “funditários seculares - aos quais se juntam a Igreja [Católica], que era a grande proprietária das terras – perceberam que a odiada agricultura afinal era uma ótima fonte de rendimento” (DE CARVALHO, 2012, p. 9), a terra associada a sua localidade estratégica seria vivida como fonte de poder, de barganha e de domínio.

Os camponeses no Brasil sempre necessitaram disputar a terra com os latifundiários e conviver traumáticamente com as ameaças e ações efetivas de grileiros, jagunços e milícias para nela se manterem, nem

sempre com resultados positivos. E tiveram que enfrentar as mais distintas dificuldades para que permanecessem na terra sem constrangimentos, sejam aquelas produzidas pelas circunstâncias da conjuntura econômica ou sejam aquelas outras artificiais construídas pelos governos. Mesmo os colonos estrangeiros que aqui aportaram para atenderem aos interesses e conveniências dos empresários capitalistas no campo tornaram-se objeto de manipulações inescrupulosas, desde a sua localização territorial pouco favorável a uma agricultura com incipiente desenvolvimento das forças produtivas até a sua inserção em contextos de mercados agrícolas já oligopolizados. A própria libertação dos escravos foi parcial pelo fato de não se ter realizado, ao mesmo tempo, uma reforma agrária pelos governos da época que dessem terras aos libertos da escravidão e lhes proporcionasse a possibilidade formal de se constituírem como camponeses. Os quilombos e as comunidades rurais de distintas origens esparramadas por todos os rincões do país evidenciam que o acesso facilitado à terra e o apoio de políticas públicas aos camponeses teriam sido indispensáveis para que essas famílias de pequenos produtores rurais familiares tivessem tido uma história menos opressiva do que a que vivenciaram. (DE CARVALHO, 2012, p. 10, grifo nosso).

Os camponeses no Brasil não tiveram outra saída que a de insurgir contra os domínios destes agentes senão já estariam extintos. A sua reprodução social como veremos a seguir então se desenrolou em um alto grau de conflitos e tensões, “resistência à opressão e a discriminação” (DE CARVALHO, 2012, p. 10). A insurgência é o processo no qual o campesinato se une em interesses comuns e específicos tornando-o mais que uma demanda econômica, mas, uma classe social contra-hegemônica, dentro das desigualdades do modo de produção capitalista.

Quando o campesinato contemporâneo resiste socialmente às iniciativas várias de desagregá-lo, como comentamos anteriormente, ele está se afirmando como um **modo de produzir e de viver**. Todavia, **quando ele não apenas resiste**, mas se afirma como camponês pela construção da sua autonomia e a negação do modo de produção capitalista como práxis social dominante, acentuando que é um modo de produção que deve ser superado e, para tanto, se alia com o proletariado para **combater a burguesia como classe social** que domina e comanda esse processo geral destruição da vida, nesse **processo político se instaura a contradição de classe entre o campesinato e a burguesia**. Então, **nessa luta concreta de classes, o campesinato se comporta econômica, política e ideologicamente como classe social em confronto com a burguesia** (DE CARVALHO, 2012, p. 37, grifo nosso).

O camponês que pratica seu modo de vida e de produção não apenas resiste quando decide se tornar protagonista de sua história, ele enfrenta as classes sociais hegemônicas, burguesia e rentistas, atacando o problema da terra e reivindicando outra lógica de produção. Esse confronto é essencial para a permanência da classe camponesa mantendo a chama da

inquietação acesa⁸⁵. Quanto a questão de como definí-lo como classe social, Shanin (1983 e 2008, p. 37) é categórico, antes ele é “modo de vida”, “daí, o quanto a este “modo de vida” que pode dar origem a uma classe é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não” (p. 37). Não podemos conceber o camponês, inclusive o brasileiro, destituído da sua economia, mas a sua materialização como classe social será dada a partir do conflito gerado por outro modo de vida que comprometa a sua existência.

Em vista disso, se faz ideal, a produção de um *background* da formação do sujeito camponês como classe social, olhando para chave que desvenda a questão agrária persistente no estado de São Paulo e no Brasil, a questão do uso (ir)racional da terra e o confronto de classes antagônicas. A formação de um “povo sem-terra” não desterritorializou os camponeses da ideia da terra porque a sua economia familiar (WELCH, 2010), como veremos depois do *background* se realiza totalmente no relacionamento entre o sujeito, a terra e sua territorialidade, que se transforma em território de resistência (ou resiliência) camponesa (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Esta classe incômoda, por assim dizer, é a que resiste reivindicando o seu território e quando o qualifica de forma propositiva também assume a dimensão de modo de produzir divergente ao modo de produção capitalista.

1.2 Breve geohistória da formação dos sem-terra no estado de São Paulo

Entendemos que a história da luta pela terra parte da Lei de Terras de 1850, porque da renda capitalizada que estava no escravo anteriormente, a partir da Lei de Terras foi transferida para terra, o cativo da terra segundo Martins (1979). Certamente, este evento foi importante no contexto da questão agrária brasileira porque legitimou a estruturação de um capitalismo rentista. Por assim dizer a partir dessa lei que empoderou o proprietário de terras, surge também a falsificação de títulos. Uma suposta legalidade da terra que legitimou o

⁸⁵ “Como nos elucida José de Souza Martins ‘O trabalhador da fábrica e o lavrador do campo vivem, em face do capital, processos sociais diferentes, porque se defrontam com o capital de modos diferentes. São por isso classes sociais entre si diferentes (...). Os fundamentos da conduta e da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes. Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros. Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários, ajam como se fossem operários, aprendam a pensar como a classe operária, é esperar o impossível. Essa espera é um absurdo e, quando se transforma numa exigência político-partidária, é até mesmo um crime. É uma espera idealista, reacionária (...). Só uma força fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social’” (MARTINS apud DE CARVALHO, 2012, p. 37).

discurso do rentismo amparado pela aparência de progresso. Em São Paulo, de acordo com o geógrafo Pierre Monbeig (1984) um acordo entre aristocracia e governo que liberava o ocupante que comprovasse posse até 1878.

Toda terra, não doada em sesmaria, era teoricamente de domínio público, ou terra devoluta. [...] promulgara o Governo Federal em 1850, uma lei que regulava essa questão; a todos os que tivessem começado a cultivar o solo e pudessem justificar seu direito de primeiro ocupante, permitia essa lei que registrassem seus títulos de posse, num prazo de quatro anos. [...] Um decreto baixado pelo governo de São Paulo, em 1900, considerou como legítima a posse de quem pudesse prová-la com título legal, anterior a 2 de agosto de 1878 (MONBEIG, 1984, p. 144).

Vemos também Monbeig (1984), que passados os limites da fronteira pioneira na parte central do estado de São Paulo, não existia de fato a uma legítima posse dos fazendeiros até pelo menos 1890. Assim todo título a partir de 1878 que se colocava em áreas que antes disso não faziam parte da frente pioneira, eram em tese áreas ilegítimas. Tudo o que foi concedido antes disso (depois de 1878) fez parte de um grande acordo entre governo paulista e aristocracia. Nesse período, “a grande propriedade era a regra na franja pioneira e o grande senhor, o latifundiário, continuava a ser o pioneiro do café, como já o havia sido no vale do Paraíba, nos arredores de Campinas, ou no relevo montanhoso de Amparo” (MONBEIG, 1984, p.177).

Sobre os preceitos das legislações de terras devolutas, ou de modo mais específico, sobre a Lei de Terras, Martins (1979) destaca:

Há abundantes indicações de que tais preceitos não foram respeitados. Os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias ficaram sujeitos à legitimação de seus direitos, o que foi feito em 1854 através do que ficou conhecido como “registro paroquial”. Tal registro validava ou revalidava a ocupação de terra até essa data. Isso não impediu o surgimento de uma verdadeira indústria de falsificação de títulos de propriedades, sempre datados de época anterior ao registro paroquial, registrados em cartórios oficiais, geralmente mediante suborno de escrivães e notários. Até as primeiras décadas deste século esses documentos estavam na raiz de grandes conflitos de terra nas frentes pioneiras de São Paulo. Tais procedimentos, porém, eram geralmente inacessíveis ao antigo escravo e ao imigrante, seja por ignorância das praxes escusas seja por falta de recursos financeiros para cobrir despesas judiciais e subornar autoridades (essas despesas eram provavelmente ínfimas em relação à extensão e ao valor potencial das terras griladas, mas eram também desproporcionais aos ganhos do trabalhador sem recursos). (MARTINS, 1979, p. 29).

O grileiro era então uma espécie profissional da falsificação que desembaraçava para o fazendeiro a posse da terra no intuito de deixá-la sem impedimentos para exploração. “A renda capitalizada passou a ser, em parte, a contrapartida do tributo pago pelo fazendeiro ao grileiro” (MARTINS, 1986, p. 29). Esses grileiros trabalham em consonância com órgãos públicos e líderes políticos pois dispunham do aparato estatal para expansão do modelo de sociedade requerido.

De modo que o processo de grilagem também foi o processo de beneficiamento da aristocracia paulista, decretos emitidos com o interesse de dar terra a quem queria ou especular com ela, ou submetê-la a monocultura e regimes de trabalho exploratórios com atrelamento a conquista de poder político e econômico. Monbeig (1984, p. 144) frisa que os “falsários” deram como prova, habilidades que segundo o autor eram “diabólicas”, eles buscaram “folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amarelaram propositalmente documentos [...]. Implantavam-se à pressa cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas” (p. 144) para dar a impressão de posse histórica. Isso além de partes deterioradas de casas velhas para compor o imóvel junto com móveis antigos, para criar um tal ambiente adequado para o falseamento (MONBEIG, 1984).

Assim, de igual importância, a Lei de Regulamento de Terras (decreto número 1318 de 1854) que passou do controle do governo federal para os governos estaduais às terras devolutas abriram mais espaço para essas tramas ilícitas da posse da terra (MARTINS, 1979 e LINHARES E SILVA, 1999). Esta lei serviu para reforçar o coronelismo e reproduzir a grilagem, um sistema disponível somente para o proveito dos com-terra, já dotados do poder necessário para manipular a Igreja, a burocracia e a lei (WELCH, 2009 e 2010).

A Lei de Terras, para o historiador Clifford Welch (2010), tornou o acesso a terra mais difícil, quase impossível para os trabalhadores e povos tradicionais do campo. Após isso, “enquanto os colonos queriam um sistema que promovesse rápida mobilidade social, os fazendeiros queriam uma versão melhorada da escravidão, que oferecesse trabalho barato, disciplinado, diligente e confiável” (WELCH, 2010, p. 49). Essa era a expectativa de abranger o trabalhador livre por meio do imigrante num segundo momento, já que o colonato não era puramente trabalho livre e nem tão submisso quanto desejavam os fazendeiros (WELCH, 2010).

Os fazendeiros tinham, de algum modo, criado um campesinato sem terra. Seu capital, antes atrelado à aquisição de escravos, era agora cada vez mais

investido em terras. O controle sobre o trabalho era essencial para o domínio do fazendeiro sobre a terra: para fazer os colonos dependentes das fazendas para o pão de cada dia, eles tinham que continuar sendo incapazes de comprar terra. Para estabelecer um campesinato dependente, os fazendeiros encorajavam a migração de famílias inteiras, que, para se manterem eram obrigadas a trabalhar conjuntamente com os colonos, os maridos, as esposas e suas crianças combinando seus trabalhos (WELCH, 2010, p. 53, grifo nosso).

A formação camponesa paulista era muito diversificada, porque nenhum desses grupos era para o fazendeiro a essência da submissão e silêncio como mão-de-obra barata e indiferente a sua situação social. Misturavam-se desde africanos, ainda num regime de semi-escavidão, afro-brasileiros, a brasileiros e outros imigrantes europeus e asiáticos, principalmente os italianos e portugueses que eram em 150 mil no começo de 1880 (WELCH, 2010, p. 53). A questão agrária paulista, repleta de conflitos em torno do trabalho no campo, desde a legislação até a luta pela terra, se tornava cada vez mais complexa, com um fardo histórico do regime das sesmarias que resultava, entre outras atrocidades, da concentração de terra e renda, o regime escravocrata e os distintos personagens no campo paulista (WELCH, 2010).

Welch (2010), afirmou, para entendermos o campesinato paulista em sua gênese que “os fazendeiros tinham, de algum modo, criado um campesinato sem terra” (p. 53). Ilustrando da seguinte maneira: “[...] em vez de trabalhar por partes, o que podia ser facilmente manipulado, colonos e fazendeiros estipularam pagamentos em dinheiro correspondentes a certa quantidade em grãos de cafés colhidos” (p. 50). O que envolvia um estímulo da dependência do colono pelo fazendeiro que era destituído da terra e encorajado a vender sua força de trabalho em troca de arrendamentos e ganhos parciais monetários. E o fazendeiro, mesmo ainda em 1940, continuava sendo “o tipo social atual. O industrial, o banqueiro e o criador lhe disputam a riqueza e o poder, mas ainda precisam contar com ele” (MONBEIG, 1984, p. 279). O fazendeiro que acumulava poder com as terras se relacionava com o colonato e o trabalho livre estimulando uma dependência profunda da figura do coronel que desligava cada vez mais esses trabalhadores da terra.

Welch (2010) retrata o período 1889-1930 como o tempo em que “o coronelismo, a relação patrão-cliente entre os camponeses e os donos de terras, era especialmente típica do período de Primeira República”. (p. 133). Quer dizer, a apropriação da máquina estatal a favor dos fazendeiros gerou uma população que não tinha terra no estado de São Paulo. Um sujeito social que foi subalternizado pelos coronéis da terra de forma que estes sujeitavam a sua renda não pela renda da terra, mas pela renda em trabalho apropriada na mais-valia. Essa formação

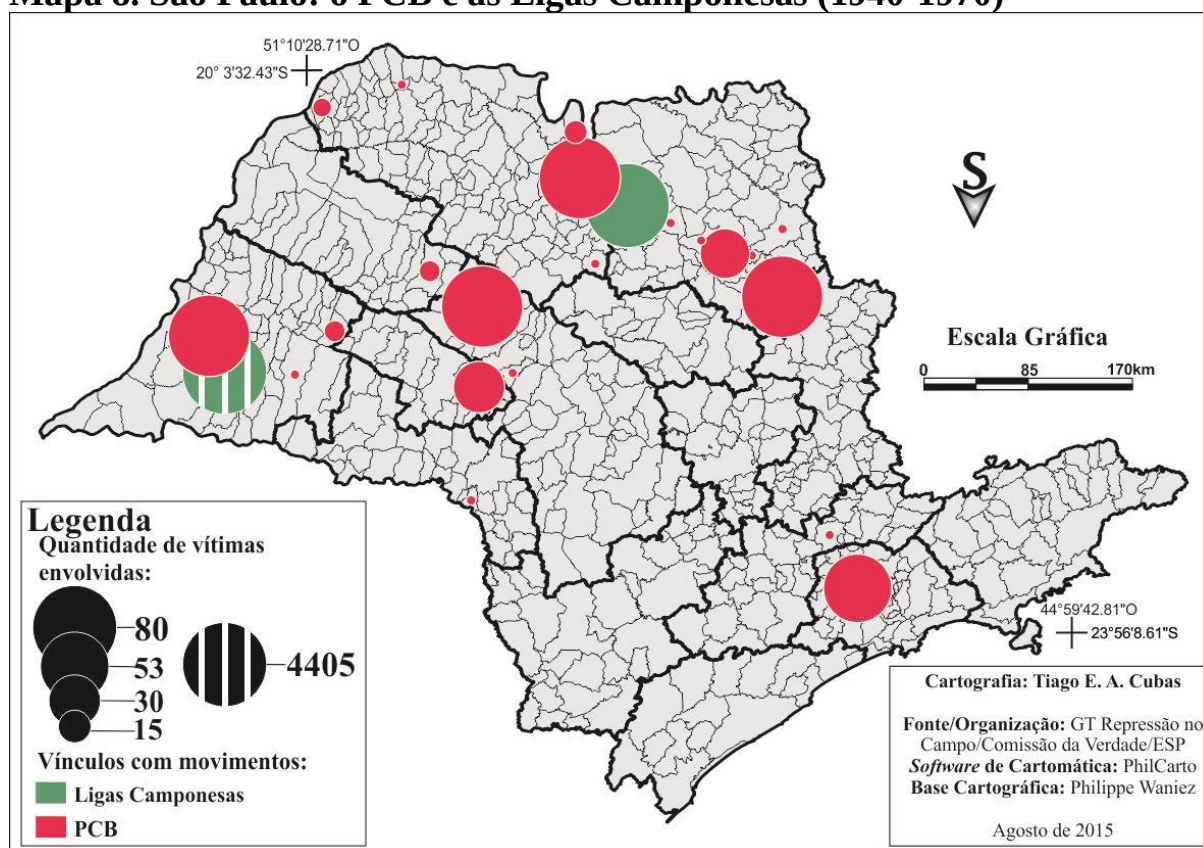
desse sujeito destituído do meio de produção mas não de força produtiva, gerou organizações sociais posteriormente que tinham vínculo identitário com a terra e que passaram a requerer o seu direito de uso, dentre outros direitos mínimos vinculadas ao ideário de trabalhador rural difundido pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro). Apareceram nesse contexto as Ligas Camponesas e as Ultabs, apoiados pelo PCB, que representavam uma insatisfação estrutural do camponês que se espacializou por todo o Brasil.

O surgimento das Ligas Camponesas, da Ultab e do PCB

As imigrações (italianos, espanhóis, alemães e japoneses) que deram lugar à emigração⁸⁶ (nordestinos e mineiros) de 1,25 milhão de pessoas acabaram por somar outra característica a esse campesinato destituído da terra, a rebeldia (MONBEIG, 1984 e WELCH, 2010). Essa última não era bem vista pelos fazendeiros, pois os migrantes nordestinos e mineiros, diferentemente dos colonos estrangeiros, eram muito mais “rebeldes” e tinham menor “adesão política” (WELCH, 2010, p. 77). É justamente nesse período (1945-1960) que as Ligas Camponesas⁸⁷, em consonância com a organização do PCB, se estabeleceram no Pontal do Paranapanema, com destaque para Presidente Prudente, Presidente Bernardes e Santo Anastácio. As Ligas fortaleceram a formação do PCB no estado de São Paulo e vice-versa. Ao mesmo tempo que se fortaleceram, geraram perseguição. O Mapa 8 segue sobre a perseguição ao PCB e as Ligas camponesas que encabeçaram as revoltas sociais entre 1940 e 1970.

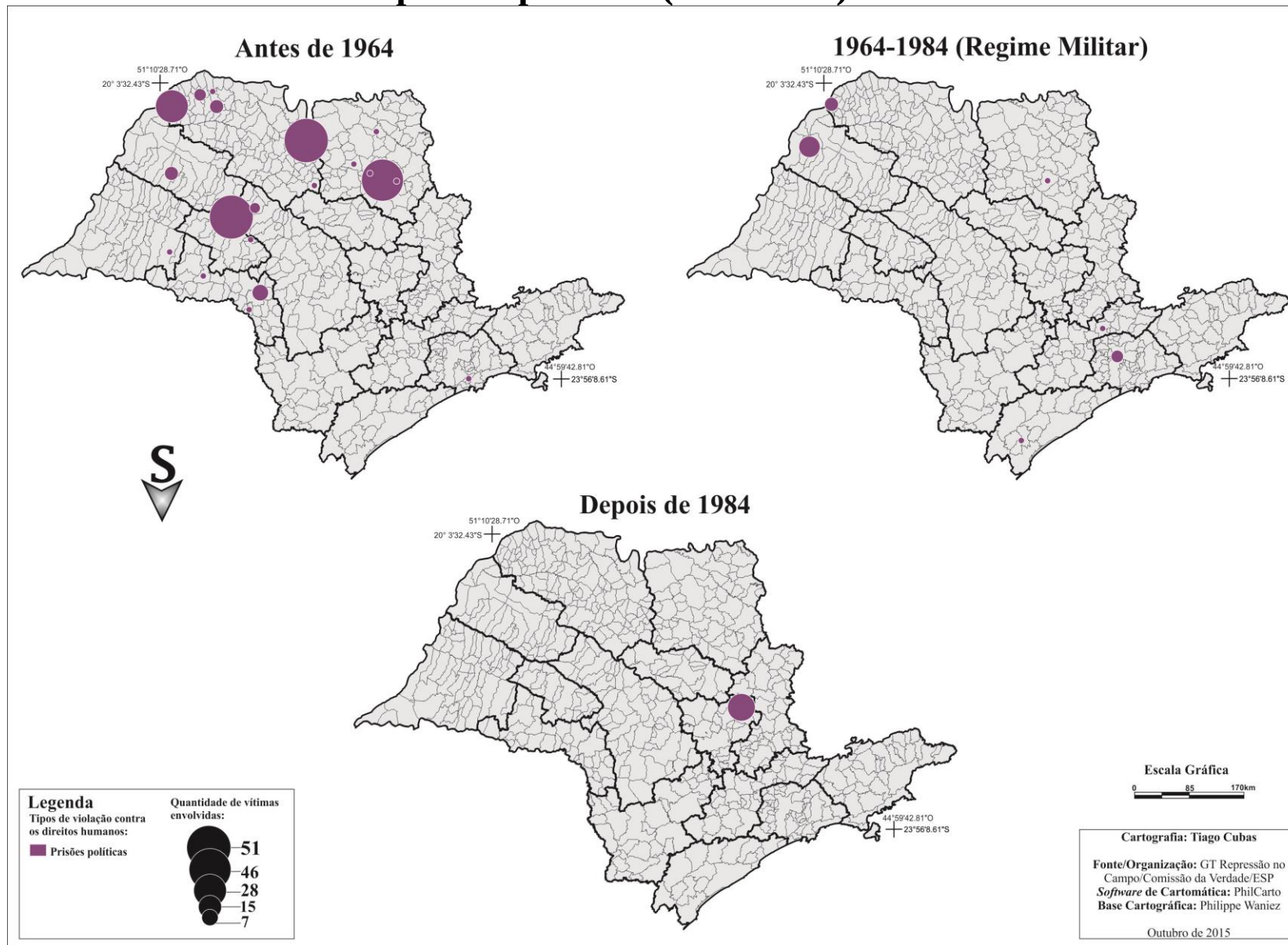
⁸⁶ Migrações subsidiadas e incentivadas pelo DNIC (Departamento Nacional de Imigração e Colonização).

⁸⁷ A Liga Camponesa de Dumont (Alto Mogiana) e de Santo Anastácio (Pontal do Paranapanema) se estabeleceram no ano de 1946.

Mapa 8. São Paulo: o PCB e as Ligas Camponesas (1940-1970)

As Ligas Camponesas, a Ultab e o PCB no estado de São Paulo pertencem a mesma lógica e problemática da questão agrária paulista como questionadores aos modelos políticos e principalmente à evidência do problema agrário histórico no estado de São Paulo. A questão da terra, das mortes, das violências, das lutas, dos conflitos e das disputas é recorrente e muito mais antiga do que as representações que por vezes encontramos. Assim também os conflitos com diferentes instituições ou pessoas que se desdobram na apropriação do público pelo privado criminalizando e juridicalizando as lutas sociais. A Prancha 24 espacializa os conflitos contra os sujeitos sociais no curso da luta e as prisões políticas evidenciadas a partir do final da década de 1940.

Prancha 24. São Paulo: prisões políticas (1945-1987)

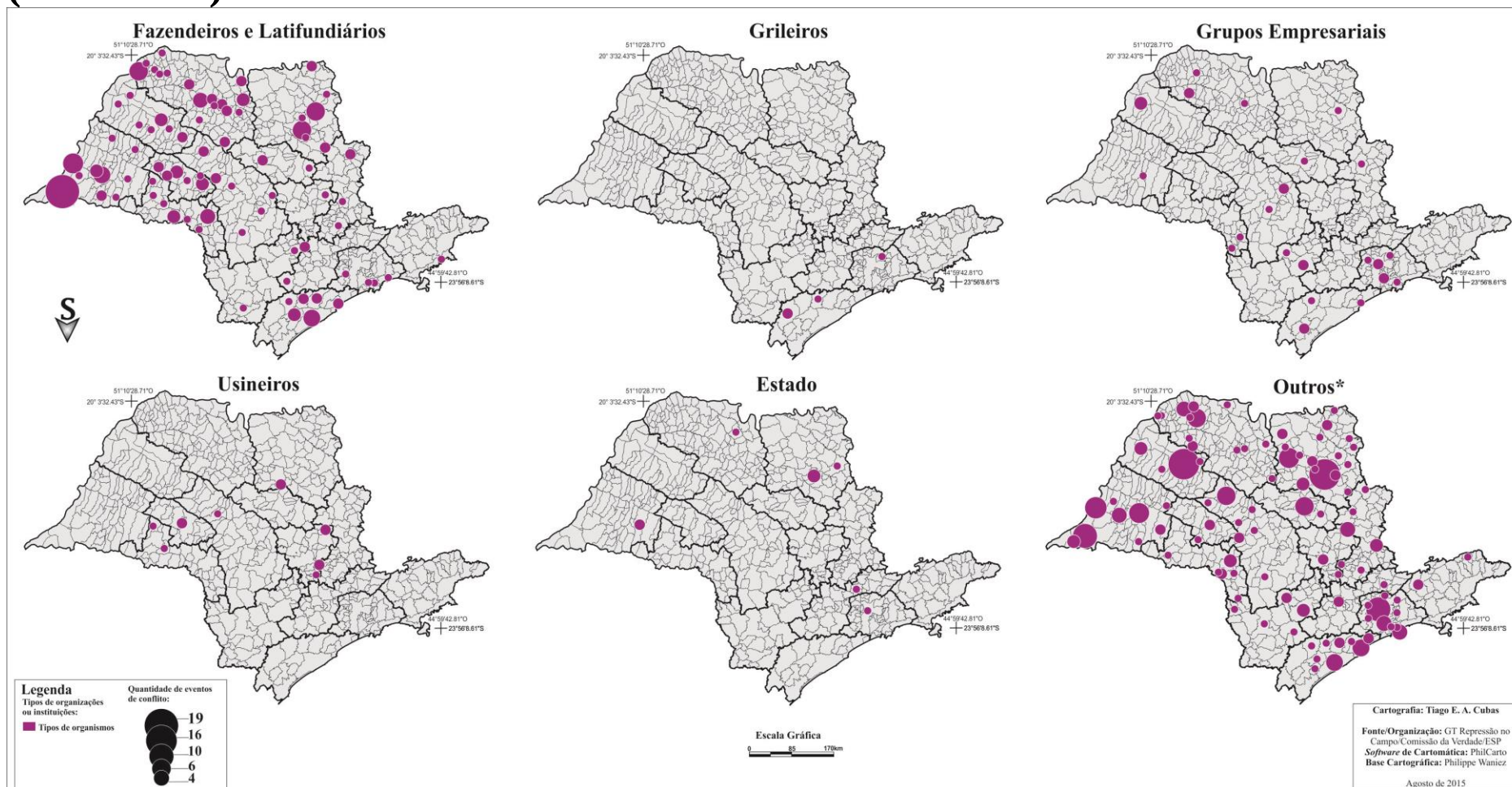


Os eventos relativos aos integrantes das Ligas Camponesas aconteceram, aproximadamente, em 64% para o período antes da ditadura (1946-1963), e 33% para o período da ditadura (1964-1984), e com relação ao PCB, aproximadamente 50% para cada período estudado. Quer dizer, essas revoltas sociais que foram reprimidas com dureza, com tortura e prisões, no período da ditadura não foram suprimidas pelo anseio de lutar e se posicionar.

As mobilizações camponesas se territorializaram e incomodaram os latifundiários, atraindo a atenção do Estado que repreendeu cruelmente as ações camponesas. Esses novos personagens da luta pela terra renderam preocupação aos latifundiários, a estratégia das *personas do capital* agora era demitir os colonos e transformar o trabalho do colonato, e de certa independência em relação ao patrão, para o trabalho sazonal, ou boias-frias, que não tinham vínculo empregatício (WELCH, 2010). Essa característica perdura até os dias de hoje no campo brasileiro e é uma problemática enfrentada pelo campesinato na questão agrária (WELCH, 2010).

Os fazendeiros são a maior parte dos agentes que reprimiram as ações camponesas entre 1945 e 1984 explicitando o problema agrário estrutural que era a posse, domínio e o uso da terra, a disputa da terra entre fazendeiros e camponeses. Grupos empresariais aparecem como o segundo maior entre os repressores dos camponeses e depois disso a figura do Estado por meio da polícia militar. Veja a espacialização dessas violentas disputas na Prancha 25.

Prancha 25. São Paulo: o confronto do campesinato com o Patronato/Estado (1945-1984)



*Composição do tipo "Outros": 84% está como N.I. (Não Informado) e 26% com nomes aleatórios (Antonio Candido de Paula; Milton Rodrigues; Domingos Fontoura; Nello Liberati; João do Facão; Lélío Toledo Piza; Manoel Cruz; Abel Bernardino dos Santos; Angelo Pappalardo; Maurício Cunha, José Arantes e José Batista da Silva; Pedro Carmona Garcia; Alcides Graciano e Antonio Graciano; Minoru Doi; Milton Palumo; e Meireles).

Diante desses mapeamentos, duas frases emblemáticas hão de ser invocadas: a primeira de Alfredo Marcondes Cabral, ou coronel Marcondes, se referindo aos grilos e a violência contra os posseiros, “terra empapada de sangue é terra boa”, e a segunda do Delegado Roque Calabrese, se referindo àquele momento instável no campo e delegando culpa ao camponês, afirmando que “o povo brasileiro precisa de chicote e não de democracia” (WELCH, 2010, p. 77). Há uma sede que está na herança do fazendeiro que hoje deseja ser chamado de empresário do campo ou rural em assassinar o camponês porque estes sujeitos mobilizados atrapalham o seu projeto hegemônico que tem como base o controle da terra que controla a renda da terra pelo seu monopólio e a entrega do excedente camponês aos capitalistas, ou mesmo àqueles latifundiários.

Esse medo dos latifundiários que os aterroriza ainda, originalmente, foi o medo de perder regalias e privilégios dados ao status de ser representante da oligarquia, que em grande parte dos casos também dava status político e cadeiras administrativas oficiais e extra-oficiais além de boas somas de capital. Por isso, havia uma intensa investigação das organizações de luta para que, cerceando suas liberdades, eles pudessem ser suprimidos o mais rápido possível.

As atividades dos militantes comunistas como de Dias, Portela, Veras e Moraes foram suficientemente importantes para chamar a atenção do Presidente Vargas. Em setembro de 1952, o Ministro do Trabalho de Vargas, José de Segadas Vianna, relatou que seus espiões haviam obtido um memorando secreto do PCB sobre a distribuição e discussão de um comunicado oficial de Prestes em relação à estratégia revolucionária em São Paulo. (WELCH, 2010, p. 215).

Ainda continua, trazendo detalhes a respeito do sucesso dos camponeses:

O documento revelava que militantes no campo haviam obtido sucesso ao se reunirem com muitas centenas de camponeses no interior, incluindo 200 em Santo Anastácio, 40 em Araçatuba e 20 em Ribeirão Preto, os próprios lugares organizados por Veras, Portela, Moraes e Salla. (WELCH, 2010, p. 215).

O movimento dos camponeses se tornava real, com ímpeto, pois cada vez mais incomodava não somente fazendeiros, os coronéis da terra, mas também os coronéis do Poder que eram em grande parte as mesmas pessoas.

“Até o final de junho (1953), mais de 14 mil assinaturas haviam sido coletadas...” (WELCH, 2010, p. 225), o CNTA (Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), que aconteceu também nesse ano, em setembro, foi outro elemento que auxiliou nas lutas

projetando a organização e sindicalização rural. A luta passava a ser incorporada pelo aparato dos “trâmites legais”⁸⁸, o território camponês ultrapassou então o limite do conciliatório com os fazendeiros. Se colocou uma disputa direta pela apropriação e uso da terra divergente da que fazia o fazendeiro.

Movimentos de luta no campo, sindicalização e a Igreja Católica

Welch (2010) diz que os primeiros frutos dessas insurgências aconteceram quando os camponeses se colocaram também com vistas à legislação e à mobilizações fortes, como a “Greve dos 300 mil” e a “Nacionalização da Petrobras”. “A semente, plantada após a II Guerra Mundial, havia se tornado uma pequena árvore e, logo após o suicídio de Getúlio Vargas, muitos candidatos queriam podá-la no formato de seus interesses” (p. 244), a partir disso, era o momento de se concentrar na mobilização para o cumprimento das leis já existentes⁸⁹. O legado de Vargas não negava o campesinato, pelo contrário, passava a ser “digno de notícia”, de preocupações políticas e do mesmo modo era muito mais visado pelos latifundiários e poderosos que não queriam a Reforma Agrária.

A II CNTA aconteceu em 1954, e foi um evento de extrema importância para moldar arestas de uma organização legitimamente camponesa, mas serviu também para mostrar que o estado de São Paulo, com 156 delegados, refletia a importância da mesma para a formação dos movimentos sociais rurais no Brasil. O PCB auxiliava na organização, pois pretendia juntar operariado e campesinato, como uma só classe, na luta pela terra e pelo território imaterial da lei. É fundada a Ultab, “a partir de então a Ultab foi a única organização de escopo nacional no movimento camponês até o fim de 1963 quando foi fundada a Contag” (WELCH, 2010, p. 249), mesmo ano da criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), identificado pelos trabalhadores rurais paulistas como reflexo das políticas de Vargas. Mas, de fato, Welch (2010) contraria autores como Claudinei Coletti, José de Souza Martins e Moraes Silva, quando diz que não podemos confundir os tempos e nem retrocessos e avanços. O ETR foi sim uma conquista do movimento camponês. A superexploração atual não pode ser justificada na intenção. De um lado, esse estatuto afirmou a transição do trabalho de colonato

⁸⁸ É nesse período que o PCB se aproxima da UISTAF – União Internacional Sindical dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais, departamento da FSM – Federação Sindical Mundial. Isso deu força a organização e respaldo internacional em plena Guerra Fria.

⁸⁹ Momentos antes do suicídio de Vargas (1954 – junho) havia muita pressão econômica (interna e principalmente externa pelos EUA) e corrupção do governo. Welch (2010) mostra trechos da carta em que Vargas retoma os ideais dos trabalhadores como pontos fundamentais de sua vida (p. 238 e 239).

para o trabalho sazonal, mas por outro apenas deu forma a uma transição que já era esperada pela ganância dos próprios latifundiários, como nos relata Welch (2010).

Mas o poder que o ETR dava aos camponeses não era forte o suficiente para sustentar sua fixação ao campo: não era capaz de impedir as forças econômicas que atraíam os trabalhadores às zonas urbanas e levavam os proprietários a investirem em tecnologias que reduzissem sua dependência do trabalho de residentes. (WELCH, 2010, p. 372)

Apesar do ETR ter sido considerado um avanço naquele período pela mobilidade dos direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais, ainda engessava os movimentos sociais, pois estabelecia limites legais e não adequados à flexibilidade do campo, dos problemas do campo. Problemas como a diversidade das categorias de trabalhadores rurais que deveriam estar cobertas pelo estatuto. A diversidade teria que vir em sindicatos distintos, o que traria fragmentação a uma luta única (WELCH, 2010). O ETR também gerou impacto aos fazendeiros. Em virtude da própria baixa do café, despediam trabalhadores com vínculo empregatício (WELCH, 2010).

A política de Vargas ultrapassou o que pensavam alguns fazendeiros ou camponeses. A luta armada se somava, ao trabalhismo rural, a procura de uma organização sindical, uma organização política de grupo e os militantes passaram a canalizar as discussões aos canais administrativos também⁹⁰ (ex: Abaixo Assinado dos “5 milhões” pela Reforma Agrária Democrática) (WELCH, 2010). “De 1960 a 1961, o número de processos rurais dobrou. [...] Em 1963 a taxa de crescimento diminuiu um pouco, mas o número de processos continuou a aumentar” (p. 287). Isso demonstra que o campesinato passava a incorporar de fato novas estratégias na luta pela terra e pelos direitos do trabalhador, a luta na sindicalização.

Realmente, esse período pós-guerra (1945) e antes do Regime Militar foi um tempo de intensas mudanças e a busca pela afirmação do campesinato frente a um cenário político adverso. Welch (2010) expõe uma disputa também pelos camponeses, nos votos, nas alianças que se firmariam, quantos partidos passariam a fazer parte da conjuntura política, econômica e social da vida rural. Ainda nesse contexto, os fazendeiros buscavam apoio também de trabalhadores rurais para realizarem a sua territorialização em confronto com os camponeses rebeldes.

⁹⁰ Vide subcapítulos “Impondo disciplina partidária”, “O campesinato vai à justiça” e “A renovação da mobilização camponesa” de Welch (2010, p. 275-294).

Finalmente, as sementes da luta camponesa, que haviam sido cultivadas tão penosamente por militantes como Moraes, haviam dado flores, na forma de um número sem precedentes de sindicatos e trabalhadores rurais em formação. Em pouco tempo, o Ministério do Trabalho reconheceu dezenas de STRs, finalizando a incorporação dos camponeses no contexto do populismo rural. [...] Em Celso Ibson de Syllos, um padre católico que se havia tornado militante no início de 1962, Moraes encontrou um rival à sua altura. Moraes e Padre Celso eram dois dos militantes mais influentes na região de Alto Mogiana, até o colapso da república populista com o golpe militar, que retirou o Presidente João Goulart do poder, em 1964. (WELCH, 2010, p. 296).

“Expropriação de terra na lei ou na marra” (p. 308). Esse era um dos lemas de impacto do campesinato para esse tempo histórico. A Igreja Católica começava a tomar partido e participaria da luta camponesa. É claro que ainda era bastante superficial, pois sua base anticomunista incentivou uma grande rivalidade com as Ligas ainda nessa época (WELCH, 2010). Padre Celso, é citado no trabalho de Welch (2010), como um dos primeiros militantes católicos em meio aos camponeses no estado de São Paulo, mas ainda trazia na sua formação o ódio pelos comunistas, em que ele dizia não colaborar com os camponeses⁹¹. Porém, o autor aponta: “a transição de padre Celso para a militância camponesa não poderia ter ocorrido em melhor momento” (WELCH, 2010, p. 337). Isso em razão das relações entre ele e Franco Montoro que acabava de baixar a portaria 209-A, detalhando o processo de reconhecimentos dos sindicatos⁹².

Durante as viagens de padre Celso e seu companheiro de lutas, Magri, pelo estado de São Paulo, com destaque nos municípios de Cravinhos, Brodósqui, Batatais, Franca e ainda outros lugares, buscavam camponeses que pudessem atuar como líderes natos, fazendo uma espécie de trabalho de base. Essa liderança iria ajudar a exercer o papel fundamental da conquista das habilidades sociopolíticas tão estimadas por padre Celso, para que o campesinato tivesse mais autonomia e não ficasse tão preso no estigma de sindicalização (WELCH, 2010). A FAP (Frente Agrária Paulista) então dirigida, por padre Celso e Magri, fez o papel de alocar “convidados” para estabelecerem o diálogo da formação de líderes (recebiam tratamento médico, faziam aulas de doutrina social da Igreja, sindicalização rural e leis trabalhistas, etc).

⁹¹ Vide capítulo sete, “Os primeiros frutos” de Welch (2010).

⁹² O Ministro do Trabalho era Franco Montoro (1961). Ele estava a frente da negociação com os camponeses na legalização dos sindicatos rurais. Porém, essa mesma Portaria (209-A), de novembro de 1962, deixava dúvidas pelas suas lacunas e projeções de criação de sindicatos separados para distintas categorias de produção. Poderia ser a fragmentação da luta, trabalhadores controlados pelo Estado. Contudo, em complemento a Portaria anterior, em 1963, a Portaria 356-A é baixada com o intuito de “Instruções para organizações de sindicatos rurais” (WELCH, 2010, p. 351). E mais de cem sindicatos foram reconhecidos no Brasil e desses, 20 foram para São Paulo.

Articulando trabalhador rural e movimento social para Reforma Agrária

A história dos camponeses é permeada na luta pela terra, na luta na terra e na luta pelo território imaterial das leis. A organização de um congresso, chamado de Congresso de Belo Horizonte, foi fundamental para modificar os rumos da história camponesa em São Paulo. Com vistas à discussão da reforma agrária brasileira, o Congresso de Belo Horizonte (Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) em 1961 se colocou como um marco na busca de compactuação das diferentes tendências de esquerda.

Com 1500 delegados, em um prédio público disponibilizado pelo governador Magalhães Pinto, Goulart mudou o discurso, mais conservador, para uma reforma agrária com bases mais radicais. As Ligas Camponesas, então representadas pelos delegados, combinaram em trazer a “reforma agrária radical” como ponto principal de reivindicação ao governo. Ali se estabeleceu a briga filosófica (debate) entre PCB influenciando fortemente as Ultabs, e a Igreja influenciando as Ligas Camponesas (WELCH, 2010).

Essas tendências de esquerda precisam ser compreendidas no contexto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro:

A compreensão do processo de formação e expansão nacional do movimento das Ligas Camponesas também tem que ser entendido, no seio da discussão sobre o caráter do capitalismo no Brasil, entre as diferentes tendências políticas da esquerda. Fundamentalmente, com a orientação do Partido Comunista do Brasil, havia sido criada em 1954, em São Paulo, a ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes. Esta organização funcionava como instrumento de articulação e organização do Partido, na condução e unificação do processo de luta camponesa no seio da luta dos trabalhadores assalariados em geral no país. Este processo deveria caminhar no sentido da revolução democrático-burguesa, como etapa necessária para a revolução socialista. Elide Rugai Bastos, assim se refere à ULTAB: “O fim da década de 50 marca a existência de várias associações de trabalhadores por todo o Brasil. Embora o registro legal dos sindicatos de trabalhadores rurais só se possa fazer a partir de processo pedindo a aplicação do Decreto nº 7.038 de 1944, o que dificulta sua existência, já em 1956 o jornal Terra Livre, órgão da ULTAB, assinala a existência de 49 sindicatos registrados oficialmente. Em 1959, num balanço realizado pela mesma ULTAB, relaciona-se a existência de 122 organizações independentes, reunindo 35 mil trabalhadores rurais, e 50 sindicatos, reunindo 30 mil ...” (RUGAI BASTOS, 1984) Entretanto, as cisões e dissidências instauradas no seio do PCB, sobretudo após o 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado em 1961, em Belo Horizonte, marcaram o início das divergências entre os movimentos da ULTAB - mais na direção da sindicalização rural - e as Ligas, com suas propostas de luta por uma reforma agrária radical (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

Welch (2010) fala ainda sobre o trabalho político nas suas estratégias e desenvolvimento, “às vezes os líderes vão muito mais a frente do que os seguidores, às vezes eles estão atrás, às vezes seus objetivos são conflitantes” (p. 319), relata o exemplo do Congresso de BH. Essa era uma questão delicada que deveria ser pensada estrategicamente.

“Temendo uma perda de controle sobre a reforma agrária, o congresso tentou acomodar Goulart, ao determinar a criação da Supra” (WELCH, 2010, p. 351). A Supra (Superintendência da Política Agrária) teve Brizola como o seu primeiro superintendente, João Caruso estava junto nessa empreitada e estabeleceu o Depror (Departamento de Promoção e Organização Rural) que tentaria a aproximação do discurso de organização para a prática. Essa superintendência viria a representar um papel fundamental entre os movimentos sociais no campo brasileiro (WELCH, 2010).

Mesmo assim a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) saiu, as diferenças tinham sido deixadas de lado, pelo menos momentaneamente:

Assim, 24 delegados dos 19 estados foram inscritos com voz e voto. Destes, 12 foram de federações da Ultab, organizadas em 10 estados, fazendo com que 50% dos participantes que estivessem lá fossem do PCB. Mais seis federações inscritas de cinco estados estavam afiliadas com a Ação Popular, um novo grupo de jovens de esquerda da Igreja Católica, e assim geralmente na solidariedade com a agenda do PCB. As demais federações estavam ligadas a várias frações da Igreja Católica, inclusive a Fetaesp de Rotta. (WELCH, 2010, p. 388).

A Contag foi fundada em 1963 e já nasceu grande, com cerca de oitocentos sindicatos e 1 milhão de associados (WELCH, 2010). A superação momentânea dessas diferenças, em virtude de uma luta muito maior, é citada como “alianças horizontais” no trabalho de Welch (2010). Rotta, padre Crespo, além de outros militantes, se colocaram favoráveis a criação da Contag e participaram do encontro que se desdobrou na sua criação juntamente com o pessoal da Ultab e, assim, consequentemente, os comunistas, além da ala progressista da Igreja Católica⁹³.

⁹³ Essa ala progressista da Igreja Católica foi também representada por padre Celso, formador, anos depois, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que viria a atuar no estado de São Paulo com ênfase a partir de 1979. O propósito de reforma agrária se encontrava com as aspirações da CPT, contudo, de uma maneira mais imediatista, e não menos nobre, essa entidade se preocupou no auxílio às ambições proletárias dos trabalhadores sazonais e também, de modo geral, nos direitos camponeses. É nesse mesmo período que entra em cena a CUT (Central Única dos Trabalhadores) fortemente relacionada ao PT (Partido dos Trabalhadores), e após eventos de 1984 (Greve dos Trabalhadores Cortadores de Cana de Guariba) passaram a territorializar em todo o estado, com destaque inicial para a região da Alto Mogiana (WELCH, 2010 e 2014).

Essa movimentação em torno da Contag passava paralelamente na narrativa da Supra, e esse órgão passava a desempenhar de fato um papel de orientar a formação de novos sindicatos e registrar os trabalhadores rurais como eleitores para diminuir a influência dos fazendeiros. Welch (2010) trata desse assunto através do tópico “unidos na Supra”, e mostra justamente essa faceta da luta que se assegurava como podia no governo de João Goulart e nos interventores, como Moraes (tanto citado pelo autor) e Paulo Freire, subsidiando o campesinato. A postura até um tempo antes do Golpe Militar era de progresso com o horizonte de um campesinato muito mais ativo e transformador (WELCH, 2010). É nesse ponto que se ligavam Supra e ETR, pois a primeira se colocava na função de facilitar o cumprimento do estatuto, porém antes disso, de colaborar com a formação de sindicatos.

Nos dias do Golpe: a desarticulação das lutas para Revisão Agrária

No entanto, esse encontro de ambições maiores foi cerceado pelo Golpe, narrado desta maneira pelo historiador Clifford Welch (2010):

O presidente estava chegando. Em menos de três semanas, ele estaria em Ribeirão Preto para inaugurar um órgão regional da reforma agrária e para dirigir-se a um comício de trabalhadores rurais, muitos dos quais recém-sindicalizados com a ajuda do órgão. Era um grande momento para aqueles que tinham trabalhado pesado para construir o movimento dos trabalhadores rurais nesta importante região agrícola. Ao longo dos anos, suas atividades haviam inspirado repressão constante, de demissões a espancamentos. Agora no final de março de 1964, muitos daqueles que buscavam melhorias nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais uniram-se para intensificar seus esforços, sob a direção de um órgão federal que contava com o apoio aberto do Presidente João ‘Jango’ Goulart.

[...] Irineu Luís de Moraes, militante do PCB, desde 1934, se especializara por criar interesse pelos sindicatos entre os trabalhadores. Celso Ibson de Syllos, um padre católico envolvido com o movimento desde 1960, treinava líderes trabalhistas em administração sindical. Quaisquer que fossem as suas contribuições e restrições individuais em relação ao processo, todos apoiavam o plano, embora estivesse bem longe da prática tradicional de usar o Estado para ajudar a sindicalizar trabalhadores integrá-los a política econômica. Era um projeto ambicioso, e todos estavam orgulhosos em fazer parte dele.

Mas o presidente nunca chegou. Faltando uma semana para o comício, Moraes, padre Celso e outros participantes do movimento estavam escondidos, temendo prisão, tortura, ou algo pior. (p. 21).

Dezoito dias antes, João Goulart estava no Rio de Janeiro, ao lado de Lyndolpho Silva e Luis Tenório, marcando passo para a reforma agrária. Dizia que a estrutura socioeconômica era defasada, injusta e desumana, era o momento da reforma (WELCH, 2010). Se por um lado

era tudo que os camponeses e simpatizantes queriam ouvir, esse foi o estopim do material simbólico que os militares fazendeiros precisavam para levantar o Golpe. Por isso, não pensemos que o Golpe foi uma coisa instantânea, foi sim planejada antecipadamente pelos militares, em especial pelo general Castelo Branco, com apoio total dos EUA⁹⁴ (WELCH, 2010). O perigo do “golpe comunista” era a ponte para a derrocada de João Goulart, que seria acusado de tentativa de tornar-se ditador.

O “golpe comunista” foi orquestrado a partir do processo de embate entre as “forças capitalistas (o bem)” contra as “forças comunistas (o mau)” (WELCH, 2010, p. 22). Com o avanço das lutas, já evidente no mapeamento e na história silenciada, as elites fundiárias estavam numa posição de confronto. É nesse momento histórico de bipolaridade mundial, que a luta de classes, através da luta camponesa ganha um contorno de luta contra o capital e por isso é afligida também mundialmente pelo incentivo estadunidense ao controle dessa revolução em vias de fato. Bombardi (2012a, p. 121, grifos da autora) explicita:

O processo histórico de mundialização do capital – com o marco geopolítico da Guerra Fria – atuou profundamente na configuração do território nacional tal como é conhecido atualmente. Desta forma, houve uma grande mudança no quadro de relações entre as classes sociais, particularmente entre o campesinato versus os proprietários de terra e a burguesia, desencadeando uma série de movimentos sociais que indiretamente colocavam em questão o posicionamento do país frente à geopolítica da bipolaridade. O Brasil, como consequência de um alinhamento à expansão capitalista norte-americana, junto com outros países latinoamericanos, adotou uma postura política de não deixar brechas para a expansão do comunismo no país. ‘Os motivos e, sobretudo, os objetivos do golpe, ao que as evidências parecem indicar... estavam fortemente marcados pelas posições políticas e ideológicas derivadas da “**Doutrina Monroe**” e, em especial, da sua concretização na “**política preventiva**”, estruturada no início do século, e que lançava as primeiras bases para o “direito” de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países latino-americanos sob o pretexto de combater “a anarquia reinante e as transformações políticas indesejáveis, e, mais tarde (...) a ameaça do comunismo.

Era o “direito” concendido a intervenção dos EUA por uma política preventiva. Então todos os movimentos sociais eram interpretados como carregando a possibilidade de uma revolução comunista no país. Bombardi (2012a, p. 121, grifo nosso) reitera:

⁹⁴ Welch (2010) faz considerações no sentido de não saber exatamente há quanto tempo direito vinham tramando a tomada do Poder. Mas por estudos mostra que pelo menos desde 1961, pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), ligado aos militares, estavam recrutando magnatas da comunicação (ex: Assis Chateaubriand) e donos de editoras prestigiosas (ex: Júlio de Mesquita Filho), além de grupos de fazendeiros da SRB e Farsul (Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul). Isso levou a concretização, em 1970, de um colonato praticamente extinto e o trabalho sazonal se tornou característica fundamental dos latifúndios, o pouco vínculo e uma ETR modificada pelos militares para causar mais problemas aos movimentos.

Os conflitos sociais no campo e as ações para a contenção do comunismo (em função da expansão dos movimentos camponeses), paralelamente ao desejo de uma parcela da burguesia nacional de buscar uma saída para o subdesenvolvimento e conter o conflito de classe que despontava, guiaram uma série de ações por parte do Estado em direção à reforma agrária, [...] durante as décadas de 50/60. [...] **Desta forma, a proposição da Lei de Revisão Agrária e sua posterior aprovação em São Paulo, em 1960, têm uma relação evidentemente intrínseca com o momento histórico da década de 50, marcado pelos conflitos no campo.**

A Lei da Revisão Agrária era para conter a iniciativa de Reforma Agrária pelos movimentos sociais, especialmente corrente no discurso das Ligas Camponesas. Os conflitos intensos no campo naquele período deflagaram a atitude de um grupo específico para “dar o tom” a essa legislação e que fosse aprovada o mais rápido possível.

[...] o grupo que propôs a Lei de Revisão Agrária era coordenado por José Bonifácio Coutinho Nogueira, que, como é possível depreender das afirmações feitas, era parte de um grupo preocupado com o desenvolvimento e com a modernização do país, ao mesmo tempo em **que representava setores da burguesia e dos grandes proprietários de terra**. Nesta perspectiva, segundo o Plano de Ação, o Governo iria fazer os investimentos em três setores: o primeiro seria o de “Expansão agrícola e industrial” que ficaria com 27,2% do total dos investimentos; o segundo era o setor que foi chamado de “Melhoria das condições do homem”, com 30,71% do total dos recursos; o terceiro era o de “Infraestrutura”, com 42% dos recursos. É importante observar que essa preocupação estava dentro do setor “Expansão agrícola e industrial” e não no tópico da “Melhoria das condições do homem”. Foi por meio desta concepção e interpretação da questão agrária que, mais tarde, a Lei veio a chamar-se **“Revisão Agrária” ao invés de reforma agrária** (BOMBARDI, 2012a, p. 108).

O grupo liderado por José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Agricultura naquele período, representava os setores da burguesia e dos grandes proprietários de terra, essa lei então protegia os seus interesses no discurso que viria posteriormente, o discurso da revolução verde e da modernização do campo. Os conflitos nesse contexto estavam mais evidentes, pois foi totalmente abandonada a ideia de Reforma Agrária.

Sem dúvida nenhuma, o que acabou por determinar a Lei de Revisão Agrária tal como ela foi proposta, quer dizer, como uma Lei que envolvia desapropriações e realização de assentamentos a partir da cobrança progressiva do Imposto Territorial Rural, foram as ações dos movimentos sociais. Em outras palavras: o conflito de classes aflorou e passou a ficar latente. Nesse sentido, o conflito do Arranca Capim e também a ocupação da Fazenda Santa Helena tiveram um papel preponderante. (BOMBARDI, 2012a, p. 113).

Houve ainda uma tentativa de uma greve geral coordenada pelo PCB, com Moraes e padre Celso, que tentava uma última cartada, não funcionou e em dois dias João Goulart foi deposto, “em São Paulo, dez mil guardas civis, sob o controle do governador Ademar de Barros, invadiram os escritórios dos meios de comunicação [...], prenderam líderes sindicais e localizaram militantes comunistas” (WELCH, 2010, p. 409). Esse projeto militar foi apoiado totalmente pela SRB que “acusou o governo Goulart de estabelecer condições propícias aos ‘subversivos’” (WELCH, 2010, p. 25).

Estava feito! Até mesmo o escritório da Supra foi invadido, fechado e sua equipe foi interrogada. Os fazendeiros e militares tinham total aversão a Supra, pois essa entidade manifestada em governos progressistas teria o poder de estabelecer uma reforma agrária democrática, retirando os privilégios da classe mais privilegiada no Brasil, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Além da Supra, a Contag teve todos os seus funcionários considerados “subversivos” e um terço dos sindicatos ligados marcados como inexistentes (“fantasmas”) e apagados dos registros do Ministério do Trabalho (WELCH, 2010). Welch (2010) conta que lideranças fortes, como Irineu Moraes, mantiveram-se escondidos durante meses e meses, Irineu em uma fazenda em Altinópolis, padre Celso se escondeu no Rio de Janeiro, na sua volta a Ribeirão Preto foi preso e a FAP foi diluída. Esse foi um momento de dura pressão para o campesinato. Era um momento de recolher o que havia restado e tentar não deixar que a luta apagasse totalmente. No entanto, parece que quanto mais pressão e perseguição, mas se lapidam as táticas e resistência camponesa, nesse período, foi assim, os camponeses rebeldes mesmo perseguidos continuavam a se manifestar de diversas formas.

Welch (2010) ainda faz questão de expor em sua análise final que o que quer que tenha acontecido como causa do afastamento dos sindicatos na representação dos interesses dos trabalhadores temporários, aconteceu no regime militar.

O regime substituiu comunistas por conservadores católicos, especialmente aqueles ligados a Rotta, que certamente traziam uma perspectiva pequeno burguesa para a Contag. Em seguida, o regime modificou a ETR, em uma série de portarias, decretos e leis para marginalizar a crescente categoria de trabalhadores eventuais da estrutura corporativista (WELCH, 2010, p. 435).

O regime militar tentava varrer a sua sujeira para debaixo do tapete, inclusive com a queima de arquivos que pudessem comprometer a ordem por ele instalada, uma ordem bárbara regada a muita tortura, muitas prisões, muitos sumiços e muitos assassinatos (Tomo

Completo - GT Comissão da Verdade Rubens Paiva/ESP). Na sombra do golpe militar de 1964, os movimentos camponeses foram reprimidos, mas a luta não parou. A própria ditadura ajudou o movimento, inesperadamente, com a aprovação em 1964 do Estatuto da Terra e do Prorural (Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) em 1971. A existência do Estatuto legitimou o conceito de Reforma Agrária durante a ditadura e o Prorural atribuiu ao sindicato de trabalhadores rurais a tarefa de cuidar dos interesses dos camponeses. Os ganhos do Estatuto da Terra foram contestados na **Parte a** deste trabalho por Oliveira (2007) e Martins (2011), mas é imprescindível explicar que qualquer mínimo ganho nesse período não era conciliação entre classes, mas possibilidade sobrevivência.

Welch (2010) afirma que por mais que fossem distintos os interesses e muitas reivindicações de lutas pelos diferentes sujeitos do campo que não eram “com-terra”, tinham justamente na terra um anseio comum. Por isso mesmo com aqueles que produziam para subsistência entre as linhas de café, ou em terras arrendadas, ou como meeiros, colonos, ou nas áreas de expansão e conflitos das franjas pioneiras, o “desejo por uma terra que eles pudessem chamar de sua era um sonho a florescer na mente de todos os trabalhadores rurais” (WELCH, 2010, p. 28). Era a busca da rápida mobilidade social enquanto os fazendeiros queriam interromper isso com a força política e de polícia. A disputa emblemática e também sintomática com relação ao problema da terra é assim exposta por Welch (2010, p. 30) até 1960:

Os camponeses queriam maior segurança e dignidade da agricultura, os fazendeiros queriam mais lucros e soberania; o governo federal queria mais ganhos com o mercado internacional e menos pressão no custo de vida urbana com cesta básica barata.

Entre 1960 e 1980 o período da ditadura foi marcado por uma aliança profunda entre o modelo de desenvolvimento chamado modernização conservadora e o caráter político do conceito de camponês se torna mais forte (WELCH, 2010). A disputa política é exprimida como uma guerra civil entre fazendeiros e camponeses mobilizados, essa disputa é em essência uma disputa territorial colocando frente a frente esses sujeitos e os seus projetos de desenvolvimento.

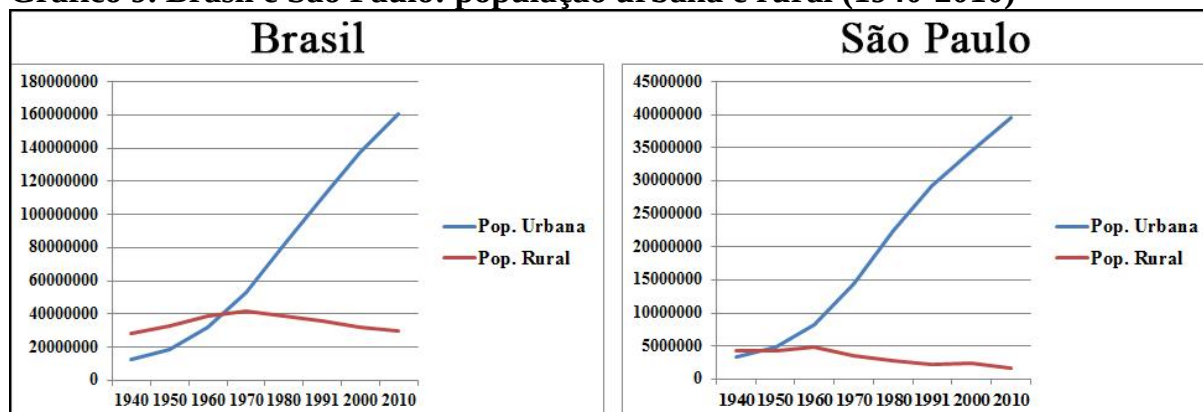
1.3 O projeto patronal versus a des-re-territorialização do campesinato

A Revisão Agrária, o Golpe e a “modernização dolorosa”

A “modernização dolorosa” de José Graziano da Silva (1982) ou a “modernização conservadora” de José de Souza Martins (2011) representam a mesma ideia com adjetivações diferentes para um mesmo problema no período do Golpe, a desterritorialização do campesinato em larga escala, que foi dada pelo discurso e implementação de um suporte tecnológico que modernizaria o campo. A tecnologia chegou ao campo mas contraditoriamente a pobreza aumentou, as cidades incharam de pessoas, um caos para o planejamento urbano, o fato foi a desterritorialização camponesa que acirrou a questão agrária brasileira. Já havia um “povo sem-terra” como asseverou Welch (2010) especialmente criado a partir da Lei de Terras em 1850, mas a partir dos anos 1960, o projeto de modernização que abrangia o paradigma da revolução verde piorou a situação no campo, ficou ainda mais desigual a distribuição de terras e o processo de desterritorialização do campesinato aumentou na expropriação pela tecnificação.

Veja o grupo de gráficos em sequência que marca o segundo momento, pós-1960:

Gráfico 9. Brasil e São Paulo: população urbana e rural (1940-2010)



Fonte: IBGE, 2016. Org. Tiago Cubas.

Os gráficos evidenciam o momento quando o surto da expulsão de camponeses acontece tanto para o Brasil como para São Paulo. No Brasil, até 1960 a população rural era predominante, o crescimento tanto da população urbana quanto rural vinha até esse período crescendo paralelamente. Esse processo no estado de São Paulo acontece até 1940, e entre 1940 e 1960 o crescimento na população urbana e na população rural eram exponencialmente muito menores que a década de 1960. A partir de 1960, do Golpe Militar que incorpora o discurso da revolução verde e o projeto da modernização dolorosa, foi evidente o acirrado crescimento da população urbana e a acirrada diminuição da população rural que seguiu no

mesmo ritmo. Sobre este projeto da modernização e o seu resultado direto para os camponeses:

Foram milhões dos filhos e filhas da pátria cujas raízes brasileiras foram cortadas pela “modernização conservadora” do regime militar. O êxodo rural inundou as cidades à medida em que os preços das commodities despencavam, o desemprego aumentou, máquinas substituíram trabalhadores nas velhas fazendas e as novas propriedades despejaram os camponeses à medida que estas expandiam suas fronteiras agrícolas. (WELCH, 2010, p. 3)

A perspectiva de mudanças no que tange a tecnologia e modernização afetou profundamente a vida dos camponeses, eles foram expulsos do campo, desterritorializados (WELCH, 2010). Outro processo que colaborou com essa inversão das populações, uma intensa migração forçada que tirou a terra dos camponeses e os enxotou para cidade foi a Revisão Agrária em 1960. Em síntese, para a geógrafa Larissa Bombardi (2012a) a Revisão Agrária⁹⁵ foi esvaziada até das suas atribuições iniciais, a Assembleia Legislativa reduziu os aspectos reformistas dessa lei e passou a se colocar com objetivo conservador desdobrado em três aspectos:

Tinha-se, portanto, três questões preponderantes na proposição da Lei de Revisão Agrária: a primeira era o entendimento da necessidade de modernizar a agricultura, para que a indústria seguisse desenvolvendo-se; a segunda, que me parece central e decisiva na mudança de direção com relação à Lei, que foram os conflitos no campo em São Paulo, e, a terceira, que evidentemente estava atrelada às duas anteriores, era o pacto político-econômico do Brasil, e particularmente do Estado de São Paulo, com os países desenvolvidos, diretamente com os Estados Unidos. Esse pacto, que envolvia empréstimos junto ao BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento), estava também assentado na realização de mudanças sociais básicas, de modo a frear os possíveis processos revolucionários (BOMBARDI, 2012a, p. 114).

⁹⁵ “...’Durante o ano de 1961, foram atacados todos os aspectos abrangidos pela Lei 5.994, de 30 de dezembro de 1960 - A Lei de Revisão Agrária. Tomaram-se as providências de ordem fiscal tendentes a estimular o uso da terra em bases técnicas e socialmente idôneas. Rigorosamente, dentro dos pontos de vista repetidas vezes exposto pelo Governo, não houve, na aplicação dessas medidas, orientação confiscatória ou de meros objetivos fiscais, mas apenas estrita aderência ao espírito e à letra da lei.... [SÃO PAULO (ESTADO), 1962, p. 45, grifo nosso]’ Neste texto o Governador parecia estar se justificando, respondendo a grupos que discordavam da Lei de Revisão Agrária, por classificarem-na como “confiscatória”, o que significava, para esses grupos, que a propriedade não poderia ser questionada, em nenhum nível, mesmo que extensa e improdutiva. Ela era considerada intocável. Tal foi a pressão para extinguir a possibilidade de aplicação da Lei de Revisão Agrária que redundou na desarticulação por completo da capacidade de ação do Governo do Estado em prosseguir as desapropriações, através da aplicação da Lei, já que em 1961 ocorreu a transferência para os municípios da arrecadação do ITR. A arrecadação do ITR pelo Estado de São Paulo, nos moldes como estava no projeto da Lei de Revisão Agrária - que ainda sofreu alterações quando de sua aprovação - já tornava bastante restrita a reforma agrária, [...]” (BOMBARDI, 2012a, p. 145).

Todos estes objetivos, como ela mesma diz, se colocavam no intuito de integrar o estado de São Paulo, como o estado da industrialização e do pacote da modernização que teria uma relação mais próxima com os organismos internacionais a partir do momento em que se mostrasse mais seguro para esses investimentos. Afinal ninguém queria investir em um lugar onde os conflitos eram tão abundantes. Desse modo, o estado militarizado caiu como uma luva no projeto na classe dominante do campo. De modo que a grande propriedade não foi debatida, pois segundo Bombardi (2012a) os latifundiários e os capitalistas se posicionaram frente aos intelectuais José Gomes da Silva e Plínio de Arruda Sampaio para que a grande propriedade “não fosse discutida nem tocada” (p. 145).

O golpe representou para o Brasil e para o estado de São Paulo a monopolização da história num discurso elitizado e arbitrário através dos arranjos militares e burgueses. O golpe foi a decadência do Brasil, segundo o economista Kliass (2014), ele se apoiou no discurso da modernização conservadora, enquanto nos anos 50 e 60 havia uma grande tensão e disputas por modelos diferentes num futuro de desenvolvimento brasileiro, os militares resolveram intervir de modo brutal. O pretexto era o tal perigo comunista com vistas a uma modernização da economia que abarcasse maior acumulação de capital e menor mobilidade social e econômica. De acordo ainda com esse economista, Roberto Campos (“Bob Fields”), Delfim Netto e Mario Simonsen representaram a essência conservadora que derrubou Jango que também influenciaram as políticas públicas para o campo.

“Bob Fields”, como era conhecido o embaixador de Jango em Washington, foi rapidamente chamado para ocupar o Ministério do Planejamento pelo Marechal Castelo Branco, logo depois de consolidado o golpe. Sua articulação com os representantes do sistema financeiro no além-mar facilitaram o processo de internacionalização da economia brasileira. O professor da USP Delfim Netto abriu pontes essenciais com o empresariado paulista e consolidou a estratégia do chamado período do “milagre brasileiro”. O carioca Simonsen permitiu o fortalecimento dos laços com a nata do monetarismo ortodoxo, em grande parte abrigada no interior da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. A presença dos três quadros do conservadorismo confirmava a natureza do novo regime e oferecia a “tranquilidade” necessária aos investidores internacionais (KLIASS, 2014, sem paginação).

Uma construção sólida do capitalismo rentista e financeiro no Brasil num cenário positivo para o capitalismo internacional e seus investidores. Em dezembro de 1964 foi criado o Banco Central, que até então pertencia ao Banco do Brasil na sua Superintendência (SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito). A intenção era contemporanizar as instituições brasileiras para atingir a internacionalidade (KLIASS, 2014). Com o

endividamento externo e a fragilidade interna, a ideia de que o governo ia bem e o povo ia mal não era totalmente verdade. Os dois estavam mal. A inflação em 1964 que era em 70% passou a 240% em 1984.

Nesse contexto, a Contag, que entre 1964 e 1984, destinava-se a tornar a maior confederação do Brasil com 13 milhões de membros de representatividade, mais de 3 mil sindicatos e 24 federações, “infelizmente, ela também permitiu que alguns deles (sindicatos) se tornassem feudos corruptos, já que as deduções da folha de pagamento obrigavam os trabalhadores a contribuírem com o Funrural” (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural de 1971) (WELCH, 2010, p. 430) - Tornou-se mais um dos aparatos de dominação, agora de camponeses por sobre camponeses - “enquanto que os próprios sindicatos controlavam o dinheiro e decidiam quem era qualificado a receber os serviços” (p. 430). Isso repetia o esquema corporativista com raízes do período pré-golpe 64, um erro grave motivado pela ganância do capital.

É inegável que o Prorural em 1971 e as implicações do Funrural foram programas que silenciaram, por um momento, os trabalhadores rurais que inclusive apoiaram o governo tirano dos militares, pois estava no momento do “milagre econômico” e com geração de empregos (WELCH, 2010). No entanto, os projetos de energia alternativa e a própria modernização do campo foram encabeçados pelos militares, assim novos elementos surgiram para uma questão agrária já complexa, agora muito mais cercada de capital especulativo e financeiro. Esse capital se territorializou, conforme a pesquisa de Welch (2009b e 2010), com grande destaque na região da Alto Mogiana e no Pontal do Paranapanema, tomando, segundo o próprio autor, o território de outras culturas.

De fato, a terminologia camponês é apontada por Carneiro e Cioccarri (2011) como um conceito de defesa dos povos que lutaram no campo e tiveram no anonimato duas situações: a primeira de invisibilidade por parte do Estado militarista e a segunda pelo silêncio próprio para preservação de suas vidas.

Em algumas circunstâncias, o silêncio é instrumento de resistência. Em outras, é a força das palavras o que as torna proibidas pelo sistema opressor. Durante a ditadura militar no Brasil, o uso do termo “camponês” poderia ser suficiente para desencadear prisões, torturas e assassinatos. Mas o que o regime fazia calar não eram as palavras. Deve-se lembrar que a designação “campesinato” tem uma história política que a reveste, construída por meio de eventos e experiências coletivas vivenciadas nos enfrentamentos em defesa do uso do solo e de uma distribuição justa da terra. Sem ignorar a importância das lutas anteriores, foi a partir dos anos 1950 que os movimentos passaram a generalizar o uso do termo “camponês” no país, revestindo demandas locais

em propostas políticas vinculadas a um projeto nacional. A palavra reunia ampla gama de categorias – lavradores, trabalhadores rurais, meeiros, foreiros, agricultores familiares, pequenos proprietários, posseiros –, articulando reivindicações diversas: direitos trabalhistas, acesso à previdência social, direito à posse, reforma agrária etc. Assim, carregava um significado simbólico e um sentido político (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 22).

O camponês ultrapassou a conformidade de categoria ou grupo social, adquiriu principalmente no momento de tensão, repressão e resistência da ditadura caráter político e uma identidade de classe social. O que passou a ser combatido se dava também pelo atento olhar, vigilante, dos informantes e departamentos específicos de observação da vida pessoal de pessoas tidas como “subversivas”, “comunistas” e/ou “rebeldes”. As Ligas Camponesas, especialmente a partir do Nordeste, “contribuíram para a popularização do termo “camponês”, que passou a significar “aquele que luta pela reforma agrária”, com uma conotação política” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 26).

O regime militar, desse modo, operou com grande influência na configuração atual do campo brasileiro. Sabemos que a quantidade de trabalhadores rurais ocupados em áreas agrícolas caiu muito em contraste com as áreas de lavoura nesse período (CUBAS, 2012). A propriedade na agricultura capitalista é otimizada em detrimento histórico da expropriação da população rural no Brasil. Isso se deve em grande parte ao projeto capitalista da “modernização dolorosa”.

No contexto das políticas de obtenção de terras do regime militar, em consonância com a política de expansão da agricultura capitalista, os camponeses se especializaram pelo estado de São Paulo. A deterioração das condições de trabalho, bem como o cercamento da pequena propriedade com o crescimento da monocultura, instigou mais um folego a luta pela terra. Os conflitos de luta pela terra começaram a aparecer no Brasil inteiro.

Mapeamento dos conflitos territoriais entre 1950 e 1984

A repressão (de entidades/organizações do campo, no que se refere aos sindicatos e ao patronato) se colocaram como união para a destruição da luta, que não destruíram mas fortaleceram a resistência camponesa colocada como classe social nos momentos de crise e de ameaça a sua existência. Sobre a repressão/resistência da luta:

Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o *Diário de Pernambuco* noticiava que a polícia havia encontrado o corpo do presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo

Antão, Albertino José da Silva, em adiantado estado de decomposição. Nessas execuções sumárias, ficavam evidentes os compromissos entre o latifúndio e o poder militar que comandava o país. A maior parte dos trabalhadores e lideranças mortas no campo no período “foi sacrificada pelas milícias privadas dos proprietários rurais ou com a ajuda direta dos mesmos” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 28).

A luta que não deixou de existir foi constantemente reprimida pelo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e oprimida pelo governo militar nas suas deliberações e postura de Poder tirano e unilateral. “Um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicou que, entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1566 assassinatos de trabalhadores rurais, dos quais há registro apenas de 17 julgamentos e de oito condenações, numa clara caracterização da impunidade.” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 29). A espacialização dessas disputas territoriais e da emblemática questão agrária paulista no contexto pós Segunda Guerra Mundial e regime ditatorial brasileiro vislumbra não um novo cenário, mas a visibilização do protagonismo do campo, na resistência para existência.

A Comissão da Verdade “Rubens Paiva” na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo⁹⁶ fez um trabalho de produção da memória camponesa nos tempos de violência da ditadura, o que de fato foi estabelecida é que a violência não era somente violência em si, como agressão, mas era fruto da resistência em tempos da crise paradigmática da “revolução verde” no Brasil e no estado de São Paulo. As disputas, que também são violências contra pessoas, foram divididas metodologicamente na busca de fontes primárias (material a partir dos agentes sociais do evento) e secundárias (material de periódicos e trabalhos acadêmicos) em quatro tipos de disputas/violações, são elas:

- 1) Violência *contra a pessoa* (ex. assassinato/ameaça de morte/ferimento/intimidação/tortura/desaparecimento);
- 2) Violação do *direito à liberdade* (ex. cassação/suspensão de direitos políticos/trabalho escravo/deslocamento forçado ou perigoso/migração enganosa/prisão);
- 3) Violação dos *direitos trabalhistas* (ex. associação livre para formar ou integrar em sindicato impedida / superexploração sistemática - dívidas injustas - não pagamento – transporte precário ou perigoso);
- 4) Violação do *direito a não interferência na vida privada*, da sua família e no seu lar (Artigo XII - *direito a habitação*); a ser privado de seu bem estar (Art. XIII - liberdade de movimento / Art. XXIII - *direito ao emprego* - direito a salário justo) e de sua propriedade (Art. XXV - ex. despejo/expulsão das terras/destruição das lavouras, pertences/incêndios). (Ênfase nossa; artigos

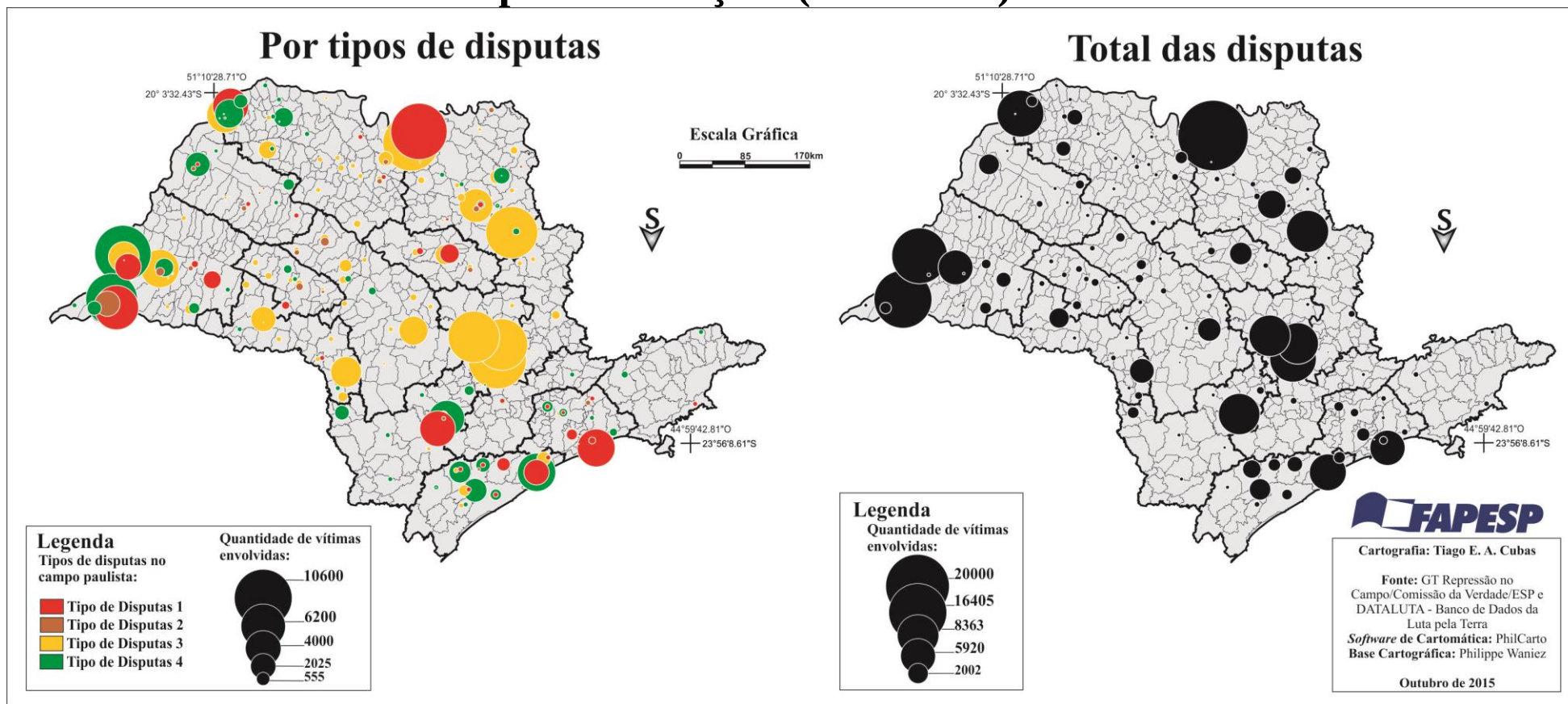
⁹⁶ Ivan Akselrud de Seixas, Clifford Andrew Welch, Danilo Valentin Pereira, Gabriel da Silva Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros, Luciana Carvalho e Souza, Maria Aparecida dos Santos, Osvaldo Aly Júnior, Pietra Cepero Rua, Rafael Aroni, Yamila Goldfarb. Com mapeamento e colaboração de Tiago Cubas.

indicados são da declaração universal da ONU). (Tomo Completo - GT Comissão da Verdade Rubens Paiva/ESP, p. 3, 2015, grifos do autor).

Foram produzidos dados a partir das fontes mais diversas, como, a fim de estabelecer um padrão entre essas disputas sociais ocorridas no estado no período onde os militares quiseram silenciar a questão agrária paulista. A formação dessa Comissão que produziu toda essa informação é um marco para o mapeamento da Cartografia Geohistórica Crítica que espacializou a imensa quantidade de lutas realizadas no estado de São Paulo desde 1945.

Vejamos a Prancha 26:

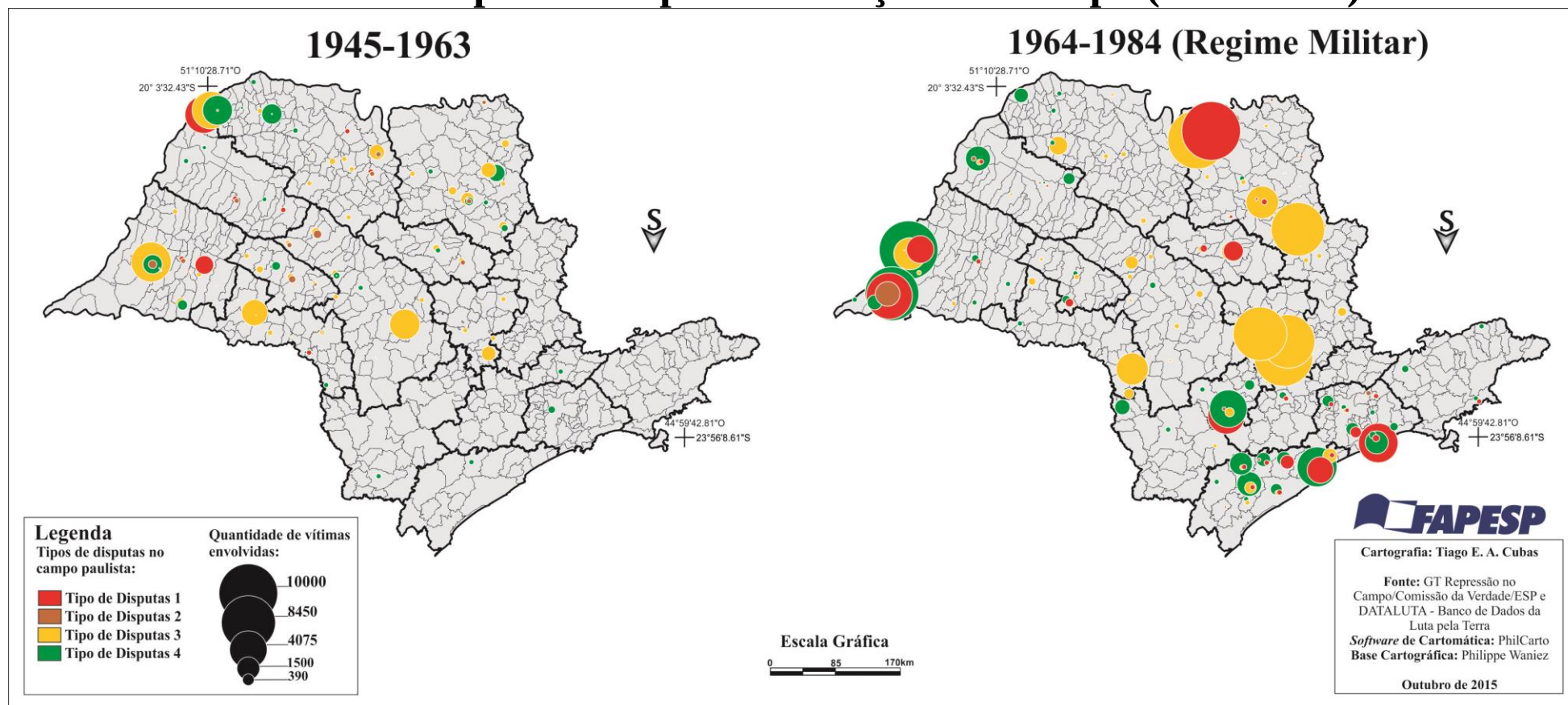
Prancha 26. São Paulo: disputas/Violações (1945-1984)



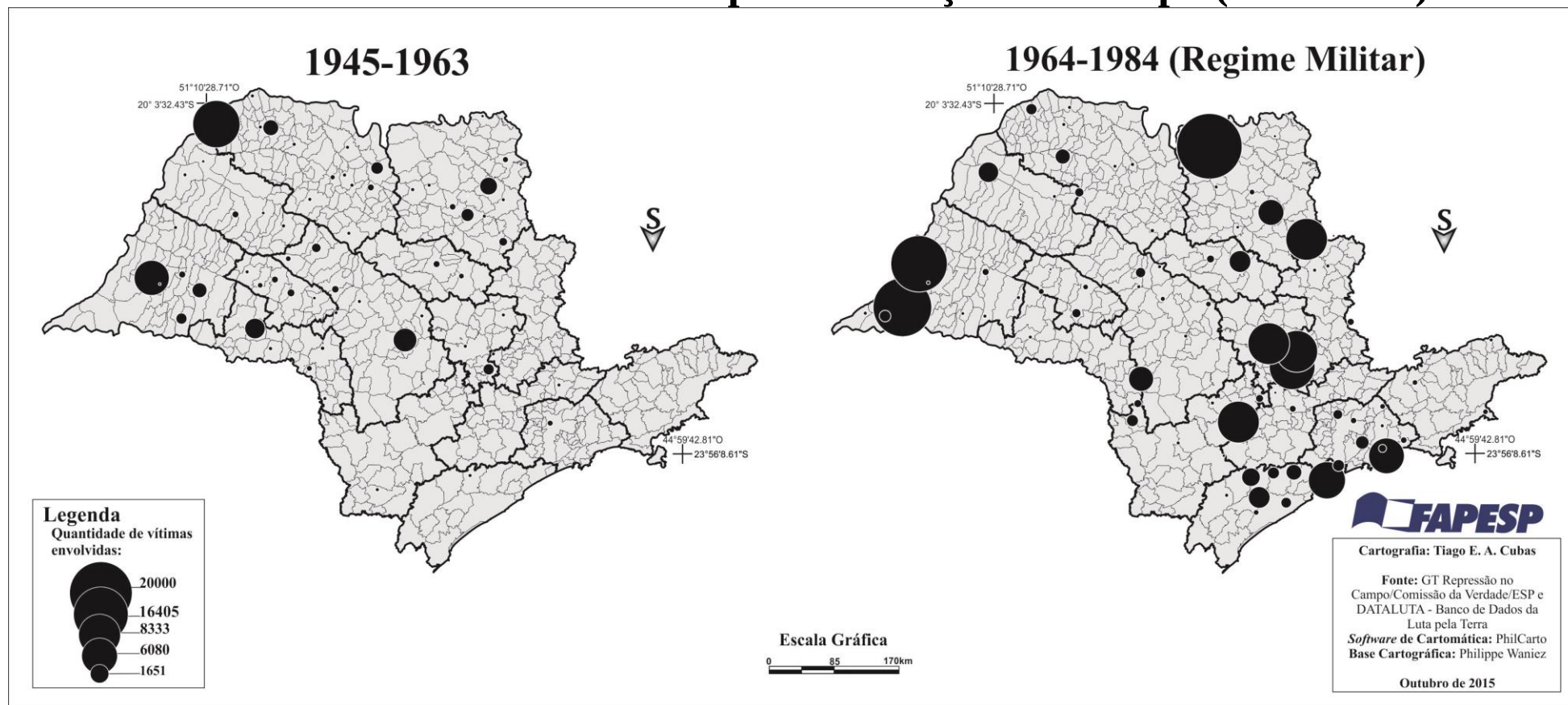
Quando olhamos para o primeiro mapa que é referente as disputas/violações territorializadas por todo o período de 1945-1984, temos os tipos elencados. Na ordem, de maiores eventos de disputas/violações, estão o Tipo de Disputa 3 que contabilizou 79.953 pessoas envolvidas, o Tipo de Disputa 4 com 49.350 pessoas envolvidas, o Tipo de Disputa 1 com 38.177 pessoas envolvidas e, não menos importante, o Tipo de Disputa 2 com 3332 pessoas envolvidas. As três mesorregiões que mais se destacam nesses confrontos durante todo o período foram, para o Tipo de Disputa 3, a mesorregião de Ribeirão Preto e Piracicaba. Em relação ao Tipo de Disputa 4 a mesorregião Presidente Prudente, com ênfase ao Pontal do Paranapanema. O Tipo de Disputa 1 se espacializou de modo mais equitativo entre as mesorregiões de Presidente Prudente (na ênfase do Pontal do Panapanema), Ribeirão Preto, Itapetininga, Litoral Sul Paulista e Metropolitana de São Paulo. Já o Tipo de Disputa 2 tem como grande destaque a mesorregião de Presidente Prudente (na ênfase do Pontal do Paranapanema).

Essas tipologias assim mapeadas permitem não fragilizar dados importantes num único mapa comparativo, como são os evidentes casos de lutas nas mesorregiões de Ribeirão Preto (com 20.000 pessoas em Barretos) e de Presidente Prudente (com 16.405 pessoas em Teodoro Sampaio e 15.220 pessoas em Presidente Epitácio). Em Barretos foram dois eventos, o primeiro em 1973 e o segundo em 1984, e os dois se referem a greves emblemáticas no período (WELCH, 2010). Em Teodoro Sampaio foram 29 eventos, todos depois da década de 1970 até 1983 que elencam as tipologias 1 e 4 como destaques. Em Presidente Epitácio foram 15 eventos destacando as tipologias 1, 3 e 4, todos eles também datando do período da ditadura. De modo mais detalhado podemos observar essas considerações nas pranchas seguintes:

Prancha 27. São Paulo: tipos de Disputas/Violações no campo (1945-1984)



Prancha 28. São Paulo: total dos de Disputas/Violações no campo (1945-1984)

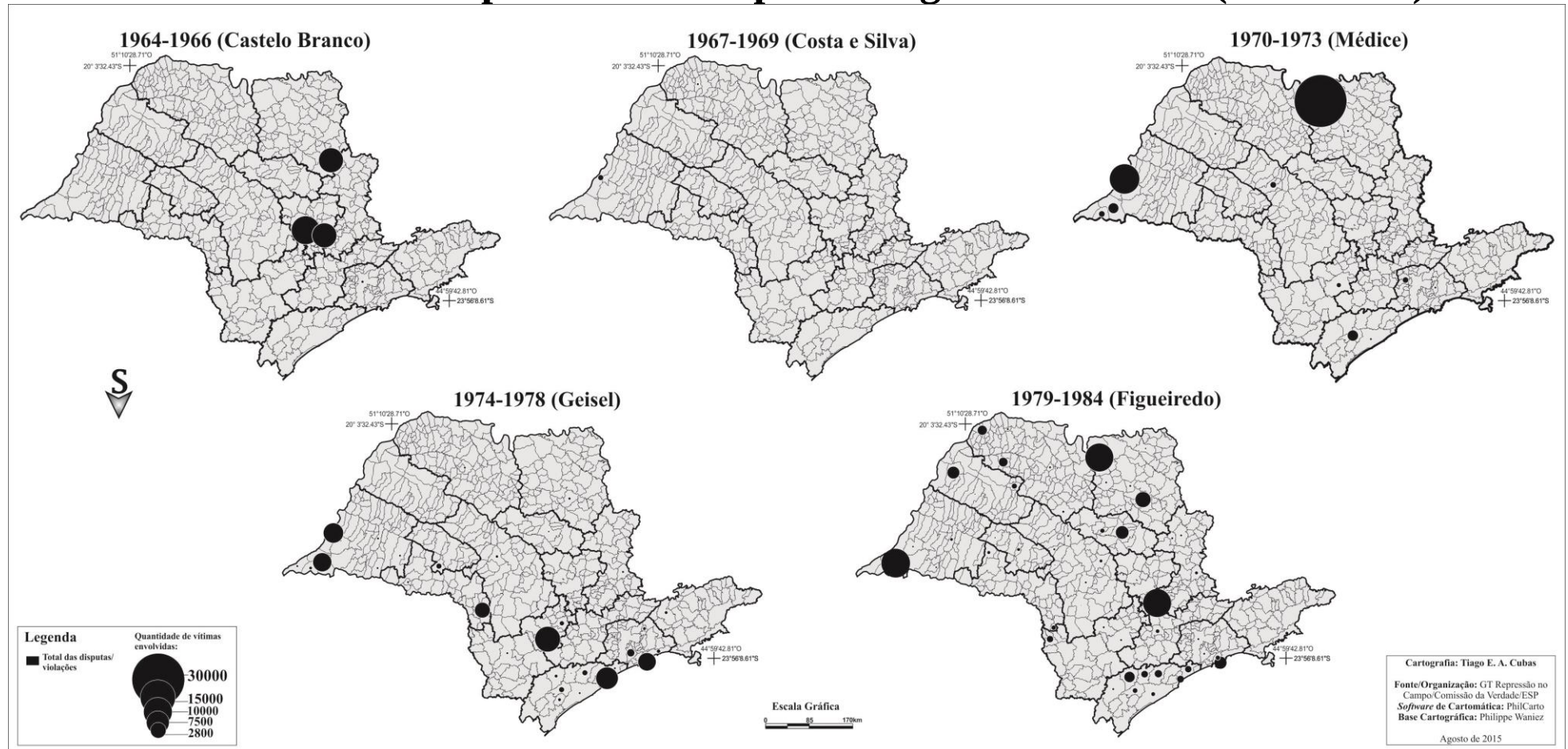


O Tipo 1 de Disputas/Violações serviu, olhando para este mapeamento, para valorizar as mortes no campo, além da tortura e violações no que tange as questões físicas e psicológicas. Eliminar os indivíduos era eliminar parte da luta e parte do problema, atacando os rebeldes do campo. O Tipo 2 de Disputas/Violações nos evidenciou as questões trabalhistas relacionadas ao campesinato, trabalhadores rurais, uma expressão latente da expansão do capitalismo no campo e das suas maneiras de incorporar “progresso” na contradição. De um lado o tal progresso da modernização do campo, da produção e de outra a exploração legalizada (exploratória e análoga a escravidão) dos trabalhadores.

O Tipo 3 de Disputas/Violações, emblemática na sua espacialização e visualização das pranchas combinada ao Tipo 2, se destaca porque é também violência contra liberdade, mas também trabalhista no sentido legal. Em São Paulo, o golpe militar teve apoio da classe dominante, destacadamente da elite rural paulista. Em contraste com os avanços já citados da ETR, SUPRA, Contag, a Revisão Agrária foi, como apontou, de modo substancial Bombardi (2012a), a compra e redistribuição de terra (regularização também) sem cumprimento da função social, ou seja, especulando com os proprietários da terra e legalizando as posses juridicamente legais e especialmente as ilegais. E por fim, o Tipo 4 de Disputas/Violações, a espacialização da cessação discriminatória dos direitos de ir e vir e manifestar-se dos camponeses paulistas.

Os conflitos por governo militar podem ser visualizados na Prancha 29.

Prancha 29. São Paulo: repressão das disputas no governo militar (1964-1984)



O cenário das mobilizações sociais, com mínima ou máxima organização por partido ou organização/movimento social (ativista, independente, ou com organicidade) foi legítimo (e ainda é) a partir de quatro regionais mais emblemáticas, o extremo oeste do estado no que conhecemos como Pontal do Paranapanema, no noroeste paulista na região da Alta Mogiana (regional de Ribeirão Preto), na mesorregião de Piracicaba com grandes mobilizações em torno de questões trabalhistas, e também no Litoral Sul Paulista, no que chamamos de Vale do Ribeira.

No caso do Pontal do Paranapanema, foi possível levantar violações aos direitos pessoais, políticos e trabalhistas dos tipos 1 e 2 com o exemplo da repressão pela polícia de tentativas de formar uma liga camponesa em Santo Anastácio entre 1946 e 1949. A pessoa mais integrada ao processo foi Nestor Vera, um militante do PCB que se dedicou à luta camponesa desde então até o final de sua vida em 1975, quando foi torturado e assassinado pelo DEOPS em Minas Gerais. Um caso de 1959 a 1960, na região do município de Santa Fé do Sul, na fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul, permitiu expor o grupo de violações indicado na tipologia 4. Neste conflito, 800 famílias de camponeses foram despejadas de seus lotes sem qualquer compensação. Anos de trabalho no preparo da terra, plantio de diversas culturas e construção de casas e armazéns foram totalmente destruídos com o apoio do então governador Carvalho Pinto. O conflito chamou a atenção nacional quando houve o atentado contra seu líder Jôfre Corrêa Netto. No final dos anos 1960, o Pontal voltou ser palco de um caso emblemático de despejo similar ao caso de Santa Fé do Sul. Desta vez, 400 famílias camponesas lutaram para resistir na Gleba Santa Rita, em Euclides da Cunha Paulista, com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio. Além dos camponeses, estavam envolvidos o sindicato e os latifundiários, a polícia militar, interventores estaduais e o promotor. O conflito continuou esporadicamente até 1986, com a desistência de várias famílias e a integração de outras. Realizaram-se ocupações de terras, processos para documentar grilagem, negociações com políticos, até que a intervenção federal e da Comissão Pastoral da Terra finalmente pacificou os ânimos com o estabelecimento de um projeto de reforma agrária. No litoral sul, no período de 1972 a 1976, uma associação composta por 360 famílias camponesas foi reprimida no contexto de um prolongado conflito com imobiliários, apoiado pela polícia militar. Produtores de palmito, os camponeses foram expulsos de uma área de mais que 3 mil hectares, destruindo seus pertences sem nenhuma indenização. Inclusive, sofreram espancamento e prisões nas mãos dos policiais. Na região de Leme, em 1986, duas pessoas foram assassinadas pela polícia militar durante uma greve de cortadores de cana que reivindicavam a aplicação das leis trabalhistas nas fazendas de cana-de-açúcar que se espalhavam pelo Brasil a partir de 1979. (Tomo Completo - GT Comissão da Verdade Rubens Paiva/ESP, p. 9, 2015).

É possível assim, segundo Welch (2010) identificar um claro vínculo entre as frentes de modernização do campo em São Paulo e aumento das disputas/violações. Ainda segundo este autor, uma combinação dos governos militares, fazendeiros/latifundiários e a burguesia

paulista. Welch (2010 e 2014) indica os mega projetos das Barragens no Pontal do Paranapanema e no Rio Paraná, a concentração de terras e industrialização, o ProÁlcool na mesorregião de Ribeirão Preto, e a estrada Rio-Santos numa disputa de especulação imobiliária são fatores que colocaram o enfrentamento mais latente entre os camponeses e os capitalistas, entre os camponeses e os fazendeiros.

A representação da disputa territorial como fruto do esforço intelectual da reprodução do território imaterial a favor do campesinato, não serve somente como estímulo a cartografia temática crítica, mas, sobretudo, a uma representação intencional da realidade a partir do protagonismo camponês na sua concepção como classe social antagônica. O campesinato não foi reprimido somente pela maldade, mas destacadamente porque se colocava como agente de transformação social que visava tomar o controle da terra, como um projeto político tão ofensivo ao capitalismo rentista e financeiro que não poderia perdurar no contraste com as oligarquias.

Os conflitos territoriais continuam e o campesinato resiste

O problema da concentração da terra somado a expropriação do campesinato gerou um campesinato ainda mais rebelde que antes, ao invés de ser totalmente destruído com a esmagadora pressão dos governos militares, que fora registrada em diversos estudos e mais recentemente na Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, se colocou como protagonista que continuaria a reivindicar sua existência. Os latifundiários nesse período eram o braço militarizado do Estado como Guarda Nacional, mandavam e desmandavam, enebriados da velha imagem do coronel.

A geógrafa Wendy Welford (2003) expôs as principais características desse período obscuro do governo militar, sua política de expansão econômica (o crescimento econômico) e a mecanização do campo.

A modernização da agricultura, foi parte do conjunto geral do plano de desenvolvimento dos militares, foi surpreendentemente bem sucedida. Entre 1967 e 1973, o Brasil experimentou rápido crescimento econômico, tais que o período foi apelidado de "milagre econômico". Apesar dos avanços econômicos globais, o fosso entre as classes sociais cresceram, e uma grande parte da população do país foi deixada de fora do milagre econômico. A mecanização da produção agrícola alterou as exigências de trabalho de forma que gerou desemprego em massa e gerou um êxodo das áreas rurais para as cidades. A emigração do campo agravou a desigualdade da distribuição de terras, e em 1985 pouco mais de 10% dos proprietários de terra no país

controlava quase 80% da terra (IBGE 1990). Líderes do movimento e acadêmicos argumentaram que esta rápida modernização da agricultura foi um dos fatores mais importantes subjacentes a formação do MST. (WOLFORD, 2003, p. 203)⁹⁷.

Esse período foi realmente um momento complicado para os movimentos sociais, contudo, essa conjuntura gerou, no interior da manutenção da luta no governo militar, o surgimento do MST no cenário nacional no fim desse período.

O sociólogo Claudinei Coletti (2005) faz uma breve descrição da conjuntura brasileira no período final da ditadura:

As mobilizações sociais no campo ressurgiram na cena política brasileira no final da década de 70, num momento de crise do regime ditatorial militar e de retomada das mobilizações sociais urbanas, das quais as greves dos metalúrgicos do ABCD paulista foram o melhor exemplo. [...] Várias lutas no campo, num primeiro momento isoladas, anunciavam a constituição de um novo movimento de luta pela terra no Brasil: em setembro de 1979, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, 110 famílias haviam ocupado as glebas Macali e Brilhante; em Campo Erê, Santa Catarina, em 1980, ocorrera a ocupação da fazenda Burro Branco; no Paraná, mais de dez mil famílias, que teriam suas terras inundadas pela construção da barragem da usina hidrelétrica de Itaipu, organizaram-se para lutar contra o Estado; em São Paulo, ocorria a luta dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários lutavam pela permanência na terra. (COLETTI, 2005, p. 53).

O novo momento na luta exposto por esse autor, vai ao encontro da articulação promovida por várias organizações, entre elas os sindicatos e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) nascida em 1975⁹⁸. Esses encontros durante a ditadura fortaleceram os movimentos sociais (FERNANDES, 2000). Em 1984, no município de Cascavel, no Paraná, militantes destas organizações reuniram-se em um encontro para fundar o MST, um movimento que anos depois viria a ser o principal agente social e político em nome da territorialização dos

⁹⁷ Tradução própria.

⁹⁸ “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB” (CPT, 2016, sem paginação) – disponível em www.cptnacional.org.br.

camponeses. Veja a descrição de Fernandes (2000, p. 70) sobre os agentes presentes na fundação do MST.

A Comissão Regional Sul promoveu, nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel – PR, o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a participação de 92 pessoas: sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. O evento representou, antes de mais nada, uma vitória. Após várias conquistas de terras e da caminhada em direção à unificação e formalização das ações das lutas camponesas, os sem-terra fundavam a sua Organização. Estiveram presentes trabalhadores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território de Roraima. A CPT contribuiu com a organização do Encontro, que foi coordenado pelos sem-terra e dois assessores. O bispo D. José Gomes e presidente da CPT enviou uma mensagem de apoio a fundação do MST, informando que a Pastoral sempre foi e será um serviço da Igreja aos camponeses em luta por seus direitos. Também participaram representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, da Comissão Indigenista Missionária – CIMI e da Pastoral Operária de São Paulo.

A fundação do MST reunia uma experiência de ocupações de terras que já havia começado anos antes e reunia agentes específicos, com parcerias com entidades progressistas e especialmente camponeses de todos os tipos, que desejavam reivindicar por meio da luta a sua terra.

Como os movimentos passam a ter representatividade no cenário nacional, os governos passam a vislumbrar isso e, numa série de compromissos assumidos por Tancredo Neves, o presidente José Sarney propõe o I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) com o objetivo de assentar um milhão de famílias, o que como já vimos não passou nem perto de se realizar. Coletti (2005) nos mostra que a Contag resolveu demonstrar apoio a essa medida do governo, defendendo também o Estatuto da Terra como instrumento de reforma agrária. O MST, que estava iniciando sua caminhada, criticou toda essa posição anterior e se juntou com a recém-fundada CUT (Central Única dos Trabalhadores) para contrariarem a postura da Contag e ver o Estatuto como impedimento à realização da Reforma Agrária.

Surgiu em junho de 1985, em contrapartida ao MST e a pressão da opinião pública, a UDR (União Democrática dos Ruralistas), entidade patronal representante dos proprietários rurais, principalmente pecuaristas. Essa entidade tinha como base a defesa, com armas se fosse preciso, da propriedade contra ocupações dos sem-terra.

Para nós, o importante a ressaltar nesse momento histórico é que o MST, de um lado, e UDR, de outro, acabaram politizando a luta pela terra no Brasil, em dois sentidos: 1º) as várias instâncias do aparelho de Estado – executivo, legislativo e

judiciário – não poderiam mais ignorar a existência de uma questão agrária no Brasil, geradora de conflitos e de violência no campo, não-resolvida até aquele momento; e 2º) os proprietários de terra, de um lado, e os sem-terra, de outro, apresentavam-se na cena política como verdadeiras forças sociais, constituindo-se, os primeiros, como fração autônoma de classe e os segundos, como classe social distinta, isto à medida que extrapolavam as suas existências econômicas e colocavam-se em confronto nos níveis político e ideológico. (COLETTI, 2005, p. 55)

Com essas grandes organizações que agrupavam seus semelhantes de classe, a luta se torna mais difundida, e geograficamente a luta passa a se espacializar por todo o território nacional, sendo então alvo principalmente pelos meios de comunicação (CUBAS, 2012). Torna-se inegável a existência de uma contraposição de forças e ideologias que agora estão para toda a população brasileira vislumbrar além do nível ideológico, o político também se torna uma dessas instâncias da conflitualidade entre latifundiários e camponeses.

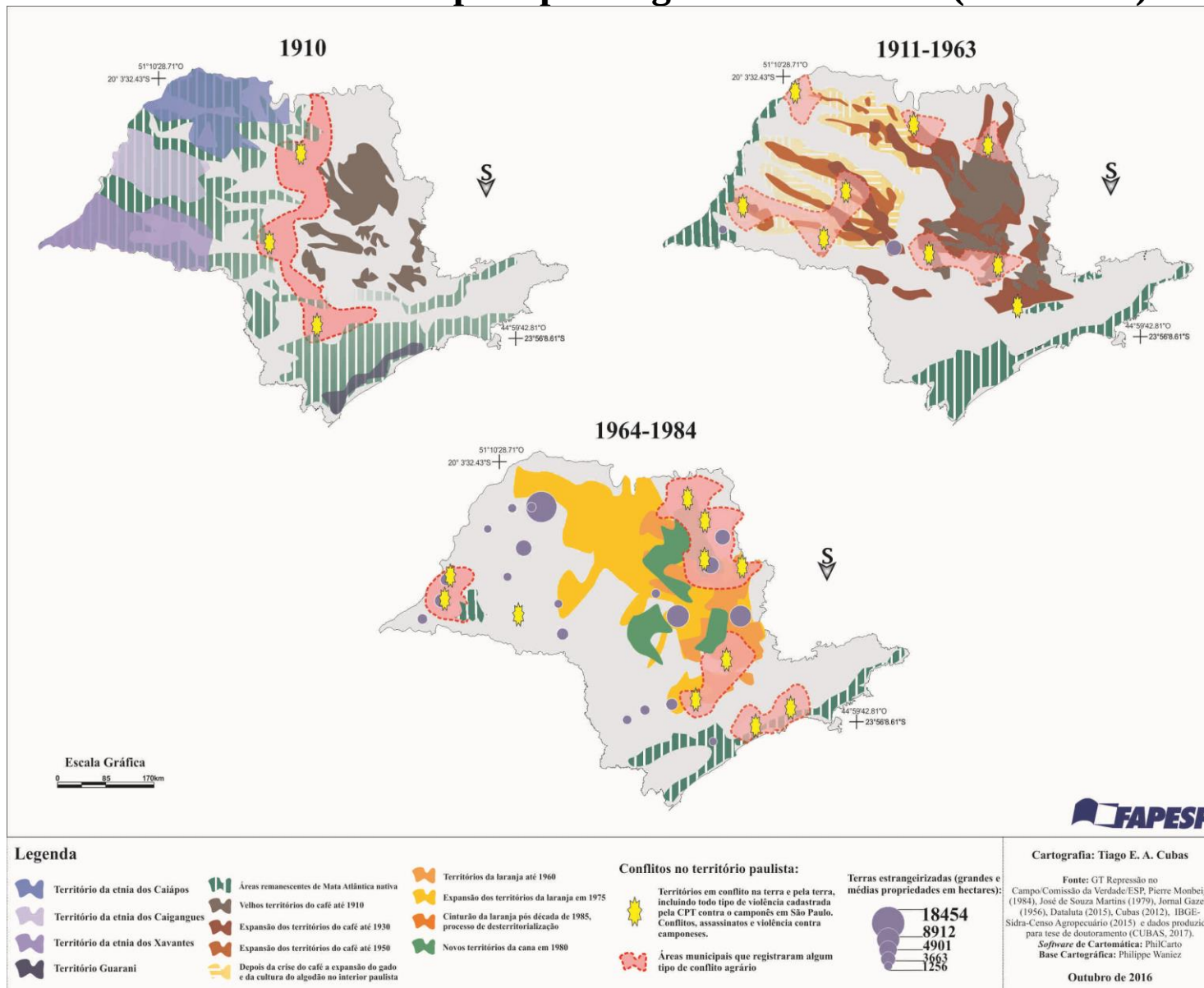
A fundação da UDR expressou o desgaste do sistema corporativista implantado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas para organizar a vida rural. Da mesma forma, a organização da CPT e MST indicou os limites alcançados pelo movimento sindical em sua representação do campesinato (FERNANDES, 2000). Enquanto a CNA lutou contra Contag na campanha de lobby na Assembleia Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, a UDR e o MST procuraram aplicar pressão a partir de suas estratégias de mobilização – a primeira com leilões e negociatas e a segunda com manifestações de modo geral. Com mais dinheiro e influência política, a UDR conseguiu auxiliar a CNA a fazer artigos constitucionais que favoreceram os ruralistas mais que os camponeses (WELCH, 2010). Nos próximos anos, o chamado “período democrático”, “o governo brasileiro respondeu às ações do MST, com uma errática combinação de violência e diplomacia que gerou uma lista assustadora de vítimas rurais, mas também levou para a redistribuição de mais de 1000 propriedades rurais” (WOLFORD, 2004, p. 409). Esse número de vítimas não intimidou os movimentos que continuaram a se territorializar elencando disputas pela terra como classe social politicamente organizada.

A Prancha 22 resume a fluída luta dos camponeses que não abdicaram da ideia da terra, que se colocam como frente aos latifundiários, e não deixaram de lado seu projeto de sociedade. Ao que me parece, nunca deixaram, estes conflitos territoriais evidenciam isto e foram amadurecendo conforme a trajetória de resistência assim como seus protagonistas. Essas pranchas sintetizam, a partir dos nossos relatórios de pesquisa de doutorado, o projeto dominante a partir do estado de São Paulo colocando frente a frente visões de mundo numa disputa territorial paradigmática histórica, dada especialmente entre fazendeiros e camponeses. O MST, nascido em 1984, se torna assim representante da disputa por parte dos

camponeses desterritorializados almejando a sua reterritorialização por meio de luta social e da reforma agrária.

O paradigma da agroecologia começa quando o campesinato luta para reassumir sua condição de protagonista, conquista a terra, implanta o seu modo de vida e cumpre sua demanda social que é alimentar o outro, como veremos na sequência deste trabalho. Em seguida a reforma agrária que queremos com o campesinato que temos.

Prancha 30. São Paulo: disputa paradigmática histórica (1910-1984)



2. O DIÁLOGO POSSÍVEL: reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar no estado de São Paulo⁹⁹

2.1 MST: a herança do protagonismo camponês na era democrática

Os esforços até o começo da década de 2000 foi justamente os de colocar novamente o sujeito camponês que estava no curso da luta, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2000 e 2001), herança de Canudos e das Ligas Camponesas, de volta na terra, o seu trunfo de existência. Isso não deixou de acontecer, no entanto, a partir de 2000 a Via Campesina intensifica a discussão sobre soberania alimentar o que acarretaria uma série de outras discussões, inclusive a discussão de uma reforma agrária agroecológica. O movimento camponês rebelde na era democrática, segundo De Carvalho (2012), qualifica a sua existência não só como classe social, mas como modo de produção. Isso mesmo. Um modo de vida não somente autossuficiente no que se refere a economia interna, a economia familiar que para Shanin (2008) continua sendo mais eficiente que a economia capitalista, espacializando-se assim como solução a crise alimentar e energética brasileira.

Os camponeses são um grande desafio conceitual para as ciências humanas, e para a geografia por causa das intensas e imensas transformações e na produção do espaço, na defesa do território e da resistência, nas relações de mercado (alternativo) e de trabalho. Para a geógrafa Eliane Paulino (2006) o campesinato é **uma unidade na diversidade** que expressa a sua qualidade intrínseca de criatividade e resistência para reproduzir-se por meio dessa complexa unidade da classe social e modo de vida camponês.

Ao mesmo tempo que a classe camponesa é constantemente cercada e combatida pelas classes em prol do rentismo, os camponeses “ao dominar os pressupostos intelectuais e mecanismos do processo produtivo se movem dentro de um parâmetro singular de autonomia” (PAULINO, 2006, p. 286), e dentro dessa autonomia se colocam uma série de diversidades dadas pelo contexto geográfico e histórico das lutas que devem forçar os camponeses a filtrar o que deve ser incorporado e o que não deve ser incorporado negando por essa apropriação singular da terra como seu meio de vida o paradigma da agricultura convencional industrial dada pela expressão do agronegócio, projeto da agricultura capitalista.

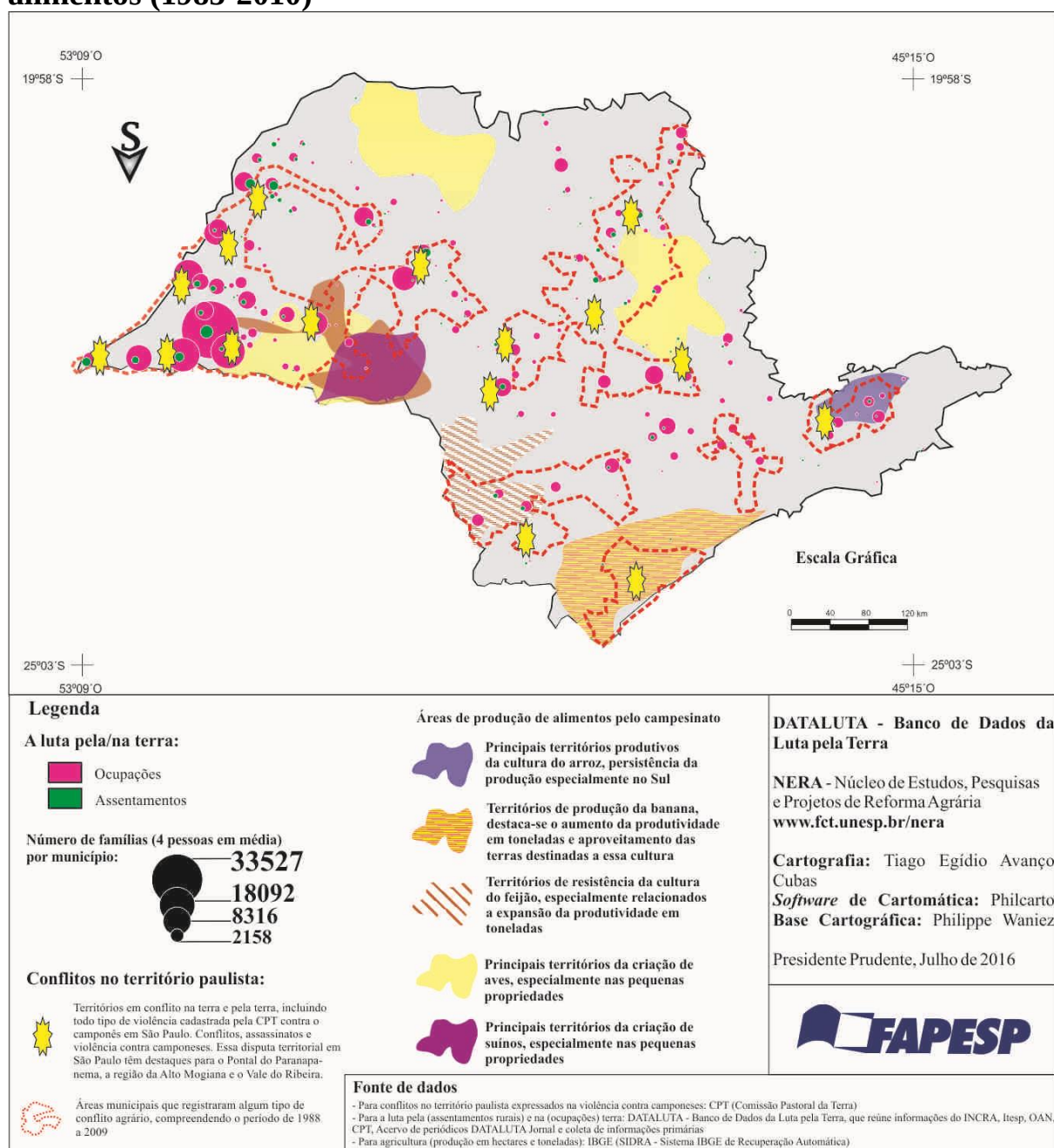
Por assim dizer, a teoria do desenvolvimento desigual e contraditório geográfico do capitalismo na agricultura abarca dialeticamente o projeto camponês não como mero resíduo

⁹⁹ Este capítulo é fruto da apreensão das nossas experiências de campo desde 2010, informações orais e observação participante com destaque para as vivências a partir de 2013, resultado da pesquisa de doutorado.

de sociedades arcaicas, protagonista da disputa territorial contra o capital. Por isso, a sua luta lhe coloca como um modo de vida, como uma classe social e como um modo de produzir/fazer (a partir da organicidade), requerendo a terra e qualificação do uso da terra pela sua eficiência. A unidade na diversidade se torna mais surpreendente ainda quando percebemos as particularidades das lutas amarradas a centralidade da reivindicação da terra e da qualificação do uso da terra pela produção camponesa de alimentos.

O Mapa 9 espacializa a disputa territorial a partir do paradigma camponês.

Mapa 9. São Paulo: o campesinato, as lutas, as violências e a produção de alimentos (1985-2010)



O Mapa 9 espacializou entre 1985 e 2010 o campesinato mobilizado, as lutas sociais e suas conquistas, as áreas de violência contra os camponeses e a produção de alimentos incidentemente no interior das áreas históricas de marginalização desses sujeitos onde subsistem profundos conflitos pela terra.

Olhando para os dados do Relatório DATALUTA (2014) percebemos que o MST é de fato a herança das lutas sociais no campo paulista. De 1984 a 2013 o MST foi responsável, desde as primeiras ocupações, por 863 ocupações de terra com 139.594 famílias; o MST em ocupações conjuntas foi responsável por 45 ocupações de terra com 5350 famílias. Todos os outros movimentos nesse período somam 582 ocupações com 58.110 famílias participantes. As conquistas no estado de São Paulo no período antes da fundação do MST foram de 4 assentamentos com capacidade para 334 famílias, já no período pós MST foram 253 assentamentos conquistados com 16.056 famílias, sendo aproximadamente, segundo dados da própria direção desse movimento, cerca de 15.000 famílias dispostas em assentamentos coordenados por este movimento.

As primeiras regionais formadas, na ordem cronológica, foram as regionais de Andradina¹⁰⁰ com os posseiros da Fazenda Primavera, Itapeva¹⁰¹ com a pressão sobre a Fazenda Pirituba, do Pontal do Paranapanema¹⁰² com a conquista da grilada Fazenda Nova Pontal, e de Campinas¹⁰³ com o Horto Florestal, a partir da década de 1970 até o meio da década de 1980 estavam formadas essas regionais de luta.

¹⁰⁰ Marco da conquista territorial da Fazenda Primavera: “A Fazenda Primavera, localizada na região de Andradina, era terra grilada. Nessa terra nasceu a primeira luta da gestação do MST em São Paulo. Há décadas, os posseiros da Primavera pagavam renda ao grileiro. Na década de 1970, o grileiro começou a trazer gado do Mato Grosso para engorda nos pastos da fazenda. Iniciava, assim, a expropriação dos posseiros, à medida em que o gado ia destruindo as lavouras [...] Os posseiros começaram as negociações com o Incra, exigindo a desapropriação da Fazenda Primavera. Organizaram grupos de famílias em cada bairro rural da fazenda, onde realizavam reuniões para informar o andamento das negociações. Em julho de 1980, o general – presidente João Batista Figueiredo assinou o decreto, desapropriando os 9.385 hectares da Primavera. A vitória tornou-se uma luta e organização permanentes, pressionando o Incra para a implantação do assentamento.” (FERNANDES, 2000, p. 57).

¹⁰¹ Marco da conquista territorial da Fazenda Pirituba: “No Sudoeste paulista, os trabalhadores sem-terra lutavam pela conquista da Fazenda Pirituba, de 17.500 hectares, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá” (FERNANDES, 2000, p. 57), foram 3 ocupações registradas em Fernandes (2000) até a conquista da Fazenda Pirituba.

¹⁰² Marco da conquista territorial na fazenda Nova Pontal: “Em 1990, no dia 14 de julho, quatrocentas famílias organizadas no MST, ocuparam a fazenda Nova Pontal, no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema. Essa ocupação marcou o processo de territorialização do Movimento sobre um dos maiores grilos de terra do estado de São Paulo” (FERNANDES, 2000, p. 139).

¹⁰³ Marco da conquista territorial do Horto Florestal: “Em janeiro de 1984, no município de Sumaré, região de Campinas, os semterra haviam conquistado um assentamento, em uma área de 237 ha. Do Horto Florestal de Sumaré, de propriedade das Ferrovias Paulistas S/A – Fepasa – que foi denominado Sumaré I” (FERNANDES, 2000, p. 138).

Logo após a fundação do MST, na sequência se formou a regional de São Paulo na década de 1990 (FERNANDES, 2000). Regional de São Paulo da qual se desdobraria na formação de outras regionais, inclusive a regional de Ribeirão Preto em 1990/2000 a partir da luta de 400 famílias na Fazenda da Barra, uma área limite entre cidade e campo de alta especulação imobiliária. Fernandes (2000) pontua sobre a formação do MST em São Paulo.

No Estado de São Paulo, a gestação e nascimento do Movimento aconteceram da conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados nas regiões de Andradina (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do estado de São Paulo), Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sumaré)²⁶. Até 1984, a articulação desses movimentos fora coordenada pela Comissão Pastoral da Terra. Com a fundação do MST e a realização do Primeiro Congresso, os sem-terra escolheram uma coordenação e estabeleceram a Secretaria Estadual na cidade de São Paulo, em uma sala na sede da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Em 1985, o MST-SP iniciou o seu processo de territorialização a partir da região de Campinas. Nesse ano, nas regiões de Sorocaba e Araçatuba também ocorreram diversas ocupações organizadas por movimentos isolados (FERNANDES, 2000, p. 137-138).

As ocupações foram agrupadas em movimentos isolados para depois, da década de 1990 principalmente, mobilizações agrupadas no MST. As ocupações fazem parte da principal estratégia do MST para conquista da terra, e a sua organicidade a articulação dessas lutas nos seus mais transversais setores que ligam as tarefas políticas e funções dos militantes. Os setores que atravessam as instâncias de direção regional, estadual e nacional são: Frente de Massas, Formação, Educação, Produção, Comunicação, Projetos, Gênero, Direitos Humanos, Saúde, Finanças e Relações Internacionais. Além de coletivos específicos ligados a artes, juventude e diversos grupos de apoio¹⁰⁴.

As instâncias de decisão do MST são como uma ampulheta que começam na sua base compreendendo todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão nas trincheiras das lutas passando pelo afunilamento das reflexões e decisões nas lideranças específicas nas instâncias regional, estadual e nacional e voltando a abrir as instâncias decisórias (o fim das decisões) no Congresso Nacional do Movimento sob as mesmas mãos que estão nas trincheiras das lutas, onde firmam-se as articulações pensadas e discutidas por uma representação massiva. Por exemplo, o 6º. Congresso Nacional do MST reuniu cerca de 15.000 sem-terras, mais de 1000 crianças e convidados, onde as bandeiras da reforma agrária e da agroecologia foram reafirmadas, ou seja, um número altamente representativo do que é o MST e de como se

¹⁰⁴ Disponível em: www.mst.org.br.

afirma esse movimento social em suas instâncias decisórias. São estes, por excelência, territórios camponeses paradigmáticos ou imateriais, de lutas sociais e políticas, disputas por projetos de sociedade que começam com a reivindicação da terra.

Por isso, a *Ocupação como forma de acesso a terra* de Fernandes (2001) é atual ao contexto de lutas do século XXI. Por mais que as estratégias sejam lapidadas com os tempos, a ocupação segue sendo um importante marco na luta, conquista e uso da terra para o “povo sem-terra”. Fernandes (2001) diz que o capitalismo não consegue se apropriar de todos os camponeses para torná-los assalariados, os envia para cidade e muitos deles retornam ressocializados pelo processo de lutas. Para este autor, são três as marcas territoriais deste árduo processo de enfrentamento com o capital: **a ocupação, o acampamento e o assentamento**. Essas três impressões no espaço permanecem neste século como práxis. Essas três marcas são por excelência a territorialização do campesinato.

Sobre **a ocupação**¹⁰⁵. A ocupação territorializada é a estratégia para centrar atenção à luta e a questão da terra, inaugurar as negociações com Estado e Fazendeiro tem no trabalho de base o seu princípio (CUBAS, 2013). Fernandes (2001, p. 4) afirma, “Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nasce sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território”. Esses encontros acontecem, ainda hoje, nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, em sindicatos de trabalhadores rurais, nas escolas, prédios de organização de bairro, nas próprias moradias, etc.

Esse trabalho realizado pela militância é um trabalho invisível e essencial na dinâmica de formação do sujeito que será continuado nas ocupações (outras manifestações de modo geral) e no acampamento até a conquista da terra. Nesse período é instigado no sujeito a consciência crítica a partir das necessidades mais urgentes, como a reprodução familiar e o que a luta e a conquista podem ocasionar nessa direção (espaço interativo, comunicativo e de lutas e resistência) (FERNANDES, 2001).

¹⁰⁵ “A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam a terra para trabalho. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão” (FERNANDES, 2001, p. 6-7).

O espaço de lutas sociais, onde os movimentos sociais reivindicam determinada área, são por excelência o espaço geográfico em disputa política, em outras palavras, são territorialidades em disputa que conformam os territórios capitalistas ou os territórios camponeses que são territórios de relações não-capitalistas em essência, que mesmo em vários casos, tendo sua renda da terra subalternizada (muitas vezes também de modo parcial), os camponeses resistem na terra¹⁰⁶. O campesinato, levando em conta suas marcas territoriais, por meio do MST, é expressão dessa luta pela terra, espacializada na sua resistência em “múltiplas dimensões do espaço de socialização política” (MARQUES, 2008, p. 66). O espaço de formação do sujeito, por excelência no contexto de lutas, é **o acampamento**¹⁰⁷, onde se aprende a viver em comunidade, com objetivos e necessidades comuns. É onde o setor de formação do MST tem maior possibilidade de tratar com as pessoas acampadas porque estão envolvidas em torno de um objetivo comum, a conquista da terra.

“Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação” (FERNANDES, 2001, p. 11). Duas categorias e uma identidade em formação, o acampamento é o lugar da diversidade e onde se tornam mais expressivas as individualidades e os individualismos que são confrontados com os limites e objetivos interpessoais daquela comunidade. É preciso um olhar atento da liderança responsável em colaboração com as lideranças dos núcleos de base ali formados para cuidar que individualismos não sobrepujem as individualidades.

A conjuntura política, o contexto geográfico e as alianças locais definem o lugar do acampamento, isso tudo somado aos anseios da comunidade que é frequentemente ouvida e

¹⁰⁶ “A. Oliveira (1999) propõe uma teoria que define o território capitalista como produto da luta de classes travada pela sociedade e como síntese contraditória do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha função de regulação. Ele afirma que a lógica contraditória de desenvolvimento do capitalismo constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital. Essa mesma lógica contraditória, no caso do desenvolvimento do capitalismo no campo, resulta em dois processos distintos: a territorialização do capital, caracterizado pela expansão da agro-indústria; e a monopolização do território sem territorialização, caracterizado pela subordinação da produção camponesa aos interesses do capital monopolista” (MARQUES, 2008a, p. 66).

¹⁰⁷ “As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. Também podem ser as primeiras ações das famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. Há experiências em que o acampamento é lugar de mobilização para pressionar o governo na desapropriação de terras. Todavia, em suas experiências, os sem-terra compreenderam que acampar sem ocupar, dificilmente leva a conquista da terra. A ocupação da terra é um trunfo nas negociações. Muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação, obtiveram êxito na luta” (FERNANDES, 2001, p. 12).

encorajada a participar de reuniões diárias de núcleos de base e do adequado funcionamento da vida em comunidade. O acampamento permite um tratamento pessoal, no entanto, em conjunturas adversas o tempo de acampamento é cerceado pela necessidade de produzir sustento para a família o que coloca em conflito a capacidade de permanência e formação das pessoas nos acampamentos com a sua reprodução familiar. O acampamento para Fernandes (2001) é então um espaço transitório, em nossa concepção, ele é transitório no que se refere a materialidade (e legalidade jurídica) da conquista, mas como simbólico, esse espaço sistematicamente capacita as pessoas na identidade coletiva e solidária que se expressa também como território imaterial concreto nos sujeitos que serão assentados.

A quebra do monopólio da terra (a conquista) é o primeiro passo para a materialização de fato do território camponês, o **assentamento** é o território camponês¹⁰⁸ que está em contraposição ao território do agronegócio. O assentamento rural obtido por meio da luta que liberta é por excelência a territorialidade camponesa, ou seja, a terra de trabalho e o valor de uso, contrariando a territorialidade do capital (a terra de negócio), nesse contexto, essa liberdade vem com dependências (obrigatórias), mas que não destroem a identidade territorial camponesa e nem sua soberania afirmada no seu lugar.

“Ao mesmo tempo que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores”. (SIMONETTI, 1999, p.56). A contínua reafirmação de um conjunto de valores específicos demonstra a importância fundamental da consideração da dimensão cultural para compreendermos o significado do movimento de luta pela terra existente hoje no Brasil e a forma como os assentados organizam a vida e o espaço nos assentamentos. Os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês”. “O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de

¹⁰⁸ A conquista da terra é o caminho possível para autonomia camponesa entremeada por estas e outras adversidades. “Como sugere Ploeg (2008) “A luta por autonomia, resultante dessa condição camponesa, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente.” (DE CARVALHO, 2012, p. 39). Oliveira (2003 e 2007) afirma que para devolver a racionalidade a terra, vislumbrando Marx (1974 [1894]) deve-se tirar dela a sua capacidade de barganha e especulação atrelada nos agentes de classe, fazê-la assim produzir em escala social e se realizar na apropriação da terra como terra de trabalho.

crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico”. (SIMONETTI, 1999,p.70-71) (MARQUES, 2008, p. 66, grifos do autor).

O assentamento rural para Marques (2008) é por excelência o lugar do camponês, onde coexiste a territorialização dos sem-terra e a reterritorialização da identidade camponesa na realização da vida, dando o sentido racional a terra na relação deste sujeito por meio da eficiente economia familiar no seu lote. Nesse momento o trabalho da militância é estrategicamente diferente do período de lutas (envolvendo trabalho de base, ocupação e acampamento), porque além de dar racionalidade ao uso da terra eles precisam compreender a vida em comunidade e o sentido mais profundo de continuar sem-terra até que todos tenham terra.

É um grande desafio reaproximar cada assentado da vida em comunidade, porque estes estão saturados da vida coletiva, onde não há privacidade, caminhando a uma tendência de individualização acirrada. É preciso nesse contexto encontrar um equilíbrio saudável entre a individualização da família e no investimento do trabalho no lote e na vida em comunidade, cooperação e coletividade, que está nas reuniões, nas cooperações, nos mutirões e nas trocas de dias de trabalho.

Nessa direção a nossa experiência com os agrofloresteiros de Ribeirão Preto é emblemática para o paradigma da agroecologia qualificando as lutas sociais e o projeto político camponês que abrange todo o processo de territorialização camponesa e das suas adversidades inerentes. Essa experiência elencou todos os processos supracitados de cooperação e coletividade e continua encorajando esses processos. Nossa experiência de campo aconteceu a partir do assentamento PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Fazenda da Barra onde espacializa-se o Mario Lago¹⁰⁹, assentamento do MST que desenrola um processo de vivência agroecológica com acessos alternativos ao mercado, produção alimentar com fartura e sem agrotóxicos.

Sem perder de vista que o primeiro passo para desestruturação do rentismo é uma profunda transformação nas relações de produção a partir da quebra do monopólio da terra, uma reforma agrária que seja qualificada pelo paradigma camponês como classe social e como modo de produzir alternativo. É substancial o exemplo do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Fazenda da Barra, no assentamento Mario Lago, é um exemplo profundo da transformação social que une soberania alimentar, agrofloresta e reforma agrária.

¹⁰⁹ Obtenção da área em 2004 no primeiro governo Lula, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e criado em 2007, no segundo governo Lula.

O que é mais emblemático é que este assentamento está no coração do agronegócio sucroalcooleiro, a cidade de Ribeirão Preto (antiga propagandeada “Califórnia Brasileira”), e promove nessas contradições a produção camponesa de alimentos, sem agrotóxico e farta, considerando mercados alternativos como o PAA e circuitos de Cestas Agroflorestais com alimentos agroecológicos. É o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo que coloca frente a frente os paradigmas do agronegócio e do campesinato disputando não só espaço no campo, mas também na cidade, evidenciando essa indissociabilidade entre campo-cidade.

A antiga “Califórnia Brasileira” e a atual “Cidade do Agronegócio” tem como paradigma, a revolução verde, o paradigma do agronegócio, que como já mostramos, é insustentável, mas produtivo nas suas demandas se recriando na barbárie e o no arcaico. Por isso, quando pensarmos o circuito de agroecologia agroflorestal, que é resultado da luta pela terra do MST, temos que pensar na seguinte afirmação de Machado e Machado Filho (2014, p. 189), “[...] se a tecnologia proposta não der conta de atender um objetivo maior – fornecer alimentos para 6,9 bilhões de seres humanos – então, está fora daquilo que entendemos como agroecologia”. Nossa experiência colocará em questão esse assunto.

Essa é uma disputa simbólica, mas destacadamente funcional na apropriação e uso da terra e na produção do espaço. Daí a necessidade de refletir sobre agroecologia a partir da prática da agrofloresta agroecológica para reforma agrária e pequenos produtores como abordagem de agricultura possível para sustentar o mundo ecologicamente. Nessa interação, queremos olhar para as dimensões propostas na obra *Dialética da Agroecologia*, dos agrônomos Luiz Carlos Machado e Luiz Carlos Machado Filho (2014), e perceber se este tipo de prática agroecológica cumpre com as dimensões basilares de compreender a agroecologia como um modo de produzir alternativo e possível para superação ao agronegócio.

As dimensões traçadas por estes autores são: **escala, social, política, econômica, ambiental, técnica, energética, administrativa, ética e de soberania alimentar**¹¹⁰. Optamos por agrupar essas dimensões mais abrangentes, que serão: **dimensão geohistórica** (histórica, política e ética); **dimensão agroecológica** (escala, social, econômica, ambiental, técnica, energética, administrativa); **dimensão socioeconômica e organizativa** (política, social, econômica e administrativa). As nossas dimensões são transversais e agrupadas funcionam dando viabilidade a **soberania alimentar**.

¹¹⁰ Essas dimensões são debatidas no capítulo 12: “Dimensões da Agroecologia” de Machado e Machado Filho (2014, p. 189). Falaremos mais detalhadamente em nossas considerações finais.

Vamos valorizar a voz dos camponeses que são produtores diretos dessa realidade de redes de solidariedade, então cada dimensão se apropriará da visão geohistórica desses sujeitos.

2.2 Mario Lago, MST e Agrofloresta: firmando as bases possíveis da reforma agrária e da agroecologia

Dimensão geohistórica

A importância das vivências e dos interlocutores no olhar a partir de Ribeirão Preto

A quebra do monopólio da terra pela luta é um processo árduo, pesado e doloroso para as pessoas que protagonizam esta luta. A partir da vivência de campo pude compreender o resultado da luta pela terra somado a luta na terra, na qualificação da vida do camponês, é fundamentalmente este processo de negociações e tensões entre classes e entre os próprios camponeses que se realizam num tempo lento.

Estudando desde a graduação o estado de São Paulo na disputa territorial entre campesinato e ruralistas era visível este processo de enfrentamento mapeado no Atlas *São Paulo Agrário* (CUBAS, 2012). No entanto, ainda não havia encontrado a oportunidade de vislumbrar o próximo passo, a produção camponesa agroecológica como forma não convencional de produção e como forma de proposição de um outro modelo de sociedade, o campesinato como modo de produzir possível e alternativo no contexto de reforma agrária.

Isto até o doutorado, quando pelo tempo e financiamento de pesquisa, essa oportunidade nos foi dada alternando o uso do tempo e dos recursos para cumprir a vivência em algumas áreas estratégicas de reforma agrária do estado. Uma pesquisa que foi construída junto com os protagonistas dela. Vislumbrando “a agroecologia, como nós a compreendemos, dispondo dos conhecimentos para superar a monocultura e quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 37).

Em nossos trabalhos de campo, acessamos a observação participante e a história oral, num processo de vivência no PDS Fazenda da Barra em Ribeirão Preto, onde coexistem três assentamentos dentro desse assentamento oficial. São eles: o Mario Lago (assentamento do MST), o Santo Dias (assentamento do MLST (Movimento de Libertação Sem-Terra)) e o

Índio Galdino (assentamento independente). São 264 famílias do MST, 160 famílias do MLST e 40 famílias do Índio Galdino, formando três territórios distintos. A vivência aconteceu em todo mês de julho de 2015 de modo específico no assentamento Mario Lago, no entanto, são áreas limítrofes que se misturam e somente são compreendidas na sua completude espacial a partir de tempos vivendo nessas áreas.

No contexto dessa primeira vivência o dia 18 de julho foi emblemático para compreender o grau da concretização do território camponês (*grados de campesinidad*) em que compartiam os conceitos de soberania alimentar e agroecologia por meio dos sistemas agroflorestais, de uma maneira específica, para pequenos lotes de reforma agrária. Podemos ver na Figura 3 a mística da manhã com participação da militância da formação, produção e direção nacional/estadual/regional. E respectivamente, o prédio onde acontecia a reunião da direção, o barracão de lavagem e beneficiamento da produção e rodas de conversa com temas de debate para os acampados que já integravam mutirões de implantação dos projetos de Agrofloresta.

Figura 3. Momento emblemático da vivência: Formação, Direção e Produção



Crédito: Tiago Cubas.

Segue um pequeno trecho do meu diário de campo explicando a Figura 3 que nos fizeram estabelecer essa experiência como forma já concretizada de projeto e não meramente como experimento:

Hoje, 18 de julho, as redes de solidariedade e resistência se materializaram em um único espaço. Sem a vivência de campo não saberia como e nem por onde projetar uma análise de relações tão profundas e complexas que se dão numa comunidade de assentamento. Depois de dez dias de reconhecimento e mais seis dias de vivência posso compreender um pouco mais sobre a potencialidade do Mario Lago no que se refere ao debate da questão agrária brasileira e especificamente a paulista. Pela manhã e tarde tivemos um encontro no Centro Sócio-Agrícola, na sede do Mario e lá estavam juntos os setores de Produção, de Formação e de Direção do MST pensando o presente e futuro da qualificação da luta, ali estavam: 1) a formação/consolidação da base dos acampamentos como forma de articular com vistas ao contexto estadual da crise sucroalcooleira e formação de uma base de militantes e de contingente de massa disposto a entrar na briga por terras, 2) a direção regional, estadual e nacional na regional de Ribeirão Preto que faz essa ligação regional-nacional, alinhada ao projeto e agenda de consolidação dos processos de lutas e *links* com outras áreas do Brasil; e 3) a produção agroecológica através do projeto SAF [Sistemas Agroflorestais], com três bases de fomento (Petrobras, Funbio e Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo), que é responsável por colocar nos trilhos a resistência camponesa não só como sobrevivência, mas como capacidade existencial, modo de vida. (DIÁRIO DE CAMPO, 18 de julho de 2015).

No Centro de Formação Sócio Agrícola “Dom Hélder Câmara” foi materializado, naqueles dias, pelos diferentes processos de resistência, organicidade e estratégias de avanço dos projetos de frente de massas-formação-produção, e a partir disso ficou explícita a qualificação desse enfrentamento de classe somado ao modo de vida camponês. O Centro de Formação expressou o símbolo de transformação social, e a Sede da antiga Fazenda da Barra, onde moravam alguns empregados na lógica de exploração do agronegócio da cana-de-açúcar, naquele momento irradiava esperança de luta no entrelaçamento de esperanças diversas. Era emblemático observar a formação de novos militantes (renovação da luta), amadurecimento e resolução dos territórios concretizados pela luta (continuidade), e ainda a maturação do projeto agroecológico agroflorestal (concretização de um novo modelo de sociedade) que através das referências de lideranças fundamentais nesse contexto tem constituído um território camponês no paradigma da agroecologia.

Foi nesse contexto da vivência do Mario Lago que conheci o trabalho dos agrofloresteiros ernestistas (relativos a Ernst Gotsh), Nelson Correa, a quem depois entrevistaria, e Namastê Messerdshmidt, com quem faria um período de vivência em outro assentamento no Vale do Ribeira (PDS Luis David Macedo em Apiaí – SP). Nelson Correa é

o pioneiro do Projeto da CooperaFloresta¹¹¹ em Barra do Turvo com famílias que eram pauperizadas e marginalizadas socialmente de pequenos produtores na região mais pobre do estado de São Paulo.

Breve geohistória da formação socioeconômica de Ribeirão Preto¹¹²

O sociólogo Frederico Firmiano (2009) produziu um estudo fundamental para compreendermos os processos históricos e geográficos a partir da formação da regional de Ribeirão Preto.

Ele explicitou que a mudança na estrutura da terra e a vinda de trabalhadores imigrantes, na mutação capitalista do trabalho escravo para o trabalho livre e a terra livre para a terra cativa, não se tratava de uma mera pressa pela inteligência cultural dos europeus como trabalhadores livres, mas especialmente, num processo acirrado de políticas de branqueamento da população, já que o contingente de “escravos libertos” e mestiços (filhos de indígenas com brancos) haveria numericamente de dar conta desse processo de transformação na essência do trabalho para o sistema capitalista. Isso se deu como discurso de uma elite agrária paulista no final do século XIX. Como afirma Firmiano (2009, p. 31), “até 1900 entraram 2.092.847 imigrantes, número inferior aos ‘braços inaproveitados pela lavoura brasileira’ que, até no final do século XIX, contava com mais de quatro milhões de forros e desclassificados”. Os imigrantes chegaram então para compor a sociedade ribeirão pretana a partir da entrada da ferrovia.

A partir de 1930, as políticas brasileiras deixam de ser exclusivamente agroexportadoras, também pela crise de 1929, mas principalmente pela guinada do novo projeto desenvolvimentista brasileiro (FIRMIANO, 2009). O campo e a cidade passam a ser dicotomias no papel, mas respaldados um pelo outro no processo de dominação e apropriação dos investimentos do Estado.

¹¹¹ A CooperaFloresta é uma cooperativa que reúne atualmente 110 famílias na região de Barra do Turvo, entre São Paulo e Paraná. A comercialização começa a partir de um projeto e curso de Ernst Gotsh em agrofloresta e desde a chegada de Nelson Correa em 1995-1996, com 30 famílias, mas a organização se consolidaria como cooperativa em 20 de maio de 2003. Mesmo antes de existir a Coopera, os Projetos Iguatu, o primeiro em 2004, e o segundo em 2008, o Agroflorestar, o primeiro em 2011 e o segundo em 2013, foram projetos que consolidaram essa experiência agroecológico agroflorestal ernestista/nelsoniana. Informações mais detalhadas em “quem somos” no site: <http://www.cooperafloresta.com/>.

¹¹² Subtópico construído somando-se as entrevistas nos anexos e alguns referenciais bibliográficos. Assim, para entender a questão da conquista da Fazenda da Barra de modo mais profundo e pessoal vá até o ANEXO 1, entrevista de Kelli Mafort e Dona Carmen, militantes que integraram o processo de conquista, consulte também o ANEXO 2.

Inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que, de um lado, penalizam a produção para exportação, mas procuram manter a capacidade de importação do sistema – dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas – e, de outra, dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura de poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas – mesmo quando os preços de exportação estão em alta – e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos de expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de “acumulação primitiva” extremamente adequado para a expansão global (OLIVEIRA apud FIRMIANO, 2009, p. 36).

Com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) em 1933, o governo Vargas, promoveu o deslocamento dessa atividade a regional de Ribeirão Preto, especialmente, numa junção do arcaico e do novo, latifundiários se encontravam e conviviam com médios agricultores e posseiros, numa movimentação de loteamento do município a partir da CAIC (Companhia Agrícola, Imigração e Colonização) em 1934.

Para Firmiano (2009, p. 40) “a revolução burguesa não exigiu ruptura radical entre condições sob as quais expandia o desenvolvimento da sociedade brasileira e as novas condições de acumulação e inserção no capitalismo mundial”. Havia instaurado-se a prática do ônus para o Estado e o bônus para os fomentadores do suposto desenvolvimento econômico brasileiro, a burguesia latifundiária. O caráter do atraso era a forma de expansão capitalista no Brasil. Nesse processo histórico, algumas famílias da classe dos latifundiários e elite ribeirão pretana se apropriaram dessa condição, “as famílias Marchesi, Biagi, Balbo, Simione e Carolo” (p. 39) – podemos acrescentar os Junqueira. A produção de cana-de-açúcar em Ribeirão Preto chegaria em 1962 através também dessas famílias que foram comprando e se apropriando de mais e mais terras nessa regional, dialogando sempre com o poder em Brasília (em seus lobbys) para manter-se destacada.

O ProAlcool em Ribeirão Preto:

Acentuou a tendência de concentração do capital pelos grandes proprietários e usineiros [conferindo-lhes força política], influiu no aspecto demográfico, promovendo movimentos migratórios para a região e acentuou o estabelecimento de novas formas de relações de trabalho. Influenciou no acesso à propriedade da terra, ao inviabilizar a sobrevivência dos pequenos proprietários e consolidou a monocultura da cana-de-açúcar [...]. A região de Ribeirão Preto foi centro preferencial do programa. Recebeu o maior volume

de investimentos e absorveu maior grau de transformação no seu espaço econômico. (GERALDO apud FIRMIANO, p. 50).

O contraste a isso nos pequenos proprietários nesse período foi que a criação da demanda pela cana-de-açúcar atraiu cada um deles para esse “redemoinho”. A indústria sucroalcooleira criada inviabilizou qualquer outro panorama de produção e/ou diversificação da produção já que a cana-de-açúcar em larga escala foi colocada pelo governo como projeto a partir do Estado e compromisso com os usineiros. Aos pequenos produtores que não aguentaram a pressão, entre as décadas de 1970 e 1980, o que restou foi vender sua propriedade e ir para a cidade, ou entorno de Ribeirão, causando um grande aumento populacional nesse período histórico (FIRMIANO, 2009).

Segundo dados do IBGE, entre 1970 e 1980 a população aumentou quase 50%, de 212 mil habitantes para 318 mil habitantes, esses números foram caindo sequencialmente; de 1980 para 1991 o crescimento percentual foi de 37%, depois caiu ainda mais de 1991 para 2000 com 15% e na última década um leve crescimento, de 2000 para 2010, para 20% o crescimento, não por acaso, coincidindo com o segundo *boom* da cana-de-açúcar no estado de São Paulo que também é no Brasil, de 2002 a 2007. Isso teve impacto não somente em Ribeirão Preto como município, mas em toda regional e em todo estado, já que muitos trabalhadores, não somente dessa região, mas de outras, como pode ser constatado nas conversas com os assentados do projeto Agroflorestral no Mario Lago, se tornaram boias-frias (WELCH; FERNANDES, 2008). Nessa combinação entre o processo industrial e a urbanização acelerada proliferam-se as áreas periféricas com populações marginalizadas e em situação de risco, combinadas com uma cidade (no seu aspecto central e bairros da região sul) voltados para a elite da Alto Mogiana consolidando esse complexo sucroalcooleiro num pacto de oligarquias (WELCH; FERNANDES, 2008).

Nesse cenário do ProAlcool com o fortalecimento daquelas famílias anteriormente citadas, especialmente os Balbo, Biagi e Marchesi, as lutas se tornaram resquícios de uma sociedade fragmentada socialmente, que segregou as lutas no seu cunho político. Até que o movimento sindical a partir do final de 1970 e começo de 1980, segundo Firmiano (2009), insurge com força nas ruas de Ribeirão, que daria apoio posterior, especialmente motivado pela CPT a greve de Guariba que se posicionou contra o aumento das ruas de corte de cana, que segundo os usineiros deveriam ir de 5 para 7, intensificando o ritmo e a exploração dos trabalhadores rurais. Esse movimento gerado em Guariba abriu espaço em todo o estado para reivindicações que foram reprimidas a pancadaria e tiros. Como já foi explicitado

anteriormente, as lutas no estado de São Paulo não surgem aí, mas a partir dessa greve, tomam uma nova alcunha, revelando um novo debate político e reformulação e adaptação da própria luta em si em fins de ditadura e começo de uma era democrática.

O impacto do governo Lula, segundo Firmiano (2009, p. 71) se deu em duas frentes:

[...] duas foram as matizes que constituíram o bloco de forças políticas do governo Lula, ambas associadas aos movimentos de globalização. Uma diz respeito à financeirização, que articula e reitera o financiamento externo de acumulação, uma vez que o processo de mundialização do capital eliminou as possibilidades de ampliação e/ou criação das fontes internas – o que ocorre segundo uma divisão de interesses, uma vez que, apesar da emergência das remunerações do sistema bancário, advindas das operações com títulos públicos, essa forma de sobrevalor interno ainda é insuficiente para inserir no processo todas as formas de acumulação internas. A implicação imediata desse movimento é expressa na penalização dos salários, já que, do ponto de vista de produtivo, os lucros financeiros são transferência de renda do setor empresarial-produtivo para o setor financeiro, ou seja, uma das formas de mais-valia, nos termos já definidos por Marx, que promove a retração da produção e da produtividade ou o aumento das taxas de exploração da força de trabalho. A outra integra o bloco dominante das forças produtivas advindas da “fronteira de mais rápida expansão do capital”: as exportações, promovidas, sobremaneira, pelo agronegócio brasileiro. Dominam os bens de tipo commodities, ramos muito concentradores, como os do agronegócio da cana-de-açúcar, que se baseia, na maioria das vezes, na exploração de mão de obra desqualificada.

Somaram-se nesse contexto de globalização do capital no complexo sistema do agronegócio no Brasil, a importância estratégica de Ribeirão Preto entre o sul de Minas Gerais e a zona metropolitana de São Paulo, além da região do Vale do Paraíba e Rio de Janeiro, com alguns capitalistas importantes no contexto da expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo como Antônio Salibe (UDOP), Antônio Pádua (UNICA) e Caio Carvalho (ABAG). As mesmas pessoas que incentivaram pelo viés particular agregado aos investimentos estatais no setor sucroalcooleiro o estabelecimento da cana-de-açúcar e do agronegócio como sistema de vida no estado de São Paulo, especialmente a partir de meados de 1990, também patrocinaram, segundo a UNICA, mais de 70 mil trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no estado. Formou-se assim, com os que não voltavam para sua terra, um exército de reserva que na verdade, em grande maioria ou ficou desempregado, na informalidade, ou passou a integrar o circuito de bairros dormitórios ou cidades dormitório na região de Ribeirão Preto (em Ribeirão Preto houve, de 2002 para 2003, um aumento de 11,74% no processo de favelamento).

Entrada e consolidação do MST em Ribeirão Preto

A emblemática luta de Guariba, não conseguiu reunir em uma única bandeira todas as insurgentes manifestações do período. Isso foi acontecer a partir da década de 1990, que como bem explica Firmiano (2009), contou com a liderança de Paulo Botelho, sindicalista ligado ao PCB, encontrando apoio na militância do Padre Chico (Francisco Vannerom) e do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), formando o que denominaram de Núcleo de Apoio a Reforma Agrária. Neusa Botelho, esposa de Paulo Botelho, e atual militante do MST, teve um papel muito importante nesse contexto, porque foi através dela, e de sua casa, que o MST, acolhido em seus militantes encontrou abrigo e uma porta para continuidade da luta. Neusa, que me acompanhou nas andanças pelos novos acampamentos, participou ativamente da formação do acampamento em Colina. Ela que foi costureira de vestidos de noiva, integrou junto com seu marido a luta pelo sindicato dos Correios, que transformou-a em uma referência política fundamental no estabelecimento da bandeira da Reforma Agrária na região do agronegócio.

Além de trabalhadores rurais advindos de vários municípios da região, contando com o apoio das organizações por meio das referências já expostas, o Sindicato dos Sapateiros de Franca também compactuou com o MST e colaborou nesse momento tão delicado e tenso. A nova ocupação aconteceu para além de Colina, se dando estrategicamente na fazenda Boa Sorte em Restinga, onde o acampamento 17 de Abril se tornou assentamento. No entanto, o processo todo foi permeado por intensas disputas internas, tensões e conflitos de liderança, já que o MST foi convidado a participar como bandeira propulsora e não como organizador central. Isso abriu brechas para a entrada do MLST e outros interesses ligados a CUT pelo Sindicato dos Sapateiros de Franca. É nesse momento de tensão que surge Kelli Mafort, enviada pela direção do MST da regional de São Paulo capital para regional de Ribeirão Preto no ano 2000.

Segundo Kelli Mafort, nesse momento, a regional de Ribeirão Preto era impensada e totalmente inacessível, por isso foram deslocados para regional de Franca para tratar dos assuntos internos da Boa Sorte. A amizade e a militância perduram até os dias de hoje, Kelli Mafort, Neusa Botelho e Frederico Daia Firmiano, foram frentes políticas fundamentais do MST, agregados na luta com Paulo Botelho, Padre Chico e Edgar Lavratti. Segundo Firmiano, outro interlocutor importante foi Said Halah que cedeu um lugar para a secretaria

do MST na cidade de Ribeirão Preto, isso foi outro fator que trouxe atenção do movimento para este município.

Depois de consolidados estes apoios, inclusive uma regional com posição física que demarcava a possibilidade de estabelecer estratégias e frentes locais, o MST com a regional de Ribeirão Preto organizou a ocupação da Fazenda Santa Clara em Serra Azul, no ano de 2000. As famílias que estavam acampadas também no município de Barretos somaram forças, e no ano seguinte foi concedida àquela área formando o assentamento Sepé Tiaraju. Firmiano (2009), em conversa com o Padre Chico, aponta que nesse período também, por ideia do padre, e apoiado pela diocese de Ribeirão Preto, formou-se no sítio Pau D'Alho (centro socioassistencial da Igreja Católica) no município de Ribeirão o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”, que hoje está alocado permanentemente na antiga sede da Fazenda da Barra e atual assentamento da Fazenda da Barra. Nesse processo de formação de quadros, pessoas valiosas para o contexto do Projeto de Cestas Agroflorestais do Mario Lago, foram recebidas, acolhidas e formadas, pessoas como Zezão, Vandeí Lima e Dona Alzira, assentados e parte importante desse projeto. Firmiano (2009) explicita a respeito da constituição do Centro de Formação:

Após uma grande reestruturação promovida pelo MST, o Centro de Formação Sócio-Agrícola inaugurou um espaço onde passaram a ser ministrados cursos em praticamente todas as áreas do conhecimento. Militantes do movimento e especialistas, acadêmicos e intelectuais convidados passaram a dialogar de forma mais contundente. São cursos técnicos vinculados a formas de produção coletivas e sustentáveis, nos quais são acentuadas a importância da agricultura orgânica e a preocupação com a preservação ecológica; teatro, música e dança em oficinas específicas; alfabetização de jovens e adultos, enfim, “uma estrutura ainda pequena frente aos aparatos de formação tradicionais do poder local, mas um espaço e uma condição importantes para o movimento social com ampla transformação como MST” (p. 97).

Um momento histórico fundamental no que é a experiência agroecológica no assentamento Mario Lago hoje. A discussão da soberania alimentar e da agroecologia ainda não davam conta de ligar os sistemas de produção, manejo, vida e comercialização como aconteceu com o projeto Agroflorestar norteados depois por Nelson Correia da CooperaFloresta. No entanto, nos faz entender que o trabalho de base não é só propaganda, nem somar de pessoas, também o é, mas é essencialmente a capacidade de formar quadros de militantes que contribuam com um projeto de sociedade marcado pela solidariedade e comprometimento social. A formação no contexto dessa regional é uma experiência genuinamente relevante. O trabalho de formação de base precisa ser resgatado como forma de

construção do sujeito pela sua coletividade e por experiências relevantes e viáveis num contexto de pouquíssimos recursos financeiros (políticas públicas) e físicos (terra e água).

A partir disso, Firmiano (2009) toca num ponto fundamental que reflete no projeto de produção deste assentamento, “a sociedade brasileira vive uma crise [profunda] de referenciais pessoais e coletivas” (p 98). A formação dessas pessoas que amparam e sustentam uma liderança fundamental no processo de lutas, apoiado por dezenas de outros militantes, marcou fortemente as relações dentro do Mario Lago.

O Mario Lago na formação das redes de lutas e solidariedade

O caso do Mario Lago, localizado em Ribeirão, antes “Califórnia Brasileira” e agora “Cidade do Agronegócio” é emblemático não por ser exceção, mas a intensificação do problema agrário brasileiro em um lugar. Essa cidade e toda sua regional foi concebida a partir do ciclo do café e da instauração de uma aristocracia histórica que permaneceu, e na verdade, se misturou e metamorfoseou em empresários do campo, controlando cidade e campo (FIRMIANO, 2009). De monocultura do café, para monocultura da cana-de-açúcar no seu primeiro ciclo produtivo de álcool, para o segundo ciclo e o seu *boom* produtivo na “era dourada” do PT lulista no poder. Nesse município, e regional, segundo Firmiano (2009) tudo gira em torno da economia e ideologia da monocultura, “na era da globalização-mundo, muitos, poderíamos dizer a grande maioria, tornaram-se excedentes, sem direitos sociais efetivados e sem garantias de uma vida digna para novas gerações que formam” (p. 16).

Nos fins da década de 1990 (seria mais apropriado dizer em 2000) o MST chegou ao território de Ribeirão Preto, pela contradição de uma população marginalizada dos seus direitos trabalhistas e em um processo profundo de desigualdade social, levados para as franjas da cidade como periferia em bairros dormitório, também pela ousadia de um movimento que havia chegado também a região do Pontal do Paranapanema. No ambiente das periferias, segundo Firmiano (2009) que as famílias conhecem o trauma da degradação material e moral como o cenário social obrigatório dos marginalizados pelo sistema. O primeiro acampamento na regional de Ribeirão Preto foi o Mario Lago, esse acampamento se territorializou nas áreas limites entre urbano e rural, com uma forte presença dessas populações das periferias.

Foi no momento dos trabalhos de base na periferia de Ribeirão Preto que o MST se encontrou com outras duas parceiras importantes. Nessa rede de solidariedade estabelecida, a

partir do ano de 2002, houve uma aproximação com duas ONGs, a primeira foi a Associação Ecológica Pau-Brasil, uma entidade ambientalista e a segunda foi a Estação Luz, uma entidade também ambientalista e com projetos de tecnologias sociais. A primeira, Associação Ecológica Pau-Brasil foi fundamental no processo da conquista do Mario Lago, porque através daquelas pessoas, os representantes do MST tomaram conhecimento de que existiam zonas de recarga do Aquífero Guarani dentro do município de Ribeirão, áreas que tinham por legislação uma necessidade de ocupação específica para a sua preservação.

Essas áreas de recarga do aquífero Guarani estavam em uma fazenda, chamada Fazenda da Barra, pertencente à Fundação Sinhá Junqueira que, posteriormente, a negociou com o empresário Roberto Guidoni. Na época, estimou-se uma área de cerca de 1780 hectares, na fronteira entre os espaços urbano e rural, que até então fora dedicado à monocultura da cana-de-açúcar, e, naquele momento, ‘se encontrava à disposição de duas empreiteiras incorporadoras que já haviam traçado o destino daquelas terras: pela sua proximidade com o perímetro urbano, seria destinada à construção de um condomínio de luxo’. (FIRMIANO, 2009, p. 106).

A conquista da fazenda da Barra em Ribeirão Preto começa, não por acaso, com muito trabalho de base, feito por meio de uma medida em agosto de 2002, do então presidente FHC através do ministro José Abrão (MDA), cadastrando os interessados pela reforma agrária no sistema de Correios e prefeituras municipais. Isso, nessa regional, aproximou o MST da sua base, as periferias e a formação de militantes para uma possível criação de campesinato. Para Firmiano (2009, p. 102) o trabalho de base explicita “espaços de produção e reprodução de sentidos sociais, elementos capazes de proporcionar um maior entendimento do processo de luta, e ainda, demonstrar que esse processo se articula também no campo das ideias, não se restringindo as transformações de bases materiais”. É isso, mas não somente. O trabalho de base coloca como central as tensões e conflitos que são ignorados no cotidiano das famílias lutadoras, carrega de significado estrutural a necessidade da luta social e da ruptura com as hegemonias. O trabalho de base é o lugar da tensão, da quebra das dicotomias e preconceitos, onde o “sangue esquenta”, e onde a cabeça fica cheia de coisas novas, que são digeridas durante anos e anos, se continuada, de uma caminhada de militância.

As tensões são o reflexo diário da luta histórica dos sem-terra no seio de uma área de especulação imobiliária entre o urbano e o rural, no atual bairro das Palmeiras, conhecido também com Ribeirão Verde, isso no começo da década de 2000. O prefeito ainda era Antônio Palocci do PT e não se movimentou para ajudar a organizar o processo de obtenção

da Fazenda da Barra¹¹³, área de interesse imobiliário. A luta prosseguiu com um coletivo do MST que a partir de 2000 organizou trabalhos de bases e arregimentou 405 famílias para ocupar a área que depois ficariam alocadas no Sítio Braghetto (entre 2000 e 2001), devido a MP 2027/2000, até a obtenção da área em 2004 para fins de reforma agrária por desapropriação.

No processo de lutas, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), por meio de lideranças oportunistas, se instalou e logrou a fragmentação das diretrizes de luta colocando mais tensão e mais famílias dentro do pacote futuro de obtenção, o que causou um problema profundo no período do alocamento das famílias que ficaram somente com 1,5 hectare em cada lote. Uma quantidade inexpressiva de terra para quem produz e principalmente deseja criar qualquer tipo de animais.

Mesmo em meio a esse montante de questões e tensões, em agosto de 2006, “veio, enfim, uma grande vitória política do movimento: a Justiça Federal de Ribeirão Preto, por meio do juiz Nelson Porfírio, autorizou o INCRA a construir o assentamento rural na antiga Fazenda da Barra. O valor de desapropriação foi fixado pelo INCRA em R\$ 23 milhões” (FIRMIANO, 2009, p. 132). Somente em 2007, um ano depois após o período de pré-assentamento, as famílias foram legitimamente assentadas.

A terra, conquistada em 2006 teve a conclusão das linhas de fomento para implantação do assentamento, e precariamente “concluída”, em 2009. Até 2013, um intenso processo de chacarização aconteceu nas áreas limites com a cidade, especialmente nos assentamentos do MLST e Índio Galdino. Para o Mario Lago foi decisivo o esforço em integrar produção e formação de novas lutas por parte da liderança do MST que nesse mesmo período histórico manteve o foco da maioria das famílias assentadas.

Como já havia sido colocado, no PDS Fazenda da Barra em Ribeirão Preto coexistem hoje três assentamentos dentro de um assentamento oficial, são eles: o Mario Lago (assentamento do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o Santo Dias (assentamento do MLST – Movimento de Libertação Sem-Terra) e o Índio Galdino (assentamento independente). São 264 famílias do MST, 160 famílias do MLST e 40 famílias do Índio Galdino, formando três territórios distintos.

A Figura 4 explicita as geografias do agronegócio e do campesinato assentado. É importante destacar a diferença dessas geografagens, a geografia camponesa e da geografia do agronegócio, refletida na apropriação dos seus territórios que a produção política do espaço. É

¹¹³ Área, a época, com uma imensa dívida pública e que iria a leilão para o processo começar os tramites legais por adjudicação.

a transformação da paisagem monocromática da cana-de-açúcar, de um solo pauperizado, duro e que provocou uma praga de insetos que ainda ataca os lotes dos assentados, para uma paisagem diversa de gentes e de natureza, a recuperação desse solo, do replantio no leito do rio Pardo e dos seus afluentes que passam dentro do assentamento, e no reflorestamento de 35% da área total do assentamento na abordagem agroflorestal. É a apropriação da terra pelo camponês que além da racionalizar o seu uso, traz vida.

Figura 4. A geografia do agronegócio da cana (2000) e do campesinato assentado (2016)



Fonte: INCRA (2000) e Google Earth (2016). **Org.** Tiago E. A. Cubas.

O projeto de assentamento só foi liberado pelo Estado via PDS. O PDS era o projeto possível porque o território se situava em área de Recarga do Aquífero Guarani e por margear o Rio Pardo tinha diversas áreas de APP (Área de Preservação Permanente). O que demandou um acordo de compromisso ambiental, o TAC. A dimensão agroecológica e especialmente a Agrofloresta como manejo foi fundamental para cumprir as metas de reflorestamento que recuperava as APPs e áreas de Reserva, além de equilibrar novamente o solo já tão frágil e empobrecido pela intensa produção de cana durante mais de 10 anos (LIMA, 2010).

Há atualmente uma intensa atuação em cinco frentes de acampamentos apoiados e fortalecidos a partir da rede de lutas do MST. São eles: Alexandra Kollontai com sete anos de lutas (292 famílias em Serra Azul) na Figura 5, Irmã Dorothy com um ano e meio de lutas (68 famílias em Restinga) na Figura 6, Vanderlei Caixe com 3 anos de lutas (12 famílias em Salles Oliveira) na Figura 7, Paulo Botelho “Sitinho” com 1 ano e meio de lutas (88 famílias em Ribeirão Preto) e Ilda Silva com 2 anos e meio de lutas (42 famílias em Ribeirão Preto) na Figura 8.

Figura 5. Acampamento Alexandra Kollontai em Serra Azul



Crédito: Tiago Cubas.

Figura 6. Acampamento Irmã Doroty em Restinga



Crédito: Tiago Cubas.

Figura 7. Acampamento Vanderlei Caixe em Salles de Oliveira



Crédito: Tiago Cubas.

Figura 8. Acampamentos Paulo Botelho (fotos acima) e Ilda Silva (fotos abaixo) em Ribeirão Preto



Crédito: Tiago Cubas.

Para Fernandes (2001) o acampamento é o espaço por excelência da socialização política, visto que, esse espaço de socialização política se desdobra também no território camponês, com mais fluidez pela incerteza dos arranjos estratégicos e da repressão por parte do Estado e dos latifundiários. Um lugar repleto de luta e de tensões onde a consciência individual é constantemente confrontada em razão da consciência coletiva.

O acampamento é lugar de mobilização constante. Além de espaço de luta e resistência é também espaço interativo e espaço comunicativo. Essas três dimensões do espaço de socialização política desenvolvem-se no acampamento em diferentes situações. A sustentação dos acampamentos é uma forma de pressão para reivindicar o assentamento. E essa é uma prática do MST, garantir o acampamento até que todas as famílias sejam assentadas. Para os outros movimentos, essa prática não é tão permanente. Muitas vezes negociam com o governo o assentamento e acreditando nas promessas, as famílias retornam para seus municípios” (FERNANDES, 2001, p. 13-14).

Resistência, uma (r)existência para os marginalizados socialmente, o acampamento dá visibilidade a quem era invisível, a **interação** com a diversidade dos níveis e histórias de lutas, das lideranças aos assentados no processo de formação, e **comunicativo** porque da voz

como iguais a todas e todos. Há uma tensão entre lideranças e acampados para garantir uma vida em comunidade legítima e um comparecimento nas tarefas encorajando os diferentes níveis de responsabilidade. Não me esqueço de uma frase da sem-terra Kelli Mafort, “em briga de marido e mulher não se mete a colher?! Não, não. Em briga de marido e mulher se mete a colher, o garfo e a faca”. Como aponta Fernandes (2001) o acampamento é uma forma de pressão, com certeza, no entanto, no contexto do MST não deveria ser somente isto, quando não há carência de recursos humanos no setor de formação, o acampamento já passa a se tornar o território camponês simbólico.

A rede de lutas a partir do Mario Lago, ainda daria outra guinada depois de 2013, quando há a expansão do modo de viver agroflorestal por meio de Nelson Correia e Namastê Messerschmidt, agrofloresteiros que passam a integrar como aliados e militantes o quadro de produção do MST. Então partir do projeto começado entre MST e CooperaFloresta surgem novos elementos da formação da territorial do Mario Lago que influenciou diretamente na formação dessas redes de lutas nos acampamentos, novos trabalhos de base e a rede de solidariedade que se concretizou especialmente na pessoa do agrofloresteiro Nelson Correia. Se desdobrando hoje em outras jovens referências de agrofloresta assentadas.

Assim, a agroecologia neste assentamento entrou em cena pela agrofloresta numa experiência específica para áreas de reforma agrária e com presença forte e necessária da coordenação do MST, a agroecologia agroflorestal foi como um refrigerio dentro de uma luta que pede e toma a vida das pessoas. A agroecologia naquele contexto se revelou como a criatividade e flexibilidade dos “conhecimentos [camponeses] para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 37). Não só a terra, não só rompimento, mas a reconstrução do homem e da terra na simbiose agroflorestal que é constantemente fomentada nos processos de lutas e uma revitalização do trabalho de base.

Nelson coordenou o projeto agroecológico de SAFs (Sistemas Agroflorestais) que deu origem a experiência do Mario Lago como a primeira e a atual referência no estado de São Paulo nesse sistema para reforma agrária. Houve um tempo de vivência, tentativas, erros e acertos na implantação, implantações e consolidação até 2014 desses SAFs. Recentemente (setembro de 2015) Nelson Correa e Namastê Messerdshmidt passaram a integrar o quadro de Produção do MST para expandir a rede de solidariedade¹¹⁴ de agroflorestas pelo estado.

¹¹⁴ O Projeto Agroflorestar II em fase de encerramento está em Ribeirão Preto (PDS Mario Lago) e partir de Ribeirão Preto nos assentamentos em: Apiaí (PDS Prof. Luiz David de Macedo), Itapeva (PA Fazenda Pirituba II

Nelson reside agora no assentamento do Contestado na Lapa (PR) e Namastê, sem residência fixa, vive o ensino da agrofloresta ernestista/nelsoniana nos assentamentos de reforma agrária do MST tanto no estado de São Paulo como no Paraná, e por todo Brasil e América Latina. Para compreender melhor as redes em formação e as conexões espaciais é imprescindível dar visibilidade a voz de Nelson Correia que aconterá na sequência, dimensão agroecológica.

Dimensão agroecológica

Pequena história crítica da agroecologia agroflorestal brasileira na voz de Nelson Correa¹¹⁵

Figura 9. Com Nelson Correa, ligando os pontos: da parceria entre MST e Agrofloresteiros até a construção da pesquisa



Crédito: Tiago Cubas.

– Agrovilas I, IV, V e VI), Iaras (PA Zumbi dos Palmares, PA Rosa Luxemburgo e PA Loiva Lourdes), Itapetininga (PA Carlos Lacerda), Promissão (PA Fazenda Reunidas) e Gália (PA Luiz Beltrame).

¹¹⁵ Trecho da Entrevista – 21 de setembro de 2015

Entrevistado: Nelson Correa (NC)

Entrevistador: Tiago Cubas (TC)

Local: Em sua antiga casa na Barra do Turvo, junto aos cooperados da CooperaFloresta. Nelson é referência na aplicação de sistemas agroflorestais no Brasil – às 11 horas em sítio próprio, Barra do Turvo-SP.

Introdução: a pequena história pessoal de Nelson Correa

Tiago Cubas: Agradeço pela oportunidade de me receber aqui na sua casa em Barra do Turvo. Pra começar quero que você fale sobre sua história pessoal, aquilo que você considerar importante no contexto da sua vida, sua formação, contato com a agroecologia, com a vivência de agroflorestas, o projeto da CooperaFloresta e depois disso com o MST.

Nelson Correia: Você está me perguntando sobre a minha história, então, eu vou ter que passar por uma trajetória relativamente longa, não tão conectada com a história atual, mas que é de fundamental importância. Eu nasci na cidade do Rio de Janeiro, fui criado lá, e com 17 ou 18 anos acabei passando em uma faculdade. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Física, aí acabei indo visitar o campi, e como cheguei meio que por acaso naquele lugar, acabei me matriculando de novo no curso de física, mas cheguei a dar uma andada pela Sociologia, por vários outros cursos, e assim, estava muito indeciso ainda. Mas não durou tanto, depois disso, tive uma passagem pelo Teatro na Unicamp, e depois sai da escola, e imaginei que nunca mais eu iria, que a academia não era aquilo que eu queria ser na minha vida. Fui para o Nordeste, fui pescador uns tempos, vivi de artesanato, e depois de algum tempo acabei vindo para o sul do país, morando num sítio, em Visconde Mauá. Trabalhei no Banco do Brasil, fui bancário dois anos, comprei um pequeno sítio, e iniciei na agricultura como um sitiante, como agricultor numa comunidade muito isolada. A pessoa que tinha maior escolaridade depois de mim tinha o terceiro primário e dava aulas a todas as outras pessoas da área. Comunidade a 1700 metros de altitude. E isso uns dez anos depois de ter saído da escola, eu não achava muito que iria novamente para a universidade, então resolvi, mas ao mesmo tempo achei que deveria aprender mais, algo sobre culturas, isso aproximadamente entre 1986 e 1988, aí eu acabei indo fazer um estágio lá nos biodinâmicos, em Botucatu. Aí também acabando por fazer um curso fundamental de Agricultura Biodinâmica, e aí foi o primeiro contato com os conceitos de Agroflorestas foi nesse curso de Biodinâmica. Daí veio uma pessoa que trabalhava com árvores na África. Quando eu vi aquelas árvores, assim, plantadas em fila, eu achei que aquilo era uma coisa muito importante, que eu iria me dedicar aquilo.

Assim eu fiz o primeiro ano na escola, junto com o curso de Agricultura Biodinâmica, mas nesse primeiro ano eu sentia uma coisa muito estranha, esquisita, quase não ia na aula também. Mas já no segundo ano eu entrei num grupo de agroecologia da escola, foi isso que

me deu base para passar a minha vida dentro dessa escola. Essa escola que eu estou falando agora era a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Embora eu tivesse morado muito tempo fora do Rio de Janeiro, tendo contato com Botucatu, eu acabei indo estudar lá. Então nessa escola, eu tive uma atuação muito forte, e, vamos dizer, já com essa visão da agrofloresta. Então, desde que eu vi as árvores no primeiro ano, nunca mais imaginei uma agricultura que não fosse dessa forma. E ao mesmo tempo, nós tivemos alguma atuação nos assentamentos no entorno da escola, no entanto, não tinha essa ligação de hoje, mas, estava sofrendo um processo de formação. Depois disso fui até a congresso, a gente trazia muita gente, palestras, e particularmente, desde o início já nos encantou, desde os primeiros relatos, a experiência do suíço, Ernst, mas eu prefiro chamar de Ernesto

As amizades e influências de Ernst Gotsh e de Osvaldinho da CATI, o início da CooperaFloresta

Depois você coloca certinho o nome dele porque eu não sei falar alemão e aí fica difícil. Mas assim o Ernesto, do que eu entendi, eu me lembro da primeira vez que uns estudantes alemães chegaram lá, Agroecologia Natural, e falamos assim, a gente foi procurar um cara que fazia agrofloresta, e chegamos lá encontramos um maluco com o motosserra, aí pensamos “erramos o lugar”, depois fomos ver, “era lá mesmo”, era isso mesmo. E toda a dinâmica da floresta que Ernesto traz, aquilo era uma coisa muito encantadora. Eu também fui estagiário numa escola no Espírito Santo que era uma referência muito importante nos Sistemas Agroflorestais [SAFs], uma escola de primeiro grau, e os alunos tinham uma parte prática, e tinha uma equipe responsável na escola, havia muitos encontros com movimentos sociais, que passavam bastante por ali e também da questão da agrofloresta.

Eu estava lá por causa de um padre que me aconselhou, e eu disse, “pra onde que eu vou?”. E ele falou, “você vai pra Boa Esperança no Espírito Santo”, e nessa época eu já era muito determinado ao que faria, que minha vida giraria em torno da agrofloresta. Me formei então com 39 anos de idade, mas sempre fui determinado a isso, alonguei minha formação, porque tranquei matrícula, apesar de já estar tarde, tranquei matrícula, fui fazer estágio, fiquei 1 ano e meio no Espírito Santo, também atuava nas comunidades ali... bom, vamos chegando agora.

Deixa eu falar um pouco de Ernesto, logo recém formado, eu fui fazer um estágio com Ernesto, e cheguei aqui na Barra do Turvo, com poucos meses de formado, uns dois meses de

formado. Tinha um agrônomo aqui, Osvaldinho, trabalhava na CATI. E ele trouxe Ernesto para dar um curso aqui. Osvaldinho tinha conhecido ele um ano antes, eu ainda era estudante. E esse curso foi realizado em 1996 aqui na Barra do Turvo. Eu falei para o Osvaldinho que eu queria fazer estágio em Barra do Turvo, ainda na universidade, que queria fazer um curso com Ernesto, e ele já estava com o mestre, então a gente acabou marcando um estágio no final do ano, e pensamos, enquanto isso vamos trabalhar aqui. Então eu trabalhei os primeiros anos aqui. Um dos motivos foi que esse lugar aqui, se a gente pegar a definição legal do tipo de agricultura que eles fazem eu vou ser obrigado a dizer que são Sistemas Agroflorestais, a agricultura histórica aqui, porque ela tem um componente florestal, um tempo de floresta que é o repouso da terra. Até o pessoal costuma dizer que é derrubada e queima, mas na verdade não é, é o pousio, a recuperação da fertilidade e a entrega para os processos naturais. Então eu percebi que era muito fácil para essa população compreender o princípio agroflorestal. E assim, que na realidade eles já compreendiam, ele já faziam, mas, naturalmente, eles tinham outras propostas, queimada. Então, a gente via um grande potencial aqui, Osvaldinho também enxergava isso, piamente.

E desde o início da proposta aqui nós entramos com a questão de mercado, para conseguir viver da agricultura. Aqui na região, anteriormente, tinha tido um ciclo do feijão, mas o feijão foi na formação das grandes fazendas, o movimento de cercamento dos campos da Barra do Turvo aconteceu na década de 60, no século XX. Vamos dizer que isso foi um processo nacional, e eu já ouvi, de pessoas que estão relacionadas ao MST, que o Brasil é um país grilado. Então eu digo que as terras foram griladas na década de 1960 na sua maioria, e os camponeses perderam a possibilidade de fazer a agricultura que eles faziam, que era uma agricultura itinerante. Iam com a família, conheciam os sinais ambientais, da fertilidade, depois deixavam um pousio de pelo menos 10 anos, pra depois fazer de novo, e a base dessa agricultura tinha sido desestruturada. Uma pela formação das grandes fazendas, que foi um ciclo de feijão, mas na verdade foi assim, você pode plantar o feijão, mas tem que soltar a braqueária junto. E aqui isso é chamado as “últimas lavouras” aqui pra nós. E então, até os compradores deixaram de vir à cidade, então a turma não tinha nenhuma possibilidade de comercializar. Assim, a gente desde o início teve aquela visão que pra fazer agroflorestal precisa ter um mecanismo de poder viver, se diferenciar e ofertar um produto diferente. Um pouco essa ideia de, é quase feio o nome consumidor, a pessoa é um consumidor, que história é essa? A pessoa vive como qualquer outro e precisa se alimentar, essa pessoa é nosso

parceiro na execução do nosso projeto de vida, e ele vai se alimentar com os produtos aqui produzidos.

E essa visão foi muito forte, e a visão da organização pessoal também. E antes de eu vir, eles tinham muitas ações, por exemplo, o mutirão, foi muito importante como ferramenta de organização da comunidade, da CooperaFloresta. O resgate do mutirão. Mas, vamos dizer, não havia organização para fazer a comercialização conjunta, então a Coopera se fundou na questão do mutirão, questão de trabalho conjunto para comercialização.

Não só para comercialização, mas várias pessoas aqui, compreenderam da mesma forma que eu e o Osvaldinho sentia, e a gente sentia que desde o início do entendimento, que era um sentimento meio apocalíptico. A gente olha e não precisava ver o ano passado para saber que não vai ter água mais. É claro que não vai ter água pra humanidade do jeito que o mundo está montado, não tem como. As florestas são as glândulas sudoríparas do planeta, na continentalidade, a cada 6 chuvas, 5 vem da floresta, as florestas fazem que fiquem 5% de matéria orgânica no solo, e com esses 5% tem o trabalho da vida, e da fisiologia do planeta a fertilidade da terra e também a capacidade armazenar águas e lentamente suprir as nascentes e rios. Se você faz um jeito de explorar as coisas que termina essa capacidade da floresta, se pra fazer agricultura a gente precisa terminar com a função fisiológica da floresta, é claro que vai parar de armazenar água e vai parar também de ter o fluxo da chuva. Tem um monte de problemas ambientais, mas é claro que o maior deles é a água.

A práxis de Ernesto em agroflorestas para o Brasil: natureza incrível versus agricultura miserável

Então a gente tinha certeza absoluta de que a agricultura seria mortal, nesse contexto vamos resgatar um pouco de Ernesto pra não ficar tão confuso, essa pessoa, no meu entendimento da história dele, ele é um suíço de língua alemã, ele veio ao Brasil há uns 40 anos atrás, e o que impressionou ele foi o contraste entre uma natureza pujante, maravilhosamente fértil, rica, e uma agricultura miserável. Ele pensou, “mas como pode as duas coisas ao mesmo tempo? Uma natureza incrível e uma agricultura na miséria?”. E aí, essa pessoa, ele foi viver na Costa Rica, e lá na Costa Rica ele relata uma experiência, que ele estava em uma fazenda e vieram um grupo de indígenas locais, e, era uma lavoura, mas também um ato religioso, então, eles fizeram um plantio de feijão debaixo de uma seiva petranda, naturalmente uma árvore que deveria ser milenar. E debaixo dessa seiva petranda

tinha muitas outras, ingazeiras, muitas espécies vegetais que ali e eles cortavam e podavam, e a seiva perdia as folhas, e no momento em que ela perde as folhas, os indígenas faziam o plantio de feijão debaixo daquela seiva e com muita poda. E assim, Ernesto pediu para participar.

Não sei especificamente como foram a ordem das coisas, tenha até medo de ofendê-lo, ele é uma personalidade muito forte. Então dá medo de falar, mas também não falar seria injusto. Então, no meu sentimento, Ernesto bebeu do coração e da alma da América. Mas ele também um “prático”, essa palavra não é muito usual, mas ela deveria ser usual, porque na ciência moderna, ali pelo lado da física, eu parei um pouco também na filosofia da ciência, aqueles tempo lá dos meus primeiros cursos, um amigo que estudava comigo é filósofo. Então assim, essa coisa de teoria do conhecimento, eu tenho absoluta certeza e convicção, de que a ciência moderna ela considera que as coisas vem da prática, do experimental. E hoje isso é muito estranho porque os acadêmicos se referem a algumas pessoas como, “essa pessoa é um prático”, mas desvalorizando a capacidade daquele prático ser teórico; onde Marx elabora um conceito de práxis onde é obvio que a boa teoria é aquela que interage o tempo inteiro com a prática.

Então eu diria que Ernesto, ele é um dos maiores teóricos, no ramo da agricultura e da biologia, ele é um dos maiores teóricos, talvez um dia o mundo reconheça a grandeza de Ernesto nesse sentido. Porque ele realmente teorizou, e continua teorizando e muda suas teorias o tempo inteiro, em como funciona a vida e na interação que você pode ter com ela na agricultura.

Teleologia da Agrofloresta Nelsoniana: a natureza que caminha perfeita e inteligente

Porque na realidade quando estamos falando de Sistemas Agroflorestais, tem duas coisas aí, nós não estamos falando simplesmente em plantar árvores no meio da lavoura, existe um conceito muito mais profundo aí de como funciona a vida, que também pra mim, na tradução que eu faço de Ernesto, pode ser que ele não goste, mas eu também sou gente, é algo assim, eu falo com o povo brasileiro, o povo brasileiro é extremamente religioso, e eu também, cada um com sua particularidade e jeito de ser, eu percebo que tem um grande discussão nisso, a questão da finalidade da ciência, a teleologia. E a questão é: se o mundo é teleológico ou não? Ele é. Eu não sei explicar como, mas acredito que é, também os povos da

América acreditam que é, e Ernesto claramente acredita que é. Toda a natureza trabalha inteligente, coordenadamente, só que ele não fala a palavra Deus, não fala que isso mostra a onipresença de Deus em toda a natureza. E pra mim, eu até compreendo, já tive situações de o agricultor falar assim: “Ernesto não acredita em Deus”, aí eu digo assim, “não, não é bem assim, é jeito que ele se expressa é que é outro”. Mas na verdade, não tem como explicar agroflorestal para brasileiro, camponês brasileiro sem falar de Deus, da onipresença de Deus, claro, que pra eles, não dá pra falar nem se esse palavrão, onipresença. Digo assim: “que Deus está em todas as coisas”, “como diz a bíblia, levanta a madeira, lá estou eu”. Aliás, vamos juntando coisas positivas, a contribuição que o Papa Francisco com aquela maravilhosa encíclica¹¹⁶. Tem dentro da encíclica do Papa, até queria ter citado nesse último material do Agroflorestar, mas conversando com um amigo, mais experiente, ele achou melhor como ficou. Deus nos fez tão intrinsecamente ligados ao mundo que a desertificação do solo representa uma doença para cada um de nós.

Ele, o Papa, fala uma coisa que é bastante clara, não existe uma crise ambiental e uma social, existe uma crise socioambiental, essas coisas estão intrinsecamente ligadas. Mas é assim, não sei se eu estou, pode ser que a contribuição que a agroflorestal esteja dando não tenha nada a ver com o que estou dizendo, mas eu acho isso particularmente importante no conteúdo desse momento. Você pode achar que eu estou perdendo muito tempo falando dessas coisas, mas muitas pessoas me abraçam e falam, “nunca vi um técnico falando de Deus como você”. E na verdade eu não consigo entender a agroflorestal ernestista sem o coração da América. Um indígena americano que nos legou a terra preta de índio, se você pegar a ciência hoje, reconhece, que aqueles 2 metros de solo de terra com cacos de cerâmica que encontram-se na Amazônia e em vários lugares são antropogênicos, mas não são explicados, que jeito que o índio fez terra preta?! Ernesto não concorda com isso, mas eu não consigo ver outra origem que não a prática da agrofloresta. Que é a prática, de quando os portugueses chegaram, da carta do Caminha, está escrito, esses homens são mais fortes do que nós por mais tribos que nós comamos, mas diz também que eles não cultivavam a terra e nem criavam animais, só comem desse inhame que por todo espaço está. Obviamente que era um plantio, o inhame que significava mandioca, indicava que era o indígena que plantava e das árvores que por cima davam seus frutos. Como se o índio não tivesse, não plantasse aquelas árvores, é algo comprovado de que é antropogênico. Alguns outros trabalhos, dá uma certa direção de

¹¹⁶ Encíclica de 24 de maio de 2015 do papa Francisco. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

que havia um plano de manejo, o indígena morava próximo, no caso era o caiapó, é claro que existem diversas etnias, diversos comportamentos, mas eu creio que sempre comportamentos muito próximos a ação do restante da criação que é sempre orgânico, o mundo, o planeta são orgânicos.

Embora possa parecer individual, nesses aspectos que nós estamos falando dos indígenas que plantavam lavouras anuais com árvores que vão produzir frutas daqui há 10 anos, daqui há 15, há 30, há 50, há 100. E aí manejavam aquilo mais intensamente tendo que morar próximo, depois eles se mudavam para mais longe e aquilo virava área de caça. Porque você plantou o alimento, e na realidade, costume dizer que os índios eram... o Caminha diz que não, mas na realidade eram agricultores e pecuaristas, que criavam animais, é claro que animais sem cerca, com um sistema de abate extremamente elegante do ponto de vista energético e nobre, assim, deixa o bicho ter uma vida feliz e depois abate com uma “setadinha” rápida, então assim. Eu vejo assim, que tem um fundamento nessa agricultura, hoje que está fazendo, ou o que a gente procurou fazer na CooperaFloresta é mais próximo a toda essa história de criar o animal silvestre e tal. Acho que isso tem esse elemento, tem esse elemento por trás, e temos que falar desse elemento, mas temos que trabalhar minimamente essa interação com o ponto civilizatório.

Da Horta a Floresta: “Ou você se alia ao capetal, ou se alia a Deus”

Então por exemplo, não tem como eu chegar lá no assentamento, em Itapeva, onde o pessoal está plantando o feijão convencional e propor o sistema manual, não tem como. Nós precisamos trabalhar Sistemas Agroflorestais com árvores, não só com árvores, mas com a dinâmica da floresta. Você assistiu um vídeo muito recente que está disponível na internet e se chama assim “Da horta à floresta”¹¹⁷.

TC: De um produtor de Brasília?!

NC: Isso. Aquela dinâmica, a dinâmica florestal que acontece só que no ritmo da natureza, porém, com o ser humano interagindo ele pode dinamizar o ritmo. Mas é justamente essa dinâmica que eu considero ideal, sem querer ser exclusivo, mas sim, precisamos ser inclusivos, incluindo outras pessoas pra trabalhar na proposta. Mas o que existe de fato muito forte na proposta do Ernesto é o entendimento da dinâmica da floresta. Então quando nós estamos falando em floresta, já estamos falando em floresta com capim, com alface, com

¹¹⁷ Da Agenda Gotsh. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L74uEMigFCE>.

rabanete que você tem em 20 dias, e não deixa de ser floresta porque nós estamos trabalhando a dinâmica e também o conceito que eu tenho, principalmente após a aproximação com o MST, de que “ou você alia ao capetal, ou você se ali a Deus” para produzir, não tem outro jeito. Ou você confia em Deus e entende que Deus produz de uma forma, pela graça, é uma coisa que anda pela graça e você tem fé nisso, e fortalece isso, ou você vai ter que se basear no sistema capetal. E eu falo capetal, como uma brincadeira, mas eu vejo tanta lógica nela que eu estou meio que apaixonado por ela. Mas na verdade, procurando onde começou a agrofloresta, e como a gente tem uma comparação ecos no nosso organismo, como um organismo formado por 1 quadrilhão de seres individuais, 100 trilhões de células aproximadamente, cada ser desse tem vida individual, cada célula tem vida individual, se alimenta, tem uma estrutura que até se parece com a muscular, tem uma estrutura para respiração, para digestão, a célula é um indivíduo do corpo, ou mais grossamente, que caga, come e respira, e se reproduz. Então, é um bichinho. Acho que na escola haveria um grande ganho se ensinassem que célula é um “serzinho”, um “homemzinho”, uma “mulherzinha”, um “serzinho”, e que é um milagre da vida.

Organismos em cooperação: biologia da Crença de Bruce Lipton

Na verdade eu recomendo a leitura de um livro que se chama Biologia da Crença, de Bruce Lipton, ele era um biologista celular. E quando ele viu no microscópio aquele bichinho pulando, ele achou que estava diante do milagre da vida, da explicação da vida, do fundamento da vida, e na verdade, eu também tenho essa sensação de que a compreensão da organicidade é a chave para que a gente inclusive possa continuar fazendo parte dessa organicidade. Uma coisa é entender que o planeta e o universo são um organismo, alias essa palavra une dois conceitos, unidade e diversidade, na diversidade aparente do mundo existe uma unidade, existe uma organicidade. Eu considero que as formas, que os conceitos, que a gente tem tentado trabalhar, e está por trás das nossas práticas, trabalhadas ali no Mario Lago e em todos os lugares onde estamos, procurar trazer sempre a percepção da organicidade do mundo. E é claro, de modo a adequar e favorecer os processos sociais.

Apesar de ser perigoso, transcrever processos que vem da biologia para o âmbito social, e nós pagamos preços altíssimos por isso, por fazer isso enquanto humanidade. Nós pagamos um preço imenso em pensar que sociedade pode ser baseada na competição e não na cooperação. Se caso contrário, a gente compreender que a regra da vida é a cooperação, acaba

influenciando no fortalecimento do caráter orgânico que o mundo precisa ter do ponto de vista social. A gente precisa compreender que assim como meu corpo, a regra é “ama teu próximo como a ti mesmo”, porque o coração e o fígado são parte do mesmo corpo, que na sociedade, isso deveria ser o que amalgama a mesma sociedade, não nessa sociedade capitalista. Para pensar um pouco na história da agrofloresta, pensar, como então que começou a agrofloresta? Isso é naturalmente uma resposta que não tem uma única resposta correta. Então uma das respostas, uma das coisas que eu penso que é começou a 4 milhões e meio de anos atrás, quando a atmosfera era irrespirável, os primeiros organismos trabalharam para que cada geração pudesse melhorar o ambiente, para que a geração seguinte pudesse fazer o trabalho ainda mais perfeito, e assim, como uma regra geral houve um trabalho de formação do ambiente, ou uma evolução fisiológica. Mas também uma outra resposta pra mim, é aquela resposta bíblica, o tempo que se fazia agrofloresta se chama paraíso.

Do paraíso a babilônia

Nesse tempo, o paraíso, há um rompimento, uma coisa que pra mim é um mistério, não tenho mágoas por isso. O ser humano teve o chamado livre arbítrio. Eu lembro uma vez que veio uma turma da Esalq e aí também veio uma turma da França, vem muita gente aqui pra ver agrofloresta. Aí recebemos esses grupos, aí teve um francês que disse: “você não deveria misturar ciência com religião”, eu não dei uma resposta assim mais brutal, porque tinha agricultores na frente de todos, era um ambiente que não dava para fazer uma guerra intelectual. Na verdade, a filosofia da ciência, da epistemologia, me autoriza completamente, é um equívoco do ponto de vista científico separar essas coisas. Eu fui pelo lado diplomático, disse, “o que estou falando aqui é porque eu sou o porta-voz do meu povo, o meu povo sente assim, agora se você não sente; nós pensamos que as coisas são desse jeito”.

Isso é estranho, mas simultaneamente faz um sentido enorme, porque toda a natureza, eu tenho uma convicção muito grande, é claro que isso é pessoal, porque gente só enxerga o que está preparado para enxergar, como um paradigma. E de acordo com os paradigmas que eu tenho eu vou poder ou não enxergar determinadas coisas. Então, faz parte do paradigma de agroflorestas que a gente trabalha o sentimento de que a natureza sempre trabalha inteligentemente, coordenada, conscientemente, toda ela, no sentido de melhorar o ambiente. Então quando uma formiga corta a sua planta você tem que se ajoelhar e dizer: “obrigado meu Pai que se manifesta através dessa formiga, por cortares a minha planta, porque eu sei que Tu

estás fazendo isso para o meu bem, vou procurar entender porque Tu cortares”, e aí eu vou pensar, talvez a laranjeira não seja a melhor planta para trabalhar nessas condições ambientais que você plantou ela, de repente, nessas condições, uma assa-peixe seria melhor, uma braquiária, e Deus sabe disso. Para que a laranjeira possa ser o melhor trabalhador para melhorar o ambiente nessas condições, precisaria que o solo tivesse cobertura, que tivesse que não fosse laranjeira de estrato médio, mas de estrato baixo, se fosse estrato alto precisaria estar muito aberto.

Existem várias coisas que fazem com que Deus perceba que seria melhor retirar esse e colocar outra que seria melhor nesse lugar, e é claro que eu posso explicar isso de outra forma, teoria da trofobiose¹¹⁸ que mostra que quando uma planta não tem uma condição perfeita para um ambiente ela faz seu corpo com imperfeição e aí os pedaços mal grudados um no outro, e aí a praga veio sem um serrote para cortar os pedaços, ou de uma maneira mais sofisticada, a planta está em proteólise e também em proteossíntese. Proteólise é quando ela está com os aminoácidos disponíveis na seiva e assim a formiga entende que ela é bom alimento pra ela e come. Quer dizer, se pode ir desde uma maneira mais egoísta de ver, até uma maneira mais orgânica de ver, explicar assim o mesmo fato, o mesmo processo. E assim tudo se junto se você tem uma visão um pouco mais sistêmica. A agrofloresta está junto dessa visão sistêmica, dessa visão e dessa fé também, e eu particularmente, opto, por expressar isso através da religiosidade, através do entendimento da presença de Deus na natureza, de uma inteligência governadora. Porque o intelectual talvez, nesse ponto, tenha dificuldade de compreender. O acadêmico, as vezes, vai ter dificuldade de compreender, porém, um agricultor na maioria das vezes não tem nenhuma dificuldade de compreender isso. Compreende, aceita, e isso reforça nele, isso auxilia a formar um outro olhar sobre a sua lavoura, se você relembra e trabalha sobre a presença de Deus na natureza.

Biblicamente, podemos lembrar do Jardim do Éden, e aí tem um personagem, e ele é tão ilustrativo que eu costumo até fazer um teatrinho, teatro também está na minha história de vida, porque eu já até quis ser ator. Esse teatrinho eu imito um personagem que fala assim: “que negócio de organismo que nada, larga de ser bobo, que história de fazer ao outro que nada, pensa só em você mesmo, que organismo que nada, deixa de ser idiota, pensa só em

¹¹⁸ “Francis Chaboussou formulou, em 1967, a teoria da trofobiose, ao afirmar que todo processo vital está na dependência da da satisfação das necessidades dos organismos vivos, sejam eles vegetais ou animais, ou seja, a planta, ou mais precisamente o órgão vegetal, será atacado somente quando seu estado bioquímico, determinado pela natureza e pelo teor de substâncias nutritivas solúveis, corresponder às exigências tróficas (de alimentação) da praga ou do patógeno em questão” (p. 17). Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Trofobiose.pdf>.

você mesmo, você é o cara, você é o cara, você é o bom, não faz para os outros não”. Só de falar isso o pessoal já sabe qual é a personagem que eu estou tratando, e que tem muito haver com o sistema aqui instaurado.

Criacionismo florestal

Acho que não por coincidência, eu fui falar lá no Mario Lago do negócio do Adão, aí eu lembrei do outro Adão que tem na história, e aí eu fui na internet procurar. Um site que eu encontrei falou, do hebraico, homem de barro, só, que outro falou que Adão veio do sânscrito, língua sagrada. E essa palavra vem de dois radicais, Ad e Am (ou Ham), que significa primeiro ego, e aí pra mim fez todo o sentido, porque biblicamente Adão é o primeiro ser humano que se afastou da ordem cósmica. Uma coisa era seguir a Deus, e o que seria seguir a Deus, seguir a organicidade do sistema, viver em comum com os outros, entender que o mundo é orgânico, trabalhar para organicidade e não pensar somente em si como indivíduo. Então, primeiro, se aparta dessa ordem cósmica, e passa a querer ter uma coisa individual, uma consciência individualizada. Isso também tem relação com o livre arbítrio, aquele que vive para o conjunto vive para o organismo, o coração não vai decidir se ele vai bater agora, ele tem que fazer a função dele. Ele não vai dizer, agora não quero ser coração. O ser humano tem dessa, o coração não, o coração não diz, “agora quero ser rim”. E todos os seres da criação também são assim, eles tem aquele comportamento para o qual ele foram desenhados, estão imersos na sua função.

Terra Viva: MST como reconstituição da vida

O ser humano também poderia, mas ele é entendido como primeiro egoísta, primeiro ser egoísta. Primeiro ser que pode trabalhar para si mesmo, e não para o interesse do coletivo, e aí por incrível coincidência, você vê, eu que não acredito em coincidência, pra você ver, o teórico do capitalismo se chama Adão também. O tal do Adão Smith, e começa a pensar, “o padeiro quando faz o pão deve pensar em si mesmo e não no cara que vai comer o pão, e dessa forma a riqueza é gerada”. Isso pra mim faz parte de uma certa... como é que se diz isso, as mitologias são muito importantes, assim, aquele mitólogo, o mitólogo mais famoso do mundo, Rudolf Bultmann, ele fala que o ser humano é um ser desmitologizado. O MST tem muito apreço pela mística, que é de fato um resgate de algo real e simbólico, e isso é

fundamental. O único mito ainda vivo, ou seja, que uniria uma terra inteira, seria a terra viva. Esse mesmo autor estudou mito de umas 500 culturas no mundo afora, e a importância do mito. Mas ele acha que o único mito que tem relação com a unidade é a terra ser um ser vivo como todo. Eu achei isso muito forte e também acredito muito nisso. Tem a ver com uma mitologia que está imbuída no conceito de agrofloresta que nós temos trabalhado e para mim tem tudo a ver com a missão do Movimento.

Eu estou dizendo e estou puxando para o meu lado, mas penso que tudo isso está muito ligado. Tenho esperança que o MST, em tempo, já entenda isso. Acho que o canal de dialogo do Movimento com a sociedade, de qualquer maneira, passa pela mídia, e escrevem, a mídia é contra o Movimento, a mídia é capitalista, luta de classes, e essa coisa toda, mas na verdade tem uma coisa que é da humanidade. Costuma brincar, o Lula chamou o Bush de companheiro, até o companheiro Bush, por mais que ele não tenha uma consciência proletária ele faz parte da humanidade, no mínimo ele deveria ter uma consciência de ser humano. O Bush defende a consciência da classe dominante, e aí eu entendo que exista uma consciência de classe que esmaga a classe trabalhadora, mas considero, um erro de visão das pessoas. No entanto, considero que essa ainda é uma visão limitada, se ela fosse mais evoluída superaria essas limitações.

De qualquer maneira, existe algo na sociedade que me inquieta. Por que o MST tem que ocupar terra? Eu acho que tem, concordo, mas eu penso que a justificativa não é apenas social. Ela também é ambiental. “Nós temos que ocupar terra porque a terra não está bem cuidada, desse jeito vocês vão acabar com a vida”. Se isso fica mais claro e contundente na ação do Movimento, isso também legitima a luta frente a sociedade. Quero ver assim, qual a imprensa burguesa que vai conseguir “meter o pau” numa prática dessa. É a prática única e possível, porque o Movimento compreende que, vamos dizer, ouvindo de outras vozes e outros lados, que é a reprodução da vida, e aí não tem dúvida, por exemplo, no caso da agrofloresta, se não tiver agrofloresta não vai ter água, não vai ter vida. É preciso entender o planeta como um organismo. Pra mim, a questão da água é uma questão extremamente importante, muito mais que o carbono, apesar de que o carbono é como um hormônio, e um hormônio com pequenas alterações pode causar grandes impactos. É o caso do carbono para temperatura da atmosfera. O planeta esconde carbono dentro da terra se precisa refrigerar ou libera carbono se precisa esquentar. As florestas são também os refrigeradores do planeta pela questão da evapotranspiração, porque você põe água na folha, aí depois essa retira uma brutal

quantidade de calor da atmosfera, pra evaporar, e esse calor é devolvido, só que é devolvido lá no alto da atmosfera dando “bye bye”.

Somos nós: o filho pródigo é o filho playboy

Então, esse processo, pela agrofloresta é um processo contínuo de refrigeração. E ao mesmo tempo, o carbono é muito falado, mas água para refrigeração não, quando a gente chegou na Coopera não era assim, mas hoje em dia é. Mas por quê eu estou falando ainda tudo isso tem em relação com a prática da agrofloresta? Eu acho isso importante pra pessoa ter essa visão da sua função, mas também, compreender que todo esse milagre da organicidade, na realidade é um milagre maravilhoso e incompreensível o fato do mundo ser orgânico. E isso está presente em cada metro quadrado do solo que se deixado a sua própria sorte evolui rumo a fertilidade e a fartura, e também os conceitos por detrás da fertilidade, a ideia da dádiva, mas Deus não vive no mundo senão através de seus seres, Jesus mesmo disse, não tem como você gostar de mim e maltratar o que está na sua frente. É imprescindível então alimentar a vida do solo, porque ela é a vida que gera fertilidade. Que liberta os nutrientes da rocha do solo, que corrige a acidez do solo, também tem visão antropocêntrica dessa acidez do solo.

Na verdade nós estamos nos comportando como filhos playboys, e se não houver uma libertação mental, não adianta colocar calcário, depois vir a água e levar embora os nutrientes não colocar vida no solo, aí vem a Primavesi¹¹⁹ diz que isso faz a geração seguinte ser pobre. Então, os mecanismos da natureza são infinitamente inteligentes, reforçar esses mecanismos é fácil no meu entendimento, difícil é explicar tanta coisa. Uma pergunta que eu faço para as pessoas, você sabe como cuidar de uma criança e fazer a criança se desenvolver? Se a pessoa pensar bem ela não sabe, pode falar, coloco uma roupinha, dou uma comidinha, mas fazer o coração bater do jeito certo, fazer tudo aquilo que precisa, são milhões de mecanismos,

119 “Ana Maria Primavesi é uma engenheira agrônoma brasileira nascida na Áustria, responsável por avanços no campo de estudo das ciências do solo em geral, em especial o manejo ecológico do solo. Ana Primavesi publicou 94 artigos científicos no Brasil e em revistas internacionais. Além disso, escreveu 11 livros e colaborou em inúmeras outras publicações. Seu trabalho de maior influência é o seu livro “Manejo Ecológico do Solo” que revolucionou a agricultura ecológica tropical na América Latina. O livro postula que um solo saudável é o pré-requisito para plantas saudáveis e o pré-requisito para plantas saudáveis, que por sua vez, vão contribuir para a saúde dos homens. Neste livro ela salienta a importância de restabelecer o equilíbrio entre o solo, organismos do solo, plantas, animais e seres humanos. Além disso, a proteção da estrutura dos pequenos agricultores, assim como o seu destino e sua cultura foram sempre grandes preocupações de Ana Primavesi” (sem paginação). Disponível em: <http://aao.org.br/aao/ana-primavesi.php>.

imensamente bem feitos, que não pode ser uma pessoa que faz. É a infinita inteligência que está dentro da natureza e também essa mesma infinita inteligência que vai gerar a fertilidade da terra.

Tem uma mistura de coisas, o conceitual só não vai resolver, tem uma imensa dose de trabalho, de bom senso, de interação, mas esses conceitos me parecem importantes olhando para aqueles 500 metros quadrados que o Mario Lago conseguiu colocar ali. É claro que ajuda ali um solo que responde bem aos bons tratos, e quando damos alimento ao solo, os processos de vida são liberados com rapidez, e aí fazem a coisa andar como um círculo virtuoso de vida e de fartura. Mas isso se estabelece em todos os lugares, as estratégias podem ser muito diversas mas sempre fundamentadas nisso.

Ligando as muitas pontas: juntando CooperaFloresta, MST e SAFs

TC: Você foi e falou da Coopera e é extremamente importante esse contexto histórico de sua vida. Então só para fazer a transição e linkar, pensar o envolvimento com o MST de modo mais sistemático. Quem foram as pessoas que te apresentaram o MST? Foi através de quem que houve esse envolvimento? E o projeto que vocês escreveram no edital da Petrobras, o Projeto Agroflorestar? Quem foram os interlocutores de todo esse processo?

NC: Eu não sei se vou ter uma total clareza sobre isso. No entanto, posso começar tentando amarrar dizendo que minha paixão pela agrofloresta tem a ver também com o meu entendimento da não neutralidade da ciência. Então eu sempre entendi que a técnica de agrofloresta tem relação com a volta do ser humano ao campo, se refere também a proposta de reforma agrária. Então, sempre houve esse objetivo, seria uma injustiça comigo mesmo dizer que eu era um lunático, na verdade, apesar de até alguns anos atrás eu não ter grande envolvimento com o MST, eu já tinha empatia com a proposta. Fui sempre uma pessoa muito focada no que estava desenvolvendo. Já tinha implantado junto com assentados e até no âmbito do Movimento no Rio de Janeiro, do lado da Universidade Rural.

Meu envolvimento maior com o Movimento Sem-Terra foi no projeto Iguatu, que quer dizer água boa, e foi um edital da Petrobras Ambiental, foi quando a Petrobras lançou os primeiros editais, no ano de 2004, primeiro mandato do governo Lula. Então eles abriram esse edital e minha esposa que está sempre vasculhando, porque se fosse por mim só estaria só com o “facãozinho” na cinta e trabalhando feliz pela agrofloresta, sem conseguir fazer muita coisa, ela me provocou para escrever para esse edital. Tive dificuldade porque o discurso é

sempre assim tão... não tem uma visão sistêmica no edital, esse edital está falando tanto em água, e de uma coisa eu tenho certeza, se não tiver agrofloresta, não vai ter água no mundo. Daí a gente estudou muito para chegar nos argumentos, mas nesse aí, a gente acabou procurando a AOPA¹²⁰, a AOPA era mais coordenada. Hoje chama Associação Brasileira de Agroecologia, ela se fundou como Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA). A AOPA tinha mais ligações, a gente ficava aqui no mato meio que sozinho, a AOPA participava de várias instâncias organizativas, a gente também teve uma certa participação, mas não como essa associação que tinha muitas relações, inclusive com movimentos. Então foi feita uma grande parceria, onde entrou a CCA como parceira, no projeto, a CooperaFloresta, a própria AOPA e a Fetraf Sul. E a gente fez o projeto Iguatu. A gente tinha interação com o Movimento, mas não ao passo de interação que se desenrolou depois. Tinha até uma certa frustração, porque a gente queria muito trabalhar essa questão. Mas talvez, naquele momento, a Coopera estava tão frágil, que a gente não tinha outra chance que não se dedicar intensamente ao próprio umbigo, a própria CooperaFloresta. Então essa foi a grande chance da Coopera que manteve relações com o Movimento, mas não conseguiu se dedicar. Então foi bom, mas não foi tudo o que eu esperava. Esse, o primeiro projeto, Iguatu. Ele foi renovado depois em 2008, foi como um projeto redentor para a CooperaFloresta.

O Movimento teve algumas iniciativas em agrofloresta, mas feitas no seu próprio âmbito, importantes. Passado esse projeto, passou entre o Iguatu e o Agroflorestar em 2011. Antes disso a CooperaFloresta tinha aprovado um projeto menor também, “Abelhas, Agroflorestas e Gentes”, e também tinha sido uma parceria com a Embrapa Florestas. A Embrapa Floresta veio aqui e disse: “quero fazer o Projeto Juçara”¹²¹, “você quer participar, ajudar?”. A gente pensou e disse: “bom a gente tem o jeito da gente fazer agrofloresta, não sei”, mas acabou que conciliamos, e eles disseram, “a gente quer ajudar vocês e quer também a ajuda de vocês no litoral do Paraná”. E a gente foi. E nesse projeto a gente acabou esbarrando novamente com assentamentos, com o Movimento lá, e depois disso, acabei me apaixonando cada vez mais pelo Movimento. A gente trabalhou no litoral do Paraná, e já no litoral do Paraná, o Ademir, que é uma grande liderança, pelo menos, que eu considero do Movimento lá no litoral, foi a grande liderança do projeto para que houvesse repercussão no litoral.

Então o Agroflorestar teve uma boa entrada ali, e quando veio o Agroflorestar nós colocamos o Movimento, mas também as escolas do Movimento e eu não sei dizer exato. A

¹²⁰ Associação de Agricultura Orgânica do Paraná: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/>.

¹²¹ Projeto Juçara: <http://www.projetojuçara.org.br/>.

gente tinha consciência daquelas escolas, tinham outras pessoas aqui na Coopera, o próprio Carlos que estava aqui pedagogia tinha ligações, mas eu não sei dizer de fato da onde vieram todas as ligações com o MST, mas a gente quis, que a Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA), o Dom Hélder, a Rosa Luxemburgo, vários outros do Movimento que foram inseridos no sentido de que a gente pudesse contribuir dando uma formação breve, fazendo um intercâmbio em agrofloresta, indo lá, contribuindo com a turma em formação. Mas não foi uma coisa concreta, e por estar aqui, a Coopera tinha discutido no seu conselho, e eu, vou ser sincero, fui eu que levei essa discussão para o conselho. Mas assim, estava dando muito problema de inchaço na Coopera, pessoas que querem ainda entrar na Coopera porque ela é boa de comercialização, mas não estão entrando na Coopera porque são apaixonados pela Agrofloresta. Então, com vários apaixonados pela agrofloresta isso gera sempre atrito. Ai eu propus, “que tal fechar a agrofloresta e só pode entrar se for agrofloreteiro?! E não um cara que tenha intenção de fazer agrofloresta, tem que já estar fazendo”. Mas isso é uma atitude muito brutal, eu sei. Então a gente entrou com duas atitudes concomitantes, a gente vai ajudar a fazer agrofloresta fora da Coopera, mas ao mesmo tempo, só vai entrar dentro da Coopera quem for agrofloreteiro. E aí, lançando olhar no município, que faz parte da área de atuação, e pra fora, nunca vai entrar mesmo na Coopera, mas a gente, naquele momento se abriu. Vamos fazer força, captar recurso, dar um gás no mundo. Ter esse elemento de poder estar saindo. Assim, acho até que não foi uma grande visão, enxergamos primeiro o Vale do Ribeira, somando a um parceiro local, o SintraVale, e colocamos isso no âmbito do Vale do Ribeira.

Desse modo o projeto Agroflorestar já tem o objetivo inicial de além de 100 família que compõem a CooperaFloresta ter mais outras 200 famílias do litoral do Paraná, no entorno e tudo, o projeto já foi escrito para ter isso. Mas o publico principal inicial era mesmo esse parceiro local, o SintraVale. O litoral ia indo mais ou menos, fazendo força e tal. E as escolas do movimento foram muito bacanas e tudo, mas essa assessoria direta e implantação de áreas estava emperrada.

2011, o Projeto Agroflorestar I e II pela Petrobrás e depois o contato com o MST

E aí veio, o primeiro que veio, tanto o pessoal do Dom Hélder.

TC: Por meio de quem?

NC: Na excursão estava Zaqueu, Paraguai, não consigo lembrar se a Kelli estava, mas o Paraguai e o Zaqueu recordo bem deles aqui. O Vandeí não estava e estava a esposa dele, a Cristine. Mas tinha bastante gente, era bem representativo o grupo, veio aqui e ficou encantado, apaixonado, pelo que a gente mostrava, pelo que a gente falava, eles diziam: “a gente quer agrofloresta, precisamos de agrofloresta no assentamento, a gente quer”. E foi uma empatia muito grande início. A empatia foi tão grande que normalmente segurava o Osvaldinho, o Osvaldinho aquele do início da conversa, tinha ficado uns 15 anos fora, mas no início do Agroflorestar, ele estava meio que “dando sopa”, e a gente arrebanhou ele, disse, “vem trabalhar conosco no projeto”. O Osvaldinho, também tem um apelido de “Osvoltinha”, porque ele doido pra estar em um lugar e chega um povo, ele já que ir junto. E aí dessa vez fui eu, mas depois. Eu falei, “a gente tem o “Osvoltinha” aqui, porque vocês não levam ele?! Coloca ele no ônibus?! Coloca no bagageiro, aí ele já chega fazendo coisa, fazendo área”. E dito e feito, Osvaldinho foi junto com ele, quando chegou já fez algumas experiências. Aí a gente se animou.

Aí Osvaldinho me chamou e disse: “você precisa vir aqui, você precisa estar aqui”. Acabei indo e tive um envolvimento muito grande, tivemos erros muito grandes também. Um dos piores erros técnico que espero nunca mais cometer, começar em áreas coletivas. Mas ao mesmo tempo, nós podemos ver que Deus escreve certo por linhas tortas. Na realidade eles tinham muito aquela história de fazer em áreas coletivas, e elas eram longe das casas, e eu já não era muito favorável esse tipo de coisa, mas devido ao envolvimento emocional que foi tão grande eu achava que conseguiria, aí eu me empolguei. E além de ter me empolgado eu fiz uma proposta técnica, que essa é culpa minha, mas pela situação eu divido com eles, ninguém tem a culpa sozinho, mas a proposta técnica é culpa minha, muito complexa, fiz uma proposta técnica numa área onde tudo jogava contra, era uma área onde deveria ser cirúrgico, o mais simples possível. Essa coisa de muitos andares, muitos estratos, e tudo, mas não, a gente se atirou com gente que nunca tinha vivido agrofloresta, a técnica, para áreas grandes, apartadas da casa e perdemos e mudas que nem o “cão”.

Mas ao mesmo tempo, aquilo me fez ter que olhar pra aquele lugar com uma dedicação, e eu me dediquei. E tenho certeza que eles devem ter dito a você que era uma dedicação brutal. E dia e noite pensando, desenhando, e fazendo. Fiz linha marcadinha com espécies, uma por uma, pendurada num “chupichupi”, pra esticar corda e o cara conseguir implantar. Tudo muito trabalhoso, aquele sistema todo, mas eu acho que Deus escreve certo mesmo por linhas tortas. Aquilo acabou por nos ligar humanamente uns aos outros. A

confiança mútua cresceu muito apesar do grande erro. Mas ao mesmo tempo tivemos, simultâneos, grandes sucessos, a gente fez um erro numa área grande, mas pessoas em áreas pequenas tiveram resultados espetaculares, e aquele esforço gigantesco nas áreas grandes selou uma comunhão humana que eu não tenho como explicar. Essa foi a primeira fase.

O outro início, outras idas e vindas lá na ELAA (Escola Latinoamericana de Agroecologia) e algumas implantações com alunos, e o povo do assentamento olhando aquilo. Aí tem o Paulinho da Cooperativa Terra Livre, uma turma da coordenação da Terra Livre. Veio um grupo aqui da cooperativa e disse, “a gente quer entrar no projeto”. “Vocês estão na escola, mas nós queremos implantar no assentamento”. E eu disse, “não tem como”, não sei o que me deu, um reflexo, não sei, pra mim aquilo foi quase uma sessão de tortura, os caras chegaram aqui num domingo, juntaram a tribo toda, carros e tudo, 9 horas da manhã na minha casa. Rapaz, eu fiz eles aguentarem uma 10 horas de conversa sobre agrofloresta. Antes de eu dizer se sim ou se não. “E conversa vai, e é assim, vamos lá, e o negócio é desse jeito e tal”, os caras queriam que eu fosse pra lá, aí depois daquela conversa toda, aí eu perguntei, “estamos entendidos, vocês querem mesmo?”, eles responderam, “a gente quer, vamos lá”. “Então vamos”. Aí continuei, “e são quantas?”, aí fizemos o plano. Aí começamos com umas 40 famílias na com a Cooperativa Terra Livre. Grande parceiro, gigantesco parceiro. Você está encantado com o Mario, e é verdadeiro, é encantador, mas também é muito significativo, é um trabalho que tem menos erros, o da Cooperativa Terra Livre, é um trabalho que foi feito sistematicamente, tecnicamente eu considero bem executado.

No Mario Lago nós tivemos monstruosos acertos e monstruosos erros, no Terra Livre, já foi uma coisa que quase perfeita, tivemos erros, mas foram muito mais acertos. Principalmente no Agroflorestar II. Porque a gente está falando do Agroflorestar II, mas entre o I e o II teve uma renovação, e na CooperaFloresta, o pessoal não gosta que eu fale, mas vou falar sim, a CooperaFloresta se tornou muito forte em captar recursos. Está certo que são de forma assim, a gente sempre fez projetos que consideravam um volume de trabalho desproporcional com o recurso, aí diziam assim, “você pedem dinheiro pra fazer x, e fazem 3x”. O dinheiro dava pra x e nós fazemos 3x, a gente se mata pra isso. A gente teve sucesso, baseado num esforço gigantesco, é claro que temos argumentos, uma equipe brilhante pra escrever, mas principalmente, tem um esforço uma mostra de resultados por trás de tudo isso. Então são vários projetos, e naquele meio do caminho já contávamos com o Agroflorestar, e entre um projeto e outro não paramos com as implantações. E lá no Contestado a gente implantou o que diria que é a infraestrutura para produção de matéria orgânica, 1 ano antes de

vir com as árvores e com as hortaliças. O pessoal lá foi muito disciplinado, então assim, foram os 18 hectares que a gente implantou uma lavoura consorciada com o capim, colheu a lavoura, aí colocamos uma adubação verde de inverno, porque no inverno o capim vai, e depois os canteiros maravilhosamente bem cobertos. Começamos a questão do plantio das árvores que iriam produzir matéria orgânica no futuro e das hortaliças e tal. Então, este um trabalho bem importante.

“Por que vim a Terra?”: caminhos para o novo mundo

E mais importante do que isso ainda, aí é uma coisa assim, diria que, as vezes eu costumava falar muito emocionado. A Coopera me fez ver para o que eu tinha vindo ao planeta, por mim tudo bem, eu já podia ir embora, mas aí quando começou esse outro capítulo, agora eu acho que eu só vim aqui para entrar no outro capítulo. E até começar a primeira edição do outro capítulo também já da pra ir embora de boa, mas eu estou com muita vontade de ficar. O Contestado acabou sendo, eu tenho medo de dizer porque você achar que estou meio que “metido a besta”, mas eu já ouvi, a coordenadora do Projeto FLORA¹²², não estou enlouquecendo, era até melhor você perguntar direto pra ela, mas eu já ouvi ela falar várias vezes que áreas do Contestado, que tudo isso foi muito importante no âmbito do projeto FLORA.

Um dos méritos pessoais que eu tenho foi trazer o Namastê, considero isso também, tipo assim, o Namastê é um técnico muito mais capacitado do que eu. Não tenho nenhuma dúvida e vergonha de falar isso, tenho grande orgulho. Ele enquanto técnico, enquanto uma pessoa que... ele é minucioso, um capim semeado ele vai ver se brotou, se o estande está bom, o que que está acontecendo, se enterrou muito, vai lá calibrar a máquina, depois a poda, ele tem 12 ou 13 anos de experiência. Bom, vou falar da poda, se não tem outro que pode fazer eu faço, mas ele é o artista da coisa, e sabe perceber a planta, a minucia. O Namastê é uma referência de grande importância no sucesso do projeto. O fato de termos em nossa equipe o Namastê. E qual história do Namastê? Com 13 anos de idade, a grosso modo, acho que ele estava só com o pai e mãe já deveria estar no Recife, naturalmente, que são pais bastante alternativos, só o nome, Namastê Ganesha. Namastê como um dos cumprimentos mais profundos do hinduísmo e Ganesha uma divindade hindu.

¹²² Projeto Flora: <http://www.projeto flora.com/>.

O Namastê tomou uma decisão na vida, e os pais eram suficientemente alternativos para permitir uma decisão dessas, ele disse, “eu não quero estudar, eu quero ser um agrofloreteiro, o que eu quero da minha vida é fazer e ensinar agrofloresta”. Isso com 12 ou 13 anos de idade, e ele vivia então numa comunidade alternativa sem os pais. E nessa comunidade as pessoas que ligaram ele a mim foram os Osvaldinho e a esposa de Ernesto, Ernesto que foi amigo pessoal de seu pai. Isso lá em Alto Paraíso do Goiás. O Namastê e o mestre Ernesto, frequentava a comunidade, e três a quatro vezes por ano quando ele ia dar cursos, colocava o Namastê para ser monitor. Namastê é professor de agrofloresta desde os 13 anos de idade. E praticamente, dia após dia vivendo isso, hoje é um cara que está andando por aí, um cara muito experiente aos 26 anos de idade. Ele tem por aí, 26 anos de idade, mas é uma pessoa que tem muita experiência.

Eu estou na agrofloresta há muitos anos, mas eu sou um “Bombril”, já bati de porta em porta para oferecer banana, feirante, escrevi projeto, carreguei caixa, eu fiz de um tudo aqui na Coopera. Já o Namastê fez agrofloresta especificamente, a prática. Isso é bem importante. E também eu vejo que cada vez ele se apaixona mais pelo Movimento. E eu percebo isso com muita alegria, cada vez mais se apaixona, ele vê a grandiosidade desse processo de mudança e transformação da agricultura. Aí tem-se uma pessoa muito comprometida e com muita qualidade técnica.

Voltando ao MST, foi uma coisa que aconteceu sem tantas pompas. Desde o início a gente teve a visão. A gente então se apaixonou. E quando a Terra Livre veio aqui, nós não tivemos dúvida nenhuma de que deveríamos fazer isso. A proposta para um Novo Mundo, talvez essa coisa messiânica, isso eu tenho, talvez seja uma loucura, mas eu vejo assim. Eu fico pensando, eu acho que pode estar nascendo um Novo Mundo. O Novo Mundo está nascendo aqui e é um marco civilizatório, e eu sei que eu não tenho equilíbrio suficiente, aqui na Coopera eu consigo forjar uma pérola, mas eu não posso ser o cara que dá o todo porque vai ser uma coisa forte demais e alguém vai falar, “esse cara é um louco”. Um exemplo, tem a Elisiana, que é nossa grande escritora, diz assim, “porque a agrofloresta compatibiliza a presença do ser humano com a natureza”, aí eu entro lá, “a agrofloresta não compatibiliza nada, a agrofloresta faz com que a recuperação do meio ambiente seja a base para uma produção comprometida, não é compatibilização, é muito mais do que isso”. Mas se eu escrevo isso no texto, os avaliadores pensam que esse cara é um louco daqueles pregadores de praça, não vai me dar atenção.

Na verdade, a gente tem essa paixão, e é com essa paixão que estou no Movimento, acreditando demais. Não é ser pretensioso, está lá, a Jornada da Agroecologia¹²³, “você não quer dar um depoimento?”, e eu, “está bom, quanto tempo”, “uns 10 minutos”. Aí foi lá o Stedile, fez a fala dele, e me instruíram a falar de um exemplo prático. E eu resolvi comentar o Stedile, o Stedile disse que o capetalismo está tudo dominado, o campo está dominado. O capetalismo abraçou o mundo. Mas também ele falou da questão da água, bem sintonizado, que é incrível que a mídia não correlacione com o modelo agrícola. Porque não tem outro motivo, nem tem um segundo motivo, o motivo realmente é o jeito de fazer agricultura. O Centro-oeste com aquela agricultura que forma um bolsão de calor e expulsa a chuva da Amazônia, e a Amazônia já com uma ciclagem defeituosa por causa da expulsão da floresta pelo campo, e o Centro-oeste sem conseguir armazenar água no solo. Pra mim não tem nenhuma dúvida, não tem outro motivo senão a falta de uma agricultura de base florestal. Daí o Stedile falou assim, quando chegar lá no céu, e estiver com um bonezinho do Movimento, e falar agroecologia, São Pedro vai dizer, “entra, entra logo!”. Não tem outro jeito, apesar de estar tudo dominado, sem água não dá.

Tem pessoas que me dizem assim: “é difícil mudar pra agroecologia”, aí eu digo, “mas como? Difícil é ficar desse jeito”. Se ficar desse jeito, por exemplo, São Paulo já não tem água agora, imagine daqui a 10 anos como é que vai estar, como é que vai segurar aquele povo tranquilo e sem água?! É claro que vai mudar, ou vai mudar ou vai acabar, e se acabar também mudou. E o Stedile ainda complementou, o capetal pode estar do lado deles, mas quem está do nosso lado é Deus. Deus está do nosso lado. Não podemos ter medo do capetal. O lado de cá é o lado de Deus, se for pra escolher entre as duas forças antagônicas, eu prefiro estar do lado de Deus. Então, olhando pra isso, não acho que as coisas estão perdidas assim. Destacando dentro disso tudo, a importância de se ter um Movimento, como é a dimensão do MST, com uma organicidade.

É claro, a mídia vai ressaltar as ocupações, mas na verdade, tem uma organicidade espalhada por milhares de assentamentos no Brasil. Construindo-se na vida comunitária. E por mais que haja dificuldade de se fazer e por em parte a agroecologia, e não vive numa ilha, está assediado por todos os lados para fazer o pensamento oposto, o capetalismo tenta entrar no corpo do Movimento, por mais que tente entrar no corpo, e esse sentido de corpo está deturpado e isso é uma coisa capetalista, o sentimento de organismo e de universalidade é fortemente presente no Movimento. Pra mim, por isso, o Movimento é uma grande esperança.

¹²³ XIV Jornada de Agroecologia em Irati no Paraná, de 22 a 25 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.jornadaagroecologia.com.br/>

Porque eu não tenho dúvida que não haverá mundo se não houver uma outra relação com a natureza, e poder contribuir dentro de um Movimento com tanta força é até difícil de entender. Pra mim, é uma graça divina que eu não consigo entender, é inacreditável. E quando eu cheguei, eu tinha a pretensão, no processo de construção da CooperaFloresta, sempre tive a vontade e o desejo de contribuir numa construção muito maior. Não tive um olhar simplesmente local, e várias pessoas tinham essa comunhão aqui, alguns da CooperaFloresta, e essa obra era uma obra para gerações do mundo. Não era simplesmente para promover alguns fanatismos, como é o da inclusão social. Não, nós não queremos incluir ninguém numa sociedade que está morrendo. Partimos para a geração de um Novo Mundo. Então sempre esteve presente esse sentimento maior.

O Projeto FLORA, a experiência de Juã em Brasília e o Edital da UE

No projeto FLORA, não sei se você tem conhecimento, é muito significativo. O FLORA, teve o Contestado ajudando, é claro que teve toda uma construção de conhecimento em compromissos que foram constituídos durante muitos anos, e experiência agroflorestal ali no Contestado foi muito interessante. A gente levou, propôs pra eles, para o pessoal do FLORA e também do Agroflorestar de ir em Brasília, aquele filme que você viu, e a gente pensou em fazer área com essa experiência de lá, que já está tão expressada no estado de São Paulo. Nós com o pessoal do FLORA, eu, o Namastê, juntos com o Luan, ficamos uma meia dúzia de dias lá naquela experiência. Essa experiência que agora tem a filmagem.

E aí houve a formação de uma equipe de 40 pessoas, só o Movimento conseguiria fazer isso. Tinham coordenadores, técnicos, e mais alguns, e esses conseguiram implantar algumas experiências agroflorestais juntando 600 famílias em mais 40 assentamentos no Paraná, nessa rede Paraná-São Paulo que se forma, está em torno de 50 assentamentos. E tem áreas implantadas, digo assim, existem outras agroflorestas, isso está fora da minha contagem, dentro dessa conta que está perto da nossa vista. Dessa união, dos projetos FLORA e Agroflorestar surge todo esse cenário aí. Então, essa escrita do Edital para União Européia é no sentido de procurar recursos para esses projetos. Que é uma coisa que no meu sentimento vai acontecer com recurso ou sem recurso, naturalmente, faz parte do compromisso correr atrás do recurso e facilitar o processo. É claro que os desafios são imensos. Se pensarmos, que deveria ter muito mais, mas só temos cerca de 30 mil famílias assentadas, já é um bom começo. E eu percebo isso também.

Bases e princípios da Agrofloresta Ernestista/Nelsoniana (a Agroecologia Agroflorestal), finalizando

Outra interação importante que está acontecendo também, justiça seja feita, não me odeiem pelas injustiças. Nós mudamos muito, eu enquanto técnico como concepção, desde o início do Agroflorestar e até agora, tem muita mudança aí, na forma como a gente propõe a agrofloresta e isso tem a ver com a vivência que a gente tá fazendo fora. Antes a gente queria sistemas com uma quantidade de elementos extravagante. A Coopera se orgulhava, 300 espécies, uma coisa extravagante, e na verdade, nem sabíamos, nós, os promotores, lidar com essa quantidade de espécies. Não sabíamos lidar com cada indivíduo. Cada indivíduo é um indivíduo que reage a poda de um determinado jeito, que é de um estrato específico no ecossistema original dele, tem muita coisa mesmo, e lidar com um sistema extremamente complexo na maioria das vezes faz com que você maneje o sistema de modo mal manejado. É bem melhor ter um simples mais simples, mas, mais bem manejado. De acordo com a vocação de cada espécie. De maneira que pessoa vá crescendo com o sistema e possa se articular com ele, inserindo novos elementos.

Se você for muito natureba, aí já vai começar, “mas tão pedindo pra plantar eucalipto, não dá pra plantar outro”, que dá, dá, então vamos. Mas se abrírmos indefinidamente fica ruim, uma coisa é você cortar a cabeça da árvore uma vez a cada dois anos, outra coisa é você cortar a cabeça da árvore quatro vezes por ano. “Ah, mas ela rebrota bem”, mas você já experimentou cortar quatro vezes por ano a cabeça de uma árvore?! Então, continuamente fazemos experimentos, só que também a gente tem ser um pouco conservador no sentido da responsabilidade com cada um, o pessoal é profissional, eles precisam viver daquilo, não pode estar dando errado toda hora. Um experimento ou outro pode dar errado, mas na lavoura do cara a gente tem que ser conservador. Priorizar aquilo que realmente é importante. Pra mim por exemplo, cobertura de solo é realmente importante, é realmente fundamento no SAF. Então, aí chega Secretaria do Meio Ambiente, e eles estão muito interessados, e é muito bom isso, porque eles vão acabar chegando, mas acabando de pressupostos teóricos que não funcionam na realidade.

Importante mesmo é cobrir o solo, e se questionar, qual a estratégia de produzir matéria orgânica? Então eu questiono eles, “parecem que para mim vocês estão discutindo coisas secundárias, o que é importante é garantir que tenha uma camada de matéria orgânica

nos pés das plantas. Se não garantir isso não dá, é até bacana a diversidade, e as espécies e tudo mais, mas uma diversidade cheia de árvores com mal desenvolvimento, cheio de flagelados e desnutridos. Para que vai adiantar uma coisa dessas? Porque na Coopera a gente sabia que a poderíamos errar 500 vezes, mas estamos cientes de que aquilo era indispensável, de que é a vida da humanidade que está em jogo. Aí não interessa se eu errei ou não, vou tentar até conseguir acertar.

Temos que compreender que agrofloresta tem que ser um compromisso, sobretudo, de produção um sistema de fartura de alimentos. Outra base aí, a fertilidade da terra é gerada pelos processos naturais, isso é o principal. “Posso usar outros recursos?” Posso e devo, mas tenho que garantir o básico através dos nossos princípios. Garantir a produção porque é uma técnica agrícola e o agricultor vive da agricultura. Tem que produzir, não pode ficar num romantismo descolado da realidade, nós só vamos conseguir implantar agrofloresta massivamente a partir do momento que esses princípios forem obedecidos. Porque ao fazer isso realmente a gente responde com muita produção. Cobertura solo realmente faz produzir muito. E a produção local do alimento é fundamental para que esse processo da vida vá para frente.

Nós mudamos muito para coisas muito focadas, e nós tivemos a graça que o nosso grande mestre Ernesto também mudou. A pessoa tem que passar a vida numa peneira e pegar o que realmente importante, o mestre Ernesto está realmente focado nisso e acaba ajudando porque ele vai propondo e nós vamos pensando. Por exemplo, poderia ter sido qualquer um de nós que sugeriu um dia plantar eucalipto como uma espécie muito importante no sistema, claro que eu poderia, mas eu tenho que confessar que foi mestre Ernesto que propôs. Mas aí vão dizer, “vocês são culto de uma só pessoa”, eu não aceito nem isso, essa é uma evolução da técnica desde os indígenas.

Tem uma frase que eu falo: “Mofocari, quando a floresta está nua, desprotegida, Mofocari, o ente solar, queima seus rios e igarapés, e engole os peixes, o calor escaldante paira por todos os cantos, as folhas ressecam e encolhem, todas as minhocas da terra morrem, a fertilidade vai embora para outras terras”. Claro que aquele índio sabe que a fertilidade da terra é um dom florestal, um tributo da floresta, é um serviço florestal que os ambientalistas se esquecem de contabilizar. É um dos mais importantes serviços da floresta, talvez o mais importante. Imagina a fertilidade, quanta importância não tem para a vida da gente. A gente vive comendo as coisas e sem fertilidade eu não posso comer nada, sem produção eu não posso comer nada. Os serviços ambientais são o produto de uma boa agricultura, para que ela

possa ser produtiva, ela tem que ter um ambiente favorável a ela. Por isso não podemos deixar contaminar isso por um ambientalismo desmedido porque se aparta o ser vivo da floresta que é o ser humano. Se nós precisamos dar comida, melhorar o ambiente e dar proteção para os outros seres, também precisamos fazer para o ser humano.

Economia camponesa e agroecologia agroflorestal

Famílias do MST começaram uma relação de vivência agroecológica a partir de 2013 no contato com agrofloreiros da CooperaFloresta de Barra do Turvo no Vale do Ribeira (SP). Nesse contexto, a vertente crítica da agrofloresta se baseia na agroecologia como a proposta plausível a uma profunda quebra no monopólio da terra. Levando em conta sua essência na validade do cálculo inversamente proporcional entre tamanho da terra e produção agrícola, multifuncional e prioritariamente camponesa e sem agrotóxicos, favorecendo a soberania alimentar. O camponês, para quebrar o monopólio da terra e não manter-se refém do modo de produção capitalista, tendo que viver subalternizado (mesmo que parcialmente) a sua renda da terra, a agroecologia surge como plausível. E mais enfaticamente para a quebra do monopólio da terra e da não captação do lucro excedente dos camponeses por meio do monopólio da circulação, a Agrofloresta Ernestista se colocou como possibilidade e realidade devido a criatividade na criação de mercados alternativos e inserção do campesinato em circuitos solidários.

A primeira experiência de SAFs (Sistemas Agroflorestais)¹²⁴ com pequenos produtores em cooperação foi realizada, com maior destaque, justamente na CooperaFloresta entre 1995 e 1996. O projeto desenvolvido foi a partir do ano de 2011 num edital da Petrobras no Programa Petrobras SocioAmbiental que se chamou “Agroflorestar”. E sabendo dessa experiência, Kelli Mafort organizou por meio de alguns contatos com o MST do Paraná e Nelson Correa a possibilidade para a visita de um grupo na qual estavam os assentados do Mario Lago: Paraguai, Zaqueu e Cristine (companheira de Vandeí, referências do projeto no Mario Lago). Como pode ser visualizado na Figura 10 vemos as primeiras experiências de implantação.

¹²⁴ Antes já haviam experiências do próprio Ernst Gostch, fundador da teoria e prática dela, em lugares do Brasil, com casos ilustres na Bahia e em Brasília, e mais recentemente na Fazenda “A Toca” em São Carlos (SP).

Figura 10. 500 metros quadrados de MST e Agrofloresteiros no Mario Lago



Crédito: Tiago Cubas.

A ideia central desse tipo de agricultura é a restauração do ambiente “natural” de floresta que é equilibrado e farto em alimento, sem veneno, a partir do trabalho seminal de Ernst Gotsh¹²⁵, que é referência no estudo de sistemas agroflorestais sucessionais. A base é a chamada agricultura sintrópica agroflorestal (sintropia é organização e equilíbrio) que é uma agricultura de florestas tropicais baseada em processos e não em insumos, para Nelson Correa, é uma agricultura “bem feita” que procura o equilíbrio do sistema pelo viés social, da economia (organização) familiar no contexto específico e da questão ecológica. Ou seja, na produção consorciada leva-se em conta altura e capacidade das plantas se ajudarem. “Cada consórcio tem aptidão máxima para viver e melhorar o ambiente na etapa em que ocorre naturalmente, durante a jornada da vida em direção à maior fertilidade e biodiversidade”. (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 91). Veja a Figura 11, agrofloresta de 2 anos.

¹²⁵ Disponível em: <http://agendagotsch.com/>.

Figura 11. Agrofloresta de 2 anos no lote de Jesuíta e Zezão, e Zaqueu



Crédito: Tiago Cubas e Namastê Messerschmidt.

A dimensão geohistórica incisiva na luta pela democratização da terra é essencial para conciliar uma agricultura contra hegemônica com a militância do MST. Kelli, não imaginava, no momento histórico de trazer o incentivo a prática agroflorestal para o Mario Lago por Nelson Correa e Namastê Messerschmidt que o impacto gerado em escala estadual seria tão extenso. Essa implantação foi tão marcante que reanimou dentro do nível estadual do MST a discussão da dimensão agroecológica em redes pelo estado por meio desse sistema que está sintonizado teoricamente com a economia familiar camponesa.

A dimensão agroecológica foi decisiva na diferenciação da paisagem e no uso da terra, ou seja, em fazer do espaço o território funcional camponês¹²⁶. Queremos lembrar que a

¹²⁶ “Com base na teoria da relação inversa entre o tamanho da propriedade e a produção agrícola total (Altieri 2009, 2010; Ishii-Eiteman 2009; Rosset 2008, 2009a), os proponentes da pequena escala no modelo de produção agroecológica de alimentos argumentam que a diversidade, aproveitamento social e ecológico pode levar a uma maior produtividade e resistência a vulnerabilidade social-ecológica e às mudanças climáticas”. (WITTMAN, 2011, p. 95, tradução própria).

dimensão agroecológica é fundada na dimensão analítica da economia camponesa de Chayanov (1974) que expressa relação **tamanho-propriedade-uso**.

Resumindo tudo o que temos dito acerca dos fatores que estabelecem no nível da auto-exploração do trabalhador camponês, podemos afirmar com certeza que enquanto o tamanho da unidade agrária capitalista é teoricamente ilimitada, **a extensão da unidade doméstica de exploração agrária está naturalmente determinada pela relação entre as necessidades de consumo da família e sua força de trabalho**. Se estabelece em um nível proporcional com as condições de produção em que se encontra a família que explora a unidade econômica. (CHAYANOV, 1974, p. 89, grifo nosso).

A agroecologia não é uma semente teórica lançada sem a funcionalidade da práxis camponesa e da sua lógica de produção, ela não só faz parte como se encontra totalmente neste modo de produzir. A exploração da unidade econômica já não se dá só como modo de vida, mas como classe social na medida em que alimenta o outro. Ou seja, a medida da propriedade camponesa no contexto da agroecologia incorporada ao modo de vida camponês torna este modo de vida propositivo pois passa a produzir também em escala social. Óbvio que o objetivo primordial é a manutenção e reprodução familiar, mas simultaneamente, a agroecologia abre espaço para o camponês pensar a sua relação com a sociedade fornecendo a ela o básico, a sua alimentação, farta e sem veneno.

Para Miguel Altieri (2012 [1989]), tanto a economia camponesa como a agroecologia estão intimamente ligadas, e no caso da agrofloresta isto pode ser ainda mais tangível no quesito de suas práticas, pois, para ele em relação as famílias camponesas, “os sistemas agroflorestais lhe são particularmente adaptados” (p. 282). E estruturalmente ele define em quatro estes sistemas agroflorestais de modo geral: **1) agrossilviculturais**: “uso da terra para produção simultânea ou sequencial de culturas anuais e florestais” (p. 283); **2) silvipastoris**: sistema de manejo para produção de alimento, madeira e forragem assim como criação de animais; **3) agrossilvipastoris**: culturas agrícolas e florestais simultâneas a criação de animais; e **4) produção florestal de múltiplo uso**: regeneração de áreas e árvores para produção de madeira, mas destacadamente, folhas, frutos, alimentos de modo geral e forragem. Este último é o mais presente dentro do contexto de nossa vivência agroecológica.

12 princípios dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos

Dando continuidade, faremos o exercício teórico de sistematizar o alto grau de complexidade dos sistemas agroflorestais agroecológicos que unem a prática de Ernst Gotsh e

de Nelson Correa em agroecologia. O nosso esforço para colocar em 12 bases fundamentais indissociáveis deve ser compreendido a partir de um olhar transversal desses princípios, onde um está conversando com o outro sistematicamente, porque eles não funcionam separados no seu contexto prático.

Os primeiros seis princípios vem da práxis Ernestista e a sua síntese da apreensão de campo dos sistemas agroflorestais sucessionais estão pautados no manejo e na poda. O conceito criado para isso é a agricultura sintrópica que não expressa uma conotação estruturalmente contra-hegemônica, mas questiona o modo de fazer agricultura, tendo a produção como negócio. Na verdade, a agricultura sintrópica de Ernst Gotsh é, segundo este prático seminal, aplicável em qualquer amplitude de propriedade e o diálogo é aberto com as diferentes figuras e personagens do campo. São os seis princípios.

1) **Retroalimentação natural do sistema** colaborando com os princípios físico-químico-biológicos da agroecologia que implica em buscar o equilíbrio socioambiental entre a natureza debilitada pela ação humana e uma ação humana que seja facilitadora do reequilíbrio ambiental. Outro nome para isso é a sintropia do sistema pela prática e manejo agrícola considerando os processos naturais e o agricultor trabalhando cooperativamente. A intenção é a diminuição exponencial no uso de insumos externos e que o sistema possa se sustentar conforme a agrofloresta amadurece e supre pela diversidade as suas próprias demandas químicas, físicas e biológicas. Os pilares da agroecologia – **trofobiose**¹²⁷, **ciclo de gás etileno no solo**¹²⁸ e **transmutação dos elementos a baixa energia**¹²⁹ – são também a base científica

¹²⁷ A trofobiose é o equilíbrio nos processos de alimentação das plantas pelo meio, com destaque para o estado do solo. “As plantas são o reflexo do solo onde crescem” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 168). O equilíbrio ou o desequilíbrio dependem dos processos de proteossíntese (síntese de proteínas) e de proteólise (desdobramento das proteínas). Os agrotóxicos são estimuladores da proteólise e tendem o sistema ao desequilíbrio, atraindo e estimulando os parasitas, ocasionando o que Machado e Machado Filho (2014) chamam de “rota da dependência”. O circuito de equilíbrio é a lei da trofobiose em pleno funcionamento da natureza natural e na agricultura ecológica, onde a proteossíntese aumenta o teor da MO promovendo o teor de microelementos solúveis disponíveis com absorção de componentes complexos. Em outras palavras, o privilégio de um solo bem manejado produz um número de parasitas controlado e não nocivo a prática agrícola e nem a produção farta.

¹²⁸ Solos bem manejados alcançam o ciclo natural do ciclo do gás etileno no solo e renovam a matéria orgânica no solo: “o etileno, produzido pelos esporos das bactérias em microssítios anaeróbios é regulador crítico da atividade microbiana no solo. Ele tem um papel central na autorregulação do ciclo microbiológico do solo, com importantes implicações no grau de reciclagem da MO, na disponibilidade de nutrientes para as plantas e na incidência do aparecimento de doenças nas plantas” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 166). Isso é o contrário do que acontece com o agronegócio, com monocultivos e intensa inserção de insumos exógenos ao sistema, tornando-o insustentável e danoso ao meio ambiente, atraindo pragas.

¹²⁹ “A transmutação dos elementos à baixa energia é a consequência, o produto de um processo dialético em que se refletem os resultados de formas fundamentais do movimento da matéria” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 171). No campo orgânico a mutação da matéria é mais rápida pela catalização enzimática no processo, no campo inorgânico esse processo é mais lento para o homem (é o tempo pleno da natureza) e perfeito, onde a transformação de elementos se dá por processos independentes da ação humana, mas que são favorecidos por ela, o que Nelson Correa chama de “o agricultor vai de 0 a 50% e Deus vai de 51 a 100%”.

e a base para sua implementação prática no processo produtivo” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 179, grifo nosso). Nesse contexto, a retroalimentação do sistema, concilia com o conceito de manejo criativo de aproveitamento do potencial de toda a área. De acordo com esses pilares, e com a sequência das afirmativas sobre a agroecologia em modelo de agrofloresta, se faz desnecessário um tópico afirmando o não uso de agrotóxico, porque este, antes de ser um problema social é um problema de biocenose (de processos bióticos e naturais), acarretando um sistema de “rota de dependência” onde os parasitas são atraídos no desequilíbrio do solo com a falta de diversidade. A retroalimentação naturalizada do sistema também permite o restabelecimento dos ponteciais hídricos num panorama local, ou seja, para Ernst Gotsh “água se planta com agrofloresta” (STEENBOCK; VEZZANI, 2013; COOPERA, 2015b e 2015c e CORREA NETO et al, 2016b).

2) **Sucessão natural dos tempos da floresta**, na compreensão e estudo dos tempos das plantas e na noção de aceleração desses tempos pela técnica e sem insumos químicos, através do manejo e poda. “Os tempos da natureza são os tempos da natureza e há que respeitá-los” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 154), no entanto, o caminho é a organização familiar e coletiva, que estabelece com aporte dos saberes camponeses e dos modos técnicos de manejo um diálogo técnico e cultural para o manejo mais adequado. Esse processo incorpora também o conhecimento do tempo de vida da planta que combina com os tempos das outras plantas no quesito ecológico (para que uma planta auxilie no desenvolvimento da outra) e comercial (para que durante todo o ano haja possibilidade de produção). Os tempos do agronegócio aceleram desequilibrando, os tempos da agroecologia aceleram colaborando com o equilíbrio do sistema. Baseado na sucessão natural o princípio da acumulação de matéria orgânica é importante, “em áreas degradadas pela agricultura convencional, em geral temos que fazer, na prática agroflorestal, é caminhar de sistemas de acumulação para sistemas de abundância” (CORREA NETO et al, 2016a, p. 8).

3) **Técnicas de cobertura de solo com matéria orgânica (MO) no manejo e poda**¹³⁰. O capim (braquiária, napiê ou mombaça de preferência) roçado e picado nesse tipo de manejo é essencial, além de qualquer outro tipo de cobertura prévia que depois será suprida pela demanda da poda de árvores plantadas no sistema (gliricídia, eucalipto, etc) e da

¹³⁰ Evidências técnicas na melhora do solo pelo manejo e técnicas ernestistas: aumento nos teores de Fósforo (P) em todas as áreas pesquisadas, que mantém-se imobilizado até o manejo que aumenta a atividade de microrganismos e mobiliza este elemento (COOPERA, 2015a); aumento na quantidade de carbono no solo que demonstra a qualidade da matéria orgânica, também constatado em todos os lotes pesquisados (COOPERA, 2015a); o aumento do PH foi sensível na pesquisa de Steenbock e Vezzani (2013) e Correa Neto (2016) usando 90% de calcário a menos do que a lavoura tradicional para equilíbrio (COOPERA, 2015d).

derrubada de plantas ricas na captação de águas como as palmeiras e bananeiras¹³¹ (entre outras). Isso tanto para composição da matéria orgânica como para servir de quebra vento para preservação de umidade no solo, proteção a radiação extrema e amenização das ervas daninhas. Essa técnica está profundamente ligada aos pressupostos teóricos da agroecologia, pois **não só mantém a água no solo, como a recria no sistema e de fato**¹³², com o arranjo das leis para sintropia, funciona como um catalisador de microrganismos facilitando o trabalho de nutrição das plantas e aerando o solo ao invés de compactá-lo¹³³ (CORREA NETO et al, 2016a e 2016b). Essa abordagem técnica pode ser considerada alternativa ao agronegócio, por causa da diferença de necessidade de insumos, qualquer espécie de defensivo químico é dispensável porque causa desequilíbrio no sistema. O agrotóxico, novamente, antes de ser um problema social e político, é um problema ambiental porque nos solos “férteis e ricos em matéria orgânica as plantas são [naturalmente] protegidas” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 180). A agrobiodiversidade ao invés do monocultivo faz grande parte do trabalho dos insumos exógenos.

4) **Planejamento da (multi)estratificação e do consórcio das plantas a agrobiodiversidade** como forma de colocar na diferenciação das alturas dessas plantas, e no consórcio de plantas cooperadoras, e animais, a capacidade de produção máxima e mais adequada de cada um desses organismos (que expressa durante parte do ano, no verão, proteção ao sol pelos maiores aos menores estratos, e no inverso, a poda para luminosidade adequada para o sistema) (ALTIERI, 2012 [1989]). Tendo em vista a **permacultura**¹³⁴. Além da proteção na questão da luminosidade e calor, que pode ser manejado de acordo com a poda, há também a questão da proteção contra geadas e ventanias de plantas mais fortes que servem no auge da rentabilidade para o corte de madeira e reposição no sistema. A

¹³¹ “A bananeira é talvez a planta mais típica dos sistemas de abundância [...] Seu caule é formado pela base das suas folhas, sendo riquíssimo em nitrogênio, minerais e água” (CORREA NETO et al, 2016a, p. 10), por isso essa planta é tão fundamental no contexto de replantio, porque ela será sacrificada no manejo, cortada ao meio deixando sua polpa no contato com o solo para nutri-lo.

¹³² Foi constatada alta capacidade de condutividade de água no solo das agroflorestas na camada superficial entre 0 e 10 cm, a água passa a fluir de 8mm num solo de lavoura de cana para 1080 mm num solo de agrofloresta bem manejado de apenas 2 anos, quando passa a 5 anos chega a 1480 mm e com 10 anos a 1930 mm (STEENBOCK; VEZZANI, 2013; CORRÊA NETO et al, 2016a e 2016b).

¹³³ Afrouxar o solo sem inverter suas camadas é essencial porque ativa os seres vivos que mantêm a fertilidade do solo (STEENBOCK; VEZZANI, 2013). Pensando assim assentados e assentadas usam desde plantas com capacidade de descompactação dos solos (feijão guandu foi um dos exemplos mais encontrados) e garfos, dentre outras tecnologias, para não matar seres importantes como microrganismos e as minhocas que produzem fertilidade ao solo (CORREA NETO et al, 2016a).

¹³⁴ A permacultura é o planejamento de sistemas na escala humana em harmonia com a natureza, isso articula produção, manejo, meio ambiente e rendimento (MOLLISON, Bill, 1981). Diz o pai da permacultura, Bill Mollison (1981, p. 10): “Então há uma enorme diferença entre o modo que nós fazemos um design em permacultura e o modo que um agrônomo o faria. Realmente, o que estamos tentando fazer é deixar as coisas funcionarem de uma forma natural”.

agrobiodiversidade se refere a diversidade de espécies vegetais e animais numa integração mais próxima possível ao sistema natural “assegurando uma base ecológica de produção limpa, de produção sem venenos, pois atua sobre as causas que determinam a presença de predadores. A multiplicidade de espécies refere-se a um ecossistema sempre capaz de sustentar uma produção em escala” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 157).

5) **O uso intensivo e possível de tecnologias adaptadas e criadas para o manejo agroflorestal**¹³⁵, dividindo-se em duas partes: o maquinário usado, criado e/ou adaptado e as tecnologias sociais. Em relação ao primeiro, o maquinário pesado (tratores e tratorito com sua multifuncionalidade) e o maquinário leve (motosserra e roçadeira para juntar matéria orgânica, além de invenções), facilitando o manejo agroflorestal. Visando diminuir a penosidade do trabalho do agricultor e qualificar a sua atuação no meio onde está inserido. Na descompactação e gradagem o solo é mexido sem ocasionar o dano da inversão de camadas que ao invés de potencializar a agricultura, atrapalharia o desenvolvimento das plantas. As tecnologias sociais elencam o manejo com custos baixos, especialmente nas áreas de reforma agrária que são compostas por populações marginalizadas assentadas pela luta, atrelando captação de água e utilização de insumos naturais ao invés de defensivos agrícolas tóxicos. Outras tecnologias sociais que são frequentes: mutirão e troca de dias (com diferentes terminologias de acordo com cada lugar).

6) **E linhas de comercialização justa** baseada na retirada de atravessadores ou empresas que se apropriem da produção de agrofloresteiros, tomando para si essa renda territorial produzida pelo agricultor. O objetivo no contexto ernestista é a integração plena ao mercado formando o agricultor num produtor eficiente e competitivo que dispute espaços de comercialização com produtos de alta qualidade. O viés Ernestista preocupa-se em inserir o produtor no circuito mercadológico do capital, sendo este um produtor competitivo do ponto de vista comercial, do negócio. Altieri (2012 [1989]) vai explicitar a integração dos produtores agroecológicos de modo mais incisivo e necessário aos mercados locais, que se coloca ao contrário dessa perspectiva ernestista. Porque se há uma demanda global e uma local, escolhe-se a que paga mais e a que é mais viável.

Os outros 6 princípios que conformam a prática agroecológica de sistemas agroflorestais do ponto de vista crítico tem como referência os trabalhos de Nelson Correa. Correa se apropriou dos 6 princípios de Gotsh e incorporou dentro da experiência com o MST

¹³⁵ “Para usar mecanização é importante selecionar a largura dos canteiros, faixas de lavoura e faixas para produção de matéria orgânica, para possibilitar também um bom aproveitamento dos equipamentos” (CORREA NETO et al, 2016a, p. 24)

mais 6 princípios, consolidando 12 no total. Não significa dizer que dentro desses outros 6 princípios não há integração entre a visão ernestista e a visão nelsoniana.

A visão de Nelson Correa se expressa estruturalmente na contraposição ao capital (“capetal”) e por isso ao agronegócio que é face do capital na agricultura, onde a economia camponesa é central no processo de desenvolvimento da vivência da agroecologia agroflorestal nelsoniana. E as pequenas propriedades, especialmente passadas pelo contexto das pesadas lutas sociais, são por meio do MST, como interlocutor, um espaço de excelência para a construção dos novos caminhos (críticos) da prática agroflorestal brasileira.

7) Reflexão e prática agroflorestal a partir do contexto geográfico, ecológico e social levando em conta a comunidade atendida¹³⁶. O aspecto comercial está profundamente ligado a maneira de abordagem da comunidade e a adaptação dos módulos de agrofloresta na geografia, ecologia e realidade social das áreas. Por exemplo, na alternância de produção de linhas lentas e rápidas, e no consórcio de horta, temperos, chás, legumes, frutas e madeira, a ideia é inserir rapidamente o produtor no mercado através da horta e garantir a médio e longo prazo essa inserção com ganho de renda através das frutíferas e madeiras. Amadurecendo a floresta e mantendo as áreas de agrofloresta mais próximas (possíveis) a casa do assentado e ou de cada grupo social tradicional do campo. Agrofloresta a partir desses pressupostos é perfeitamente plausível a **aplicável a lotes de reforma agrária** e o seu **alcance¹³⁷** é totalmente amplo, desde áreas de clima equatorial até áreas de clima subtropical, de áreas muito acidentadas a áreas planas. As diferenças ecológicas obviamente refletem a diferença nas práticas de cultivo e no planejamento funcional conforme a população atendida. Essa reflexão deve passar obrigatoriamente pelo planejamento do lote

¹³⁶ “‘Fazendo planejamento de produção a curto, médio e longo prazo, você consegue ter uma renda o ano inteiro. Temos árvores que darão retorno econômico daqui a 30 anos até o rabanete rúcula que produzem com 25 dias’ (Paraguai, assentado e agente multiplicador). Antes de começar a planejar SAFs é importante refletir sobre a vocação socioambiental. Muitos fatores devem ser considerados como clima, solo, disponibilidade de matéria orgânica, disponibilidade de água para irrigação, distância até os prováveis consumidores finais, tamanho do lote, pessoas que contamos para realizar os trabalhos, pessoas que vão se alimentar com os produtos e seus gostos e muitos outros, que incluem o gosto da família agricultora pelas possíveis atividades produtivas” (CORREA NETO et al, 2016a, p. 27). A geografia do assentamento, das afinidades e dos lotes é fundamental na combinação com todos esses elementos citados.

¹³⁷ “Quanto ao contexto ecológico, é possível destacar algumas diferenças importantes: o alto do Vale do Ribeira está inserido no ecossistema de Floresta Ombrófila Densa do bioma Mata Atlântica, com temperaturas quentes, muita chuva, elevada umidade relativa do ar e uma estrutura florestal bem diversificada. No assentamento Contestado, inserido num ecossistema de Florestas de Araucárias (também no bioma Mata Atlântica), chove menos, é bem mais frio (ocorrendo inclusive geadas frequentes) e a estrutura das florestas é menos estratificada. O assentamento Mario Lago está inserido no bioma Cerrado, com uma vegetação nativa bem diferente da Mata Atlântica e um clima bem mais seco. Em relação ao relevo, é marcante a presença dos morros no alto Vale do Ribeira [...] as variações de altitude são muito grandes em espaços relativamente pequenos, havendo uma grande quantidade de rios e riachos cortando os morros. Tanto no assentamento Contestado como no Mario Lago, o relevo é bem mais plano, com ondulações leves [...]”. (CORREA NETO, 2016a, p. 5-6).

pela demanda da família, demanda do mercado a ser atendido no contexto geográfico dos núcleos consumidores em potencial.

8) A **construção coletiva e solidária das agroflorestas nas áreas de cada assentado**, os mutirões e a troca de dias de trabalho não eram objetivos *a priori*, mas se tornaram no processo de debate e implantação dos sistemas agroflorestais um importante resgate a consciência coletiva e solidária no assentamento e nas pequenas propriedades. O mutirão, ainda mais, pois com um trabalho articulado e específico para cada participante permite que tempo de trabalho e a penosidade do trabalho seja amenizada, afinal, de modo recorrente aparecia a seguinte conclusão: “é muito melhor trabalhar mais gente, rende muito mais e o tempo passa muito mais rápido”. Altieri (2012 [1989]) fala que como a agroecologia é uma práxis com enfoque na agrobiodiversidade, ela por excelência também integra a comunidade, ele diz: “um enfoque tecnológico que está enraizado na diversidade, na sinergia, na reciclagem e na integração, assim como em processos sociais baseados na participação da comunidade” (p. 16). Ou seja, a troca de dias de trabalho e os mutirões, além das rodas de conversa que privilegiam as experiências e conhecimento camponês são estimulados nesse contexto (ALTIERI, 2012 [1989]). Aliás, as rodas de conversa são muito importantes nesse processo que visa construir o conhecimento a partir do camponês e não excluí-lo do processo.

9) **Plantas nativas para reflorestamento e sementes crioulas** (sem transgenia), ou seja, “que está livre dos controles externos de multinacionais, como [não] acontece no agronegócio; as sementes são patrimônio da humanidade e os produtores tem direito de usá-la” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 197), ao mesmo tempo que se trabalha para reestabelecer o complexo sistema da floresta também se pensa na lavoura, pomar e horta a partir da melhor adaptação e cruzamento de sementes para criar sementes crioulas. O exemplo do Mario Lago é o termo de acordo assinado com INCRA (o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta) que não prevê somente os 20% de reflorestamento de reserva florestal, mas uma proposta que está sendo realizada de 35% de reflorestamento. O reflorestamento é parte fundamental da maneira agrofloresta de realizar-se pela prática camponesa, com agrobiodiversidade de plantas nativas (LIMA, 2011 e CORREA NETO et al, 2016b).

10) A **formação de agentes multiplicadores e coordenação no processo de implantação do projeto por lideranças de movimentos** ligados a Via Campesina (CORREA NETO et al, 2016b). Aí entram as escolas e formação da militância, que vai desde os cursos de formação nas áreas de acampamento, até as aulas com intelectuais e práticos no interior das instituições públicas (via projetos de extensão e educação do campo) e não

governamentais aliadas dos movimentos sociais. Pois a Agrofloresta Nelsoniana é tangível na experiência social com o que Nelson Correa chama de “mãe natureza”, não é conciliatória entre classes sociais, mas expressão do campesinato como solução possível a crise civilizatória do modo de produção capitalista, os agentes multiplicadores são os técnicos e militantes do movimento que cumprem sua função de coordenação, capacitação e motivação da continuidade da produção agroecológica. A inserção da juventude é um ponto fundamental nesse processo, a quebra de paradigmas na lida com a terra e com o manejo agregando o fator comercialização se desdobrou na permanência da família no lote/propriedade (CORREA NETO et al, 2016b). Isso é mais evidente nas novas lideranças que encabeçam o projeto pelo MST e na CooperaFloresta essa realidade é tangível, na maioria das famílias nos últimos 15 anos, os filhos mantêm o trabalho dos pais e investem suas vidas nas áreas da família pois observam a agroecologia possível e rentável para si. Estes filhos se tornaram os agentes multiplicadores e a nova cara da agroecologia nesses tempos.

11) **Educação do campo e escolas de agroecologia agroflorestal (conhecimento formal e informal)** são a implicação de que o conhecimento camponês é fundamental na construção do conhecimento coletivo dos agrofloresteiros e esse aprendizado anima outros assentandos a implementar princípios básicos da agrofloresta agroecológica para potencializar sua produção o que acarreta também a práxis agroflorestal (CORREA NETO et al, 2016a); a educação do campo e as escolas de agroecologia permitem a continuidade das redes de solidariedade e agroflorestas. A imagem que fica foi o momento em que na área do seu Ari em Barro do Turvo, se reuniram no dia 15 de setembro de 2016, debaixo da sombra de árvores de uva japonesa, os agrofloresteiros representantes da Barra do Turvo (de grande parte das comunidades da CooperaFloresta), do assentamento Contestado do MST (na Lapa, Paraná) e da Escola de Latinoamericana de Agroecologia (ELAA), de populações tradicionais no litoral do Paraná, e dos assentamentos do MST em São Paulo (Mario Lago em Ribeirão Preto, Luiz Beltrame em Gália, Rosa Luxemburgo em Iaras, Pirituba II em Itapeva, e Carlos Lacerda em Itapetininga).

12) E por último, a necessidade (atual) da **captação de recursos por projetos**¹³⁸ em organizações nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas. Na linha das necessidades, que são imensas e inúmeras no contexto de assentamentos, a captação de recursos se faz quase um processo obrigatório no contexto de agrofloresta nesse momento histórico. Os

¹³⁸ Os mais recentes projetos que foram aprovados estão ligados as políticas de sequestro ao CO₂ pelo reflorestamento do Banco Mundial e outras organizações internacionais, na perspectiva de que agrofloresta se fundamenta no argumento central do sequestro de toneladas de carbono líquido (CO₂) por este sistema.

recursos são alocados e investidos especialmente no maquinário, na capacitação (cursos e vivências) e na implantação dos lotes (irrigação, insumos iniciais e mudas). Porque mesmo que haja uma redução exponencial do uso de insumos e uma redução absoluta do uso de água, estes são fundamentais para romper com o paradigma do agronegócio que instaurou dependência de insumos no manejo agrícola e produtividade, prosseguindo no processo de maturação e manejo da agrofloresta (CORREA NETO et al, 2016b). Altieri (2012 [1989], p 18), por fim, vai destacar a necessidade que se construam projetos de cooperação e financiamento que incorporem “tanto o conhecimento tradicional quanto a ciência moderna”, fazendo valer tanto o que é mais eficiente tecnologicamente como o que é mais eficiente no que tange ao conhecimento individualizado.

A agroecologia agroflorestal tem pontencial em seu alcance em transformar as relações do homem com a natureza, ela não depende de “qualquer tipo de fertilizante solúvel ou agrotóxico, práticas que intoxicam o solo” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 185). E a agroecologia é por excelência o processo de desintoxicação do solo e também do agricultor camponês das práticas tradicionais e convencionais nocivas, “passa-se a trabalhar dinamicamente, com fatores bióticos e naturais através dos estímulos a processos gerados pela ação da biocenose ativada pela alta deposição de **MO** [matéria orgânica] e por um **manejo** que respeita e protege o ecossistema” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 185, grifo nosso).

Após essa sistematização de nossos campos, das leituras de inúmeros trabalhos expressivos com vistas a agroecologia “não se pode dizer que não exista tecnologia para confrontar e superar o agronegócio”(MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 177). O caminho ainda é árduo, mas está sendo trilhado.

A concepção da agrofloresta de Nelson Correa é mais que um modelo, na verdade, ela não tem essa pretensão. O objetivo é fazer a agroecologia algo possível em pequenos lotes de reforma agrária especialmente, também para pequenos produtores marginalizados, sejam eles comunidades tradicionais ou posseiros, que qualifiquem não só a luta pela terra mas a resistência na terra para os camponeses des-re-territorializados. Para Nelson, aplicando os conceitos centrais da agroecologia em uma linguagem informal: matéria orgânica e manejo se tornam “**cobertura de solo**” e “**agricultura bem feita**”. Por isso, uma história crítica da agrofloresta pela voz desse prático da agroecologia e intelectual orgânico se torna fundamental no contexto das vozes camponesas para o nosso trabalho. Em nossa conversa em

Barra do Turvo em setembro de 2016, ele disse: “A Agrofloresta não é um cantinho, não é demonstrativa, é um aporte da maneira de viver”.

O **resultado direto** desse tipo de manejo é a sustentabilidade (e resiliência)¹³⁹, o aumento da produtividade e adaptabilidade socioeconômica e cultural. E a **restrição única** verificada em nossos trabalhos compactua com o olhar de Miguel Altieri (2012 [1989]), “que os sistemas agroflorestais são específicos quanto ao ecossistema” (ALTIERI, 2012 [1989], p. 292), sabendo que essa especificidade não é um fator limitante em si, mas potencial de uma agricultura que concilia gentes e natureza. Para viabilizar esses 12 princípios no PDS Mario Lago é essencial ouvir a voz de Vandei Lima e Cristine, lideranças do MST e parte central do Projeto de SAFs neste assentamento, a partir de suas falas poderemos conhecer mais a organicidade em amadurecimento desse projeto que concilia camponês e agroecologia, onde um nasceu para o outro.

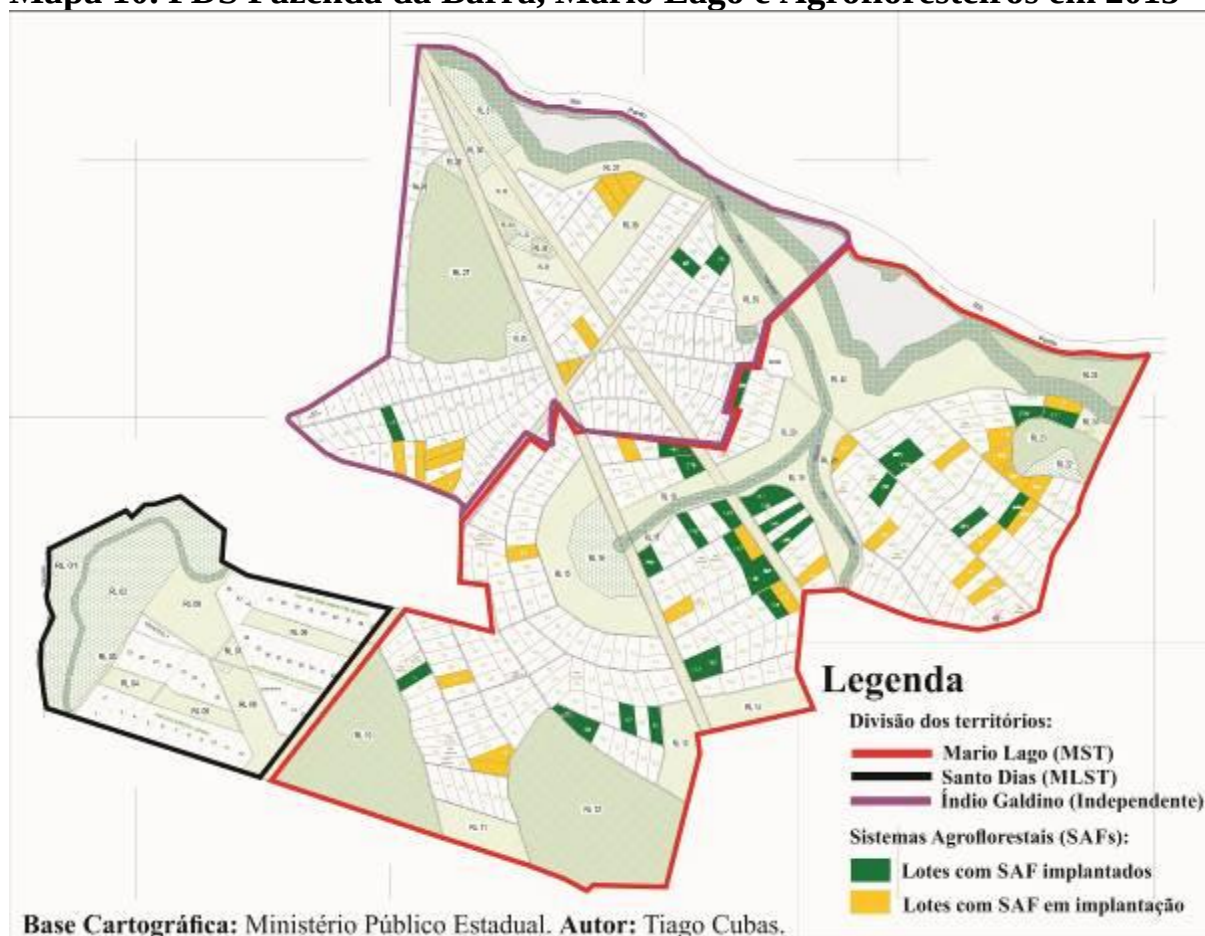
Dimensão socioeconômica e organizativa

A organização socioeconômica atual dos agrofloresteiros do Mario Lago¹⁴⁰

O Mapa 10 espacializa os territórios divididos pela luta e qualificados pela resistência em estratégias divergentes. A paisagem cada vez mais diversa no Mario Lago é influenciada pela vivência em Agrofloresta em lotes de aproximadamente 1,5 hectare de terra (15 mil metros quadrados), com implantação de 1 módulo (500 metros quadrados) por família pelo Projeto Agroflorestar II que teve origem no contato com assentados do MST no PDS Sepé Tiaraju em Serra Azul quando no período resistia o acampamento na área da Fazenda da Barra, e assentados do Sepé Tiaraju e acampados da Fazenda da Barra foram a CooperaFloresta apreender com aquela experiência, conheceram ali Nelson Correa.

¹³⁹ “A sustentabilidade e a resiliência são alcançadas em função da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas, por meio de consórcios, rotações, sistemas agroflorestais, uso de sementes nativas e de raças locais de animais, controle natural de pragas, uso de compostagem, adubação verde e aumento da matéria orgânica no solo, o que melhora a atividade biológica e a retenção de água” (ALTIERI, 2012 [1989], p. 16).

¹⁴⁰ Para saber mais sobre a dimensão socioeconômica e organizativa dos agrofloresteiros na atualidade veja o ANEXO II, entrevista com Vandei Lima e Cristine, referências no projeto de agrofloresta agroecológica.

Mapa 10. PDS Fazenda da Barra, Mario Lago e Agrofloresteiros em 2015

O Projeto Agroflorestar II foi implantando por Nelson Correa e Osvaldinho “da Cati”, no ano de 2011 no Mario Lago, com recursos provenientes dos seguintes projetos aprovados: Agroflorestar num segundo edital da Petrobras SocioAmbiental foi estendido da CooperaFloresta para outras áreas incluindo o Mario Lago; o Funbio (Fundo Brasileiro para Biodiversidade) incluindo o Programa TFCA (Tropical Forest Conservation); e o PDRS “Renascer das Águas do Aquífero Guarani” fomentado pela Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Veja o mapa do assentamento e a espacialização das agroflorestas nos lotes.

Foram 47 lotes implantados até julho de 2016 e mais 13 programados para implantação, além de outros 20 lotes que não estão oficialmente dentro do projeto, mas extra oficialmente desempenham a agrofloresta sem subsídios específicos. Para todos estes lotes o PAA ainda é o maior receptor de alimentos agroecológicos do Mario Lago, mas esse projeto criou uma outra linha de comercialização justa: o projeto de Cestas Agroflorestais. Trabalho este que é desenvolvido com cestas pequenas¹⁴¹ (de 4 a 5 kg) e grandes¹⁴² (de 5 a 7 kg) por

¹⁴¹ Nos meses de 4 semanas o valor de 130,00 reais relativo a 32,50 reais por semana.

¹⁴² Nos meses de 4 semanas o valor de 180,00 reais relativo a 45 reais por semana.

semana de alimentos para parceiros/consumidores (chamados pelos assentados de “coprodutores”) que são parte também do processo de certificação orgânica participativa (OCS – Organização de Controle Social). De 60 a 70 famílias todos os meses tem sido alcançadas com este projeto.

O processo, que acontece na terça-feira, começa na segunda com a reunião dos agrofloresteiros para os encaminhamentos sobre as questões e informes gerais e também sobre as mercadorias específicas que comporão a cesta. A terça-feira se desdobra, na manhã pela colheita de cada produto específico, e na parte da tarde, a partir das 13 horas com a produção da cesta. Com os seguintes procedimentos: 1) lavagem cuidadosa do barracão; 2) pesagem dos alimentos por produtor para pagamento por proporcionalidade de produção entregue; 3) nova lavagem dos alimentos (uma vez que já foram lavados no lote) com água e cloro e separação por tipos (legumes, verduras, chás, temperos e frutas); e 4) separação em cestas dividindo entre as cestas grandes e as cestas pequenas. Mais duas etapas de entrega: 1) carregamento do caminhão separando cestas grandes e pequenas para começar o itinerário às 16 horas aproximadamente; e 2) entrega das cestas em pontos de retirada previamente definidos. Estes pontos de retirada são os parceiros/distribuidores que auxiliam no processo de entrega das cestas. Eram estes parceiros, todos em Ribeirão Preto, em julho de 2016: UGT (União Geral dos Trabalhadores) no Memorial da rua José Bonifácio, 59, Centro; Estação Luz (Organização Não Governamental que apoia também com construção de projetos e tecnologias sociais) na rua Amazonas, 265, Campos Elíseos; Escola Bela Líria na rua São José, 2101, Alto da Boa Vista; e Loja Livre Leve na rua Eliseu Guilherme, 1287, Jardim América.

A Figura 12 representa (na ordem cronológica) todo o processo de colheita a comercialização que acontecem todas as terças-feiras no Mario Lago.

Figura 12. Cesta Agroflorestal: da agrofloresta a mesa

(1) colhendo, (2) levando, (3) limpando o barracão, (4) pesando os alimentos, (5) lavando, (6) organizando cestas pequenas e grandes, (7) carregando o caminhão e (8 e 9) levando aos pontos de retirada. Crédito: Tiago Cubas.

Todas as informações para participação e compras dessas cestas estão na página do facebook do projeto: <https://www.facebook.com/cestasagroflorestais>. Essa página inclui deste as informações básicas e necessárias para a contratação como informações semanais dos produtos que farão parte daquela semana em cada cesta.

A Agrofloresta, desde o começo, com manejo e continuidade produz durante todo o ano, e a cesta trabalha com essa premissa, a de comer o que tem de melhor para cada época do ano. O Quadro 16 foi produzido a partir da vivência e coleta desses dados durante todo o período das cestas Agroflorestais afirmando a importância dessa linha de comercialização também pelo rendimento e incentivo ao manejo diário dos lotes.

Quadro 16. Projeto de Sistemas Agroflorestais no Mario Lago de agosto de 2015 a julho de 2016

	Em 12 meses	Média mensal
Rendimento (em R\$)	53.139,02	4428,25
Número de produtores	252	21
Quilos por produtor	842,08	70,17

Fonte: Pesquisa primária. **Obs:** Os últimos doze meses da pesquisa são a soma da média do outros dez meses (agosto de 2015 a maio de 2016).

Os valores médios para as famílias nos meses referentes ao período de produção dos dados, de agosto de 2015 a maio de 2016, com projeções para junho e julho, eram de 210,86 reais mensais por lote participante. Para a primeira colheita e participação na média mensal é de 55 reais que se dá entre o segundo e terceiro mês com hortaliças. A tendência na maturação do módulo de SAF é o aumento dos ganhos com frutíferas, reserva de madeira e leguminosas,

entre outras a partir da diversidade da floresta. O rendimento em 12 meses é de mais de 53 mil reais e o total de quilos entregues a Cesta Agroflorestar por produtor durante esses 12 meses é de 842,08 quilos.

É fundamental salientar que esses 210,86 reais pagam o que é chamado de crédito rotativo implementado pelo projeto de Agroflorestas num plano de 6 meses, onde são disponibilizadas mudas, insumos e horas de trator. Ou seja, o SAF se paga na entrega da cesta agroflorestal e o excedente (PAA, PNAE e trabalho acessório) pode ser reinvestido na família e no lote.

Ainda, aqueles que estão vinculados ou a Cooperares (Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo) ou a Comater (Cooperativa Mãos na Terra) e entregaram no PAA no último projeto 2015/2016, alcançaram aproximadamente 800 reais mensais somados a Cesta Agroflorestal. A Figura 13 mostra o fornecimento semanal para o PAA que recebe o excedente da produção farta da Agrofloresta.

Figura 13. José “Perninha” na entrega para o PAA e para a Cesta Agroflorestal



Crédito: Tiago Cubas.

Segue o Quadro 17 referente ao PAA pelo CPR-Doação pontuando os projetos do assentamento Mario Lago pelas suas cooperativas desde 2011 até 2015, fundamental como programa de manutenção da produção de alimentos e especialmente do fortalecimento dos camponeses.

Quadro 17. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2011 a 2014 com foco no Assentamento Mario Lago

ANOS	2011		2012	
ENTIDADE	Quilos	Valor	Quilos	Valor
Cooperares ¹	241058	452610	466395	482220
Amarp ²	192212	300330	136978	176130
Comater ³	-	-	-	-
Total Mario Lago	433270	752940	603373	658350
Quilos por família	2434,10		3918,01	
LUGAR	CPRs	Valor	CPRs	Valor
Ribeirão Preto	7	1245721,5	10	1430054,15
São Paulo	271	46923450,76	316	57611810,91
Brasil	2206	361956818,7	2219	386093480,6
ANOS	2013		2014	
ENTIDADE	Quilos	Valor	Quilos	Valor
Cooperares	306463	601400	401262	768000
Amarp	-	-	276878	452600
Comater	-	-	108895	224000
Total Mario Lago	306463	601400	787035	1444600
Quilos por família	3159,41		3995,10	
LUGAR	CPRs	Valor	CPRs	Valor
Ribeirão Preto	3	1332944,51	7	2491233,35
São Paulo	157	51235172,46	297	95484966,71
Brasil	828	178676296,6	1063	285683595,1

Fonte: Conab (2016). **Org.** Tiago E. A. Cubas.

¹Cooperares – Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo

²Amarp – Associação das Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto

³Comater – Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra

Há um aumento massivo na produção em toneladas de modo absoluto para todo o assentamento Mario Lago de 2011 a 2014, de aproximadamente 433 toneladas em 2011 para 787 toneladas de alimentos em 2014. Assim também, passando especialmente pela implantação dos Sistemas Agroflorestais pelo projeto e pela maneira de produzir (em seus princípios fundamentais para muitos, a produção por família em cooperação foi de aproximadamente 2,5 toneladas por família para quase 4 toneladas por família em alimentos direcionados ao PAA.

Mais recentemente, no primeiro semestre de 2016, o grupo de agrofloresteiros com auxílio do SEBRAE rural (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) tem fomentado sua própria cooperativa que terá sede no Centro Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” onde já fora instalado o seu viveiro de mudas e está em processo de finalização o barracão de beneficiamento simples. A soma total da produção de alimentos do Mario Lago, em grande parte pelas famílias agrofloresteiras, cerca de 4 toneladas ano de 2014 para o PAA e de agosto de 2015 a julho de 2016, cerca de 850 quilos. O total por família é 4,83 toneladas de alimentos por ano aproximadamente.

A implantação das agroflorestas nos lotes e o ressurgimento dos mutirões

Sobre a prática detalhada do processo de implantação dos SAFs, em cada lote que participou do projeto foi incentivada a produção por módulo¹⁴³. Numa área aproximada de 500 metros quadrados na implantação de cada módulo, este primeiro módulo é implantado com recursos do projeto Agroflorestar e depois por iniciativa própria individual e do coletivo do assentamento no PDS Mario Lago, visando expandir para toda a área do lote como já acontece com várias famílias. A preparação de cada lote se realiza da seguinte maneira segundo as orientações dos responsáveis do projeto:

1. Roçar e guardar a matéria orgânica (feito por cada um em mutirão se possível no seu lote, responsabilidade do assentado e do grupo de agrofloresteiros no mutirão);
2. Gradagem e encanteiramento com trator do projeto (feito pelo projeto através da pessoa Seu Zé das Couves);
3. Encanteirar pela segunda vez junto ao esterco de galinha (responsabilidade do projeto e dos assentados do lote);
4. Irrigação (pelo método de gotejamento ou bailarina, o primeiro é cedido pelo projeto e o segundo é investimento pessoal do assentando) e yorin (concessão do projeto e implantado junto ao Vandeí Lima, Jêsuíta e Rodrigo);
5. Cobertura (pegar a matéria orgânica guardada e espalhar por cima dos canteiros com pelo menos 10 a 30 cm de cobertura, responsabilidade dos assentados);

¹⁴³ São 8 canteiros com 15 bandejas de mudas de hortaliças somadas as mudas das linhas de árvores. Aproximadamente 1500 reais por lote. O projeto inclui ainda 3 horas máquina, 1 saco de calcário, 1 saco de yorin, 1 carro de esterco (2 toneladas) e kit irrigação gotejamento. O crédito rotativo é parte da organização do projeto, está na coordenação de Vandeí Lima: na primeira requisição tem dois meses de carência e se paga em até 6 vezes e da segunda requisição começa a se pagar no mês seguinte.

6. Implantação (responsabilidade do projeto com a variedade disponível no momento pelo viveiro de mudas, os responsáveis são Jê, Zaqueu e Rodrigo);
7. Crédito rotativo começa a valer (2 meses de carência para o primeiro pagamento ao projeto na responsabilidade do Vandêi Lima).

Na Figura 14 o exemplo da implantação desde o planejamento.

Figura 14. Planejamento e dia de implantação de módulos de Agrofloresta



Crédito: Tiago Cubas.

Esse processo de implantação, como parte do projeto, é encorajado a ser realizado por meio de práticas coletivas como troca de dias de trabalho e o tradicional mutirão. E por isso, na fala de todas as lideranças as quais acompanhei, o mutirão aparece como resgate de uma prática coletiva e de uma vivência em comunidade. Gaúcho, assentando no Contestado (Lapa-PR) disse ainda enquanto estávamos debaixo da uva japonesa no lote seu Ari na Barra do Turvo: “ainda que o projeto não tivesse logrado êxito na produção, o resgate do mutirão foi algo impagável, e por isso só, já valeu toda a pena”.

A partir disso, devemos pensar no mutirão como um fim em si mesmo. No contexto de mutirão pude ouvir histórias muito ricas e profundas a respeito da vida de alguns assentados e acampados que participaram dessa atividade, foi criado, nesses momentos a possibilidade de aprofundar laços de afinidade. Aquele contexto projetava a essência da coletividade e da solidariedade como um fim em si. A individualização do ser promovida num contexto de urbanidade, de desterritorialização histórica dos camponeses, é quebrada pelo objetivo comum, seja ele qual for. Aí não importam a implantação das mudas e sementes com conversa e descontração, muros um pouco tortos ou uma cerca, que apesar de bem feita, também tem suas imperfeições. O mutirão deve nesse contexto, ter como objetivo último, de fato, a implantação do módulo de agrofloresta, o término do barracão ou o término da cerca (de fato são coisas fundamentais nesse contexto do assentamento Mario Lago), mas a sua “ressurreição” transita entre assentados e acampados que sentem que suas agroflorestas tem cooperação de toda a comunidade. A luta do acampamento não fica, nesse quesito, mais restrita a luta por um lugar para morar, mas de um lugar para produzir e viver em comunidade de forma harmoniosa.

Em seguida, as figuras 15 e 16, que ilustram o mutirão que se tornou não só uma prática corriqueira e específica das implantações (que em um momento ou outro se encerram) mas da continuidade na construção do Viveiro de mudas, do Barracão de Lavagem e Beneficiamento Simples e do cercamento dos 35% de reservas comprometidas no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre INCRA e assentados da Fazenda da Barra, etc.

Figura 15. Mutirão da cerca para a Reserva e na área coletiva com Vandeí



Crédito: Tiago Cubas.

Figura 16. Mutirão no futuro Barracão de Lavagem e Beneficiamento Simples



Crédito: Tiago Cubas.

A funcionalidade do mutirão é provocar no sujeito a memória enquanto sujeito social, coletivo. Resgatando no sujeito assentado a memória dos tempos de acampamento, onde tudo era comum, e trazendo ao acampado a realidade da produção (o outro lado da luta).

Dentro do contexto das nossas vivências, os mutirões já são pensados para fazer parte dos objetivos das coordenações de acampamento e assentamento como uma atividade obrigatória porque ele promove solidariedade, promove a sensação de pertencimento e de que pessoas são mais importantes que coisas, ser é mais importante que ter. Faz parte do exercício de coletivização e mentalidade solidária essencial ao sujeito assentado que quando chega ao seu lote se encontra numa forte tendência de individualização da vida, um tanto pela necessidade de investimento de tempo no seu próprio lote e outro tanto pelo “conforto” gerado com a conquista da terra.

Em 2016 a busca do selo OCS para comercialização de “orgânicos”

O próximo objetivo do grupo de agrofloresteiros do Mario Lago é a certificação orgânica junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A busca pela certificação de orgânicos (OCS – Organização de Controle Social) é uma demanda muito mais externa do que interna, para que haja uma maior possibilidade de ganho (em média de 30% e acima) para as famílias assentadas. A demanda externa é das famílias compradoras, porque de fato, o selo OCS trata da venda direta produtor-comprador, ou, sem intermediários. Por isso é preciso uma organização que controle socialmente a relação entre os produtores e consumidores, ou no caso do Mario Lago, dos produtores e dos coprodutores.

O IBS (Instituto Biossistêmico) que era terceirizado pelo INCRA até julho de 2016, depois de encerrado o convênio, agora continua, com um agrônomo, sendo voluntário do projeto. Este acompanhamento técnico é fundamental também no processo de certificação. Nesse período, entrou o trabalho junto ao Sebrae Rural que capacitou o grupo para criação de uma cooperativa agroecológica para dar legitimidade a esse processo. Segue o artigo que define a OCS.

Segundo a alínea VIII do Art. 2 do Decreto Nº 6.323/07, a Organização de Controle Social é definida como *"grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade."* (MAPA, 2016, sem paginação, grifos do autor)¹⁴⁴.

E o procedimento básico de cadastramento, além das normas técnicas a respeito da utilização de insumos específicos, sem agrotóxicos, da cooperação e da relação transparente com o consumidor e com a comunidade:

Para o cadastramento (Art. 99 da IN 19/09) a OCS deve apresentar os formulários (modelos sugeridos nos Anexos V, VI e VII da IN 19/09) preenchidos, mais documentos que relatem como se dão os controles interno e o social sobre a produção e comercialização, além de declaração oficial de cada produtor comprovando a condição de agricultor familiar. Esta comprovação, de acordo com a Lei Nº 11.326/06, se dá atualmente pela apresentação da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. [...].

- Frequência de reuniões entre os membros;
- Frequência de visitas entre os membros a cada unidade de produção controlada pelas OCS;
- Medidas para garantir a rastreabilidade dos prontos;
- Providências tomadas pelo grupo quando algum membro não cumpre com as normas da produção orgânica acordadas. (MAPA, 2016, sem paginação).

A frequência das reuniões entre os membros já acontece. Toda segunda-feira, a partir das 14 horas, no Centro Sócio-agrícola “Dom Helder Câmara” se reúnem todos os envolvidos em Agrofloresta numa reunião aberta ao público e que inclui todos os participantes da certificação OCS. Onde também estão sendo discutidas, depois da construção do viveiro, a sua utilização e o término do Barracão de Lavagem e Beneficiamento Simples. Quando a questão da frequência de visita de lotes eles estão preenchendo os procedimentos e mudanças

¹⁴⁴ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/controle-social-rpo>.

necessárias através do que chamam de “Visita 0”, ou seja, a primeira visita antes da visita formal para certificação. Já estão acumulando o conhecimento e esse hábito necessário. Como segue na Figura 17.

Figura 17. Visita de lote para certificação OCS – produtores e coprodutores



Crédito: Grupo da Cesta Agroflorestral do Mario Lago. **Disponível em:** <https://www.facebook.com/cestrasagroflorestais>

As medidas para garantir a rastreabilidade dos produtos estão em reflexão por parte das lideranças, em como viabilizar esse processo, de onde sai (qual lote) para onde vai (qual consumidor) e qual produto (tipo de hortifrúti). E por último, a fiscalização é maneira de evitar que qualquer um do grupo tome alguma atitude individualizada que confronte a legislação e as normas para produção orgânica, que em essência parte de antes disso, da vivência agroecológica.

Na responsabilidade das famílias que estão participando também está o preenchimento dos cadernos de campo para orgânicos, cedidos pelo MAPA. A maneira de lidar com a água nos lotes é algo fundamental para regularização. São três fontes de água da casa para se lidar: a água da cozinha que deve ter uma caixa de gordura, a água do chuveiro que deve ir para o círculo de bananeiras e a água do vaso para a fossa séptica. Na reunião do dia 4 de julho de 2016 as considerações mais urgentes foram além dessas já citadas: a questão da fossa séptica para não contaminação dos solos e dos alimentos produzidos; a proibição da queima de lixo e a coleta seletiva; e o plantio da cerca viva, de preferência feita com capim. Esses são os elementos de regularização oficial do selo OCS para estes produtores que estão em debate e implantação.

No entanto, a partir disso, duas questões se colocam, questões que precisam ser refletidas para o prosseguimento do projeto. A primeira que se coloca é que esses camponeses já produzem agroecologicamente, mesmo antes do selo, outros nomes como “produção orgânica”, “produção verde”, “agricultura sustentável” ou “agricultura sintrópica” servem para pulverizar a discussão da agroecologia para além do selo. Quer dizer, tudo o que visa

substituir o conceito de agroecologia é profundamente dispensável do ponto de vista da luta pela terra. Outra questão é o PAA. A produção com selo não é favorável financiamento no contexto do PAA, pois os 30% estão enquadrados dentro do valor da cota por família, ou seja, cada família manda 30% a menos de alimento para o PAA com qualquer selo para orgânicos no Brasil. Isso precisa ser rediscutido em escala nacional para que a quantidade de entrega de alimentos não seja menor e sim maior pela qualidade dos alimentos entregues nesse tipo de produção.

São duas questões fundamentais no contexto de movimento social porque o selo OCS não é um fim em si, o Barracão e o Viveiro também não o são, mas parte do processo de qualificação do modo de vida camponês. Foram árduos 4 anos do contato com a CooperaFloresta e cristalização desse projeto no PDS Mario Lago. Em 2013 o contato, em 2014 e 2015 as implantações, em 2015 ainda a consolidação da produção e formação do canal de comercialização das Cestas Agroflorestais e 2016 a certificação. Enfim esse movimento cresce, e a união do tripé, agroecologia, soberania alimentar e reforma agrária tem dois nomes muito específicos no estado de São Paulo, MST e SAs.

2.3 Alcance, globalização e potencialização do paradigma agroecológico em São Paulo

Para fecharmos esta parte do trabalho e assim fazer uma costura entre a dimensão geohistórica da luta pela terra e a luta na terra que culmina na reivindicação da reforma agrária popular; da dimensão da formação do campesinato forjado na luta e politicamente como classe social, da dimensão do discurso da diferenciação entre segurança alimentar e soberania alimentar, e da dimensão da cristalização da agroecologia como agrofloresta em lotes de reforma agrária numa agricultura farta de alimentos, produção de processos e não de insumos e com redes de relações de troca de conhecimento, de apoio e de comercialização justa; pensamos em transcrever o trecho da fala de Nelson Correa no Encontro de Fechamento do Projeto Agroflorestar. Isso seria mais que algo ilustrativo, mas uma referência ao encontro de gentes (rede de relações) com o projeto sem-terra (rede de lutas), onde nesse cruzamento aconteceria a maior experiência de agroecologia em redes do MST no estado de São Paulo.

O fim do começo: encontro sagrado de gentes¹⁴⁵

¹⁴⁵ NC é Nelson Correa. Este subponto é a transcrição de um trecho da fala de Nelson Correa, e que pertence ao último encontro, o fechamento dos Projetos Agroflorestar e Agroflorestar II, em Barra do Turvo, que aconteceu numa quarta e quinta feira, nos dias 14 e 15 de setembro de 2016. Onde se reuniram representantes de todas as

Nelson Correia (NC): O projeto Agroflorestar é o encontro de águas sagradas, é o encontro de águas muito importantes. E como disse Rogério Rosa quando tinha beijado o projeto, abençoado, e colocado no correio: “esse projeto já está aprovado nas esferas celestiais, esse é um projeto que vem da luta da luz”. Por um quatro e meio bilhões de anos na história do planeta terra, há 65 milhões de anos atrás aconteceu uma extinção em massa de espécies, mas nós estamos na sexta [processo de extinção em massa] e maior, como diz meu amigo Ditão, que nos inclui, nós seres humanos. Mas por que em 10 mil gerações sobrou pra nós a luta final por todos os seres do planeta terra?

Figura 18. Nelson Correa: a alma crítica da agrofloresta brasileira



Crédito: Tiago Cubas.

Então, o projeto tem essa dimensão. E graças a Deus ele tem uma contribuição. Esse projeto nasceu aonde? Nasceu, por exemplo, com os povos da América que nos legaram a imensa diversidade das florestas e um sagrado conhecimento, nasceu com os quilombolas, que conhecem a natureza e praticam uma agricultura fundamentada na recuperação da terra,

22 comunidades da CooperaFloresta e todos os representantes de comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária onde foram implantadas no coração e na terra as agroflorestas ernestistas/nelsonianas.

mesmo usando a queimada, e já temos superado isso em nossa discussão aqui na Coopera. Ele nasceu com o nascimento da CooperaFloresta. Com a luta do MST pra colocar a natureza e as pessoas de volta a terra. Somos todos sem-terra porque a terra não nos pertence. Somos conscientemente sem-terra e haveremos de morrer sem-terra e haveremos de transformar esse país em um país sem terra, em um país onde as pessoas pertencem a terra. E não o contrário.

Esse capitalismo, esse cidadão, o Adão [Smith], naquele pecado do egoísmo, então o Agroflorestar ele traz uma compreensão, uma mensagem, do MST, da CooperaFloresta, dos povos tradicionais, esse Adão acaba punindo tudo isso. E nós temos a sorte porque, como o mundo é sagrado, os mesmos processos que fazem a terra ficar fértil, se nós os compreendermos bem, e cada um de vocês tem compreendido isso. Os mesmos processos que fazem a terra produzir muito, fazem também os rios voltarem a nascer, faz também as chuvas voltarem a chover, fazem também a temperatura diminuir.

Então vamos voltar, queria dar essa dimensão de encontro de coisas sagradas, e ali temos também as grandes conquistas. O Agroflorestar ele trabalhou com 410 famílias agricultoras, 91 da CooperaFloresta, umas 15 que estão em comunidades tradicionais no litoral do Paraná, e até mais que estão em assentamentos de reforma agrária. Além disso nós temos 650 famílias que estiveram irmanadas no mesmo projeto e que tiveram o mesmo tipo de formação que houve no Agroflorestar e com a nossa participação, e com a contribuição também da CooperaFloresta. E do que ela tinha de concreto de experiências.

E daí tem uma outra dimensão, a velha guarda, aqueles que estavam no início do projeto, nós viemos conversando, alguém falou assim, nós usávamos uma cavadeira pra fazer canteirinho, e o projeto Agroflorestar desenvolveu metodologias de fazer agrofloresta com máquinas, com equipamentos, é claro que com a mão também, sempre com a presença humana, mas também utilizando um outro jeito nós sabemos disso. Fazemos horta, pomares, fazemos criação de galinha, gado, lavoura, todas as nossas práticas desenvolvidas para usar as máquinas que possuímos e adaptar outros, como o “catacapim”, e outras também como equipamentos que cortam e colocam o capim na posição certa pra fazer a cobertura de solo.

Então, na realidade, pra CooperaFloresta, qual é a abrangência? Nós atuamos no campo da produção e o grande diferencial do projeto é que nós não implantamos pequenas áreas de agrofloresta demonstrativas, nós fizemos do mesmo jeito que a CooperaFloresta, quando as pessoas perguntam assim, cadê a sua agrofloresta? O que que o seu Ari vai falar? Está em volta da minha casa, em qualquer lugar que você andar já é agrofloresta, e nós no começo, não tínhamos coragem de ter essa pretensão, mas nós fizemos. Na maior parte dos

lugares onde nós atuamos houve uma transformação concreta da maneira de viver. E também outra contribuição de grande importância é a forma de sentir a presença de Deus em cada palmo do mundo. E construímos essa mudança no nível de materiais detalhados sobre a experiência da Coopera e dos assentamentos, esses materiais dão nomes aos bois, tem 30 árvores específicas pra cada tipos de manejo específico, fruteira, madeira, depois verduras, 200 tipos de consórcios diferentes e cultivo possível pra cada um.

Tudo isso, e ainda tem mais, nós não sabíamos tudo isso, eu, enquanto técnico, eu posso dizer, não sabia 10% do que eu sei hoje. E olha que já tinha 15 anos de agrofloresta. Temos que citar também a dimensão então do educativo. A CooperaFloresta deu continuidade a situações que ela já vinha fazendo, e por várias vezes passando pelas escolas do município, e passando pelas turmas, quase todas, já fizemos isso outras vezes também. Mas é importante falar da participação da viração das escolas, a formação do futuro. Acompanhados, e veja muito bem como é que funciona o mundo, porque o MST está determinado há muitos anos em implantar a agroecologia no país. Agroecologia para 1 milhão de famílias. Mas dessas 1 milhão de famílias nós começamos nas escolas e construímos contribuições para formar esses militantes nas escolas.

As pessoas, e as equipes que tem atuado, mas qual é a equipe? A gente quase não sabe o limite, e tem uma fala, da companheira Kelli Mafort de São Paulo, esses meninos aí que são militantes da agrofloresta hoje, são as pessoas que militaram e nós trouxemos essas pessoas de volta para o campo. E houve assim o encontro de águas e de coisas sagradas, e não há duvida que houve esse encontro, e era uma sede que vinha sendo construída e deu vazão, quis Deus que fosse assim. Se recordarmos lá no início, era uma parceria com o SintraVale, e foi ali que nós começamos a atuar no rio pequeno também.

Então gente, é muito grande o que foi construído, essas escolas, a agrofloresta no Paraguai, na Costa Rica, no Chile. Da próxima vez que escrevermos um projeto, escreveremos um projeto internacional, se possível, porque a demanda está por esses lugares. E o livro, já tem gente pedindo para traduzir para o espanhol, pessoal do Paraguai, da Argentina, na Venezuela, onde essa demanda é muito grande e a própria capilaridade que possui. Não é só capilaridade, é organicidade. O Movimento por exemplo, na sua organização interna, tem pelo menos 5 níveis de organização, tem a coisa da regional, tem estadual e nacional, e de tudo isso tem o diálogo e tem buscado fazer uma composição pela agroecologia. A contribuição desse projeto pra isso é muito grande.

O pessoal fala em agroecologia, mas a prática em agroecologia que tem feito avançar a agroecologia mesmo, tem sido no sistema de agrofloresta. Então, nós falamos diretamente da questão da Educação, que nesse segundo momento, o projeto atuou em várias escolas, mas em muitas escolas tem a formação nacional, tem gente do Brasil inteiro. Tem as agroflorestas implantadas e não só implantadas, mas plantadas, porque o que a gente precisa é plantar a agrofloresta no coração das pessoas. A percepção de que você pode fugir ao capitalismo e não é preciso acreditar na sociedade da ilusão, não é preciso acreditar que eu preciso comprar tudo pra fazer uma terra produzir, eu preciso cuidar da natureza porque aí Deus cuida de mim. Então é essa convicção.

E no início, a primeira vez que eu fui no Mario Lago, em Ribeirão Preto, nós fizemos questão de sair e ir perguntando em cada comunidade, mas por que vocês querem fazer o projeto? A resposta era, nós queremos por causa da natureza, nós queremos por causa da nossa organização, porque nossa organização quer que faça. Ninguém disse, apesar de ter visitado a Coopera, que era pra produzir um oceano de alimento. Mas nós somos agricultores, nós temos que produzir, como o Zaqueu está produzindo hoje, aquela maravilha de hortaliça brotando pra todo lado. Ribeirão Preto tem sido um exemplo pra São Paulo, assim como o Contestado tem sido um exemplo para o Paraná. E também há que lembrar da visibilidade, o Namastê, foi levar aquele Marcos Palmeira pra ir lá em Ribeirão Preto ver as agroflorestas nossas. Do nosso pessoal e com a camisa do Agroflorestar. E a repercussão que tem tido mostra que muita coisa está acontecendo.

Vou até entregar agora, mas tenho certeza que falta um oceano de coisas que deveria falar, posso dizer também que o Agroflorestar pra mim é um renascimento. Ô seu Sezefredo! Assim como para o senhor a agrofloresta foi uma nova vida, pra mim também. Poder estar junto nesse processo.

Eu nasci militante da CooperaFloresta e renasci militante da Agrofloresta nessa organização maravilhosa que é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Redes de relações e de solidariedade camponesa: São Paulo-Paraná

O PDS Fazenda da Barra, no assentamento Mario Lago, é um exemplo profundo da transformação social que une soberania alimentar, agroecologia agroflorestal e reforma agrária. O que é mais emblemático é que este assentamento está no coração do agronegócio sucroalcooleiro, a cidade de Ribeirão Preto, e promove nessas contradições a produção

camponesa de alimentos, sem agrotóxico e farta, considerando mercados alternativos como o PAA e circuitos de Cestas Agroflorestais com alimentos agroecológicos. Essa experiência é um fruto direto do projeto Agroflorestar que começou na CooperaFloresta em Barra do Turvo, e hoje se dissemina em uma rede de solidariedade de produção de vida em uma globalização alternativa e intermitente.

O Seminário de Fechamento do Agroflorestar em Barro do Turvo representa essa rede relações e solidariedade de agroecologia, veja Figura 19.

Figura 19. CooperaFloresta, Quilombolas, Caiçaras e Assentados: a rede de relações e de solidariedade de agroecologia São Paulo-Paraná



Crédito: Tiago Cubas.

Essa maneira de produzir coloca em questão “a primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustenta o capitalismo” (SOUSA SANTOS apud STEENBOCK et al, 2013, p. 12). O MST, nesse caso, tem o potencial político de expor e cristalizar essa discussão em experiências por causa da sua capilaridade e organicidade que promove redes de agroecologia materializada nos sistemas agroflorestais que, em essência, são também redes da troca de conhecimentos e saberes, ainda a partir de São Paulo e Paraná, que se espacializam para muito além das famílias participantes dos projetos.

As lutas sociais que colocaram e colocam historicamente em pauta os movimentos sociais, pelo acesso a terra, agora expressam a racionalidade que a reforma agrária da ao uso da terra. A luta também pela prática agroecológica da agrofloresta coloca em pauta o modelo camponês como modo de produzir que organiza desde a produção de suas sementes (sementes crioulas), o tempo e tecnologias de manejo, plantio e técnicas adequadas ao contexto e a

família, até a criação de mercados alternativos, controlando todo o processo produtivo retirando ao máximo a margem da especulação/subalternização da sua produção ou a apropriação da sua renda territorial. Que, assim, é totalmente transferida pela autoexploração ao reinvestimento na sua família e na propriedade/lote da família.

As lutas sociais no contexto da agrofloresta são a rebeldia camponesa somada a sua qualificação como modo de produzir alternativo a agricultura capitalista. A agrofloresta implantada no coração das pessoas não tem volta, de modo que todos passam a produzir pelos seus princípios.

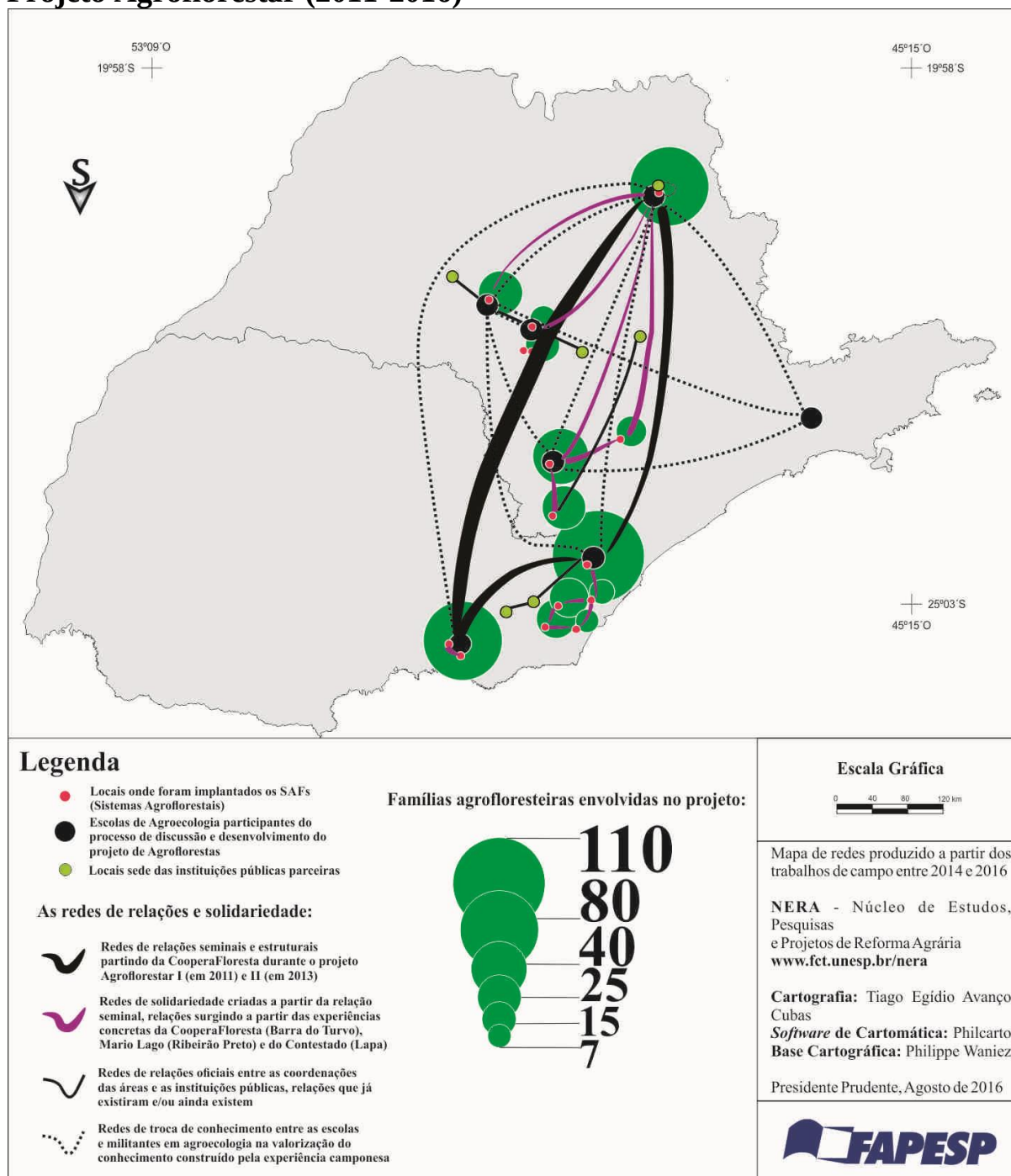
A quebra de antigos paradigmas da agricultura patronal, como o ilustrativo caso da cobertura do solo, não são quebras meramente técnicas, são quebras políticas da maneira de se apropriar e qualificar o uso da terra. Transferindo ao solo a capacidade de regeneração e geração de mais vida num uso de cerca de 70% a menos de terras e 60% a 70% a menos de recursos/insumos do que a lavoura tradicional do agronegócio (STEENBOCK; VEZZANI, 2013; STEENBOCK et al, 2013a, STEENBOCK et al, 2013b, MACHADO; MACHADO FILHO, 2014 e CORRÊA NETO et al, 2016a e 2016b). Essas experiências deveriam aumentar e é fato que os esforços desses muito militantes, mais de 1800 pessoas já envolvidas e vivendo agroecologia agroflorestal, tem proporcionado essa grande expansão em redes.

Isso consolidou não somente um grande passo para o agricultor assentado, mas especialmente para o MST que territorializou a sua primeira experiência agroecológica em rede no estado de São Paulo a partir da agrofloresta ernestista/nelsoniana. Essa rede começa na Barra do Turvo e na experiência emblemática da CooperaFloresta narrada de modo brilhante pelo agricultor Pedro Baiano na obra *Agrofloresta, Ecologia e Sociedade* (STEEBOCK et al, 2013b), e passa pela pessoa de Nelson Correa que se encontra com o MST no decorrer de sua história na CooperaFloresta, fundando o começo da rede de agrofloresteiros a partir do PDS Mario Lago (Ribeirão Preto – SP) e do PA Contestado (Lapa – PR). Depois da lapidação do projeto no Mario Lago, da sua estruturação surgem outros agentes e uma expansão dessa rede nos anos subsequentes a 2013, alcançando os municípios de Iaras, Agudos, Gália, Itapeva, Itapetininga e Apiaí no estado de São Paulo. O total de famílias mobilizadas no projeto oficialmente foi de 452 (cerca de 1800 pessoas envolvidas). No entanto o ganho foi muito maior, a perspectiva apresentada no relatório final da CooperaFloresta (2016) é que o número total de famílias impactadas chega a mais de 1000, com 4000 pessoas diretamente capacitadas para produção e manejo agroecológico agroflorestal.

As escolas de Agroecologia foram outro objetivo do Projeto Agroflorestar e isso deu uma nova vida a educação e ensino do camponês, incorporando cursos de formação, capacitação e educação para os militantes, assentados e lideranças do MST e agrofloresteiros. Com destaque para Escola Agroflorestal em Barra do Turvo (SP) com sede na CooperaFloresta (este primeiro somente como referência técnica), o Centro Sócio-agrícola “Dom Helder Câmara” com sede no Mario Lago em Ribeirão Preto (SP), a ELAA (Escola Latinoamericana de Agroecologia) na Lapa (PR) e a ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes) em Guararema (SP), depois disso, a expansão para a Escola de Agroecologia Rosa Luxemburgo em Iaras (SP), o Instituto de Agroecologia Laudenor de Souza em Itapeva (SP) e o Instituto de Agroecologia de Gália (SP) (em processo de debate e construção).

A agroecologia agroflorestal a partir do MST e dos agrofloresteiros entrelaça em si a soberania alimentar, a soberania territorial na reforma agrária e soberania na economia camponesa no paradigma agroecológico. O Mapa 11 espacializa as redes, as relações e as famílias envolvidas no projeto agroflorestar desde 2011 até 2016.

Mapa 11. São Paulo-Paraná: redes de relações e solidariedade a partir do Projeto Agroflorestar (2011-2016)



As dimensões agroecológicas materializadas e plausíveis

Relembrando as dimensões: escala, social, política e ética, econômica e administrativa, ambiental, energética e técnica, cultural e de soberania alimentar. Na ordem, a **dimensão escalar** representa a capacidade de produzir alimentos em quantidade passível de alimentar o

mundo. A produção no Mario Lago, em módulos de 500 metros quadrados (0,05 hectares), anualmente alcança 5,85 toneladas. Se nós multiplicássemos pela área das pequenas propriedades em 2006 segundo o censo do IBGE numa suposta implantação de 2.000.688.760 módulos dessa abordagem, teríamos uma produção total para o Brasil de 11.704.029.246 toneladas de alimentos. Mais de 11 bilhões de toneladas de alimentos para uma população em 2010 de 190.732.694, isso contabiliza 61,36 toneladas por pessoa anualmente. Quer dizer, a agroecologia agrofloresta nessa perspectiva produziria de modo significativo a alimentar todo o país.

A **dimensão social** está ligada ao processo de (re)criação do campesinato e da desconcentração fundiária por meio da reforma agrária, a redistribuição das terras e da renda é um fator importante no contexto da dimensão social. A luta trilhada pelo MST e as famílias participantes tem como premissa esses valores fundamentais. O uso da terra e a terra para quem trabalha legitima, por meio da agrofloresta, a função social da terra, e reúne a consciência coletiva por meio dos mutirões, reuniões e cooperação nos dias de trabalho no lote. “É uma mudança de regime social” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 191), e a solidariedade é a essência dessa mudança. As **dimensões política e ética** são complementares, como a expressão de um arcabouço político e ético e a “a questão é por quem e como manejá-la” (p. 192). O MST é o interlocutor que une a “a fome com a vontade de comer”, é um agente político que formou a partir do processo de lutas e militância uma base social extensa e forte, parte deste sujeito/grupo está assentado em lotes de reforma agrária e articulado pela militância nos setores (dimensões de abordagem) e nas instâncias (escalas de liderança). O MST como liderança agrega nesse pacote a ética da militância pensada desde o período de trabalhos de base. O trato respeita as limitações de cada um, estabelecendo um diálogo propositivo e encorajador para mulheres e homens.

As **dimensões econômica e administrativa** se articulam na instância de que agrofloresta faz a economia familiar funcionar racionalmente para além do modo de produção capitalista, dando ânimo a permanência da família na terra, isso já tem acontecido na CooperaFloresta, onde a totalidade dos filhos de produtores os quais tive contato dão continuidade a agroecologia agroflorestal em suas terras (CORREA NETO et al, 2016a e 2016b). Isso desconstrói a premissa dos tempos acelerados do agronegócio de que é mais produtivo do que a agroecologia, até mesmo mais rentável do ponto de vista humano. Do ponto de vista do rendimento, as Cestas Agroflorestais dão em média 2530,32 reais (210,86 reais mensais) por família e mais 8000 mil anuais do PAA. Isso sem contar os rendimentos do

trabalho acessório, das vendas diretas em feiras e no lote, e ainda um futuro processo de beneficiamento por meio de uma agroindústria. O total anual chega somente com essas duas vias 10.530,32 reais anuais por família, isso implica em um valor mensal de 877,52 reais, aproximadamente 1 salário mínimo. É importante que seja dito, com uma agrofloresta de 500 metros quadrados e de apenas 2 anos de idade, com expansão das áreas e maturação da agrofloresta aumentará progressivamente o ganho com manejo adequado em circuitos de mercado solidários. A tendência registrada na CooperaFloresta (2015b) é acima de 2000 reais por mês em cada 1000 metros quadrados para aquelas famílias que se aperfeiçoam mais no manejo e expansão da agrofloresta no lote. O objetivo não é enriquecer, mas gerar rendimento digno ao sujeito camponês que produz a soberania dos povos.

As **dimensões ambiental e energética** se expressam na melhora da matéria orgânica no solo, num uso energético sustentável e que elimine conforme o tempo os insumos exógenos ao sistema. A retroalimentação do sistema agroflorestal sucessional permite reequilibrar a ação do homem sobre a natureza, tornando-os um parte do outro. Essas são as premissas básicas da agrofloresta ernestista, e isso já acontece tanto na CooperaFloresta como no conhecido caso de Juã Pereira, e em outras áreas com mais de 10 anos de maturação dos sistemas agroflorestais ernestistas. A questão energética se refere ao maior aproveitamento da energia solar na potencialização do sistema e não na sua derrocada, por isso o manejo e cobertura são tão fundamentais no processo de ativação da fotossíntese, dos micro-organismos e produção de água no SAF. A agroecologia agroflorestal colabora com o processo de reflorestamento de áreas e da preservação ambiental. Com uma maturação de 2 anos de SAF já se pode trabalhar em grande parte do tempo debaixo de sombra e não da intensa radiação solar. A **dimensão técnica** pensa o manejo do solo e das plantas, para não inverter as camadas a ponto de impedir os processos já citados da trofobiose, ciclo de gás etileno e transmutação dos elementos à baixa energia (ALTIERI, 2012 [1989] e MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Esse manejo não só não impede como também estimula esses processos.

A **dimensão cultural** não é um estímulo artificial ao bucólico camponês, mas a diversidade cultural dos povos do campo, tanto do camponês criado como do camponês recriado no processo de recampenização. “Qualquer tecnologia de uso social deve se ajustar ao padrão cultural do usuário” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 195) e nunca deve substituir sua mão-de-obra.

Esse processo, dentro da rede de solidariedade do MST é encorajado nos seus agentes multiplicadores, a juventude que está cada vez mais se envolvendo com este modo de produzir, a agroecologia. São militantes, com formações nas áreas de agronomia e agroecologia, cursos formais e informais, que se adaptam a realidade dos assentamentos onde vivem e apreendem dessa maneira a, no processo de implantação em outros lugares, dialogar com aquele sujeito/grupo específico orientando e chegando a denominadores comuns. Essa interface valoriza o conhecimento tradicional camponês como também as técnicas da agrofloresta ernestista, é uma brecha para a constante evolução dessas técnicas e saberes.

Por fim, a **dimensão da soberania alimentar** é a consequência da articulação das dimensões anteriores e de uma ação global e propositiva em torno dos movimentos ligados a Via Campesina. Não há limites para a agroecologia agroflorestal ernestista/nelsoniana, e a maior prova disso é a rede em processo de consolidação, onde formação, produção e mobilização estão sendo constantemente rediscutidas num processo de afirmação do campesinato mobilizado como modo de vida, classe social e modo de produzir alternativo na dialética da agroecologia. A dimensão da soberania alimentar se adapta aos contextos sociais e também às zonas climáticas globais e regionais, melhorando o clima local e a qualidade ambiental.

Essas dimensões do paradigma da agroecologia desconstroem o discurso do alto custo, da vocação natural e da marginalização produtiva desse modo de produzir, e coloca em xeque o paradigma do agronegócio. A intensificação e tensionamento visível dos projetos de sociedade que estão em disputas deve-se a era da globalização neoliberal, e da entrada incisiva das políticas neoliberais, atingem diretamente os camponeses na sua resistência e reivindicação da terra, atingem a soberania nacional na expansão da liberação e facilitação da entrada de capital estrangeiro e do processo de estrangeirização. Os territórios constituídos pela classe camponesa e pela classe rentista/capitalista e capitalista/rentista se opõem porque em essência usam a terra ou para trabalhar e produzir, ou para negociar, especular e barganhar. Por isso o caminho racional para além do modo de desenvolvimento capitalista é a democratização da terra e uma rediscussão honesta, levando em conta novos elementos e evidências do século XXI, do processo de reforma agrária, dar a terra para quem a usa racionalmente e que não seja somente isso.

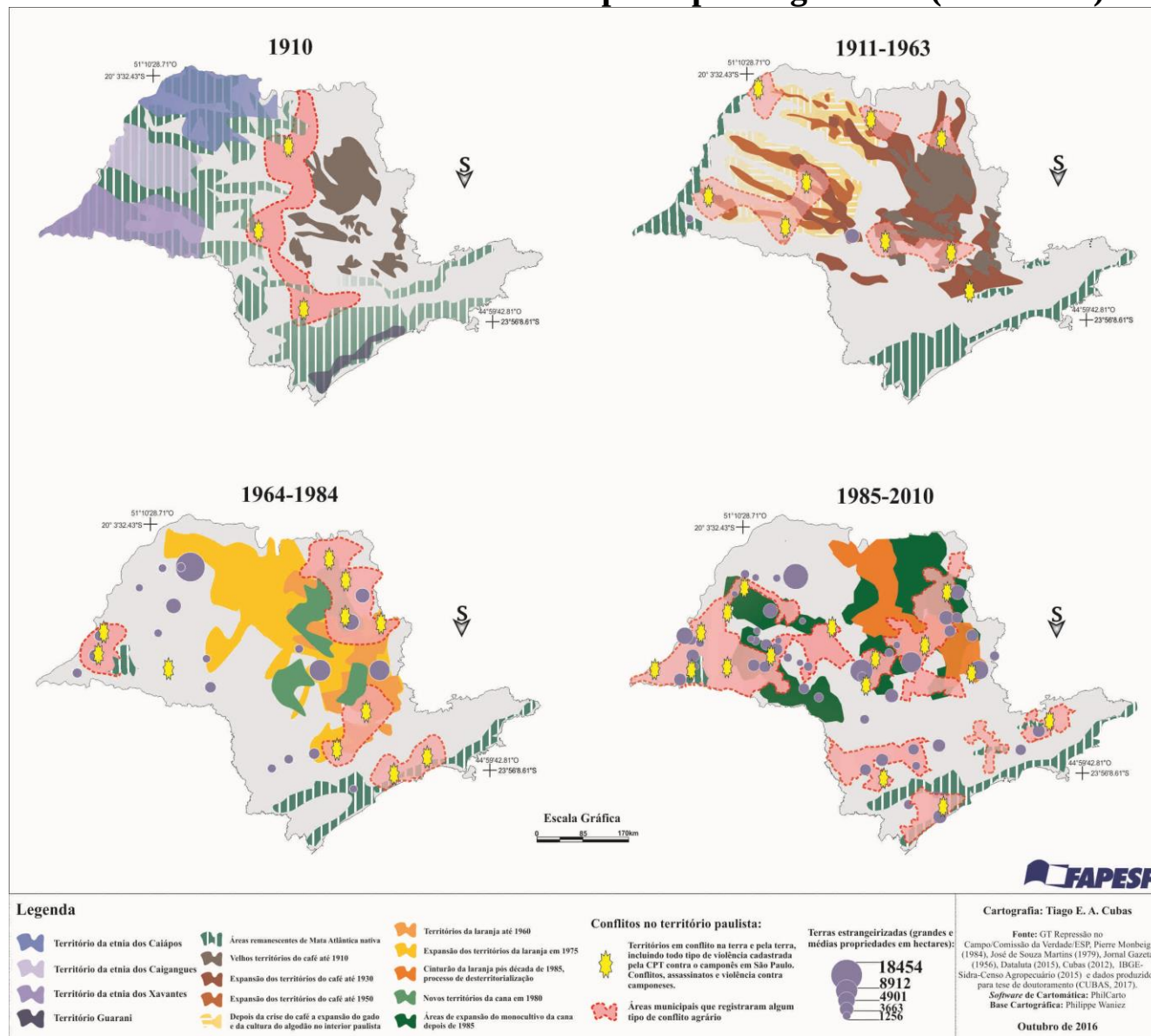
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a cartografia (temática) crítica foi constituída para tensionar a discussão da produção das informações de campo, e compreender a diversidade e complexidade da questão agrária paulista dentro da questão agrária brasileira e global. O objetivo foi de explicitar e problematizar a globalização neoliberal e as instituições globais compondo políticas e discursos acoplados pelas classes hegemônicas na América Latina para perpetuar o modo de fazer agricultura convencional capitalista, isso na sua mais recente expressão territorial, o agronegócio.

A CGhC pode ser compreendida em nossa tese a partir da disputa territorial paradigmática que não só diagnostica a questão agrária, que foi concretizada como um passo fundamental na construção do *São Paulo Agrário* em Cubas (2012), mas que principalmente questiona os graus de abstração e concretude de nossas cartografias, apontando para um olhar de escalas com mais detalhamento nas estratégias de campo e a interlocução dos sujeitos que representam classes sociais. Porque a relação e tensão entre indivíduos não é tão somente isso, mas relação e tensão entre classes sociais. Diante disso, tivemos em vista uma abordagem escalar maior para intervenções mais sistemáticas de campo. É um privilégio contribuir com a CGC porque Girardi (2008) reaproximou da Geografia Crítica um olhar essencialmente geográfico, o qual se cristaliza em todo o processo de construção de mapas (e pranchas), gráficos e quadros. A geohistória a partir da dialética materialista histórico geográfica vem nessa perspectiva para romper com as homogeneidades, de uma resolução *a priori* de uma questão agrária extremamente complexa pelo resultado das imagens confeccionadas.

Queremos propor o mapa a partir da sua complexidade gráfica, e do arcabouço estatístico obrigatório (gráficos, quadros, tabelas, etc), como mais que o elo pragmático, ou seja, também para influenciar intencionalmente a produção do espaço. O mapa é o resultado de convicções científicas alicerçadas em propor alternativas à produção do espaço geográfico pelo modo de produção capitalista, valorizando o sujeito que constitui essa produção do espaço alternativa e anti-hegemônica. O cenário geohistórico paulista é o exercício final da CGhC, um século de disputas paradigmáticas, as quais resumem-se nas lutas sociais emblemáticas e nos cultivos típicos do patronato em contraste com os cultivos (alimentares) típicos das populações camponesas. Essa estrutura agrária conflituosa, violenta, é inerente às disputas territoriais que evidenciam disputas paradigmáticas. Veja a síntese da repercussão histórica dessas disputas territoriais paradigmáticas na Prancha 31.

Prancha 31. São Paulo: um século de disputas paradigmáticas (1910-2010)

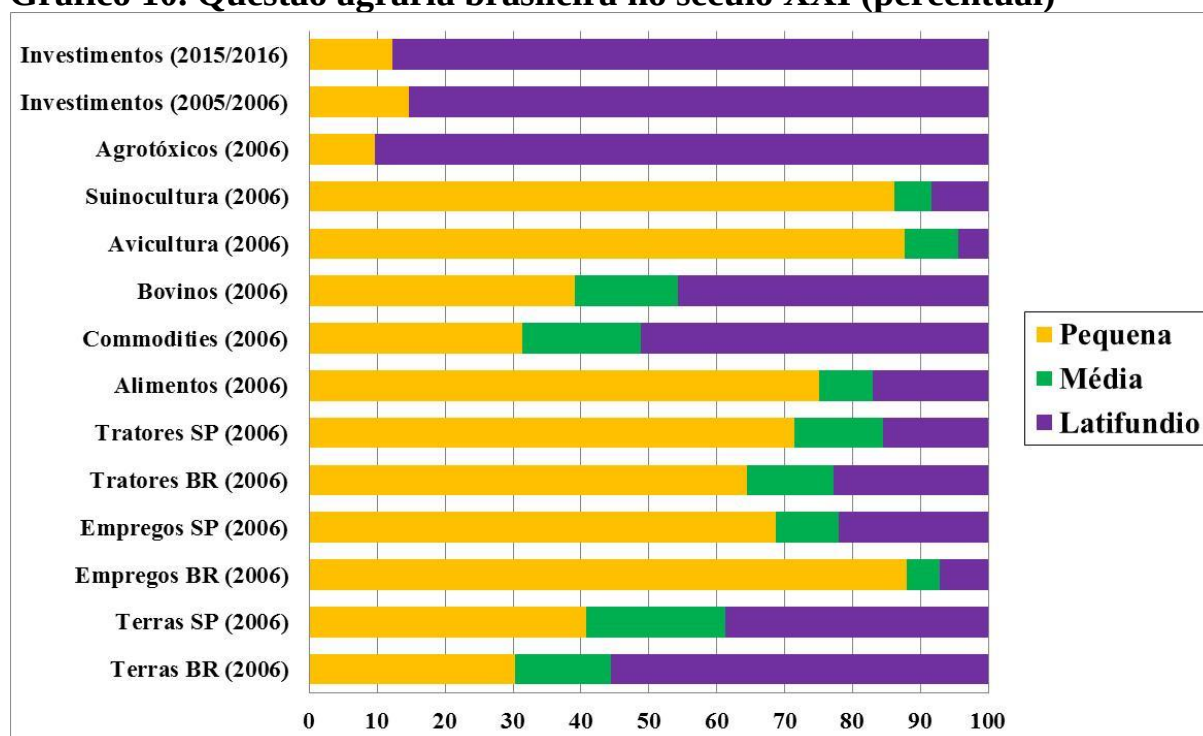


As disputas paradigmáticas se estruturam em uma dualidade muito específica desde o começo do século XX ao começo do século XXI, a disputa entre os monocultivos territorializados na pessoa do latifundiário e as áreas contíguas a esses territórios das oligarquias que territorializam resistência por meio de culturas alimentares de subsistência e tensões de vários tipos (manifestações e mobilizações de modo geral até prisões políticas de líderes de movimentos e sindicatos). As áreas de conflito marcam também, em certo grau, a defesa ambiental de áreas de floresta nativa em confronto com a expansão das áreas de gado (em um primeiro momento) que abriam espaço para entrada de outros monocultivos em ciclos (na ordem foram: café, laranja e cana).

Essa disputa entre classes, cultivos e modos de reproduzir refletem na dialética da agroecologia, onde o agronegócio é a sua contradição, pois mantém a essência da agricultura capitalista rentista que confronta direta e incisivamente a eficiência produtiva e social camponesa. A agroecologia como síntese assevera o fato de que há um confronto com o modo de produção capitalista, uma disputa territorial entre o rentista e camponês na era globalização.

Na era da globalização neoliberal há uma intensa disputa paradigmática que espacializa o conflito entre a produção de agrocombustíveis e alimentos para animais e a resistência de territórios que produzem alimentos para humanos, tudo isso permeado numa intensa presença de políticas globais e da lógica do fossilismo (ALTIERI, 2012; FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES, 2015; GORENSTEIN, 2016). A globalização neoliberal é sustentada pelos latifundiários e capitalistas que se apropriam da terra como valor de troca, terra de negócio e terra de especulação (OLIVEIRA, 2007 e PAULINO, 2011a e 2011b). A acumulação por espoliação é a expressão tangível desse processo violento do controle territorial por parte da classe rentista, que é promovida essencialmente para destruição do campesinato (HARVEY, 2014a e 2014b).

Veja o Gráfico 10 que é a síntese do binômio agronegócio-latifúndio representando a agricultura capitalista, e a sua oposição, a agricultura camponesa.

Gráfico 10. Questão agrária brasileira no século XXI (percentual)

Fonte: Levantamento de Dados da Tese. **Org.** Tiago Cubas.

Os investimentos públicos em 2005/2006 foram de 14,61% (7,6 bilhões de reais) para a agricultura camponesa ou familiar e de 85,39% (44,4 bilhões de reais) para o agronegócio que representa a agricultura patronal. Em 2015/2016 diminuiu percentualmente o investimento na agricultura camponesa ou familiar e foi de 12,16% (26 bilhões de reais), e para o agronegócio foi de 87,84% (187,7 bilhões de reais) do orçamento total para a agricultura. O que justificaria esses investimentos no discurso da agricultura capitalista seria o uso racional da terra para produção em escala social, e uso da terra para trabalho e não para negócio que vise desenvolvimento social. Não é isso que está representado neste gráfico. Pois no contexto de Brasil temos 30,33% das terras para os pequenos e 55,61% para o latifúndio, se somarmos ainda as médias propriedades teríamos quase 70% das áreas acima de 200 hectares. Como também uso de agrotóxico que em mais de 90% está diretamente veiculado nos latifúndios, outros fatores nos evidenciam essa crise paradigmática do agronegócio.

A suinocultura e a avicultura são massivamente espacializadas nas pequenas propriedades, mais de 85% da produção nacional, já para os bovinos a pequena propriedade detem 39,08% enquanto o latifúndio é representando com 45,8% da criação. A produção de alimentos (arroz, feijão, mandioca e milho) na pequena propriedade representava 75,13% e o latifúndio por 17,07%, as *commodities* na pequena propriedade representaram 31,32%, no

latifúndio essa representação foi de 51,2%. Enfim, tecnologias e empregos também não são exclusividade e nem maioria dentro das grandes propriedades. 64,46% dos tratores estão nas pequenas propriedades enquanto 22,29% estão nas grandes, em relação aos empregos, 87,92% dos empregos estão dentro das pequenas propriedades e apenas 7,14% são parte da economia da grande propriedade (ou latifúndio).

Se ainda formos mais a fundo e fizermos um corte territorial para uma reforma agrária radical, de no máximo 50 hectares para cada propriedade, obteríamos o suprassumo da eficiência produtiva e social no Brasil. Por dentro desse estrato, entre 0,1 e 50 hectares, é concentrada a maior parte da capacidade de desenvolvimento no campo, isso com apenas 13,39% dos imóveis. Nesse estrato temos, comparativamente com todos os outros grupos de área, 73,45% das pessoas ocupadas no campo, 36,43% do valor produtivo das lavouras temporárias, 50,29% das lavouras permanentes, 36,97% da pecuária, 56,13% da silvicultura e 61,98% da pesca e aquicultura. E sobre as tecnologias (isso poderia ser repensado como tecnologia para não substituir mão-de-obra), 42,62% estão nas áreas até 50 hectares. A vida no campo e a resolução dessa crise humanitária que parte da agricultura capitalista tem sua direção para resolução em uma desestruturação radical da concentração de terras no campo. Como já foi explicitado em nossa tese, entendemos que a reforma agrária radical não é suficiente, mas obrigatoriamente, deveria ser pensada a partir de outro paradigma de desenvolvimento no campo. Algo de fato humanitário, como é a defesa dos territórios camponeses pelo paradigma da agroecologia, qualificando assim essa reforma agrária radical como reforma agrária agroecológica.

Este cenário totalmente paradoxal quanto a questão do uso racional da terra e o investimento nos grupos que racionalizam o uso da terra, nos faz entender que enquanto não houver democratização da terra (quebrando o monopólio da terra e em consequência da circulação) e uma desestruturação do problema rentista no Brasil, isso com grande ênfase nas instituições de lobby e de comando dos ruralistas arraigadas no estado de São Paulo, não haverá políticas públicas que permitem um caminho de desenvolvimento social emancipatório, ao invés disso continuarão as políticas compensatórias e paliativas num quadro político populista. É o PCA como território imaterial hegemônico nas políticas públicas e nos lobbys. Grande parte dos investimentos estatais por meio do Plano Safra foi direcionado para quem menos produz e quem menos emprega, quer dizer, um investimento na manutenção da (ir)racionalidade do capitalismo rentista brasileiro.

A racionalidade do uso da terra e da apropriação deste meio de produção por classes sociais ainda é, portanto, de modo significativo, a maneira mais eficiente de interpretar a questão agrária brasileira, pois coloca no centro de nossa questão agrária o velho problema rentista apropriado pelos mesmos agentes rentistas, latifundiários e capitalistas (o velho clientelismo e coronelismo). Onde a reforma agrária é o diálogo incômodo, como é também a classe social camponesa, porque ataca o cerne da questão agrária brasileira, a concentração da fundiária e a ineficiência do agronegócio em colocar a terra para produzir em escala social. Concluimos pois, a reforma agrária neste país ataca o centro do poder e não o centro do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular. 2012 [1989].

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Victor Manuel. **The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants**. Londres: Peasants studies, volume 38, número 3. 2011. p. 587-612.

BOMBARDI, Larissa M. **A Lei da Revisão Agrária em São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo (FFLCH). São Paulo. 2012a.

_____. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. São Paulo: USP. 2012b.

BRITO, Daguiete Maria Chaves; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito; FARIAS, Rosana Torrinha Silva de; CHAVES BRITO, Daímio; DIAS, Gabriel Augusto de Castro. **Conflitos socioambientais no século XXI**. Macapá: PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. n.4, 2011. p.51-58.

BRUNO, Regina. **Desigualdade, agronegócio e agricultura familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura CPDA. 2016. p. 142-160.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago. **A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS**. São Paulo: Agrária/USP. 2011. p. 4-44.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2014.

CAMPOS, Janaína Francisca de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985: Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos**. Brasília: MDA. 2011.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1974.

CLEMENTS, Elizabeth; FERNANDES, Bernardo. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. Programa de Pós Graduação em Geografia – UNESP. Presidente Prudente: NERA. 2013.

CNBB. **A Igreja e Questão Agrária no Século XXI**. Disponível em: http://diocesedecacador.org.br/site/?wpfb_dl=37. 2013.

COCA, Estevan; COELHO, Rafael; ROCHA, Herivelto. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais. In: CAMPOS, Janaína, COCA, Estevan e FERNANDES, Bernardo (Orgs.). **DATALUTA: Questão Agrária e Coletivo de pensamento**. São Paulo: Expressão Popular. 2014.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2005.

COLOGNESE, Sílvio; MÉLO, José Luiz. de. **A técnica de entrevista na pesquisa social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, v. 9. 1998. p. 143-159.

COOPERAFLORESTA. **Pesquisas na Agrofloresta**. Informativo: Barra do Turvo-SP. 2015a.

_____. **Agroflorestas e Sistemas Agroflorestais**. Informativo: Barra do Turvo-SP. 2015b.

_____. **Á água e a agrofloresta**. Informativo: Barra do Turvo-SP. 2015c.

_____. **Os solos da floresta**. Informativo: Barra do Turvo-SP. 2015d.

CORREA NETO, Nelson; MESSERSHMITZ, Namastê; STEENBOCK, Valter; MONNERAT, Priscila. **Sistemas Agroflorestais Agroecológicos: em assentamentos de reforma agrária**. Petrobras Socioambiental: Barra do Turvo-SP. 2016a.

_____. **Agroflorestando o mundo de facão e trator**. Petrobras Socioambiental: Barra do Turvo-SP. 2016b.

CUBAS, Tiago. **São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2012.

_____. **São Paulo Agrário: elementos estruturais de sua questão agrária**. Presidente Prudente: Boletim DALUTA, abril de 2013.

_____. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no DATALUTA Jornal de 1988 a 2010**. Revista NERA. Ano 16, número 23, p. 60-80. Presidente Prudente: NERA. 2014.

DELCOURT, Laurent. **El futuro de las agriculturas campesinas ante las nuevas presiones sobre la tierra**. Lovaina la Nueva (Bélgica), CETRI, Agriculturas Campesinas, 14 de diciembre de 2010.

DE CARVALHO, Horário Martins. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba: LARAN. 2012.

DIAS, Cleimon Eduardo. **Abordagem histórica e perspectivas atuais do Ensino Superior Agrícola no Brasil: uma investigação na UFRGS e na UC Davis**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Porto Alegre. 2001.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**. São Paulo: Contexto. 2006.

_____. Estado, apropriação e concentração de terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra. IN: MITIDIERO JR, Marco; GARCIA, Maria Franco e VIANA, Pedro Costa. **Questão Agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões. 2015. p. 125-152.

FELICIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, fev. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial**. [S.l.: s.n.]. 2010.

_____. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica de governança da terra no Brasil**. International Land Colalition. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra**. Artigo apresentado no XXIII Congresso Internacional de da associação de Estudos Latino Americanos. Washington-DC, de 06 a 08 de Setembro de 2001.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp. 2007. p.173-230.

_____. **Entrando nos territórios do território**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA (março). 2008.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: Saquet, Marco Aurélio and Sposito, Eliseu Sáverio , orgs., **Territórios e Territorialidades**. Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Livre-docência. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2013.

FIRMIANO, Frederico Daia. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. **Estar lá, escrever aqui.** São Paulo: Diálogos, v. 22, n. 3. 1989. p. 58-63.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária.** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2008

GORENSTEIN, Silvia. **Empresas transnacionales en la agricultura y la produccion de Alimentos en America Latina y Caribe.** Buenos Aires: Nueva Sociedad (UBA). 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1982.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Brasília: Via Campesina do Brasil. 2013.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Loyola. 2006 [2000].

_____. **O novo imperialismo.** 8ª Ed. São Paulo: Editora Loyola. 2014a [2003].

_____. **O neoliberalismo:** história e implicações. 5ª Ed. São Paulo: Editora Loyola. 2014b [2005].

IBGE SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: março de 2016.

KAISER, Bernard. **Geógrafo e a Pesquisa de Campo.** Seleção de Textos nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros. 1985.

KLIASS, Paulo. **O golpe de 64 e a modernização conservadora.** Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-golpe-de-64-e-a-modernizacao-conservadora/30607>. 2014.

LACOSTE, Yves. **Pesquisa e Trabalho de Campo.** Seleção de Textos nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros. 1985.

LIMA, Vandéi. **Proposta Comuna da Terra no assentamento PDS Mario Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto-SP.** Monografia (Bacharelado em Geografia) – CEGeo, Unesp/Pronera/INCRA. Presidente Prudente, SP. 2011.

MACHADO, Luiz Carlos; MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **Dialética da Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular. 2014.

MARES, Carlos. Função Social da Propriedade. In: SONDA, Claudia e TRAUCZYNSKI, Silvia. **Reforma Agrária e Meio-ambiente:** teoria e prática no estado do Paraná. Curitiba: ITCG. 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio a reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João

Edimilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008a.

_____. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: Revista NERA, ano 11, v.1 2, 2008b. p. 57-67.

MARRE, Jacques. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE. 1991.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: ArtMed. 2004.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto. 1979.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**: São Paulo: Hucitec. 1994.

_____. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto. 2011.

MARIGHELLA, Carlos. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**. Rio de Janeiro: FDR Revista Estudos Sociais. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1hYGx6yBWXDpogpeMdmj3YW03TpIdE8JELABlYtcPgAY/edit>. 1958.

MARX, Karl. **Livro 3, O processo Global de Produção Capitalista**. In: O Capital: Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Santana. São Paulo: Civilização Brasileira. 1974 [1894].

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4a. ed. São Paulo: Loyola. 2002.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de Agronegócio**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MCMICHAEL, Philip. **A food regime genealogy**. London: Journal of Peasant Studies, vol. 36. 2009. p.139-169.

MOLLISON, Bill. **Introdução a Permacultura**. Wilton NH USA: The Rural Education Center. 1981.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec. 1983.

NIEVES, Leandro. **Por uma rebeldia mundial? Formação e Ação Territorial da Via Campesina no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista**. São Paulo: Terra Livre. 1986. p. 26-38.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1997.

_____. **Barbárie e modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. São Paulo: Terra Livre. 2003.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007.

_____. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Agrária (USP) – no. 12, p. 3-313. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: EdUNESP. 2006.

_____. Territórios em disputa na agricultura. In: _____. FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008a. p. 213-238.

_____. **PLOEG, Jan Douwe van der**. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. São Paulo: Agrária USP (Resenha). 2008b. p. 85-95.

_____. **O descumprimento da função social da terra e a invisibilização do latifúndio como estratégia de classe**: o caso de Mato grosso. Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa, Inovação. 2010.

_____. **Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro**. Fortaleza (UFC): MERCATOR, v.10, n. 23. 2011a. p. 111-128.

_____. **Reforma agrária**: o incomodo dialogo. São Paulo: Agrária USP. 2011b. p. 99-120.

_____. Questão agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no mundo do século XXI. IN: MITIDIERO JR, Marco; GARCIA, Maria Franco e VIANA, Pedro Costa. **Questão Agrária no século XXI**: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões. 2015. p. 9-24.

PEET, Richard; HARTIWICK, Elaine. **Theories of development**: contentions, arguments, alternatives. 2 edição. New York: The Guilford Press. 2009.

PEET, Richard. **Unholy Trinity**: The IMF, World Bank and WTO. Nova Iorque: Zed Books. 2010.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e do papel**: um estudo a partir de Três Lagoas-MS. Dissertação de mestrado: UFMS. 2012.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate a pobreza”**. Rio de Janeiro: Revista Topoi. 2010 p. 260-282.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares, Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Ed. Contexto. 1998.

_____. **A globalização da natureza e natureza da globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira. 2015.

PRETTO, José Miguel. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil**. Relatório de Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural” (PCT IICA/NEAD), Brasília, NEAD (relatório de pesquisa). 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

Relatório DATALUTA 2012. Acessado em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php>. Presidente Prudente, NERA. 2013.

Repórter BRASIL. **O que é trabalho escravo**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/>. São Paulo. 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme**. São Paulo: Tempo Social, 11 (1). 1999. p. 189-195.

SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda**: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925). Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial. 1983.

_____. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 7. p. 1-21 jul-dez. 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). **Campeinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

STEENBOCK, Walter; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agrofloresta**: aprendendo a produzir com a natureza. Curitiba: Vezzani. 2013.

STEENBOCK, Walter; COSTA e SILVA; Letícia, SILVA; Rodrigo, RODRIGUES; Almir Sandro, PEREZ-CASSARINO; Julian e FONINI; Regiane. **Agrofloresta, Ecologia e Sociedade**. Curitiba: Kairós. 2013.

Tomo Completo - GT Comissão da Verdade Rubens Paiva/ESP. **Relatório de atividades do grupo de trabalho sobre a repressão no campo no estado de São Paulo, 1946-1988**. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/>. 2015.

THOMAZ JR., Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar** (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). Barcelona: Revista Geocrítica (Versão resumida). 2007.

_____. **O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI.** Campo Território, V. 5, Nº 10, Uberlândia. 2010.

THOMPSON, Eric. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. v.I, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa qualitativa em Geografia.** In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos – XVII, Belo Horizonte. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos: Entre escalas, poderes, ações, geografias. 2012.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A categoria “pobreza” nas formulações da política social do Banco Mundial.** Curitiba: Revista Sociologia Política. 2004. p. 55-62.

VIA CAMPESINA. **Que es la via campesina?** Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45/3-ique-es-la-vcampesina>. 2006.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiassi & FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular. 2008. p.161-191.

WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de & PAULILO, Maria Ignes, orgs, **História social do campesinato do Brasil.** Tomo: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Edunesp. 2009.

_____. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2010.

_____. **Contradições da descolonização brasileira:** reflexões a partir da análise das resistências de grupos indígena, quilombola e sem terra no Estado de São Paulo. Unifesp: São Paulo. 2012.

_____. **Camponeses, a verdade e a História da ditadura em São Paulo.** Florianópolis: Revista Mundos do Trabalho, vol. 6, n. 11. 2014.

WOLFORD, Wendy. **Families, Fields, and Fighting for Land:** The Spatial Dynamics of Contention in Rural Brazil, Mobilization, 2003, p. 201-215

_____. **This Land is Ours Now:** A New Perspective on Social Movement Formation, Annals of the Association of American Geographers. 2004. p. 409-424.

WITTMAN, Hannah. **Food Sovereignty:** a new rights framework for Food and Nature? Vancouver: Environment and Society: Advances in Research. 2011. p. 87-115.

ANEXOS

ANEXO 1

A formação histórica do Mario Lago na voz das camponesas Kelli e Carmen

A estruturação da regional do MST em Ribeirão Preto

Tiago Cubas (TC): Teve algum momento ou estratégia marcante que você pode pontuar na estruturação do MST aqui?

Kelli Mafort (KM): Então, na nossa visão a gente também acaba tendo uma visão que é nacional. É que nesse período também, o movimento já começava a fazer uma reflexão sobre essa mudança no campo brasileiro, a mudança desses atores com os quais a gente se defrontou na década de 90. Essa mudança das famílias tradicionais pras grandes empresas, então assim, era muito inicial isso, 2000. Mas, já começava a ter uma discussão sobre isso. Quando a gente veio pra cá, em 99 já tinham alguns acampamentos independentes. Já existia uma coisa de luta pela terra aqui e tinha um acampamento que era o Boa Sorte, em Restinga, que é perto de Franca era bandeira do MST porque alguns militantes vieram pra e ergueram a bandeira numa luta feita com o sindicato dos sapateiros lá em Franca. A Carmem foi sapateira. Então isso foi em noventa e... a conquista lá, desse acampamento foi em noventa e oito lá em Franca. É, mas a decisão do MST de São Paulo vir pra cá e formar uma regional do MST veio em 99 com o deslocamento de um coletivo de militantes, do qual eu tive privilégio de fazer parte. Eu tinha entrado no finalzinho de 97 eu entrei no movimento.

TC: Você é natural de São Paulo?

KM: Eu sou de São Paulo capital. Entrei, eu era estudante. Fiz Unesp em Marília. Fiz pedagogia, ingressei organicamente no movimento, aí em 97, morei um tempo no Vale do Paraíba aí depois, quando eu estava no Vale do Paraíba, aí o movimento fez uma discussão pra que alguns militantes pudessem se deslocar pra formar um trabalho numa nova região, que era essa daqui. [...].

Aí a gente veio, começou a armar o acampamento, foi conhecendo um assentamento que já era uma conquista, foi conhecendo um pouco as pessoas, os aliados, principalmente o sindicato dos sapateiros que era um forte aliado em Franca, mas pra nós Ribeirão Preto não era tão forte. Na nossa cabeça era Franca, então, assim o polo da região e coisa. E aqui foi influenciado por essa coisa do sindicato dos sapateiros. E a base, já esse setor do sapateiro estava sofrendo um puta impacto da reestruturação produtiva, as categorias se subdividindo

em outras tantas. Um monte de trabalho feito no fundo de casa, Carmem? Você era sapateira de fundo de casa ou de fábrica?

Carmen (C): De fábrica.

KM: você não chegou a pegar a parte do fundo de quintal?

C: Peguei.

KM: Pegou também.

C: Peguei também.

KM: E um puta desemprego. Com esse setor.

C: Muito desemprego.

KM: Então, se você vai em Restinga, na Boa Sorte e conversa com os assentados, quem é hoje assentado, muitos ali eram ex-sapateiros, que veio um pouco dessa calda de desemprego.

C: Cada vez que tinha uma greve que o Dr. Lula colocava. Dali saia 30/20; 30/20; e foi...

KM: Desestruturando.

C: Desestruturando. O povão estava tudo na rua desempregado, não tinha opção pra nada.

KM: Então, quando fez o trabalho de base lá, e terra, reforma agrária, foi lá que foi um sucesso. Muita ocupação, bem forte. Aí, isso...

TC: Teve uma aceitação muito fácil.

KM: Muito fácil.

TC: É porque já estavam num contexto desfavorável, ne?

C: Num tinha mais onde ficar, num tinha mais dinheiro pra pagar aluguel, num tinha dinheiro pra comer, num tinha dinheiro pra nada.

KM: E tinha muita gente que estava sapateiro, mas no passado apanhava café, não sei o que. Era outra vida também no campo.

C: No campo.

KM: Aí quando então esse coletivo veio pra Franca, porque assim o mapeamento que nós tínhamos era que em Franca serio o local que poderíamos nos estabelecer. Então a gente ficou em Franca, fez o trabalho de base em Franca, mas o trabalho de base em Franca não deu muita resposta porque quem tinha que ir pra terra tinha ido num primeiro momento lá com o pessoal de Restinga em 98, 99. Em Franca a gente ficou meio que patinando no trabalho de

base e aí a gente começou a vir aqui em Ribeirão, vinha numa palestra, escola. Começou a conhecer algumas pessoas, a gente começou a perceber.

E nisso, a direção do movimento Estadual sempre perguntava, pedia relatórios pra gente. Ah, como é que está o trabalho aí? Vai estruturar uma regional ou não vai ser possível? A gente ainda não tinha como fazer uma avaliação que aqui seria uma regional do MST. A gente falava que estávamos fazendo uma pesquisa, “estamos vendo...” Pesquisa prática. “Estamos vendo um trabalho pra ver se aqui dá caldo de luta ou não”. Aí, quando em 99 viemos pra cá, veio assim, em agosto de 99, se mudou pra Ribeirão aí com uma relação muito forte com o Sindicato dos Correios. E ficamos um tempo morando no Sindicato dos Correios começamos a identificar essas forças da cidade que poderiam ajudar a estruturar o movimento. Uma delas era o Sindicato dos Correios, a outra era a Igreja, através de um padre bastante avançado, que é o Padre Chico, também os militantes que eram ex-combatentes de uma célula revolucionária da época da ditadura aqui que também tinham. Até um já morreu que foi o Vanderlei Cais que era advogado, o Moretti. Eles traziam toda essa relação também que ajudava. Que está bem velhinho agora. Mas, que nos traziam toda uma história de luta pela terra aqui, e engajamento, e começava a apresentar as pessoas pra gente e que tinham vivido esse processo de luta e formação de uma célula da liga camponesa aqui no passado. Conhecemos numa palestra o Dr. Marcelo Goulart também ex promotor. Aí esse primeiro contato com o Dr. Marcelo que foi nesse debate ele era um super defensor da reforma agrária. Era um promotor da pasta de meio ambiente. Ele falou que pra gente resolver o problema de meio ambiente na região de Ribeirão Preto temos que fazer reforma agrária. Nossa, pra nós isso era assim. Do que que ele está falando, como assim?

C: Caiu do céu.

KM: Puxa, que maravilha. E fazia todo um debate aberto, posicionado. Bom, falamos então, vamos ficar mais em Ribeirão Preto que está mais dando caldo. Aí começamos a de novo, organizar as frentes do trabalho de base. Fomos pros bairros mais periféricos. Começamos a fazer nosso trabalho de base nas cidades dormitório, que são as cidades consideradas dormitórios, que o pessoal é cortador de cana. Vai dorme, volta. A gente começou a fazer esse trabalho, nesse contexto vieram mais militantes. Lá em Franca mesmo já veio outro grupo de militantes, acompanhou aqui. Então nós já éramos uns vinte fazendo trabalho aqui. Aí fizemos trabalho nessas cidades ao redor, o trabalho em Ribeirão e abrimos uma frente em Araraquara, que já tinha um movimento de luta pela terra pela FERAESP.

A importância da estratégia do trabalho de base

Em 99, a gente fez esse processo e o trabalho de base aqui em Ribeirão também não deu muitos frutos. “A gente falou poxa, a gente é pé frio. Não deu certo”. Porque o sapateiro já tinha ido... o que poderia restar dessa coisa do desemprego já tinha ido pra Restinga, aqui em Ribeirão tinha uma questão social importante, mas não tanto vinculado a terra, reforma agrária. Aí, enquanto o trabalho de base não estava muito forte, na região de Franca estava fervendo. Muito bom. Também na região de Matão, de Araraquara. A gente fazia base que tinham cem trabalhadores. Reuniões muito boas. Tomamos uma decisão porque naquela época o padre tinha cedido um espaço pra nós na secretaria regional pra fazer um alojamento pros militantes, além desse assentamento lá em Restinga que não foi uma coisa planejada pelo MST estadual.

E aí em 99 a gente decide fechar temporariamente a secretaria regional aqui em Ribeirão Preto e migramos todos para a região de Araraquara e fizemos um acampamento, em dezembro de 99, em Matão. Porque o movimento pra se estruturar, e até então não se tinha uma certeza se seria uma regional, e o maior elemento, apesar dos aliados políticos, o maior elemento pro movimento decidir ficar na região é o povo. Fizemos ocupação, em 99, da Fazenda Bocaina, acho. Mas, era uma usina e uma fazenda de cana que tinham vários processos trabalhistas, questão ambiental, então foi um pouco pra esse mote que a gente foi, trabalhando. E foi uma ocupação que quando nós entramos, que foi dia 19 de dezembro de 1999 tinham 400 famílias, já fruto desse ótimo trabalho de base que já estava lá. Em dez dias, o acampamento cresceu pra 1200 famílias. Foi uma explosão. Foi bem interessante. E nós ficamos três meses.

Fizemos ótimas lutas lá. Fechamos a rodovia Washington Luiz, conseguimos convencer a justiça local por conta da justiça social que era bem latente de não dar reintegração de posse nesse período. Conseguimos fazer esse processo importante. Conseguimos fazer uma marcha de Matão até São Paulo, na Capital junto com outras regionais que vieram pra cá, teve gente do Pontal também. Esse processo importante deu origem ao acampamento chamado Helder Câmara. Aí então a partir daquele período nós nos convencemos e a própria direção do movimento se convenceu de que de fato nós tínhamos que estruturar uma regional aqui. Nessa região de Ribeirão Preto.

TC: Mas esse diálogo era mais fácil com a justiça? Qual era a argumentação com a justiça?

KM: Foi uma série de fatores. Mas, ali o que mais pesou foi o elemento da quantidade de famílias. Então pegou uma situação, uma questão social. Era um acampamento com muita permanência. Não era um representante da família. Era a família inteira, que não tinha mais onde morar, então tinha um elemento social muito forte. E a gente pegou uma contradição que é o seguinte, foi a entressafra da cana aqui provavelmente as usinas param de moer em novembro, ali. Até comecinho de novembro, essa usina especificamente parou de moer no final de novembro e não pagou os trabalhadores. Então esses trabalhadores sequer tinham como voltar pra suas cidades, pras suas regiões. E muitos eram do Vale do Jequitinhonha, que era bem forte aqui e alguns eram do nordeste, do Maranhão. Eram mais dessas duas regiões. Era esse pessoal que foi em massa pro nosso acampamento.

Foi também a nossa primeira experiência de acampamento que foi mais um publico de assalariamento rural. Ai em fevereiro quando começou de novo uma preparação pra uma nova safra ouve um super esvaziamento no acampamento também. Então, começou com 400, foi pra 1200 e depois, combinado com o elemento da reintegração de posse deu uma super esvaziada no acampamento. Tudo isso serviu de elemento pra gente pensar qual o interesse desse povo. E ai a gente percebeu que o tempo do assalariado rural é muito diferente desse tempo de um trabalhador de quem vive na cidade ou que tem uma relação com o campo. Que é na nossa visão que tem um pouco mais de paciência. Tem o tempo do assalariamento que é trabalhou recebeu, trabalhou recebeu. E na cabeça dele, lutou, conquistou. E não é lutou, conquistou. Não conquista rapidinho assim.

Bom, ai a gente foi pra Barretos, teve a reintegração de posse ai nessa época e o Itesp cumpriu um papel de divulgação muito forte e fez toda uma propaganda e hoje a gente vê que é uma propaganda ideológica, que eles diziam assim: “Quem quer terra no Estado de São Paulo, tem que ir pra Barretos”. Porque Barretos vai ser o novo Pontal do Paranapanema. Quantas vezes a gente já não ouviu isso... Sabe? Não por que ali tem não sei o que, muitas áreas improdutivas, as áreas particulares, mais áreas improdutivas então, quem quer terra, vai pra Barretos. Beleza. Então o movimento falou, ah, Ribeirão Preto, Araraquara, Barretos, mais ou menos uma super macrorregião. Vamos pra lá! E fomos pra Barretos. E ficamos ali alguns meses, começamos a avaliar que nós estávamos perdendo o povo, perdendo família, os aliados políticos que a gente tinha conquistado em Ribeirão Preto e mesmo lá em Araraquara a gente estava perdendo porque era muito longe.

E na região, é uma região que a gente de novo começou a sofrer aquele impacto da luta com o fazendeiro. Então aquilo que em Ribeirão e Araraquara estava um pouco diferente

que era uma luta num campo mais político, Barretos não. Barretos é meio essa história de confronto. Quer dizer, o fazendeiro vai pessoalmente lá pra poder amedrontar as famílias, armas, não sei o que. E a gente pouco a pouco foi percebendo que essa situação do Itesp falar que lá teria grandes possibilidades... Claro, tem, mas não era uma coisa tão dada, tão simples. Por que daí o processo de luta importante e aí pela estruturação da regional e pela avaliação que o movimento fez na época, eles falaram que achavam que era importante voltarmos pro eixo de Ribeirão Preto. Porque do ponto de vista político era mais consistente. Ai a gente então... Mas, isso tudo que eu to falando é coisa de mês, porque olha: Agosto de 99 a gente veio...

C: É tudo na correria.

KM: ...Pra ribeirão, a gente sai de Franca, veio pra Ribeirão. É dezembro a gente faz ocupação lá em fevereiro a gente tem a reintegração de posse, a gente fica um período lá no ano 2000 e em 2000, em 17 de abril de 2000, então quer dizer, poucos meses ai, a gente começa a luta do Sepé Tiaraju. Aqui em Serrana. Voltando pra esse eixo Ribeirão Preto. Aí, a gente fez essa ocupação, na época estava acontecendo aquele processo dos 500 anos da invasão, descobrimento, estava cheio de luta aí até o nome do acampamento teve influencia disso. De um indígena brasileiro. Ocupamos o Sepé Tiaraju.

Qual que é a história rapidinho do Sepé: Uma fazenda, a fazenda Santa Clara que era da Usina Nova União. A Usina Nova União é sonegadora de ICMS. E dessa sonegação de ICMS já existia um processo de execução na justiça e com esse processo de execução então, ela já estava indo pra leilão. Então, quando nós ocupamos, ela estava nesse processo. Mas ainda assim nós ficamos de 2000 a 2004 pra conquistar ela. Ela foi pra leilão duas vezes e nesse leilão ela só não foi leiloada porque tinha esse elemento do acampamento do movimento. Ninguém vai querer comprar uma fazenda com sem-terra. Ganhe de brinde... (risos). Esse elemento e em 2004 a gente conquistou. Por conta de dividas de usina. Em 2000 a gente faz o Sepé e 2003 a gente começa o Mário Lago, que é daqui na fazenda da Barra. O Sepé conquistamos em 2004.

Quando a gente vem pra Barra de novo e já conseguimos refazer os laços em Ribeirão com os aliados, então esse próprio promotor que disse: “ah, enfim, bom vocês terem ido lá pra Araraquara, pra Barretos, mas que bom que vocês voltaram pra Ribeirão porque dentro dessa disputa política do agronegócio, vale esse esforço todo”. Em 2003 fomos pra Barra e aí um pouco voltado no laudo de improdutividade mas, sabendo que aqui a discussão era ambiental, função social da terra. E ai então fizemos a luta aqui e em 2007 conquistou. Um pouco antes,

nesse meio tempo o que a gente fez enquanto MST na região, em 2005 fizemos o acampamento Salete Strozac, em 2005 na região de Batatais, a área da FEBEM, lá fomos super humilhados pelo prefeito, pela polícia, expulsos literalmente da cidade. A cidade fez uma marcha e expulsou o MST de lá, uma área que era do Estado. E depois acabou que o prefeito se obrigou a fazer um assentamento lá com pequenos produtores, mas que ele escolheu. Em parceria com o governo do Estado.

C: Coisa dele.

KM: É, enfim. Ai o pessoal foi, bateu a cabeça bastante e agora o pessoal está voltando a procurar as famílias mesmo lá .

TC: Lá de Batatais?

KM: Batatais. E a gente vai com muito orgulho. Porque estão querendo trabalhar com agroecologia. Ai... ah, agroecologia, não sei o que, quem trabalha com agroecologia na regional? Ai volta no MST. A gente sofreu um monte nessa área. Ai, depois em 2005 teve mais ocupação nesse sentido político, de jornada aqui. Começamos uma luta por acampamentos por áreas pequenas, que é as SPU, que é Serviço de Patrimônio da União que são ligadas as antigas áreas da FEPASA. Que são pequenas áreas, mas que na região acabam sendo muito usadas pra plantio de cana, ai a gente começou a usar a luta também sobre isso e tem um assentamento que já é fruto dessa luta, que é o Cida, que fica na cidade de Orlândia. Tem um assentamento que é o Wanderlei Sales de Oliveira e tem o Acampamento em Restinga que é o Irmã Doroty. Que está tudo dentro desse ai de áreas da SPU, dessas pequenas áreas. Acampamentos todos pequenos. O Cida tem 14 famílias.

Desse período de 2007 pra frente que foram feitas todas essas atividades. O Sepé, então, conquistou em 2004 e em 2008 a gente começa o Alexandra Kollontai e a nossa luta ganha fôlego. Esse Alexandra Kollontai já tem sete anos e ele é ainda acampamento, também já passou por altos e baixos. Hoje ele tem 285 famílias, mas já chegou a ter 12 famílias. Então ele também já super oscilou. Mas é a mesma briga com dívidas de usinas, a mesma usina, o mesmo grupo Nova União, que eles tinham, duas fazendas, uma do lado da outra. A Fazenda Santa Clara, que virou o Sepé Tiaraju e a Martinópolis que é a fazenda que agora eles tão fazendo de tudo pra não abrir mão. Essa fazenda tem 300 milhões de dívidas de sonegação de ICMS. Então, é uma fazenda grande. Nós estamos na barra deles pra poder conquistar essa área. Está bastante adiantado, a gente acha que vai conquistar.

Então, na região, ligados ao MST, tem o Assentamento 17 de Abril em restinga, o mais antigo. Tem o assentamento Sepé Tiaraju, que veio depois que é em Serrana, Serra Azul,

com 80 famílias e em Restinga são 70 famílias é... Sepé Tiaraju são 70 famílias, depois o Mário Lago são 64 famílias ligadas ao MST, são 468 no total, na Barra. O Assentamento Cida Segura que é esse assentamento de 14 famílias em Orlândia. Então são esses os assentamentos. E acampamentos é o Vanderlei Sales de Oliveira, que tem 11 famílias, o Irmã Doroty, de Restinga que tem 40, e o Alexandra Kollontai que tem 298. Ai, depois que nós, então, agora, recentemente nós fizemos mais dois acampamentos. Um é o Ilda Silva, que é um acampamento dentro de uma pequena área dentro do assentamento, uma área de posse, que a gente chama. Que fica entre duas, a Fazenda da Barra e a Barra II, que é uma fazenda que inclusive, no passado, já ocupamos também. No meio tinha uma área de posse, que era acampado, e a gente ficava lá. Mas na hora que foi cortar a área, identificou que ali, aparentemente não tem proprietário. A gente foi ficando com produção e está recém formado, recentemente a gente ocupou lá, mas é um acampamento pequeno também, 31 famílias. Mas, ainda não conquistou, não regularizou. Mas, lá não cabe reforma agrária. Vai ser um outro tipo de, talvez um acampamento rururbano, algo de interesse, comuna, mas é uma experiência com a bandeira do MST também e mais recentemente, então a gente fez esse acampamento que foi na Usina Galo Bravo que essas famílias que estão aqui, que acho que são 35.

C: 36.

KM: 36. Que são resultantes desse acampamento da Galo Bravo que foi agora nessa Jornada de Abril mas, que com o acampamento a gente fez 700 cadastros, mas a gente que deu uma segurada no povo porque não tem onde colocar essas famílias. Estamos tomando um folego, está identificando a área pra fazer uma nova luta e aí chamar esse pessoal. Essa é um pouco a trajetória das áreas, assim, mais o geral da regional de Ribeirão Preto. E a gente teve aqui por um período de 1999/2000...

TC: E são parte dessas famílias que estão aqui agora?

KM: Isso. Essas que estão aqui estão numa situação assim. Essas 36 famílias é porque já estão naquela situação assim, ó: está no limite. Não tem onde morar mesmo. Algumas até tem onde morar mas, prefere ter uma vivência mais pé no chão, da luta. E tem outros que falaram que vão esperar na cidade, tem uma casa, mas aí quando tiver uma nova luta, porque a gente não sabe também. Desses 700 quem vem e quem não vem. E tem gente que vem aqui, porque já sabe que a gente está aqui agora e vem e quer cadastrar. Esse negócio de cadastro aqui está meio forte.

E no passado, também tivemos uma experiência aqui de dois acampamentos urbanos. Esses acampamentos urbanos, um foi em Araraquara e outro foi em Ribeirão Preto.

Acampamentos do MST na cidade, mas não pra lutar por moradia, mas pra poder massificar pra ir pra terra. Foi nesse período de 1999 e 2000. Esses acampamentos foram resultantes daquele trabalho que o movimento fez em paralelo daquele cadastramento do Fernando Henrique Cardoso, dos correios. Que a tática no período..,o Fernando Henrique estava todo simpático com o movimento, precisa ocupar, as porteiras estão abertas, aquela propaganda do Banco da Terra. Aí com esse negócio do cadastramento dos correios a movimentação foi: vamos juntos coma as agencias de correio e vamos fazer um cadastro paralelo e chamar esse pessoal pra luta. E aqui em Ribeirão a gente fez isso e teve muito sucesso, porque aqui em Ribeirão a gente fez 10 mil cadastros, em paralelo. Então a gente morava lá nos correios, uma barraquinha lá do MST. O pessoal fazia o cadastro oficial e fazia o cadastro do MST. E em Araraquara foi coisas assim de uns 3 mil cadastros.

E com essa história do cadastramento, então começamos a perceber que se chamássemos direto à terra, as pessoas não iam. A maioria era da cidade. Então a gente começou a fazer um trabalho assim: cadastra e chama pra assembleia numa praça central. Então tem uma praça lá em Ribeirão que tem o Pinguim, que é histórico, o povo dos Barões do café do passado. E aí nessa praça a gente fazia as assembleias com o povo. A gente fez assembleias muito boas, tipo quatro ou cinco assembleias que tinha 1500 pessoas, 2000 pessoas até, o Bil lá do Pontal veio em uma das assembléias, foi bem legal.

Só que a gente começou a pensar e agora, o que a gente vai fazer com esse povo todo? Porque o povo não topava ir pra terra, mas queria ficar colado no MST. Queria a terra, mas não queria... Aí desse processo das assembleias urbanas a gente, então, começou a fazer um trabalho de nucleação nos bairros. Ai a gente então, abriu comitês em defesa da reforma agrária que eram comitês nos bairros e a gente chegou a fazer oito encontros. E era bem interessante, porque a gente nucleou a cidade inteira. Então Ribeirão era toda nucleada e na época nem conhecia direito a cidade, todo mundo de fora. Mas, enfim a gente conseguiu nuclear a cidade e começar a fazer um trabalho na periferia com essas pessoas.

TC: E vocês tinham abertura com quem?

KM: As pessoas que cadastraram principalmente. Eles abriam a casa. Abria a garagem. A gente foi. A gente fez um programa de oito encontros de formação. Passava um vídeo. Só que chega uma hora que isso é muito legal, mas e a conquista,? Porque as pessoas vão se movimentar e é uma questão bem concreta. Ai foi interessante e a gente falou que tinha de proposta pra vocês era um acampamento urbano que depois, com vistas ai pra terra. Porque a gente não tinha um acumulo de fazer discussão aqui uma comuna urbana que nem tem lá na

grande São Paulo. A gente fez esse acampamento que ficou um tempo ali no anel viário ali, na Paulo Freire. Fizemos esse acampamento, depois desse acampamento, depois de uns três meses a gente levou o pessoal pro Sepé. Então tem uma parte do pessoal do Sepé que é resultante desse trabalho do cadastramento nos correios. Então da regional, no geral, é isso. Agora, você quer que eu volte aqui na história só do Mario Lago?

TC: Pode ser.

Voltando à fazenda da Barra, a conquista do Mario Lago

KM: Da Barra. Então, aí aqui na Barra, como é que foi. Primeiro teve esse laudo de improdutividade, 2000. Aí a gente fez ocupação no sítio Bragueto, aí essa ocupação do sítio Bragueto tinham 405 famílias. Nesse processo de cadastramento das famílias, a gente então ficou até dezembro nesse acampamento. Em dezembro a gente já tinha a reintegração de posse do sítio Bragueto, precisava sair.

Figura 20. Ocupação do Sítio Braghetto em 2000



Crédito: Ministério Público Estadual 2003 (LIMA, 2011)

Começamos a fazer uma discussão de que precisaríamos não se enfiar muito pro mato, mas que precisaria ir pra um lugar com muita visibilidade política. Incomodar bastante. Ai a gente mudou o acampamento inteiro pra uma praça que fica ao lado da rodoviária, claro que isso no ponto de vista da organicidade é loucura. Então a gente saiu daqui e foi pra essa praça ao lado da rodoviária e ficamos ali uns dois meses, mais ou menos. Não é Carmem? Na praça ali onde tem a Câmara Municipal.

C: Foi. Na Câmara Municipal

KM: Ai, enfim, uma super visibilidade, o Palocci já tinha assumido o Ministério da Fazenda, e ele já está... porque 2003, então primeiro ano do governo Lula. O Palocci foi pro ministério e logo já foi convocado o Roberto Rodrigues. Não sei se primeiro ano. Já. Pro ministério da agricultura. O Roberto Rodrigues, professor aqui de Jaboticabal, da Unesp. O Movimento estava numa certa aposta de que os compromissos históricos do Lula, seriam possíveis de avançar um pouco na reforma agrária. Não fazer reforma agrária, mas avançar nos números de assentamentos, mas naquele período de fato o Movimento não fazia ideia do que viria pela frente, que seria uma consolidação de algo muito mais articulado. Que depois foi o agronegócio.

Quando o Palocci vai pra lá, a prefeitura continua sendo do PT aqui, mas não era uma situação tranquila pra ocupação de áreas urbanas. Pra poder fazer acampamento, luta pela terra. Era uma mensagem difícil de entender, pra sociedade, pra prefeitura. Eles são sem teto, mas tem bandeira do MST, quem são eles? Então era sempre um pouco difícil. Mas, foi uma tática que a gente desenhou e que acabou dando certo porque a conseguimos uma visibilidade política importante. Então não tinha uma pessoa em Ribeirão Preto que não sabia dos Sem-Terra. Da existência do Sem-Terra, do MST. E a gente fazia em toda a tarde panfletagem na cidade, fazia coisa no farol. Então tinha uma coisa com a sociedade, não só com os aliados, talvez seja uma diferenciação, mas uma coisa com o povão mesmo, que a gente perseguia o povo da cidade.

C: Abaixo assinado...

KM: É... muito abaixo assinado. Muito envolvimento assim. Ai de 99, aliás, de 2003, então a gente ficou dezembro, janeiro lá e em janeiro é, 2004 a gente muda pra uma área, ai dentro de uma negociação com a prefeitura. Porque dai a prefeitura falou que não tem jeito. Vocês não podem ficar aqui na praça que é cartão de visita da cidade. Então, tudo bem. A gente vê um espaço pra vocês ficarem, mas num bairro distante. Nós queríamos uma área da prefeitura próximo aqui da fazenda da Barra porque a nossa luta era pela Barra. Tinha que

ficar mais ou menos por aqui. Ai ficamos um tempo no bairro Flamboyant, que é aqui próximo. Ficamos bastante tempo. Sete meses.

C: Sete meses.

KM: No Flamboyant. Ai do Flamboyant conseguimos ir vencendo juridicamente a possibilidade que se a gente ocupasse a área, nos não cairíamos na medida provisória. Só que a gente fez isso ocupando primeiro uma estrada municipal que cortava aqui a fazenda. Então a gente foi, ocupou a estrada municipal e ai fomos reintegrados. Teve a reintegração de posse dessa estrada municipal e foi nesse período que começa o Sitinho.

Ai no finalzinho de 2004, porque a gente ficou sete meses lá no Flamboyant e no finalzinho, ai foi 2005 o Sitinho. Ou 2004 pra 2005. Depois a gente pode ver mais precisamente. Ai quando tivemos essa reintegração de posse lá, ai aparece esse advogado que cede esse espaço pra gente poder ficar e que foi bem interessante porque dai a gente ficou nesse espaço muito espremido, mas foi importante porque ficou bem próximo do nosso alvo, que era o assentamento

C: Ficou dentro. Ficou dentro.

KM: É praticamente dentro. Ai mesmo a gente estando no Sitinho, a gente fez mais uma ocupação, próximo a sede. Uma dentro da fazenda, de novo teve uma reintegração de posse, então uma, duas. Ai voltamos pro Sitinho de novo como área de recuo. Depois desse tempo a gente foi fazendo esse trabalho na cidade, abaixo assinado. Discussões, e todo uma batalha também jurídica, mas dentro dessa questão do projeto de assentamento, que seria um projeto de assentamento diferenciado. A questão da recarga do aquífero.

Em 2005 a tática vitoriosa, “uma ocupação territorial da Barra”

E em 2005, desenvolvemos uma tática que foi a mais vitoriosa, assim. Umas das mais vitoriosas. Aliada também a questão politica e jurídica, mas que foi a tática de ocupar, a gente fala territorialmente, mas não sei se nos seus conceitos cabem. Fizemos uma ocupação territorial da Barra. Que a gente então, entrou , dividiu a área toda na corda e botou produção pro chão. Então isso foi super importante, porque era acampamento, mas era acampamento extremamente produtivo,. E que teve reintegração de posse. Teve a liminar de reintegração de posse. Mas, quando teve a liminar de reintegração de posse, foi muito forte na história de Ribeirão, porque foram, como eram muitas famílias, nós estávamos nessa época com umas 400 famílias...

Figura 21. Assembleia Geral do Acampamento Mario Lago



Crédito:Arquivo MST, 2005 (LIMA, 2011).

C: 500

KM: quinhentas e poucas.

C: 530.

KM: 530. Ai ...

KM: Essa era a terceira.

TC: Essa era a terceira.

KM: Essa aer a terceira, é. A gente entra e eles não conseguem

C: Entramos plantando.

KM: É. A gente foi, entrou, plantou. E eles foram se preparando, se preparando até acontecer a reintegração de posse. Mas no dia da reintegração de posse foram mobilizados 400 policiais, tinha a cavalaria, tudo. E os caminhões tudo enfileirados, parados. Foi até bem interessante esse dia. E os caminhões, os tratores que veio pra poder passar em cima da produção. E foi uma mobilização tão importante, o dia inteiro de negociação. Mas, olha, sem a gente precisar chamar muito veio várias pessoas da cidade.

C: O povo da cidade veio em peso.

KM: Ajudar a gente assim sabe? Foi um negocio... Aquele auê. E, paralelamente a isso, a gente, então, fazendo um processo de... Uma batalha jurídica que agora eu não me

lembro todos os detalhes, mas uma batalha jurídica pra que o juiz federal, ele apresentasse o elemento do interesse da arrecadação. Ainda não era reintegração de posse, mas era o interesse na arrecadação pelo interesse na questão ambiental que seria um elemento novo pra que o juiz, na reintegração de posse, suspendesse a reintegração. E quando foi mais ou menos umas quatro horas da tarde, Carmem?

C: Era quatro e quinze. Por ai, mais ou menos.

KM: Ai veio um outro promotor, que também muito legal, o Dr. Antônio Carlos Machado, que é professor da Unesp lá de Franca, que é de um grupo de promotores muito comprometidos aqui em Ribeirão. Ai ele que veio, então, junto conosco dar a noticia, fez uma assembleia, foi bem ali, quase o dia da conquista. Depois daquilo ainda demorou mais um ano pra nós conquistarmos mas, foi tão importante, porque todos os policiais recuaram e voltaram. Foi uma conquista muito importante

É que foi bem, o que aconteceu: Em 2007 foi a conquista, mas o decreto da desapropriação da fazenda foi ser sancionado pelo Lula em Dezembro de 2004. Então havia uma pressão pra que ele, pra que o decreto fosse anulado. E era uma pressão muito grande, é enfim... Contam pra nós, as pessoas que estavam la em Brasília que, como o Lula quis, já estava fazendo um trabalho de incentivo ao Etanol, permite que uma fazenda seja desapropriada pra reforma agrária em Ribeirão Preto. Era muito contraditório. Por um lado o PT local tinha todo um plano que meio de aliança pra especulação imobiliária mas, por outros, os argumentos em relação à improdutividade e também a questão ambiental eram muito fortes. Pra não ser destinado nem pra produção de cana e muito menos pra construção de casas, que seria um desastre na questão do aquífero, foi destinado pra reforma agrária. Mas é bom lembrar esse dia, a gente nunca viu a tropa recuar de nada. Então a gente sempre...

C: O prazer nosso foi ver os bichinho acuar.

KM: Depois que sai do quartel não tem boca. É só cumprir. Não tem jeito. Foi um prazer enorme.

[...] É. Foi muito bom ver a tropa recuar. E teve uma situação que as famílias ficaram, o dia inteiro ali também e a luta. E teve um momento que ficou um cordão assim. Daqueles 400 policiais e as famílias. Foi um momento bem forte e teve uma hora que estava todo mundo cansado. A gente estava cansado, os policiais estavam cansados, a gente não aguentava mais gritar, eles também não. Ai estava um silencio danado e ai um dos nossos, saiu e foi até metade, bem pertinho desse cordão de policiais que tinha todos os caminhões parados e ele começava a gritar: “Reforma Agrária!!” e não sei se policiais já estavam de saco

cheio, não aguentavam mais. Ai estava aquele silencio, assim ai teve um caminhão que ligou. O caminhão assim quebrou o silencio. Ninguém sabia o que ele estava fazendo. Ai ele pegou, ligou o caminhão, colocou a mão na cabeça, meio que assim. “Que que eu to fazendo aqui?”. E ele pegou e foi embora. Ai foi lá o comandante falar com ele... “Não, não sei o que você assinou o contrato”. “Não. Eu não vou despejar sem terra. Eu vou embora pra minha casa. Eu sou igual eles. Eu estou aqui, a mesma luta”. Pegou, recuou e foi embora.

Nossa, na hora todo o mundo ficou... o cansaço foi embora, o pessoal ficou super feliz e falou agora vamo embora. Enfim. Ai desse processo de arrecadação da área que foi relativamente rápido. Pela importância da área. A partir de 2007 começa, a discussão mais do assentamento em si.

Bom, ai tem um parênteses que é o seguinte: A discussão do projeto de assentamento que é agroecológico, questão ambiental, recarga do aquífero, quer dizer aqui, todo o acampado sabia o que era o aquífero. Era assim, a palavra de ordem numero um era Pátria Livre a segunda era Aquífero Guarani. Todo mundo sabia da questão ambiental. Então a discussão do projeto de assentamento começou, ainda, no acampamento e num processo muito de base, que foi bem interessante. Os núcleos discutiam, então a gente discutia o projeto de assentamento aqui pensando em quatro questões: como que vai ser as estruturas sociais; como que vai ser escola, parte comunitária. Como que vai ser a produção com a preocupação com o meio ambiente e ai não me lembro. Enfim. Mas eram quatro questões. Ó... foram dois anos de muita discussão e vai e volta e a pessoa que queria o individualismo tinham aqueles que conquistou a terra e tchau Movimento, agora é eu e meu sítio, vou ficar aqui....

C: Cada um no seu quadrado...

KM: É. Mas, foi muita discussão. Também tem uma visão deturpada de coletivo, que coletivo é todo mundo trabalhando junto, mas eu não quero coletivo. Então vai e volta e muita discussão de novo e faz formação. A gente teve aqui dois cursos de formação grande. De dez dias cada um. Só sobre meio ambiente. E era tudo ainda na fase de acampamento. Esse assentamento teve muita formação na época do acampamento e aqui era, assim, um dos locais que a gente mais conseguiu desenvolver a organicidade completa do MST. Desde o acampamento eram 22.... Era 21, depois virou 22. 22 Núcleos, mais ou menos de 20/15 famílias cada um. Tinha o coordenador e a coordenadora. E essa questão de gênero aqui pegava fogo

C: Pegava.

KM: Não pode ser só o homem, não sei o que e as mulher onde está? Se fazia assembleia e só aparecia homem era uma confusão. E cadê a mulherada, porque não sei o que, porque a mulherada tem que deixar panela e filho. Tem que vir pra cá. O homem tem que ficar, reveza. Era uma discussão muito forte sobre isso. E os setores. Por que a gente tinha o setor que funcionava aqui mesmo, que chegou a funcionar é: Saúde, segurança.

C: Educação.

KM:... Educação, é... Esporte, cultura e lazer.

C: Produção.

KM: E produção. Que eram assim bem atuantes. E gênero um tempo e depois parou.

C: Deu uma parada e depois começou de novo.

KM: Então eram setores muito atuantes. Essa parte da ciranda infantil, que tem até hoje com muitas dificuldades, sem um centavo de apoio publico, nunca da prefeitura, mas é um espaço que tem desde quando começou o acampamento.

C: Desde o inicio.

KM: Que é a ciranda que chama Ciranda Rumo à Liberdade que é com formação de educadores. Uma coisa muito pé no chão, bem concreta. A saúde no acampamento tinha o ambulatório Luiz Carlos Raia. Que é um antigo secretario de saúde aqui que era do passado e ajudou a formar, ajudava os camponeses ai na ditadura. Então era um acampamento que funcionava muito na prática, tinha uma organicidade, uma coordenação que era muito formativa. Até a Carmem fala... você vai conversar com o pessoal que era daqui, a coordenação era um processo de formação muito forte. Não era aquela pessoa que queria se esconder de alguma coisa, queria ficar no individualismo, todas as questões individuais eram colocadas em discussão, era bem interessante. Desde religião até briga entre marido e mulher, agressão.

“Estado é Estado, Movimento é Movimento, não importa quem senta na cadeira”

Então todas as questões do dia a dia, ne? E o que aconteceu? Quando virou do acampamento pra assentamento, nós sofremos um baque enorme que foi a chegada aqui do INCRA, do Estado. Foi horrível. A gente nunca imaginou que aquilo que a gente tanto desejava, que era a conquista da área poderia trazer tantos prejuízos na parte organizativa. Isso porque naquele período nos estávamos vivendo uma situação de um acirramento do

Estado de São Paulo em relação ao Superintendente, que era o Raimundo, o Bombril. E o movimento estava lutando pela sua autonomia porque, o Raimundo saiu das fileiras do MST, quer dizer, ele era técnico, não era do MST, mas ele era técnico agrônomo, sempre ligado ao movimento com muito compromisso com a luta, mas pouco a pouco a gente começou a perceber que a nossa luta, que é uma luta muito aguerrida, ela estava sendo moldada pelo INCRA.

Então a gente parecia que sempre que estava fazendo uma ocupação do INCRA, parecia que a gente estava pedindo permissão, então essa coisa de compromisso histórico, sentava numa mesa de negociação, parece que não era uma negociação entre movimento social e Estado, tinha uma coisa muito de “ah, porque no passado... Nós somos amigos, aliados”. Então isso estava deixando o movimento histórico...

C: Era assim: O MST lutava e a cara do INCRA aparecia. Ai a gente já começou a embirrar com ele também.

KM: Ai em 2009... Ó, isso foi em 2007, da conquista, com a emissão de posse estava tudo certinho até 2008 nada aconteceu aqui, de assentamento, nada.

C: Começou a aproveitar da gente

KM: É. Nada. Nada, assim, por exemplo eram os barracos, tudo o que existia aqui era fruto da comunidade. Das famílias. Mas, a nossa organização estava beleza, estava garantida. De 2008, no finalzinho de 2008, começou a discussão, de “ah como é que vai ser o corte da área, não sei o que”. Em 2008 começou a acontecer um pouquinho as coisas, mas muito devagar. Uma lerdeza total. Então, começava assim, a liberação dos primeiros créditos, estava uma discussão muito sem planejamento. E em 2009 o movimento estadual fez uma ocupação, uma ocupação histórica no INCRA que durou 13 dias. Essa ocupação foi assim, o nosso grito de liberdade aqui. Do tipo, movimento é movimento. Estado é Estado. Independente de quem está sentado na cadeira. Dessa fração de Estado que é o governo. Ah, pode ser PT, pode ser PSDB, pode ser quem for. Nosso papel é de pressão política porque senão nossa luta não avança.

Não que antes o movimento não lutava, mas é que antes havia uma situação de constrangimento. Então, ai em 2009 nós fizemos ocupação, durou 13 dias. Foi uma ocupação importante. Elevamos o tom. Chega. Muita promessa, as coisas não acontecem. Tem um projeto, que é o projeto que o governo aposta, que é o projeto do agronegócio, então nesse projeto não cabe reforma agrária, não cabe. O governo já nem fala mais de reforma agrária. Se antes falava que ia ser com uma canetada, agora nós já viramos agricultura familiar. Enfiou

nesse bolo e acabou. Então ou a gente faz uma luta bem mais contundente ou então nós vamos ser completamente esquecidos.

Os assentamentos criados só no papel, assentamentos precarizados e que não acontecem. Então a gente falou, não vamos aumentar. Só que nessa luta, o que aconteceu, Ribeirão Preto foi uma das regionais que esteve muito a frente do processo de luta, junto com outras regionais e o superintendente, então, ficou muito revoltado com esse posicionamento do MST. Ai ele então começou uma situação, que é de perseguição às lideranças, e de deslegitimar um processo estratégico dos movimentos sociais. E acabou que o Mário Lago foi um dos assentamentos que sofreu essa contradição. Então de 1999 pra cá, agora, depois de uns quatro anos começou a reerguer, mas em 1999 foi como uma bomba todo o processo organizativo. Porque o INCRA chegou aqui e disse assim, ó agora não tem mais Movimento Social, é o povo e o INCRA. Direto. Sem intermediários.

Os tensionamentos gerados a partir do Estado burguês em um papel desmobilizador por parte do INCRA no período de formação do Mario Lago

O assentamento que nós pensamos em ter aqui é o assentamento que o povão quiser. Vamos decidir tudo em assembleia, aquele processo de formação todo sofreu esse grande impacto. Então hoje, o assentamento, se eu te falar assim, esse assentamento é o assentamento que a gente planejou... não é. Que a gente construiu coletivamente, não é. É e não é. Porque, vários pontos. Por exemplo a questão do tamanho dos lotes. Nós estamos aqui, um hectare e meio. Isso é extremamente polemico. Reforma agrária, um hectare e meio? Então... Nós fomos completamente contrários a esse modulo tão pequeno.

Porque ele pegou uma proposta que era nossa, do movimento que é das comunas da terra, um assentamento diferenciado. É um PDS. Mas, não tão rebaixado assim, ne? A nossa discussão era de quatro, três hectares. Sepé de Tiaraju também é um PDS, mas é três hectares. Com uma área coletiva de 60 hectares por núcleo. Aqui a discussão de um hectare e meio. A gente já viu muitos problemas nisso. Então assim, um hectare e meio levou a uma situação futura, que agora é uma situação que a gente vem enfrentando, que é de uma chacarização do assentamento. E um processo que é um processo de tentativa de venda de lote que é assustador.

C: Devastador.

KM: Você entendeu? Não é terra, não é reforma agrária, não é produção de alimentos, é chácara. Vou me livrar do caos da cidade. Quero um cantinho sossegado pra viver. Então agora nós estamos vendo justamente esse processo, que já pegou os créditos, já pegou o que tinha que pegar, PRONAF e não sei o que, paga as dividas e agora aquelas famílias, uma parte das famílias falam e agora? O que eu vou fazer? Ai vem propostas, então propostas escandalosas, de 100 mil reais por um lote.

Então acaba pegando na contradição que por enquanto a gente está conseguindo segurar, mas quem consegue segurar são somente próprias as famílias. Porque a lei de venda de terras ela é uma lei completamente permissiva. O fato do INCRA falar que é proibido vender terras se torna frágil, há todo, quase um esquema montado pra poder regularizar a venda de terras. Ainda aqui que a gente consegue fazer um processo de fiscalizar o vizinho. Pra poder garantir o projeto de assentamento porque a especulação aqui é muito grande na questão de chácaras. Então esse processo de embate acabou coordenação que tinha, que era bem formativa. E por um tempo a própria militância do MST não podia circular muito aqui.

TC: Não tinha fiscalização?

KM: Não, mas tinha um trabalho ostensivo. Por exemplo, o INCRA chama uma assembleia e fala bom, agora é nós e o povo. E aqui, se vocês quiserem ter casa, ter crédito, ter desenvolvimento, vocês tem que então tirar do desenvolvimento de vocês esses militantes do MST. Chegar um dirigente politico, ainda mais com uma trajetória, que é uma trajetória considerável de luta. A gente respeita a trajetória do então superintendente. Mas, que foi uma coisa meio louca ai de disputa de poder, isso foi, foi até pra vias de fato. Então, não tem como nem a gente omitir essa história pra você, por que ela faz parte de entender hoje o assentamento. Entender a questão organizativa. Porque foi um dos acampamentos que aqui na região que chegou no, quase no auge de processo organizativo e que depois sofreu todo esse retrocesso.

E retoma, recentemente, a mais ou menos uns três ou quatro anos, pela via da produção. Então aquilo que a Jê falou, você vai encontrar com o Vandéi, você vai encontrar as pessoas. Essas pessoas elas vão contar pra você coisas ligadas à produção, agroecologia, SAFs [Sistemas Agroflorestais]. Mas isso é, processo recente. Dois ou três anos em que as pessoas começam a querer voltar a se organizar, mas não é todo o mundo. Mas começa a querer se voltar a organizar da produção, da comercialização.

TC: De 260 famílias, 80 estão...

KM: É, estão dentro do projeto.

TC: Do projeto... é um projeto relativamente recente.

Tensões: os quatro grupos e os três assentamentos dentro da Fazenda da Barra

KM: É. Agora vou falar pra você das divisões desses outros quatro grupos. Como é que foi também.

TC: Ah, entendi. Dos quatro grupos e dos três territórios... e dos outros dois movimentos que também atuam aqui.

KM: Porque assim, aqui, foi o MST que começou a luta, tal. Só que o método MST ele é um método que é a luta pela terra, mas ligada ao processo organizativo. Em algumas regiões isso até se relativizou um pouco. Mas pra nós é super importante que as pessoas tenham a conquista da terra mas que elas também passem a forjar outras relações que na nossa cabeça, não dá pra pessoa conquistar um pedaço de terra e depois ela ficar numa situação de opressão familiar, nos filhos, nos jovens, na mulher, etc. Ai na hora que vai discutir produção. O lote é do homem, o chefe de tudo e de todos.

Vai pra uma situação de reprodução ali, de um espaço de tudo que a gente quer negar. Ou na hora que vai plantar, planta o que bem entender, a semente vem tudo de fora. Então a gente pensava assim: Como vamos trabalhar essa mudança de comportamento, acompanhar as famílias? É através dos processos de formação. Ele é discussão, ele é teoria, ele é curso, é debate. Mas, ele é principalmente, práticas. Como vivenciar num acampamento uma prática daquilo que a gente quer construir no assentamento senão não consegue construir um assentamento. Então a gente, aqui na região, a gente tenta prezar muito por essa coisa da organicidade. É claro que às vezes tem situações que não é possível você fazer todo o desempenho da organicidade ou mesmo situações assim, por exemplo, há uns seis meses atrás, o Movimento estava enfrentando um processo que era muito difícil de segurar as pessoas no acampamento. Porque tem um pouco a realidade lá, de ficar na cidade, trabalhar... Não são famílias acampadas. São barracos acampados. E a gente entende porque é uma questão ligada a economia. Porque enfim, tem trabalho, tem emprego e as pessoas vão. Uma questão de sobrevivência.

E o acampamento mais permanente, em outros períodos históricos também, com esse elemento de permanência mais ligado à economia, tinha a ver com que as pessoas não tinham opção tanto de emprego, não tinha como ficar pagando aluguel na cidade e então o

acampamento era uma forma de até sobreviver. Recuo. E a gente começou a perceber de uns seis meses pra cá que a situação está mudando. Aquela situação anterior de oferta de emprego, não está mais desse jeito. Então antes a pessoa saia e era rapidinho pra arruma serviço de servente de pedreiro, etc. Pra fazer faxina. Era a coisa mais fácil do mundo. Num está mais assim.

TC: Um arrocho agora.

KM: Sim. De fato a gente está sentindo isso. Onde começa os acampamentos. Então a gente ficou um período grande.

C: você sai com a notícia, é a opção do povo

KM: E a gente fica com um período grande aqui pra, na região sem fazer um novo acampamento mais massivo. O Alexandra é de 2008. A gente até fez acampamentos menores, mas acampamentos mais massivos, a gente voltou a fazer agora. Olha quanto tempo. Mas, porque também, esse elemento da economia. A gente ia, fazia trabalho de base e não ia, entendeu? Ai teve uma vez que a gente foi fazer trabalho de base na favela do Quintino. Nossa nunca me esqueço desse trabalho de base, foi tão marcante pra mim. A gente foi, entregou panfleto, chamou pra uma reunião. Já tinha ali combinado o espaço comunitário. Andamos a favela inteira. Aí, chegou o horário da reunião e não tinha ninguém na reunião. Fiquei tão frustrada, “pô não tinha ninguém na reunião. O que será? Será que o pessoal não entendeu direito as propostas?”. Isso faz uns quatro anos já. Ai uma senhora apareceu lá com dó da gente, com uma garrafinha de café. Ai coitado de vocês. Tão gente boa. Mas, é o seguinte: sabe porquê o pessoal não veio? Ela falou “eu vou explicar pra você porque que o pessoal não veio. Porque a luta de vocês é bonita, mas é muito dura. Muito dura. Olha aqui nossa situação. A gente vive bem? Não, não vive. Mas a gente tem luz, a gente tem água, a gente quer um serviço, a gente monta no ônibus que passa aqui na frente de casa e vai trabalhar. Agora vocês la ficam muito longe. Vocês não tem agua”. Então a gente tentando, achando que estava oferecendo uma coisa muito boa, mas relativizando porque as pessoas não saiam. Enfim, então a gente acha que essa situação está mudando um pouco.

(depois de uma pausa para o café)

KM: É... Dos grupos então. essa questão mais organizativa. Aqui do movimento e o projeto do assentamento. Então esses foram os dois pontos que foram fundamentais pra acontecer o primeiro racha aqui. Então esse primeiro racha foi com algumas famílias que estavam, é que eram do MST, que eram 42 famílias, que no primeiro momento disseram que era um movimento bandeira branca e logo depois de alguns dias entraram o militantes do

MLST, como Movimento responsável por aquelas famílias. Então esse foi o primeiro racha em 2005, acho.

Os dois pontos principais de divergência eram esses. Organicidade, questão da segurança. Que acharam que era desnecessário, fazendo guarda, reunião, achavam que não precisavam dessa parte e a outra era o projeto de assentamento porque eles já tensionavam muito com as pessoas, de não poder incentivar as pessoas a trabalhar com a agroecologia, não pode impor, então tinham que cada um decidir se iria trabalhar com químico ou com agroecologia e pra nós, isso já era assim, a conquista da terra indo pro projeto de assentamento é uma questão de um projeto ambiental de produção ou não. De alimento saudável ou não tem terra. Porque a terra estava condicionada a esse processo aí de projeto de assentamento, então esse foi o primeiro grande racha com o MST, que era primeiro com o grupo famílias e depois virou MLST.

Esse grupo do MLST, depois ele se subdivide, e acontece um racha dentro do MLST e aí coincidentemente 42 famílias também saem, e outras 42 famílias saem e formam um acampamento independente que chama Acampamento Independente Índio Galdino e acampamento do MLST, chama Santo Dias, aí do Santo Dias... Santo Dias se diverge mais por questão organizativa deles lá e daí desse processo do Santo Dias forma o acampamento Independente Índio Galdino, no decorrer do processo convivemos bastante tempo três grupos. O grupo do MST que era a maior parte, o grupo do MLST que era o Santo Dias e esse grupo independente que é o Índio Galdin. Ainda depois num determinado momento o acampamento MLST trás um acampamento que era um acampamento que tinha sofrido uma reintegração de posse do MLST em outro lugar, em uma cidade que chama Cristais Paulista, aí eles trazem esse acampamento pra cá e a gente criticou muito isso porque a vinda dessas famílias para cá, incharam a Barra. Já começamos a ver o problema do módulo da terra, pra o Incra agradar todo mundo ia custar caro, e foi assim depois no futuro ele enfiou goela abaixo que tinha que assentar todo mundo que estava aqui de todos os movimentos pra não criar confusão com ninguém e aceitou esse módulo de área tão baixo. Então foi essa a jogada.

E esse acampamento de Cristais Paulista é claro eles também são, legítimos, lutadores da terra, mas não precisa ser essa terra, tem várias fazendas por aí, mas enfim, veio esse acampamento que na época contava com umas 80 famílias de lá e deu uma super inflada aqui, uma inchada aqui, aí depois de um certo tempo o acampamento Santo Dias produz um novo racha, desentendimentos formam dois acampamentos, os dois ligados ao MLST, mais dois grupos independentes que é o Luiza Marie e o Santo Dias.

Então são 4 acampamentos, com 3 movimentos, quer dizer 2 movimentos sociais que é o MST, MLST mais esse grupo independente e 3 territórios, porque 3 territórios? Porque quando aconteceu o racha do MST com o MLST a gente então já definiu qual que era a área que estava ocupada pelo MST e a que estava ocupada pelo MLST.

E quando o Índio Galdino também ocupou outro território ainda era possível porque quando não estava oficial, então, era possível ter uma discussão de território havendo uma certa mobilidade e o racha do MLST que criou o Luiza Marie posterior ao assentamento, então quando criou o assentamento não era mais possível mudar o pessoal já tinha feito a casa, não era mais possível mudar de local, então é possível que você ande numa rua, e na rua as pessoas falam assim: eu sou do Luiza Marie, eu sou do Santo Dias. É o mesmo território. É o território do MLST, mas com famílias do Luiza Marie e famílias do Santo Dias, que pra bem da verdade foi mais acentuado num determinado período e mais depois foi perdendo força também.

Hoje é quase uma questão de endereço, pra dizer a verdade, na CPFL está lá, eu sou do Luiza Marie, como tem, núcleo Dandara, o núcleo, é mais uma questão de que num determinado momento essa briga fez muito sentido, agora já não faz muito sentido. MST e MLST, é uma divisão um pouco mais presente, por quê? Muito dessa contradição que a gente enfrentou com o INCRA nesse período ela só foi possível por uma certa aliança tática entre o INCRA e o MLST que fez com que muita coisa do projeto dos assentamentos fosse empurrada, então essa coisa do módulo que pra nós, foi o pior, claro que o MLST favorecia muito porque assentaria essas famílias que eles trouxeram depois de Cristais Paulista, então pra eles era conveniente estar ali no meio e pra nós fizemos uma briga até o último dia, fomos derrotados, não teve jeito acabou ficando um hectare e meio. Depois acabou que trocou o superintendente, e até hoje no INCRA se você vai endereçar sobre a produção aqui na fazenda da Barra alguns dirigentes do INCRA vão falar: aquilo é uma favela rural. Sendo que os eles próprios ajudaram a criar esse hectare e meio. Porque do ponto de vista produtivo não é viável um hectare e meio, então é casa. Pessoas vão trazendo outras famílias, trás o pai, os sobrinhos, o primo, netos, vão fazendo 3, 4 casas no lote e aquilo lá futuramente vai se urbanizar. Muitos do INCRA pensam nisso.

Os SAFs deram uma nova guinada na organização socioespacial do Mario Lago: integração, agroecologia e comercialização

A outra coisa é que quando a gente trabalhou a questão da produção aqui no acampamento a gente produzia bastante, sem veneno, só que pra nós a agroecologia era não usar veneno. Isso é um passo importante na agroecologia, só que é muito mais do que isso. Aí pouco a pouco a gente foi percebendo que não adiantava a gente fazer aquela roça de milho, a terra aqui de Ribeirão é muito boa até que vai, só que aquela coisa de plantar uma cultura só, é uma cabeçada, e um hectare de milho não é nada. Se vai colher tudo e vender milho verde.

C: Vira nada

KM: Se for lá pro pessoal do Pontal, é nada um hectare de milho, não dá nem pro tratos das galinhas. Foi muita contradição nisso, até quando a gente conheceu essa proposta da agrofloresta. É quando que eu acabo pensando em tirar renda daqui. Por que? Com a pouca capacidade de água nós usamos tecnologias sociais somadas a proposta de cobertura de solo das agroflorestas que economiza muit o consumo de água.

TC: É a Jê falou bastante desse pouco consumo da água...

KM: É muito interessante. Capim por cima, exatamente.

TC: Ele deixa a terra resfriada e usa menos água do que se utiliza normalmente.

KM: É, é muito menos, aí a gente começou a mudar um pouco, mas é lento. O processo, de mudar a cultura sobre isso, ou, por exemplo, você planta uma muda e aí você trás um capim pra perto pra proteger aquela muda.

A gente começou a pensar. A descobrir que a agroecologia tinha a ver com preparo de solo, tinha a ver com você não comprar tanta coisa na cidade, guardar semente, produzir seu próprio adubo, orgânico. Então a gente começou a mudar o jeito de fazer. E aí depois veio o projeto, conseguiu o projeto das Micro Bacias, junto com o governo do estado, conseguimos também, um projeto com a Petrobrás e isso foi ajudando com a questão da implantação, nas áreas, nos lotes e também nas áreas de reserva legal.

A fazenda tem mais ou menos 1500 hectares, 568 famílias, não, aliás, 468 famílias, um hectare e meio por família, aí se você faz a conta, tem que descontar a reserva legal e a APP, aí se você faz conta sobra terra ainda, poderia ser um módulo maior, dentro do nosso compromisso ambiental do projeto de assentamento, a gente então fez uma discussão, desde de lá da lona preta que a gente destinaria 35% pra área legal, olha que polêmico. Por quê? 20%. É o que dizia a lei, agora o código florestal reformulou isso, mas era 20% da lei, o ministério publico, fazia uma discussão que toda a fazenda que em área de do perfil Guarani, toda não só a nossa, fosse 35% pra poder dar mais proteção. Aí a gente achou que seria difícil com as famílias, isso seria necessário desde que a gente teria uma discussão da reserva legal

que não fosse uma reserva legal intocável. Que fosse uma reserva legal com manejo pro resto da vida, manejo que inclusive prevê derrubada de floresta se, for o caso pra manejar pra poder fazer de novo, tirar madeira, claro, não de uma vez, e depois remanejar, então a gente fez um plano de manejo ambiental. Isso foi até legal que ajudou muito no estado de São Paulo, que bom enfim, se a gente pegar a trajetória de luta pela terra e movimento ambiental é sempre conflituoso e aqui é assim super casamento. Super importante.

C: Casou e muito bem casado.

KM: O que a gente discutiu, cada família tem um hectare e meio, tem 35% da fazenda toda, porque toda aquela resistência que o movimento tinha em relação ao projeto de assentamento depois tiveram que ser enquadrar, porque ou era isso ou não tinha terra. Acabaram que todo mundo se enquadrou nisso, então 35% da fazenda é para área legal fora as APPs que estão fora desses 35%. Desses 35% tem a mata que já está em pé que estava na fazenda antes e tem uma parte pra reflorestar, e essa parte pra reflorestar que está dentro dos 35%, então é o que a gente colocou no plano de manejo florestal pra gente poder fazer SAFs, Sistema Agroflorestais e nessa parte que tem a mata formada que a gente poderia manejar por resto da vida.

Então dentro dessas coisas que te falei dos movimentos e dos territórios, tem áreas de SAFs, que estão em determinados territórios em área de SAF que está lá do MST, tem território Índio Galdino, que a reserva é de todos, só que a responsabilidade daquelas reservas é de responsabilidade daquelas famílias que estão naquele território, então pra fazer SAFs é aquela família que tem que fazer. O que aconteceu, aconteceu que todos tentaram os projetos, sei que, e a questão de reflorestamento no Incra, também é assim muito solto, reflorestem, de onde vem a muda, como vai ser o preparo do solo, como é que vai ser tudo isso, o trabalho da pessoa fazer isso. Então, com esse projetos que a gente conseguiu aprova, a gente conseguiu fazer.

TC: São três projetos, a Jê falou.

KM: Isso são três projetos. Só que a gente administra são dois. Que é o FunBio e o PDRS que é com a Secretaria do Meio Ambiente ligado à Micro Bacias. E tem um que a gente é beneficiada com mudas, que é um projeto, uma companheirada que nos ajuda do Vale do Ribeira.

O Vale do Ribeira tem uma super, assim, eles foram o casamento perfeito pra nós aqui, porque eles vieram com a experiência deles de 15 anos de SAF. Lá eles convivem com a floresta e aqui a gente tem que fazer a floresta. Então foi super importante essa relação com

eles, e eles vem sistematicamente aqui, a gente vai lá no Vale do Ribeira e é uma relação muito próxima.

Eles que tem esse projeto e a gente se beneficia de algumas mudas, além de outras coisas. Só o Movimento, aqui no Mario Lago, conseguiu aprovar o projeto, então a gente está fazendo nas nossas áreas, e nas áreas de reserva ainda tem muita coisa pra plantar, pra reflorestar. Fazemos num lote de algumas famílias que toparam que querem fazer a agrofloresta do lote e faz também na área de reserva legal, só que destas 80 famílias que tem no projeto, não deu pra chegar em todos os lotes, só que tem um plano que vai chegar, aqui mesmo chegou, ou não foi implantado ainda?

C: Não, só aguardando.

KM: Mas vocês estão no plano. De 80 famílias. Você e a Cleusa.

C: Eu, a Cleusa e a Edilaine

KM: Então isso que você viu lá no Mariano é a implantação de um módulo, não um lote todo, é um módulo de 500 metros quadrados. O desenho de SAF do lote ele é diferente da área coletiva, no lote ele é mais intensivo de mão de obra e você mistura também verduras, no SAF, no coletivo não vou colocar verduras. Porque você não vai lá todo dia pra colher verduras. Plantar árvores frutíferas, nativas.

C: Manga, banana.

KM: É.

C: As coisas mais. Laranja vai expandindo.

TC: Culturas mais a longo prazo.

KM: E outro detalhe, detalhe? Uma coisa muito importante é o TAC

C: Bendito TAC.

KM: É, o TAC é.

C: Ele existe, é?

KM: Opa, para com isso.

C: Quando fala TAC, eu lembro.

KM: Dr. Marcelo?

C: Dr. Marcelo, é.

KM: Nessa relação nossa com o Ministério Público que foi bem intenso, e nada disso ia ir pra frente, nesse projeto de assentamento não asseguraria a especulação imobiliária e aí a pressão do agronegócio aqui, sobra pra discussão política, entendeu? Aí a gente pensou, vamos construir um instrumento, é um instrumento que todo mundo vai discutir, mas ao final

isso vai ter uma força de lei que todo mundo vai assinar, se comprometer e meio que um juramento coletivo que a gente não vai abrir mão desse projeto. Não vamos arrendar, não vamos trazer semente. Nós vamos trabalhar dentro desse novo projeto e não vamos vender os lotes, transformar em chácaras. Nós ficamos Tiago, dois anos discutindo esse TAC que é um Termo de Ajustamento de Conduta ambiental, todos os movimentos, um processo assim informativo enorme.

Enorme, de muitos conflitos, é discutir cada vírgula do assentamento. É questão de água e fossa e nem sei que, e produção, comercialização, árvore, então é discutir nos detalhes, reuniões a cada dois meses no Ministério Público e representantes de todos os movimentos sociais que recentemente estavam brigados, em conflitos. Então não era uma discussão fácil de fazer.

C: Imagina todo mundo junto, discutindo uma só coisa.

KM: É, mais enfim, é discutindo uma só coisa, nós fizemos um pré TAC um ano antes da conquista, é tipo assim as bases do assentamento, qual seriam as bases do assentamento? Destinar 35% da área para reserva legal, manter processo de cooperação nos assentamentos, seja através de incentivo a cooperativa, associações, processos de grupos coletivos, e ampliação. A outra era. Produção agroecológica. E o terceiro e o quarto eram a questão é, ambiental, lacração das nascentes, e os corpos d'água. Isso aqui era o "Bê-a-ba", cada família aqui sabia decor e salteado, isso aqui era o básico, isso era o pré TAC, depois a gente desenvolveu esse TAC que era um documento de umas 7 páginas.

Documentos que foram discutidos exaustivamente por todas as famílias e um pouco na liderança do Dr. Marcelo Goulart e nós assinamos o TAC, família por família assinou, e agora não tem mais Dr. Marcelo Goulart, mas pra nós ficou uma ferramenta, então o TAC, é claro que tem muitos compromissos, porque o TAC ele prevê: compromissos por parte dos assentados, compromisso por parte do Estado na figura do INCRA perante o Ministério Público, é claro que se você for olhar lá, da até vontade de rir, tem compromisso que nunca foi cumprido dos prazos do INCRA, só que aquilo serve pra nós como ferramenta. Norteia a nossa conduta. Então assim, questão de família que quer vender o lote, além da lei dizendo que não pode vender o lote, tem o TAC que você assinou, então isso aqui na comunidade acaba entrando como argumento. Questão de arrendamento, dos agrotóxicos e também das áreas de reservas, entram tudo na discussão. Transformar área de reservas em áreas de lotes, não, tem o TAC, as pessoas se comprometeram, então esse mecanismo do TAC pra nós é uma ferramenta.

TC: A Jê (Jêsuíta) mencionou que algum dos financiamentos tem uma linha com o Banco Mundial, alguma ligação com o Banco Mundial, é isso mesmo?

KM: Porque esse é um edital específico. Chama PDRS, é um edital onde o governo do estado capta recurso do Banco Mundial, abre o edital, aí as entidades se inscrevem e as que forem vencedoras executam o projeto, e a prestação de contas é tudo com o Governo do Estado, mas os recursos do Banco Mundial, por isso que a gente tem desafortunadamente no nosso boné o símbolo do MST e o símbolo do Banco.

A prestação de contas com o Banco Mundial é uma super exigência. Porque desse projeto de desenvolvimento sustentável tem vários que são para os assentamentos. E sempre fica aquela coisa, que os recursos são para os assentamentos, recurso pra invasão de terra, um pouco nesse estereótipo. Então, imagina o grau de fiscalização é brutal. Aqui a gente trabalha com a produção mesmo, porque a gente acha que desenvolvendo a produção ela pode ser uma forma bem importante, até de visibilizar o MST, o trabalho de base. E pra gente conseguir mostrar de que as áreas conquistadas, elas tem o resultados efetivo, além da democratização da terra, como primeiro efeito, mas a questão mesmo da produção é muito relevante. E a relação com o pessoal do Vale do Ribeira.

A experiência do contato com a CooperaFloresta, “juntando a fome com a vontade de comer”

A relação com o pessoal da CooperaFloresta começou antes desses projetos todos. No Sepé Tiaraju tem um TAC, só que lá no Sepé Tiaraju o nível de organicidade já diminuiu bastante, nem mesmo pertence ao movimento, agora é quase um assentamento independente, a gente tem pouca ligação, mas quando a gente estava discutindo do assentamento do Sepé, aí fomos buscar experiências de agrofloresta, no Estado, aí a gente chegou nas experiências do Vale do Ribeira, pesquisando na internet. Organizamos um grupo pra poder ir lá conhecer, porque aqui na região a gente tem muito esse negócio de intercâmbio. Então a gente, as vezes junta num ônibus e ai vai conhecer todos os lugares e assentamentos, esse conhecimento dos próprios assentados. Entre as famílias, então teve uma vez, a gente foi pro Paraná, pra Santa Catarina, pro Rio Grande do Sul, pro Vale do Ribeira várias vezes, umas 3, 4 vezes, Já foi pra Minas. Então a gente foi no Vale do Ribeira a primeira vez em 2004, em 2005 e de lá pra cá a gente começou uma relação com eles. Bem próxima, então tem lá com o Nelson, é o maior especialista em agrofloresta do Brasil, está lá no Vale do Ribeira, um agrônomo.

TC: A Cooperafloresta?

KM: É a Cooperafloresta é uma cooperativa de produtores.

TC: Certo, lá eles dão uma espécie de consultoria.

Figura 22. Agroflorestar chegando ao Mario Lago: capacitação, organização e implantação



Crédito: Arquivo MST, 2016.

KM: Exatamente. A gente fez duas semanas de oficina. A gente fez o primeiro seminário de agroecologia de agrofloresta do Estado de São Paulo e veio quase todas as regionais, o Pontal veio está com uma experiência muito legal, de café com floresta, então não veio Pontal e Andradina, mas muitas outras vieram pra cá, foi assim muito importante, algumas que já estão com experiência em agroecologia, e outras que estão em transição. Foi muito bom e muito interessante, e com esse pessoal do Vale do Ribeira, o Nelson, o pessoal da Cooperafloresta, eles estão com um projeto da Petrobrás, que é um projeto que envolve Ribeirão Preto, Apiaí. Apiaí está dentro da Mata Atlântica e do lado do PETAR, muito interessante a riqueza ambiental lá.

Lá em Apiaí também tem um puta de um problema, como é que você cuida de 6 mil hectares de mata Atlântica. E uma puta pressão das madeireiras lá pra desmatar, então, assim

é bem interessante lá. O projeto que a Cooperafloresta tem, ela tem com Ribeirão Preto, Apiaí e com o Paraná, o MST do Paraná, tanto o pessoal do litoral como o pessoal da Lapa. Aí pra esse pessoal que a gente fez o seminário aqui, o pessoal do MST do Paraná veio também, então a gente tem uma relação muito próxima lá no Paraná, a gente já foi lá duas vezes ver as experiências, a gente também está trocando bastante figurinha com a “companheirada” de lá apesar de ser um clima bem diferente. Mas a gente acha que assim, tem bastante proximidade, na questão mais organizativa e da própria discussão da renda.

A gente está querendo agregar junto com a agrofloresta e a comercialização direta, e o pessoal da Coopera, tem ajudado muito a gente, eles não pensam em produção sem pensar em comercialização e a agroindústria no caso deles. Eles estão num patamar de agroindústria que é muito legal, tipo, açafrão no pacotinho, massa da banana, massa da farinha da banana, no Vale é muita banana, eles fazem até banana passa, então eles tem agroindústria. Sorvete de frutas, acredita? Uma delícia.

A gente não está no patamar da agroindústria, talvez até alguns assentamentos que estão pegando Terra Forte chegar nesse patamar. Talvez até financiamentos menores, mas pra nós aqui a comercialização direta, e isso seria uma alternativa. A regional ela tem uma experiência de cestas que a gente fazia quando tinha centro de formação, do que era o centro de formação nesse espaço da igreja, então a gente fez isso de 2003 a 2005, foram 3 anos. 2006 essas cestas foram super importantes, assim chegamos a comercializar com cem famílias de Ribeirão Preto, eram cestas com 8 itens de produtos. Nós entregávamos nas casas das pessoas toda a semana, e era uma forma, quer dizer naquela época quem valorizava mais do alimento sem agrotóxico era a classe média, aí a gente vendia muito pra classe média, vendíamos também diretamente em feiras pra classe trabalhadora, mas a classe média que pegava uma cesta e dentro da cesta vinha o jornal do sem terra.

Então a gente conseguiu naquele período organizar um embrião que seria uma “cooperativa” de consumidores, não conseguimos consolidar, mas foi uma discussão muito legal, tinha reunião com consumidores, tinha visitas deles nas áreas onde havia produção, tanto lá no centro de formação como também aqui no acampamento, porque aqui o Mário Lago, fornecia muito produto pra cesta, mesmo não sendo assentamento. A gente trazia os consumidores aqui, e teve um tempo que a gente vendia pra tanta gente, que até o procurador que estava responsável pelo processo lá de Serrana, estava consumindo nossas cestas sem saber, não sabia que era do MST. A gente foi vendendo, aí um passa pra outro, esse aqui é produto orgânico, não era orgânico porque não tem selo, mas um dia ele se apresentou, e ligou

pra nós e disse, eu quero saber da onde vem esses produtos? Mas quem é o senhor? Eu sou o procurador, quando a gente foi ver ele estava como nosso processo na mão, putz, olha aí, até ele estava consumindo lá, então foi chegando em vários lugares.

A cesta parou porque a gente teve que se adequar ao centro de informação. E então a gente teve que diminuir a área de produção lá e a teve que diminuir a cesta, falamos que quando tivermos um centro de produção melhor lá no Mário Lago vamos voltar a produzir a cesta, enfim, aí agora esse ano a gente voltou a entregar a cesta, então está sendo muito bom. Reacendeu toda a discussão com o pessoal da cidade, então tem depoimento de todas as pessoas que está pegando a cesta que está muito legal, qualidade. Chamar de consumidor é ruim, mesmo que a pessoa esteja consumindo, na realidade ela também adere ao projeto.

A gente entrega agora em 3 pontos da cidade e as pessoas tem um horário determinado pra pode ir lá retirar a cesta então isso coloca elas numa posição menos passiva, ai a cesta vai na minha casa, não vai lá discutir, conversar, pega a cesta, então tem esses pontos da cidade e vai lá e retira. A certificação aqui, como que uma coisa importante nesse processo.

ANEXO 2

Agroflorestas em Ribeirão aos olhos de Vandeí Lima: da reforma agrária a mesa¹⁵⁰

Figura 23. O trabalho e a família camponesa: Vandeí, Cristine e Maia



Crédito: Tiago Cubas.

O SAF, o Nelson Correa da CooperaFloresta e o começo da experiência

Tiago Cubas (TC): Nesse processo aí de discussão sobre o modelo de assentamento com o INCRA, depois disso, como que surgiu o Nelson e o projeto Agroflorestar, como foi que você teve contato com o SAF pela primeira vez?

¹⁵⁰ Trecho da Entrevista – 19 de julho de 2015

Entrevistado: Vandeí (V) e Cristine (C)

Entrevistador: Tiago Cubas (TC)

Local: Na mesa de jantar dentro da sua casa em seu lote, depois de um dia intenso de trabalho e muito cansados, ele é parte da direção regional no setor de produção e coordenador do projeto de SAFs no Mario Lago, ela é da parte de comunicação e finanças no projeto de cestas agroflorestais no Mario Lago – às 20 horas no assentamento PDS Mario Lago, Ribeirão Preto-SP.

Vandei (V): O Sepé Tiaraju foi o primeiro PDS do Estado de São Paulo. Já tinha a discussão de plantio de SAF já. Mas aí veio a Embrapa. E aí o pessoal do Sepé foi a Barra do Turvo conhecer o Agroflorestar. Fazer um intercâmbio lá. Foi um ônibus de assentado e trouxeram umas ideias boas e vingou algumas coisas, tem algumas famílias que plantam no SAF e estão no Sepé Tiaraju até hoje no modelo do sistema biodiverso, que é o que a Coopera faz. No sistema que a Embrapa fazia, nós fizemos mais convencional, mais de consórcio, de frutas com anuais... de safra anual. Então isso foi trazendo alguns elementos pras famílias entender um pouco mais do que poderia ser feito na questão de SAF no Sepé Tiaraju. E o Mário Lago como estava na época de acampamento participou muito dessa atividade de formação de aprendizado de SAF. E logo depois que virou assentamento, a gente do setor de produção, que eu voltei pro setor de produção na época, a gente tentava buscar essa matriz de produção pro assentamento. Que pra nós estava claro que deveria de ser um sistema hortifrutigranjeiro por está próximo a um grande centro, que é Ribeirão Preto, que tem quase um milhão de habitantes.

E não tem produção de alimento no sítio de Ribeirão Preto, só produção de cana. Então pra nós tem que ir nessa área, que é pra onde a gente tem que conseguir fazer uma produção e ter escoamento da produção. E nas discussões que a gente tinha, apareceu um monte de ideias, um monte de coisa e as famílias passando grade em lote, pra plantar milho, plantar mandioca e tal. Então assim, no começo cada família seguia a sua cultura. E plantava de acordo entendia. E nas reuniões nossa de produção a gente com um grupo muito pequeno e reduzido, tentava buscar um pouco essa linha de produção aqui que nós ia fazer. E já buscando esse modelo que já tinha antes que é o de SAF. A gente procurou fazer algumas experiência e fazer alguns intercâmbios nesse sentido. Pra trazer essas informações pras famílias.

De início, a gente começou a buscar a Embrapa que estava atuando em várias áreas aqui em Franca. Aí eles começaram a fazer um trabalho aqui no Mário Lago, o plantio de SAF, mas no sistema convencional, com consórcio de fruta. E aí as famílias no começo... fizemos uma área coletiva na sede, como uma área demonstrativa. Muitas famílias participaram de início. Pra entender um pouco mais o processo, mas aí foi desmobilizando e as famílias não... num pegou muito assim a... aqui no lote o que você via era as famílias plantando no seu quintal produtivo aí as suas frutas e tal. E na maior parte do lote, colocando grade e plantando as anuais. E aí a gente foi em busca de outros modelos. Até que chegou o

momento de resgatar essa questão do intercambio da Coopera. Conseguimos o apoio e fizemos um intercambio com um ônibus de 44 lugares que foi.

TC: Você já estava aqui?

V: Já estava aqui no assentamento, mas não estava aqui em casa. E foi bem no período que eu estava apresentando o trabalho de conclusão de curso. Em 2011, no final de 2011. E aí o pessoal foi e voltou. E pra quem foi ficou claro que o sistema que tinha que ser feito aqui era um sistema parecido com o de lá que é o sistema de agroflorestal produtivo. E que trazia renda pras famílias. Que uma das coisas que o Nelson colocava muito era que... É isso. Que sem renda, as famílias não entenderiam... ficava difícil de entender essa questão de SAF. Então, fazendo a questão da comercialização pra ter a renda pras famílias aí mostraria que o SAF era uma unidade produtiva. As famílias que os que foram, voltaram e implantaram a iniciativa na sede. E aí nessa conversa que teve com a CooperaFloresta, junto com os projetos que a gente tinha. Que é o Agroflorestar, o Osvaldinho que é o técnico que estava na época e já veio junto pra cá já, pra orientar as famílias, fazer umas oficinas e começou a implantar em algumas áreas. Ajudou um pouco. Deu uma despertada nas famílias nesse sentido.

E aí a gente começou a planejar como é que seria o nosso espaço em relação a isso.. Como nós tínhamos muitas áreas para serem reflorestadas, as áreas de reserva e os lotes das famílias também tinham muita coisa, então a ideia nossa era começar com esse projeto do Agroflorestar em 2012. E ir reflorestando as áreas de reserva e aí o desafio era: organizar famílias, meio hectare pra cada família. Fazer o trabalho de formação e capacitação das famílias e também preparo dessas áreas pra ser implantado. Então foi um ano de... dedicou muito essa questão da área de reserva. Preparamos aí 36 hectares de área de reserva com grade, trator pra plantar os SAFs na área de reserva. Foi implantado, a gente acha, que mais ou menos 26 hectare, das 36 que a gente planejava e foi mais ou menos manejada uns 3 hectares disso tudo. Mas, estão aí até hoje. Algumas árvores sobreviveram, a maioria se perdeu.

E aí a gente avaliando tudo esse processo em 2012 a gente entendeu que SAF não era só o plantio. Preparar a área, gastar óleo na máquina, plantar e achar que dá certo. SAF é uma coisa muito mais de acompanhamento, de manejo do que só plantio. Então essa lição de 2012 ajudou muito como o projeto do Agroflorestar a entender um pouco isso. A gente achava que as famílias já estavam nesse clima de entendimento do SAF e não estava ainda.

Concretizando o projeto de SAFs: do insucesso inicial ao aprendizado com projetos aprovados

E aí de 2013 a gente avaliando tudo esse processo a gente começou a pensar em projeto que ia apoiar tanto a continuação do plantio das áreas de reserva, mas também voltado pra essa questão da formação, capacitação, intercâmbio pra fazer com que as pessoas dessem continuidade no SAF. Pra eles ver o retorno que dá o SAF. E aí a gente conseguiu aprovar um projeto via a Secretaria do Meio Ambiente, que é o...

TC: De Ribeirão Preto?

V: Do estado.

TC: Do estado.

V: É. Que é o “Renascer das Águas do Aquífero Guarani”. A gente começou a pensar nele em 2012. Mas no final de 2013 que a gente começou a fazer o projeto. Em 2014 começou o projeto e junto com ele, a gente conseguiu aprovar também o FunBio. E a renovação do Agroflorestar da Cooperafloresta que ajudou a abrir e expandir pro estado de São Paulo também essa questão de SAF. Então aí continuaria um pouco do Agroflorestar, mas, tinha mais dois projetos que poderiam ajudar muito.

TC: Um apoio financeiro?

V: Um apoio financeiro pra gente conseguir avançar na questão do plantio de SAF no Mário Lago.

TC: Me explica sobre o FunBio.

V: É, o Agroflorestar é através da Coopera, que já está com ele há quase seis anos e é recurso da Petrobrás. Que é fundo perdido pra recuperação de área degradada e sistemas que... de regeneração de área. Então o SAF entra tudo nessa característica. Então esse sistema agroflorestral enquadra. Então o Agroflorestar é via Petrobras.

TC: FunBio.

V: O PDRS. O Funbio foi o primeiro que a gente conseguiu aprovar, a gente foi nessa linha das necessidades nossas. Da de estrutura do assentamento, capacitação e formação e plantar SAF. Então a gente escreveu um projeto com essas características. E o... a secretaria pedindo o projeto da recuperação de área degradada na cabeceira de nascente, área de APP e viabilidade econômica pras famílias. Então era plantar sistema Agroflorestral, mas também comercializar. Trazer renda pras famílias. Então a gente escreveu um projeto nesse sentido também e aí colocamos algumas estruturas no projeto do Barracão, muda, caminhão, caixa

plástica, balança, escritório, computador, essas coisas e também a questão dos cursos. Que tem curso de sistema agroflorestal, curso de agroecologia dentro de área de floresta e também custo de semente.

A ideia era as famílias terem um pouco de noção, aprender um pouco, entender de plantio de área, coleta de semente, plantio, época, de irrigação. E as pessoas poder também está reproduzindo essa questão da floresta. Na lógica da semente. E outros cursos que veio também... Mais oficina. E plantio, manejo de SAF. E aí os intercâmbios também. A gente foi na fazenda São Luiz que é aqui próximo, ele tem SAF a mais de 15 anos. Ir na Coopera também de novo, ver o sistema de lá e a gente acabou indo também na toca, na fazenda Toca, conhecer a experiência de SAF mas, numa fazenda que é a ideia de investir muito recurso em máquina¹⁵¹.

Fazer SAF com máquina é muito produtiva também. Que é uma lógica mais extensiva. Aí esse da secretaria é mais complexo, que tem muita coisa pra fazer, plantar SAF, colher hectare de SAF, as estruturas que tem plantada e tem os cursos. O do FunBio a gente usando o mesmo projeto da secretaria. Com algumas alterações só. Então aí é Barracão de comercialização, plantio de área de SAF e formação também. Então está meio parecido, um complementa o outro. Está tudo junto. E aí o Agroflorestar, que a gente plantou muito na reserva a gente trouxe ele pra fazer a capacitação e a formação das famílias no entendimento do que é SAF e do que é manejo.

A ideia era fazer SAF nos lotes, que foi a mudança que a gente fez. Que a ideia era mais reserva legal, reflorestar na reserva legal. E o Agroflorestar permitiu a gente fazer SAF nos lotes. Mas como a cartilha ali, com o caderno pros negócios que estavam fazendo na porta de casa, está aprendendo fazer, ver desenvolver um SAF e poder manejar ali. Porque o SAF, manejado ele é muito produtivo. E bem plantado inicialmente a renda vem muito rápida. Isso só é permitido se a pessoa estiver próxima. Cuidando dele, manejando ele. Nada melhor do que fazer ele próximo da pessoa que é o lote que a pessoa mora. Nas áreas de reserva, a maioria dos lotes fica longe. E as áreas de reserva fica sempre em corredor de ligação das mata ou em comprimento de APP. Então na maioria das vezes fica longe das famílias. E fazer SAF no lote é a proximidade da pessoa com o SAF e ela está vendo ali o dia-a-dia, o crescimento do SAF. Então isso foi uma coisa que acertou muito esse ano de 2014. O ano passado. E esse ano também.

¹⁵¹ Fazenda da Toca em São Carlos, é uma apropriação mercadológica e de latifúndio para o conceito de agroflorestas pensado por Ernst Gotsh. Para conhecer mais: <http://fazendadatoca.com/>.

Fazendo SAF nos lotes as famílias começaram a receber a quantidade de produção que gerava o Sistema Agro Florestal, que a ideia era plantar no lote de 500 metros quadrados. Irrigada e bem adubado, e aí as famílias começaram a colher bastante produção e aí começou a haver mais interesse na produção do lote, ajudar as famílias também, nessa questão de plantar o lote, quem tivesse mais diversidade no lote mas, também é o principal que as famílias veem é a renda. Que por mais que as famílias receberam os lotes pra plantar, morar, 40% do assentamento vive ainda da renda externa, da cidade. Muito próximo. A venda da força de trabalho e também essa questão da aposentadoria, aluguel, bico... Então traz muita renda pro assentamento de fora. E mostrando essa questão da produção do SAF muitas famílias entenderam que dá pra se viver no lote com pequenas áreas muito bem planejadas e anexadas consegue sobreviver.

Os fomentos e créditos para o lote, pouco pra quem faz muito

TC: Nesse processo aí, você falou um pouco do fomento que veio por projetos específicos e quais fomentos você acessou?

V: Quando a gente é assentado, a gente tem alguns fomentos que a gente acessa inicialmente e alguns créditos que a gente pode acessar depois pra investimento. Tem os dois fomento inicial, que a gente pegou 2400 que é a ideia é comprar pequenas animais, ferramentas e alguns implementos, tela... pra começar a construir o lote. Esses dois fomentos. E tem o terceiro fomento que foi pras mulheres que é na questão de produção também. Que é criação de pequenos animais, estruturação um pouco melhor do lote. Pra produção. Hortaliça, como outras coisas. E depois vem o crédito habitação que na época, quando a gente foi assentado, era 15 mil reais que repassaria a fundo perdido pra reerguer as casas, aí de início liberou 7 mil reais e depois não liberou mais nada. Ficou parada, falou que repassaria e até hoje não repassou. Então, a maioria das casas do assentamento hoje está parada por causa desse crédito habitação que não foi passado totalmente.

E as famílias que conseguiram fazer um pouco mais nas casas, melhorar um pouco mais, as famílias que acabavam com um pouco de renda de fora ou tinha algum recurso lá fora que foi investido nas casa aqui dentro também. Então esses são os recursos que o INCRA passava e depois tem o crédito de investimento que é o PRONAF. Que você pode acessar ele, que começou na época com 15 mil e depois 18 mil. Hoje está com 25 mil, que você acessa ele

e depois de três anos você começa a pagar ele e tem 10 anos pra pagar. Isso é pra estruturação do lote. Investimento.

TC: Entendi.

V: Foi isso

Voltando ao projeto de projetos, famílias envolvidas que tornam vivo o território dos SAFs dentro do território do Mario Lago

TC: Está bom. Agora a questão das famílias que estão envolvidas no projeto. Quantas famílias são, qual o planejamento que vocês tem ai pra agora, na parte de implantação do SAF nos lotes e também no planejamento do projeto na sede... Tem o Barracão. O viveiro, e o objetivo, em quanto tempo, quais são os próximos passos que vocês tem pensado nesse sentido também?

V: Depois eu quero essa gravação (risos).

TC: Pode ficar tranquilo (risos).

V: Não sei se eu consigo relembrar muita coisa. De quando virou assentamento a fazenda da Barra, ai virou PDS da Barra foi assentada 464 famílias. Dividido em três assentamentos. Que é o Mário Lago, do MST; o Indio Galdino, que é o assentamento independente, bandeira branca; e o Santo Dias que é da bandeira do MLST. Do Mário Lago ficou 264 famílias e essas famílias estão em oito projetos que a gente está desenvolvendo. Das 80 da lista, do projeto de SAFs, a ideia é implantar as 60... 60 módulos de SAF nos lotes até o final do ano. Se a gente conseguir recurso pra mais, a gente vai chegar as 80 famílias implantadas até o ano que vem. E começamos o ano passado a implantar, em agosto do ano passado e não avançou muito por causa da logística, da estrutura nossa que era muito precária. Compramos um trator que não funcionava muito bem, faltava implementos. A questão de organizar um coletivo pra trabalhar na questão de plantação foi difícil de formar e a aquisição dos insumos, dos equipamentos via projeto é muito burocrático, então isso dá uma dor de cabeça pra acessar o recurso. Leva meses. Tem rubrica de projeto que a gente chegou a levar nove meses pra acessar. Isso causa um atraso muito grande na questão dos plantio e preparação. Preparação e plantio. Tanto da reserva quanto dos lotes. É... e ai depois começamos uma comercialização com seis produtores. Hoje estamos com 24 já comercializando junto nesse projeto. Então já implantamos 34 lotes hoje. E tem, além dos 60

que planejamos plantar esse ano, tem mais uns 20 na lista de espera, que é essa a ideia da gente chegar aos 80.

Na reunião da produção isso ajudou muito porque as pessoas interessadas pelo plantio de SAF estão indo pra reunião pra buscar informação e entender um pouco mais, então fez com que a reunião voltasse a ter mais publico. E aí as implantações que tem também, que é o Barracão. Pra comercialização e pra beneficiamento da mercadoria. Do PDRS então construiu o viveiro e o barracão de beneficiamento aqui, que a gente fala. Que a ideia é minimamente lavar, separar e embalar os produtos pra cesta e pra outros tipos de comercialização. Ponto de venda ou PAA. Então vai ter câmara fria pra madurar banana também e um pouco da estrutura pra guardar e distribuir os produtos. O viveiro, a ideia é pensada mais como um tempo de espera pra chegar as mudas, pro plantio do SAF ter onde colocar e também num futuro talvez a produção de muda. E do FunBio o barracão pra comercialização que está sendo feito no lote que a gente deixou na saída do assentamento. Essas são as estruturas principais que nós estamos fazendo. Além dessas estruturas, nós temos o caminhão pra transportar, então nós fazemos quatro quilômetros de distancia, nas áreas de reserva que a gente conseguiu manejar recursos do projeto depois que a gente não conseguiu gastar pra cerca porque implantar SAF e ter o desafio de cuidar da área, sendo que tem vários animais soltos no assentamento, isso atrapalhava muito, então a gente teve que realocar o recurso pra cerca. Cercar as reservas pra proteger um pouco mais, não só as mudas, mas principalmente matéria orgânica, que é o capim. Que o desafio nosso é ter o capim como cobertura e não alimento pra gado. E dos lotes, dos plantios dos lotes, o principal investimento foi o implemento. Trator, arado, grade, encanteiradeira, que a gente comprou com os recursos do projeto e pra fazer preparo de área e plantio dessas áreas. Isso ajudou um pouco. A questão dos projetos.

“As cestas agroflorestais são o salário e o PAA é a poupança”

TC: É isso mesmo. Eu sei que muita gente entrega pro PAA, mas a gente sabe que lidar com um aparato estatal é complicado porque demora um pouco pra receber e isso pro assentado é muito ruim porque não gera a renda imediata que ele precisa muitas vezes pra destinar pro seu lote, então a ideia da cesta pra mim, foi uma ideia muito interessante. Eu acho que é algo extremamente inovador. Eu acho que é algo que tem uma possibilidade aí de sucesso e de crescente muito importante. Queria saber de onde surgiu essa ideia? Quantas famílias estão envolvidas com as cestas agroflorestais que vocês têm feito? Quanto tempo

vocês têm trabalhado nessa logica da cesta? Fala sobre esse viés de comercialização que vocês encontraram, que é a cesta agroflorestal.

V: O começo da cesta surgiu na época que o movimento estava no auge da luta aqui em Ribeirão Preto, que era o acampamento Mario Lago. Assentamento do Sepé Tiarajú e o assentamento Boa Sorte. Eles tinham uma área arrendada da igreja católica, que é o Sitio Pau D'Alho e eles com muitos aliados que ajudavam a luta na região eles tiveram a ideia de montar uma cesta de produtos da horta. Pra essas famílias poder contribuir com a luta. Comprando essas cestas, as famílias estariam contribuindo com a luta naquele período. Então isso durou acho que uns três anos, na época. 2003/2004/2005 acho. Nesse período aí que durou, que eles tiveram essa ideia e depois parou por falta de produção organizada, porque a cesta requer um planejamento de produção. Mas foi muito boa a experiência por causa dos aliados que tinha do movimento e da cidade que comprava o produto, mas comprando a ideia. E depois, agora com a ideia da comercialização a ideia é retomar a cesta uma pra retribuir essa ajuda dessas pessoas que ajudaram a conquista do assentamento. Pra poder estar levando um alimento de qualidade pras famílias. Um alimento que não tenha veneno, que a proposta do assentamento é essa e a outra era pensar nas pessoas, nas famílias que estão produzindo ter um recurso para permanecer ali e não sair pra vender mão de obra fora, a força de trabalho. A ideia na época funcionava muito bem, as pessoas pagavam e recebia quatro cesta no mês. Que você paga antecipado aí dá a garantia de produção pra quem está produzindo. Então ela pode produzir aquele mês que está garantida o recebimento desses recursos. E aí retomamos isso. Começamos a fazer alguns calculo de quantidade, viabilidade que daria certo e a nossa ideia era começar primeiro atender as pessoas que compraram a ideia, não só compraram o produto, mas compraram a ideia, de ajudar a construir essa logica de comercialização e depois você, com uma produção, você expandir pra todo o mercado que hoje tem que procura produtos agroecológicos ou orgânico. Agroflorestal. Então foi muito bom no começo porque a gente começou a vender pras pessoas que já conhecia a luta, já sabiam do trabalho, já conheciam o projeto nosso. As pessoas começaram a comprar mais pra ajudar e aí depois a gente, na divulgação de boca a boca, divulgando pelos meios que a gente conseguiu, muitos descobriram e passaram a comprar hoje, pessoas que tem vontade de comer produtos sem veneno, um alimento mais saudável mas, querendo saber um pouco mais dessa questão da luta, da produção, como que foi pensado a organizar.

Hoje a gente está num desafio desse. Muita clientela nova que não entende muito ainda mas, quer saber, quer ajudar também. Então a logica é que as famílias pagam 150 reais

uma vez por mês e recebe quatro cestas, da grande. A pequena paga 100 reais e recebe quatro cestas. Só que a grande pesa em média de 8-10 quilos, a pequena em média 5 quilos, no máximo seis. E isso que aconteceu, as famílias daqui que já participavam de cooperativa, de associação que entregava o PAA e recebia aí uma vez, duas vezes por ano, três vezes por ano mais ou menos. Viu que a gente começou a comercializar cesta pra pagar uma vez por mês e todo dia certinho, procurando pagar certinho pra garantir essa renda mensal. Então isso despertou as famílias que viam outra possibilidade de comercialização além do PAA. E aí é o desafio que, por mais que você atinja a produção ou comercialização do produto, a renda garantida mensal é o desafio da produção. E agora pra gente ficou assim: as cestas agroflorestais são o salário e o PAA é a poupança (risos).

Que no começo, quando a gente começou a vender a cesta, a cesta ia 5 quilos de folha e 2-3 quilos de legumes e frutas. Era desproporcional e as famílias pediram ao contrário. “Não, a gente não come tanta folha. A gente quer mais legumes e frutas e menos folha”. E como a gente não tinha diversidade na época. A gente começou tentar organizar um pouco melhor. E tentou buscar mais pessoas pra se envolver, que a gente começou com seis, pra ter mais diversidade de produto. Então esse foi um período que levou tempo, mas até agora sempre está tentando orientar isso nesse sentido. Que as famílias que estão no projeto do sistema agroflorestal, que nós estamos plantando bastante diversidade a ideia também é estar replantando também, mas, pensando não plantar quantidade, mas diversidade. E aí ajudou um pouco mais nessa mudança da cesta.

Hoje a cesta está indo com bastante diversidade de legumes, tem muita coisa nova que está chegando... E folha, tem muita folha ainda (risos). Mas na cesta estamos tentando manejar um pouco mais a quantidade de folha pra tentar agradar o cliente e também não prejudicar muito o produtor. Que acaba produzindo mais folha e menos legumes. E fruta, nós estamos com carência muito grande porque como o assentamento é muito novo ainda, não tem muita fruta. Mamão, banana, só algumas... Limão e poucas frutas. Então tem ajuda de parceiros de fora, outras pessoas que estão certificando orgânico. A ideia é buscar outros assentamento também e produtos do Movimento pra ajudar compor essa parte da cesta que fica sempre pendente, pra ficar completo.

Pensando na diversidade de folha, por exemplo, já conseguimos avançar muito. Tinha semana que foi nove tipos de folha na cesta. De folha tem uma diversidade muito grande e constante. Agora de legumes e frutas é uma coisa mais sazonal. Uma ideia também que as famílias compraram é que eles vão comer o produto da cesta que eles vão comprar fechada,

mas o produto que dá na época. Tem época que não produz uma coisa, então não vai ter. Outras épocas que vai ter outros produtos, frutas, vai ter que receber esse produto. Então a cesta vai mudando de acordo com o ano também. Então na época que a produção, vai ter muita produção de manga, final do ano, dezembro, janeiro, então vamos colocar na cesta. Agora esse período que é mais produção de horta. Então a cesta é composta mais por folhas e legumes.

Tem essas sazonalidades da gente ir combinando e colocando na cesta. Uma das coisas que apareceu também interessante da cesta é que as pessoas que estão comprando é as que ajudam mais na discussão da cesta. Não só um consumidor, mas também de sugestões, de orientação, de tentar ajudar as pessoas entender um pouco mais essa questão de diversidade de produção que tem que ser feita. Então assim, é algo bem interessante que tem que marcar encontro agora de consumidores que querem conhecer os outros que estão consumindo. Que quer conhecer também essa questão da organicidade da cesta. Como é que é feita.

TC: Quantas famílias estão envolvidas na cesta? Especificamente, agora?

V: De produtores, hoje, no último mês nós fechamos com 26 produtores que entregaram pra cesta. De consumidores estão em média uns 60. Que é um número de consumidores que muda muito. Tem vez, tem semana que tem 56, tem semana que tem 58, 60. Só que Como é que fala? pessoas que vão passando também. Que vão chegando, vai saindo.

TC: Amadurecendo.

V: Amadurecendo, é. O que a gente percebe é que esse grupo de 60 a gente acha que consegue manter ou aumentar ainda, que tem muita gente que quer comprar, mas tem que melhorar um pouco mais a logística e a diversidade de produção, mas é um grupo que está ficando cativo. Já tem um pessoal que começou a comprar desde o começo, que são fieis e estão sempre ali e a pessoa que está aqui e entende um pouco dessa lógica.

A renda do assentando, o trabalho acessório dominante e a possibilidade dessa transformação através do complexo dos SAFs

TC: Legal. E como isso influenciou na renda do seu lote? É o que conversamos, cerca de 90% ainda vivem muito dessa renda extra assentamento, por ser muito próximo do urbano. Como que é o percentual de renda que vocês conseguem ter dentro do lote e fora do lote com algum outro trabalho? Aproximadamente, percentualmente.

V: Ixe, não sei. Cristine... Pelo o que eu sei, que eu não sou muito de fazer conta, de quanto que gasta. Mas eu aqui do lote eu não tirava muita renda financeira. Existe renda financeira e renda que você tira pro consumo. Então assim, até três anos atrás, dois anos atrás pelo que eu lembro, não tinha produção quase nenhuma. Era mais um pouquinho só pra consumo mesmo ou algum excedente que a gente comercializava assim diretamente. Comecei a investir mais intensamente de 2012 pra cá no lote. Mas aí, inclusive mais o sistema agroflorestal, começando a plantar o SAF, de um ano pra cá a gente viu que tem bastante mudança nessa questão de produção do lote. A gente conseguiu organizar melhor essa questão de trabalho no lote e conseguimos estruturar um pouco de irrigação e o SAF ajudou a plantar um pouco de diversidade e ter colheita o ano inteiro. Isso ajudou um pouco mais a ter produção.

Esse ano é o ano que eu mais tirei renda do lote com relação a produção por causa do comercialização da cesta. Que eu não participo de cooperativa, não participei de PAA, não participei de nenhum outro programa de governo de plano de comercialização. Que eu estava mais envolvido com a luta, com a militância e fiquei pensando em montar um sistema de produção do assentamento e não só pra família. E isso me fez investir somente agora, nos últimos anos na produção mesmo. Pensando na comercialização da cesta. O meu lote é mais pensado no sistema de sucessão de produção. Começa com o sistema de horta, folhas, mas, a ideia de produção maior é de frutas e legumes. Folhas são muito pouca. Se botar no ultimo mês, por exemplo, a gente deve ter o que, uns 20% da renda bruta do casal que veio do lote. É pouco ainda, mas pelo pouco que a gente investiu já é uma coisa que está sendo significativa.

TC: Acho que a maioria das pessoas que têm se envolvido talvez estejam enquadradas da mesma situação de vocês. Acho que a maioria tem alguma coisa, alguma atividade fora ou não?

V: É, 90% das famílias que estão no projeto tem renda externa.

TC: Tem renda externa...

V: Eu acho que um ou outro só que consegue sobreviver do lote. Não só via projeto, mas produção nossa. A pessoa que tem várias fontes de renda de comercialização pelo PAA venda escolar, venda direta ao consumidor, entrega pra cesta do projeto nosso também. Mas, o projeto consome muito pouco a produção ainda do assentado. Só pra você ter uma noção, nós plantávamos 60 módulos de lote, 60 famílias, vai dar em média três hectares de SAF. E pra montar 120 cestas, que é a meta do final do ano, nós precisaríamos de seis hectares de SAF. Então se nós tivermos seis hectares plantados, nós conseguimos trabalhar com 120

cestas. O SAF tem muito pouca com relação ao tamanho das áreas que a gente tem. Se a gente conseguir plantar 40 hectares de SAF na área de reserva e conseguir fazer com que as famílias plantem, no mínimo aí, um hectare de SAF no lote, meio hectare de SAF no lote, nós vamos ter produção pra 500, 1000 cestas por exemplo. Que é um número que a gente não consegue organizar hoje ainda. A gente não tem estrutura, não tem pessoal pra organizar ainda. Se tiver uma área pequena, a gente consegue, já ter uma comercialização. As famílias que estão comercializando estão sentindo essa ajuda mensal da renda. Mas eles reclamam que é muito pouco ainda, precisava ampliar um pouco mais. Mas, aí a gente está parado por falta de organização da produção. Até a diversidade de produção, pra manter um aumento maior de cesta.

Montando a agenda semanal: uma família fundamental para a continuidade do projeto no Mario Lago como referência para o estado de São Paulo¹⁵²

TC: E pra pensar essa diversidade de produção, você se organiza entre seu lote e as atividades do projeto? Vi que o projeto é algo que você valoriza muito, você dedica muito tempo a isso, então eu admirei isso nesse sentido. Eu queria que você falasse sobre como funciona a sua semana com... Na divisão de trabalho. Você e a Cristine. Como que funciona a vida de vocês? Junto a Maia também.

V: É que assim, eu acho que eu e a Cristine o pensamento é meio igual. Nesse sentido de achar que sozinho no lote a gente não consegue fazer muita coisa. Que a proposta que a gente entendeu, muito clara, do assentamento é que nós teríamos que andar juntos, com bastante gente, pra gente poder fazer com que isso fosse construído. Ter um assentamento agroecológico, com pessoas que tem uma produção saudável, que tem uma vida saudável. Então pra isso, a gente dedica muito ao projeto porque a gente acha que apostando nesse projeto que estamos desenvolvendo, podemos trazer um pouco disso pras famílias. E aí a gente está junto. Então só nós, só a gente acha que num resolveria muita coisa. Então a dedicação nossa desde quando eu comecei atuar nesses projetos e tal, a gente se dedica muito tempo. Porque ele requer muito tempo, de implantação, de reuniões, cursos, seminários, intercâmbios. E poder estar contribuindo, ajudando, tirar dúvidas, as ideias. Isso exige muito tempo da gente.

¹⁵² Nesse momento Cristine se junto a Vandei para compor agenda semanal que traz contribuições para entender a centralidade dessa família no projeto, como também as nuances do modo de vida camponês no enfrentamento com a lógica do capital.

No começo eu dedicava um pouco menos de tempo. Um dia por semana, dois. No máximo três dias por semana, se tivesse alguma reunião extra. Ultimamente, a gente está tentando organizar tanto a implantação das estruturas das cercas do barracão, a questão da comercialização e dos plantios dos lotes. Hoje, está acumulado com muitas tarefas. E o coletivo que está organizando isso é muito pequeno. Nós estamos em oito na coordenação dos projetos. Que quatro ficam na finança. Três na implantação.

Tati, Tassi, Bijú e Zaqueu na finança. Três na implantação, que é o Rodrigo, a Jê e o Seu Zé das Couves. E tem o técnico do IBS que acompanha também. E aí tem eu e a Cristine na comercialização e comunicação. Então assim, tem muita tarefa pra gente executar. Que ainda a gente que está na comercialização, ajudamos nos outros setores. A gente fica responsável pelas implantações das estruturas.

Cristine (C): E o financeiro.

TC: Vocês transitam por todos os setores. Bastante trabalho.

V: É. E aí como a gente tem uma reunião de produção marcada pra segunda-feira à tarde, a semana já começa cedo. Você do lote olhando a produção que você tem pra comercializar na terça-feira. Na sexta, a reunião à tarde, da produção...

Segunda-feira

C: Aí segunda de manhã eu preciso de toda a lista dos consumidores. Na segunda de tarde a gente tem a reunião com os produtores, pra montar a cesta. Pra saber a quantidade de cesta montada, tem que saber o quanto de cesta a gente tem pra vender. Quantos consumidores vão comprar e o tamanho. Então, de manhã tem que ter tudo isso pronto pra uma da tarde ter tal quantidade de cesta grande, tal quantidade de cesta pequena pra poder ir fazer o pregão.

V: É que a gente deu o nome de pregão que na reunião a gente discute os pontos da implantação, dos assuntos da produção, dos projetos e depois a gente faz a comercialização. E aí a comercialização são as pessoas que tem o produto, as que plantaram o SAF no lote fica pra vender o seu produto. E aí a gente começa montando a cesta. E elencando os produtos que vai naquela semana e as pessoas vai se dispondo o que tem e a quantidade que tem. Pra gente montar uma cesta naquela modelo que a gente padronizou, que é quatro folha, dois legumes, duas frutas, que é padrão. Uma folha...

C: Pé grande.

V: Uma folha tempero, duas folha refogada. Ou duas folhas salada, dois legumes e duas frutas. Ai isso a gente faz no geral e depois vai avaliando as produções que tem, as sazonalidades que tem naquela semana e o peso da cesta pra gente colocar mais coisa. É e a pequena só muda um pouco mais no volume de folhas e na questão de quantidade, um pouco menos de folha e legume um pouco menos volume também de legumes. A fruta acho que é mandada parecida. Então essa é a montagem da cesta na segunda feira. De manhã a gente tem o tempo dos produtores pra olhar o lote, o que tem de produção pra semana e calcular mais ou menos o volume ou a quantidade. E é uma coisa que a gente sempre procura fazer, que é a tarde que é a reunião pra saber do andamento das coisas pra gente começar a comercializar. Na terça de manhã.

C: Em relação a Maia, ela vai na creche segunda de manhã pra gente poder trabalhar, senão sem chance. E pra poder participar dessas coisas muitas vezes, segunda de manhã Eu tenho que fazer reunião com o pessoal da incubadora da USP. Que ajuda na área da comunicação, criação de site, página no facebook e tudo isso. E começa isso já de domingo, porque como tem atividade o dia todo, tem que adiantar tudo as coisas, almoço tudo domingo.

V: Então, só pra continuar, na segunda de manhã também tem dia que sobra as tarefas do financeiro também.

C: É o orçamento, levantamentos.

TC: Levantamentos.

V: Além da comercialização, pra fazer a implantação do barracão tem que fazer o levantamento desse material, orçamento, esclarecimento de cada material que vai pro pessoal do financeiro está comprando, adquirindo.

TC: Essa é a segunda feira?

C: Ai a nota da reunião...

V: Molhar a horta, os cachorros, o gato.

C: A gente volta da reunião já de noite. É sete, oito horas.

V: Ah está! Tem mais uma coisa ai, tem o crédito rotativo que quem é responsável sou eu pra fazer a aquisição pra emitir as aquisições pras pessoas adquirir os insumos e pra também pra receber o pagamento e fazer os calculos de quanto que vou ter que pagar. E na segunda já começa recebendo a orientação do técnico e emitindo a requisição pra sexta feira entregar a requisição pro pessoal. Terça feira?

Terça-feira

C: Amanhã vai na creche de novo.

V: Leva na creche de manhã, nós vamos colher os produtos que vão na terça a tarde, tentar cuidar um pouco dos canteiros das hortas um pouquinho.

C: É. Eu ajudo a colher, mas eu tenho minhas aulas.

V: Na quarta feira da aula de francês.

C: É que no dia seguinte tem que dar aula.

V: E uma hora da tarde começa a montagem da cesta. As famílias chegam com os produtos e quem que é responsável pra pesar sou eu, pra fazer todos os boletos, os canhotos pras famílias poderem receber depois. Quem faz a contabilidade da cesta de quem recebe e que paga sou eu e a Cristine. E depois as quatro horas tem que sair daqui. Começa a uma hora montar e quatro hora tem que sair porque tem que entregar em quatro pontos agora. Era só dois, mas agora virou quatro pontos. Então tem que sair daqui as quatro horas.

C: Até as duas tem que fazer todas as tabelas com o nome de cada um em cada ponto porque as vezes até segunda de tarde eles mudam as coisas assim. Então tem que atualizar até o ultimo momento pra que todo mundo esteja ciente das mudanças e imprimir pra eles levar.

V: E isso é o local, se a cesta é grande, se a cesta é pequena. A gente que está na entrega a gente tem que levar e distribuir tudo isso. O primeiro ponto que a gente tem é um escritório de advocacia, que tem uma família que compra, outro que é a SMA que é a Secretaria do Meio Ambiente, que são os técnicos da secretaria que compra, depois tem a Estação Luz, que é uma ONG, e depois tem a UGT.

C: Que é a União Geral dos Trabalhadores

V: Que é um ponto que fica central na cidade, que é onde passa mais gente pra retirar. A gente chega a entregar 30 cestas em uma hora e meia. E ai, além de entregar a cesta, a gente esclarece muita duvida. Muita gente que vem comprar tem curiosidade. Recebe o pagamento das pessoas, que a ideia é a pessoa pagar até o dia 10 do mês que a gente entregar a cesta. E além de tudo isso ainda tem os convites de participação de seminário, participação de falar em rádio comunitário, participação no SeVira, atividades culturais... Então vai assim, o contato com a sociedade faz com que apareça um monte de oportunidade de está junto.

C: Ai volta em casa aqui dez da noite. Ai tem que molhar tudo, cuidar dos bichos, buscar a Maia. Fazer tudo essas coisas.

Quarta-feira

V: Terça feira foi. Quarta feira de manhã.

C: Ah, quarta feira de manhã cedo tem que imprimir as requisições, que ele tem que levar lá no viveiro junto com as mudas.

V: Começa com o seu. Você tem que levar a Maia na creche.

C: É, também.

V: Ai depois dar aula.

C: Ai depois eu vou dar aula.

V: E eu saio cedo pra pegar muda pra implantação dos lotes.

TC: Quarta então é dia de implantação.

V: Quarta e quinta de manhã.

TC: Quarta e quinta de manhã. Quarta começa.

V: Ai quarta cedo, oito horas a gente tem que estar no viveiro pra pegar mudas, trazer no lote pra plantar. Não é toda a semana que tem plantação, mas a maioria da semana, sempre tem alguma coisa pra ser feita. A... e ai quarta feira a tarde, geralmente.

C: Segurando a barra como mãe.

V: Ah é. Cristine dá aula, e eu e a Thais na quarta cuidamos da Maia. É... e tem que cuidar da casa, dos cachorros, dos gato, da horta. Que a Cristine só chega oito da noite.

C: É, eu faço um curso técnico também de web designer e ai tem que fazer tudo. Pagamento, compras... Como a gente vai uma vez por semana na cidade.

TC: Normalmente é na quarta que você faz isso?

C: É que como já tem que pagar o combustível pra dar aula e pra fazer o curso, eu já aproveito e mato tudo num dia. Ai eu volto só bem tarde.

V: E a partir dessa semana agora, que vem, ai começa o mutirão da produção do barracão na quarta de manhã até o meio dia. Então toda quarta, até o meio dia é a oportunidade de construir o barracão na sede. Na quinta feira, no geral não tem marcado assim na agenda do projeto. Mas, sempre tem coisa que a gente acaba assumindo. E na sexta feira.

Quinta-feira

C: Espera ai. Ai quinta feira, tem que fazer tudo as contabilidades dos pagamentos que ele me entrega. Então tem que fazer tudo umas tabelas na internet pra ver quem que pagou e

quem que está devendo pra depois mandar email cobrando, ver o que aconteceu. Ai as vezes, quarta de noite eles me ligam porque tem gente que não foi retirar. Ai tem que ligar la pras pessoas pra saber se esqueceram, por que que eles não foram. Então ai tem que atualizar tudo esses dados e os recados que chega nas listas. Vai suspender, vai viajar, adoeceu e não sei o que. E o dia também que adianto um pouco as outras coisas do projeto. É a aquisição de materiais de comunicação. Camiseta, fazer orçamentos, ligar, ver as artes, tudo essas coisas e é o dia que eu lavo um pouco de roupa também. E tem que cozinhar nesse meio tempo também.

V: Na sexta de manhã agora está tendo o mutirão pra fazer a cerca. E a gente acaba emendando o dia e fica só na parte da manhã e tem dia que a gente fica até mais tarde. E no sábado tem a cada quinze dias a reunião da coordenação do assentamento que eu participo também pra ajudar na discussão politica do assentamento. Dentro disso também ainda...

Tem o mutirão de manhã e a tarde a gente cuida do lote. Ou faço alguma coisa na cidade. Ou na quinta ou na sexta tem que fazer um corre na cidade. Pode ser nesses dias. E também acompanho de sábado as reuniões do acampamento que é o formigueiro ali. É o Hilda Silva. Que eu fiquei na tarefa de acompanhar o processo da área. Na questão da conquista da área, na questão da documentação e também acompanhar um pouco da questão interna do assentamento também. As famílias, o que está acontecendo.

C: Falou do mutirão da cerca?

V: Sexta feira de manhã.

Isso no sábado estou falando, da reunião. E ai tem os cursos, oficinas, as coisas que vão acontecendo. Tem visitas que vão acontecendo aqui também que o pessoal do movimento no Estado estão se movimentando pra fazer SAF também no assentamento. Vem aqui o pessoal de Andradina, Promissão e ficaram dois dias. E teve um seminário de agroecologia feito pela CooperaFloresta que durou três dias também. Teve uma visita do pessoal da USP, da Geografia da USP que veio aqui também um dia. E acompanhar os estudantes também que vem fazer pesquisa.

C: Ai a Maia vai na creche segunda, terça, quarta de manhã. Ai quinta, sexta ela fica comigo o dia todo. E ai esses dias todos, além de ter que cuidar das coisas de casa, eu preciso fazer todo o acompanhamento do e-mail e página facebook. Porque tem que fazer cadastro. Tem um monte de gente que manda pergunta ai que precisa responder explicando um monte de coisa do contexto, da conjuntura da comunidade então, todo o dia acho que vai umas duas horas fazendo isso. As vezes mais.

V: Nas ultimas semanas também teve um seminário que teve na UGT que foi mesa de Socialismo também que eu fui lá participar da mesa. Teve na segunda de manhã na rádio USP que a gente foi fazer uma fala, falando da cesta e na semana passada, a gente participou do Se Vira Ribeirão que foi na sexta a noite e sábado a noite.

TC: Fim. Acabou? [...]

V: É uma coisa que eu acho que é bom a gente comentar, talvez. A gente faz parte de um processo que está sendo não só aqui em Ribeirão, mas a nível de Brasil. Essa questão da percepção de alimento com agrotóxico. Está sendo discutido e a gente está percebendo que isso está tendo uma repercussão e isso vai mudar muito ainda. É essa questão que a gente está tendo uma produção mais sem veneno, mais biodiversa e ter além de diversidade, ter qualidade na mesa também. Participar disso, você está vendo que isso vai ser uma mudança muito grande no Brasil ultimamente.

A ideia do PDRS por exemplo é sintetizar essas experiências. E tentar comprovar que o SAF dá renda, que consegue fixar a família no campo pra virar uma politica publica pras questões ambientais no estado de São Paulo. Que o estado de São Paulo existe uma degradação muito grande na questão ambiental e isso está ai hoje com a falta de água. Então essa é a preocupação que o governo está, com um grupo de intelectuais que tem no país hoje, tão preocupado, buscando saída, no PDRS eles tão fazendo muito esse trabalho de identificação de números, de metas, de... buscando entender um pouco mais esse sistema. Pra que vire politica publica pra replantação de área, incentivar pessoas que tem áreas pra ser reflorestada, pra recuperação de cabeceira de nascente e tudo mostrando que tem a opção de ter renda também se tiver gente pra cuidar. E um seminário que eu fui também.

O Nelson, por exemplo, é um cara que é da agronomia, que ele fez no Rio de Janeiro, que ele era louco, apaixonado por essa questão ambiental e no seminário que ele participou com a gente do PDRS em Campinas, lá ele até comentava se isso ia virar realidade mesmo. Um sonho que a gente tinha lá, um grupo pequeno que a gente tinha que discutia muito essa questão ambiental que já falava que esse modelo do agronegócio está acabando com o mundo. Será que isso a gente vai conseguir avançar num modelo diferenciado de produção que possa fazer com que isso dar renda pras famílias, que sabe que dá renda, que sabe que dá uma produção ideal, mas que o capitalismo vai deixar fazer um modelo diferenciado ou ele vai comprar esse modelo pra fazer do jeito dele? E isso a gente tem visto hoje grandes empresários do Pão de Açúcar investindo em fazendas, com plantio de SAF. É cara que está desenvolvendo tecnologias pro SAF, máquina.

A maior parte do trabalho com máquina, mas já pensando nessa lógica. Num futuro isso vai ser muito rentável. As pessoas que tem esse nível desenvolvido. Então isso é muito interessante nesse momento que a gente está vivendo. Aqui na região, do movimento a gente está há um tempo já. Nós estamos desde o início, nos temos um entendimento um pouco maior, então a gente está ajudando o Estado a fazer também esse entendimento, mas a gente vê, a nível de Brasil, quanto que isso cresceu ultimamente também.

C: Não esqueça de falar das certificações

V: Certificações?

C: Você falou?

V: Não.

C: Eles estão montando uma certificadora aqui dentro. Isso vai dar umas reuniões, que tem visita de longe que quer ajudar a viabilizar tudo isso, então isso é uma coisa que começou faz pouco tempo, mas que vai vir mais tarefas aí.

TC: Sim...

V: A ideia é certificar os produtores que começar a comercializar aí no lote do projeto.

TC: Como orgânico?

V: Como orgânico. Certificação orgânica. Só pra ter uma garantia a mais no mercado. Mas, além disso a ideia é montar uma cooperativa pra comercialização e aí ter PAA, merenda escolar e aí ter essa ligação direta com o consumidor tanto de cesta, como ponto de venda, mas também uma cooperativa orgânica. Que seja certificada orgânica.

É que a produção convencional as cooperativas chegam a cobrar 20% pra comercialização desse produto. Ele pega o produto do produtor, cobra 20%, uma taxa da administração e logística e entrega nos pontos da CONAB aqui em Ribeirão Preto é o Banco de Alimentos. Aí tem essa despesa de transporte também. Se fosse uma produção orgânica, ele teria 30% mais do que essa convencional. Então ele estaria ganhando 30% a mais. Se a gente conseguir uma certificação orgânica em um grupo de produtores comercializando os produtos orgânico e aí via PAA, por exemplo, ou merenda escolar, via as prefeitura que a gente possa ter um bom diálogo, que elas venham pegar aqui dentro o produto e ter o transporte custeado da prefeitura a gente teria um custo só de administração dos produtor pra entregar esse produto. O custo é muito reduzido, que poderia ser que cobraria esses 20% da taxa de administração e também tem o acréscimo de 30% que é a questão orgânica. Podendo chegar até 50% de ganho.